Cadernos

#12
8 A 21 DE
JULHO DE 2026

FIOCRUZ DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

PUBLICAÇÃO DIGITAL

15 ANOS CRIS 10 ANOS CENTRO COLABORADOR OMS-OPAS

FIOCRUZ / VPSGRI / OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE



FAO lança o relatório SOFI (Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo) de 2026, tendo como tema central "Compreendendo e lidando com os altos custos de uma dieta saudável"



Preocupação crescente com o vírus Ebola cuja epidemia não vem sendo controlada como se esperava



Mortes de crianças alcançam números alarmantes em Gaza e na guerra da Ucrânia. Até quando a comunidade global vai ser conivente com esta realidade indecente e tomar providências de verdade?



Incêndios florestais se alastram mundo a fora em razão das altas temperaturas e piora o ar e ameaça a biodiversidade e a saúde humana e planetária



HLPF 2026 analisa ODS e convoca governos, sociedade civil e setor privado para envidar esforços no alcance das metas do desenvolvimento sustentável até 2030



Estados-Membros da OMS avançaram nas negociações sobre o anexo de Acesso a Patógenos e Compartilhamento de Benefícios, componente central do Acordo da OMS sobre Pandemias, na reunião de julho, em Genebra

FIOCRUZ

SUMÁRIO

4 – Sumário Executivo – *Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tob*ar

Sistema Nações Unidas

23 – O pano de fundo e o lenço de bolso – *Santiago Alcázar*

28 – Entre a bandeira e o *hedging*: o Brasil e a reconstrução da ordem internacional – *Paulo Esteves*

34 – Alimentos, Clima e Direitos Humanos: transformar os sistemas alimentares para um futuro saudável e sustentável – *Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho*

43 – Entre a emergência e a prevenção: dilemas persistentes da arquitetura global da saúde – *Paula Reges, Luana Bermudez e Luiz Augusto Galvão*

51 – Migração Climática, proteção da Camada de Ozônio, e resistência antimicrobiana: Destaques da Semana – *Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

60 – O Trabalho Precarizado e a Saúde do Trabalhador em um Contexto de Mudança do Clima – *Frederico Peres*

70 – Panorama de saúde, migrações e refúgio: impactos das mudanças climáticas, estudo sobre o impacto econômico dos refugiados e acolhimento de haitianos no Brasil – *Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura*

76 – Mudanças climáticas, seus impactos e desafios para a proteção e a saúde de crianças – *Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes*

88 – O legado da UNESCO no combate ao racismo – *Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard*

106 – O status das metas para 2030 em relação à fome e à pobreza e os novos riscos como o El Niño 2026-27 – *Eduardo Nilson, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira e Silva*

126 – As Cooperações do BID e do Banco Mundial na Venezuela e na Faixa de Gaza – *Isis Pillar Cazumbá*

129 – A inserção dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) no Sul Global – *Laura Tavares Soares*

141 – Reforma do Comércio Multilateral, Governança da Propriedade Intelectual e Ativos Intangíveis – *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

154 – Sociedade Civil na Saúde Global: Crises Humanitárias, Emergências Sanitárias e Governança Global – *Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza*

173 – Panorama geopolítico: Dívida, Sanções e os Desafios para os Sistemas de Saúde – *Rafaela Venturella De Negri e Armando De Negri Filho*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

182 – Sul Global – *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro*

204 – Cooperação Sul-Sul em saúde: mais necessária do que nunca — Estamos vivendo uma transformação não vista em séculos – *Beatriz Bissio*

209 – O Papel dos Centros Colaboradores (CC) na Reforma da OMS e na Iniciativa ONU80 – *Regina Ungerer*

211 – G20, G7 e OCDE: G20 avança na regulamentação de IA no setor financeiro e FMI publica projeções sobre a dívida pública do bloco. O G7 depois da cúpula. Emprego, inteligência artificial e a cooperação internacional: os destaques na agenda da OCDE **–** *Pedro Burger, Vitória Kavanami, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e João Miguel Estephanio*

224 – Em reunião dos Conselheiros Nacionais de Segurança dos BRICS, China cobra união em multilateralismo, energia, segurança alimentar, minerais estratégicos, atenção para os riscos representados pela IA e o apoio à ONU como promotora do ciberespaço global e governança digital – *Claudia Hoirisch*

229 – Instabilidade política, econômica e social: esse é o único caminho possível para a América Latina? – *Sebastián Tobar e Sâmia de Brito*

245 – Lançamento da ESP/INS em Moçambique e atualizações sobre o surto de Ebola na RDC e Uganda – *Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg*

259 – Agenda 2050: marcos estratégicos da Ásia Pacífico, Central e MENA – *Lúcia Marques*

268 – Nasce a Waico – *André Costa Lobato e Rafael Aguilar-Zamudio*

276 – As Tarifas de Trump e a Saúde Pública – *Ademar Bahadian*

278 – Estante de livros, vídeos e outros que tais

280 – Editores e autores dos cadernos

285 – Produtos do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

286 – Ficha catalográfica

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde 12/2026

8 a 21 de julho de 2026

Sumário Executivo

Com superlativa agenda https://docs.un.org/en/E/HLPF/2026/1 realizou-se na última quinzena (7-15 de julho), o **Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2026** (**HLPF**, no seu acrônimo em inglês), em Nova York, na sede da ONU, e no âmbito da reunião anual do *ECOSOC (Conselho Econômico-Social das Nações Unidas)* (foto da capa). O tema do HLPF 2026 foi "*Ações transformadoras, equitativas, inovadoras e coordenadas para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para um futuro sustentável para todos*". Reconhecendo plenamente a natureza integrada, indivisível e interligada dos ODS, o HLPF de 2026 analisou, em profundidade, os seguintes ODS: ODS 6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos; ODS 7. Garantir o acesso à energia acessível, confiável, sustentável e moderna para todos; ODS 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação; ODS 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis; e ODS 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável.

36 países apresentaram seus *Relatórios Nacionais Voluntários (RNV)* no HLPF 2026, inclusive o **Brasil**, e mais: Albânia, Argélia, Bahrein, Burkina Faso, Burundi, Cabo Verde, Camarões, República Democrática do Congo, Egito, Estônia, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Itália, Jamaica, Jordânia, Kiribati, Libéria, Malawi, Ilhas Marshall, Moçambique, Noruega, República da Moldávia, Ruanda, São Cristóvão e Névis, Arábia Saudita, Senegal, Somália, Suíça, Togo, Tonga, Tunísia, Emirados Árabes Unidos, República Unida da Tanzânia e Uruguai.

Mais de 100 ministros e representantes de alto nível, líderes seniores da ONU e mais de 1.300 representantes de partes interessadas participaram do evento. Na oportunidade foram divulgados e debatidos três importantes informes do *Secretário Geral* sobre os ODS, de natureza mais política; o balanço oficial da ONU sobre os ODS, preparado do *Departamento Econômico Social das Nações Unidas (UN/DESA)*, de caráter mais técnico; e o informe da *Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (SDSN),* todos eles disponíveis no site oficial da HLPF: https://hlpf.un.org/2026.

Ficou claro que o progresso na direção do alcance das metas dos ODS é possível, mas não é automático, e depende de liderança política, políticas sólidas, investimentos e parcerias robustas. Tudo isto, num mundo fragmentado, com nítidas polarizações, e um multilateralismo combalido, não será fácil, mas, para isso, os países, grupos da sociedade civil e pessoas politicamente comprometidas com o desenvolvimento sustentável, equitativo e inclusivo, terão que atuar.

Especificamente quanto ao Objetivo 7, houve consenso que a energia renovável está se expandindo em bom ritmo, não apenas em ampliação de megawatts com matriz energética mais limpa, mas também com garantia de acesso à energia confiável e a preços acessíveis. Sobre o

Objetivo 6, concluiu-se que a segurança hídrica depende de instituições resilientes, gestão integrada da água e investimentos contínuos. Em relação ao Objetivo 9, ficou claro que a inovação precisa chegar tanto às pequenas empresas quanto às grandes companhias. Quanto ao Objetivo 11, que é nas cidades que os ODS "se tornam realidade", por meio de melhores condições de habitação, transporte público e serviços públicos.

A *Declaração Ministerial* é o principal documento político que emana do HLPF https://press.un.org/en/2026/ecosoc7234.doc.htm. O documento de 2026 reconhece que a Agenda 2030 e seus ODS permanece como o roteiro fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentável e insta os países a "agir com urgência" para acelerar sua implementação da Agenda 2030. Embora tenham apresentado visões divergentes sobre clima, gênero, paz e segurança e dívida, os ministros concordaram, ao final, que alcançar os ODS exigirá liderança política mais forte, investimentos, parcerias e resultados mensuráveis. Reproduzimos na íntegra, em inglês, a declaração. ***Alcázar*** a comenta em seu artigo para este fascículo.

Em 2027, o tema do ECOSOC e do HLPF de 2027 será: "*Ampliar as transições justas para alcançar o desenvolvimento sustentável, a erradicação da pobreza e a plena implementação da Agenda 2030 e de seus ODS"*. Os ODS a serem analisados em profundidade são os *Objetivos 4 (Educação de Qualidade), 10 (Redução das Desigualdades), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 15 (Vida Terrestre) e 17 (Parcerias e Meios de Implementação).*

Cúpula dos ODS em 2027: a cada quatro anos, o HLPF se reúne sob os auspícios da *Assembleia Geral* em nível de Chefes de Estado e de Governo. A próxima Cúpula dos ODS será realizada em setembro de 2027, na sede da ONU, em Nova York.

Na **Venezuela**, transcorrido um mês dos dois terremotos sucessivos do dia 24 de junho, já foram retirados mais de 5.000 corpos que se encontravam sob os escombros, na região centro-norte, a mais afetada, sendo La Guaira o estado mais gravemente impactado. A *Organização Panamericana da Saúde* está coordenando a distribuição de toneladas de suprimentos médicos de emergência, kits de trauma, tratamento para desnutrição aguda e medicamentos para doenças crônicas. Além disso, a **OPAS** lançou um apelo global de US$ 24 milhões para restaurar a capacidade do sistema de saúde, que já operava em déficit antes dos desastres. O trabalho é focado em estabilizar o sistema de saúde e evitar surtos em abrigos temporários (ver: https://www.paho.org/pt/noticias/14-7-2026-resposta-do-setor-saude-ao-terremoto-na-venezuela-entra-na-fase-inicial e https://www.paho.org/en/documents/situation-report-no5-earthquakes-venezuela-2026-m72-and-m75). O governo brasileiro continua enviando ao país ajuda humanitária e para situações de emergência.

Na OMS, realizou-se, de 6 a 17 de julho, a sétima reunião do **Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) sobre o Acordo sobre Pandemias da OMS** WHO Pandemic Agreement como foco no tema polêmico do acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS) Outcome of the open-ended Intergovernmental Working Group on the WHO Pandemic Agreement in relation to the drafting and negotiation of the Annex described in Article 12 of the WHO Pandemic Agreement, sobre o qual, depois de 2 anos de trabalho do Grupo, ainda restam divergência entre os países. O programa de trabalho desenvolvido se encontra em WHO | IGWG7 e foto na nossa capa ilustra a reunião. Após duas semanas de negociações, os países reafirmaram seu compromisso de desenvolver um sistema PABS que permita o rápido compartilhamento de patógenos com potencial pandêmico, garantindo, ao mesmo tempo, a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes de seu uso, incluindo vacinas, diagnósticos e tratamentos para pandemias. Eles refinaram ainda mais a

minuta do texto, ao mesmo tempo em que deram continuidade às consultas sobre questões mais complexas para avançar em direção a um consenso. As discussões concentraram-se em vários elementos inter-relacionados do sistema PABS, incluindo os arranjos contratuais que sustentam a estrutura, a organização das redes laboratoriais responsáveis pelo compartilhamento e manuseio de patógenos com potencial pandêmico e suas informações de sequenciamento, e a definição dos benefícios decorrentes do compartilhamento de patógenos. O IGWG realizará sua oitava reunião de 14 a 18 de setembro de 2026. Leia mais no artigo de ***Reges, Bermudez e Galvão*** neste fascículo.

Esta protelação absurda de decisões concretas e imediatas no IGWG ocorre simultaneamente à rápida expansão da epidemia por Ébola (ou *Bundibugyo virus disease [BVD]*) https://www.who.int/emergencies/disease-outbreak-news/item/2026-DON613 como se nada estivesse ocorrendo na distante fronteira da República Democrática do Congo e Uganda (foto da capa), nem que casos já comecem a pipocar no Ocidente.

As guerras e os sacrifícios humanos e ambientais

O frágil cessar-fogo na guerra entre **EUA e Irã** foi rompido e bombardeios mútuos seguem em curso. A disputa pelo controle do estreito de Ormuz continua intenso, produzindo impactos econômicos no mundo todo. Qual a próxima neste 'novo normal' entre os litigantes de 'guerra quente — guerra fria'?

Em **Gaza**, apesar da declaração do Hamas de que renunciava à administração da Faixa e depunha armas. Foram muito tocantes as imagens da população palestina assistindo jogos da Copa no Mundo em meio aos montes de destroços da Faixa. As mortes de inocentes, a fome, a desnutrição, as doenças e os serviços de saúde em frangalhos continuam. O **sul do Líbano** também continua sofrendo incursões das forças de ocupação de Israel, afetando a população que está retornando ao seu território. Tudo isso apesar das repetidas declarações de autoridades libanesas de que o Hezbolah estaria sendo controlado. Netanyahu não contém suas forças militares, infinitamente superiores. Tampouco o faz (e nem aos colonos israelenses usurpadores de terras) no território ocupado da **Cisjordânia**.

As Nações Unidas divulgaram estatísticas estarrecedoras que apontam que 21 mil crianças foram mortas em Gaza, pelos bombardeios israelenses, sempre com o apoio dos EUA (foto da capa). Na Ucrânia quase 800 crianças foram aniquiladas pelas forças russas; números de crianças mortas na Rússia são desconhecidos. Erich Hartmann, piloto alemão da Segunda Guerra Mundial, disse há já bastante tempo que "*a guerra é um lugar onde jovens que não se conhecem e não se odeiam se matam por decisão de velhos que se conhecem, se odeiam, mas não se matam*". Podemos acrescentar, agora que *"a guerra é uma das causas mais abjetas de mortalidade na infância".*

O **Sudão** é o 3º maior país da África em área geográfica, atrás apenas da Nigéria e da República Democrática do Congo, com população de aproximadamente 40 milhões de habitantes. A guerra no país, em seu quarto ano, consiste em um conflito brutal pelo poder entre o exército oficial (SAF) e o grupo paramilitar Forças de Apoio Rápido (RSF). O país enfrenta a maior crise humanitária do mundo, com cerca de 14 milhões de deslocados e cerca de 21 milhões de pessoas passando por insegurança alimentar aguda. Ataques contra civis, deslocamentos em massa da população, agressões sexuais contra mulheres e crianças, deterioração da assistência no campo da saúde e educação, colapso dos serviços básicos

continuam a assolar o país marcado por graves violações dos direitos humanos. Os ataques continuam se intensificando nos últimos tempos e as violações se tornaram sistemáticas, ligadas a questões étnicas, políticas, religiosas e geográficas. O conflito, que tem forte participação de interesses externos e potências estrangeiras. O mundo está virado de costas para estes horrores.

Proteger Cuba

Repetimos aqui um chamado a todos os democratas do mundo e, particularmente, da América Latina, para prestar concreta solidariedade com a população cubana, que vive imensa crise humanitária, e em defesa da soberania da ilha caribenha, que já deu exemplos contundentes ao mundo do que pode o Estado e a sociedade fazer pela educação e saúde de uma população, mesmo na vigência de cruéis adversidades impostas por um bloqueio econômico de dezenas de anos, ampliada pelo atual governo dos EUA.

Da Europa aos BRICS, o mundo acelera a corrida pela soberania nos pagamentos

A União Europeia não é a única a movimentar-se para acabar com a dependência face às gigantes norte-americanas. Os BRICS têm assumido um papel central na criação de novas infraestruturas de pagamentos e no Reino Unido há um projeto ambicioso que dá os primeiros passos.

Durante anos, a dependência do sistema de pagamentos das gigantes norte-americanas Visa e Mastercard foi vista apenas como um detalhe técnico — uma espécie de "preço a pagar" por um serviço ou produto. No entanto, com a chegada de Donald Trump ao poder, a possibilidade de esta infraestrutura ser utilizada como uma arma geopolítica veio aumentar a necessidade de alcançar a soberania – e BRICS, a União Europeia (UE) e outras regiões e grupos de países começam a se mover rapidamente nesse sentido.

Ao mesmo tempo, as estrepolias econômicas de Trump continuam: nesta semana aplicou 50% sobre a maioria das exportações do Canadá e, como amplamente anunciado, 25% sobre exportações brasileiras para os EUA. Novas tarifas são esperadas, sem estar claro sobre que países e que tamanho terão.

FAO lança relatório mundial sobre alimentação e segurança alimentar

Três anos consecutivos de progresso na redução da fome global demonstram que a fome não é inevitável, afirmou nesta terça-feira o Diretor-Geral da *Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)*, *Qu Dongyu*, durante o lançamento da edição de 2026 do relatório "*O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo* (SOFI)" (foto da capa). Segundo o relatório SOFI, estima-se que 645 milhões de pessoas (7,8% da população mundial) enfrentaram a fome em 2025. Esse número representa quase 14 milhões de pessoas a menos do que em 2024 e 43 milhões a menos do que no pico registrado em 2022. A situação da insegurança alimentar também melhorou. Em 2025, cerca de 2,1 bilhões de pessoas vivenciaram insegurança alimentar moderada ou grave — quase 86 milhões de pessoas a menos do que no ano anterior. Os maiores avanços foram registrados na América do Sul e na Ásia, particularmente no Sul da Ásia. Ao discursar no evento de lançamento, realizado na sede da FAO em Roma, Qu afirmou que as conclusões do relatório demonstram que ações políticas decididas podem gerar resultados.

Resultado do calor extremo, incêndios florestais multiplicam-se pelo mundo

Estar na Costa Leste dos EUA na semana passada proporcionou a um dos nossos editores (PMB) viver o dramático momento da invasão de megatoneladas de fumaça que cobriram os céus da região, vindas das queimadas do Canadá. Garganta irritada, olhos lacrimejantes e dificuldade para respirar, foi possível presenciar o que poderá ser o "novo normal", dada a frequência com que estas queimadas têm se repetido e os ventos espalhado seus efeitos por largas porções de territórios (foto da capa). No Brasil também temos tido as queimadas amazônicas, do Pantanal e do Cerrado. No caso da Amazônia, entretanto, a boa notícia dada esta semana pelo *Relatório Anual do Fogo no Brasil* publicado pelo *MapBiomas,* foi que entre 2024 e 2025 as queimadas reduziram a metade e 31% em relação à média histórica de 2005 a 2025, constituindo-se na menor área queimada dos últimos 41 anos.

Todas as regiões do mundo têm sido afetadas nos verões tórridos, com importante perda de biodiversidades e impactos sobre a saúde humana e planetária, incluindo aí o degelo das calotas polares e a invasão das águas sobre terras insulares baixas no Pacífico. Não esquecer, tampouco, o impacto direto do calor intenso, ameaçando de forma inequitativa a vida de idosos, crianças e famílias mais pobres. A questão é global, permanente e crescente, como o é o negacionismo climático de alguns governos de grandes países responsáveis pela maior parte das emissões. Até quando?

Regiões, territórios e temas em foco

Nossos analistas apresentam a seguir, em seus respectivos informes, as diversas **instituições do sistema multilateral** e temas de que elas se ocupam: *desenvolvimento, direitos humanos, trabalho, saúde da mulher e da criança, fome e segurança alimentar, comércio e propriedade intelectual, meio ambiente, saúde, educação e cultura, migração e refúgio, entre outros, e incluindo as instituições de Bretton Woods (FMI e Banco Mundial) e os bancos regionais de desenvolvimento*. Sempre que possível buscando explicar os nexos e impactos destes temas sobre a saúde humana e planetária**.** Também buscamos cobrir o posicionamento da *sociedade civil global de interesse público e de interesse privado*, ator de enorme importância nos destinos da saúde global e da diplomacia da saúde.

Pesquisador e analista responsável por acompanhar a complexidade das **Nações Unidas**, ***Alcázar*** trata do HLPF 2026, que este ano propõe a realização do Compromisso de Sevilha para fechar o gap financeiro de US$ 4 trilhões e avançar na Agenda 2030. Os debates do HLPF são estimulantes e dão razão à esperança, mas é preciso levar em conta o pano de fundo que está aí e não pode ser ignorado. O artigo discorre sobre esse pano de fundo que orienta os debates e molda as opiniões. No final, o pano de fundo se confunde com um lenço de bolço levado ao nariz.

Esteves apresenta os resultados brasileiros da terceira onda do *survey* da *Körber Emerging Middle Powers Initiative* (KEMP), realizada entre janeiro e abril de 2026 junto às comunidades de política externa de Brasil, Alemanha, Índia, Indonésia e África do Sul. Três achados organizam o argumento. Primeiro, a avaliação dos Estados Unidos deteriorou-se em todas as frentes (influência global, impacto sobre o Brasil e dominância do dólar), movimento que o texto associa aos efeitos da doutrina Donroe sobre as instituições multilaterais e sobre a América Latina. Segundo, a aprovação recorde da condução da política externa brasileira (88%) configura um *rally around the flag*: diante da coerção externa, a comunidade cerra fileiras em torno do governo. Terceiro, os respondentes articulam uma agência reconstrutiva de potência

média, voltada à reforma da governança global, à multiplicação de grupos como o BRICS e ao pluralismo monetário, sem trocar Washington por Pequim: o não alinhamento e o hedging permanecem majoritários.

No âmbito do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, o informe de ***Gaspar e De Negri Filho*** apresenta uma síntese do relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, Elisa Morgera, intitulado *Transformar os sistemas alimentares para garantir um clima seguro e saúde para todos*. O documento analisa as relações entre sistemas alimentares, combustíveis fósseis, mudanças climáticas e direitos humanos, destacando os impactos da agricultura industrial, dos pesticidas, fertilizantes e plásticos sobre o clima, a biodiversidade e a saúde humana. O relatório enfatiza os efeitos desproporcionais desses modelos sobre povos indígenas, comunidades camponesas, pescadores artesanais, mulheres e crianças, cujos direitos à alimentação, à saúde, à água, ao território e à cultura são frequentemente afetados. Também discute a concentração do poder corporativo, a desinformação climática e a necessidade de fortalecer sistemas agroecológicos, a pesca baseada em ecossistemas e os conhecimentos tradicionais como estratégias centrais para a justiça climática, a segurança alimentar e a proteção dos direitos humanos.

Reges, Bermudez e Galvão analisam a governança da saúde global que atravessa um período de intensa transformação, impulsionado por negociações multilaterais, pela atualização de recomendações baseadas em evidências e pela resposta a emergências sanitárias. Entre os principais avanços, destacam-se as negociações do Anexo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS) do Acordo sobre Pandemias da **Organização Mundial da Saúde (OMS)**, que evidenciam diferentes perspectivas sobre os mecanismos de compartilhamento de patógenos, repartição de benefícios e fortalecimento da equidade entre países. Paralelamente, a atualização das diretrizes da OMS para redução do risco de declínio cognitivo e demência reforça a prevenção como estratégia prioritária, enfatizando a atuação sobre fatores de risco modificáveis, como atividade física, alimentação saudável, controle de doenças cardiometabólicas, interação social e redução da exposição à poluição do ar. No contexto das **emergências sanitárias**, a resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo demonstra avanços expressivos no desenvolvimento acelerado de diagnósticos, terapêuticos e vacinas, alinhados à Missão dos 100 Dias, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios persistentes relacionados à vigilância epidemiológica, ao acesso oportuno aos serviços de saúde, ao financiamento sustentável e à coordenação internacional. Em conjunto, esses temas ilustram a crescente integração entre ciência, inovação, políticas públicas e cooperação multilateral como elementos essenciais para fortalecer a preparação, a prevenção e a resposta às futuras emergências de saúde pública.

Magalhães e Galvão abordam temas na área de **saúde e ambiente**. A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a primeira Agenda Regional de Pesquisa sobre Saúde, Migração e Deslocamento para a Região do Pacífico Ocidental, destacando que as mudanças climáticas intensificam o deslocamento populacional e ampliam os desafios para os sistemas de saúde. O documento aponta lacunas de conhecimento sobre os impactos da migração climática, especialmente em saúde mental, doenças crônicas, saúde materno-infantil e vigilância epidemiológica, e recomenda fortalecer sistemas de saúde inclusivos, melhorar a produção de dados, ampliar a vigilância climática e promover pesquisas que subsidiem políticas públicas baseadas em evidências. Entre 13 e 17 de julho de 2026, a 48ª Reunião do Grupo de Trabalho

Aberto (OEWG-48) do Protocolo de Montreal, realizada em Bangkok, discutiu a implementação da Emenda de Kigali e preparou as decisões da 38ª Reunião das Partes (MOP-38), prevista para novembro. As negociações reafirmaram o sucesso do Protocolo de Montreal na recuperação da camada de ozônio e destacaram a contribuição da Emenda de Kigali para a mitigação das mudanças climáticas por meio da redução gradual dos hidrofluorcarbonetos (HFCs). Os principais temas incluíram a reposição do Fundo Multilateral para 2027–2029, a adoção de tecnologias de resfriamento sustentáveis e eficientes, o fortalecimento da capacidade técnica dos países e o combate ao comércio ilegal de substâncias controladas. A primeira Pesquisa Deliberativa sobre resistência antimicrobiana (RAM), realizada com 2.419 participantes de seis países de renda média, mostrou aumento do apoio a 43 das 45 propostas de políticas após discussão baseada em evidências. No Brasil, prevaleceu a abordagem de "prevenção em primeiro lugar", com preferência por supervisão profissional em vez de proibições totais do uso de antibióticos na pecuária.

Em relação à **saúde do trabalhador**, o artigo de ***Peres*** aborda a exposição de trabalhadoras e trabalhadores ao calor extremo, agravada pela mudança do clima, tem sido consistentemente associada à piora das condições de saúde, manifestada pela desidratação, aumento da temperatura corporal, aumento do estresse e da fadiga, assim como à piora das condições de saúde mental, entre diversos outros sintomas e agravos. Com maior incidência em trabalhadores que desenvolvem suas atividades ao ar livre, como os trabalhadores da construção civil, ciclo-entregadores e agricultores, a exposição ocupacional ao calor tem sido frequentemente descrita como um dos mais importantes impactos do trabalho contemporâneo, em um contexto de emergência climática, com evidências registradas em diferentes partes do planeta, especialmente em países do Sul Global com intensa atividade econômica, como o Brasil e outros países latino-americanos. A natureza precarizada e autogestionada do trabalho em plataformas — onde a remuneração depende da aceitação contínua das tarefas, limitando intervalos e aumentando a jornada de trabalho — pode reduzir a capacidade dos trabalhadores de se adaptarem durante os picos de calor, levando estes trabalhadores a exceder, frequentemente, sua capacidade de trabalho físico, independente do aumento do stress térmico. Um contexto de vulnerabilidade que não decorre, portanto, apenas da exposição ambiental, mas da convergência entre os fatores ambientais/climáticos e outros, próprios da organização do trabalho, como a gestão algorítmica, a remuneração por tarefa e a ausência de proteções sociais básicas. Conclui-se que, neste contexto, torna-se urgente elaborar e implementar novas normas e orientações específicas para a mitigação e adaptação das estratégias para a garantia e a promoção da saúde do trabalhador à mudança do clima, a partir da legítima cooperação entre governos, organizações de empregadores e de trabalhadores — base fundamental para o desenvolvimento de políticas práticas e eficazes no mundo do trabalho.

O informe elaborado pelo ***Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global*** apresenta um panorama das notícias da última quinzena sobre a temática de saúde e mobilidade humana. Primeiro, são comentadas duas questões relacionadas às mudanças climáticas: a nova agenda de pesquisa em migração, refúgio e mudanças climáticas da OMS para o Pacífico Oeste e a análise da OPAS sobre os impactos do El Niño sobre a saúde no continente americano. A nova agenda de pesquisa da OMS, lançada em julho, busca compreender e responder às lacunas de conhecimento sobre migrações e refúgio na região do Oeste do Pacífico e que são obstáculos para a formulação e implementação de políticas que garantam a cobertura universal de saúde. A agenda engloba quatro temas principais e foi elaborada pela OMS em colaboração com outras

agências das Nações Unidas, a academia e a sociedade civil organizada. Já a análise de situação da OPAS investigou os efeitos do El Niño, que deve ocorrer entre meados de 2026 até 2027, sobre a saúde, desde o risco aumentado de doenças infecciosas, agravamento de doenças crônicas por estresse térmico, sobrecarga e impactos diretos sobre os sistemas de saúde e sobre as cadeias de suprimento no continente. No documento, a OPAS destaca as consequências ainda mais profundas sobre as populações em situação de vulnerabilidade, entre elas, as comunidades migrantes e refugiadas. Depois, o informe traz um novo estudo do ACNUR no Brasil em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, em que, a partir dos dados do mercado de trabalho formal, da arrecadação tributária e das contas públicas entre 2018 e 2024, foi possível identificar o impacto positivo da inclusão socioeconômica de pessoas refugiadas para a economia brasileira. Finalmente, é discutida a atuação do ACNUR na recepção e integração de refugiados haitianos no Brasil, diante a um aumento no número de pessoas em deslocamento vindas do país. As estratégias de acolhimento envolvem desde o acesso imediato a informações de documentação, serviços essenciais e de proteção até a integração local e a promoção de direitos.

Com foco na **saúde da mulher e da criança**, ***Massari, Vilella e Gomes*** apresentam o *Children's Climate Risk Report 2026*, publicado pelo **UNICEF**, destacando seus principais conceitos, indicadores e evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde e no desenvolvimento infantil. O relatório demonstra que a vulnerabilidade das crianças resulta da interação entre a exposição a múltiplos riscos climáticos, as características próprias do desenvolvimento infantil e as limitações no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, proteção social, água, saneamento e nutrição. Essa combinação amplia as desigualdades, compromete o exercício de direitos e intensifica os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e o bem-estar das crianças. Por fim, o artigo analisa a participação da **ONU Mulheres** no *High-Level Political Forum on Sustainable Development* (HLPF) 2026, discutindo seus principais posicionamentos e os desafios para transformar os compromissos internacionais em políticas efetivas de promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável.

Gaspar e Sanglard aprofundam o Informe 11-26 **UNESCO**, dedicado às iniciativas da Organização para a promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais. Analisam a construção histórica da agenda antirracista da UNESCO a partir das Declarações sobre Raça de 1950 e 1951, das reações científicas e políticas que elas suscitaram e de sua influência sobre convenções internacionais posteriores. As autoras examinam ainda o Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil, a História Geral da Humanidade, a Rota das Pessoas Escravizadas, as Rotas da Seda e os atuais Fóruns Globais contra o Racismo e a Discriminação, evidenciando a contribuição da UNESCO para a consolidação de uma cultura internacional baseada na igualdade, na diversidade cultural e nos direitos humanos.

No campo da **segurança alimentar e nutricional global**, ***Nilson, William e Oliveira e Silva*** discutem as perspectivas globais e regionais para o alcance das metas para 2030 em relação à fome e à pobreza, explorando como os choques externos e os choques políticos e militares têm afetado a segurança alimentar e nutricional global. Dentre os choques externos, damos destaque particular para as potenciais consequências do El Niño entre 2026 e 2027, que pode agravar fenômenos climáticos extremos e causar impactos sobre a produção e acesso a alimentos em nível global, particularmente em populações em situação de vulnerabilidade.

Cazumbá traz informes sobre o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e o **Banco Mundial (BM)** que divulgaram em julho as suas cooperações na Venezuela e na Faixa de

Gaza. O BID preparou um pacote de subsídios para apoiar a Venezuela devido aos fortes terremotos que atingiram uma parte do país, no final de junho. O BM apresentou que irá seguir apoiando a Faixa de Gaza através de projetos que envolvam o atendimento a emergências, a reparação, reconstrução de Gaza e da Cisjordânia.

Tavares Soares aborda o Sul Global, tratando da inserção dos **Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs)** no Sul Global, com uma introdução que analisa a relevância geral desses Bancos no financiamento e apoio técnico de Projetos de Desenvolvimento para os países do Sul Global. Em seguida se detalha o papel e a contribuição dos principais Bancos Regionais do Sul Global: do Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS (NDB), do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF).

Chamas e Cesário analisam desenvolvimentos recentes da *governança multilateral* envolvendo a **Organização Mundial do Comércio (OMC)**, a **Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD)** e a **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. O informe examina o processo de reforma institucional da OMC e o andamento das negociações multilaterais após a 14ª Conferência Ministerial, as prioridades políticas e normativas discutidas nas Assembleias da OMPI de 2026 e a crescente centralidade da propriedade intelectual e da inteligência artificial na economia mundial. Analisa as principais conclusões do *World Intangible Investment Highlights 2026*, evidenciando a expansão do investimento em ativos intangíveis e a posição do Brasil nesse cenário, bem como os resultados do *World Investment Report 2026* e do painel sobre dependência de commodities da UNCTAD, que revelam a crescente concentração do investimento internacional, os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e a persistência da reprimarização das exportações brasileiras.

O ***GT sobre Movimentos Sociais Globais e Saúde***, liderado por ***Luis Eugênio de Sousa,*** monitoraram nesta quinzena, 62 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)**, das quais 42 fizeram manifestações relevantes para esse informe. Entre as **organizações de interesse público**, conflitos armados na Palestina, na Ucrânia e no Sudão dominaram as preocupações. A crise na Venezuela, agravada por terremotos, também mobilizou as OSC, notadamente as que prestam serviços humanitários. O surto de Ebola na RDC foi outro tema frequente das manifestações que destacam a insuficiência da resposta internacional. A Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, a covid longa, os determinantes sociais da saúde, a equidade e os direitos humanos foram temas abordados por várias organizações. Também a interseção entre clima e saúde, o fortalecimento dos sistemas de saúde, a Cúpula da OTAN e o uso responsável da IA foram temas de várias manifestações. As **organizações de interesse privado**, por sua, concentraram-se em três eixos. Em resposta a epidemias, a Fundação Rockefeller apoiou a assistência internacional para o Ebola, a Wellcome revisitou lições da epidemia e a GAVI destacou desafios logísticos e avanços das vacinas de mRNA. Em inovação e governança de dados, GAVI, Wellcome e FIND abordaram inteligência artificial, governança de dados e parcerias científico-tecnológicas. Em financiamento, a Fundação Rockefeller criou comissão para reformular a assistência internacional, a Wellcome ajustou processos de financiamento e a FIND ampliou o programa Access to Continuous Glucose Monitoring Technologies for Equity in Diabetes Management (ACCEDE).

De Negri e De Negri Filho examinam os entrelaçamentos estruturais entre dívida soberana, recuo do financiamento climático e o desmonte sistemático dos sistemas de saúde no Sul Global. No bloco Panorama, analisam o abandono da meta de financiamento climático pelo

Banco Mundial sob pressão dos EUA, a lacuna entre compromissos climáticos internacionais e o financiamento efetivo para adaptação da saúde, a crise humanitária na Venezuela pós-terremoto sob décadas de sanções estadunidenses que custaram centenas de bilhões em receitas petrolíferas perdidas, e o apelo da China pela revitalização da ONU em meio às crescentes tensões geopolíticas. No bloco Saúde, examinam a destruição da infraestrutura de saúde em Gaza e no Líbano como tática genocida, o alvejamento sistemático de trabalhadores da saúde palestinos, o marco da saúde planetária para compreender o adoecimento em contextos de conflito, o impacto devastador do acordo farmacêutico entre EUA e Reino Unido sobre o NHS, e a ameaça global da desinformação à ciência e à segurança sanitária.

Ungerer, Kastrup e Monteiro apresentam o **Sul Global**. No Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2026, as articulações das nações em desenvolvimento consolidaram a pressão por reformas estruturais, espaço político e novos mecanismos de governança global. O UNOSSC pavimentou o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), previsto para 11 de setembro. Em parceria com o Uruguai (presidência do G-77), defendeu a integração da CSST nas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) e co promoveu debates sobre a reforma da ONU (UN80) e a revisão da BAPA+40, focando em soberania tecnológica, saúde e transição energética justa. Como exemplo prático de CSST estruturante, destacou-se a parceria em saúde entre Brasil e Angola (2023–2027). Financiado com US$ 200 milhões do Banco Mundial, o projeto visa capacitar 38 mil profissionais angolanos por meio de diversas universidades brasileiras, incluindo a participação da Fiocruz e atualizará o mapa entomológico para fortalecer o sistema de saúde local. Articulação G-77 + China e MNA: Os blocos intensificaram a defesa do multilateralismo e celebraram a adoção da Declaração Ministerial do HLPF. Exigiram a reforma da arquitetura financeira internacional, o cumprimento do financiamento climático por países desenvolvidos e o respeito às responsabilidades compartilhadas. Na AGNU, uniram-se ao massivo consenso internacional contra o bloqueio econômico dos EUA a Cuba, enquanto o NAMYO celebrou três anos em Baku promovendo capacitação sustentável. A atuação do Centro Sul em fóruns paralelos evidenciou as assimetrias globais. O órgão criticou o vácuo jurídico na OMC gerado por subsídios unilaterais norte-americanos, combateu o monopólio na governança da IA e defendeu flexibilidades em propriedade intelectual (OMPI) voltadas ao interesse público.

Bissio nos traz um olhar atento sobre o panorama internacional que nos permite constatar que nos encontramos numa etapa histórica caracterizada por transformações profundas. Essas mudanças ficam mais perceptíveis se fizermos um exercício simples: pensar como era o mundo um século atrás.

Ungerer analisa o papel dos Centros Colaboradores (CC) na Reforma da OMS e na Iniciativa ONU80, abordando sobre o Primeiro Fórum Global de Centros Colaboradores (CCs) da OMS, realizado em Lyon, França, em abril de 2026, e que se consolidou como uma plataforma única de discussão. Com uma participação híbrida de 577 Centros Colaboradores de todas as partes do mundo, o Fórum apresentou uma grande diversidade e o compromisso técnico. A OMS enfatizou que a estrutura dos Centros Colaboradores, historicamente fragmentada e atuando isoladamente, precisa evoluir urgentemente de “centros individuais” para um modelo de parceria e rede global conectada. O objetivo deve ser potencializar o impacto coletivo, aperfeiçoar a governança compartilhada e alinhar as capacidades técnicas científicas com as prioridades dos países e o 14º Programa Geral de Trabalho (GPW14) da OMS.

O informe de ***Burger, Estephanio e coautores*** analisa o panorama do **G20** no período antecedente aos encontros da Trilha de Finanças em Asheville, destacando duas entregas centrais. No campo regulatório, examina-se o relatório do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) sobre boas práticas para a adoção responsável da Inteligência Artificial no setor financeiro. Paralelamente, avaliam-se as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ciclo 2022–2026, que evidenciam uma acentuada assimetria fiscal no bloco, caracterizada pela forte expansão do endividamento em países como China e Brasil, em contraste com a estabilização e a desalavancagem observadas em economias como Itália, Argentina e Japão. A quinzena de 6 a 19 de julho de 2026 acionou os instrumentos do **G7**: declaração conjunta dos chanceleres sobre o Sudão; o Apelo da Martinica; o debate sobre a exequibilidade dos padrões de governança da inteligência artificial; a corrosão do teto de preços sobre o petróleo russo; e a tarifa de 25% imposta ao Brasil. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a divulgação da edição mais atual de seu panorama sobre emprego em perspectiva internacional, dois estudos sobre inteligência artificial e mercado de trabalho, um relatório sobre tributação internacional, uma pesquisa sobre surveys de saúde, um panorama sobre cadeias de valor globais e um estudo sobre políticas de desenvolvimento sustentável.

Hoirisch informa que durante a última reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos **BRICS** em junho em Délhi, os representantes discutiram a natureza dos desafios de segurança nacional em rápida evolução, bem como o papel das novas tecnologias nas ameaças emergentes à segurança. Na ocasião, o chanceler da China Wang Yi, fez uma série de sugestões como a proteção do multilateralismo; o enfrentamento dos desafios globais de energia e da segurança alimentar; o reforço da cooperação em matéria de recursos minerais estratégicos; a manutenção da atenção para os riscos representados pela Inteligência Artificial e a regulamentação do seu desenvolvimento e o apoio à ONU como principal canal para a promoção do ciberespaço global e da governança digital. As proposições da China fazem sentido. Os países do BRICS projetaram um pico de demanda de energia nos próximos anos que está sendo impulsionado pela rápida expansão de *data centers*, inteligência artificial e veículos elétricos. Para sustentar essa demanda, será importante armazenar energia combinando tecnologias de baterias e projetos hidrelétricos por bombeamento. Para lidar com a insegurança alimentar, os BRICS vêm discutindo a Bolsa de Grãos (*BRICS Grain Exchange*) com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países. Em relação aos recursos minerais estratégicos, a exemplo da Índia, os países deveriam incluir as terras raras no seu Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica dos países. Poderiam perseguir o modelo da Indonésia, uma potência em minerais críticos que criou uma agência estatal voltada à gestão desses recursos nacionais e impôs restrições às exportações. A reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos BRICS ocorreu em um momento crucial, antes da Cúpula de Líderes dos BRICS agendada para setembro, na Índia.

No informe sobre **América Latina e Caribe (ALC),** nossos analistas ***Tobar e Brito*** abordam sobre os índices macroeconômicos que melhoraram no último semestre, mas as dificuldades de economias muito vulneráveis a choques externos ainda prevalecem na América Latina. O tema da insegurança cresce como agenda política da região e fortalece pressões externas, como a dos EUA, para ações unilaterais, como sanções a grupos de narcotraficantes, como as multilaterais, como a Grande Aliança. Argentina reivindica a soberania das Malvinas e da produção científica, tecnológica e produtiva. O governo boliviano tenta procurar os culpados pelas paralisações sociais dos últimos meses. O governo mexicano tenta buscar tratamento digno para migrantes.

E por fim, a ONU se aproximou da Colômbia para lembrar da importância do processo de paz e do Haiti para denunciar a crise da insegurança e vulnerabilidade social.

O ***GT Fiocruz sobre África***, liderado por ***Augusto Paulo Silva***, trazem notícias que a Escola de Saúde Pública do INS de Moçambique (ESP/INS) foi inaugurada em Maputo, com a presença de autoridades moçambicanas e brasileiras, incluindo representantes da Fiocruz. A instituição visa ampliar a qualificação de recursos humanos e fortalecer o sistema de saúde, alinhando-se ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP e à designação do INS como Centro de Excelência do CDC África. A escola ofertará cursos de curta duração e programas de pós-graduação em áreas estratégicas, apostando na transformação digital para alcançar profissionais em diversas regiões do país. Simultaneamente, noutra parte do continente, a situação epidemiológica do Ebola na República Democrática do Congo deteriorou-se, expandindo-se geograficamente para cinco Províncias, com o registro de 339 novos casos e 198 mortes no período. A taxa de letalidade atingiu 36,6%, indicando busca tardia por cuidados e alta mortalidade comunitária. A transmissão recente concentra-se na província de Ituri. O rastreamento de contatos permanece abaixo das metas operacionais. Uganda não registrou novos casos e aproxima-se da declaração de fim do surto, embora mantenha vigilância devido ao alto risco de reintrodução transfronteiriça. A resposta internacional, liderada pela OMS e parceiros, envolve o envio de suprimentos, ampliação de leitos, descentralização laboratorial, início do ensaio clínico PARTNERS e fortalecimento da triagem em pontos de entrada, enfrentando desafios como resistência comunitária, insegurança e restrições operacionais.

Faltando menos de quatro anos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), ***Marques*** afirmar que é notório o fracasso abismal da Agenda 2030. Múltiplas crises, disputas geopolíticas e econômicas, difícil acesso a recursos e tecnologias e as guerras e conflitos contribuíram para o grande retrocesso. Trazer para o informe os Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) de somente oito países das regiões observadas, trouxe um gosto de fracasso. Por outro lado, olhar como os países da **Ásia** e do **MENA** começaram a traçar e avançar em estratégias de transição estrutural a serem implementadas até 2050, à medida que a meta 2030 virou "agenda morta", mostra que esses atores tomaram as rédeas para uma robusta arquitetura de governança de longo prazo. O objetivo do Marco Estratégico 2050 (ou Agenda 2050) não é apenas ser a sucessora da Agenda 2030; o foco deixa de ser "redução de danos" para ser a reconfiguração das matrizes tecnológicas, sanitárias e produtivas dos Estados. Nas regiões Ásia-Pacífico, Ásia Central e MENA, o horizonte 2050 não é apenas uma meta ambiental; é a espinha dorsal de planos de sobrevivência climática, transição geoeconômica e segurança alimentar. Olhar para o conjunto de documentos regionais percebe-se o paradoxo energético e tecnológico e que não existe um modelo único de sistema de saúde resiliente ao clima. O Marco 2050 trata a crise climática como um multiplicador de ameaças à saúde; o foco das agendas migrou de "metas econômicas isoladas" para a resiliência de sistemas de saúde frente ao estresse térmico extremo, à migração forçada e à insegurança alimentar crônica.

Em seu artigo, ***Lobato e Zamudio*** analisam que a China reforçou sua estratégia de liderança na governança global da inteligência artificial durante a WAIC 2026, em Xangai, defendendo cooperação internacional, regulação multilateral e acesso mais equitativo às tecnologias emergentes. O principal avanço foi a criação da *World Artificial Intelligence Cooperation Organization* (WAICO), assinada por 29 países, Brasil incluso, e voltada à coordenação internacional em IA. Complementando essa iniciativa, Pequim lançou um plano de

ação baseado em dados, capacidade computacional, padrões técnicos, ética e governança. A proposta busca transformar a cooperação em mecanismos concretos de capacitação tecnológica, consolidando a influência chinesa na definição das futuras regras globais da inteligência artificial. No campo científico, a posse da presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader, como membro estrangeiro da Academia Chinesa de Ciências reforçou a crescente diplomacia científica sino-brasileira e a importância da cooperação internacional em inovação e pesquisa. Na área da saúde, a China ampliou sua Lista Nacional de Medicamentos Essenciais, incorporando terapias inovadoras para diabetes e câncer, enquanto estudos internacionais destacaram o fortalecimento da capacidade chinesa de pesquisa clínica e inovação farmacêutica. Persistem, contudo, desafios relacionados à inclusão de trabalhadores da economia de plataformas nos sistemas de proteção social. Entre os avanços tecnológicos, destacou-se o sucesso do foguete reutilizável Longa Marcha-10B, cuja recuperação controlada representa um marco para o programa espacial chinês. Por fim, a resposta coordenada a tufões e inundações evidenciou a capacidade estatal de mobilização, planejamento e uso de tecnologias avançadas de monitoramento e gestão de riscos, reforçando a imagem da China como potência tecnológica e organizacional emergente.

Bahadian analisa o impacto do aumento das tarifas alfandegárias sobre produtos brasileiros realizado pelo governo dos Estados Unidos. Esta medida contraria regras básicas do comércio internacional e se apoia em leis internas dos Estados Unidos (lei 301) em clara contradição com as regras da OMC e até mesmo do GATT, em particular a regra básica do intercâmbio internacional conhecida como “cláusula de nação mais favorecida”.

Estante



A seção traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras para que possamos compartilhar diversas contribuições a cada fascículo editado. A ESTANTE fica no final do fascículo, antes da lista de autores e dos créditos dos *Cadernos*.

Fiocruz na Saúde Global

Oportunidades internacionais de financiamento (Fonte: FIOTEC)

1. Pasteur Excellence in Research and Leadership Program (PERL)

O objetivo do programa é promover projetos colaborativos inovadores entre um pesquisador principal do Instituto Pasteur de Paris e um dos Institutos da Rede Pasteur, apoiando a validação de conceitos para tornar os projetos competitivos para receber financiamento de alto nível nas áreas prioritárias de ameaças de doenças infecciosas, transições ambientais e saúde, origens das doenças, saúde e doenças nos extremos da vida. A data limite para inscrições: 12 de agosto. Interessados devem enviar e-mail para inceptionphase@fiotec.fiocruz.br, informando na mensagem o título da oportunidade, destacado acima em azul. Recursos totais de 200 mil euros; período de execução: até dois anos. Edital

completo em: Pasteur Excellence in Research and Leadership Program (PERL) (https://us.list-manage.com/zUug_hjqEY7?e=413a35009c&c2id=e8a12ba3e731ac5dd9a46f1dd15eb935)

2. Subvenções de impacto da OMS/TDR para prioridades regionais (2026/2027)

O objetivo é apoiar a eliminação de doenças transmissíveis na América Latina e Caribe por meio de propostas que facilitem e fortaleçam a pesquisa com abordagem integrada e multicêntrica. Data limite de inscrições: 5 de agosto. Financiador: OMS/OPS e TDR. Envie e-mail para inceptionphase@fiotec.fiocruz.br, informando na mensagem o título da oportunidade, destacado acima em azul. Valor: US$ 30 mil por proposta selecionada; período de execução: entre 12 e 18 meses. Edital completo em: Subvenções de impacto da OMS/TDR para prioridades regionais (2026/2027) (Salesforce)

Seminário Avançado da Fiocruz debate *Agenda 2030* no dia 29 de julho

Com participação de importantes pesquisadores e gestores brasileiros, os *Seminários* vão discutir onde estamos com relação à *Agenda 2030 e seus ODS*, e para onde vamos, depois da realização do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável 2026 (HLPF, na sigla em inglês), que avaliou em profundidade os ODS 6, 9, 9, 11 e 17, além de documentos analíticos das Nações Unidas e Relatórios Nacionais Voluntários de 26 países, inclusive do Brasil.



Instituto Nacional de Saúde de Moçambique inaugura Escola de Saúde Pública com apoio da Fiocruz e Ministérios da Saúde do Brasil e Moçambique firmam acordos

A Fiocruz participou, entre 11 e 14 de julho, do início da atuação da *Escola de Saúde Pública de Moçambique (ESP)*, iniciativa voltada ao fortalecimento da formação de profissionais e do Sistema Nacional de Saúde daquele país. A Fiocruz participa da comitiva do Ministério da Saúde. A criação da Escola de Saúde Pública integra os esforços do governo de Moçambique para ampliar a qualificação de recursos humanos em saúde e fortalecer a capacidade institucional do país. A iniciativa está alinhada aos compromissos do *Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa* (CPLP) e à recente



designação do *Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique* como Centro de Excelência do Centro Africano para o Controlo e Prevenção de Doenças (Africa CDC) para a formação em saúde pública dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop).

A programação incluiu a assinatura de *memorandos de entendimento entre o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e instituições parceiras* nas áreas de transformação digital, pesquisa e formação em saúde. Ademais, os *Ministérios da Saúde do Brasil e de Moçambique* assinaram memorandos de entendimento que ampliam a cooperação técnica entre os dois países, consolidando parcerias em áreas estratégicas como política de sangue e hemoterapia, prevenção e tratamento do câncer, ampliação da produção de medicamentos e vacinas, formação de profissionais, saúde digital e desenvolvimento institucional dos sistemas públicos de saúde. Outro destaque da agenda foi a assinatura de acordo de cooperação entre a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e a autoridade reguladora de medicamentos de Moçambique.



O presidente da Fiocruz, Mario Moreira, afirmou que “a cooperação com Moçambique, para além de uma cooperação técnica, é para o desenvolvimento de ambos os países. Acreditamos firmemente que este tipo de cooperação, numa perspectiva de justiça social, permite às pessoas terem acesso à melhor saúde possível”. Moreira acrescentou que “a escola já nasce contemporânea, antenada com os grandes desafios de saúde pública que estão colocados em escala global, em escala do continente africano, em escala de Moçambique, e se apoia fortemente em tecnologias digitais”. (Fonte: Agência Fiocruz de Notícias, 13/07/2026)

Ministério da Saúde atualiza com OPS o marco normativo da cooperação técnica internacional

Após 15 anos, o *Ministério da Saúde* atualiza o *marco normativo da Cooperação Técnica Internacional*, fortalecendo a governança dos projetos desenvolvidos com organismos internacionais e adequando sua gestão aos atuais referenciais institucionais e estratégicos. O ministro *Alexandre Padilha* e o Diretor da Organização Panamericana da Saúde, *Jarbas Barbosa*, firmam documento no dia 29/07 na sede da OPAS, em Brasília. O movimento é de fortalecimento da cooperação técnica do Brasil com a OPAS/OMS, considerando que o Brasil conta hoje com 27 Centros Colaboradores designados, o maior número da região das Américas.

DG da OMS Tedros Adhanom é homenageado pela Fiocruz com o título de Doutor *Honoris Causa*



Na próxima semana, o DG da OMS receberá seu título de *Doutor Honoris Causa da Fiocruz*, concedido pelo Conselho Deliberativo da instituição. O título foi concedido pelo reconhecimento das inúmeras contribuições do dr. Tedros à saúde global ao longo do último decênio, e numa conjuntura de redução drástica de financiamento e questionamentos (injustos) quanto à necessidade de sua existência e sua legitimidade.

26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026) se realiza na próxima semana no Rio

A *26ª Conferência Internacional de AIDS (AIDS 2026)* ocorrerá no Riocentro, no Rio de Janeiro, e de forma virtual, entre os dias 26 e 31 de julho de 2026. Com o tema oficial "*Repensar, Reconstruir, Ascender*", o evento abordará a crise global de financiamento e o futuro das inovações e do acesso à saúde. A programação organizada pela *International AIDS Society (IAS)* reunirá pesquisadores, gestores, profissionais de saúde e ativistas para fortalecer a resposta global ao HIV. Trata-se do maior evento sobre AIDS no mundo, com centenas de conferências magnas, painéis, mesas-redondas às quais acorrerão mais de 10 mil participantes de mais de 80 países. Para acessar a programação completa ou conferir as modalidades de participação, acesse o site oficial da AIDS 2026 da International AIDS Society (IAS) https://www.iasociety.org/conferences/aids2026. A IAS é presidida pela pesquisadora do Instituto Nacional de Infectologia da Fiocruz, dra. Beatriz Grinsztejn. A Aids 2026 terá formato híbrido, com possibilidade de participação virtual ou presencial, com inscrições abertas pelo site oficial. Expressivos nomes da saúde e de outras áreas são esperados como conferencistas e painelistas, entre os quais o DG da OMS, Tedros Adhanom; o diretor da OPS, Jarbas Barbosa; a diretora executiva da UNAIDS, Winnie Byanyima; o prêmio Nobel de economia, Joseph Stiglitz; entre muitos outros gestores, pesquisadores e ativistas sociais

18º Congresso Mundial de Saúde Pública em Cape Town de 6 a 9 de setembro próximo

O *18º Congresso Mundial de Saúde Pública* será realizado de 6 a 9 de setembro de 2026, na Cidade do Cabo, África do Sul. Organizado pela *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)* e pela Associação de Saúde Pública da África do Sul (PHASA), este evento de prestígio reunirá profissionais de saúde pública, formuladores de políticas e defensores da área de todo o mundo para abordar os desafios globais de saúde mais urgentes. O tema do congresso,

"*Saúde Sem Fronteiras: Equidade, Inclusão e Sustentabilidade*", reflete a necessidade urgente de ação coletiva em um mundo marcado por guerras, instabilidade política, epidemias e injustiças sistêmicas. A programação procura cobrir todos estes temas desafiadores. Principais subtemas do Congresso são: 1) Equidade na saúde pública: Enfrentar disparidades e garantir o acesso à assistência à saúde para todos; 2) Inclusão e diversidade: Promover políticas e práticas inclusivas na saúde global; e 3) Sustentabilidade e resiliência: Construir sistemas de saúde sustentáveis para proteger as pessoas. Para conhecer todo o programa e se inscrever acesse: https://www.wfpha.org/world-congress-on-public-health/



Congresso do Consortium of Universities for Global Health (CUGH) e ALASAG em Lima (fevereiro de 2027)

O *Consórcio de Universidades para Saúde Global (CUGH),* associado com a *Aliança Latino-americana de Saúde Global (ALASAG*), vai realizar em Lima, de 25 a 28 de fevereiro de 2027, sua 18ª. conferência anual com o tema "*Transformando a Saúde Global: Parecerias, poder, liderança e tecnologia num mundo em rápida transformação*". Os congressos do CUGH e da ALASAG já se transformaram em reconhecidos espaços de intercâmbio e informação em saúde global. Ambas as instituições esperam grande participação de latino-americanos pela proximidade com Lima. Maiores informações sobre o congresso podem ser obtidas e as inscrições realizadas em: https://cughlima2027.org/

Saúde pública brasileira lamenta perda da demógrafa e sanitarista Elza Berquó



A *Profa. Dra. Elza Berquó* foi a grande responsável por institucionalizar a Demografia no Brasil. Sua produção acadêmica é referência internacional. Pioneira nos estudos de fecundidade, transição demográfica, gênero, raça e saúde reprodutiva, Elza coordenou grandes pesquisas nacionais e formou dezenas de mestres e doutores que hoje lideram a demografia e as ciências sociais no país e internacionalmente. Membro da Academia Brasileira de Ciências e agraciada com prêmios nacionais e

internacionais, Elza unia excelência científica a um profundo compromisso com as políticas públicas e com a formação de quadros para o país e para a universidade pública. Agigantou-se sempre na defesa da democracia, da igualdade e da justiça social. Graduada em Matemática pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), mestre em Estatística pela Universidade de São Paulo (USP) e doutora em Bioestatística pela Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, foi professora titular da USP, pesquisadora do CEBRAP e, em 1982, fundou o NEPO (Núcleo de Estudos de População "Elza Berquó" – NEPO/ UNICAMP), do qual foi diretora por muitos anos. Elza deixa o maior legado: uma instituição de excelência, plural e comprometida com a pesquisa rigorosa a serviço da sociedade. Sua obra seguirá como base fundamental para as próximas gerações de pesquisadores. Faleceu em 16 de julho de 2026. Os *Cadernos* registram, pois não podemos esquecer esta brava mulher brasileira.

Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde há 6 anos servindo a comunidade global



Com seu primeiro número tendo sido lançado em março de 2020, por ocasião da decretação pela OMS da Covid-19 como pandemia, os *Cadernos* se transformaram numa referência para a comunidade global da saúde e da diplomacia neste campo político e de conhecimento contemporâneo. Mais de 150 fascículos já foram lançados, a base de 22 a 23 por ano, com cerca de 280 páginas em média por quinzena, ou seja, mais de 5.000 páginas por ano. Cada fascículo contém em torno de 22 a 25 artigos de atualidades, escrito por cerca de 60 autores, que compartilham em torno de 500 referências de artigos, relatórios, declarações etc. sobre este dinâmico campo das relações internacionais em saúde. Todos os fascículos dos Cadernos estão disponíveis para exame ou *download* no site: Cadernos CRIS/Fiocruz: Informes sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde | Portal Fiocruz Para 2026 está programada a edição de 23 fascículos.

Catálogo de Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde 2020-2025



A coleção dos 137 Seminários do CRIS realizados de 2020 a 2025, com uma breve descrição e os links para acesso às versões em português, espanhol e inglês, está disponível para acesso ou download nos seguintes endereços: https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global ou https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN. Tem se mostrado um recurso excelente para ensino e aprendizagem em saúde global e diplomacia da saúde, com cerca de 700 painelistas brasileiros e internacionais, abordando temas como a agenda da saúde global e ambiental, direitos humanos, *One Health*, C&T em saúde, os grandes eventos mundiais realizados nos últimos 6 anos, entre tantos outros temas de interesse para profissionais da saúde, da diplomacia e dos movimentos sociais. Para 2026 estão programados 23 seminários; os que já foram realizados neste ano estão disponíveis online no YouTube da Fiocruz.

===*===

Duas mensagens nos estimulam a persistir, nos *Cadernos*, com nossa mensagem pacifista e de lutas pela justiça social e a saúde e bem-estar globais. Como diz **Milton Nascimento**, Doutor *Honoris Causa* da Fiocruz, mantemos essa "*estranha mania de ter fé na vida*"; e, como nos impele **Antonio Gramsci**, filósofo marxista italiano, diante dos absurdos que verificamos globalmente, continuamos a nos guiar pelo "*pessimismo da razão e o otimismo da vontade*".

Produtos do *Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz* e do *Centro Colaborador em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul da OMS/OPS na Fiocruz*, os *Cadernos* e os *Seminários Avançados* são tributos que prestamos a tais posições. Queremos sempre sua companhia. Boa leitura!

Rio de Janeiro, Manguinhos, 24 de julho de 2026

Paulo M. Buss, Fabiane Gaspar e Sebastián Tobar
Editor e editores-associados
Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde

O pano de fundo e o lenço de bolso

El telón de fondo y el pañuelo de bolsillo

The background and the handkerchief

Santiago Alcázar

Resumo: O presente artigo trata do HLPF 2026, que este ano propõe a realização do Compromisso de Sevilha para fechar o gap financeiro de US$ 4 trilhões e avançar na Agenda 2030. Os debates do HLPF são estimulantes e dão razão à esperança, mas é preciso levar em conta o pano de fundo que está aí e não pode ser ignorado. O artigo discorre sobre esse pano de fundo que orienta os debates e molda as opiniões. No final, o pano de fundo se confunde com um lenço de bolço levado ao nariz.

Resumen: *El artículo trata del HLPF 2026, que este año propone la efectiva realización del Compromiso de Sevilla para cerrar el gap financiero de US$ 4 trillones y avanzar en la Agenda 2030. Los debates del HLPF son estimulantes y abren espacio para la esperanza, pero es preciso llevar en cuenta el paño de fondo que está ahí y no puede ser ignorado. El artículo pasea por ese paño de fondo que orienta las discusiones y molda opiniones. Al final, el paño de fondo se confunde con un pañuelo llevado a la nariz.*

Abstract: *The present article is about the 2026 HLPF that this year points to the urgency of delivering the recommendations of the "Compromiso de Sevilla" to close the financial gap of US$ 4 trillions for the SDGs and advance in the full implementation of the 2030 Agenda. The debates of the HLPF are stimulating and give hope, but it is crucial to consider the background that is there and cannot be ignored. The article develops on this background that is there and cannot be ignored, directs discussions and molds opinions. At the end, the image of the background gets confused with a handkerchief taken to the nose.*

O HLPF é o mais amplo foro existente para debater questões de desenvolvimento no âmbito das Nações Unidas. O leitor interessado em conhecer o que é esse foro poderá ler o artigo "Avaliando os ODS: o HLPF 2026", de Buss e Alcázar, publicado no Caderno #11 Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, em 09/07/2026. O presente artigo pressupõe que o leitor saberá transitar entre a Agenda 2030 e seus antecedentes: as Metas de Desenvolvimento Sustentável (ODM nas siglas em inglês)[1] e a Conferência Mundial sobre Desenvolvimento Social[2].

Este ano o Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), reuniu-se de 7 a 16 de julho com o propósito de examinar com maior atenção os ODS 6 (água), 7 (energia), 9 (infraestrutura), 11 (cidades e comunidades sustentáveis) e 17 (parcerias).

O ODS 17 é diferente dos demais. Não tem um tema específico, como "pobreza" (1), "fome" (2), "água" ou "energia". O assunto do ODS 17, se se quer, é fazer possível os outros 16, implementá-los por meio de parcerias de todo tipo, pois nenhum dos ODS pode ser realizado

[1] https://www.un.org/millenniumgoals/

[2] https://social.desa.un.org/world-summit-2025/history

sem a cooperação e colaboração de diversos atores públicos e privados. Nesse contexto, o ODS 17 é o signo de multilateralismo sob o qual toma corpo a Agenda 2030, os seus objetivos e metas. O ODS 17 é assim o ODS dos ODS.

Adotados em 2015 como parte integral da Agenda 2030, os ODS são a expressão quantitativa e qualitativa do desenvolvimento sustentável. Quantitativa, porque há uma métrica que mede o avanço; qualitativa, porque a meta final é o mínimo que se espera possa ser realizado. Este ponto é importante porque o desenvolvimento é um processo em evolução contínua, não um estado acabado. Está-se em desenvolvimento. Não se está desenvolvido. Até os países industrializados têm que investir nos ODS para entrarem no caminho do desenvolvimento sustentável.

Qual é a situação dos ODS hoje, 10 anos após a primeira medição, em 2016? Segundo o relatório do Secretário-Geral das Nações Unidas sobre progresso dos ODS[3], somente 36% das 139 metas mensuráveis estão no caminho para serem alcançadas em 2030. É pouco. Mais preocupante ainda é a informação de que 15% das metas estão regredindo para antes de 2015, o ano base para a comparação estatística.

O que explica essa performance abaixo do esperado? Os principais documentos que alimentam os debates do HLPF mencionam: i) o aumento de conflitos violentos, que teriam alcançado nível mais alto em décadas; ii) o colapso da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento de que dependem os países mais vulneráveis (queda de 23% em 2025); iii) o gap financeiro para o desenvolvimento de US$ 4 trilhões, por ano.

Os conflitos violentos fazem parte do pano de fundo contra o qual realizou-se o HLPF e, por essa razão, condicionam as expectativas, de que é exemplo concreto o seu documento de conclusão, a Declaração Ministerial[4]. Antes de comentar a Declaração é preciso definir o que é esse pano de fundo que tem que ser tomado em conta, tanto pelo HLPF quanto por nós em nossas próprias vidas.

O que é o pano de fundo? O pano de fundo são as imagens que produzimos de acontecimentos, do dia a dia imediato às notícias que lemos, vemos ou ouvimos. De alguma maneira, essas imagens orientam conversas e moldam opiniões. As imagens que aqui nos interessam são aquelas que podem ter maior impacto e maior permanência nas consciências. A seleção de imagens que segue é naturalmente subjetiva, como qualquer outra, mas é também uma escolha possível que pode orientar os debates no HLPF e moldar as opiniões que acabam sendo refletidas nos documentos.

A primeira imagem é em verdade uma torrente de imagens de Gaza que mostram corpos sem vida, rostos doídos, mãos alçadas ao céu, escombros. As imagens são também as histórias individuais de perda, de medo, de fome, de desesperança. Essas imagens e essas histórias foram produzidas por jornalistas palestinos in situ. Ao lado dessas imagens há outras, produzidas por soldados israelenses e disponibilizadas nas redes sociais. São imagens da destruição que levam a cabo, da humilhação que provocam, acompanhadas de risos ou dizeres incompreensíveis em tom de conquista.

[3] https://unstats.un.org/sdgs/report/2026/The-Sustainable-Development-Goals-Report-2026.pdf
[4] Ver *final draft Ministerial Declaration (13 July 2026*) https://hlpf.un.org/2026/Outcomes

As imagens chocam, ou deveriam chocar, pois o genocídio segue, não foi interrompido. As autoridades israelenses continuam com os seus afazeres normais. As armas continuam chegando, o fluxo financeiro continua fluindo, a vida segue normal e o apoio político continua em pé.

Por que essas imagens fazem parte do pano de fundo? Porque elas impõem a aceitação da impunidade frente ao uso da força. É interessante notar que o conceito de uso da força é um elemento chave da Estratégia Nacional de Segurança, assim como da Estratégia Nacional de Defesa, publicadas no início deste ano pelo Governo dos EUA. É contra essas imagens no pano de fundo que o HLPF debateu a necessidade de avançar na implementação dos ODS. Não se trata de algo abstrato, alheio à realidade, mas da própria realidade imediata e concreta com a qual é preciso se ater.

O segundo grupo de imagens é a guerra na Ucrânia, sobretudo pela probabilidade cada vez maior de que possa desencadear-se em guerra nuclear. Durante o período de Guerra Fria, o risco de uma guerra nuclear era atenuado pelo respeito mútuo e o contínuo uso dos canais diplomáticos. Hoje, o respeito mútuo foi substituído pelo desrespeito mútuo e os canais diplomáticos foram substituídos pelas redes sociais, as mesmas que fazem a fortuna das Big Techs. As redes sociais, como se sabe, foram concebidas para alimentar disputas de todo tipo e são, por isso, as principais fontes da polarização nas sociedades. A polarização ocupa um lugar central no pano de fundo. A anunciada saída dos EUA de órgãos das Nações Unidas tem a ver com essa polarização que, sob o signo de "America First", define a atual política externa do país. Para o HLPF, que precisa para a realização dos ODS da colaboração dos EUA no sistema financeiro internacional, que controla, a polarização significa alienar o país com maior capacidade de mobilização de recursos financeiros do processo de mudanças reclamadas pela Agenda 2030.

O colapso da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento constitui o terceiro grupo de imagens no pano de fundo. A ODA, como é chamada, são doações ou empréstimos concessionais a taxas muito abaixo daquelas praticadas no mercado. É de extrema importância para os países em desenvolvimento mais vulneráveis. A queda da ODA em 23% entre 2024 e 2025 coincide com o aumento de gastos militares de EUA, Reino Unido, França e Japão, países que tinham até pouco papel de relevo na assistência para o desenvolvimento.

A crescente participação de gastos militares nos orçamentos nacionais tem o efeito de "militarizar" o debate sobre as prioridades dos governos. Em todos os casos, a "agenda social" – saúde, educação, seguridade – é atropelada pelo tanque da "agenda de segurança". A aceitação tácita do uso da força e a crescente polarização, abrem a porta para a militarização dos nacionalismos e a "armamentização" (*weaponization*) nas falas do dia a dia – "ele usa o carro como arma", "Israel usa a fome e a sede como armas contra palestinos"; "a arma da IA", "a arma do judiciário", "o uso da linguagem como arma nas redes sociais". A "armamentização" da linguagem facilita a priorização da "agenda de segurança" em detrimento da "agenda social".

A militarização dos nacionalismos e a "armamentização" da linguagem criam um caldo cultural avesso à empatia, à tolerância e ao diálogo civilizado. Não há espaço para a solidariedade, de que dependem crucialmente os ODS. Como avançar, então no HLPF?

O quarto grupo de imagens, que ocupa quase toda o pano de fundo, é a questão de financiamento para o desenvolvimento que tem um gap que aumenta ano a ano. O gap financeiro é a diferença entre os recursos financeiros necessários e os recursos financeiros

disponíveis para fazer avançar os ODS. Atualmente, o gap financeiro para os ODS é da ordem de de US$ 4,3 trilhões, por ano. Essa cifra tem que ser contrastada com os mais de US$ 430 trilhões existentes em ativos no mundo. Em 2015, quando foram adotados os ODS, o gap financeiro era de US$ 2,5 trilhões, aproximadamente igual ao PIB do Brasil.

O que explica que havendo tanto dinheiro no mundo não haja suficiente para cobrir a implementação dos ODS? É preciso esclarecer que a implementação dos ODS é de responsabilidade dos países. Os ODS, portanto, têm que entrar nos respectivos orçamentos dos países por meio de políticas direcionadas.

O informe do Secretário-Geral das Nações Unidas acima menciona que a Agenda 2030 precisa de políticas coerentes e ações executadas nos planos local e nacional, complementadas por uma cooperação internacional coordenada. A ideia é passar de uma visão fechada em projetos compartimentados para uma visão aberta, holística e estratégica. Essa transformação requer o abandono do curto-prazismo e sua substituição por planejamento estratégico de longo alcance. A transformação, reconhece o relatório, reclama liderança política, parcerias e a ativação de distintas camadas estratégicas – governança, finança, ciência e tecnologia, capacitação – que reconfigurem como as sociedades produzem, consomem, valorizam e administram recursos, atuando de maneira integrada de modo que as ações positivas em uma área reverberem em todas as demais. Essa ideia de ampla visão estratégica, envolvendo todos os atores perpassa o relatório do Secretário-Geral, ecoando assim as palavras da resolução A/Res/70/1 "O mundo que queremos"[5]:

> *Nossa jornada envolverá governos, assim como parlamentos, o Sistema Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, povos originários, sociedade civil, empresas e o setor privado, comunidade científica e acadêmica – todos*, (porque) *esta Agenda é dos povos, pelos povos e para os povos*.

Mas isso foi e 2015, quando tudo começou. Hoje, 11 anos depois, voltamos ao ponto de partida, com 36% das 139 metas mensuráveis no caminho certo e 15% em franco retrocesso.

Essa é a realidade e ainda assim muito se fez desde 2015. As conquistas são os pontos de luz que iluminam o pano de fundo e lhe conferem sinal de esperança. Centenas de milhões de pessoas ganharam acesso à água potável e à saneamento. A eletricidade alcança 92% da população mundial. O uso da Internet saltou de 40 a 74%. A meta de redução de redução da mortalidade infantil foi alcançada por 134 países, um número impressionante. 59 países eliminaram ao menos uma doença tropical negligenciada. Pela primeira vez, pouco mais da metade da população mundial tem algum tipo de proteção social. Há 10 anos atrás, faltavam dados seguros para metade dos ODS. Hoje, o banco global de dados cobre mais de 3 milhões de pontos estatísticos, cobrindo quase a totalidade de indicadores. Em consequência, a imagem do estado dos ODS hoje é muito mais precisa.

Não ajuda que imagens negativas em segundo plano ameacem passar ao primeiro plano. Restrições ao comércio exterior, em alguns casos o único canal para a entrada de divisas de países em desenvolvimento, continuem em ascensão em 2026. Imposição de tarifas unilaterais,

[5] Ver parágrafo 52 https://basus.info/wp-content/uploads/2025/04/A_RES_70_1_E.pdf

fora de norma; cadeias de suprimento estratégicas engasgadas por seguidas interrupções; incertezas sobre as consequências do fechamento Estreito de Ormuz e o seu impacto no preço de combustíveis, no de fertilizantes e na produção de chips para a tecnologia digital, com destaque para IA; expectativa pouco animadora de crescimento da economia global – são fatores que não contribuem para expectativas otimistas com respeito aos ODS. Para os países em desenvolvimento, a situação é ainda mais sombria por conta do crescente endividamento. Com efeito, segundo a Secretária-Geral Adjunta, o pagamento dos serviços da dívida dos países em desenvolvimento alcançou em 2026 a exorbitante soma de US$ 1,4 trilhão, por ano. Segundo relatório da UNCTAD publicado este ano[6], entre 2018 e 2024, 99 países em desenvolvimento, com uma população que soma 5,5 bilhões de pessoas, tiveram as suas fatias fiscais para o desenvolvimento reduzidas pelos serviços da dívida.

Na quinta-feira, dia 16 de julho, o HLPF adotou a Declaração Ministerial. Em contraste com o pano de fundo, o Presidente do Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Embaixador Lok Bahadur Thapa, Representante Permanente do Nepal junto às Nações Unidas e responsável pela condução do HLPF resumiu da seguinte maneira a conclusão dos trabalhos: "*A Declaração Ministerial demonstra que por meio do diálogo, respeito mútuo e compromissos, o multilateralismo pode entregar resultados significativos*". É verdade. Os ODS são apoiados por quase todos os países. As resoluções da Assembleia Geral das Nações que mencionam de alguma maneira a importância da Agenda 2030 e os ODS merecem apoio quase universal. A ideia de que hoje mais que nunca é preciso integrar esforços de maneira coordenada em redes institucionalizadas para avançar na implementação dos ODS perpassa os documentos produzidos e alimenta o debate contínuo. Isto nada mais é do que tornar o ODS 17 (parcerias) operacional.

O HLPF deste ano deposita fé na realização do Compromisso de Sevilha, o documento final adotado por ocasião da 4ª Cúpula Mundial sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em julho de 2025, na cidade de Sevilha. O objetivo do Compromisso como se recordará é fechar o gap de US$ 4 trilhões anuais e garantir que o projeto de desenvolvimento possa seguir adiante. Para tanto, propõe maior participação dos 450 bancos de desenvolvimento ao redor do mundo, ademais dos 30 bancos multilaterais de desenvolvimento que, junto, movimentam US$ 11 trilhões; o aumento da ODA para 0.7% dos respectivos PIBs dos países da OCDE; e algum mecanismo que transforme a dívida dos países em desenvolvimento, que soma algo como US$ 11 trilhões, em investimento para o desenvolvimento. As propostas do Compromisso poderiam dar certo não obstante as imagens perseverantes do pano de fundo e da fragilidade ética necessária para reunir vontades políticas em torno dos ODS.

O Presidente Donal Trump recebeu de presente do Catar um Boing 747, avaliado em mais de US$ 400 milhões. Em seu primeiro ano de Governo, lucrou 1,4 bilhão em seu negócio de cripto moedas. Ameaçou levar de volta à idade da pedra o Irã e, há dois dias, disse que usaria superbombas para pôr abaixo uma montanha. Estes fatos não figuram no pano de fundo. São parte do primeiro plano, como um lenço de bolso levado ao nariz.

[6] https://unctad.org/news/rising-cost-debt-squeezing-development-prospects-many-countries

Entre a bandeira e o *hedging*: o Brasil e a reconstrução da ordem internacional

Entre la bandera y la protección: Brasil y la reconstrucción del orden internacional

Between the Flag and the Hedge: Brazil and the Reconstruction of International Order

Paulo Esteves

Resumo: Este paper apresenta os resultados brasileiros da terceira onda do survey da Körber Emerging Middle Powers Initiative (KEMP), realizada entre janeiro e abril de 2026 junto às comunidades de política externa de Brasil, Alemanha, Índia, Indonésia e África do Sul. Três achados organizam o argumento. Primeiro, a avaliação dos Estados Unidos deteriorou-se em todas as frentes (influência global, impacto sobre o Brasil e dominância do dólar), movimento que o texto associa aos efeitos da doutrina Donroe sobre as instituições multilaterais e sobre a América Latina. Segundo, a aprovação recorde da condução da política externa brasileira (88%) configura um rally around the flag: diante da coerção externa, a comunidade cerra fileiras em torno do governo. Terceiro, os respondentes articulam uma agência reconstrutiva de potência média, voltada à reforma da governança global, à multiplicação de grupos como o BRICS e ao pluralismo monetário, sem trocar Washington por Pequim: o não alinhamento e o hedging permanecem majoritários.

Palavras-chave: Potências médias; política externa brasileira; Doutrina Donroe; Rally around the flag; Hedging.

Resumen: *Este paper presenta los resultados brasileños de la tercera ola de la encuesta de la Körber Emerging Middle Powers Initiative (KEMP), realizada entre enero y abril de 2026 junto a las comunidades de política exterior de Brasil, Alemania, India, Indonesia y Sudáfrica. Tres hallazgos organizan el argumento. Primero, la valoración de los Estados Unidos se deterioró en todos los frentes (influencia global, impacto sobre Brasil y dominancia del dólar), movimiento que el texto asocia a los efectos de la doctrina Donroe sobre las instituciones multilaterales y sobre América Latina. Segundo, la aprobación récord de la conducción de la política exterior brasileña (88%) configura un rally around the flag: ante la coerción externa, la comunidad cierra filas en torno al gobierno. Tercero, los encuestados articulan una agencia reconstructiva de potencia media, orientada a la reforma de la gobernanza global, a la multiplicación de grupos como el BRICS y al pluralismo monetario, sin cambiar Washington por Pekín: el no alineamiento y el hedging siguen siendo mayoritarios.*

Palabras clave: *Potencias medias; política exterior brasileña; Doctrina Donroe; Rally around the flag; Hedging.*

Abstract: *This paper presents the Brazilian results of the third wave of the Körber Emerging Middle Powers Initiative (KEMP) survey, conducted between January and April 2026 among the foreign policy communities of Brazil, Germany, India, Indonesia, and South Africa. Three findings organize the argument. First, assessments of the United States deteriorated on every front*

(global influence, impact on Brazil, and dollar dominance), a shift the paper links to the effects of the Donroe Doctrine on multilateral institutions and on Latin America. Second, record approval of Brazilian foreign policy (88%) amounts to a rally around the flag: faced with external coercion, the foreign policy community closes ranks behind the government. Third, respondents articulate a reconstructive form of middle-power agency, centred on global governance reform, multiplication of groups like BRICS, and monetary pluralism, without trading Washington for Beijing: non-alignment and hedging remain the majority positions.

Keywords: *Middle powers; Brazilian foreign policy; Donroe Doctrine; Rally around the flag; Hedging.*

1. Um survey em meio à tormenta

Entre 26 de janeiro e 7 de abril de 2026, enquanto Washington capturava um presidente em exercício na Venezuela e convertia a doutrina Monroe de 1823 em "doutrina Donroe", a terceira onda do survey da Körber Emerging Middle Powers Initiative (KEMP) ouvia mais de mil integrantes das comunidades de política externa de Brasil, Alemanha, Índia, Indonésia e África do Sul (Körber-Stiftung, 2026). O momento de campo importa. Os resultados brasileiros não registram a opinião pública em geral, mas a reação de uma comunidade profissional (diplomatas, acadêmicos, militares, empresários, jornalistas) a um ambiente internacional em acelerada deterioração, no qual o próprio Brasil se tornou alvo de coerção comercial e securitária. Três achados organizam este balanço. O primeiro combina a avaliação fortemente negativa dos Estados Unidos com a aprovação recorde da condução da política externa brasileira, par que este texto lê como um *rally around the flag*. O segundo delineia uma concepção reconstrutiva de agência de potência média, orientada para uma ordem pós-ocidental que não é, contudo, sinocêntrica. O terceiro identifica no hedging o método que confere coerência a esse conjunto.

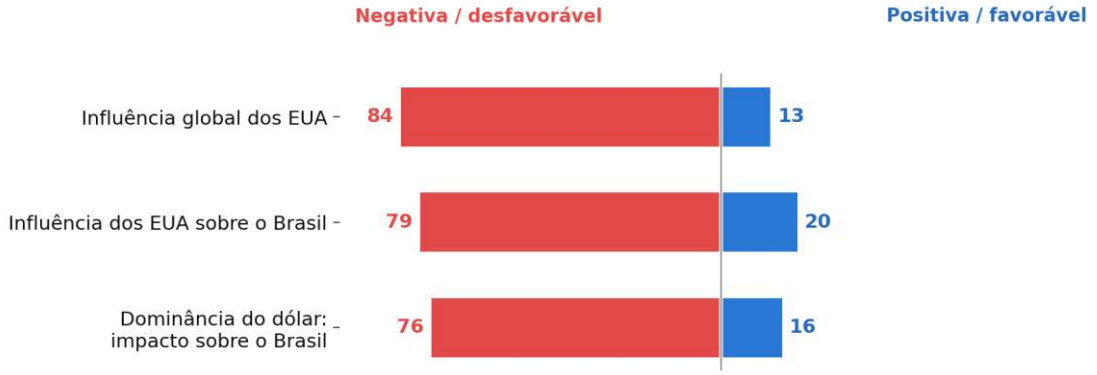
2. A avaliação dos Estados Unidos: o multilateralismo e a doutrina Donroe

A deterioração da imagem dos Estados Unidos entre os respondentes brasileiros opera em dois registros. O primeiro é multilateral. A comunidade brasileira de política externa segue atribuindo alta relevância às instituições e agrupamentos que estruturam a ordem, com destaque para o Mercosul (9,2 em 10), o BRICS+ (8,7), a ONU (8,3) e o G20 (8,2), ao passo que o "Board of Peace" patrocinado por Trump figura como o arranjo menos relevante de toda a lista (3,4). A mensagem é menos anti-americana do que institucionalista: o que se rejeita é a substituição de instituições negociadas por arranjos decretados. Nesse registro, 84% avaliam negativamente a influência global dos Estados Unidos, e apenas 13% a avaliam positivamente (Figura 1).

O segundo registro é regional e bilateral, e tem nome: a doutrina Donroe, atualização trumpista da doutrina Monroe que combina coerção militar direta, coerção econômica individualizada, alianças seletivas com governos alinhados e disposição declarada à mudança de regime (Esteves, 2026). O Brasil experimentou esse repertório em sequência: as tarifas punitivas de 50%, anunciadas em julho de 2025 e justificadas abertamente pelo julgamento de Jair Bolsonaro; as sanções individuais contra autoridades brasileiras, incluindo integrantes do Supremo Tribunal Federal; e, em maio de 2026, a designação do Comando Vermelho e do Primeiro Comando da Capital como organizações terroristas, movimento que inseriu o país na

arquitetura de sanções do OFAC e deslocou a pressão bilateral do terreno tarifário para o securitário. Não surpreende, pois, que 79% dos respondentes avaliem negativamente a influência dos Estados Unidos sobre o Brasil, contra 20% de avaliações positivas, nem que 76% considerem desfavorável ao país a dominância do dólar, indicador de demanda por pluralismo monetário e institucional, e não, por si só, de adesão a uma dedolarização completa (Figura 1).

Figura 1 – Avaliação dos Estados Unidos pelos respondentes brasileiros, 2026 (%).

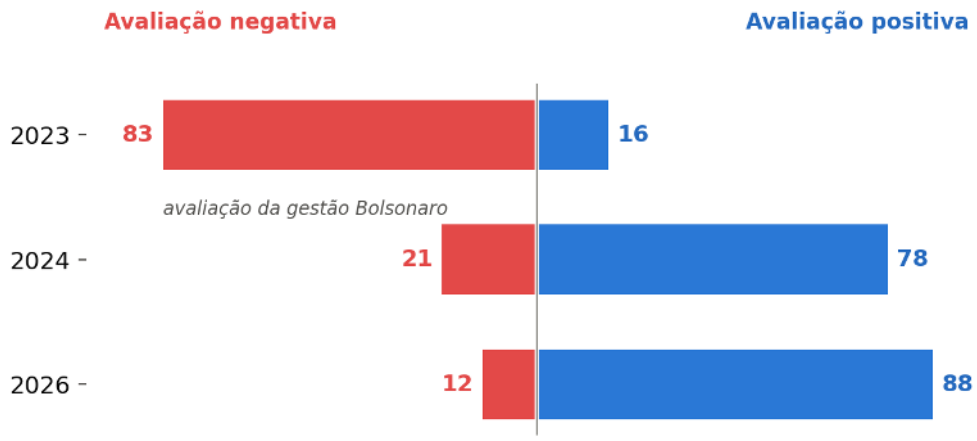


Fonte: KEMP Emerging Middle Powers Survey 2026; elaboração própria.

3. *Rally around the flag* à brasileira

O contraste central do survey de 2026 está no par formado por essa avaliação negativa de Washington e a aprovação de 88% da condução da política externa brasileira, a mais alta entre os cinco países pesquisados. A série histórica dá densidade ao achado (Figura 2). Em 2023, quando os respondentes avaliaram a política externa do último ano da gestão Bolsonaro, 83% a reprovaram: o desalinhamento em relação aos princípios historicamente constituídos em torno dos quais a comunidade brasileira de política externa se organizou, a saber, universalismo, autonomia e compromisso com o multilateralismo, produziu a reprovação quase unânime de uma comunidade que se reconhecia sem lugar na política externa de então. Em 2024, o realinhamento da diplomacia a esses princípios inverteu o quadro, com 78% de aprovação. Em 2026, a aprovação atinge 88%, com 43% de avaliações "muito positivas".

Figura 2 – Avaliação da condução da política externa brasileira, 2023–2026 (%).



Fonte: KEMP Emerging Middle Powers Surveys 2023–2026; elaboração própria.

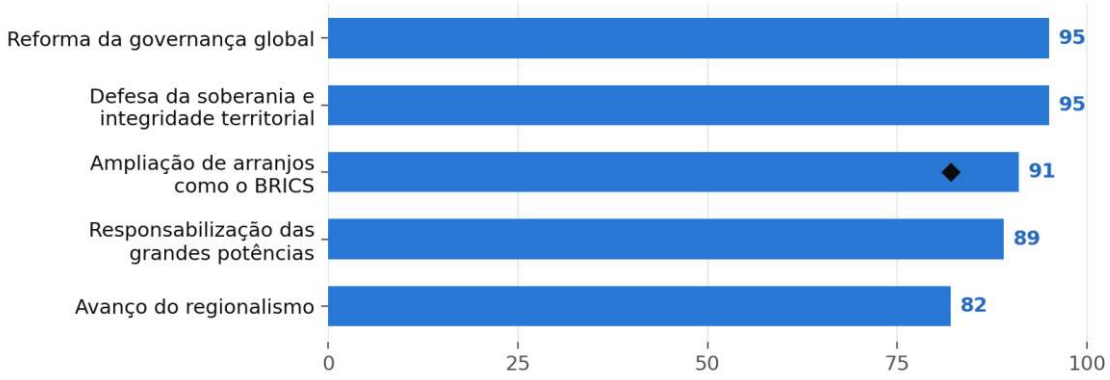
Esse terceiro momento é qualitativamente distinto. A literatura descreve como *rally around the flag* o incremento de apoio interno a governos confrontados com ameaças externas (Mueller, 1970). O caso brasileiro de 2026 oferece uma variação instrutiva do fenômeno: não se trata da opinião pública de massa, mas de uma comunidade especializada, treinada para o ceticismo, que cerra fileiras diante de tarifas, sanções contra autoridades e da caracterização de organizações criminosas brasileiras como terroristas. O survey não isola o efeito causal de cada episódio; registra, contudo, um clima de opinião no qual a coerção externa converte a defesa da soberania em ponto de convergência, e no qual a avaliação da política externa se torna o espelho invertido da avaliação dos Estados Unidos. Que 93% apontem o chefe de governo como principal formulador da política externa, ao lado dos 88% que indicam o Itamaraty, sugere que essa coesão tem endereço institucional.

4. Potências médias e a reconstrução da ordem: nem Ocidente, nem China

A teorização sobre potências médias distingue as potências estabelecidas, que operam como estabilizadoras e mediadoras no interior de estruturas herdadas, das potências médias emergentes, cuja agência se dirige às próprias regras do jogo (Cooper, Higgott e Nossal, 1993; Jordaan, 2003). Os dados brasileiros de 2026 caem inequivocamente no segundo campo. Os respondentes apoiam de forma quase unânime a reforma da governança global (95%) e a defesa da soberania e da integridade territorial (95%); 89% querem que as grandes potências sejam responsabilizadas por suas ações; 91% apoiam a ampliação de arranjos alternativos como o BRICS (nove pontos acima da média dos quatro países emergentes pesquisados); e 82% endossam o avanço do regionalismo (Figura 3). O contraste com a potência média estabelecida incluída no survey é eloquente: os respondentes alemães atribuem ao BRICS+ relevância de 5,3, contra os 8,7 dos brasileiros, e ao G7 os papéis que os brasileiros reservam ao G20 e ao Mercosul.

Trata-se, portanto, de uma agência reconstrutiva: não a gestão de uma ordem em erosão, mas a legitimação de arranjos menos centrados no Ocidente, o que a literatura vem chamando de ordem pós-ocidental (Stuenkel, 2016). A avaliação desfavorável da dominância do dólar (76%) integra o mesmo movimento, como demanda por pluralismo monetário. Seria um erro, contudo, ler esse programa como troca de centro. Apenas 14% dos respondentes preferem aproximação ao lado chinês na rivalidade entre as grandes potências, e a principal expectativa depositada no BRICS é a cooperação econômica (40%), não o contrabalançamento do Ocidente (18%). A ordem que os respondentes vislumbram não tem o Ocidente como centro; tampouco a China.

Figura 3 – Apoio dos respondentes brasileiros a estratégias de potência média, 2026 (% de apoio). O losango indica a média dos quatro países emergentes para a ampliação do BRICS (82%).

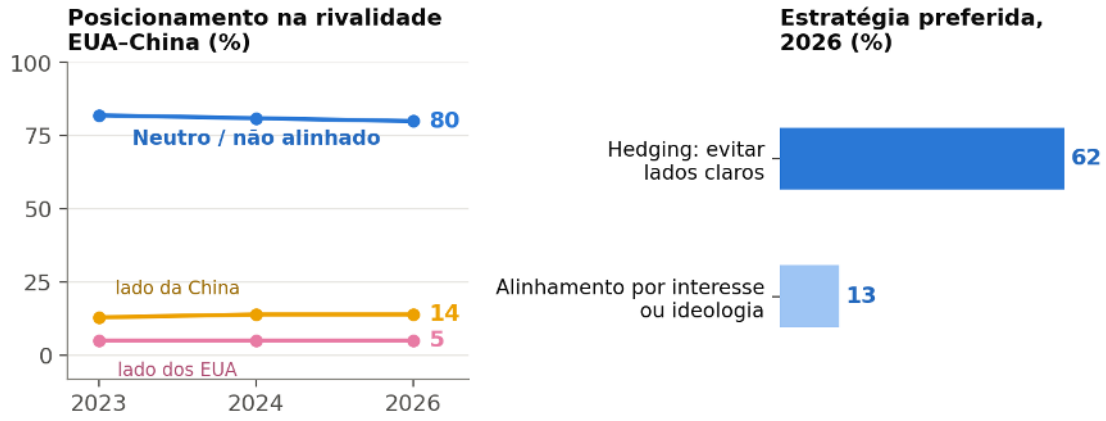


Fonte: KEMP Emerging Middle Powers Survey 2026; elaboração própria.

5. Não alinhamento e hedging

Como sustentar simultaneamente o ceticismo em relação aos Estados Unidos, a abertura à China e a arranjos não ocidentais, e a recusa da dependência em relação a Pequim? A resposta dos respondentes é consistente ao longo de toda a série: cerca de 80% defendem uma posição neutra ou não alinhada diante da rivalidade sino-americana, patamar praticamente inalterado entre 2023 e 2026 (Figura 4). O não alinhamento, contudo, não equivale a passividade estratégica. Na pergunta sobre estratégia, 62% preferem o hedging, isto é, evitar lados claros, diversificar parcerias e preservar margem de manobra, contra apenas 13% que endossam alinhamentos por interesse ou ideologia. O hedging, tal como descrito pela literatura sobre Estados secundários diante de potências em ascensão (Kuik, 2008), é aqui o mecanismo que confere coerência a posições frequentemente tratadas como contraditórias: permite defender a soberania, pluralizar instituições e moedas e sustentar a reforma da governança global mantendo abertas as opções diplomáticas e econômicas.

Figura 4 – Posicionamento diante da rivalidade EUA–China (2023–2026) e estratégia preferida (2026), respondentes brasileiros (%).



Fonte: KEMP Emerging Middle Powers Surveys 2023–2026; elaboração própria.

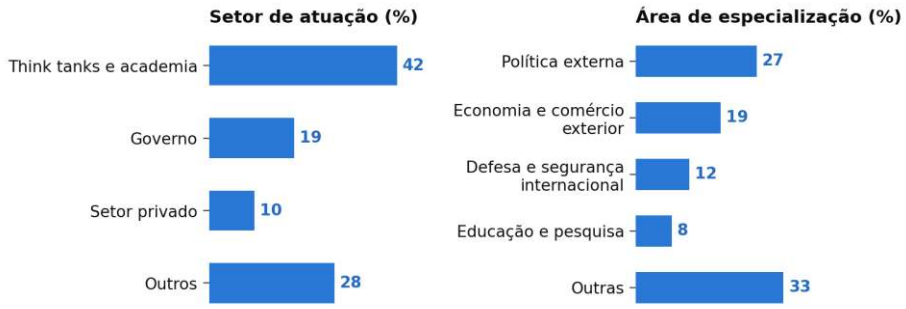
6. Considerações finais

O perfil brasileiro de 2026 pode ser sintetizado em três termos: soberano, pluralista e estrategicamente não alinhado. A doutrina Donroe forneceu o teste; a comunidade de política externa respondeu cerrando fileiras em torno de um governo percebido como fiel aos princípios que a constituem. Mas o rally around the flag é o efeito, não o programa. O programa é a reconstrução: ampliar o repertório de instituições, moedas e parcerias por meio das quais a ordem internacional é produzida, sem substituir um hegemon por outro. O hedging é o método que torna esse programa exequível em um mundo no qual a esfera de influência voltou a ser reivindicada como título de propriedade. Se a ordem que emerge desse embate ainda não tem forma definida, os dados sugerem que a comunidade brasileira de política externa já sabe o que não quer que ela seja.

Nota metodológica

O survey da Körber Emerging Middle Powers Initiative é encomendado pela Körber-Stiftung e aplicado on-line pelo instituto Verian, com parceiros locais (no Brasil, o BRICS Policy Center). A amostra, intencional e não representativa, reúne integrantes das comunidades de política externa: diplomatas e funcionários de governo, parlamentares, militares, magistrados, jornalistas, pesquisadores, quadros de ONGs e representantes do setor privado. Foram realizadas três ondas: 2023 (280 respondentes no Brasil), 2024 (campo de 15 de outubro a 2 de dezembro de 2024; 298 respondentes no Brasil) e 2026 (campo de 26 de janeiro a 7 de abril de 2026; mais de mil respondentes nos cinco países, com a incorporação da Indonésia). No perfil brasileiro da onda de 2024, a mais recente com tabulação demográfica disponível (Figura 5), 42% dos respondentes atuavam em think tanks e na academia, 19% no governo e 10% no setor privado; política externa (27%) e economia e comércio exterior (19%) eram as principais áreas de especialização. Na onda de 2023, 63% eram homens e 75% tinham até 54 anos. Por se tratar de amostra de especialistas, os resultados não medem a opinião pública brasileira; medem o clima de opinião da comunidade profissional que formula, executa e analisa a política externa do país.

Figura 5 – Perfil dos respondentes brasileiros (onda de 2024, n = 298).



Fonte: Emerging Middle Powers Report 2025; elaboração própria.

Referências

Cooper, Andrew F.; Higgott, Richard A.; Nossal, Kim R. (1993), Relocating Middle Powers: Australia and Canada in a Changing World Order. Vancouver: UBC Press.

Esteves, Paulo (2026), "A doutrina Donroe e a América Latina: um balanço", Cadernos FIOCRUZ de Saúde Global e Diplomacia da Saúde, 11/2026, pp. 292 e ss.

Jordaan, Eduard (2003), "The concept of a middle power in international relations: distinguishing between emerging and traditional middle powers", Politikon, 30(1), pp. 165–181.

Körber-Stiftung (2025), Momentum for Middle Powers. Emerging Middle Powers Report 2025. Hamburgo: Körber-Stiftung.

Körber-Stiftung (2026), Emerging Middle Powers Report 2026. Hamburgo: Körber-Stiftung.

Kuik, Cheng-Chwee (2008), "The Essence of Hedging: Malaysia and Singapore's Response to a Rising China", Contemporary Southeast Asia, 30(2), pp. 159–185.

Mueller, John E. (1970), "Presidential Popularity from Truman to Johnson", American Political Science Review, 64(1), pp. 18–34.

Stuenkel, Oliver (2016), Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order. Cambridge: Polity Press.

Alimentos, clima e direitos humanos: transformar os sistemas alimentares para um futuro saudável e sustentável

Alimentación, Clima y Derechos Humanos: transformar los sistemas alimentarios para un futuro saludable y sostenible

Food, Climate, and Human Rights: transforming food systems for a healthy and sustainable future

Fabiane Gaspar e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe apresenta uma síntese do relatório da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a promoção e proteção dos direitos humanos no contexto das mudanças climáticas, Elisa Morgera, intitulado *Transformar os sistemas alimentares para garantir um clima seguro e saúde para todos*. O documento analisa as relações entre sistemas alimentares, combustíveis fósseis, mudanças climáticas e direitos humanos, destacando os impactos da agricultura industrial, dos pesticidas, fertilizantes e plásticos sobre o clima, a biodiversidade e a saúde humana. O relatório enfatiza os efeitos desproporcionais desses modelos sobre povos indígenas, comunidades camponesas, pescadores artesanais, mulheres e crianças, cujos direitos à alimentação, à saúde, à água, ao território e à cultura são frequentemente afetados. Também discute a concentração do poder corporativo, a desinformação climática e a necessidade de fortalecer sistemas agroecológicos, a pesca baseada em ecossistemas e os conhecimentos tradicionais como estratégias centrais para a justiça climática, a segurança alimentar e a proteção dos direitos humanos.

Palavras-chave: Conselho de Direitos Humanos; saúde; sistemas alimentares; mudanças climáticas; direitos humanos.

Resumen: *Este informe presenta una síntesis del informe de la Relatora Especial de las Naciones Unidas sobre los derechos humanos en el contexto del cambio climático, Elisa Morgera, titulado "Transformar los sistemas alimentarios para garantizar un clima seguro y la salud para todos". El documento examina los vínculos entre los sistemas alimentarios, los combustibles fósiles, el cambio climático y los derechos humanos, destacando los impactos de la agricultura industrial, los plaguicidas, los fertilizantes y los plásticos sobre el clima, la biodiversidad y la salud. El informe subraya además los impactos desproporcionados sobre los pueblos indígenas, los campesinos, los pescadores artesanales, las mujeres y los niños, así como la importancia de proteger sus conocimientos, territorios y medios de vida. Asimismo, defiende la agroecología, la pesca basada en los ecosistemas y los sistemas alimentarios locales como pilares fundamentales para la justicia climática, la resiliencia socioambiental y la garantía de los derechos humanos.*

Palabras clave*: Consejo de Derechos Humanos; salud; sistemas alimentarios; cambio climático; derechos humanos.*

Abstract: *This report provides a synthesis of the United Nations Special Rapporteur Elisa Morgera's report "Transforming food systems for a safe climate and health for all. The report examines the links between food systems, fossil fuels, climate change and human rights, highlighting the impacts of industrial agriculture, pesticides, fertilizers and plastics on climate,*

biodiversity and human health. Particular attention is given to the disproportionate effects on Indigenous Peoples, peasants, small-scale fishers, women and children, whose rights to food, health, land, culture and livelihoods are often undermined. The report also emphasizes agroecology, ecosystem-based fisheries and traditional knowledge systems as key pathways for climate justice, food security and the protection of human rights.

***Keywords**: Human Rights Council; health; food systems; climate change; human rights.*

Introdução

A Relatora Especial parte da premissa de que a proteção dos direitos humanos, a estabilidade climática e a transformação dos sistemas alimentares constituem desafios inseparáveis. O relatório demonstra que os sistemas atuais de produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos estão fortemente integrados à economia baseada em combustíveis fósseis e que essa dependência produz impactos que se refletem simultaneamente sobre o clima, a biodiversidade, a saúde humana e os direitos humanos.

O documento chama atenção para uma aparente contradição: justamente os povos indígenas, os camponeses, os pescadores artesanais e os pastores — grupos cujos conhecimentos são reconhecidos por avaliações científicas globais como fundamentais para enfrentar as crises planetárias — são aqueles que enfrentam maior vulnerabilidade, perda de territórios, marginalização política e ataques aos seus direitos. Ao mesmo tempo, grandes empresas alimentares acumulam níveis sem precedentes de poder econômico, controle territorial e influência política.

O relatório sustenta que a transformação dos sistemas alimentares deve ser compreendida como uma resposta simultânea às mudanças climáticas, à degradação ambiental e às desigualdades sociais. Para isso, propõe uma agenda centrada na descarbonização, desfossilização e destoxificação da produção alimentar, acompanhada do fortalecimento dos sistemas agroecológicos e dos conhecimentos tradicionais.

A ação climática e os sistemas alimentares

A Relatora destaca que a maioria das políticas climáticas continua concentrada principalmente no setor energético, apesar de os sistemas alimentares constituírem um dos principais vetores das mudanças climáticas globais. Segundo os dados citados, os sistemas alimentares respondem atualmente por entre 21% e 37% das emissões globais de gases de efeito estufa. Caso não ocorram mudanças estruturais, essas emissões poderão aumentar entre 60% e 90% até 2050.

O relatório enfatiza que a contribuição dos sistemas alimentares para o aquecimento global não se limita ao dióxido de carbono. Eles são responsáveis por aproximadamente 80% das emissões globais de óxido nitroso e cerca de metade das emissões antropogênicas de metano, dois gases com potencial de aquecimento muito superior ao CO_2. A questão torna-se ainda mais relevante porque esses gases estão associados principalmente ao uso intensivo de fertilizantes sintéticos, à produção de rações, ao manejo industrial de animais e às práticas agrícolas de grande escala.

Além das emissões, os sistemas alimentares influenciam praticamente todos os limites planetários identificados pela ciência contemporânea. O relatório associa esses sistemas à perda

de biodiversidade, à degradação do solo, à acidificação dos oceanos e ao uso excessivo de água doce. Consequentemente, a transformação alimentar é apresentada como uma das medidas mais eficazes para proteger simultaneamente o clima, a segurança alimentar, os recursos hídricos e a saúde pública.

A expansão dos combustíveis fósseis nos sistemas alimentares

A Relatora demonstra que os sistemas alimentares industriais passaram a desempenhar papel estratégico para a expansão da economia dos combustíveis fósseis. Aproximadamente 15% do consumo energético fóssil mundial já está diretamente vinculado aos sistemas alimentares, e essa participação continua crescendo devido à mecanização intensiva, à refrigeração de longa distância, à industrialização dos alimentos e à expansão dos alimentos ultraprocessados.

A integração entre os setores petrolífero, petroquímico e agroalimentar é descrita como uma característica estrutural do modelo contemporâneo de produção. Os combustíveis fósseis deixaram de ser apenas fonte de energia e passaram a fornecer matérias-primas essenciais para fertilizantes, pesticidas e plásticos utilizados em praticamente toda a cadeia alimentar.

Agrotóxicos

O relatório dedica atenção especial ao papel dos agrotóxicos. Entre 85% e 90% do uso mundial dessas substâncias ocorre na agricultura. Além dos impactos conhecidos sobre a biodiversidade e a saúde humana, a Relatora demonstra que os pesticidas contribuem diretamente para as mudanças climáticas em diferentes etapas do ciclo de produção e utilização.

Entre os aspectos destacados estão as emissões geradas durante a fabricação dos componentes químicos, a utilização de microplásticos como revestimento dos produtos, a queima de estoques obsoletos e as reações químicas provocadas quando os agrotóxicos se dispersam no ambiente. O documento ressalta ainda que menos de 0,1% do produto aplicado alcança efetivamente o organismo-alvo, enquanto o restante se espalha pelos ecossistemas.

Os impactos sobre a saúde são igualmente expressivos. O relatório indica que aproximadamente 44% dos agricultores do mundo sofrem intoxicação por agrotóxicos a cada ano. A exposição prolongada está associada a doenças neurológicas, cardiovasculares, metabólicas e oncológicas. As consequências também incluem contaminação da água, degradação do solo e redução das populações de polinizadores.

Fertilizantes

Os fertilizantes sintéticos aparecem como uma das principais conexões entre agricultura industrial e combustíveis fósseis. A produção de fertilizantes nitrogenados depende fortemente de gás natural e carvão, tornando os sistemas alimentares vulneráveis às oscilações dos mercados energéticos.

Segundo o relatório, os efeitos climáticos dos fertilizantes nitrogenados superam os da aviação comercial mundial. Além disso, a poluição atmosférica associada ao nitrogênio contribui para centenas de milhares de mortes anuais e milhões de novos casos de asma infantil. O uso excessivo desses produtos também afeta a qualidade da água, com repercussões importantes sobre a saúde pública e sobre os direitos humanos relacionados ao acesso à água segura.

Plástico

A Relatora descreve os plásticos como um elemento central da expansão contemporânea dos sistemas alimentares industrializados. Presentes na produção agrícola, na pesca, na aquicultura, no processamento e na embalagem de alimentos, os plásticos ampliam a dependência de matérias-primas fósseis e geram impactos persistentes sobre os ecossistemas.

O relatório destaca que mais de 16 mil substâncias químicas são utilizadas na cadeia dos plásticos, incluindo compostos associados a câncer, infertilidade, doenças cardiovasculares, diabetes e alterações hormonais. Os microplásticos e nanoplásticos já foram identificados em solos, águas e organismos vivos, sendo considerados um dos desafios ambientais mais preocupantes da atualidade.

A Relatora associa diretamente a expansão dos alimentos ultraprocessados ao crescimento das embalagens plásticas de uso único, reforçando a ligação estrutural entre a indústria de alimentos e a indústria petroquímica.

Concentração de poder, acumulação de recursos e excepcionalismo

O relatório dedica ampla atenção à concentração de poder econômico nos sistemas alimentares globais. A autora argumenta que a integração entre empresas do agronegócio, combustíveis fósseis, tecnologia, finanças e comércio cria uma rede de influência capaz de moldar políticas públicas, regulações ambientais e padrões de consumo.

Segundo a análise apresentada, essa concentração favorece monoculturas, dependência tecnológica, expansão dos alimentos ultraprocessados e modelos produtivos voltados à exportação. Paralelamente, reduz o espaço para sistemas alimentares locais, diversificados e baseados em baixos insumos.

Violações de direitos humanos nas grandes empresas alimentares

A Relatora identifica um padrão global de violações de direitos humanos associado à produção alimentar industrial. Os casos relatados incluem deslocamentos forçados, conflitos territoriais, contaminação ambiental, exploração trabalhista, trabalho infantil, violência de gênero e restrições ao acesso à alimentação adequada.

Mulheres, crianças, povos indígenas e comunidades rurais aparecem repetidamente como grupos afetados de maneira desproporcional. O relatório destaca que a expansão dos agronegócios frequentemente reduz a disponibilidade de alimentos tradicionais, altera modos de vida e enfraquece sistemas locais de subsistência.

Desinformação e obstrução

O relatório estabelece paralelos entre as estratégias da indústria alimentar e aquelas historicamente utilizadas pela indústria dos combustíveis fósseis. A autora documenta a utilização de ecobranqueamento (*greenwashing*), publicidade enganosa, manipulação de informações científicas e campanhas de comunicação destinadas a minimizar responsabilidades corporativas.

Segundo o documento, essas estratégias dificultam a formulação de políticas públicas eficazes, prejudicam o direito à informação e comprometem os processos democráticos relacionados à ação climática.

Reajuste de prioridades na ação climática

A Relatora argumenta que aspectos centrais dos sistemas alimentares continuam insuficientemente incorporados às políticas climáticas. Entre eles estão a conservação dos solos, a redução do desperdício de alimentos, o enfrentamento do desmatamento, a proteção dos sistemas aquáticos e o fortalecimento da biodiversidade agrícola.

O documento destaca que cerca de um terço da superfície terrestre já se encontra degradada e que a agricultura responde por aproximadamente 90% da expansão recente do desmatamento global. Também chama atenção para a necessidade de promover dietas mais saudáveis, predominantemente vegetais e nutricionalmente adequadas.

Reajuste de prioridades na cooperação internacional

A Relatora considera insuficiente o nível atual de financiamento internacional direcionado à transformação dos sistemas alimentares. Embora a agricultura e a alimentação estejam diretamente relacionadas à crise climática, elas continuam recebendo parcela reduzida dos recursos globais para ação climática.

Ao mesmo tempo, subsídios públicos da ordem de centenas de bilhões de dólares continuam favorecendo a agricultura industrial e sistemas alimentares intensivos em combustíveis fósseis. A autora defende uma reorientação dos recursos financeiros internacionais para apoiar agricultores familiares, povos indígenas e sistemas agroecológicos.

Reestruturar os sistemas alimentares para garantir um clima seguro

A Relatora conclui que os danos causados pelos sistemas alimentares industriais e os impactos das mudanças climáticas possuem causas comuns e interdependentes. Por essa razão, qualquer estratégia eficaz deve enfrentar simultaneamente as dimensões climática, ambiental, econômica e social da crise.

A proteção dos conhecimentos indígenas, dos sistemas camponeses, da pesca artesanal e das formas tradicionais de manejo dos recursos naturais é apresentada como condição indispensável para garantir a segurança alimentar, a adaptação climática e a proteção dos direitos humanos.

Recomendações

A Relatora traz recomendações para cinco áreas de atuação: (a) regulação nacional; (b) ação multilateral; (c) responsabilidades das organizações intergovernamentais; (d) responsabilidade das empresas; (e) recomendações gerais para unir a sociedade civil, a academia, povos indígenas, camponeses, pescadores artesanais, pastores e mulheres rurais com o objetivo de uma agenda comum baseada em justiça climática, soberania alimentar, proteção da biodiversidade, redução das desigualdades e fortalecimento dos direitos humanos.

A. Regulação nacional

A Relatora recomenda que os Estados incorporem suas obrigações climáticas e de direitos humanos em legislações nacionais mais rigorosas. Isso inclui exigir que empresas alimentares reduzam emissões, eliminem dependências fósseis e diminuam o uso de substâncias tóxicas. Os governos devem ainda combater a concentração corporativa, revisar

subsídios públicos e garantir reparação para danos já causados ao meio ambiente e aos direitos humanos.

B. Ação multilateral

Nos processos multilaterais, os Estados são instados a priorizar a transformação dos sistemas alimentares nas negociações climáticas, nas discussões sobre plásticos e na elaboração de instrumentos internacionais sobre empresas e direitos humanos. O relatório propõe metas globais para redução da produção de plásticos, eliminação progressiva de insumos petroquímicos e fortalecimento dos mecanismos internacionais de responsabilização empresarial.

C. Responsabilidades das organizações intergovernamentais

Organizações como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os organismos das Convenções do Rio são chamadas a ampliar a participação efetiva de povos indígenas, camponeses e mulheres rurais. A Relatora recomenda que essas instituições tratem de forma mais rigorosa os conflitos de interesse corporativos e priorizem financiamento para sistemas agroecológicos e iniciativas lideradas por comunidades locais.

D. Responsabilidade das empresas

As empresas devem elaborar planos efetivos de descarbonização, desfossilização e destoxificação de suas cadeias produtivas. O relatório enfatiza que elas possuem responsabilidade direta de respeitar os direitos humanos, evitar desinformação climática, reparar danos causados e abandonar modelos de produção dependentes de combustíveis fósseis e produtos químicos nocivos.

E. Outras recomendações

Por fim, a Relatora conclama a sociedade civil, universidades, movimentos sociais e instituições de pesquisa a trabalharem em conjunto com povos indígenas, camponeses, pescadores artesanais, pastores e mulheres rurais. O objetivo é construir uma agenda comum baseada em justiça climática, soberania alimentar, proteção da biodiversidade, redução das desigualdades e fortalecimento dos direitos humanos.

Considerações Finais

O relatório de Elisa Morgera oferece uma contribuição particularmente relevante para os debates contemporâneos sobre saúde global, justiça climática e direitos humanos ao demonstrar que os sistemas alimentares não constituem um setor isolado das políticas de clima, saúde e desenvolvimento, mas um dos principais pontos de convergência entre as crises ambiental, sanitária, social e econômica do século XXI. Ao evidenciar as conexões entre combustíveis fósseis, agricultura industrial, fertilizantes sintéticos, pesticidas, plásticos, desmatamento, degradação dos solos, insegurança alimentar e concentração corporativa, a Relatora propõe uma mudança paradigmática: tratar os sistemas alimentares como um componente estruturante da ação climática e da proteção dos direitos humanos.

Essa perspectiva dialoga diretamente com reflexões recentes produzidas no âmbito do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz. Os trabalhos de Eduardo Nilson,

Denise Oliveira e Silva e colaboradores ressaltam que a segurança alimentar e nutricional global precisa ser compreendida em uma lógica sistêmica, na qual alimentação, saúde humana, saúde animal e saúde planetária são dimensões inseparáveis. Ao discutir a agenda de Saúde Única (*One Health*), os autores demonstram que os sistemas alimentares contemporâneos e a expansão dos alimentos ultraprocessados estão profundamente relacionados aos desafios ambientais, epidemiológicos e climáticos que afetam populações em todo o mundo. A análise de Morgera converge com essa abordagem ao mostrar que os sistemas alimentares industrializados produzem simultaneamente emissões de gases de efeito estufa, degradação ecológica e impactos sobre a saúde humana, exigindo respostas integradas e multissetoriais.

Nesse sentido, o relatório contribui para superar uma visão fragmentada das políticas públicas. Ao invés de considerar separadamente clima, agricultura, nutrição e saúde, a autora demonstra que todos esses elementos participam de um mesmo processo. Tal compreensão aproxima-se da noção de sindemias globais, utilizada em diversos debates de saúde pública, segundo a qual problemas como mudanças climáticas, obesidade, doenças crônicas não transmissíveis, insegurança alimentar e degradação ambiental interagem mutuamente e compartilham determinantes estruturais comuns. A expansão dos alimentos ultraprocessados, destacada tanto por Morgera quanto pelos informes recentes de Eduardo Nilson, exemplifica de forma clara esse fenômeno ao combinar impactos negativos sobre a saúde, ampliação da demanda por embalagens plásticas, aumento do consumo energético e intensificação da dependência de cadeias produtivas vinculadas aos combustíveis fósseis.

A centralidade atribuída pela Relatora às mulheres também merece destaque. O documento demonstra que os impactos dos sistemas alimentares industrializados não são distribuídos de maneira uniforme entre os grupos sociais. Mulheres rurais frequentemente assumem responsabilidades fundamentais relacionadas à produção de alimentos, ao cuidado familiar, à preservação de conhecimentos tradicionais e à organização comunitária. Entretanto, continuam enfrentando barreiras estruturais de acesso à terra, ao crédito, aos recursos produtivos e à participação política. Além disso, as desigualdades de gênero são agravadas pelos efeitos das mudanças climáticas, pela insegurança alimentar e pelas formas de exploração laboral presentes em diferentes cadeias produtivas.

Essas conclusões dialogam diretamente com os estudos de Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos e Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes, que têm enfatizado a necessidade de compreender a saúde das mulheres para além das dimensões estritamente biomédicas. Os informes produzidos pelas autoras ressaltam que condições de vida, desigualdades sociais, violência de gênero, acesso aos serviços de saúde e processos de exclusão econômica influenciam profundamente os resultados em saúde. Quando vista sob essa ótica ampliada, a transformação dos sistemas alimentares proposta por Morgera também constitui uma agenda de promoção da saúde das mulheres, pois envolve acesso a alimentação saudável, proteção dos meios de subsistência, valorização do trabalho de cuidado e fortalecimento da autonomia econômica e política feminina.

O relatório também atribui lugar central às crianças, tanto pelo impacto imediato dos sistemas alimentares sobre a nutrição e a saúde infantil quanto pelos efeitos intergeracionais da crise climática. A exposição a pesticidas, contaminantes químicos, insegurança alimentar e degradação ambiental compromete o desenvolvimento infantil e amplia vulnerabilidades futuras. Além disso, a Relatora destaca que as futuras gerações herdarão as consequências das decisões atuais sobre solo, biodiversidade, recursos hídricos e estabilidade climática. Essa

abordagem amplia a compreensão do princípio do melhor interesse da criança e o conecta diretamente às políticas climáticas e alimentares.

Outro aspecto particularmente relevante do relatório é sua contribuição para os debates sobre saúde e ambiente. As análises recentes de Danielly Magalhães e Luiz Augusto Galvão têm enfatizado a crescente interdependência entre substâncias químicas, degradação ambiental, mudanças climáticas e saúde humana. O relatório de Morgera reforça essa perspectiva ao demonstrar que pesticidas, fertilizantes sintéticos e plásticos não produzem apenas impactos localizados, mas integram um sistema global de riscos que afeta simultaneamente ecossistemas, cadeias alimentares e saúde pública. A autora evidencia que a contaminação química, a perda de biodiversidade, a poluição das águas e os efeitos climáticos são processos interligados, exigindo abordagens igualmente integradas de governança e políticas públicas.

Talvez a principal contribuição conceitual do relatório esteja na articulação entre direitos humanos e sistemas alimentares. Ao longo de todo o texto, a Relatora demonstra que direitos à alimentação, saúde, água, cultura, território, desenvolvimento e autodeterminação não podem ser garantidos em um contexto de degradação climática crescente. Da mesma forma, não é possível proteger adequadamente o clima ignorando questões de desigualdade social, concentração de poder econômico e exclusão política. A transformação dos sistemas alimentares deixa de ser apenas uma questão técnica ou produtiva para tornar-se uma agenda de democratização dos recursos naturais, redistribuição de poder e fortalecimento dos direitos humanos.

Nesse contexto, a valorização da agroecologia, da pesca artesanal baseada em ecossistemas, dos sistemas pastoris e dos conhecimentos de povos indígenas e comunidades camponesas representa mais do que uma alternativa agrícola. O relatório os apresenta como expressões de outros modos de produzir, conhecer e se relacionar com a natureza. Trata-se de sistemas que contribuem para a proteção da biodiversidade, a conservação dos solos, a segurança alimentar, a redução das emissões e o fortalecimento da resiliência climática. Ao mesmo tempo, preservam práticas culturais, formas de organização comunitária e conhecimentos acumulados ao longo de gerações.

Por fim, o informe converge com uma mensagem recorrente nos Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde: os desafios globais contemporâneos não poderão ser enfrentados por soluções setoriais ou isoladas. Segurança alimentar, justiça climática, saúde das mulheres, saúde infantil, preservação ambiental, soberania alimentar, biodiversidade e direitos humanos são agendas inseparáveis. O relatório de Elisa Morgera demonstra que a construção de um clima seguro, de sistemas alimentares sustentáveis e de sociedades mais equitativas depende de uma transformação estrutural capaz de reposicionar a vida, a saúde e os direitos humanos no centro das decisões econômicas e políticas globais.

Referências

NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Direitos Humanos. **Transformar los sistemas alimentarios para garantizar un clima seguro y la salud para todos: informe de la Relatora Especial sobre la promoción y la protección de los derechos humanos en el contexto del cambio climático, Elisa Morgera**. A/HRC/62/44. Genebra: Naciones Unidas, 2026. Disponível em: <https://docs.un.org/es/A/HRC/62/44>. Acesso em: 19 jul. 2026.

MAGALHÃES, Danielly de P.; GALVÃO, Luiz Augusto. **Saúde, clima e substâncias químicas: tendências e desafios globais**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 10, 2026. Rio de Janeiro:

Fiocruz, 2026. p. 56-65. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/404>. Acesso em: 19 jul. 2026.

MAGALHÃES, Danielly de P.; GALVÃO, Luiz Augusto. **A COP30 sobre clima em Belém e as implicações para a saúde**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 22, 2025. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2025, p. 31-45. Disponível em: <https://fiocruz.br/documento/2025/11/cadernos-fiocruz-informe-22-2025>. Acesso em: 19 jul. 2026.

MASSARI, Maria Teresa Rossetti; SANTOS, Priscilla Paiva Gê Vilella dos; GOMES, Maria Auxiliadora Souza Mendes. **Hemorragia pós-parto em foco na The Lancet: um problema de saúde global na vida de mulheres a ser superado**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 10, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. p. 82-89. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/398>. Acesso em: 19 jul. 2026.

SANTOS, Priscilla Paiva Gê Vilella dos; MASSARI, Maria Teresa Rossetti; GOMES, Maria Auxiliadora de Souza Mendes. Entre avanços e retrocessos: saúde e direitos de mulheres, crianças e adolescentes no cenário global. **Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, *[S. l.]*, n. 1, p. 103–111, 2026. Disponível em: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/50. Acesso em: 19 jul. 2026.

NILSON, Eduardo Augusto Fernandes; OLIVEIRA E SILVA, Denise. **Perspectivas da segurança alimentar e nutricional global em 2026**. *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 1, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/51>. Acesso em: 19 jul. 2026.

NILSON, Eduardo; OLIVEIRA E SILVA, Denise. **Aproximando a Saúde Única (One Health) à agenda de sistemas alimentares e alimentos ultraprocessados**. *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 8, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/341>. Acesso em: 19 jul. 2026.

NILSON, Eduardo; WILLIAM, Erin; OLIVEIRA E SILVA, Denise. **O paradoxo das carnes: comércio, saúde e sustentabilidade nos sistemas alimentares contemporâneos**. In: *Cadernos Fiocruz de Saúde Global e Diplomacia da Saúde*, n. 10, 2026. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2026. p. 95-113. Disponível em: <https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/408>. Acesso em: 19 jul. 2026.

Entre a emergência e a prevenção: dilemas persistentes da arquitetura global da saúde

Entre la emergencia y la prevención: dilemas persistentes de la arquitectura global de la salud

Between Emergency and Prevention: persistent dilemmas in the global health architecture

Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão

Resumo: A governança da saúde global atravessa um período de intensa transformação, impulsionado por negociações multilaterais, pela atualização de recomendações baseadas em evidências e pela resposta a emergências sanitárias. Entre os principais avanços, destacam-se as negociações do Anexo de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS) do Acordo sobre Pandemias da Organização Mundial da Saúde (OMS), que evidenciam diferentes perspectivas sobre os mecanismos de compartilhamento de patógenos, repartição de benefícios e fortalecimento da equidade entre países. Paralelamente, a atualização das diretrizes da OMS para redução do risco de declínio cognitivo e demência reforça a prevenção como estratégia prioritária, enfatizando a atuação sobre fatores de risco modificáveis, como atividade física, alimentação saudável, controle de doenças cardiometabólicas, interação social e redução da exposição à poluição do ar. No contexto das emergências sanitárias, a resposta ao surto de Ebola por vírus Bundibugyo demonstra avanços expressivos no desenvolvimento acelerado de diagnósticos, terapêuticos e vacinas, alinhados à Missão dos 100 Dias, ao mesmo tempo em que evidencia os desafios persistentes relacionados à vigilância epidemiológica, ao acesso oportuno aos serviços de saúde, ao financiamento sustentável e à coordenação internacional. Em conjunto, esses temas ilustram a crescente integração entre ciência, inovação, políticas públicas e cooperação multilateral como elementos essenciais para fortalecer a preparação, a prevenção e a resposta às futuras emergências de saúde pública.

Palavras-chave: Saúde global; Organização Mundial da Saúde; Governança em saúde; Acordo sobre Pandemias; PABS; Demência; Prevenção; Ebola Bundibugyo; Contramedidas médicas; Cooperação internacional.

Resumen: *La gobernanza sanitaria mundial atraviesa un periodo de intensa transformación, impulsada por negociaciones multilaterales, la actualización de recomendaciones basadas en la evidencia y la respuesta a emergencias sanitarias. Entre los avances clave se encuentran las negociaciones del Anexo sobre Acceso a Patógenos y Distribución de Beneficios (PABS, por sus siglas en inglés) del Acuerdo sobre Pandemias de la Organización Mundial de la Salud (OMS), que pone de relieve diferentes perspectivas sobre los mecanismos de distribución de patógenos, la distribución de beneficios y el fortalecimiento de la equidad entre países. Simultáneamente, las directrices actualizadas de la OMS para reducir el riesgo de deterioro cognitivo y demencia refuerzan la prevención como estrategia prioritaria, haciendo hincapié en la acción sobre factores de riesgo modificables como la actividad física, la alimentación saludable, el control de las enfermedades cardiometabólicas, la interacción social y la reducción de la exposición a la contaminación atmosférica. En el contexto de las emergencias sanitarias, la respuesta al brote*

del virus del Ébola de Bundibugyo demuestra un progreso significativo en el desarrollo acelerado de diagnósticos, terapias y vacunas, en consonancia con la Misión de los 100 Días, al tiempo que pone de relieve los desafíos persistentes relacionados con la vigilancia epidemiológica, el acceso oportuno a los servicios de salud, la financiación sostenible y la coordinación internacional. En conjunto, estos temas ilustran la creciente integración de la ciencia, la innovación, las políticas públicas y la cooperación multilateral como elementos esenciales para fortalecer la preparación, la prevención y la respuesta ante futuras emergencias de salud pública.

Palabras clave: *Salud global; Organización Mundial de la Salud; Gobernanza en salud; Acuerdo sobre Pandemias; PABS; Demencia; Prevención; Ébola de Bundibugyo; Contramedidas médicas; Cooperación internacional.*

Abstract*: Global health governance is undergoing a period of intense transformation, driven by multilateral negotiations, the updating of evidence-based recommendations, and responses to health emergencies. Key developments include negotiations regarding the Pathogen Access and Benefit-Sharing (PABS) annex of the World Health Organization (WHO) Pandemic Agreement, which highlight differing perspectives on mechanisms for pathogen sharing, benefit-sharing, and the strengthening of equity among nations. Concurrently, updated WHO guidelines on reducing the risk of cognitive decline and dementia reinforce prevention as a priority strategy, emphasizing action on modifiable risk factors such as physical activity, healthy nutrition, the management of cardiometabolic diseases, social interaction, and the reduction of exposure to air pollution. In the context of health emergencies, the response to the Bundibugyo ebolavirus outbreak demonstrates significant progress in the accelerated development of diagnostics, therapeutics, and vaccines—aligned with the "100 Days Mission"—while also highlighting persistent challenges regarding epidemiological surveillance, timely access to health services, sustainable financing, and international coordination. Together, these issues illustrate the growing integration of science, innovation, public policy, and multilateral cooperation as essential elements for strengthening preparedness, prevention, and response regarding future public health emergencies.*

Keywords*: Global health; World Health Organization; Health governance; Pandemic Agreement; PABS; Dementia; Prevention; Bundibugyo Ebola; Medical countermeasures; International cooperation.*

Sétima Rodada do IGWG: Uma Encruzilhada na Partilha de Patógenos para Pandemias

Quando os negociadores do Grupo de Trabalho Intergovernamental (IGWG) da OMS se reuniram em Genebra para a sua sétima ronda de conversações, restava uma tarefa estreita, mas persistente. O Acordo sobre Pandemias da OMS foi adotado em maio de 2025 ao abrigo do Artigo 19 da Constituição da OMS para reforçar a prevenção, preparação e resposta a pandemias. O que continua por concluir é um único anexo: aquele que estabeleceria um sistema funcional de Acesso a Patógenos e Partilha de Benefícios (PABS). O anexo PABS destina-se a definir como os patógenos perigosos são partilhados (acesso) durante emergências de saúde pública e como partilhar quaisquer produtos médicos (benefícios) produzidos em resultado do acesso dos fabricantes a essa informação. Acertar nesse mecanismo dá dentes às promessas de equidade do Acordo; deixá-lo vago mantém-nas no plano das intenções (1).

A sessão, que encerrou na última sexta-feira, produziu uma clareza de tipo difícil. Em vez de convergir para um único texto, os Estados-Membros apresentaram duas visões concorrentes. A África uniu-se em torno de um modelo "federado", enquanto a União Europeia e os seus aliados de países desenvolvidos apoiaram um modelo "híbrido".

A Argélia, falando em nome da região africana da OMS mais o Egito, a Somália e o Sudão (o Grupo África Plus), defendeu o desenho federado. Tal como o grupo o formulou, seria uma arquitetura construída em torno de nós nacionais e regionais soberanos, interligados através de um índice e catálogo de metadados alojado pela OMS, com identificadores únicos e persistentes que garantem a rastreabilidade de ponta a ponta dos materiais biológicos e da informação de sequências de patógenos. O objetivo de toda essa rastreabilidade é a exigência de cumprimento: no modelo, o acesso é condicionado a compromissos vinculativos de partilha de benefícios no ponto de utilização, tratando a informação de sequências digitais e os materiais físicos em paridade. Em termos simples, quem quiser aceder a material patogênico terá de assinar contratos que o comprometam a partilhar quaisquer benefícios. A Argélia foi mais longe, pedindo um tratamento mais robusto dos derivados e da propriedade intelectual, para que as obrigações de partilha de benefícios não possam ser contornadas através da inovação a jusante, e insistindo que a implementação seja acompanhada de apoio financeiro, técnico e de capacitação para os países em desenvolvimento, em particular para os laboratórios nacionais e para os que participam na Rede de Laboratórios Coordenada pela OMS (WCLN).

O contraste com a proposta europeia foi nítido. O modelo "híbrido" da UE combina medidas obrigatórias e voluntárias para a partilha de informação sobre patógenos e dos benefícios daí decorrentes. Prevê tanto um sistema global PABS controlado pela OMS, funcionando através da WCLN com alguns compromissos de partilha de benefícios, como processos nacionais em que os países podem partilhar material patogênico com grupos e laboratórios fora do sistema PABS formal, segundo termos mutuamente acordados. Foi precisamente essa via paralela que suscitou a objeção africana; a Argélia advertiu contra abordagens que diluam as condicionalidades de acesso ou deixem abertos canais paralelos que possam perpetuar o status quo que falhou durante a COVID.

Apesar da distância entre os dois campos, a liderança da OMS optou por ler a semana como movimento e não como impasse. O Diretor-Geral, Dr. Tedros Adhanom Ghebreyesus, observou que, no início da semana, o acesso e a partilha de benefícios começaram por parecer dois lados de uma discussão, mas que, no final, mais delegados começavam a vê-los novamente como duas metades de uma mesma promessa. Ainda assim, alertou que as questões pendentes não são pequenas e que subsistem lacunas reais que merecem seriedade na próxima sessão. De forma encorajadora, relatou que muitos membros lhe tinham dito que concluir o anexo este ano é possível.

Esse otimismo assenta sobre um pano de fundo longo e árduo. O IGWG foi criado pela Assembleia Mundial da Saúde através da resolução WHA78.1, com a tarefa prioritária de redigir e negociar o sistema PABS. A esperança original de concluir a tempo da Assembleia de maio de 2026 esvaiu-se; no sexto encontro, os Estados-Membros concluíram que era necessário mais tempo e acordaram que o trabalho continuasse, com o resultado a ser apresentado à Assembleia seguinte em maio de 2027, ou mais cedo através de uma sessão especial em 2026.

A sétima rodada marcou também uma mudança de guarda. Quando o grupo voltar a reunir-se, de 14 a 19 de setembro, várias figuras centrais já não farão parte do processo,

incluindo o copresidente Matthew Harpur, do Reino Unido, e as vice-presidentes Madeleine Heywood, da Austrália, e a Dr.ª Hanan Al Kuwari, do Catar. Heywood, sublinhando quão longo tem sido o processo, recordou que o seu bebé tinha seis meses quando as conversações começaram e tem agora cinco anos e meio, e apelou aos delegados que continuem a falar e a ouvir-se uns aos outros, procurando pontos de entendimento comum.

O que essa rodada fixou, portanto, não foi o anexo, mas a forma do debate em torno dele: uma escolha real entre um sistema único e rastreável que condiciona o acesso à partilha, e um enquadramento mais flexível que preserva canais nacionais paralelos.

Próximos passos

- Nova rodada de negociações (14–19 de setembro de 2026): o IGWG volta a reunir-se em Genebra para tentar reconciliar os modelos "federado" e "híbrido" — a tarefa central que a sétima ronda deixou em aberto.
- Propostas textuais firmes da África: as capitais africanas indicaram que continuam a consultar sobre o desenho do modelo federado e esperam regressar à mesa com composições firmes e propostas de texto concretas.
- Questões por resolver: o tratamento dos derivados e da propriedade intelectual, a existência (ou não) de canais nacionais paralelos, e o apoio financeiro, técnico e de capacitação aos países em desenvolvimento continuam entre os pontos mais sensíveis.
- Nova liderança do IGWG: com a saída do copresidente e de vice-presidentes de longa data, a próxima sessão decorrerá sob nova condução, o que poderá influenciar o ritmo e a dinâmica das negociações.
- Meta temporal: o objetivo é submeter o anexo PABS concluído à Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2027, com a possibilidade de uma sessão especial ainda em 2026, caso haja consenso — meta que o Diretor-Geral considera ainda alcançável dentro deste ano.
- Verificação oficial: os resultados formais e o texto revisto do anexo deverão ser confirmados nos documentos oficiais da série A/IGWG/7 da OMS quando forem publicados.

As diretrizes da OMS (2.ª edição, 2026) sobre Redução do risco de declínio cognitivo e demência

A demência é hoje um dos principais desafios de saúde pública em escala global e uma das principais causas de incapacidade e dependência entre pessoas idosas. Mais de 57 milhões de pessoas vivem com demência em todo o mundo, e cerca de 10 milhões recebem um novo diagnóstico a cada ano. A doença de Alzheimer é a forma mais comum de demência e estima-se que responda por 60 a 70% dos casos. O peso da condição vai além da saúde: ela afeta a independência, a dignidade e a segurança da pessoa, e impõe encargos substanciais a famílias e cuidadores. Para dimensionar esse impacto econômico, um estudo recente estimou que a demência custa aos países europeus de alta renda mais de 221 bilhões de euros por ano, com as famílias entre as mais afetadas (2).

Diante da ausência de tratamentos modificadores da doença ou de cura amplamente acessíveis, a prevenção e a redução de risco ao longo do curso da vida permanecem as estratégias mais eficazes para reduzir a incidência futura. É nesse ponto que reside a mensagem central e encorajadora das diretrizes: embora não exista cura, até 45% dos riscos podem ser atribuídos a fatores de risco modificáveis, como o tabaco, o consumo de álcool, o isolamento social, a inatividade física, a poluição do ar e doenças não transmissíveis, incluindo hipertensão arterial e diabetes.

Publicadas em 15 de julho de 2026 (2), as diretrizes fornecem recomendações atualizadas e baseadas em evidências sobre intervenções para reduzir o risco de declínio cognitivo e demência, sendo concebidas para ajudar profissionais de saúde, formuladores de políticas e outras partes interessadas a fortalecer a ação sobre a redução do risco de demência como estratégia essencial de saúde pública, especialmente diante da ausência de tratamento curativo amplamente disponível. A OMS lançou oficialmente o documento num webinar global em 16 de julho de 2026, com a participação de pessoas com experiência vivida, especialistas científicos e representantes de países.

As diretrizes foram elaboradas com rigor metodológico e ampla participação de especialistas europeus e internacionais. A OMS encomendou uma série de revisões sistemáticas do estado da arte (n = 16) sobre a redução do risco de demência para atualizar as recomendações de 2019. As evidências relativas a cada fator de risco foram geradas por meio dessas revisões e avaliadas com a estrutura GRADE (Grading of Recommendations Assessment, Developmentand Evaluation), que classifica a qualidade das evidências segundo a consistência dos achados e a qualidade dos estudos incluídos. O painel de desenvolvimento reuniu especialistas em prática clínica, pesquisa, políticas de saúde e elaboração de diretrizes, ao lado de pessoas com experiência vivida da condição. Como resultado desse processo, a certeza das evidências que sustentam cada recomendação varia de muito baixa a moderada ou alta, um grau de transparência que ajuda o leitor a ponderar a força de cada orientação.

As diretrizes consolidam as recomendações em torno de três grandes eixos: comportamentos, condições clínicas e fatores ambientais.

Comportamentos e estilo de vida. Entre as intervenções que promovem estilos de vida saudáveis, recomendam-se o treino e a estimulação cognitiva e o engajamento em atividades sociais para adultos com cognição normal ou comprometimento cognitivo leve. Somam-se a estas o aumento da atividade física, a cessação do tabagismo, a redução do consumo de álcool e a adoção de uma dieta saudável. A dimensão social ganhou destaque particular: cerca de uma em cada quatro pessoas idosas se sente isolada e, segundo os autores, a eliminação da solidão poderia prevenir cerca de 5% dos casos de demência, uma vez que a interação social ajuda a construir maior reserva cognitiva. As diretrizes recomendam ainda a participação em intervenções multidomínio de estilo de vida, que combinam vários fatores simultaneamente.

Gestão de condições clínicas. O manejo de condições cardiometabólicas como hipertensão, diabetes e colesterol elevado também pode ajudar a reduzir o risco de demência. Além disso, aparelhos auditivos podem ser oferecidos como parte das estratégias de redução de risco. As recomendações abrangem igualmente o controle da obesidade e da dislipidemia, com certeza de evidência que varia de muito baixa a baixa ou moderada.

Fatores ambientais. Uma das novidades mais significativas desta edição é ambiental. A poluição do ar passou a ser oficialmente reconhecida como fator de risco para a demência —

indiscutivelmente o maior acréscimo da orientação de 2026. Enquanto os esforços de prevenção anteriores se concentravam sobretudo no estilo de vida e na saúde cardiovascular, a OMS agora afirma que a exposição ao ar poluído deve ser vista como parte da redução do risco de demência. Ao nível populacional, recomenda-se especificamente a redução da exposição à poluição do ar doméstico.

O documento também é explícito sobre intervenções que não devem ser adotadas com a finalidade de reduzir o risco de demência. Como intervenção específica, não se recomenda a suplementação com vitaminas B e E, ácidos graxos poli-insaturados ômega-3 e multivitamínicos/minerais na ausência de deficiência diagnosticada, dada a falta de evidências de benefícios que superem eventuais efeitos nocivos. A recomendação contra o uso rotineiro desses suplementos, salvo deficiência identificada, é apontada como uma das adições mais relevantes da atualização. As diretrizes também desaconselham o uso de terapia hormonal da menopausa para a redução do risco de demência.

A publicação é transparente quanto aos seus limites, o que reforça sua credibilidade científica. Para vários fatores de risco, as evidências disponíveis foram consideradas insuficientes para embasar recomendações formais — entre eles o manejo da depressão, do acidente vascular cerebral, do traumatismo cranioencefálico, da deficiência visual, de fatores relacionados ao sono e do HIV. Esses temas são sinalizados como áreas prioritárias para pesquisas futuras, orientando a agenda científica dos próximos anos.

A segunda edição das diretrizes da OMS reforça a redução do risco de demência como estratégia essencial de saúde pública, dirigida simultaneamente a profissionais de saúde, formuladores de políticas e à população em geral. Ao articular comportamentos saudáveis, gestão de condições clínicas e redução da exposição a fatores ambientais — e ao delimitar com honestidade o que ainda não se sabe —, o documento oferece um roteiro prático para integrar a prevenção da demência em políticas, serviços e programas. Num contexto de envelhecimento populacional e de custos crescentes, a mensagem de que quase metade do risco é potencialmente evitável transforma a prevenção no caminho mais promissor disponível.

Sessenta dias da resposta ao Ebola por vírus Bundibugyo: avanços em contramedidas médicas e desafios para cumprir a Missão dos 100 DiasSessenta dias da resposta ao Ebola por vírus Bundibugyo: avanços em contramedidas médicas e desafios para cumprir a Missão dos 100 Dias

Sessenta dias após a declaração da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) para o surto de doença pelo vírus Ebola (espécie Bundibugyo), na República Democrática do Congo (RDC) e em Uganda, observa-se uma aceleração importante dos esforços internacionais para o desenvolvimento e disponibilização de contramedidas médicas (3). Inserida no contexto da Missão dos 100 Dias (100 Days Mission – 100DM), a resposta tem buscado reduzir o intervalo entre a identificação de um patógeno emergente e a disponibilização de diagnósticos, terapêuticos e vacinas, objetivo considerado estratégico para a preparação e resposta a futuras emergências sanitárias.

No campo do diagnóstico, houve avanços relevantes tanto na ampliação da capacidade regulatória quanto na inovação tecnológica. A Organização Mundial da Saúde (OMS) incluiu um novo teste molecular para detecção do vírus Ebola em sua Lista de Uso Emergencial (Emergency Use Listing – EUL), ampliando o conjunto de ferramentas disponíveis para diagnóstico laboratorial. Paralelamente, a Fundação Bill & Melinda Gates lançou uma chamada para

propostas voltada ao desenvolvimento de plataformas descentralizadas capazes de detectar orthoebolavírus, contemplando desde biomarcadores e validação de amostras até testes utilizáveis em campo, sistemas de vigilância e garantia da qualidade. Complementando essas iniciativas, prossegue a validação dos candidatos diagnósticos selecionados por meio da iniciativa BRIDGE-Access, conduzida em parceria entre Africa CDC, OMS, PATH, FIND e Unitaid, com acordos específicos voltados à promoção do acesso equitativo às tecnologias desenvolvidas.

Os avanços terapêuticos também representam um marco importante da resposta atual. Em julho de 2026, teve início na RDC o recrutamento de participantes para o estudo clínico PARTNERS, apenas sete semanas após a declaração do surto. O ensaio avaliará a eficácia do anticorpo monoclonal MBP134 e do antiviral remdesivir, tanto isoladamente quanto em combinação, buscando determinar seu impacto sobre a sobrevida de pacientes com infecção por Bundibugyo ebolavirus. Adicionalmente, foi iniciado o estudo EBO-PEP, destinado a avaliar o uso do antiviral oral obeldesivir como profilaxia pós-exposição entre contatos de alto risco na RDC e em Uganda. Para grupos excluídos do protocolo principal, como crianças, gestantes e lactantes, foi estabelecido um protocolo específico de uso compassivo de remdesivir intravenoso, evidenciando esforços para ampliar o acesso às opções terapêuticas durante a emergência.

Na área de vacinas, registraram-se avanços significativos no desenvolvimento clínico. A autoridade regulatória do Reino Unido autorizou o início do primeiro estudo de fase I da vacina ChAdOx1-BDBV, desenvolvida pela Universidade de Oxford em apenas oito semanas após o início da emergência. O ensaio clínico avaliará inicialmente a segurança e a imunogenicidade do imunizante em adultos saudáveis, enquanto o Serum Institute of India já produziu aproximadamente 620 mil doses da candidata vacinal, antecipando uma possível expansão para estudos em áreas afetadas. Paralelamente, a OMS publicou os Perfis-Alvo de Produto (Target Product Profiles – TPPs) para vacinas contra o vírus Bundibugyo, documento que orienta pesquisadores, desenvolvedores e financiadores sobre as características desejáveis para futuras vacinas.

Também avançaram os mecanismos de coordenação internacional. OMS e Africa CDC iniciaram a implementação de um mecanismo coordenado de rastreamento financeiro destinado a aumentar a transparência dos investimentos, monitorar a alocação de recursos segundo os pilares nacionais e continentais de resposta e identificar lacunas de financiamento. A iniciativa busca fortalecer a coordenação entre doadores e instituições implementadoras, aspecto particularmente relevante diante da elevada necessidade de recursos para controlar o surto.

Apesar desses avanços científicos e programáticos, a situação epidemiológica permanece preocupante. Dois meses após a declaração do surto, mais de dois mil casos e quase oitocentos óbitos foram registrados, configurando o crescimento mais rápido já observado para um surto de Ebola (4). Segundo a OMS, mais de 80% dos novos casos continuam sendo identificados fora das listas conhecidas de contatos, indicando falhas persistentes na interrupção das cadeias de transmissão. Além disso, aproximadamente dois terços dos óbitos ocorrem na comunidade, antes que os pacientes consigam acessar serviços de saúde.

Esses dados reforçam que o desenvolvimento acelerado de contramedidas médicas, embora essencial, não é suficiente para controlar uma epidemia dessa magnitude sem

investimentos simultâneos em vigilância epidemiológica, rastreamento de contatos, engajamento comunitário e fortalecimento dos sistemas locais de saúde. A continuidade dos conflitos armados em áreas afetadas da RDC representa um desafio adicional, dificultando tanto o acesso das equipes de resposta quanto a oferta de assistência à população.

A resposta ao surto de Bundibugyo demonstra, por outro lado, avanços importantes na operacionalização da Missão dos 100 Dias. O início precoce de ensaios clínicos, a rápida mobilização regulatória, a produção antecipada de vacinas candidatas e a coordenação entre múltiplos parceiros internacionais ilustram uma capacidade de resposta significativamente superior à observada em epidemias anteriores de Ebola. Os próximos 40 dias serão decisivos para avaliar se esses avanços científicos poderão ser traduzidos em benefícios concretos para as populações afetadas e em um modelo de resposta mais ágil, coordenado e equitativo para futuras emergências sanitárias globais.

Referências

Cullinan K. Pandemic Talks Consider Two Opposing Models For Pathogen Sharing — Health Policy Watch [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em: https://healthpolicy-watch.news/pandemic-talks-consider-two-opposing-models-for-pathogen-sharing/. Acesso em 18 jul. 2026.

Organização Mundial da Saúde. Risk reduction of cognitive decline and dementia: WHO guidelines, second edition. Genebra: OMS; 15 jul. 2026. Disponível em https://iris.who.int/server/api/core/bitstreams/ea44b7f6-b09f-4e6f-b8c7-2e5b0fcc9a99/content. Acesso em 18 jul. 2026.

IPPS. Ebola (Bundibugyo) Day 60 – Tracking Progress on Medical Countermeasures – IPPS [Internet]. Ippsecretariat.org. 2026. Disponível em: https://ippsecretariat.org/news/ebola-bundibugyo-day-60/. Acesso em 19 jul. 2026.

Cullinan K. With Over 2000 Cases In Two Months, DRC's Ebola Outbreak Continues To Outpace Response — Health Policy [Internet]. Health Policy Watch. 2026. Disponível em https://healthpolicy-watch.news/with-over-2000-cases-in-two-months-drcs-ebola-outbreak-continues-to-outpace-response/. Acesso em 19 jul. 2026.

Migração climática, proteção da camada de ozônio, e resistência antimicrobiana: Destaques da semana

Migración climática, protección de la capa de ozono y resistencia a los antimicrobianos: Lo más destacado de la semana

Climate Migration, Ozone Layer Protection, and Antimicrobial Resistance: Weekly Highlights

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Resumo: A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a primeira Agenda Regional de Pesquisa sobre Saúde, Migração e Deslocamento para a Região do Pacífico Ocidental, destacando que as mudanças climáticas intensificam o deslocamento populacional e ampliam os desafios para os sistemas de saúde. O documento aponta lacunas de conhecimento sobre os impactos da migração climática, especialmente em saúde mental, doenças crônicas, saúde materno-infantil e vigilância epidemiológica, e recomenda fortalecer sistemas de saúde inclusivos, melhorar a produção de dados, ampliar a vigilância climática e promover pesquisas que subsidiem políticas públicas baseadas em evidências. Entre 13 e 17 de julho de 2026, a 48ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (OEWG-48) do Protocolo de Montreal, realizada em Bangkok, discutiu a implementação da Emenda de Kigali e preparou as decisões da 38ª Reunião das Partes (MOP-38), prevista para novembro. As negociações reafirmaram o sucesso do Protocolo de Montreal na recuperação da camada de ozônio e destacaram a contribuição da Emenda de Kigali para a mitigação das mudanças climáticas por meio da redução gradual dos hidrofluorcarbonetos (HFCs). Os principais temas incluíram a reposição do Fundo Multilateral para 2027–2029, a adoção de tecnologias de resfriamento sustentáveis e eficientes, o fortalecimento da capacidade técnica dos países e o combate ao comércio ilegal de substâncias controladas. A primeira Pesquisa Deliberativa sobre resistência antimicrobiana (RAM), realizada com 2.419 participantes de seis países de renda média, mostrou aumento do apoio a 43 das 45 propostas de políticas após discussão baseada em evidências. No Brasil, prevaleceu a abordagem de “prevenção em primeiro lugar”, com preferência por supervisão profissional em vez de proibições totais do uso de antibióticos na pecuária.

Palavras-chave: Protocolo de Montreal; Mudanças climáticas; Migração e saúde; Resistência antimicrobiana; Sistemas de saúde resilientes

Resumen: *La Organización Mundial de la Salud (OMS) publicó la primera Agenda Regional de Investigación sobre Salud, Migración y Desplazamiento para la Región del Pacífico Occidental, en la que se destaca que el cambio climático intensifica el desplazamiento de la población y aumenta los desafíos para los sistemas de salud. El documento señala brechas de conocimiento sobre los impactos de la migración climática, especialmente en salud mental, enfermedades crónicas, salud materno-infantil y vigilancia epidemiológica, y recomienda fortalecer los sistemas de salud inclusivos, mejorar la generación de datos, ampliar la vigilancia climática y promover investigaciones que respalden políticas públicas basadas en evidencia. Entre el 13 y el 17 de julio de 2026, la 48.ª Reunión del Grupo de Trabajo Abierto (OEWG-48) del Protocolo de Montreal, celebrada en Bangkok, debatió la implementación de la Enmienda de Kigali y preparó las*

decisiones de la 38.ª Reunión de las Partes (MOP-38), prevista para noviembre. Las negociaciones reafirmaron el éxito del Protocolo de Montreal en la recuperación de la capa de ozono y destacaron la contribución de la Enmienda de Kigali a la mitigación del cambio climático mediante la reducción gradual de los hidrofluorocarbonos (HFC). Entre los temas principales se incluyeron la reposición del Fondo Multilateral para 2027–2029, la adopción de tecnologías de refrigeración sostenibles y eficientes, el fortalecimiento de la capacidad técnica de los países y la lucha contra el comercio ilegal de sustancias controladas. La primera Encuesta Deliberativa sobre la resistencia a los antimicrobianos (RAM), realizada con 2.419 participantes de seis países de ingresos medios, mostró un aumento del apoyo a 43 de las 45 propuestas de políticas tras un debate basado en la evidencia. En Brasil, prevaleció el enfoque de «la prevención ante todo», con preferencia por la supervisión profesional en lugar de prohibiciones totales del uso de antibióticos en la ganadería.

Palabras clave: *Protocolo de Montreal; Cambio climático; Migración y salud; Resistencia a los antimicrobianos; Sistemas de salud resilientes*

Abstract: *The World Health Organization (WHO) published its first Regional Research Agenda on Health, Migration and Displacement for the Western Pacific Region, emphasizing that climate change is intensifying population displacement and increasing challenges for health systems. The report identifies important knowledge gaps regarding the health impacts of climate-induced migration, particularly in mental health, chronic diseases, maternal and child health, and epidemiological surveillance. It recommends strengthening inclusive and resilient health systems, improving migration-related data collection, expanding climate surveillance, and promoting research to support evidence-based public policies. Between 13 and 17 July 2026, the 48th Meeting of the Open-ended Working Group (OEWG-48) of the Montreal Protocol, held in Bangkok, discussed the implementation of the Kigali Amendment and prepared the decisions to be adopted at the 38th Meeting of the Parties (MOP-38), scheduled for November. The negotiations reaffirmed the success of the Montreal Protocol in restoring the ozone layer and highlighted the contribution of the Kigali Amendment to climate change mitigation through the phasedown of hydrofluorocarbons (HFCs). Key topics included the replenishment of the Multilateral Fund for 2027–2029, the adoption of sustainable and energy-efficient cooling technologies, strengthening countries' technical capacity, and combating the illegal trade in controlled substances. The first Deliberative Survey on antimicrobial resistance (AMR), involving 2,419 participants from six middle-income countries, found increased support for 43 of the 45 proposed policy measures following evidence-informed deliberation. In Brazil, participants favored a "prevention first" approach, preferring professional oversight rather than complete bans on antibiotic use in livestock production.*

Keywords: *Montreal Protocol; Climate change; Migration and health; Antimicrobial resistance; Climate-resilient health systems.*

Novo Relatório da OMS "Agenda Regional de Pesquisa sobre Saúde, Migração e Deslocamento na Região do Pacífico Ocidental da OMS, com foco em Mudanças Climáticas".

Novo relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) apresenta a primeira agenda regional de pesquisa sobre saúde, migração e deslocamento na Região do Pacífico Ocidental, com foco nas mudanças climáticas. O documento parte do reconhecimento de que a região concentra uma das maiores populações migrantes do mundo e é altamente vulnerável a eventos

climáticos extremos, elevação do nível do mar e outros impactos ambientais que intensificam o deslocamento populacional. Apesar desse cenário, a OMS identifica uma importante lacuna de evidências científicas para orientar políticas públicas e fortalecer a capacidade dos sistemas de saúde de responder às necessidades de migrantes, refugiados e populações deslocadas.

Os principais achados mostram que ainda existe pouca evidência sobre como as mudanças climáticas influenciam os fluxos migratórios e quais são seus impactos diretos e indiretos na saúde. O relatório destaca a necessidade de compreender melhor os efeitos da migração induzida pelo clima sobre a demanda por serviços de saúde, especialmente para doenças crônicas, saúde mental, saúde materno-infantil e vigilância epidemiológica. Também evidencia a escassez de dados sobre os impactos de secas, enchentes, elevação do nível do mar, poluição do ar e insegurança alimentar na saúde das populações migrantes, bem como sobre a efetividade das estratégias de adaptação e de relocação planejada das comunidades afetadas.

Outro ponto central do relatório é a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde para que sejam mais inclusivos, resilientes e preparados para responder aos desafios da migração e das mudanças climáticas. A OMS destaca que muitos países ainda não registram informações sobre status migratório em seus sistemas nacionais de informação em saúde, dificultando a identificação de desigualdades no acesso aos serviços e o planejamento de políticas direcionadas. O documento também aponta importantes barreiras de acesso aos serviços de saúde, como restrições legais, dificuldades linguísticas e culturais, limitações na cobertura por seguros de saúde e insuficiência de financiamento para atender populações deslocadas. Durante emergências, evidenciam-se lacunas na comunicação de riscos, incluindo a falta de materiais em diferentes idiomas, estratégias para construir confiança com comunidades migrantes e mecanismos para informar essas populações sobre seus direitos à saúde.

O relatório ressalta ainda que migrantes e refugiados frequentemente são pouco considerados nos planos nacionais de preparação para pandemias e desastres, com pouca evidência sobre sua inclusão em campanhas de vacinação, sistemas de vigilância epidemiológica, programas de rastreamento de doenças infecciosas e mecanismos de resposta humanitária. Como exemplo, destaca-se a necessidade de ampliar a participação de trabalhadores migrantes em programas de triagem e vigilância de doenças, reduzindo o estigma que frequentemente associa essas populações à disseminação de doenças infecciosas, além de fortalecer a detecção precoce de casos entre grupos vulneráveis, como trabalhadores domésticos migrantes e pessoas em situação migratória irregular.

O relatório também ressalta que os determinantes sociais da saúde desempenham papel fundamental na vulnerabilidade dessas populações. Fatores como discriminação, pobreza, condições precárias de moradia e trabalho, insegurança alimentar, perda de meios de subsistência, exclusão social e barreiras culturais agravam os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde. Para os pequenos Estados insulares do Pacífico, a perda de território em decorrência da elevação do nível do mar representa não apenas um desafio ambiental, mas também uma ameaça à identidade cultural, à soberania e ao bem-estar das comunidades. O documento enfatiza ainda a necessidade de incorporar conhecimentos tradicionais e indígenas, bem como abordagens de One Health e Saúde Planetária, na produção de evidências e no desenvolvimento de políticas públicas.

Como recomendações, a OMS propõe uma agenda de pesquisa estruturada em quatro grandes eixos: ampliar as evidências para garantir cobertura universal de saúde inclusiva;

fortalecer a preparação e resposta às emergências envolvendo populações migrantes; aprofundar o conhecimento sobre os determinantes sociais da saúde; e desenvolver pesquisas específicas sobre migração, deslocamento e saúde no contexto das mudanças climáticas. Entre as prioridades destacam-se o fortalecimento dos sistemas nacionais de informação em saúde, a produção de dados desagregados, a implementação de sistemas de alerta precoce e vigilância climática, a realização de pesquisas operacionais sobre intervenções adaptativas, o financiamento sustentável da pesquisa e a tradução das evidências para políticas públicas. O relatório recomenda ainda que cada país adapte essa agenda às suas realidades nacionais e fortaleça a cooperação entre governos, universidades, organizações internacionais e sociedade civil para desenvolver sistemas de saúde mais resilientes, equitativos e preparados para responder aos desafios crescentes da mobilidade humana impulsionada pelas mudanças climáticas.

Por que a migração causada pelas mudanças climáticas impacta a saúde?

As mudanças climáticas atuam como um **multiplicador de riscos**, forçando diferentes formas de mobilidade humana, como deslocamentos por desastres súbitos (enchentes, ciclones e tempestades), migração decorrente de eventos graduais (elevação do nível do mar, secas e desertificação), migração sazonal em busca de trabalho e realocação planejada de comunidades. Cada uma dessas formas de mobilidade produz riscos específicos à saúde e exige respostas diferenciadas dos sistemas de saúde.

Entre os principais impactos na saúde destacados pelo documento estão:

- **Sobrecarga dos sistemas de saúde**, especialmente nas áreas que recebem populações deslocadas, aumentando a demanda por atendimento em saúde mental, doenças crônicas, saúde materno-infantil e serviços básicos.
- **Exposição direta aos eventos climáticos**, como secas, enchentes, tempestades e elevação do nível do mar, que afetam a segurança alimentar, a disponibilidade de água, a qualidade do ar e favorecem doenças relacionadas ao clima.
- **Impactos sobre a saúde mental**, decorrentes da perda da moradia, dos meios de subsistência, da separação familiar, da perda da identidade cultural e do deslocamento prolongado. Para os pequenos Estados insulares do Pacífico, a perda do território representa também uma ameaça à soberania e à continuidade cultural, com consequências profundas para o bem-estar psicológico e social.
- **Aumento das desigualdades em saúde**, uma vez que migrantes frequentemente enfrentam barreiras legais, financeiras, linguísticas e culturais para acessar serviços de saúde, além de estarem mais expostos a condições precárias de trabalho e moradia.
- **Necessidade de adaptar os sistemas de saúde**, incluindo sistemas de vigilância climática, alerta precoce e planejamento para responder ao aumento da demanda decorrente da mobilidade humana induzida pelo clima.

Outro aspecto interessante é que o relatório ressalta que, no Pacífico, a migração nem sempre é uma consequência de um desastre. Ela pode fazer parte da própria estratégia de adaptação das comunidades, incluindo permanência no local (*in situ adaptation*), migração sazonal, deslocamento temporário ou realocação planejada. Por isso, os autores defendem que as pesquisas deixem de tratar “migração climática” como um fenômeno único e passem a diferenciar essas modalidades, pois elas geram necessidades de saúde distintas.

Há também referência à necessidade de compreender como os marcos legais e as políticas migratórias influenciam o acesso aos serviços de saúde, à cobertura por seguros e aos direitos dos migrantes, sobretudo na Ásia, onde muitos deslocamentos ocorrem entre países por motivos de trabalho.

Em outras palavras, o relatório adota uma perspectiva de "health across migration pathways" (saúde ao longo de toda a trajetória migratória), com foco em garantir continuidade do cuidado e sistemas de saúde preparados tanto nas áreas de origem quanto nas de destino.

Convenção de Montreal

A 48ª Reunião do Grupo de Trabalho Aberto (Open-ended Working Group – OEWG-48) das Partes do Protocolo de Montreal foi realizada entre 13 e 17 de julho de 2026, no Centro de Conferências das Nações Unidas (UNCC), em Bangkok, Tailândia. O encontro reuniu representantes dos países signatários, organizações internacionais, especialistas científicos e representantes da indústria para preparar as decisões que serão adotadas na 38ª Reunião das Partes (MOP-38), prevista para novembro de 2026, em Kigali, Ruanda, quando também será celebrado o décimo aniversário da Emenda de Kigali[1].

O principal objetivo da reunião foi discutir os desafios científicos, técnicos, financeiros e institucionais relacionados à implementação do Protocolo de Montreal e da Emenda de Kigali, que estabelece a redução gradual do consumo e da produção de hidrofluorcarbonetos (HFCs), gases de elevado potencial de aquecimento global amplamente utilizados em sistemas de refrigeração e ar-condicionado. Entre os principais temas debatidos estiveram a reposição dos recursos do Fundo Multilateral (Multilateral Fund – MLF) para o período de 2027–2029, o fortalecimento do monitoramento atmosférico das substâncias controladas, a melhoria da eficiência energética dos equipamentos de refrigeração, a transição para tecnologias de resfriamento sustentável, o combate ao comércio ilegal de substâncias controladas e o fortalecimento dos painéis científicos e técnicos que apoiam a implementação do tratado.

As discussões evidenciaram um amplo consenso quanto ao sucesso histórico do Protocolo de Montreal na recuperação da camada de ozônio e ao papel crescente da Emenda de Kigali como instrumento de mitigação das mudanças climáticas. Houve concordância entre as Partes de que a próxima fase de implementação deverá priorizar não apenas a substituição dos HFCs, mas também a adoção de soluções de refrigeração mais eficientes, acessíveis e sustentáveis, capazes de gerar benefícios simultâneos para a proteção da camada de ozônio, a redução das emissões de gases de efeito estufa, a segurança energética e a adaptação às mudanças climáticas.

Entretanto, persistiram divergências importantes, especialmente em relação ao volume de recursos necessários para a reposição do Fundo Multilateral. Diversos países em desenvolvimento defenderam um financiamento mais robusto para apoiar a conversão tecnológica, a capacitação de profissionais, o fortalecimento institucional e o cumprimento das obrigações da Emenda de Kigali. Por outro lado, alguns países doadores demonstraram preocupação com o contexto de restrições orçamentárias internacionais e defenderam maior rigor na definição das prioridades de investimento e na demonstração da efetividade dos recursos solicitados. Também foram discutidas diferenças sobre os critérios técnicos para estimar as necessidades financeiras futuras e sobre a velocidade da adoção de novas tecnologias de refrigeração.

Outro desafio amplamente reconhecido foi a necessidade de fortalecer a capacidade técnica dos países para implementar a transição para tecnologias de baixo potencial de aquecimento global. As discussões destacaram a importância de investir na formação de técnicos em refrigeração e ar-condicionado, na recuperação e destruição ambientalmente adequada de refrigerantes, na melhoria da eficiência energética dos equipamentos e no desenvolvimento de políticas nacionais integradas para resfriamento sustentável. Também foi ressaltada a necessidade de ampliar os sistemas de monitoramento atmosférico para subsidiar decisões baseadas em evidências e detectar emissões não reportadas ou comércio ilegal de substâncias controladas.

Como próximos passos, os resultados das negociações servirão de base para as decisões que serão negociadas e adotadas na MOP-38, em Kigali. Espera-se que até lá os países avancem na construção de um consenso sobre a reposição financeira do Fundo Multilateral para 2027–2029, na definição de medidas para acelerar a implementação da Emenda de Kigali e no fortalecimento da cooperação internacional para promover sistemas de resfriamento sustentáveis, energeticamente eficientes e resilientes ao clima. Essas decisões serão fundamentais para consolidar a contribuição do Protocolo de Montreal não apenas para a recuperação da camada de ozônio, mas também para a mitigação das mudanças climáticas e para a adaptação dos setores dependentes de refrigeração, incluindo saúde, agricultura e segurança alimentar.

Informações detalhadas sobre o evento podem ser encontradas aqui.

Pesquisa Deliberativa sobre Resistência Antimicrobiana (RAM)

O projeto, realizado pela The Trinity Challenge em parceria com o Deliberative Democracy Lab da Universidade de Stanford, foi a primeira pesquisa deliberativa já feita sobre resistência antimicrobiana (RAM), ouvindo 2.419 cidadãos em seis países de renda média: Brasil, Colômbia, Nigéria, Tanzânia, Índia e Indonésia.

Contexto e objetivo. Em 2024, os Estados-membros da ONU adotaram uma Declaração Política sobre RAM, com compromissos ambiciosos para enfrentar o problema. Como esses compromissos só terão sucesso se o público entender, apoiar e mudar comportamentos, o estudo buscou entender o que os cidadãos pensam sobre diferentes propostas de políticas, organizadas em seis temas: Equidade, Acesso e Uso Responsável, Prevenção de Infecções, Segurança Alimentar, Conscientização e Educação, Definição de Metas e Vigilância.

Metodologia. Diferente de pesquisas de opinião tradicionais, a Pesquisa Deliberativa (Deliberative Polling®), método criado pelo professor James Fishkin em Stanford, mede a opinião informada — o que as pessoas pensam após um engajamento genuíno com evidências, trade-offs e perspectivas de especialistas. As deliberações ocorreram ao longo de dois dias em uma plataforma online assistida por inteligência artificial. O método já foi aplicado em mais de 160 casos ao redor do mundo.

Principais conclusões globais. 2.419 cidadãos participaram; 43 das 45 propostas de política tiveram maior apoio após a deliberação; as propostas mais populares foram as de prevenção de infecções; e surgiram diferenças regionais notáveis, particularmente quanto a restringir o uso de antibióticos na produção de alimentos. Segundo a Dame Sally Davies, presidente-executiva da Trinity Challenge, além dos dados, os participantes saíram mais informados sobre a RAM e mais engajados com as soluções disponíveis.

Da compreensão à ação. O estudo demonstra que, quando os cidadãos têm a chance de se engajar seriamente com um desafio global complexo de saúde, eles correspondem a essa expectativa. Nos seis países, a deliberação moveu a opinião pública em direção a um maior apoio a ações ambiciosas contra a RAM — em práticas de prescrição, uso agrícola, acesso a medicamentos e prevenção. A Declaração Política da ONU de 2024 definiu os compromissos dos governos; esta pesquisa mostra que o público, quando informado, está pronto para apoiá-los. As descobertas têm relevância direta para formuladores de políticas que desenham planos nacionais de ação contra a RAM, comunicadores de saúde que buscam abordagens baseadas em evidências, pesquisadores que constroem a base de evidências para métodos deliberativos, e organizações da sociedade civil que defendem ação em nível comunitário.

Dados do Brasil

Amostra e metodologia. No Brasil, o recrutamento foi feito pela YouGov, com amostra nacionalmente representativa por amostragem aleatória estratificada. 188 pessoas participaram da deliberação (grupo de tratamento) e 178 formaram o grupo de controle, ao longo de um fim de semana no terceiro trimestre de 2024, com discussões moderadas em português. O grupo de tratamento foi equilibrado por gênero (49,4% homens, 50,6% mulheres), com boa distribuição etária, escolaridade tendendo a níveis mais baixos que outros países, e 75,5% urbano contra 24,5% rural.

Filosofia "prevenção em primeiro lugar". Os brasileiros saíram da deliberação priorizando fortemente a prevenção: 7 das 10 propostas mais apoiadas eram preventivas (empatando com a Indonésia no nível mais alto). As cinco mais apoiadas foram higiene das mãos para trabalhadores rurais, acesso universal a água limpa e saneamento (WASH), biossegurança nas fazendas, priorização nacional da prevenção, e incentivo à vacinação contra gripe para profissionais de saúde. A vacinação apareceu com destaque, com os participantes citando o legado brasileiro na erradicação da pólio e preocupação com a queda recente de cobertura.

Postura sobre antibióticos na pecuária. Um padrão distintivo: os brasileiros rejeitaram proibições totais em favor de supervisão profissional. A proposta de exigir supervisão veterinária para uso de antibióticos em grupo em animais teve apoio excepcionalmente forte, enquanto proibir antibióticos críticos na produção de alimentos recebeu apoio bem menor. Essa preferência reflete pragmatismo diante da importância econômica do agronegócio (o Brasil é o maior exportador mundial de carne bovina e de aves) e ceticismo quanto à capacidade de fiscalizar proibições rígidas. O país registra cerca de 140 mil mortes anuais por infecções bacterianas resistentes, uma das maiores cargas do mundo.

Confiança em instituições, ceticismo com informalidade. Os brasileiros confiaram mais em atores institucionais (governo, veterinários) do que na autorregulação individual. Deram apoio muito baixo a permitir vendas informais de antibióticos — inclusive uma das notas mais baixas (59,2%) à ideia de incentivar vendedores informais a estocar apenas antibióticos de qualidade assegurada, proposta que outros países acharam mais atraente.

Ganhos de conhecimento. O acerto médio nas seis perguntas sobre RAM subiu cerca de 5 a 7 pontos percentuais — um ganho modesto comparado a outros países (Índia +17,5%, Nigéria +30,6%). O maior avanço foi de 16,3 pontos numa pergunta sobre afirmações verdadeiras a respeito de antibióticos. O grupo de controle não teve melhora semelhante, confirmando que o ganho veio da deliberação.

Eficácia política. Diferentemente da tendência na maioria dos países (onde a deliberação aumentou a confiança política), no Brasil a percepção de eficácia política caiu ligeiramente. Os participantes já entraram céticos — só cerca de 30% concordavam que "os agentes públicos se importam com o que pessoas como eu pensam" — e três afirmações-chave de eficácia recuaram de 0,9 a 5,7 pontos após a deliberação, provavelmente porque confrontaram de perto os obstáculos burocráticos de implementar as políticas.

Diferenças demográficas. As opiniões foram relativamente unificadas. Mulheres tenderam a apoiar mais medidas preventivas e de infraestrutura (maior diferença na regulação de grandes fornecedores de alimentos: 74,5% entre mulheres vs. 52% entre homens). Os menores de 35 anos começaram mais céticos, mas tiveram os maiores ganhos (biossegurança nas fazendas subiu quase 15 pontos nesse grupo). Participantes com menor escolaridade mostraram os maiores movimentos de opinião (apoio ao WASH saltou de 8,2 para 9,6). Não houve diferença estatisticamente significativa entre zonas rurais e urbanas.

Avaliação do evento que coletou dados no Brasil. A experiência foi muito bem avaliada: utilidade geral média de 9,2 (uma das mais altas entre os países), 92,6% avaliaram o aprendizado como 8 ou mais, 94,1% sentiram ter tido tempo suficiente para falar e 96,3% sentiram-se ouvidos com respeito. Muitos descreveram o processo como empoderador e disseram que gostariam de ver iniciativas semelhantes usadas com mais frequência na formulação de políticas no Brasil.

Relatórios disponíveis

A página disponibiliza três publicações principais: a Análise Baseada em Dados (resultados estatísticos das 45 propostas por país e tema), o Artigo Acadêmico Publicado (na Wellcome Open Research, com metodologia completa), e a Análise Qualitativa. Há também relatórios específicos por país, disponíveis nos idiomas locais — incluindo o relatório do Brasil em português. O projeto foi financiado pela Novo Nordisk Foundation e pela Wellcome.

Publicações principais

- **Análise Baseada em Dados** (resultados estatísticos das 45 propostas por país e tema): https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Report-Data-Driven-Analysis.pdf
- **Artigo Acadêmico Publicado** (Wellcome Open Research, com metodologia completa): https://wellcomeopenresearch.org/articles/10-690
- **Análise Qualitativa** (análise aprofundada das mudanças de opinião): https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Report-Qualitative-Analysis-1.pdf

Relatórios por país (nos idiomas locais)

- **Brasil (português):** https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Country-Report-Brazil-Portuguese.pdf
- **Colômbia (espanhol):** https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Country-Report-Colombia-Spanish.pdf
- **Tanzânia (suaíli):** https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Country-Report-Tanzania-Swahili.pdf
- **Índia (hindi):** https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Country-Report-India-Hindi.pdf

- **Indonésia (indonésio):** https://thetrinitychallenge.org/wp-content/uploads/2026/07/Deliberative-Polling-on-AMR-Country-Report-Indonesia-Indonesian.pdf

Links do projeto

- **Página do projeto:** https://thetrinitychallenge.org/deliberative-polling-on-amr/
- **Release de imprensa:** https://thetrinitychallenge.org/news-and-stories/new-global-study-reveals-strong-public-support-for-action-on-antimicrobial-resistance/

O Trabalho Precarizado e a Saúde do Trabalhador em um Contexto de Mudança do Clima

Trabajo Precario y Salud de los Trabajadores en un Contexto de Cambio Climático

Precarious Work and Worker Health in the Context of Climate Change

Frederico Peres

Resumo: A exposição de trabalhadoras e trabalhadores ao calor extremo, agravada pela mudança do clima, tem sido consistentemente associada à piora das condições de saúde, manifestada pela desidratação, aumento da temperatura corporal, aumento do estresse e da fadiga, assim como à piora das condições de saúde mental, entre diversos outros sintomas e agravos. Com maior incidência em trabalhadores que desenvolvem suas atividades ao ar livre, como os trabalhadores da construção civil, ciclo-entregadores e agricultores, a exposição ocupacional ao calor tem sido frequentemente descrita como um dos mais importantes impactos do trabalho contemporâneo, em um contexto de emergência climática, com evidências registradas em diferentes partes do planeta, especialmente em países do Sul Global com intensa atividade econômica, como o Brasil e outros países latino-americanos. A natureza precarizada e autogestionada do trabalho em plataformas — onde a remuneração depende da aceitação contínua das tarefas, limitando intervalos e aumentando a jornada de trabalho — pode reduzir a capacidade dos trabalhadores de se adaptarem durante os picos de calor, levando estes trabalhadores a exceder, frequentemente, sua capacidade de trabalho físico, independente do aumento do stress térmico. Um contexto de vulnerabilidade que não decorre, portanto, apenas da exposição ambiental, mas da convergência entre os fatores ambientais/climáticos e outros, próprios da organização do trabalho, como a gestão algorítmica, a remuneração por tarefa e a ausência de proteções sociais básicas. Conclui-se que, neste contexto, torna-se urgente elaborar e implementar novas normas e orientações específicas para a mitigação e adaptação das estratégias para a garantia e a promoção da saúde do trabalhador à mudança do clima, a partir da legítima cooperação entre governos, organizações de empregadores e de trabalhadores — base fundamental para o desenvolvimento de políticas práticas e eficazes no mundo do trabalho.

Palavras-chave: Trabalho plataformizado; Mudança do clima; Precarização do trabalho; Calor extremo; Saúde do trabalhador.

Resumen: *La exposición de los trabajadores al calor extremo, exacerbada por el cambio climático, se ha asociado sistemáticamente con el empeoramiento de su salud, manifestado por deshidratación, aumento de la temperatura corporal, mayor estrés y fatiga, así como un deterioro de la salud mental, entre otros síntomas y agravamientos. Con una mayor incidencia entre los trabajadores que realizan sus actividades al aire libre, como los obreros de la construcción, los repartidores en bicicleta y los agricultores, la exposición laboral al calor se ha descrito con frecuencia como uno de los impactos más importantes del trabajo contemporáneo en un contexto de emergencia climática, con evidencia registrada en diferentes partes del planeta, especialmente en países del Sur Global con intensa actividad económica, como Brasil y*

otros países latinoamericanos. La naturaleza precaria y autogestionada del trabajo en plataformas —donde la remuneración depende de la aceptación continua de tareas, limitando los descansos y aumentando las horas de trabajo — puede reducir la capacidad de adaptación de los trabajadores durante los picos de calor, lo que lleva a estos trabajadores a superar frecuentemente su capacidad física de trabajo, independientemente del aumento del estrés térmico. Un contexto de vulnerabilidad que, por lo tanto, no se deriva únicamente de la exposición ambiental, sino de la convergencia entre factores ambientales/climáticos y otros inherentes a la organización del trabajo, como la gestión algorítmica, el pago por pieza y la ausencia de protecciones sociales básicas. Se concluye que, en este contexto, resulta urgente desarrollar e implementar nuevas normas y directrices específicas para mitigar y adaptar estrategias que garanticen y promuevan la salud de los trabajadores frente al cambio climático, basadas en la cooperación legítima entre gobiernos, organizaciones empresariales y organizaciones de trabajadores, fundamento esencial para el desarrollo de políticas prácticas y eficaces en el mundo del trabajo.

Palabras clave: *Trabajo en plataformas; Cambio climático; Inseguridad laboral; Calor extremo; Salud de los trabajadores.*

Abstract: *Workers exposure to excessive heat, intensified by climate change, has been consistently associated with declining health—evidenced by dehydration, elevated body temperature, heightened stress and exhaustion, and deteriorating mental health, among other symptoms and conditions. Occupational heat exposure, predominantly affecting outdoor workers like construction laborers, delivery cyclists, and agricultural workers, is often highlighted as a significant consequence of modern employment amid the climate crisis; this phenomenon has been recorded worldwide, especially in Global South countries with high economic activity, such as Brazil and other Latin American nations. The precarious and self-regulated nature of platform work—where income relies on the ongoing acceptance of tasks, thereby restricting breaks and prolonging working hours—can impede workers' capacity to adapt during heatwaves, frequently leading them to surpass their physical limits despite the additional heat stress. This susceptibility arises not just from environmental exposure but from the interplay of environmental and climatic conditions with intrinsic characteristics of work organization, including algorithmic management, task-based compensation, and insufficient social protections. Therefore, there is an immediate necessity to formulate and execute novel norms and guidelines for climate change mitigation and adaption methods focused on safeguarding and enhancing worker health. Such endeavors necessitate authentic collaboration among governments, employer associations, and labor organizations—a crucial foundation for formulating pragmatic and effective regulations in the workplace.*

Keywords: *Platform employment; Climate change; Job insecurity; Extreme temperatures; Worker health.*

Introdução

A exposição de trabalhadoras e trabalhadores ao calor extremo, agravada pela mudança do clima, tem sido consistentemente associada à piora das condições de saúde, manifestada pela desidratação, aumento da temperatura corporal, aumento do estresse e da fadiga, assim como à piora das condições de saúde mental, entre diversos outros sintomas e agravos. Com maior incidência em trabalhadores que desenvolvem suas atividades ao ar livre, como os

trabalhadores da construção civil, ciclo-entregadores e agricultores, a exposição ocupacional ao calor tem sido frequentemente descrita como um dos mais importantes impactos do trabalho contemporâneo, em um contexto de emergência climática global.

Evidências dos impactos de um clima variante sobre o mundo do trabalho e a saúde do trabalhador podem ser observados na recente onda de calor que atingiu grande parte da Europa Ocidental, em 2026. Ambientes *indoor* de trabalho registrando temperaturas extremas, problemas no deslocamento (sobretudo transporte público sem refrigeração adequada) e fechamento de escolas e canteiros de obras nos dias mais quentes, expõem riscos vivenciados por trabalhadores em contextos de clima extremos, como desidratação, insolação e outros problemas de saúde.

Também entre os empregadores há uma crescente percepção de que a maior frequência de episódios de calor extremo, como o vivido neste verão europeu, impacta significativamente a produtividade e ameaça as economias em diversas partes do planeta, muitas já impactadas pelo ritmo lento de crescimento econômico e pela crise geopolítica global. O aquecimento global está se intensificando de forma acelerada na última década, e algumas regiões do planeta, como a Europa, estão aquecendo em ritmo muito mais rápido do que a média global. Estima-se que, somente na União Europeia, mais de 130 milhões de trabalhadores estão atualmente expostos ao estresse térmico no ambiente de trabalho, com 277.000 sofrendo lesões e agravos decorrentes da mudança do clima.

Em contextos urbanos, evidenciam-se impactos tanto em grupos de trabalhadores com vínculos formais quanto precários de trabalho. Entre estes impactos, observam-se um aumento significativo na temperatura corporal, na frequência cardíaca e na incidência de doenças urinárias em grupos de trabalhadores que desenvolvem atividades ao ar livre, globalmente. Trabalhadores da indústria expostos ao calor intenso apresentam uma chance 2,3 vezes maior de sofrer efeitos adversos à saúde em comparação com trabalhadores não expostos.

Já em contextos rurais, a desidratação é um agravo frequentemente identificado em populações agrícolas, se configurando como importante problema de saúde pública em diferentes partes da América Latina. Estudos mostram que trabalhadores migrantes que atuam na colheita de uvas no norte do México apresentam quadros de desidratação constantes, em todas as estações do ano. Entre trabalhadores temporários que atuam na colheita de cana-de-açúcar na América Central também se observa um aumento de sintomas relacionados ao calor, como dores de cabeça, taquicardia e cãibras musculares, sintomas estes correlacionados à exposição ao calor extremos.

Estudos comparativos que avaliem de forma precisa as diferenças do risco vivenciado por trabalhadores de plataformas digitais e trabalhadores tradicionais ainda são escassos; contudo, a natureza precária e "gamificada" do trabalho em plataformas — já discutida aqui no Cadernos —, somada ao acesso limitado a infraestrutura de sombra e hidratação, sugere que esses trabalhadores podem enfrentar barreiras específicas para se adequarem às estratégias de adaptação usualmente propostas para o enfrentamento dos efeitos do calor. Premissa que reforça a importância da recente aprovação, durante a 114ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho da OIT, da Convenção 193 sobre o Trabalho Decente na Economia de Plataformas.

A questão central — se os trabalhadores de plataformas no Brasil e na América Latina enfrentam riscos aumentados à saúde física e mental, relacionados ao calor extremo, em comparação com outros grupos de trabalhadores "tradicionais" — não pode, ainda, ser

respondida de forma mais acurada e direta, a partir dos registros na literatura de referência, uma vez que existem lacunas importantes de conhecimento a serem superadas, alinhando as evidências preliminares disponíveis sobre a saúde desses trabalhadores ao histórico de pesquisas sobre calor ocupacional junto a trabalhadoras e trabalhadores dos setores agrícola, da construção civil e da indústria. No entanto, as evidências pontuais sobre a precarização do trabalho e a vulnerabilização desses trabalhadores plataformizados frente aos efeitos da mudança do clima permitem diversas inferências, contextualizadas e estruturadas, sobre os mecanismos pelos quais a exposição ao calor intenso pode afetar estes indivíduos de maneira desproporcional.

Evidências de impactos desproporcionais do calor extremos sobre a saúde dos trabalhadores plataformizados

Evidências esparsas registradas na literatura de referência, na última década, sobre a vulnerabilidade dos trabalhadores de plataformas frente ao agravamento da crise climática, mostram que o calor extremo atua como um fator multiplicador de riscos, exacerbando questões de base fisiológica, cognitiva e social já identificadas junto a trabalhadoras e trabalhadores que, cotidianamente, desenvolvem suas atividades de trabalho mediadas por plataformas digitais. Trabalhadores que realizam entregas mediadas por plataformas trabalham em ambientes urbanos com mobilidade contínua e acesso limitado à sombra ou infraestruturas de descanso, cumprindo longas e exaustivas jornadas de trabalho.

A natureza precarizada e autogestionada do trabalho em plataformas — onde a remuneração depende da aceitação contínua das tarefas, limitando intervalos e aumentando a jornada de trabalho — pode reduzir a capacidade dos trabalhadores de se adaptarem durante os picos de calor, levando estes trabalhadores a exceder, frequentemente, sua capacidade de trabalho físico, independente do aumento do stress térmico. Um contexto de vulnerabilidade que não decorre, portanto, apenas da exposição ambiental, mas da convergência entre os fatores ambientais/climáticos e outros, próprios da organização do trabalho, como a gestão algorítmica, a remuneração por tarefa e a ausência de proteções sociais básicas.

Riscos à Saúde do Trabalhador e Segurança do Trabalho

A exposição ao calor excessivo por trabalhadores plataformizados que realizam atividades ao ar livre (motociclistas, ciclistas e pedestres) gera impactos que podem ser organizados em três esferas principais:

- **Agravos Fisiológicos Diretos**: o aumento da carga térmica corporal, especialmente quando a temperatura do ar ultrapassa 30–35°C ou o índice WBGT (*Wet Bulb Globe Temperature*) excede limites ocupacionais, tem sido associado a uma maior incidência de condições fisiológicas agudas, como a desidratação, exaustão térmica, síncopes, cãibras e insolação. Ademais, contribui para o agravamento de condições metabólicas e sistêmicas, como sobrecarga renal, risco aumentado de lesão renal aguda e incidência de doença renal crônica (exposições contínuas), além do agravamento de doenças cardiovasculares e distúrbios eletrolíticos;
- **Comprometimento Cognitivo e Psíquico**: o calor altera funções neurológicas essenciais, provocando redução da capacidade aeróbica e fadiga precoce, diminuição da atenção sustentada e do desempenho executivo, piora no tempo de reação e na tomada de decisão. Também impacta a saúde mental, provocando

aumento de irritabilidade, ansiedade, exaustão emocional e sofrimento psíquico (que, igualmente, podem ser potencializados pela insegurança financeira frequentemente associada ao trabalho na economia de plataformas);

- **Segurança Viária/Acidentes de Trabalho**: a combinação de fadiga térmica e redução da concentração eleva drasticamente a probabilidade de acidentes de trabalho em ambientes viários urbanos. Estudos associam o calor extremo ao aumento de colisões e atropelamentos, quedas de bicicletas e acidentes motociclísticos e erros de navegação.

As evidências existentes na literatura sobre desidratação, temperatura corporal elevada e danos renais entre trabalhadores de categorias "tradicionais" que desenvolvem atividades ao ar livre (como os trabalhadores da construção civil, da agricultura, dos correios e dos serviços de limpeza urbana, entre outros) fornecem um modelo plausível para a identificação de riscos entre os trabalhadores de plataformas. Alguns estudos mostram que as condições de estresse térmico no Brasil se intensificarão substancialmente nas próximas décadas, particularmente nas regiões Centro-Oeste e Norte, e que o aumento das temperaturas médias no país já está associado ao aumento de acidentes de trabalho, evidenciando projeção de riscos crescentes relacionados com o calor à medida que a mudança do clima se intensifica.

Tais estudos costumam convergir em torno de recomendações relevantes para a garantia da saúde do trabalhador, como expandir a hidratação e o acesso ao descanso à sombra, integrar índices de calor nos alertas da plataforma e adaptar a programação para reduzir a exposição aos picos de calor para os entregadores, implementação de políticas sanitárias e trabalhistas abrangentes para proteger os trabalhadores não organizados ao ar livre, a garantia do desenvolvimento de atividades de trabalho em ritmo próprio, com vestuário adequado, conforme necessário para a efetiva proteção dos trabalhadores ao ar livre do declínio previsto na capacidade de trabalho físico, entre outras iniciativas. A convergência entre estas recomendações sugere que as principais medidas de protecção — acesso à hidratação, sombra, flexibilidade de horários e sistemas de alerta de calor — são aplicáveis tanto ao contexto dos trabalhadores plataformizados como de trabalhadores "tradicionais", embora os mecanismos de implementação sejam diferentes, dadas as distintas relações trabalhistas e quadros regulamentares que regem cada grupo.

A Gestão Algorítmica como Fator de Vulnerabilidade

A organização do trabalho por meio de plataformas digitais limita a possibilidade de adoção, por parte do trabalhador, de medidas de autoproteção e respeito aos ritmos e limites, fisiológicos e mentais, que determinam o declínio da capacidade laboral (e a consequente vulnerabilidade frente a agravos e doenças relacionadas ao trabalho). Entre os fatores que atuam como determinantes desta situação de vulnerabilização, o fenômeno da pressão algorítmica (*algorithmic pressure*) tem sido frequentemente registrado como um mecanismo permanente de intensificação do trabalho, com consequências diretas e indiretas sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores plataformizados.

A pressão algorítmica intensifica os riscos do calor extremo ao atuar como um mecanismo de intensificação permanente do trabalho. Esse modelo de organização do trabalho sobrepõe exigências tecnológicas aos limites fisiológicos e mentais de trabalhadores plataformizados de diferentes maneiras. Um primeiro aspecto diz respeito ao fato de que, diferente de trabalhadores com vínculos tradicionais, os trabalhadores plataformizados

desenvolvem suas atividades laborais de forma condicionada a incentivos econômicos e a bônus digitais que dificultam pausas para hidratação ou descanso. O medo de redução do escore ou de bloqueio pela plataforma durante períodos de pausa/descanso gera uma necessidade constante de aceitar chamadas, mesmo sob temperaturas críticas e sintomas de esgotamento físico/mental.

Além disso, o algoritmo exerce uma pressão contínua para que o trabalhador mantenha ou aumente o seu desempenho, levando ao prolongamento da jornada de trabalho, inclusive como estratégia para compensar a perda de produtividade causada pela fadiga térmica. Sobretudo considerando que períodos de maior demanda, frequentemente, coincidem com os horários de maior radiação solar (entre 11h e 16h), levando o trabalhador a reduzir a ingestão de água e os períodos de descanso para acelerar os deslocamentos. Ademais, devido à instabilidade de renda e à ausência de proteção social, a pressão algorítmica faz com que muitos trabalhadores continuem operando mesmo quando já apresentam sintomas de exaustão térmica ou desidratação, ignorando os sinais de alerta do corpo, para evitar punições automáticas do sistema

Evidências mostram, ainda, que o calor extremo reduz a capacidade cognitiva, a atenção sustentada e o tempo de reação, fatores essenciais para a segurança de trabalhadores que, cotidianamente, se deslocam por vias de grande circulação e fluxo de veículos. Quando combinada à pressão por celeridade, imposta pela gestão algorítmica, essa deterioração (física e mental) aumenta significativamente a probabilidade de erros de navegação e acidentes de trânsito graves.

O Quadro 1 resume as principais consequências do calor extremo sobre a saúde de trabalhadoras e trabalhadores, organizadas pelos fatores organizacionais que as determinam.

Quadro 1

Fator Organizacional	**Determinantes dos Impactos sobre a Saúde Física e Mental de Trabalhadores Associados ao Calor Extremo**
Gestão Algorítmica	Pressão contínua para manter produtividade e aceitar chamadas mesmo em horários críticos e com evidências de exaustão
Pagamento por Entrega	Incentivo perverso para reduzir pausas de hidratação e acelerar deslocamentos, como estratégia de aumento de ganhos
Avaliações por Desempenho	Medo de redução do escore ou bloqueio pelo aplicativo, limitando os períodos de descanso
Renda Variável	Necessidade de trabalhar mesmo com sintomas de exaustão térmica para garantir a renda
Jornadas Prolongadas	Longas jornadas de trabalho levam à exposição contínua ao calor, mesmo durante horários críticos (11h às 16h) e fins de semana.

Fonte: elaboração própria.

Infraestrutura e Determinantes Sociais

Diferente de trabalhadores formais, os profissionais de plataforma enfrentam a carência de recursos básicos para a adaptação às condições climáticas severas, como a ausência de áreas climatizadas, pontos de descanso, banheiros e acesso à água potável gelada. Frequentemente, dependem do apoio de redes informais, construídas junto a estabelecimentos como postos de gasolina, bares e restaurantes, ou de infraestrutura básica existente em espaços públicos, como praças e shoppings.

Além disso, convivem com múltiplos riscos ambientais, como a poluição atmosférica, radiação UV intensa, ruído urbano e fumaça de incêndios, que agravam problemas respiratórios e cardiovasculares, intensificando os impactos do calor extremo sobre a saúde física e mental. Condição ainda mais agravada pela inexistência de vínculo empregatício, que resulta na impossibilidade de obter licença médica remunerada, ausência de seguro contra doenças ocupacionais e dificuldade de acesso à assistência previdenciária.

O estresse térmico não é um risco ocupacional novo nem abstrato para os trabalhadores plataformizados, e sim a realidade cotidiana de seu trabalho nas últimas décadas. Evidências do trabalho plataformizado na Índia mostram que um entregador que atua em cidades como Délhi ou Hyderabad, nos meses de junho e julho, trabalha sob temperaturas ambientes de 42°C a 46°C, em superfícies de asfalto que retêm calor, levando a sensação e o estresse térmicos a níveis muito acima da temperatura do ar. Situação extremamente preocupante, sobretudo quando se estima que cerca de 75% da força de trabalho da Índia (aproximadamente 380 milhões de pessoas) exerça suas atividades laborais sob exposição ao calor, com os trabalhadores plataformizados entre os mais vulnerabilizados, seja pela condição precária do trabalho, pela pressão algorítmica para se manterem em movimento e pela ausência de infraestrutura de apoio e redes de proteção social.

O Agravamento da Vulnerabilização pela Mudança do Clima

As evidências existentes na incipiente literatura sobre os impactos da mudança do clima em grupos vulnerabilizados de trabalhadores, como os que trabalham na economia de plataformas, indicam que as mudanças climáticas, especialmente a exposição ao calor excessivo, intensificam a vulnerabilidade dos grupos mais vulnerabilizados, histórica e contextualmente, de trabalhadores, ao redor do planeta. Trabalhadores em vínculos precários, frequentemente, não têm a opção de parar de trabalhar, mesmo quando as condições climáticas são perigosas. Devido à instabilidade financeira e à falta de garantias, eles continuam expostos ao calor intenso para garantir sua subsistência, enquanto trabalhadores com vínculos formais podem contar com proteções contratuais ou fazer uso de pausas e períodos de descanso adequados ao restabelecimento físico e mental ante condições climáticas extremas.

Muitos desses trabalhadores realizam esforço físico pesado sob o sol. A exposição prolongada e sem pausas pode levar ao agravamento de doenças crônicas, como a doença renal crônica (CKDu), problemas cardiovasculares (o estresse térmico exacerba condições cardíacas pré-existentes) e a exposição cumulativa a múltiplos fatores de risco (frequentemente, o calor vem acompanhado da poluição do ar, entre outros poluentes, representando um risco exarcebado à saúde, maior do que a soma dos respectivos riscos individuais).

Trabalhadores informais e plataformizados geralmente carecem de proteções de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), serviços básicos e redes de infraestrutura que os permitam

adaptar-se aos efeitos do calor extremo durante a jornada de trabalho. No caso de entregadores ou motoristas, muitas vezes não há acesso a áreas de descanso sombreadas ou climatizadas, pontos de hidratação gratuitos e constantes e vestimenta ou equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o clima.

O calor excessivo (sobretudo acima de 38°C) prejudica as funções físicas e cognitivas, causando tonturas, confusão e fadiga. Para trabalhadores plataformizados que operam no transporte e no trânsito (setores classificados como de alto risco pelo relatório), essa perda de concentração aumenta significativamente a probabilidade de acidentes de trabalho graves e outros agravos.

Recomendações e Estratégias de Enfrentamento a partir de um Relatório da OIT (2024)

Em abril de 2024, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou o relatório global Garantindo a Segurança e a Saúde no Trabalho em um Contexto de Mudança do Clima (*Ensuring safety and health at work in a changing climate*), onde analisa os impactos crescentes das mudanças climáticas na segurança e saúde do trabalhador. O documento detalha seis ameaças principais aos trabalhadores: calor excessivo, radiação ultravioleta, eventos climáticos extremos, poluição do ar, doenças transmitidas por vetores e o uso de agrotóxicos.

Entre os principais pontos destacados pelo relatório, encontram-se:

- **Exposição Massiva**: Mais de 2,41 bilhões de trabalhadores são expostos anualmente ao calor excessivo, um aumento de 34,7% desde o ano 2000;
- **Custo Humano**: Apenas o calor excessivo, entre as ameaças à saúde do trabalhador causadas pela mudança do clima, é responsável por 22,85 milhões de agravos ocupacionais e 18.970 mortes anuais. Outros riscos, como poluição do ar e a exposição a agrotóxicos, somam mais de 1 milhão de mortes anuais combinadas;
- **Impactos sobre Doenças Crônicas**: Além de mortes causadas pela exposição aguda a fatores climáticos extremos, como o calor, as mudanças climáticas estão ligadas ao aumento da incidência de doenças renais crônicas (como a CKDu), câncer, doenças cardiovasculares e problemas de saúde mental em diversos grupos de trabalhadores, globalmente;
- **Necessidade de Adaptação**: Muitos países vêm implementando limites de temperatura e proibições de trabalho em horários de pico, mas a legislação para outros riscos (como radiação UV e doenças transmitidas por vetores) permanece, ainda, fragmentada ou insuficiente, demandando esforços normativos e de controle.

O relatório reconhece que, embora as mudanças climáticas afetem trabalhadores em todos os setores, certos grupos são considerados significativamente mais vulneráveis devido a fatores demográficos, socioeconômicos e à natureza de suas ocupações — sendo este último ponto vinculado fortemente à precarização do trabalho, incluindo o trabalho plataformizado. Trabalhadores na economia informal estão entre os mais expostos aos impactos da mudança do clima, uma vez que, frequentemente, carecem de proteções de segurança e saúde no trabalho, serviços básicos e infraestrutura. Ademais, em muitos casos, não podem parar de trabalhar, mesmo em condições perigosas, devido a necessidades financeiras, como visto anteriormente.

Entre os setores e ocupações consideradas de alto risco frente ao calor extremo e demais ameaças climáticas, o documento destaca a vulnerabilidade de trabalhadores dos setores de agricultura, construção, silvicultura, pesca e transporte, impactados de forma crescente pelo calor excessivo, exposição à radiação UV, poluição do ar e doenças transmitidas por vetores. Além destes, enfatiza que trabalhadoras e trabalhadores dos serviços de emergência, como bombeiros, pessoal médico e trabalhadores de resgate enfrentam condições cada vez mais perigosas devido ao aumento da frequência de eventos climáticos extremos e incêndios florestais

De acordo com o relatório, mulheres trabalhadoras destes grupos (ou setores) tendem a enfrentar riscos aumentados em funções como a agricultura de subsistência e durante a gravidez, onde o estresse térmico pode causar complicações como hipertensão e natimortos. Já os homens, em virtude de serem maioria em atividades que requerem trabalhos manuais pesados (como os trabalhadores dos setores da construção e agricultura), são o grupo mais atingido pelos efeitos do calor intenso sobre a saúde, sobretudo os mais jovens.

Pessoas com deficiência e trabalhadores com condições de saúde pré-existentes são, igualmente, identificados como de alta vulnerabilidade frente aos riscos climáticos, em particular o calor excessivo, que pode exacerbar doenças crônicas, como diabetes e problemas cardíacos, renais ou respiratórios. Trabalhadores migrantes, sobretudo aqueles empregados em ocupações fisicamente exigentes e de alto risco, podem enfrentar barreiras linguísticas que dificultam a compreensão de treinamentos e procedimentos de segurança, vivenciando maiores impactos devido à falta de recursos para medidas de adaptação.

O documento conclui que as milhares de mortes e milhões de agravos atribuídos a esses riscos, de forma crescente registrados ao redor do planeta, colocam a necessidade urgente de políticas de adaptação e o fortalecimento de normas internacionais para proteger populações vulneráveis em um clima em constante mutação. E, apesar de reconhecer alguns avanços, o relatório finaliza identificando que os impactos das mudanças climáticas continuam a representar desafios significativos para a segurança e a saúde dos trabalhadores em muitas regiões e setores.

Várias conclusões importantes foram identificadas ao término do documento:

- Os trabalhadores enfrentam atualmente graves impactos na saúde decorrentes de riscos associados às mudanças climáticas;
- As políticas atuais de SST podem precisar ser adaptadas, e novas políticas específicas para as mudanças climáticas, criadas;
- São necessárias pesquisas aprimoradas e uma base de evidências mais sólida para orientar a resposta;
- O diálogo social é a base para uma resposta eficaz em matéria de SST em um mundo do trabalho em transformação;
- As necessidades dos trabalhadores em situações de maior vulnerabilidade devem ser consideradas.

O documento termina com a expectativa de que a maior visibilidade política da relação entre clima e saúde conduza a uma capacidade aprimorada de negociar questões de segurança

e saúde dos trabalhadores, visto que estes são frequentemente mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas do que a população em geral.

Conclusões

Com base nas evidências aqui apresentadas e discutidas, assim como a partir dos pontos-chave apresentados pelo relatório da OIT, é possível reconhecer que a segurança e saúde no trabalho (SST) são profundamente afetadas em um contexto de mudança do clima. Trabalhadores e trabalhadoras, ao redor do planeta, enfrentam riscos à saúde exacerbados pelas mudanças climáticas, com milhões de agravos e milhares de mortes anuais atribuídas apenas ao calor excessivo (22,85 milhões de agravos e 18.970 mortes ocupacionais por ano). As mudanças climáticas, de uma forma mais abrangente, estão ligadas a uma vasta gama de condições graves, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, doenças renais e problemas de saúde mental.

Por outro lado, as estratégias visando a proteção da saúde do trabalhador e da segurança do trabalho, globalmente, têm tido dificuldade em acompanhar, em ritmo e abrangência, a evolução dos riscos climáticos. Assim, torna-se urgente elaborar e implementar novas normas e orientações específicas para a mitigação e adaptação das estratégias para a garantia e a promoção da saúde do trabalhador à mudança do clima, a partir da legítima cooperação entre governos, organizações de empregadores e de trabalhadores — base fundamental para o desenvolvimento de políticas práticas e eficazes no mundo do trabalho.

As evidências aqui reunidas apontam para uma escassez de estudos e pesquisas dirigidos à compreensão dos impactos à saúde do trabalhador relacionados à mudança do clima. A ausência de dados globais sobre a carga de doenças e a eficácia das intervenções dificulta a tomada de decisão por parte dos formuladores de políticas, sobretudo aquelas dirigidas aos grupos mais vulnerabilizados de trabalhadores — como os da economia informal, trabalhadores agrícolas, trabalhadores pobres e migrantes —, que, frequentemente, suportam a maior carga dos riscos climáticos e, portanto, precisam estar no centro das iniciativas para a promoção de ambientes e processos de trabalho sustentáveis, seguros, saudáveis e equitativos.

Conclui-se que a mudança climática não é apenas uma ameaça ambiental, mas também uma crise de segurança e saúde no trabalho que exige ação imediata, baseada em evidências e mediada pelo diálogo social, para proteger a força de trabalho global.

Panorama de saúde, migrações e refúgio: impactos das mudanças climáticas, estudo sobre o impacto econômico dos refugiados e acolhimento de haitianos no Brasil

Panorama de la salud, las migraciones y el refugio: impactos del cambio climático, estudio sobre el impacto económico de los refugiados y la acogida de haitianos en Brasil

Overview on health, migration and refuge: climate change impacts, study on the economic impact of refugees and reception of Haitians in Brazil

Rafael Gomes França, Giacomo Giannelli, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura

Resumo: Este informe, elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Migrações, Refúgio e Saúde Global, apresenta um panorama das notícias da última quinzena sobre a temática de saúde e mobilidade humana. Primeiro, são comentadas duas questões relacionadas às mudanças climáticas: a nova agenda de pesquisa em migração, refúgio e mudanças climáticas da OMS para o Pacífico Oeste e a análise da OPAS sobre os impactos do El Niño sobre a saúde no continente americano. A nova agenda de pesquisa da OMS, lançada em julho, busca compreender e responder às lacunas de conhecimento sobre migrações e refúgio na região do Oeste do Pacífico e que são obstáculos para a formulação e implementação de políticas que garantam a cobertura universal de saúde. A agenda engloba quatro temas principais e foi elaborada pela OMS em colaboração com outras agências das Nações Unidas, a academia e a sociedade civil organizada. Já a análise de situação da OPAS investigou os efeitos do El Niño, que deve ocorrer entre meados de 2026 até 2027, sobre a saúde, desde o risco aumentado de doenças infecciosas, agravamento de doenças crônicas por estresse térmico, sobrecarga e impactos diretos sobre os sistemas de saúde e sobre as cadeias de suprimento no continente. No documento, a OPAS destaca as consequências ainda mais profundas sobre as populações em situação de vulnerabilidade, entre elas, as comunidades migrantes e refugiadas. Depois, o informe traz um novo estudo do ACNUR no Brasil em parceria com o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG, em que, a partir dos dados do mercado de trabalho formal, da arrecadação tributária e das contas públicas entre 2018 e 2024, foi possível identificar o impacto positivo da inclusão socioeconômica de pessoas refugiadas para a economia brasileira. Finalmente, é discutida a atuação do ACNUR na recepção e integração de refugiados haitianos no Brasil, diante a um aumento no número de pessoas em deslocamento vindas do país. As estratégias de acolhimento envolvem desde o acesso imediato a informações de documentação, serviços essenciais e de proteção até a integração local e a promoção de direitos.

Resumen: *Este informe, elaborado por el Grupo de Trabajo sobre Migraciones, Refugio y Salud Global, presenta un panorama de las noticias de los últimos quince días sobre el tema de la salud*

y la movilidad humana. En primer lugar, se analizan dos temas relacionados con el cambio climático: la nueva agenda de investigación de la OMS sobre migración, refugio y cambio climático para el Pacífico Occidental y el análisis de la OPS sobre los impactos de El Niño en la salud en el continente americano. La nueva agenda de investigación de la OMS, lanzada en julio, busca comprender y abordar las brechas de conocimiento sobre migraciones y refugio en la región del Pacífico Occidental, las cuales constituyen obstáculos para la formulación e implementación de políticas que garanticen la cobertura universal de salud. La agenda abarca cuatro temas principales y fue elaborada por la OMS en colaboración con otras agencias de las Naciones Unidas, el ámbito académico y la sociedad civil organizada. Por su parte, el análisis de situación de la OPS investigó los efectos de El Niño —que se prevé que ocurra entre mediados de 2026 y 2027— sobre la salud, desde el mayor riesgo de enfermedades infecciosas y el agravamiento de las enfermedades crónicas por estrés térmico, hasta la sobrecarga y los impactos directos sobre los sistemas de salud y las cadenas de suministro en el continente. En el documento, la OPS destaca las consecuencias aún más profundas para las poblaciones en situación de vulnerabilidad, entre ellas, las comunidades de migrantes y refugiados. Posteriormente, el informe presenta un nuevo estudio del ACNUR en Brasil, realizado en colaboración con el Centro de Desarrollo y Planificación Regional de la UFMG, en el que, a partir de datos del mercado laboral formal, la recaudación tributaria y las cuentas públicas entre 2018 y 2024, se pudo identificar el impacto positivo de la inclusión socioeconómica de las personas refugiadas en la economía brasileña. Por último, se analiza la labor del ACNUR en la acogida e integración de los refugiados haitianos en Brasil, ante el aumento del número de personas desplazadas procedentes de ese país. Las estrategias de acogida abarcan desde el acceso inmediato a información sobre documentación, servicios esenciales y protección, hasta la integración local y la promoción de los derechos.

Abstract: *This report, prepared by the Working Group on Migration, Refuge and Global Health, presents an overview of the last two weeks' news on health and human mobility. First, the report comments on two issues related to climate change: a new research agenda on migration, refuge and climate change in the Western Pacific by the WHO, and a PAHO analysis on the impacts of El Niño to health in the American continent. The research agenda, launched in July, aims to understand and respond to the knowledge gaps on migration and refuge in the Western Pacific region that are obstacles to the formulation and implementation of policies to secure universal health coverage. The agenda comprehends four core themes and was developed by the WHO in collaboration with other UN agencies, academia and civil society. The PAHO analysis investigates the effects of El Niño, which is expected to happen between 2026 and 2027, on health, ranging from the elevated risks of infectious diseases, the aggravation of chronic diseases due to heat stress, the overloading of health systems and impacts on the health supply chain. In the document, PAHO highlights the profound consequences on the most vulnerable populations, such as migrants and refugees. Thus, the report discusses a new study by UNHCR in Brazil in collaboration with the Regional Development and Planning Department at UFMG that collected data on the formal labor market, the tax revenues and public accounts to show evidence of the positive impact of socioeconomic inclusion of refugees on the Brazilian economy. Finally, the report summarizes the UNHCR actions to welcome and integrate Haitian refugees in Brazil, in face of a sharp rise in the number of displaced people from this country. The reception strategies range from immediate access to information on documentation, and essential and protection services, to local integration and rights promotion.*

Nova agenda de pesquisa em migração, refúgio e mudanças climáticas da OMS para o Pacífico Oeste

Em julho, a Organização Mundial da Saúde (OMS) lançou a nova agenda de pesquisa em saúde, migração e deslocamento para o Pacífico Oeste com enfoque nas mudanças climáticas.[1] Essa região é marcada por um volumoso fluxo migratório e pelos fortes impactos ambientais, com eventos como enchentes e calor extremo que geram inúmeros desafios para o setor de saúde. Tendo essas questões em vista, o documento busca responder às lacunas de conhecimento que dificultam o acesso equitativo a serviços e à cobertura universal de saúde, guiando esforços locais, nacionais e regionais para a tomada de decisão baseada em evidências. A agenda é resultado do trabalho conjunto de especialistas da OMS com outras agências das Nações Unidas, academia, sociedade civil e redes da juventude migrante.

O processo teve como referencial a consulta global para saúde de migrantes de 2017, os objetivos do Triplo Bilhão da OMS, o 13º Programa de Trabalho da OMS e a agenda de pesquisa global em saúde, migração e deslocamento. Ademais, foram consideradas quatro políticas mais amplas das Nações Unidas: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular, o Pacto Global para Refugiados e o Plano de Ação Global da OMS para promoção de saúde dos refugiados e migrantes. Como metodologia, foram realizadas revisões de evidências para identificar o conhecimento existente e lacunas de literatura, e *workshops* para consultas técnicas e participativas com stakeholders das duas sub-regiões (Ásia e Pacífico), a fim de identificar áreas temáticas e realizar exercícios de priorização dos subtemas mais urgentes e acionáveis.

Foram identificados quatro temas principais para serem endereçados pelos próximos cinco anos, e a partir destes, foram gerados subtemas para cada sub-região. Os quatro temas principais são: (i) geração de evidências sobre a cobertura universal de saúde inclusiva e atenção primária para migrantes, refugiados e outras populações em deslocamento; (ii) aprimorar a geração de conhecimento sobre a inclusão de migrantes e refugiados na preparação e resposta a emergências em saúde; (iii) geração de pesquisa multisetorial sobre os determinantes da saúde de migrantes e refugiados; (iv) geração de evidências sobre saúde, migração e deslocamento no contexto das mudanças climáticas. Além destes, foram gerados dois temas transversais: o fortalecimento das evidências de grupos subpesquisados de migrantes e refugiados e seus contextos, e a promoção de parcerias de pesquisa equitativas e inclusivas que apoiam a tradução de conhecimentos e a adesão de políticas.

Os participantes do processo de desenvolvimento da agenda destacaram a necessidade de uma governança mais fortalecida, financiamento sustentável, sistemas de dados sensíveis à migração e maior colaboração entre pesquisadores, formuladores de políticas e comunidades afetadas, bem como a imprescindibilidade de endereçar as questões relativas à migração, refúgio e mudanças climáticas sob a perspectiva mais abrangente da equidade, reconhecendo os fatores sociais, econômicos, ambientais e legais que moldam os resultados em saúde. Por fim, para apoiar a implementação de políticas, foram incluídos *roadmaps* que auxiliam os países da região a adaptar as prioridades a seus contextos específicos, incluindo o fortalecimento da governança e liderança de pesquisa em saúde, aprimoramento dos sistemas de informação e dados e compartilhamento de conhecimentos, financiamento sustentável e flexível, tradução dos resultados de pesquisa em práticas e políticas públicas, e fortalecimento da colaboração intersetorial, inclusive a integração entre conhecimentos tradicionais e indígenas.

Análise da OPAS: impactos do El Niño sobre a saúde nas Américas

A Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) publicou um documento[2] que analisa a situação de saúde pública diante do El Niño no continente americano entre 2026 e 2027, buscando compreender como os fenômenos climáticos associados ao El Niño, como secas, ondas de calor e inundações, afetam os serviços de saúde, a saúde da população e seus determinantes, apresentando algumas recomendações práticas para a preparação dos países diante desses desafios. O El Niño tem como característica principal o aumento das temperaturas que deve afetar a maior parte do continente americano, acompanhado por anomalias pluviais que geram maiores riscos de seca na América Central, no Caribe e no norte da América do Sul, e aumento de chuvas tropicais na costa do Pacífico da América do Sul e no Cone Sul. O último El Niño, que ocorreu entre 2023 e 2024, demonstrou o potencial para impactos significativos na segurança alimentar, na infraestrutura essencial, nas moradias, nos sistemas de saúde e na disponibilidade de água potável.

Um dos principais impactos sobre a saúde associados a esse evento climático é o aumento do risco de doenças infecciosas transmitidas pela água e alimentos, como o cólera, e por vetores, como dengue, zika, chikungunya e malária. No entanto, também há impactos relevantes sobre as doenças crônicas e não-transmissíveis, principalmente devido ao estresse térmico. É esperado um aumento de doenças respiratórias causadas por questões como incêndios florestais e pela redução da qualidade do ar. Quanto aos sistemas de saúde, a OPAS realizou a avaliação de 756 hospitais de emergência que estariam expostos a riscos de inundações devido ao aumento do nível do mar nas regiões costeiras, além de possíveis interrupções nas cadeias de suprimento de medicamentos, insumos e recursos essenciais para a atenção em saúde.

O documento também analisou os determinantes da saúde e impactos sobre populações específicas, entre as quais destacam-se mulheres grávidas e recém-nascidos que podem ser afetados pela escassez de água e pelas dificuldades de acessar serviços de saúde, principalmente emergenciais. Um ponto de atenção é o risco de agravamento da insegurança alimentar, num contexto em que mais de 33 milhões de pessoas já enfrentam a fome no continente americano. As secas intensas devem afetar a produção e o preço dos alimentos, reduzindo a diversidade nas dietas e aumentando os riscos de desnutrição crônica e aguda, especialmente para crianças abaixo de cinco anos, mulheres grávidas e lactantes, comunidades indígenas e rurais, e pessoas migrantes e em deslocamento.

No que diz respeito às migrações, além de reconhecer que as populações migrantes e refugiadas estão entre as mais vulneráveis aos impactos já citados, a OPAS ressalta que o El Niño deve influenciar o deslocamento de pessoas devido às condições ambientais adversas, tanto internamente quanto entre fronteiras. Destacam-se as perdas dos meios de subsistência e das moradias, que afetam a saúde mental e o acesso aos cuidados em saúde, bem como o aumento do risco de violência de gênero nas travessias.

Estudo apresenta os benefícios para a economia com a integração de refugiados

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) destacou que a inclusão socioeconômica de pessoas refugiadas produz benefícios que ultrapassam a dimensão humanitária, contribuindo para o crescimento econômico, o fortalecimento das comunidades de acolhida e a ampliação da arrecadação pública. Com base em um estudo inédito conduzido pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas

Gerais (Cedeplar/UFMG), com apoio do ACNUR e do Pacto Global da ONU – Rede Brasil, a organização ressaltou que a participação dessa população no mercado formal de trabalho representa uma estratégia relevante para o desenvolvimento local e nacional.

Segundo o ACNUR, a pesquisa analisou dados relacionados ao mercado de trabalho formal, arrecadação tributária e contas públicas no Brasil entre os anos de 2018 e 2024, evidenciando que trabalhadores refugiados apresentam níveis de produtividade equivalentes aos de trabalhadores brasileiros com perfis semelhantes em determinados setores econômicos. Os resultados também indicam que a inclusão econômica dessa população gera impactos positivos sobre a economia dos municípios de acolhida, contribuindo para a expansão das atividades produtivas e para o fortalecimento das finanças públicas locais.

A organização ressaltou que políticas voltadas ao acesso ao emprego formal possibilitam que pessoas refugiadas reconstruam suas vidas com maior autonomia e dignidade, ao mesmo tempo em que ampliam suas oportunidades de participação econômica e social. Nesse contexto, o ACNUR reafirmou que o trabalho constitui um elemento central dos processos de integração local, permitindo que indivíduos e famílias em situação de deslocamento forçado contribuam ativamente para as comunidades que os acolhem.

Além disso, o ACNUR destacou a importância das parcerias estabelecidas entre organismos internacionais, setor privado, academia e instituições públicas para a promoção de iniciativas de empregabilidade, empreendedorismo e inclusão financeira. A organização observou que investimentos em políticas de integração socioeconômica produzem benefícios compartilhados, favorecendo tanto a população refugiada quanto as sociedades de acolhida. Ao reconhecer as capacidades, experiências e qualificações dessas pessoas, tais iniciativas contribuem para a redução de vulnerabilidades, o fortalecimento da coesão social e a promoção do desenvolvimento sustentável.

Por fim, o ACNUR reiterou que a inclusão de pessoas refugiadas deve ser compreendida como um investimento social e econômico de longo prazo. Para a organização, garantir o acesso dessa população ao trabalho digno e a oportunidades de desenvolvimento não apenas fortalece mecanismos de proteção internacional, mas também potencializa sua contribuição para a construção de comunidades mais resilientes, inclusivas e prósperas. [3]

Atuação do ACNUR na recepção e integração de refugiados haitianos no Brasil

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) destacou seu apoio às ações de recepção, acolhimento e integração local de pessoas haitianas que chegaram recentemente ao Brasil em busca de proteção internacional e reunificação familiar. A organização ressaltou que o aumento das chegadas dessa população ocorre em um contexto marcado pela persistência da crise humanitária no Haiti, caracterizada pela escalada da violência, pela instabilidade política e pelas dificuldades de acesso a direitos e serviços essenciais, fatores que têm impulsionado o deslocamento forçado de milhares de pessoas em busca de segurança e melhores condições de vida.

As ações desenvolvidas no momento da chegada das pessoas haitianas buscam assegurar o acesso imediato a informações sobre documentação, procedimentos relacionados ao sistema de refúgio e serviços disponíveis no país, além da identificação de situações de maior vulnerabilidade que demandem atendimento especializado. A organização destacou que o trabalho é realizado em parceria com órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e

instituições locais, permitindo a construção de respostas articuladas voltadas à proteção e ao acolhimento dessa população.

Ressaltou-se ainda que as estratégias de acolhimento ultrapassam as ações emergenciais desenvolvidas nos pontos de chegada, contemplando iniciativas voltadas à integração local das pessoas refugiadas e migrantes. Nesse sentido, a organização enfatizou a importância do fortalecimento das políticas de inclusão socioeconômica, do acesso à documentação regular, da promoção de oportunidades de trabalho e do desenvolvimento de redes de apoio comunitárias capazes de contribuir para a reconstrução dos projetos de vida dessa população no Brasil.

Nota-se que as pessoas haitianas constituem um dos principais grupos em necessidade de proteção internacional presentes no país, evidenciando a relevância do fortalecimento das respostas humanitárias destinadas ao seu acolhimento. O ACNUR destacou que a promoção da integração local depende do desenvolvimento de ações coordenadas entre diferentes atores institucionais, capazes de assegurar não apenas proteção imediata, mas também condições adequadas para a participação social e econômica dessa população nas comunidades de acolhida.

Desta forma, o ACNUR reafirmou que o acolhimento humanitário e a integração local representam elementos fundamentais para a garantia de direitos das pessoas em situação de deslocamento forçado, ressaltando que iniciativas voltadas ao acesso à informação, à proteção internacional e à inclusão social contribuem para a promoção da autonomia, da dignidade e do fortalecimento dos mecanismos de proteção destinados à população refugiada e migrante no Brasil.[4]

Referências

1. OMS. **WHO launches climate health and migration research roadmap for the Western Pacific Region.** 14 jul. 2026. Disponível em: https://www.who.int/news/item/14-07-2026-who-launches-climate--health-and-migration-research-roadmap-for-the-western-pacific-region**.** Acesso em: 20 jul. 2026.
2. OPAS. **OPAS publica análise sobre possíveis impactos do fenômeno El Niño na saúde nas Américas.** Washington, 7 jul. 2026**.** Disponível em: https://www.paho.org/pt/noticias/7-7-2026-opas-publica-analise-sobre-possiveis-impactos-do-fenomeno-nino-na-saude-nas**.** Acesso em: 20 jul. 2026.
3. ACNUR**. Inclusão de refugiados impulsiona economia e fortalece desenvolvimento local, mostra estudo.** ACNUR Brasil, 15 jul. 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/inclusao-de-refugiados-impulsiona-economia-e-fortalece-0. Acesso em: 20 jul. 2026.
4. ACNUR. **ACNUR apoia recepção e integração local de refugiados haitianos que chegam ao Brasil.** ACNUR Brasil, 26 jun. 2026. Disponível em: https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/acnur-apoia-recepcao-e-integracao-local-de-refugiados-haitianos-que. Acesso em: 20 jul. 2026.

Mudanças climáticas, seus impactos e desafios para a proteção e a saúde de crianças

Cambio Climático: Impactos y desafíos para la protección y la salud de los niños

Climate Change: Impacts and Challenges for the Protection and Health of Children

Maria Teresa Rossetti Massari, Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos, Maria Auxiliadora Souza Mendes Gomes

Resumo: Este artigo apresenta o *Children's Climate Risk Report 2026*, publicado pelo UNICEF, destacando seus principais conceitos, indicadores e evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde e no desenvolvimento infantil. O relatório demonstra que a vulnerabilidade das crianças resulta da interação entre a exposição a múltiplos riscos climáticos, as características próprias do desenvolvimento infantil e as limitações no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação, proteção social, água, saneamento e nutrição. Essa combinação amplia as desigualdades, compromete o exercício de direitos e intensifica os impactos das mudanças climáticas sobre a saúde e o bem-estar das crianças. Por fim, o artigo analisa a participação da ONU Mulheres no High-Level Political Forum on Sustainable Development (HLPF) 2026, discutindo seus principais posicionamentos e os desafios para transformar os compromissos internacionais em políticas efetivas de promoção da igualdade de gênero e do desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Mudanças Climáticas; Saúde da Criança; Políticas Públicas; Desastres.

Resumen: *Este artículo presenta el Children's Climate Risk Report 2026, publicado por UNICEF, destacando sus principales conceptos, indicadores y evidencias sobre los impactos del cambio climático en la salud y el desarrollo infantil. El informe demuestra que la vulnerabilidad de la niñez resulta de la interacción entre la exposición a múltiples riesgos climáticos, las características propias del desarrollo infantil y las limitaciones en el acceso a servicios esenciales, como salud, educación, protección social, agua, saneamiento y nutrición. Esta combinación amplía las desigualdades, compromete el ejercicio de los derechos de la niñez e intensifica los impactos del cambio climático sobre su salud y bienestar. Por último, el artículo analiza la participación de ONU Mujeres en el Foro Político de Alto Nivel sobre el Desarrollo Sostenible (HLPF) 2026, examinando sus principales posicionamientos y los desafíos para transformar los compromisos internacionales en políticas eficaces de promoción de la igualdad de género y el desarrollo sostenible.*

Palabras-clave: *Cambio Climático; Salud Infantil; Política Pública; Desastres.*

Abstract: *This article presents UNICEF's Children's Climate Risk Report 2026, highlighting its main concepts, indicators, and evidence on the impacts of climate change on children's health and development. The report demonstrates that children's vulnerability results from the interaction between exposure to multiple climate hazards, the specific characteristics of child development,*

and limited access to essential services such as health care, education, social protection, safe water, sanitation, and nutrition. This combination exacerbates inequalities, undermines the realization of children's rights, and intensifies the impacts of climate change on their health and well-being. Finally, the article analyzes the participation of UN Women in the 2026 High-level Political Forum on Sustainable Development (HLPF), discussing its main positions and the challenges of translating international commitments into effective policies to promote gender equality and sustainable development.

Keywords: *Climate Change; Child Health; Public Policy, Disasters.*

Introdução

Embora eventos climáticos extremos façam parte da dinâmica natural do planeta, as mudanças climáticas decorrentes das atividades humanas têm intensificado sua frequência, magnitude e ocorrência. Segundo o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), fenômenos como inundações fluviais e costeiras, secas, tempestades tropicais, ondas de calor, calor extremo, incêndios florestais e tempestades de areia e poeira vêm se tornando mais frequentes e severos. Nesse cenário, o **Children's Climate Risk Report 2026**, publicado pelo UNICEF, revela que praticamente todas as crianças do mundo já estão expostas a pelo menos um desses riscos climáticos, evidenciando a dimensão e a urgência da crise.

Os impactos desses eventos ultrapassam os danos ambientais, comprometendo significativamente a saúde física e mental, o desenvolvimento infantil e o acesso a direitos fundamentais. Enchentes e tempestades provocam deslocamentos populacionais e interrompem serviços essenciais; ondas de calor favorecem casos de insolação e desidratação; secas agravam a insegurança alimentar e nutricional; e incêndios florestais deterioram a qualidade do ar. Além disso, as alterações climáticas contribuem para a expansão de doenças sensíveis ao clima, como dengue e malária, ampliando os riscos à saúde das populações infantis.

As crianças constituem um dos grupos mais vulneráveis aos efeitos da crise climática em razão de suas características biológicas e do estágio de desenvolvimento físico, imunológico e psicológico, que reduzem sua capacidade de enfrentar situações de estresse ambiental. Os impactos também se manifestam por meio do aumento do deslocamento forçado, da instabilidade social e da interrupção de serviços essenciais, comprometendo seu bem-estar e seu desenvolvimento ao longo da vida.

Entretanto, a vulnerabilidade às mudanças climáticas não é homogênea. Os efeitos variam conforme fatores como idade, gênero, deficiência, pertencimento étnico — incluindo crianças indígenas —, localização geográfica e condições socioeconômicas. A limitação no acesso a serviços essenciais, como saúde, nutrição, educação, água, saneamento, higiene, proteção social e proteção infantil, potencializa os efeitos dos riscos climáticos e amplia as desigualdades existentes, resultando na sobreposição de múltiplas vulnerabilidades.

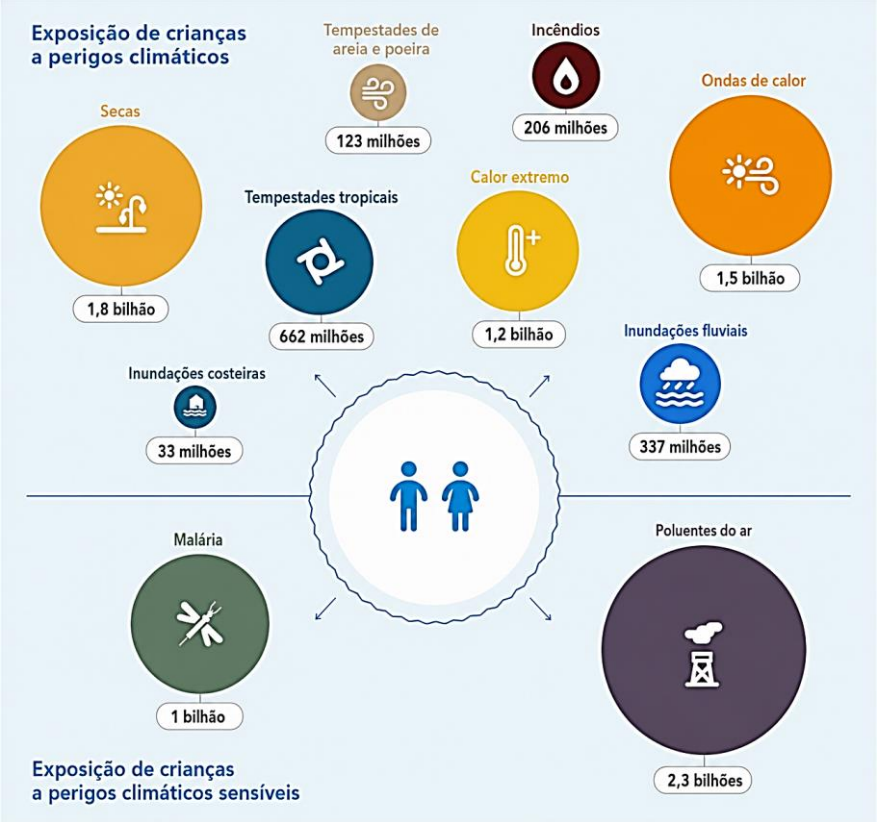
Com base em novos conjuntos de dados geoespaciais de alta resolução, o relatório da UNICEF apresenta a análise mais abrangente já produzida sobre a exposição das crianças aos riscos climáticos em escala global. Além dos perigos diretamente relacionados ao clima, o documento incorpora agravos altamente sensíveis às mudanças ambientais, como a malária e a poluição atmosférica, demonstrando como esses fatores interagem para aumentar a carga de doenças e os riscos enfrentados pela população infantil.

Ao integrar informações sobre exposição aos perigos climáticos e cobertura de serviços essenciais, o relatório oferece um marco analítico para identificar onde vivem as crianças mais vulneráveis e orientar governos e parceiros na formulação de políticas públicas voltadas à adaptação climática, à redução do risco de desastres e ao fortalecimento da proteção integral da infância. Dessa forma, evidencia que a resposta à crise climática deve incorporar estratégias intersetoriais capazes de reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência das crianças e de suas comunidades.

Exposição das crianças aos riscos climáticos

A exposição das crianças aos riscos climáticos varia significativamente entre países e regiões (Figura 1). Embora os eventos extremos possam ocorrer em qualquer lugar, eles se tornam um risco efetivo quando coincidem com áreas habitadas, afetando populações, meios de subsistência e infraestrutura. Em alguns países, esses eventos concentram-se em determinadas regiões, permitindo que governos direcionem recursos e ações para populações específicas. Em outros, porém, a exposição ocorre em praticamente todo o território, comprometendo simultaneamente a maioria das crianças e sobrecarregando sistemas essenciais, como os de saúde, educação, abastecimento de água, saneamento e proteção social.

Figura 1 – Panorama do número de crianças expostas aos riscos climáticos.



Fonte: traduzido de UNICEF, 2026.

A capacidade de resposta diante desses eventos também é desigual e depende de fatores como nível de desenvolvimento, disponibilidade de recursos, estabilidade institucional e características geográficas. Países de baixa renda, pequenos estados insulares em desenvolvimento e países sem acesso ao mar enfrentam limitações estruturais que dificultam a implementação de medidas de adaptação e proteção da população infantil.

Principais riscos climáticos

→ **Inundações**

- Inundações fluviais (ribeirinhas): caracterizam-se pela elevação temporária do nível da água em rios e outros cursos d'água, geralmente provocada por eventos prolongados de precipitação que ocorrem na própria bacia hidrográfica ou em áreas situadas a montante. Também podem resultar do transbordamento ou da ruptura de estruturas de contenção, como diques e barragens.
- Inundações costeiras: ocorrem principalmente em decorrência da combinação entre marés elevadas, ressacas, ventos intensos e tempestades, sendo agravadas pela elevação do nível do mar associada às mudanças climáticas. Esses eventos podem provocar alagamentos em áreas litorâneas, erosão costeira e danos significativos à infraestrutura e às comunidades costeiras.

→ **Seca**

A seca é um fenômeno climático de evolução gradual, caracterizado por um período prolongado de precipitação abaixo da média, capaz de comprometer a disponibilidade hídrica e gerar impactos ambientais, sociais e econômicos. O relatório considera duas categorias principais:

- Seca meteorológica: caracteriza-se pela ocorrência prolongada de baixos índices de precipitação em relação aos padrões climáticos esperados para uma determinada região. Sua intensidade é determinada pela severidade e pela duração do período de estiagem.
- Seca agrícola: ocorre quando a redução das chuvas provoca deficiência de umidade no solo e diminuição da disponibilidade de água subterrânea, comprometendo o desenvolvimento das culturas agrícolas e a produção de alimentos. Trata-se de uma consequência direta da persistência da seca meteorológica.

→ **Tempestade tropical**

A tempestade tropical é um sistema atmosférico caracterizado por um centro de baixa pressão, circulação ciclônica organizada em baixos níveis da atmosfera, ventos intensos e tempestades acompanhadas de chuvas volumosas. Dependendo da região oceânica onde se forma e da intensidade alcançada, pode evoluir para um ciclone tropical, furacão ou tufão. Em geral, esses sistemas são classificados em cinco categorias, sendo a categoria 5 a de maior intensidade, associada aos ventos mais fortes e ao maior potencial de destruição.

→ **Ondas de calor**

As ondas de calor são eventos climáticos complexos, cuja definição pode variar entre regiões, não existindo um critério universalmente adotado. De modo geral, caracterizam-se por períodos em que as temperaturas permanecem significativamente acima da média esperada para determinada localidade e época do ano.

O relatório define uma onda de calor como um período de três dias consecutivos ou mais em que a temperatura máxima diária permanece entre os 10% mais elevados em relação à média local dos 15 dias correspondentes. Ele considera três indicadores para caracterizar esses eventos:

- Frequência das ondas de calor: número de episódios registrados em um determinado local ao longo de um ano.
- Duração das ondas de calor: número total de dias consecutivos em que o evento persiste.
- Severidade das ondas de calor: magnitude da elevação da temperatura em relação à média local dos 15 dias correspondentes.

→ **Calor extremo**

O calor extremo refere-se a qualquer dia em que a temperatura máxima ultrapassa 35°C. Esse limiar é utilizado pelo relatório para identificar dias com potencial elevado de causar impactos à saúde humana, especialmente entre crianças e outros grupos vulneráveis.

A exposição ao calor extremo aumenta o risco de desidratação, insolação, exaustão pelo calor e agravamento de doenças cardiovasculares e respiratórias, além de comprometer o bem-estar, o desempenho escolar e as atividades cotidianas. Em crianças, esses efeitos tendem a ser mais pronunciados devido às características fisiológicas próprias da infância, que reduzem a capacidade de regular a temperatura corporal.

→ **Incêndios**

Queimas descontroladas da vegetação, incluindo florestas, áreas arbustivas, campos, savanas e terras agrícolas. Podem ser causadas por atividades humanas ou por causas naturais.

- Frequência de incêndios: número de vezes que um incêndio ocorre em uma determinada área durante um período definido.
- Intensidade do incêndio: quantidade de energia térmica liberada quando o fogo atinge um local específico, bem como sua altura e velocidade de propagação.

→ **Tempestades de areia e poeira**

Ocorrem quando ventos fortes levantam areia e poeira de solos secos para a atmosfera, transportando essas partículas por grandes distâncias.

→ **Doenças transmitidas por vetores**

Doenças causadas por patógenos e transmitidas aos seres humanos por meio de outros organismos vivos. Esses patógenos podem incluir vírus, bactérias ou parasitas.

- Malária: doença potencialmente fatal causada por parasitas transmitidos aos seres humanos pela picada de mosquitos infectados. Duas espécies de parasitas da malária representam as maiores ameaças: *Plasmodium falciparum*, a espécie mais letal e predominante no continente africano, e *Plasmodium vivax*, predominante na maioria dos países fora da África Subsaariana.

→ **Poluição do ar**

Presença de substâncias na atmosfera que são prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Essas substâncias incluem material particulado, dióxido de nitrogênio, dióxido de enxofre, monóxido de carbono e ozônio.

A poluição do ar por partículas finas, ou material particulado fino (PM2,5), refere-se às partículas suspensas no ar com diâmetro inferior a 2,5 micrômetros, emitidas por veículos, uso

residencial de combustíveis, usinas termelétricas a carvão, atividades agrícolas e industriais, queima de resíduos, incêndios florestais e diversas outras fontes.

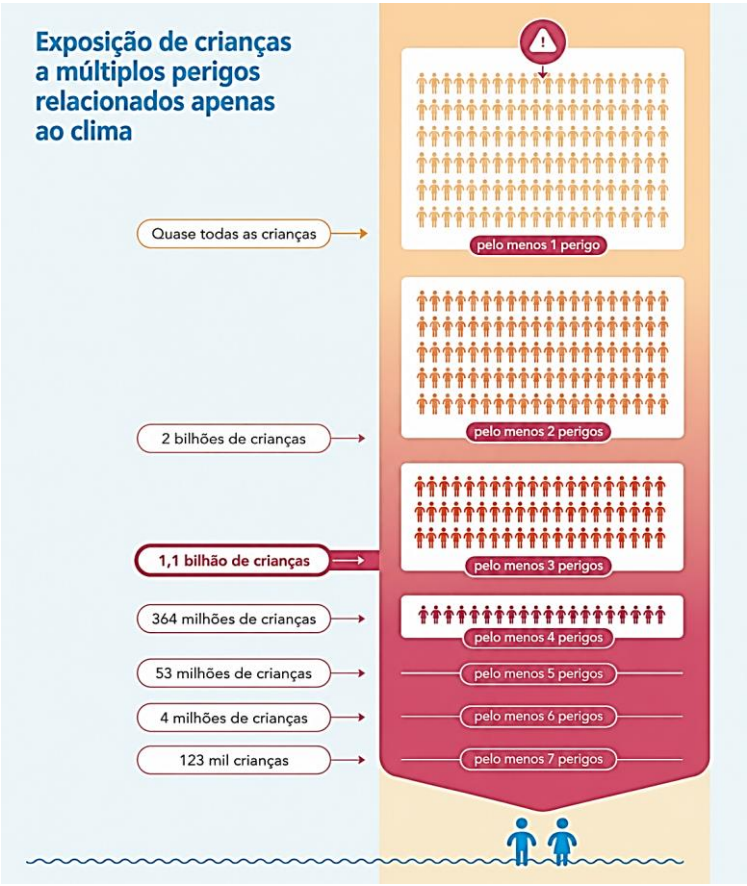
Entre os principais poluentes atmosféricos atualmente monitorados, a exposição prolongada ao PM2,5 é o indicador mais consistente e preciso para predizer desfechos adversos à saúde em diferentes populações.

Múltiplos riscos sobrepostos

Outro aspecto destacado pelo relatório é a sobreposição de múltiplos riscos climáticos. Estima-se que cerca de **1,1 bilhão de crianças** estejam expostas simultaneamente a pelo menos três ameaças relacionadas ao clima (Figura 2). A crise climática, portanto, não se manifesta por meio de eventos isolados, mas por cadeias de impactos interdependentes que potencializam seus efeitos sobre a saúde, o desenvolvimento e o bem-estar infantil.

Essas interações podem desencadear um ciclo contínuo de vulnerabilidades. Períodos prolongados de seca, por exemplo, reduzem a produção agrícola e agravam a insegurança alimentar. A vegetação ressecada favorece incêndios florestais, que intensificam a poluição atmosférica e degradam o solo, aumentando posteriormente o risco de inundações. As enchentes, por sua vez, destroem moradias, escolas e unidades de saúde, provocam deslocamentos populacionais e favorecem a disseminação de doenças de veiculação hídrica.

Figura 2 – Panorama do número de crianças expostas a múltiplos riscos climáticos.



Fonte: traduzido de UNICEF, 2026.

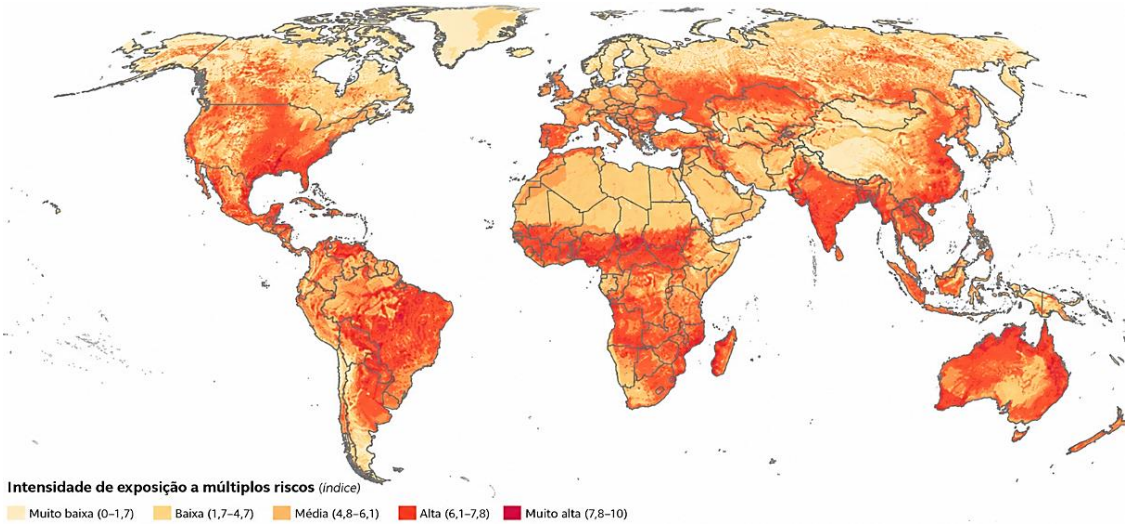
Esse conjunto de impactos sucessivos compromete a capacidade de adaptação das famílias, das comunidades e dos sistemas públicos. O deslocamento forçado, a interrupção dos serviços de educação e saúde e a perda de mecanismos de proteção social ampliam a exposição das crianças a novos riscos e podem produzir consequências duradouras para seu desenvolvimento físico, cognitivo e emocional. Dessa forma, a sobreposição de ameaças climáticas evidencia a necessidade de políticas públicas integradas, capazes de fortalecer a resiliência dos sistemas sociais e reduzir as desigualdades que tornam determinados grupos infantis desproporcionalmente mais vulneráveis aos efeitos da crise climática.

Exposição absoluta e relativa aos riscos climáticos

A exposição das crianças pode ser analisada tanto em números absolutos quanto em termos relativos. Países com grandes populações infantis, como Bangladesh, Índia, Nigéria e Paquistão, concentram o maior número absoluto de crianças expostas a múltiplos riscos climáticos. Em contrapartida, pequenos estados insulares em desenvolvimento e países em desenvolvimento sem litoral, embora apresentem populações menores, registram proporcionalmente os maiores níveis de exposição, refletindo a elevada concentração desses riscos em seus territórios.

Além da extensão da exposição, é importante considerar sua intensidade. A análise da intensidade dos múltiplos riscos diferencia regiões sujeitas a eventos frequentes de menor gravidade daquelas que enfrentam eventos menos frequentes, porém mais severos. Em termos absolutos, os maiores níveis de intensidade concentram-se em países populosos, como Egito, Índia, Nigéria e Paquistão. Entretanto, proporcionalmente, as crianças que vivem na região do Sahel — especialmente em Burkina Faso, República Centro-Africana, Mali, Sudão do Sul e Sudão — apresentam a maior exposição aos eventos climáticos extremos de alta intensidade.

Mapa 1 – Áreas de maior intensidade de exposição a múltiplos riscos climáticos: inundações fluviais e costeiras, tempestades tropicais, secas, ondas de calor, calor extremo, incêndios florestais e tempestades de areia e poeira.



Fonte: Traduzido de UNICEF, 2026.

Observação: O índice de intensidade de múltiplos riscos varia de **0 (mais baixa)** a **10 (mais alta)**. Considera oito tipos de eventos: **inundações fluviais, inundações costeiras, tempestades tropicais, secas, ondas de calor, calor extremo, incêndios florestais e tempestades de areia e poeira**.

Vulnerabilidade das crianças

Os eventos climáticos tornam-se desastres quando afetam a vida das pessoas, comprometendo seus meios de subsistência e a capacidade de resposta das comunidades. No caso das crianças, a vulnerabilidade resulta da interação entre sua maior suscetibilidade biológica e o acesso limitado a serviços essenciais capazes de protegê-las e favorecer sua adaptação aos impactos das mudanças climáticas. Quando esses sistemas são frágeis, insuficientes ou incapazes de responder aos eventos extremos, os riscos à saúde, ao desenvolvimento e à sobrevivência infantil aumentam significativamente.

O relatório destaca seis áreas essenciais para fortalecer a resiliência das crianças frente à crise climática:

- **Serviços de saúde:** Em 2024, cerca de 20 milhões de crianças deixaram de receber vacinas essenciais, incluindo 14,3 milhões que não receberam nenhuma dose da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (DTP). Eventos climáticos extremos podem destruir unidades de saúde, interromper a cadeia de frio das vacinas e favorecer a disseminação de doenças.

- **Serviços de nutrição:** Secas e inundações reduzem a produção agrícola, comprometem o abastecimento de alimentos e aumentam a desnutrição infantil. Estima-se que, até 2050, as mudanças climáticas possam resultar em 28 milhões de crianças adicionais com emagrecimento agudo (*wasting*) e 40 milhões com atraso no crescimento (*stunting*).

- **Água, saneamento e higiene (WASH):** Em 2024, 634 milhões de crianças não tinham acesso à água potável gerida com segurança; 1 bilhão vivia sem saneamento seguro; e 489 milhões careciam de condições básicas de higiene. Inundações contaminam fontes de água, enquanto secas reduzem sua disponibilidade, aumentando o risco de doenças e ampliando as desigualdades.

- **Educação:** Eventos extremos danificam escolas e interrompem o processo de aprendizagem. Apenas em 2024, pelo menos 242 milhões de estudantes, em 85 países e territórios, tiveram suas atividades escolares interrompidas em decorrência de eventos climáticos.

- **Proteção da criança:** O deslocamento populacional provocado por eventos climáticos e o agravamento da pobreza aumentam o risco de trabalho infantil, casamento precoce e separação familiar. Entre 2016 e 2023, foram registrados 62,1 milhões de deslocamentos internos de crianças relacionados a desastres climáticos, o equivalente a mais de 21 mil deslocamentos infantis por dia.

- **Proteção social:** A ausência de mecanismos de proteção social, como transferências de renda sensíveis a desastres, reduz a capacidade das famílias de enfrentar eventos extremos. Como consequência, estima-se que mais de 130 milhões de pessoas possam ser empurradas para a extrema pobreza até 2030 em decorrência das mudanças climáticas.

Em conjunto, essas evidências demonstram que a vulnerabilidade infantil à crise climática não depende apenas da ocorrência de eventos extremos, mas também da capacidade dos sistemas de saúde, educação, proteção social e infraestrutura de garantir direitos, reduzir desigualdades e fortalecer a resiliência das crianças e de suas comunidades.

Para além da exposição: desafios para a proteção integral da infância frente à crise climática

O *Children's Climate Risk Report 2026* representa um avanço significativo na compreensão da relação entre mudanças climáticas e saúde infantil ao ampliar a análise para além da exposição a eventos extremos. Em vez de considerar isoladamente os diferentes perigos climáticos, o documento evidencia que a vulnerabilidade das crianças resulta da interação entre múltiplas ameaças ambientais, características biológicas próprias da infância e desigualdades no acesso a serviços essenciais. Essa abordagem desloca o debate de uma perspectiva centrada exclusivamente nos desastres para uma compreensão mais abrangente dos determinantes sociais e ambientais da saúde.

Essa concepção está em consonância com o Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), segundo o qual os riscos climáticos decorrem da interação entre perigo (*hazard*), exposição, vulnerabilidade e capacidade adaptativa. Nessa perspectiva, a redução dos impactos das mudanças climáticas sobre a infância não depende apenas da mitigação das emissões de gases de efeito estufa, mas também do fortalecimento da capacidade dos sistemas de saúde, educação, proteção social, abastecimento de água e saneamento para responder aos eventos climáticos e reduzir as desigualdades que condicionam a vulnerabilidade das populações.

Os achados também convergem com diversas evidências, que reconhece as mudanças climáticas como uma das maiores ameaças à saúde no século XXI e destaca que crianças apresentam maior suscetibilidade aos impactos ambientais em razão de suas características fisiológicas, do estágio de desenvolvimento e da maior dependência de serviços essenciais. A interrupção simultânea desses serviços durante eventos extremos produz efeitos que ultrapassam os agravos imediatos à saúde, comprometendo o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social ao longo do curso da vida.

Outro aspecto inovador do relatório é incorporar de forma explícita a perspectiva dos direitos da criança. Em consonância com o Comitê sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, as mudanças climáticas são compreendidas não apenas como um desafio ambiental, mas como uma ameaça ao exercício de direitos fundamentais, incluindo o direito à saúde, à alimentação adequada, à educação, à água, ao saneamento, ao desenvolvimento e à participação. Sob essa ótica, as políticas de adaptação climática assumem papel estratégico na promoção e proteção dos direitos da infância.

Entretanto, embora o relatório ofereça um panorama global robusto da distribuição dos riscos climáticos, sua aplicação às realidades nacionais requer considerar os contextos sociais, econômicos e territoriais que condicionam a vulnerabilidade das crianças. No Brasil, fatores como pobreza, insegurança alimentar, déficit de saneamento básico, desigualdades regionais, racismo ambiental e as iniquidades vivenciadas por povos indígenas, comunidades quilombolas e populações periféricas potencializam os efeitos das mudanças climáticas e limitam a capacidade de resposta dos sistemas públicos. Dessa forma, crianças submetidas às maiores vulnerabilidades sociais tendem a experimentar de forma mais intensa e persistente os impactos da crise climática.

No contexto brasileiro, essas evidências adquirem especial relevância diante da crescente frequência e intensidade de eventos climáticos extremos observados nos últimos anos. As enchentes no Rio Grande do Sul, as secas históricas na Amazônia, os incêndios no Pantanal e no Cerrado e a persistência da emergência sanitária no território Yanomami ilustram

como os impactos climáticos se articulam às desigualdades sociais, territoriais e étnico-raciais, afetando de forma desproporcional crianças em situação de maior vulnerabilidade. Nesses cenários, a interrupção do acesso aos serviços de saúde, educação, alimentação escolar, abastecimento de água e proteção social evidencia que os efeitos da crise climática extrapolam a esfera ambiental e passam a comprometer diretamente o desenvolvimento infantil e a garantia de direitos.

Mais do que responder aos desastres, torna-se imprescindível enfrentar os determinantes estruturais da vulnerabilidade, incorporando os princípios da equidade, da justiça climática e da garantia dos direitos das crianças como eixos centrais das políticas públicas. Nesse sentido, o relatório da UNICEF constitui não apenas um instrumento de monitoramento da exposição infantil aos riscos climáticos, mas também um importante referencial para orientar políticas públicas baseadas em evidências, capazes de integrar adaptação climática, redução das desigualdades e promoção da saúde infantil.

Participação da ONU Mulheres no HLPF 2026

Durante o *High-Level Political Forum on Sustainable Development* (HLPF) 2026, principal espaço das Nações Unidas para acompanhamento da implementação da Agenda 2030, a ONU Mulheres promoveu uma agenda voltada à incorporação da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas como elementos centrais para acelerar o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Sob o lema *Placing gender equality and the empowerment of all women and girls at the heart of sustainable development*, a entidade organizou eventos paralelos, participou dos debates oficiais e articulou governos, agências da ONU, sociedade civil e setor privado em torno da transversalização da perspectiva de gênero nas políticas de desenvolvimento sustentável.

A atuação da ONU Mulheres concentrou-se em reforçar que a igualdade de gênero não se restringe ao ODS 5, mas constitui um fator habilitador para o avanço de toda a Agenda 2030. Nesse sentido, a organização defendeu maior integração da perspectiva de gênero nas Revisões Nacionais Voluntárias (*Voluntary National Reviews* – VNRs), ampliação da produção de dados desagregados por sexo, fortalecimento da liderança feminina nos processos decisórios e investimentos em políticas públicas voltadas ao cuidado, à proteção social, à participação econômica das mulheres e à adaptação às mudanças climáticas.

A agenda apresentada também enfatizou a necessidade de fortalecer parcerias multissetoriais e ampliar o financiamento para políticas de igualdade de gênero. A ONU Mulheres argumentou que o atual ritmo de implementação dos ODS permanece insuficiente para alcançar as metas estabelecidas para 2030 e que a aceleração depende da incorporação sistemática da perspectiva de gênero nas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.

Resultados e limitações

Embora a participação da organização tenha contribuído para manter a igualdade de gênero como uma prioridade política no âmbito do HLPF, os resultados evidenciam os limites da governança internacional para transformar compromissos políticos em ações concretas. O HLPF possui caráter predominantemente deliberativo e de acompanhamento, sem mecanismos vinculantes que obriguem os Estados a implementar as recomendações discutidas. Dessa forma, grande parte dos compromissos reafirmados durante o Fórum depende da capacidade política, institucional e financeira de cada país para sua implementação.

Outro aspecto que merece destaque é a permanência da distância entre o discurso internacional e os indicadores globais de igualdade de gênero. Apesar de sucessivas reafirmações sobre a centralidade das mulheres e meninas para o desenvolvimento sustentável, os avanços observados na Agenda 2030 permanecem lentos e heterogêneos. A persistência das desigualdades salariais, da violência baseada em gênero, da sobrecarga do trabalho de cuidado não remunerado, das restrições aos direitos sexuais e reprodutivos e da baixa participação das mulheres nos espaços de decisão demonstra que a transversalização da perspectiva de gênero ainda enfrenta importantes barreiras estruturais.

Outro ponto crítico refere-se à insuficiência do financiamento destinado às políticas de igualdade de gênero. Embora a ONU Mulheres tenha reiterado a necessidade de ampliar investimentos e fortalecer mecanismos de financiamento, organismos internacionais vêm alertando que a crise fiscal enfrentada por diversos países, associada à redução da cooperação internacional e ao aumento do endividamento público, limita significativamente a implementação das políticas necessárias para acelerar o cumprimento dos ODS. Nesse contexto, há o risco de que a igualdade de gênero permaneça como prioridade discursiva, sem a correspondente destinação de recursos para sua efetivação.

Além disso, organizações feministas que acompanharam o HLPF defenderam que o Fórum deveria avançar para além da reafirmação de compromissos políticos, enfrentando de forma mais explícita as causas estruturais das desigualdades, como os modelos econômicos que aprofundam a concentração de renda, as desigualdades fiscais, a crise do financiamento do desenvolvimento, os impactos desiguais das mudanças climáticas e a persistência de relações desiguais de poder entre países do Norte e do Sul Global. Para essas organizações, acelerar a Agenda 2030 requer não apenas políticas focalizadas para mulheres e meninas, mas transformações estruturais nos modelos de desenvolvimento, financiamento e governança internacional.

Referências

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). *Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/. Acesso em: 16 jul. 2026.

ROMANELLO, Marina *et al. The 2025 report of the Lancet Countdown on health and climate change: health at the mercy of fossil fuels*. **The Lancet**, London, v. 406, 2025.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Children's Climate Risk Report 2026: Executive Summary*. Florence: UNICEF, 2026. Disponível em: https://www.unicef.org/media/181491/file/CCRR%20Executive%20Summary%20-%20English%20(1).pdf.pdf. Acesso em: 13 jul. 2026.

UNITED NATIONS CHILDREN'S FUND (UNICEF). *Children's Climate Risk Report 2026*. Florence: UNICEF, 2026. Disponível em: https://www.unicef.org/media/182476/file/CCRR%202026%20-%20low.pdf.pdf. Acesso em: 13 jul. 2026.

UNITED NATIONS. Committee on the Rights of the Child. *General comment No. 26 (2023) on children's rights and the environment, with a special focus on climate change*. Geneva: United Nations, 2023. (CRC/C/GC/26). Disponível em: https://www.ohchr.org/en/documents/general-

comments-and-recommendations/general-comment-no-26-2023-childrens-rights-and. Acesso em: 16 jul. 2026.

UNITED NATIONS WOMEN. *UN Women at the High-Level Political Forum 2026 (HLPF)*. New York: UN Women, 2026. (Media advisory, 25 jun. 2026). Disponível em: https://www.unwomen.org/en/news-stories/media-advisory/2026/06/un-women-at-the-high-level-political-forum-2026-hlpf. Acesso em: 16 jul. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). *COP26 special report on climate change and health: the health argument for climate action*. Geneva: World Health Organization, 2021. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/9789240036727. Acesso em: 16 jul. 2026.

O legado da UNESCO no combate ao racismo

El legado de la UNESCO en la lucha contra el racismo

UNESCO's Legacy in the fight against racism

Fabiane Gaspar e Gisele Sanglard

Resumo: Este informe constitui uma continuação e aprofundamento do Informe 11-26 UNESCO, dedicado às iniciativas da Organização para a promoção da tolerância, da dignidade humana e dos direitos humanos fundamentais. Analisa-se a construção histórica da agenda antirracista da UNESCO a partir das Declarações sobre Raça de 1950 e 1951, das reações científicas e políticas que elas suscitaram e de sua influência sobre convenções internacionais posteriores. O texto examina ainda o Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil, a História Geral da Humanidade, a Rota das Pessoas Escravizadas, as Rotas da Seda e os atuais Fóruns Globais contra o Racismo e a Discriminação, evidenciando a contribuição da UNESCO para a consolidação de uma cultura internacional baseada na igualdade, na diversidade cultural e nos direitos humanos.

Palavras-chave: UNESCO; racismo; discriminação; direitos humanos; diversidade cultural.

Resumen: *Este informe constituye una continuación y profundización del Informe 11-26 UNESCO, dedicado a las iniciativas de la Organización para promover la tolerancia, la dignidad humana y los derechos humanos fundamentales. Se analiza la construcción histórica de la agenda antirracista de la UNESCO a partir de las Declaraciones sobre la Raza de 1950 y 1951, las reacciones científicas y políticas que suscitaron y su influencia en convenciones internacionales posteriores. El texto también analiza el Programa de la UNESCO sobre Relaciones Raciales en Brasil, la Historia General de la Humanidad, Proyect la Ruta de los Esclavizados, las Rutas de la Seda y los actuales Foros Globales contra el Racismo y la Discriminación, poniendo de relieve la contribución de la UNESCO a la consolidación de una cultura internacional basada en la igualdad, la diversidad cultural y los derechos humanos.*

Palabras clave: *UNESCO; racismo; discriminación; derechos humanos; diversidad cultural.*

Abstract: *This report is a continuation and expansion of UNESCO Report 11-26, devoted to the Organization's initiatives for promoting tolerance, human dignity and fundamental human rights. It examines the historical construction of UNESCO's anti-racist agenda through the 1950 and 1951 Statements on Race, the scientific and political debates they generated, and their influence on subsequent international conventions. The text also examines UNESCO's Program on Racial Relations in Brazil, the General History of Humanity, the Slaved People Route Project, the Silk Roads, and the current Global Forums against Racism and Discrimination, highlighting UNESCO's contribution to the consolidation of an international culture based on equality, cultural diversity, and human rights.*

Keywords: *UNESCO; racism; discrimination; human rights; cultural diversity.*

Introdução

Este informe constitui uma continuação e aprofundamento analítico do Informe 11-26 UNESCO — Iniciativas da UNESCO para a Promoção da Tolerância, da Dignidade Humana e dos Direitos Humanos Fundamentais, no qual foram apresentadas as principais ações desenvolvidas pela Organização para combater o racismo, promover a igualdade e fortalecer o diálogo intercultural, com o objetivo de examinar os fundamentos históricos, científicos, políticos e culturais dessas iniciativas, contextualizando desde o pós-guerra até a atualidade.

A emergência da UNESCO, em 1945, está diretamente relacionada ao impacto moral provocado pela Segunda Guerra Mundial, pelo Holocausto e pelas teorias raciais que legitimaram políticas de perseguição, segregação e extermínio. O preâmbulo da Constituição da UNESCO identifica explicitamente a negação da dignidade humana e da igualdade entre os indivíduos como uma das causas fundamentais dos conflitos internacionais. Em consequência, a Organização passou a compreender a luta contra o racismo como parte inseparável da construção da paz.

Desde então, a UNESCO tornou-se um dos principais espaços internacionais de produção de conhecimento científico, formulação de normas jurídicas e promoção de políticas públicas voltadas ao combate à discriminação racial. O esforço incluiu pesquisas acadêmicas, campanhas educacionais, programas de memória histórica e instrumentos jurídicos internacionais que continuam influenciando o debate global sobre direitos humanos.

As Declarações sobre Raça de 1950 e 1951: ciência contra o racismo[1]

Em dezembro de 1949, a UNESCO reuniu em Paris um grupo de especialistas para discutir a questão racial à luz dos avanços da antropologia, sociologia, genética e biologia humana. Participaram da comissão Ashley Montagu (relator), Claude Lévi-Strauss, Franklin Frazier, Juan Comas, Morris Ginsberg, Humayun Kabir, Ernest Beaglehole e o sociólogo brasileiro Luiz de Aguiar Costa Pinto. O objetivo era formular uma posição científica internacional capaz de enfrentar o racismo, cuja legitimidade havia sido profundamente abalada após as atrocidades do regime nazista e a revelação dos crimes do Holocausto.

A iniciativa não surgiu isoladamente. Conforme registrado no prefácio de *La Cuestion Racial* (1950), a UNESCO respondia a resoluções aprovadas pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e pela Conferência Geral da própria UNESCO, que solicitavam a elaboração de um programa internacional destinado à difusão de conhecimentos científicos capazes de combater os preconceitos raciais. O documento reconhecia explicitamente que o racismo havia sido uma das bases ideológicas da Segunda Guerra Mundial e representava ameaça permanente à paz internacional.

A Declaração de 1950 inicia afirmando uma das teses centrais que se tornariam referência internacional: *Los hombres de ciencia están de acuerdo en reconocer que la*

[1] As declarações de 1950 e 1951 constituem os primeiros documentos de uma série de estudos patrocinados pela UNESCO sobre a questão racial. Os debates prosseguiram em publicações posteriores, especialmente *The Race Concept: Results of an Inquiry* (1952), que aprofundou as discussões sobre genética, antropologia e relações raciais no contexto do pós-guerra.

humanidad es una y que todos los hombres pertencen a la misma especie, Homo sapiens[2]. ("Os cientistas chegaram a um acordo geral ao reconhecer que a humanidade é una: todos os homens pertencem à mesma espécie, Homo sapiens").

O texto prossegue afirmando que as diferenças hereditárias existentes entre populações humanas são mínimas quando comparadas ao patrimônio genético compartilhado por toda a humanidade: (...) *las semejanzas entre los hombres son mayores que sus diferencias*[3]. ("... as semelhanças entre os homens são muito maiores do que suas diferenças").

Essa afirmação possuía enorme relevância política. Durante décadas, teorias racialistas haviam sustentado a existência de raças biologicamente superiores e inferiores. A declaração da UNESCO procurava demonstrar que tais hierarquias não possuíam fundamento científico verificável.

Um dos aspectos mais inovadores do documento foi a crítica ao uso indiscriminado da palavra "raça". Os especialistas observaram que, no uso cotidiano, termos nacionais, culturais, linguísticos ou religiosos eram frequentemente confundidos com raça. O documento afirmava: *Los grupos nacionales, religiosos, geográficos, lingüisticos y culturales no coinciden necesariamente con los grupos raciales* ... ("Grupos nacionais, religiosos, geográficos, linguísticos e culturais não coincidem necessariamente com grupos raciais ...").

Por essa razão, os autores chegaram a sugerir que seria preferível empregar a expressão "grupos étnicos" em vez de "raças humanas", antecipando debates que se tornariam centrais nas ciências sociais das décadas seguintes.

Outro ponto particularmente importante dizia respeito à inteligência e às capacidades mentais. A comissão concluiu que os testes disponíveis à época não permitiam atribuir diferenças de desempenho intelectual a fatores hereditários raciais. Pelo contrário, os resultados apontavam para a importância do ambiente, da educação e das oportunidades sociais: *En otros términos: cuando los miembros de los distintos grupos humanos disponen, en el terreno cultural, de las mismas facilidades para hacer valer sus aptitudes, logran, por término medio, resultados parecidos*.[4] ("Em outros termos, dadas oportunidades culturais semelhantes para desenvolver suas potencialidades, o desempenho médio dos membros de cada grupo étnico é aproximadamente o mesmo").

A declaração sustentava ainda que as diferenças culturais observadas entre os povos eram resultado principalmente de trajetórias históricas distintas e não da constituição biológica das populações: *Por el contrario, esas diferencias se explican por la historia cultural de cada grupo*.[5] ("A história da experiência cultural vivida por cada grupo é o principal fator para explicar tais diferenças").

---

[2] Em inglês: *Scientists have reached general agreement in recognizing that mankind is one: that all men belong to the same species, Homo sapiens.*

[3] Em inglês: (...) *the likenesses among men are far greater than their differences.*

[4] Em inglês: *In short, given similar degrees of cultural opportunity to realize their potentialities, the average achievement of the members of each ethnic group is about the same.*

[5] Em ingles: *It does indicate, however, that the history of the cultural experience which each group has undergone is the major factor in explaining such differences.*

Talvez a passagem mais célebre do documento seja aquela em que os especialistas estabeleceram a distinção entre raça como realidade biológica e raça como construção social: *A decir verdad, la raza es más un mito social que un fenómeno biológico, ...*[6] ("Para dizer a verdade, a raça é mais um mito social do que um fenômeno biológico").

Segundo o texto, esse mito produziu enormes danos humanos e sociais, provocando sofrimento, exclusão e violência em escala global. A afirmação representava uma ruptura direta com o pensamento racialista predominante durante o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A declaração também enfrentou outro tema sensível para a época: a miscigenação. Em diversos países, leis proibiam casamentos entre pessoas classificadas como pertencentes a "raças" diferentes. A comissão concluiu que não existiam evidências científicas de que a mistura populacional produzisse efeitos biológicos negativos: *No hay, por lo tanto, una justificación biológica para la prohibición de matrimonios entre los individuos que pertecenen a grupos raciales diferentes*.[7] ("Não existe justificativa biológica para proibir casamentos entre pessoas de grupos raciais diferentes")[8].

Apesar de sua repercussão positiva, a Declaração de 1950 foi objeto de críticas por parte de geneticistas e antropólogos. Muitos desses pesquisadores concordavam com a rejeição da superioridade racial, mas consideravam que algumas formulações haviam sido excessivamente influenciadas por perspectivas sociológicas e não refletiam adequadamente o estado das pesquisas biológicas sobre variação humana.

Em resposta, a UNESCO convocou uma nova comissão internacional em 1951, coordenada por Leslie C. Dunn. O próprio relatório introdutório reconhece que a primeira declaração "teve um efeito positivo", mas não foi plenamente aceita por diversos especialistas das áreas de genética e antropologia física.

A nova declaração reafirmou explicitamente os aspectos fundamentais do texto anterior. Entre os consensos registrados pelos especialistas estavam: *There were no scientific grounds whatever for the racialist position regarding purity of race and the hierarchy of inferior and superior races.* ("Não existiam quaisquer fundamentos científicos para as posições racialistas relativas à pureza racial e à hierarquia entre raças inferiores e superiores").

Os especialistas também reforçaram a ideia de que toda população humana resulta de longos processos históricos de miscigenação: *All races were mixed*. ("Todas as raças são misturadas").

Ao mesmo tempo, a comissão de 1951 adotou posição mais cautelosa quanto à utilização do conceito de raça. Diferentemente de 1950, ela reconheceu que a antropologia física ainda utilizava categorias raciais como instrumentos classificatórios, desde que baseadas em características observáveis e sem qualquer conotação hierárquica ou valorativa.

---

[6] Em inglês: *For all practical social purposes race is not so much a biological phenomenon as a social myth*.
[7] Em inglês: *There is, therefore, no biological justification for prohibiting inter-marriage between persons of different ethnic groups.*
[8] Na versão em inglês, a declaração utiliza o termo "grupos étnicos diferentes" enquanto na versão em espanhol, "grupos raciais diferentes".

Outro trecho importante reafirmava a inexistência de evidências científicas sobre diferenças intelectuais inatas entre grupos raciais: *No evidence of differences in innate mental ability between different racial groups has been adduced.* ("Nenhuma evidência de diferenças inatas de capacidade mental entre diferentes grupos raciais foi apresentada").

Em perspectiva histórica, as duas declarações representam um marco na história das ciências humanas e biológicas. Pela primeira vez, uma organização internacional mobilizou especialistas de diferentes disciplinas para produzir um consenso científico destinado explicitamente a enfrentar o racismo. Embora tenham surgido divergências metodológicas e conceituais, o consenso construído pela UNESCO permanece um dos legados intelectuais mais importantes do pós-guerra: as diferenças biológicas observadas entre populações humanas não justificam desigualdades políticas, jurídicas ou morais, e não existe fundamento científico para qualquer teoria de superioridade racial.

A reação da comunidade científica às Declarações sobre Raça

A publicação da Declaração sobre Raça de 1950 representou um marco na história intelectual do pós-guerra, mas sua recepção no meio científico foi mais complexa do que frequentemente se supõe. Embora houvesse ampla concordância quanto à rejeição das teorias de superioridade racial e quanto à necessidade de combater o racismo científico associado ao nazismo, diversos pesquisadores questionaram aspectos metodológicos, conceituais e epistemológicos do documento.

Entre os signatários da declaração original predominavam sociólogos, antropólogos culturais e estudiosos das relações raciais, como Ashley Montagu, Claude Lévi-Strauss, Franklin Frazier, Morris Ginsberg e Luiz de Aguiar Costa Pinto. Embora reconhecidos internacionalmente, esses especialistas não representavam de forma proporcional os campos da genética humana e da antropologia física, disciplinas consideradas centrais para o estudo da variação biológica humana naquela época.

A principal crítica partiu justamente de geneticistas e antropólogos físicos que consideravam inadequada a forma como o conceito de raça havia sido tratado no documento de 1950. Segundo a própria UNESCO, várias autoridades científicas concordavam com as conclusões éticas e políticas da declaração, mas entendiam que algumas formulações excediam o conhecimento científico disponível naquele momento. O relatório que introduz a Declaração de 1951 registra explicitamente que muitos especialistas das áreas biológicas não consideravam que a primeira declaração refletisse plenamente o estado das pesquisas em genética e antropologia física.

Entre os cientistas consultados pela UNESCO durante a revisão figuravam alguns dos nomes mais importantes da biologia e da genética do século XX, incluindo: Theodosius Dobzhansky (1900–1975), um dos fundadores da Síntese Moderna da Evolução; L. C. Dunn (1893–1974), geneticista humano e posteriormente relator da comissão de 1951; Gunnar Dahlberg (1893–1956), geneticista sueco e crítico da eugenia; Curt Stern (1902–1981), geneticista germano-americano; H. J. Muller (1890–1967), Prêmio Nobel de Fisiologia ou Medicina em 1946; Otto Klineberg (1899–1992), psicólogo canadense conhecido por seus estudos sobre inteligência e diferenças raciais.

As objeções concentravam-se em três pontos principais: (i) o conceito biológico de raça; (ii) diferenças mentais e limitações da evidência científica; e (iii) c*iência e posicionamento político.*

(i) O conceito biológico de raça

Um primeiro grupo de críticos argumentava que a declaração de 1950 minimizava excessivamente a existência de diferenças biológicas observáveis entre populações humanas. Esses especialistas não defendiam hierarquias raciais nem superioridade biológica, mas sustentavam que a ciência ainda utilizava classificações populacionais para descrever padrões de distribuição de características físicas herdáveis.

Por essa razão, a comissão de 1951 abandonou a sugestão de substituir completamente o termo "raça" por "grupo étnico". Em vez disso, declarou que a raça poderia continuar sendo utilizada como instrumento classificatório na antropologia física, desde que sem implicações de valor moral, intelectual ou político.

(ii) Diferenças mentais e limitações da evidência científica

Outro ponto de discussão dizia respeito à inteligência e às capacidades mentais humanas.

Os especialistas da declaração de 1950 afirmaram que não existiam evidências demonstrando diferenças intelectuais hereditárias entre grupos humanos. Vários geneticistas concordavam com essa conclusão prática, mas defendiam que a ausência de evidências não deveria ser confundida com prova definitiva de inexistência.

Em resposta, o documento de 1951 adotou uma formulação mais cautelosa, afirmando que: *No evidence of differences in innate mental ability between different racial groups has been adduced*., ou seja, "Nenhuma evidência de diferenças inatas de capacidade mental entre diferentes grupos raciais foi apresentada."

A mudança é sutil, mas importante do ponto de vista científico: a comissão passou a enfatizar a insuficiência das evidências disponíveis em vez de formular uma conclusão definitiva sobre todas as possibilidades futuras de pesquisa.

(iii) Ciência e posicionamento político

Uma terceira linha de críticas referia-se ao papel institucional da UNESCO. Alguns cientistas manifestaram preocupação com a possibilidade de uma organização internacional transformar conclusões científicas em posições normativas oficiais. O documento de 1951 registra que certos pesquisadores temiam que a liberdade de investigação científica pudesse ser comprometida quando interpretações específicas fossem apresentadas como doutrina institucional. A própria UNESCO reconheceu essas preocupações ao justificar a convocação de uma segunda reunião de especialistas.

Nesse contexto, a UNESCO concluiu que a melhor resposta não seria abandonar a iniciativa, mas ampliar o número de especialistas envolvidos e incorporar contribuições das ciências biológicas, fortalecendo a legitimidade científica do processo.

O consenso que emergiu do debate

Apesar das divergências metodológicas, o resultado foi um consenso notável. Os geneticistas, antropólogos físicos, psicólogos e cientistas sociais envolvidos na revisão concordaram que:

1. todos os seres humanos pertencem à mesma espécie biológica;
2. não existe fundamento científico para a ideia de pureza racial;
3. não há evidências científicas que sustentem hierarquias raciais;
4. a miscigenação não produz degeneração biológica;
5. nenhuma diferença biológica conhecida justifica desigualdade de direitos entre os seres humanos.

Como observam os próprios especialistas da comissão de 1951, não houve "hesitação, atraso ou falta de unanimidade" quanto à rejeição das teorias racialistas que defendiam raças superiores e inferiores. As divergências ocorreram principalmente em torno da terminologia, da classificação biológica e dos limites das evidências disponíveis.

Do ponto de vista historiográfico, portanto, seria incorreto afirmar que a comunidade científica rejeitou as declarações da UNESCO. O que ocorreu foi um processo de revisão e refinamento conceitual conduzido pelos próprios cientistas. As controvérsias fortaleceram o documento de 1951 e contribuíram para consolidar um consenso internacional que influenciaria decisivamente os estudos sobre raça, as políticas de direitos humanos e os instrumentos internacionais de combate à discriminação ao longo das décadas seguintes.

Reações políticas e impacto internacional

As declarações provocaram importantes repercussões políticas. Nos Estados Unidos, seus argumentos contribuíram para fortalecer o movimento pelos direitos civis e influenciaram o ambiente intelectual que antecedeu a decisão da Suprema Corte no caso *Brown v. Board of Education* (1954), que declarou inconstitucional a segregação escolar.

Na África do Sul, ao contrário, as conclusões da UNESCO confrontavam diretamente os fundamentos ideológicos do apartheid. O regime sul-africano considerava incompatíveis com sua política oficial as teses defendidas pela Organização, o que contribuiu para aumentar seu isolamento internacional.

Nos países coloniais da África e da Ásia, os documentos tornaram-se importantes instrumentos intelectuais para movimentos anticoloniais e líderes independentistas que buscavam contestar narrativas de inferioridade racial utilizadas para justificar a dominação europeia.

Das Declarações sobre Raça às Convenções internacionais de combate à discriminação

A influência das Declarações sobre Raça da UNESCO ultrapassou amplamente o campo acadêmico. Seus princípios contribuíram para a consolidação de um novo paradigma jurídico internacional baseado na igualdade humana, na não discriminação e na universalidade dos direitos humanos. Ao questionar cientificamente as teorias de superioridade racial e ao reafirmar a unidade biológica e moral da humanidade, as declarações forneceram bases intelectuais para uma série de convenções internacionais aprovadas nas décadas seguintes.

O primeiro grande desdobramento ocorreu com a aprovação da Convenção Relativa à Luta contra a Discriminação na Educação, adotada pela UNESCO em 14 de dezembro de 1960.

Trata-se do primeiro tratado internacional juridicamente vinculante dedicado exclusivamente ao direito à educação. A convenção define discriminação como qualquer distinção, exclusão, limitação ou preferência baseada em raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política, origem nacional ou social, condição econômica ou nascimento que tenha por objetivo ou efeito comprometer a igualdade de tratamento na educação. O texto proíbe sistemas segregados de ensino, exige igualdade de acesso e qualidade educacional e reafirma a educação como direito humano fundamental. Em 2024, a UNESCO registrava 111 Estados Partes da convenção, que continua sendo considerada um dos pilares normativos da Agenda Educação 2030.

Na mesma época, as Nações Unidas consolidavam um sistema internacional de direitos humanos fortemente influenciado pelos debates iniciados no pós-guerra. A Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (CERD), adotada em 1965 e em vigor desde 1969, tornou-se o principal instrumento jurídico internacional especificamente voltado ao combate ao racismo. A convenção obriga os Estados a condenar a discriminação racial em todas as suas formas, eliminar leis e práticas discriminatórias, combater organizações racistas e promover políticas de igualdade racial. Também criou o Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, responsável por monitorar sua implementação. A CERD representa o desdobramento jurídico mais direto das preocupações expressas nas declarações da UNESCO sobre raça.

Além da questão racial, a agenda internacional ampliou-se para outras formas de discriminação estrutural. Em 1979, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher **(CEDAW)**, frequentemente descrita como a "Carta Internacional dos Direitos das Mulheres". O documento reconhece que a discriminação de gênero constitui obstáculo ao desenvolvimento humano, à participação política e à igualdade de oportunidades. A convenção exige que os Estados adotem medidas concretas para eliminar desigualdades no trabalho, na educação, na saúde, na vida política e familiar, reconhecendo que a discriminação não decorre apenas de leis injustas, mas também de práticas culturais e estruturas sociais profundamente enraizadas.

A preocupação com a igualdade de gênero foi posteriormente aprofundada pela Declaração e Plataforma de Ação de Pequim, adotada em 1995 durante a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Embora não tenha caráter de tratado vinculante, esse documento tornou-se uma referência global para políticas de enfrentamento da violência de gênero, promoção da participação política feminina e combate às múltiplas formas de discriminação que afetam mulheres e meninas.

O combate à discriminação religiosa e à intolerância também se consolidou como tema central da ordem internacional dos direitos humanos. Neste contexto destacam-se a Declaração das Nações Unidas sobre a Eliminação de Todas as Formas de Intolerância e Discriminação Baseadas em Religião ou Crença (1981), bem como diferentes instrumentos da UNESCO voltados à promoção do diálogo intercultural e da diversidade cultural. Esses documentos reafirmam que diferenças de religião, crença ou convicção não podem justificar exclusão social, perseguição ou restrição de direitos.

Outra importante ampliação da agenda ocorreu com a adoção da Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), que estabelece o princípio da não discriminação como um dos fundamentos centrais da proteção à infância. O artigo 2 determina que todos os direitos previstos na convenção sejam garantidos sem discriminação de raça, cor, sexo, idioma, religião,

origem nacional, condição econômica ou qualquer outra característica da criança ou de seus responsáveis.

No campo das pessoas com deficiência, a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada em 2006, representou uma mudança importante ao definir a deficiência não apenas como condição individual, mas como resultado da interação entre limitações funcionais e barreiras sociais. O tratado obriga os Estados a promoverem acessibilidade, inclusão educacional, igualdade de oportunidades e eliminação de práticas discriminatórias.

No âmbito específico da UNESCO, a proteção da diversidade cultural passou a ocupar papel estratégico. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001) reconheceu a diversidade cultural como patrimônio comum da humanidade. Na mesma linha, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005) enfatizou que a preservação das diferentes culturas constitui elemento essencial para a democracia, a paz e os direitos humanos.

A Conferência Mundial contra o Racismo realizada em Durban, África do Sul, em 2001, representou outro marco importante. O documento final reconheceu oficialmente a escravidão e o tráfico transatlântico de africanos escravizados como crimes contra a humanidade, reforçando muitas das conclusões alcançadas décadas antes pela UNESCO por meio do Projeto Rota do Escravo. A conferência também introduziu de forma mais sistemática os debates sobre discriminação estrutural, racismo institucional, xenofobia e reparação histórica.

Nas últimas décadas, a UNESCO passou a enfrentar novas formas de discriminação associadas à globalização digital. O *Roadmap against Racism and Discrimination*, lançado no contexto dos Fóruns Globais contra o Racismo e a Discriminação iniciados em 2021, reconhece que o racismo contemporâneo se manifesta não apenas por meio de políticas de segregação explícita, mas também por algoritmos enviesados, discursos de ódio online, exclusão digital, desigualdades educacionais persistentes e discriminações interseccionais envolvendo raça, gênero, religião, deficiência e condição socioeconômica.

O Fórum Global contra o Racismo e a Discriminação tem consolidado essa perspectiva ampliada. Segundo dados apresentados pela UNESCO em 2024, a raça continua sendo o principal fator de discriminação relatado mundialmente, correspondendo a aproximadamente 38% dos casos registrados, seguida pela discriminação baseada em sexo e gênero (33%) e etnia (20%). Esses resultados demonstram que os desafios enfrentados pelas Declarações sobre Raça de 1950 e 1951 permanecem atuais, embora assumam formas mais complexas e interconectadas.

Observa-se, portanto, uma trajetória histórica contínua: das reflexões científicas produzidas pela UNESCO no início dos anos 1950 emergiu uma ampla arquitetura internacional de proteção dos direitos humanos. Essa estrutura normativa engloba hoje o combate ao racismo, à discriminação racial, à discriminação de gênero, à intolerância religiosa, à exclusão das pessoas com deficiência, à discriminação de crianças e minorias e às formas contemporâneas de preconceito presentes nos ambientes digitais. Em conjunto, esses instrumentos representam importantes realizações institucionais da comunidade internacional na defesa da dignidade humana e da igualdade de direitos.

O Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil

Entre as iniciativas mais importantes decorrentes das declarações está o Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil. A escolha do país refletia a percepção internacional de

que o Brasil representava um exemplo singular de convivência entre diferentes grupos raciais, imagem fortemente associada às interpretações de Gilberto Freyre.

Figura 1 — Caricatura do cartunista francês Plantu, de 1984.



Fonte: Biblioteca Nacional da França.

A UNESCO financiou pesquisas conduzidas por importantes cientistas sociais como Florestan Fernandes, Roger Bastide, Luiz Costa Pinto, Thales de Azevedo, René Ribeiro e Charles Wagley. Os estudos foram realizados em Salvador, Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e diversas comunidades rurais. Os resultados demonstraram que a ausência de segregação legal não significava ausência de racismo. As pesquisas revelaram mecanismos persistentes de discriminação racial, desigualdade de oportunidades e barreiras à mobilidade social da população negra. Os trabalhos de Bastide e Fernandes tornaram-se referências fundamentais para a sociologia brasileira e contribuíram para desconstruir o mito da democracia racial absoluta.

História Geral da Humanidade e a descolonização do conhecimento

A série História Geral da Humanidade buscou corrigir visões eurocêntricas predominantes na historiografia mundial. A iniciativa mobilizou mais de 1.800 especialistas e resultou em coleções como a História Geral da África, a História Geral da América Latina, a História das Civilizações da Ásia Central e a História Geral do Caribe.

Esses projetos permitiram que povos anteriormente representados apenas pela perspectiva dos colonizadores participassem da escrita de suas próprias histórias. Entre os exemplos mais emblemáticos destaca-se a História Geral da África, que demonstrou a complexidade das civilizações africanas muito antes da expansão colonial europeia.

A Rota do Escravo: memória, reparação e justiça histórica

No campo da memória histórica e do combate ao racismo destaca-se o Projeto Rota dos Escravos, renomeado posteriormente para Rota das Pessoas Escravizadas — Resistência, Liberdade e Patrimônio (Routes of Enslaved Peoples — Resistance, Liberty and Heritage), lançado oficialmente em 1994 na cidade de Ouidah, no Benim, um dos principais portos de embarque de africanos escravizados durante o tráfico transatlântico. O projeto surgiu em um contexto de crescente reconhecimento internacional de que a escravidão não poderia permanecer como um capítulo marginal da história mundial, mas deveria ser compreendida como um fenômeno estruturante da modernidade, da formação das sociedades contemporâneas e das desigualdades raciais persistentes.

A criação do programa refletiu uma preocupação central da UNESCO: a existência do que a organização denominou de “muro do silêncio” em torno da escravidão. Durante muito tempo, os currículos escolares, os museus e mesmo grande parte da historiografia internacional dedicaram atenção limitada às experiências das populações africanas escravizadas, enfatizando

frequentemente as perspectivas dos traficantes, dos Estados coloniais ou dos processos econômicos. O projeto foi concebido justamente para romper esse silêncio, recuperar a memória das vítimas e valorizar as formas de resistência construídas pelas populações escravizadas.

As pesquisas desenvolvidas pela UNESCO demonstraram que o tráfico de pessoas escravizadas constituiu um dos maiores deslocamentos forçados da história humana. Estima-se que, entre os séculos XV e XIX, mais de 12 milhões de africanos tenham sido transportados para as Américas, sem considerar aqueles que morreram durante as capturas, as marchas para os portos ou a travessia atlântica, conhecida como *Middle Passage*. Esse movimento populacional transformou profundamente não apenas a África, mas também a Europa, o Caribe, a América Latina e a América do Norte.

O projeto contribuiu para deslocar a interpretação tradicional da escravidão, antes frequentemente analisada apenas como sistema econômico. A UNESCO passou a enfatizar seus impactos humanos, culturais e civilizatórios, destacando que a escravidão esteve associada à construção de ideologias raciais destinadas a justificar a exploração de determinados grupos humanos. Nesse sentido, o racismo moderno não é compreendido como consequência natural de diferenças humanas, mas como uma construção histórica vinculada à expansão colonial, ao tráfico de escravos e às necessidades econômicas dos impérios europeus.

Uma das contribuições da iniciativa foi o estímulo a novas pesquisas históricas sobre as formas de resistência protagonizadas pelos africanos escravizados. A UNESCO procurou demonstrar que esses indivíduos não foram apenas vítimas passivas da violência colonial, mas sujeitos históricos capazes de organizar revoltas, preservar tradições culturais, construir redes de solidariedade e desenvolver estratégias permanentes de sobrevivência e emancipação. Exemplos emblemáticos incluem a Revolução Haitiana (1791-1804), primeira revolução de pessoas escravizadas vitoriosa da história moderna, os quilombos brasileiros — especialmente Palmares — e as diversas formas de resistência cotidiana registradas em plantações, minas e centros urbanos das Américas.

Outro eixo fundamental do programa envolve a valorização das contribuições africanas para a formação das sociedades contemporâneas. Ao longo de suas pesquisas, a UNESCO demonstrou que a diáspora africana contribuiu decisivamente para a formação de línguas, religiões, expressões artísticas, sistemas culinários, práticas agrícolas e formas musicais presentes em diversos países. No Brasil, por exemplo, manifestações como o samba, o jongo, o maracatu, o candomblé, a capoeira e inúmeras tradições culinárias revelam a profundidade dessa herança cultural. A abordagem da UNESCO procura deslocar o olhar da narrativa da escravidão exclusivamente para o sofrimento, incorporando também as contribuições intelectuais, sociais e culturais produzidas pelos povos africanos e afrodescendentes.

O Projeto Rota das Pessoas Escravizadas também se tornou referência internacional para a identificação, preservação e valorização de sítios de memória. A UNESCO desenvolveu inventários e programas de proteção envolvendo fortalezas costeiras na África Ocidental, antigos mercados de escravos, portos de embarque, rotas marítimas, locais de desembarque nas Américas, quilombos, cemitérios históricos e espaços de resistência cultural. Esses sítios passaram a ser interpretados não apenas como patrimônios nacionais, mas como patrimônios da humanidade, por representarem uma experiência histórica compartilhada por diversos povos.

Além da preservação material, o programa investiu intensamente na salvaguarda do patrimônio imaterial relacionado à diáspora africana. Isso incluiu a documentação de tradições orais, memórias comunitárias, práticas religiosas, músicas, danças e conhecimentos transmitidos entre gerações. A iniciativa reconhece que a memória da escravidão não está preservada apenas em documentos escritos ou monumentos, mas também em narrativas, celebrações, rituais e expressões culturais vivas que continuam estruturando identidades coletivas em diferentes partes do mundo.

O impacto político do projeto tornou-se particularmente visível durante a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e as Formas Correlatas de Intolerância, realizada em Durban, África do Sul, em 2001. As discussões desenvolvidas ao longo da década anterior pelo Projeto Rota das Pessoas Escravizadas contribuíram para que a conferência reconhecesse formalmente a escravidão e o tráfico transatlântico de africanos escravizados como *crimes contra a humanidade*. Essa formulação representou um marco jurídico e simbólico de enorme relevância, ao estabelecer que os impactos da escravidão não pertencem exclusivamente ao passado, mas continuam influenciando desigualdades sociais, econômicas e raciais observadas na contemporaneidade.

Mais recentemente, o projeto passou a dialogar com os debates internacionais sobre justiça reparatória. Embora a UNESCO não assuma posição normativa específica sobre modelos de reparação financeira, suas pesquisas têm contribuído para fundamentar discussões sobre reconhecimento histórico, reparação simbólica, revisão curricular, memorialização, preservação patrimonial e políticas públicas destinadas ao enfrentamento das consequências de longo prazo da escravidão. Essa perspectiva vem tendo relevância durante a Segunda Década Internacional de Pessoas Afrodescendentes (2025-2034) e nos Fóruns Globais contra o Racismo e a Discriminação promovidos pela UNESCO.

Sob uma perspectiva mais ampla, o Projeto Rota das Pessoas Escravizadas representa uma iniciativa internacional muito importante de articulação entre história, memória, direitos humanos e combate ao racismo que consiste em demonstrar que a compreensão das desigualdades contemporâneas exige o enfrentamento crítico do passado. Ao recuperar trajetórias silenciadas, reconhecer formas de resistência e valorizar as contribuições das populações africanas e afrodescendentes para a civilização mundial, a Organização busca transformar a memória histórica em instrumento de justiça, cidadania e promoção da dignidade humana.

Rotas da Seda: diversidade, intercâmbio e diálogo intercultural

Entre as iniciativas da UNESCO voltadas à valorização da diversidade cultural e à promoção do diálogo entre civilizações, o Programa Rotas da Seda ocupa um lugar de destaque. Lançado oficialmente em 1988, o programa foi concebido com o objetivo de estudar e divulgar a história das extensas redes de circulação de pessoas, mercadorias, conhecimentos e valores culturais que, ao longo de mais de quinze séculos, conectaram diferentes regiões da Ásia, África e Europa. Ao recuperar essa experiência histórica, a UNESCO procura demonstrar que a interação cultural, e não o isolamento, constitui uma das principais forças motoras do desenvolvimento das sociedades humanas.

A expressão “Rotas da Seda” foi criada no século XIX pelo geógrafo alemão Ferdinand von Richthofen para descrever as antigas rotas comerciais que ligavam a China ao Mediterrâneo. Contudo, pesquisas posteriores demonstraram que essas redes eram muito mais complexas do

que simples caminhos para o comércio da seda. Na realidade, tratava-se de um vasto sistema de rotas terrestres e marítimas que conectava cidades, portos e civilizações ao longo de milhares de quilômetros, abrangendo territórios que hoje correspondem à China, Mongólia, Índia, Paquistão, Irã, Uzbequistão, Turquia, Egito, Etiópia, Grécia, Itália e diversas outras regiões.

Durante séculos, essas rotas permitiram a circulação de mercadorias de alto valor econômico, como seda, especiarias, porcelanas, pedras preciosas, metais preciosos e tecidos. Entretanto, sua maior importância histórica não reside apenas nas trocas comerciais. As Rotas da Seda foram também corredores de circulação de conhecimentos científicos, tecnologias, religiões, idiomas, práticas artísticas e ideias filosóficas que contribuíram para moldar a história global.

Entre os exemplos mais significativos desses intercâmbios encontra-se a difusão do papel. Inventado na China durante a dinastia Han, o papel alcançou a Ásia Central e, posteriormente, o mundo islâmico, chegando à Europa medieval por meio dos contatos estabelecidos ao longo dessas rotas. A disseminação dessa tecnologia transformou profundamente os sistemas de administração, educação e produção do conhecimento, contribuindo para o desenvolvimento de bibliotecas, universidades e centros de pesquisa em diversas regiões.

Outro exemplo frequentemente destacado pela UNESCO refere-se à circulação de conhecimentos científicos e matemáticos. O sistema numérico indo-arábico, atualmente utilizado em praticamente todo o mundo, difundiu-se através das redes comerciais e intelectuais conectadas às Rotas da Seda. Da mesma forma, avanços em astronomia, medicina, cartografia e engenharia foram transmitidos entre sociedades asiáticas, árabes, africanas e europeias, contribuindo para a construção de um patrimônio científico compartilhado.

As rotas também desempenharam papel central na expansão de religiões e sistemas filosóficos. O budismo difundiu-se da Índia para a China, Coreia e Japão por intermédio de comerciantes, peregrinos e missionários. O islamismo espalhou-se por amplas áreas da Ásia Central e do Oceano Índico. O cristianismo oriental alcançou regiões asiáticas por meio de comunidades mercantis e missionárias. Em diversos locais, esses contatos resultaram em experiências de convivência religiosa e intercâmbio intelectual que influenciaram profundamente a formação cultural das sociedades envolvidas.

A UNESCO destaca que esses processos históricos desafiam visões simplificadas da história baseadas em narrativas de isolamento civilizacional ou em teorias que enfatizam exclusivamente o conflito entre culturas. Pelo contrário, a experiência das Rotas da Seda evidencia que as civilizações sempre estiveram conectadas e que grande parte das inovações humanas resultou de contatos, adaptações e trocas entre diferentes povos.

Um dos aspectos centrais do Programa consiste justamente em combater interpretações eurocêntricas ou nacionalistas da história. Durante muito tempo, a historiografia privilegiou narrativas centradas em Estados nacionais ou em determinadas regiões do mundo. A abordagem proposta pela UNESCO procura enfatizar os processos de interação e as contribuições mútuas entre sociedades, demonstrando que avanços científicos, tecnológicos e culturais frequentemente emergiram de redes transcontinentais de cooperação e intercâmbio.

A plataforma digital *Silk Roads Online Platform* reúne informações históricas, mapas interativos, acervos documentais, materiais didáticos e estudos especializados sobre diferentes

aspectos das rotas, buscando dar acesso ao conhecimento e estimular a cooperação entre pesquisadores, professores e estudantes de diferentes países.

O programa também dedica atenção especial ao patrimônio cultural associado às Rotas da Seda. Monumentos, cidades históricas, sítios arqueológicos, tradições artísticas e manifestações culturais vinculadas a essas redes passaram a receber maior reconhecimento internacional. Diversos desses locais foram posteriormente inscritos na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, reforçando sua importância para a memória coletiva da humanidade.

Nas últimas décadas, a UNESCO passou a relacionar a experiência histórica das Rotas da Seda aos desafios contemporâneos da globalização. Em um contexto marcado por conflitos identitários, xenofobia, intolerância religiosa e tensões geopolíticas, a Organização considera que a memória desses intercâmbios históricos oferece importantes lições para a promoção da convivência pacífica. Nesse sentido, as Rotas da Seda são apresentadas não apenas como objeto de estudo histórico, mas como uma metáfora da interdependência humana e da possibilidade de construção de sociedades baseadas no diálogo, na cooperação e no respeito à diversidade cultural.

A iniciativa também dialoga diretamente com os princípios das Declarações sobre Raça de 1950 e 1951. Enquanto aquelas declarações demonstravam cientificamente a inexistência de hierarquias raciais, o Programa Rotas da Seda evidencia historicamente que o desenvolvimento das civilizações resultou do intercâmbio permanente entre povos distintos. Ambas as iniciativas convergem para um mesmo princípio: a diversidade humana não constitui uma ameaça à civilização, mas uma de suas principais fontes de riqueza, criatividade e inovação.

Sob essa perspectiva, as Rotas da Seda representam um exemplo muito significativo da da UNESCO de utilizar a história como instrumento de educação para a paz. Ao revelar a profundidade das conexões que uniram continentes, religiões e culturas ao longo dos séculos, o programa contribui para a construção de uma narrativa histórica baseada na cooperação entre povos e no reconhecimento de um patrimônio cultural verdadeiramente compartilhado pela humanidade.

Racismo e discriminação no século XXI

A agenda contemporânea da UNESCO ampliou significativamente sua compreensão da discriminação. Atualmente, a Organização enfatiza a existência de formas estruturais de racismo presentes em instituições, mercados de trabalho, sistemas educacionais, ambientes digitais e políticas públicas.

Para enfrentar esses desafios, a UNESCO criou o *Global Forum against Racism and Discrimination*, realizado anualmente desde 2021. O fórum reúne governos, pesquisadores, organizações da sociedade civil e movimentos sociais para formular estratégias globais de combate à discriminação, constituindo um espaço para discutir questões relevantes, compartilhar melhores práticas e impulsionar o movimento global contra o racismo por meio de ações concretas.

Organizado por um país diferente a cada ano, o Fórum tem sido reconhecido mundialmente como um momento crucial para a ação, contando com a participação de figuras de destaque como Wole Soyinka, Nile Rodgers, Ibram X. Kendi, Nikole Hannah-Jones, Kailash Satyarthi, Martin Luther King III, Forest Whitaker, Xueli Abbing, Valentina Sampaio e muitos outros.

Dados do relatório *Global Outlook on Racism and Discrimination*, apresentado pela UNESCO em 2024, indicam que a raça constitui a base de aproximadamente 38% dos casos de discriminação registrados globalmente, seguida por discriminações relacionadas a sexo e gênero (33%) e etnia (20%).

A quinta edição do Fórum Global, prevista para Haia em outubro de 2026, terá como eixo central os temas reconhecimento, justiça e desenvolvimento, com especial atenção à Segunda Década Internacional de Pessoas Afrodescendentes (2025-2034).

Desde seu lançamento em Paris, em 2021, o Fórum tornou-se uma plataforma voltada para resultados. Entre suas principais conquistas está a criação da Rede de Autoridades de Combate ao Racismo e à Discriminação, que reúne formuladores de políticas de alto escalão de todas as regiões para trocar estratégias e coordenar respostas. O Fórum também apoiou a criação da Aliança Global da UNESCO contra o Racismo e as Discriminações, um espaço colaborativo que une governos, sociedade civil, academia, mídia e comunidades para compartilhar conhecimento e moldar políticas.

O evento principal de 2026 dará ênfase renovada à valorização do trabalho da sociedade civil e das comunidades de base, reconhecendo-as como atores essenciais para impulsionar mudanças significativas na prática.

As discussões também destacarão o papel fundamental da pesquisa e dos dados na promoção da igualdade. O fortalecimento da coleta, análise e uso ético de dados desagregados será destacado como uma alavanca essencial para o desenvolvimento de políticas públicas eficazes. Além disso, o Fórum participará do crescente debate global sobre justiça reparatória. Isso inclui abordar os impactos duradouros das injustiças históricas, incluindo o legado da escravidão, e explorar abordagens políticas que promovam o reconhecimento e a transformação sistêmica.

Realizado no âmbito da segunda Década Internacional das Pessoas de Ascendência Africana (2025-2034), o Fórum dará grande ênfase à promoção da justiça racial para as pessoas de ascendência africana.

> *A realização do Fórum Global é um passo importante. Especialmente agora que o racismo e a discriminação estão aumentando em todo o mundo, a cooperação internacional não é um luxo, mas uma necessidade. Este Fórum reúne países, conhecimento e práticas e nos impele a passar das políticas para ações concretas*
>
> **Rabin Baldewsingh** — Coordenador Nacional contra a Discriminação e o Racismo (Reino dos Países Baixos)

Realizado anteriormente em Paris em 2021, seguido pela Cidade do México em 2022, São Paulo em 2023 e Barcelona em 2024, o Fórum evoluiu para se tornar um momento de ação reconhecido globalmente, reunindo vozes como Kailash Satyarthi, Martin Luther King III, Forest Whitaker, Xueli Abbing e Valentina Sampaio, entre muitas outras, para moldar e elevar o debate global.

> *É muito importante darmos às pessoas espaço para se manifestarem contra quaisquer formas de racismo e discriminação, porque, mesmo que você não saiba, ainda assim pode ser a pessoa que está excluindo outra. E este forum deve nos ajudar a unir as pessoas e compartilhar essas experiências.*

> **Xueli Abbing** — Embaixadora da Boa Vontade da UNESCO para a luta contra o racismo e a discriminação

A importância do Fórum Global reside não apenas em reunir os atores envolvidos, mas em moldar a forma como o racismo é compreendido, medido e combatido em uma era de crescente complexidade social e tecnológica.

Considerações finais

Em continuidade ao Informe 11-26 UNESCO, este aprofundamento permitiu evidenciar que as diferentes iniciativas analisadas — das Declarações sobre Raça de 1950 e 1951 às convenções internacionais de combate à discriminação, passando pelo Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil, pela História Geral da Humanidade, pela Rota das Pessoas Escravizadas, pelas Rotas da Seda e pelos atuais Fóruns Globais contra o Racismo e a Discriminação — não constituem ações isoladas. Trata-se, na realidade, de componentes de uma continuidade de ações da UNESCO desde o pós-guerra para enfrentar as múltiplas formas de intolerância que afrontam a dignidade humana.

As Declarações sobre Raça representaram um marco fundamental ao desafiar a legitimidade científica das teorias racialistas que haviam sustentado políticas de segregação, colonialismo, eugenia e genocídio. Embora tenham suscitado debates e críticas metodológicas por parte de geneticistas, antropólogos físicos e outros especialistas, o consenso construído ao longo das revisões promovidas pela própria UNESCO reforçou uma conclusão decisiva: nenhuma evidência científica justifica hierarquias raciais ou desigualdades de direitos entre seres humanos. A partir desse consenso, a luta contra o racismo deixou de ser apenas uma questão moral para tornar-se também um compromisso científico e político internacional.

As convenções internacionais posteriores transformaram esses princípios em compromissos jurídicos concretos. A Convenção da UNESCO contra a Discriminação no Campo do Ensino (1960), a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965), a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (1979), a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), entre outras, consolidaram uma arquitetura normativa internacional voltada à proteção da igualdade e ao enfrentamento das discriminações estruturais. Essas iniciativas demonstram a ampliação progressiva do conceito de direitos humanos, incorporando dimensões relacionadas à raça, gênero, etnia, religião, deficiência, origem social e diversidade cultural.

O Programa UNESCO sobre Relações Raciais no Brasil exemplifica de maneira particularmente significativa a articulação entre produção científica e transformação social. Ao investigar empiricamente as relações raciais brasileiras, os pesquisadores vinculados ao programa contribuíram para revisar interpretações idealizadas sobre a democracia racial e abriram novos caminhos para os estudos das desigualdades raciais, do preconceito e da exclusão social. A experiência brasileira demonstrou que o combate ao racismo exige não apenas a condenação formal da discriminação, mas também a compreensão de seus mecanismos históricos e estruturais.

Da mesma forma, a História Geral da Humanidade e suas coleções temáticas promoveram uma revisão profunda das narrativas históricas tradicionais ao reconhecer a contribuição de povos frequentemente marginalizados pela historiografia eurocêntrica. A

valorização das histórias africanas, latino-americanas, caribenhas, asiáticas e islâmicas permitiu ampliar a compreensão da diversidade das experiências humanas e reafirmar o caráter plural da construção civilizatória.

O Projeto Rota das Pessoas Escravizadas acrescentou uma dimensão essencial a esse esforço ao demonstrar que enfrentar o racismo contemporâneo exige também confrontar criticamente os legados da escravidão e do colonialismo. Ao recuperar memórias silenciadas, documentar formas de resistência e valorizar as contribuições dos povos africanos e afrodescendentes para a formação das sociedades modernas, a UNESCO contribuiu para transformar a memória histórica em instrumento de justiça, reconhecimento e cidadania.

Nesse conjunto de iniciativas, o Programa Rotas da Seda ocupa posição particularmente emblemática. Ao evidenciar os intensos intercâmbios que conectaram continentes, religiões, línguas, conhecimentos científicos e expressões culturais durante séculos, o programa demonstra que a história não pode ser compreendida por meio de narrativas de isolamento ou de superioridade civilizacional. Ao contrário, o desenvolvimento humano é fruto de encontros, trocas, adaptações e influências mútuas. As Rotas da Seda revelam que nenhuma civilização se desenvolveu sozinha e que grande parte das realizações científicas, técnicas, artísticas e intelectuais da humanidade emergiu de processos contínuos de interação entre povos distintos.

Essa perspectiva permite compreender o fio condutor que une todas as iniciativas discutidas neste informe. Seja ao combater o racismo pseudocientífico, preservar a memória da escravidão, documentar histórias plurais ou promover o diálogo intercultural, a UNESCO utiliza o conhecimento histórico como ferramenta de educação para a paz. A história deixa de ser apenas um registro do passado para transformar-se em instrumento pedagógico capaz de questionar preconceitos, promover o reconhecimento mútuo e fortalecer valores democráticos. Ao revelar a profundidade das conexões que uniram continentes, religiões e culturas ao longo dos séculos, essas iniciativas contribuem para a construção de uma narrativa histórica baseada na cooperação entre povos e no reconhecimento de um patrimônio cultural verdadeiramente compartilhado pela humanidade.

Em um cenário contemporâneo marcado pela persistência das desigualdades raciais, pela disseminação de discursos de ódio, pela intolerância religiosa, pela discriminação de gênero e pelas novas formas de exclusão produzidas em ambientes digitais, o legado da UNESCO permanece extraordinariamente atual. As experiências analisadas demonstram que a defesa da dignidade humana depende da articulação entre ciência, educação, cultura, memória e políticas públicas. Mais do que combater preconceitos específicos, trata-se de promover uma cultura global de respeito à diversidade, baseada na convicção de que a riqueza da humanidade está precisamente em sua pluralidade.

Referências

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância**. Washington, D.C.: OEA, 2013.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). **Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância**. Washington, D.C.: OEA, 2013.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. **O programa UNESCO sobre as relações raciais no Brasil**. Paris: Bibliothèque Nationale de France, 2022. Disponível em: https://heritage.bnf.fr/france-bresil/pt-br/o-programa-unesco-sobre-relacoes-raciais-no-brasil. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of Persons with Disabilities**. New York: United Nations, 2006.

UNITED NATIONS. **Convention on the Rights of the Child**. New York: United Nations, 1989.

UNITED NATIONS. **Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women (CEDAW)**. New York: United Nations, 1979.

UNITED NATIONS. **International Convention on the Elimination of All Forms of Racial Discrimination (CERD)**. New York: United Nations, 1965.

UNESCO. **The Race Question**. Paris: UNESCO, 1950. Disponível em: https://www.honestthinking.org/en/unesco/UNESCO.1950.Statement_on_Race.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **Statement on the Nature of Race and Race Differences**. Paris: UNESCO, 1951. Disponível em: https://www.honestthinking.org/en/unesco/UNESCO.1951.Statement_on_Race.htm. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **The Race Concept: Results of an Inquiry**. Paris: UNESCO, 1952. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000073351. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **Convention against Discrimination in Education**. Paris: UNESCO, 1960. Disponível em: https://www.unesco.org/en/legal-affairs/convention-against-discrimination-education. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **Convention against Discrimination in Education: Key Facts**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: https://www.unesco.org/en/right-education/convention-against-discrimination. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **Promoting Tolerance, Human Dignity and Fundamental Human Rights**. Paris: UNESCO, 2026.

UNESCO. **Global Forum against Racism and Discrimination**. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/forum-against-racism-discrimination. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **UNESCO Announces the 5th Global Forum against Racism and Discrimination to be Held in The Hague**. Paris: UNESCO, 2026. Disponível em: https://www.unesco.org/en/articles/unesco-announces-5th-global-forum-against-racism-and-discrimination-be-held-hague. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **UNESCO Network of Anti-Racism and Anti-Discrimination Officials**. Paris: UNESCO, 2024. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000388988. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNESCO. **Silk Roads Programme: Thematic Collection**. Paris: UNESCO. Disponível em: https://www.unesco.org/en/silkroads/thematic-collection. Acesso em: 18 jul. 2026.

UNITED NATIONS. **Declaration on the Elimination of All Forms of Intolerance and of Discrimination Based on Religion or Belief**. New York: United Nations, 1981.

UNITED NATIONS. **Beijing Declaration and Platform for Action**. Beijing: Fourth World Conference on Women, 1995.

WIKIPEDIA. **Slave Route Project**. Wikimedia Foundation. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Slave_Route_Project. Acesso em: 18 jul. 2026.

WIKIPEDIA. **Silk Road**. Wikimedia Foundation. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Silk_Road. Acesso em: 18 jul. 2026.

O status das metas para 2030 em relação à fome e à pobreza e os novos riscos como o El Niño 2026-27

El estado de los objetivos para 2030 en materia de hambre y pobreza, y los nuevos riesgos, como el fenómeno de El Niño de 2026-27

The status of the 2030 goals regarding hunger and poverty, and new risks such as El Niño 2026–27

Eduardo Nilson, Erin William, Aliena Grainger e Denise Oliveira

Resumo: Nesse informe, discutimos as perspectivas globais e regionais para o alcance das metas para 2030 em relação à fome e à pobreza, explorando como os choques externos e os choques políticos e militares têm afetado a segurança alimentar e nutricional global. Dentre os choques externos, damos destaque particular para as potenciais consequências do El Niño entre 2026 e 2027, que pode agravar fenômenos climáticos extremos e causar impactos sobre a produção e acesso a alimentos em nível global, particularmente em populações em situação de vulnerabilidade.

Resumen: *En este informe, analizamos las perspectivas globales y regionales para alcanzar los objetivos de 2030 en materia de hambre y pobreza, y exploramos cómo las crisis externas y los choques políticos y militares han afectado la seguridad alimentaria y nutricional a nivel mundial. Entre las crisis externas, destacamos especialmente las posibles consecuencias de El Niño entre 2026 y 2027, que podría agravar los fenómenos climáticos extremos y afectar la producción y el acceso a los alimentos a nivel mundial, especialmente entre las poblaciones en situación de vulnerabilidad.*

Abstract: *In this report, we discuss the global and regional outlooks for achieving the 2030 goals related to hunger and poverty, exploring how external shocks and political and military shocks have affected global food and nutritional security. Among external shocks, we place particular emphasis on the potential consequences of El Niño between 2026 and 2027, which could exacerbate extreme weather events and impact food production and access globally, particularly among vulnerable populations.*

Introdução

Desde sua adoção em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) representaram um compromisso universal sem precedentes para remediar os desafios sociais e ambientais que tornam nosso mundo atual desigual e insustentável. No entanto, mesmo se aproximando de 2030, o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas de 2026 afirmou que 49% das metas delineadas estão atrasadas em relação ao ritmo previsto, e 15% estão em regressão (United Nations, 2026). Ao diagnosticarmos o futuro dos sistemas alimentares, é evidente que o progresso rumo à erradicação da pobreza (ODS 1), e os objetivos relacionados de fome zero (ODS 2) e boa saúde e bem-estar (ODS 3), se fragilizou. Em

particular, choques recentes ao sistema global na última década, como a pandemia de COVID-19, conflitos geopolíticos em escalada e desastres relacionados ao clima cada vez mais frequentes, romperam coletivamente as vias usuais de produção de alimentos e desestabilizaram as cadeias de suprimento globais, consequentemente elevando o preço dos alimentos e ameaçando os sistemas alimentares, especialmente para países dependentes de importação.

Embora essas crises globais tenham desacelerado o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável de forma geral, considerá-las indiscriminadamente obscurece uma realidade importante: nem todos os choques surgem da mesma forma, nem exigem as mesmas respostas de políticas públicas. Identificar essa distinção é crucial, não apenas para compreender a desaceleração do progresso desacelerado rumo aos ODS, mas, mais essencialmente, para expor transgressões negligenciadas do acordo dos ODS e, consequentemente, elaborar iniciativas mais intencionais que promovam a resiliência dos sistemas alimentares em antecipação a choques futuros.

Diante dessa situação, este relatório distingue entre duas categorias de choques globais que afetam o progresso rumo aos ODS. A primeira consiste em choques externos, como pandemias e eventos climáticos, que são fenômenos frequentemente inevitáveis que impactam diretamente múltiplos e eventualmente todos os países. A segunda categoria abrange choques políticos, incluindo conflitos geopolíticos, que surgem de decisões específicas de governança por um ou poucos atores e que criam um efeito cascata na economia global. Esses choques exigem uma reavaliação do sistema e respostas políticas fundamentalmente diferentes. Com foco final nos esforços para mitigar os efeitos do evento El Niño de 2026-2027 que se aproxima, este relatório afirma que alcançar sistemas alimentares resilientes em alinhamento com os ODS requer coordenar efetivamente as respostas aos choques externos inevitáveis, ao mesmo tempo em que se abordam as estruturas políticas subjacentes que continuamente deixam alguns países desproporcionalmente vulneráveis.

Enfrentando Disrupções Inevitáveis: Choques Externos ao Sistema Alimentar Global

A primeira categoria de choques globais classifica eventos que surgem fora do controle direto dos governos, mas que têm a capacidade de romper o progresso rumo aos ODS em escala global e, ao mesmo tempo, agravar as diferenças entre as regiões do mundo. Atingindo justamente quando começava a Década de Ação sobre a Nutrição, a recente pandemia de COVID-19 foi um desses eventos inevitáveis que afetou todo o globo, rompendo universalmente o desenvolvimento sustentável à medida que o mundo interrompeu a vida cotidiana em resposta à crise. Conforme o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável de 2020, embora o progresso rumo ao fim da pobreza (ODS 1), à conquista da segurança alimentar (ODS 2) e ao aumento do bem-estar (ODS 3) já estivesse atrasado, a pandemia reverteu anos de progresso existente e criou novos desafios que tiveram efeitos desproporcionais sobre populações já vulneráveis (United Nations, 2020).

Medidas preventivas de saúde pública para reduzir a propagação do vírus desencadearam uma série de efeitos que impactaram cada elo da cadeia de suprimentos, tanto local quanto internacionalmente. Diminuições súbitas de mão de obra reduziram a capacidade de plantas agrícolas, empresas de processamento e vias de transporte estabelecidas. Simultaneamente, a demanda por alimentos mudou drasticamente à medida que as pessoas seguiam as recomendações de distanciamento social, causando, em última instância, mudanças

no sistema alimentar que variaram de escassez generalizada em supermercados a fechamentos de restaurantes. Fechamentos de fronteiras e restrições às exportações alteraram o comércio confiável entre fronteiras internacionais, causando um imperativo sem precedentes e imediato de produzir domesticamente bens antes importados. Embora os sistemas alimentares tenham, em última instância, se adaptado, o preço dos alimentos permaneceu volátil, alterando o acesso econômico à comida, particularmente para grupos sociais e regiões que já enfrentavam acesso fragilizado a alimentos.

A insegurança alimentar e nutricional durante e após a COVID-19 foi agravada pelos impactos duplos da redução da disponibilidade de alimentos e do acesso econômico dificultado, associados à desaceleração econômica global. Conforme empresas fechavam e o desemprego atingia novos patamares, as perdas de renda concomitantes com o aumento de preços impactaram diretamente os esforços contínuos para os ODS 1 e 2. Em 2021, a COVID-19 foi associada ao primeiro aumento da pobreza extrema em uma geração e a um adicional de 70 a 161 milhões de pessoas que provavelmente experimentaram fome (United Nations, 2021). Esses efeitos sobre pobreza e fome resultaram em impactos drásticos sobre saúde e bem-estar (ODS 2) além do efeito imunológico do vírus em si. Segundo o relatório Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo (SOFI) da FAO de 2022, por exemplo, o custo de uma dieta saudável globalmente aumentou 3,3% de 2019 a 2020, resultando em um aumento de 112 milhões de pessoas incapazes de custear alimentação nutritiva (Food and Agriculture Organization, 2022). A tripla carga da má nutrição afetou populações globalmente; a falta de acesso a alimentos causou um aumento na emaciação, enquanto pressões econômicas induziram mudanças de alimentos frescos e nutritivos para alimentos ultraprocessados mais baratos, correspondendo a aumentos em indivíduos com sobrepeso, e uma consequente diminuição da diversidade alimentar resultou em deficiências de micronutrientes. Dessas formas, os efeitos da crise da COVID-19 sobre os sistemas alimentares culminaram na regressão do desenvolvimento sustentável em todo o mundo.

No entanto, a magnitude e a temporalidade desses efeitos não foram experimentadas igualmente em todo o globo. A pandemia de COVID-19 expôs e amplificou desigualdades estruturais existentes que determinaram a capacidade dos países de responder a choques externos. Entre os mais significativos desses determinantes estava a dívida soberana. Desde muito antes da pandemia, países de renda baixa e média (LMICs, na sigla em inglês) enfrentaram *trade-offs* entre pagar a dívida internacional pendente e investir em sistemas de saúde, agricultura e proteção social. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) relatou em 2023 que países de baixa renda gastam cerca de 2,3 vezes mais com pagamentos de juros do que com assistência social (The United Nations Development Programme, 2023). Isso resultou em LMICs sem infraestrutura com calibre de resiliência comparável a outras nações e, portanto, mais vulneráveis aos impactos sanitários e econômicos generalizados da pandemia. Além disso, ao serem obrigados a abrir seus mercados por meio dos programas de ajuste estrutural do final do século XX, muitos países do Sul Global tornaram-se dependentes de importações de alimentos e insumos agrícolas relacionados, como fertilizantes. Assim, esses países não apenas foram incapazes de fornecer assistência nutricional, apoiar produtores agrícolas e proteger famílias de baixa renda como parte de sua posição histórica global, mas também foram os mais atingidos pelos aumentos voláteis de preços durante esse período. No conjunto, essas condições estruturais significaram que a COVID-19 afetou desproporcionalmente o progresso rumo aos ODS 1, 2 e 3 em países que já eram economicamente vulneráveis.

Vale destacar, por fim, que a recuperação econômica e social pós pandemia, incluindo a segurança alimentar e nutricional, tem sido desigual no mundo e mesmo dentro dos países e regiões. Enquanto regiões como a Europa e América do Norte tiveram menor impacto comparado a outras regiões do mundo, a recuperação foi mais acelerada em regiões como a América Latina, mas regiões como a África ainda não conseguiram se recuperar de seus efeitos e continuam a ter um aumento da fome e da desnutrição.

Este estudo de caso da COVID-19 revela uma característica importante dos choques externos: embora sejam inevitáveis, a gravidade de suas consequências não é nem predeterminada nem inevitável. A questão de política pública relevante que emerge é como as sociedades podem se preparar e resistir a essas crises mantendo seu progresso rumo ao desenvolvimento sustentável. De muitas formas, o caso da COVID-19 mostrou como choques externos, dada a natureza pela qual transcendem fronteiras, são oportunidades únicas para colaboração internacional que pode construir resiliência e promover progresso de longo prazo rumo aos ODS. Durante toda a pandemia, governos, organizações internacionais e pesquisadores colaboraram em escala sem precedentes por meio de compartilhamento de dados, desenvolvimento de vacinas, assistência humanitária e vigilância viral (WHO, 2022). Além disso, organizações como FAO, OMS, PMA e OMC trabalharam ativamente para estabilizar os sistemas alimentares de forma multilateral, desencorajando restrições à exportação e fortalecendo a transparência de mercado (FAO, WHO & WTO, 2020). Além de compreender as formas pelas quais essas crises pressionam o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável, choques externos também podem servir como catalisadores para o fortalecimento de uma governança multilateral antecipatória e responsiva, que assegure sistemas alimentares mais resilientes antes do próximo choque inevitável.

Confrontando Disrupções Políticas: Choques Políticos ao Sistema Alimentar Global

A segunda categoria de choques globais, choques políticos, são aqueles que surgem de decisões específicas de governos nacionais, como conflitos militares e guerras comerciais. Essa categoria de choque representa uma contradição flagrante com o próprio compromisso dos ODS; enquanto choques externos são inevitáveis, choques políticos são decisões deliberadas que, em última instância, afetam o progresso global rumo ao desenvolvimento sustentável. Ao se engajarem em ação unilateral agressiva, países que desenvolveram e adotaram a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável causam ativamente retrocessos de anos nesses mesmos objetivos. Enquanto choques externos oferecem oportunidade por meio de vulnerabilidade universal, choques políticos contribuíram para a recente erosão das instituições multilaterais necessárias para proteger sistemas alimentares e o progresso dos ODS.

A invasão russa da Ucrânia, em fevereiro de 2022, oferece um exemplo claro de choque político com impactos profundos sobre a segurança alimentar global. Antes da invasão, Rússia e Ucrânia respondiam conjuntamente por parcelas significativas do trigo, milho e semente de girassol globais (FAO, 2022). Suas respectivas diminuições na produtividade agrícola, juntamente com a devastação da infraestrutura de armazenamento de alimentos e o bloqueio dos portos do Mar Negro, romperam os meios de subsistência não apenas de residentes locais, mas de milhões de pessoas em todo o mundo cujos meios de subsistência dependem de um mercado internacional de grãos estável (FAO, 2022). A diminuição das exportações de fertilizantes da região teve impacto em outro elo do sistema alimentar, afetando diretamente a extensão em que os produtores agrícolas conseguiam atingir suas cotas usuais.

As disrupções na cadeia de suprimentos de alimentos, embora originadas em um pequeno epicentro, logo se traduziram em retrocessos globais dos ODS 1, 2 e 3 interconectados. Segundo o Índice de Preços de Alimentos da FAO, a guerra desencadeou o mais severo pico global de preços de alimentos da história recente (FAO, 2026). Esse aumento drástico ameaça a segurança financeira de indivíduos em situação de pobreza ou na iminência dela (ODS 1), causando uma consequente diminuição no acesso econômico a alimentos e na diversidade alimentar (ODS 2). Essas mudanças na qualidade da dieta são agravadas por resultados de saúde deteriorados, especialmente entre crianças e mulheres gestantes, à medida que a perda de micronutrientes essenciais ao desenvolvimento e à reprodução causa deficiências que aumentam as taxas de má nutrição e doença (ODS 3).

As dinâmicas subjacentes que expõem os países mais vulneráveis no caso da COVID-19 são igualmente relevantes aqui. Guerras, assim como todos os choques políticos, criam vulnerabilidades diretas apenas para as partes envolvidas, mas desencadeiam perturbações econômicas que se propagam por todo o mundo globalizado e intensificam condições estruturais que se tornaram arraigadas nas últimas décadas. Países fortemente dependentes da importação de grãos e fertilizantes, muitos dos quais enfrentam cargas de dívida implacáveis e capacidade fiscal limitada, tornam-se desproporcionalmente vulneráveis a essas disrupções. Essas restrições fiscais tornam-se um determinante de resiliência; contas de importação de alimentos crescentes e moedas em depreciação deixam pouca ou nenhuma capacidade de implementar medidas de proteção social ou investir na produção agrícola doméstica que, de outra forma, os protegeria dessas volatilidades no futuro. Enfrentar seriamente o desenvolvimento sustentável, portanto, requer a reforma dessas condições econômicas. Se planejadas com cuidado, essas reformas poderiam até ser feitas em conjunto por meio de trocas de dívida (*debt swaps*), incentivando o progresso rumo a um objetivo de desenvolvimento sustentável e simultaneamente abordando as restrições financeiras que recorrentemente dificultam a resiliência de países endividados (Haughton; Keane, 2021).

A competição geopolítica e os desequilíbrios de poder duradouros atualmente prescrevem o futuro dos sistemas alimentares e, sem ação, o prognóstico é previsível. Diferentemente da pandemia de COVID-19 e de outros choques externos, a disrupção do sistema alimentar causada pela guerra na Ucrânia exemplifica como o desenvolvimento sustentável, diante de choques políticos, depende não apenas de uma resposta humanitária tempestiva para os países envolvidos no conflito, mas igualmente de abordar desequilíbrios sistêmicos para salvaguardar o progresso rumo aos ODS. Além disso, a fragmentação simultânea e contínua das instituições internacionais e da confiança entre Estados obscurece a missão compartilhada delineada pela Agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Considerando a fragilidade da situação geopolítica atual, com protecionismo em ascensão e confiança decrescente nas instituições internacionais, torna-se ainda mais essencial compreender que os ODS não pretendem eliminar a interdependência, mas garantir que cada país tenha a capacidade de se proteger contra choques externos e políticos. O próximo evento El Niño oferece uma oportunidade para reflexão sobre esse imperativo, de modo a manter o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável.

Choques Climáticos Contemporâneos e Impactos Iminentes do El Niño sobre os Sistemas Alimentares

O ciclo iminente de El Niño de 2026-2027 e seus impactos subsequentes diretos sobre a segurança alimentar se encaixam perfeitamente na estrutura de choque externo previamente

estabelecida. Como um fenômeno climático de ocorrência natural, o El Niño ocorre rotineiramente devido a uma mudança nas temperaturas do Oceano Pacífico a cada 2 a 7 anos (Ali, 2026). Concomitantemente, previsores climáticos antecipam uma maior probabilidade de um Dipolo do Oceano Índico (IOD) positivo, um padrão recorrente de interação oceano-atmosfera que redistribui a precipitação pela bacia do Oceano Índico (WFP, 2026). Devido aos efeitos compostos do El Niño e de um IOD positivo, o Apelo de Ação Antecipatória Conjunta publicado pela FAO e pelo PMA antecipa condições de seca intensificadas em partes da Ásia, do Pacífico e da África do Sul, ao mesmo tempo em que prevê inundações crescentes por todo o Corno da África. Embora esses fenômenos climáticos tenham repercussões globais, seus impactos são sofridos principalmente por comunidades vulneráveis residentes na África Oriental e Meridional, na Ásia e no Pacífico, e na América Latina e no Caribe, onde meios de subsistência sensíveis ao clima e capacidade adaptativa limitada exacerbam a insegurança alimentar e nutricional relacionada à crise climática (WFP, 2026).

Consistente com os impactos observados durante o ciclo de El Niño de 2023-2024, espera-se que o ciclo de El Niño de 2026-2027 exponha milhões de pessoas a eventos climáticos severos e às consequências socioeconômicas e sanitárias associadas, incluindo a propagação de doenças infecciosas, doenças relacionadas ao calor, lesões e doenças relacionadas a inundações, aumento da mortalidade e instabilidade econômica. Pesquisadores alertam que, neste ciclo, mais de 1,2 milhão de pessoas estão em risco devido ao El Niño (WFP, 2026).

Além da crise sanitária geral, a crise climática relacionada ao El Niño ameaça sistemas alimentares inteiros, com padrões históricos de inundação e seca estabelecendo um precedente para a fome. Os eventos climáticos severos mais comuns do El Niño têm sido inundações e secas, que mantêm um impacto desproporcional e sustentado sobre os sistemas alimentares, com consequências mais duradouras e de maior magnitude. Para ilustrar, durante o ciclo de El Niño de 2015-2016, a seca trouxe insegurança alimentar a 2,3 milhões de pessoas (Guimarães, 2026). Da mesma forma, a subsequente seca induzida pelo El Niño de 2024-2025 deixou 7,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (Harare, 2026). De maneira semelhante, a histórica crise de inundações resultou em uma perda de até 20% dos rendimentos das colheitas, causando perdas diretas à renda familiar e aos setores agrícolas, expondo uma fonte substancial de perda econômica (Harare, 2026).

Segundo cientistas climáticos do Apelo de Ação Antecipatória Conjunta FAO-PMA, espera-se que o El Niño traga condições significativamente mais secas para a África Meridional, Ocidental e Oriental, América Central e partes da Ásia e do Pacífico. Embora os riscos climáticos específicos variem por região, suas consequências são notavelmente semelhantes, com expectativa de que cada uma experimente disrupções substanciais nos sistemas alimentares, meios de subsistência e saúde pública.

Quem está em risco?

Um recente relatório FAO/WFP sobre El Niño 2026 27 indica que o principal risco do fenômeno é o agravamento da insegurança alimentar global, sobretudo em territórios que já enfrentam pobreza, conflitos, fragilidade institucional e alta dependência da agricultura de sequeiro (FAO/WFP, 2026). O documento trata o El Niño não apenas como um choque climático, mas como um fator capaz de intensificar a fome, reduzir o acesso econômico aos alimentos e comprometer a estabilidade dos sistemas alimentares em múltiplas regiões do planeta, ou seja,

pode ser mais um fator a ameaçar o alcance de vários ODS, particularmente em relação à eliminação da fome.

Em escala global, o documento sugere que o El Niño pode ampliar desigualdades entre regiões com alta capacidade de resposta e regiões com baixa resiliência. Na Ásia e no Pacífico, os riscos recaem sobre áreas onde a variabilidade das chuvas pode prejudicar a produção agrícola e a segurança do abastecimento, enquanto na África os efeitos sobre a disponibilidade hídrica e sobre sistemas produtivos frágeis tendem a aprofundar a vulnerabilidade de populações dependentes da agricultura e da pecuária. Em contextos já marcados por fome, deslocamento e pressão sobre os preços dos alimentos, o evento climático pode acelerar a deterioração nutricional e aumentar a necessidade de assistência humanitária.

O relatório destaca, ainda, que o impacto sobre a insegurança alimentar não depende apenas da menor produção agrícola, mas também da alta dos preços internacionais de combustíveis, fertilizantes e alimentos, que reduz o poder de compra das famílias e limita o acesso a dietas adequadas. Esse efeito é especialmente grave para domicílios pobres, pequenos produtores, trabalhadores rurais sem terra e populações urbanas vulneráveis, que destinam grande parte da renda à compra de alimentos e têm pouca margem para absorver choques de mercado.

Diante desse cenário, FAO, FIDA e WFP defendem a ampliação da ação antecipatória como estratégia central para conter o avanço da insegurança alimentar antes que os impactos se materializem plenamente. O relatório mostra que transferências monetárias, distribuição de insumos, reabilitação de sistemas de água, apoio à irrigação e fortalecimento de capacidades locais podem proteger a produção e preservar o consumo alimentar de milhares de famílias em risco.

O texto também enfatiza que, sem financiamento suficiente e sem coordenação entre governos e agências humanitárias, o El Niño pode converter choques climáticos em crises prolongadas de fome, com efeitos mais severos nas regiões mais pobres do Sul global. Assim, o documento posiciona o fenômeno como um teste à capacidade internacional de prevenir uma deterioração simultânea da segurança alimentar em várias partes do mundo, especialmente onde a combinação de seca, pobreza e preços elevados ameaça a subsistência das populações mais expostas.

A FAO também publicou previsões atualizadas para as safras de 2026 em seu Relatório sobre Oferta e Demanda de Cereais, segundo o qual se espera que a produção mundial de trigo caia 4,3%, para 806,5 milhões de toneladas, uma vez que dados oficiais recentes da Austrália indicam que o El Niño está reduzindo a produção abaixo da média de cinco anos. A produção mundial de arroz agora deve cair 1,8% em relação ao recorde histórico de 2025/26.

A FAO reduziu sua previsão para a utilização mundial de cereais em 2026/27 para 2.961 milhões de toneladas, devido a uma redução esperada no uso global de trigo. A previsão da FAO para os estoques mundiais de cereais no encerramento das safras em 2027 agora é de 957,8 milhões de toneladas, mantendo a relação estoque-uso de cereais global praticamente inalterada em 2027, em 32,0%. A previsão da FAO para o comércio mundial de cereais em 2026/27 permanece praticamente estável em 507,6 milhões de toneladas.

Na África Meridional, aproximadamente 2,3 milhões de pessoas devem ser afetadas por seca e déficits de precipitação, resultando em redução da produção de milho, falhas de colheita,

diminuição de pastagem e disponibilidade de água para o gado, e aumento da insegurança alimentar e nutricional (WFP, 2026). Impactos semelhantes relacionados à seca são esperados na África Ocidental, onde aproximadamente 500 mil pessoas devem estar em risco.

Na África Oriental, o risco é mais diferenciado, com as partes ocidentais da região (especificamente Sudão, oeste e norte da Etiópia, Sudão do Sul e a região de Karamoja em Uganda) enfrentando a ameaça de déficits de precipitação e subsequentes ameaças semelhantes de má colheita, tal como nas regiões mencionadas anteriormente. Enquanto isso, as áreas bimodais do Corno da África (por exemplo, Somália, Quênia, Uganda e Etiópia Oriental) enfrentam riscos de inundação e, como resultado, surtos de doenças na população e em rebanhos, intrusão de água salgada na agricultura e deslocamento populacional (WFP, 2026).

Aproximadamente 1 milhão de pessoas na Ásia e no Pacífico em risco relacionado ao clima do El Niño enfrentam desafios igualmente nuançados, com o Sul e Sudeste Asiático e o Pacífico (especificamente Timor-Leste, Filipinas e partes do Paquistão) em risco de déficits de precipitação e subsequentes secas, incêndios florestais e escassez de alimentos; enquanto isso, comunidades residentes no Afeganistão e em outros países das Ilhas do Pacífico Sul enfrentam risco elevado de inundações e eventos de ciclone com maior intensidade. Ramificações subsequentes incluem disrupções na aquicultura devido à intrusão de água salgada, disrupções na pesca (por exemplo, perdas na infraestrutura crítica), e aumento do risco de surtos de pragas e doenças em cultivos e rebanhos (WFP, 2026).

Ainda, no contexto da América Latina e do Caribe, FAO, Ifad e WFP estão intensificando a coordenação e o apoio aos governos da regão diante das previsões de ocorrência de um evento El Niño de forte intensidade no período 2026–2027. Para tanto, em mesa redonda de alto nível, as três agências, juntamente com autoridades e especialistas regionais, discutiram medidas de ação antecipada, preparação e fortalecimento da resiliência perante eventos climáticos extremos, com foco na proteção dos sistemas alimentares e dos meios de subsistência rurais (Escritório Regional da FAO para a América Latina e o Caribe, 2026).

Os organismos destacaram que, embora a região tenha registrado avanços importantes em políticas de segurança alimentar e proteção social nos últimos anos, os níveis atuais de vulnerabilidade permanecem elevados: mais de 33 milhões de pessoas ainda vivem em situação de fome, cerca de 167 milhões enfrentam insegurança alimentar moderada ou grave e mais de 181 milhões não conseguem custear uma dieta saudável. Além disso, o continente americano concentra 22% das perdas globais decorrentes de desastres agrícolas, estimadas em aproximadamente US$ 713 bilhões, o que evidencia a magnitude dos riscos para a produção de alimentos e a economia rural.

Nesse contexto, o El Niño é reconhecido como potencial fator de agravamento das vulnerabilidades existentes. As previsões apontam risco de aumento da aridez no Corredor Seco da América Central e alterações significativas nos padrões de precipitação e temperatura em diferentes sub-regiões do continente. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) estima probabilidade entre 70% e 80% de que o fenômeno atinja sua intensidade máxima no final do ano, com impactos projetados de moderados a graves. Entre os efeitos antecipados, destacam-se o aumento das chuvas em partes da América do Sul, com possibilidade de inundações e danos à infraestrutura agrícola e de transporte, e déficit de chuvas na América Central e na América do Norte, com repercussões negativas sobre a produção de cultivos básicos e a disponibilidade de água para consumo humano, irrigação e falta de água para a criação animal. Paralelamente, as

agências alertam que os altos preços internacionais de combustíveis, fertilizantes e alimentos tendem a reduzir o poder de compra das famílias, ampliando as restrições de acesso econômico a alimentos e pressionando ainda mais os sistemas de proteção social e as capacidades de resposta humanitária dos Estados.

No evento, foi lembrado que, durante o episódio de El Niño de 2023–2024, foram implementadas intervenções semelhantes em nove países da região, com foco em comunidades rurais de alta vulnerabilidade. Essas ações alcançaram mais de 100 mil pessoas em 250 comunidades, combinando transferências de renda, distribuição de insumos agrícolas, reabilitação de sistemas de água, instalação de infraestrutura de irrigação, formação de brigadas de saúde animal e fortalecimento de capacidades locais em gestão de riscos e práticas produtivas resilientes. Avaliações realizadas em alguns países da América Central indicaram aumentos de até 40% na produção de milho e feijão em áreas beneficiadas, bem como melhorias tangíveis nos indicadores de segurança alimentar das famílias atendidas, demonstrando o potencial da ação antecipatória para evitar a deterioração dos meios de subsistência e reduzir a necessidade de respostas emergenciais posteriores.

Especificamente para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, o El Niño de 2026 representa um risco relevante para a porque tende a combinar redução de chuvas em parte do território, aumento de temperaturas, maior pressão sobre a disponibilidade hídrica e impactos desiguais sobre a produção agropecuária e o abastecimento de alimentos. Em termos de insegurança alimentar e nutricional, isso pode se traduzir em menor oferta de alimentos in natura e básicos, alta de preços, maior volatilidade regional e piora do acesso físico e econômico à alimentação, sobretudo entre populações já expostas à pobreza.

Considerando os possíveis impactos regionais, segundo o Inmet, no Norte, o cenário mais provável envolve chuvas abaixo da média e temperaturas acima do normal, o que eleva a evaporação, reduz a umidade do solo e aumenta o risco de déficit hídrico, com prejuízos para pastagens, culturas perenes e agricultura familiar. Isso pode afetar a oferta de alimentos provenientes de sistemas locais e pressionar a renda de pequenos produtores e extrativistas, com efeitos diretos sobre o consumo alimentar de domicílios rurais e ribeirinhos. Já no Nordeste, a redução das chuvas e o aumento do calor podem comprometer lavouras de sequeiro, pastagens e a disponibilidade de água para a pecuária, ampliando a vulnerabilidade de áreas do semiárido e do Matopiba. Embora algumas culturas em estágios mais avançados possam se beneficiar pontualmente, o balanço geral tende a ser de maior risco para a produção, para os preços locais e para o acesso a alimentos em territórios já marcados por insegurança hídrica e social.

Enquanto isso, no Centro-Oeste, o início do período seco e a possibilidade de intensificação da deficiência hídrica podem reduzir a produtividade do milho safrinha, afetar pastagens e comprometer a preparação da próxima safra. Como a região tem papel central na oferta de grãos e carnes, qualquer perda produtiva ou aumento de custos tende a repercutir no abastecimento nacional e na inflação de alimentos. No Sudeste, o risco é mais heterogêneo: o tempo mais seco pode favorecer colheitas como café e cana-de-açúcar em algumas áreas, mas temperaturas mais elevadas aumentam o estresse hídrico, o risco de doenças e a pressão sobre cadeias produtivas urbanas e periurbanas. Em contextos metropolitanos, o problema se desloca menos para a produção local e mais para o encarecimento dos alimentos, a maior exposição de famílias pobres e a pressão sobre programas de assistência e nutrição.

Finalmente, no Sul, o principal risco é o excesso de chuva, que pode favorecer encharcamento do solo, perdas na colheita, doenças fúngicas e dificuldades logísticas. Embora isso possa beneficiar algumas culturas de inverno, eventos excessivos também aumentam o risco de ruptura no abastecimento, perdas de qualidade e oscilações de preço, além de elevar a probabilidade de enchentes e impactos urbanos que afetam o acesso a alimentos.

Vale destacar, ainda, que os grupos mais expostos são aqueles cuja alimentação depende diretamente da produção local, da renda do trabalho informal ou de sistemas frágeis de abastecimento, como agricultura familiar, comunidades indígenas, populações quilombolas, ribeirinhas e assentados da reforma agrária. Para esses grupos, a perda de safra, a redução da água disponível e o aumento de preços têm efeito rápido sobre quantidade, qualidade e regularidade da dieta.

Segundo o Instituto Fome Zero, crianças pequenas, gestantes e lactantes também formam um grupo prioritário de risco, porque choques alimentares e climáticos tendem a repercutir mais fortemente na desnutrição, anemia e insegurança alimentar grave. Em áreas urbanas pobres, sobretudo nas periferias, o impacto costuma ocorrer por meio do aumento do preço dos alimentos, da piora da renda e da maior dependência de transferências e da rede de proteção social.

Como acontece com todos os choques globais, os impactos diretos discutidos acima representam apenas o primeiro estágio do impacto potencial sobre o sistema alimentar global. A redução da produção agrícola devido ao El Niño e as subsequentes diminuições na renda e aumentos nos preços dos alimentos impactam desproporcionalmente países dependentes de importação e LMICs. Países dependentes de importação vulneráveis à flutuação dos preços de alimentos e países endividados incapazes de alocar recursos fiscais limitados para assistência social após o evento se recuperam em um ritmo muito mais lento. O El Niño, portanto, ameaça a segurança alimentar e nutricional não apenas por meio de mudanças climáticas, mas também ao alterar a economia alimentar global de uma forma que exacerba esse ciclo. Construir resiliência abrangente ao El Niño e a outros choques relacionados ao clima, portanto, também requer abordar esses desequilíbrios financeiros.

Embora choques externos como o El Niño sejam inevitáveis, suas consequências econômicas não são inescapáveis. Por meio de ação antecipatória, governos e atores humanitários podem reduzir perdas, proteger conquistas de desenvolvimento e fortalecer a resiliência de longo prazo (Glantz, 2025). Além disso, em meio a choques políticos sustentados impostos pela retirada de ajuda humanitária internacional, instabilidade econômica e conflitos geopolíticos, a ação antecipatória para o ciclo de El Niño de 2026-2027 deve ser combinada com a cooperação Sul-Sul para fortalecer a capacidade institucional, melhorar a resiliência dos sistemas alimentares e aprimorar a adaptação climática nas regiões mais vulneráveis à crise climática no Sul Global.

Reconhecendo a urgência desses desafios, o Apelo de Ação Antecipatória Conjunta da FAO e do PMA busca mobilizar US$202 milhões, incluindo US$167 milhões em assistência antecipatória para 7,6 milhões de pessoas e a ativação de protocolos de agências desenhados para proteger 8,8 milhões de pessoas adicionais dos piores impactos antecipados do ciclo de El Niño de 2026-2027. Tangencialmente, países do Sul Global já estão se engajando em compartilhamento Sul-Sul de informações tecnológicas e planejamento de ações em antecipação à perda de ração animal e produção de safras comerciais devido à fome.

Ação antecipatória como mecanismo de resposta ao El Niño para preservar os ODS

A disrupção dos padrões de precipitação causada pelo El Niño é particularmente prejudicial aos sistemas alimentares em regiões do Sul Global. Seja por excesso ou insuficiência de precipitação, as disrupções nos padrões climáticos relacionadas ao El Niño incorrem em danos substanciais à infraestrutura crítica, gerando prejuízos sociais e econômicos de longo prazo cujas consequências de longo alcance requerem anos de recuperação e investimento. Durante os últimos dois ciclos de El Niño, déficits de precipitação deixaram vários países em crises de seca e deslocamento, resultando em escassez de alimentos e fomes severas. Notadamente, durante o ciclo de El Niño de 2015-2016, Moçambique enfrentou uma seca devastadora, que resultou em um estado de emergência declarado pelo governo, no qual aproximadamente 2,3 milhões de pessoas enfrentaram ameaças à segurança alimentar. De forma única, os impactos da seca, em contraste com crises como ondas de calor, foram sustentados por 5 anos (Guimarães et. al., 2024). Analogamente, durante o ciclo de El Niño de 2024-2025, a seca no Zimbábue revertou conquistas relacionadas aos ODS de segurança alimentar, deixando 7,7 milhões de pessoas em insegurança alimentar e desvantagem econômica, já que o setor agrícola contribui com 17% do PIB e emprega 70% da população. Padrões de seca e fome sustentada se repetem ao longo dos ciclos de El Niño.

Além disso, a literatura acadêmica emergente alerta que, à medida que as temperaturas climáticas gerais se elevam acima de 1,5 grau Celsius devido ao aquecimento global, há um risco aumentado na frequência de eventos de El Niño (embora haja pouca mudança perceptível na frequência de eventos de La Niña) (Wang et. al., 2017). Em resposta à frequência crescente de eventos de El Niño e seus impactos recorrentes de seca, pesquisadores, formuladores de políticas, governos, organizações multilaterais e organizações não governamentais têm cada vez mais pedido o desenvolvimento de sistemas de ação antecipatória que usem previsões climáticas sazonais para mitigar os efeitos da seca antes que ocorram, em vez de depender principalmente de assistência reativa a desastres (Guimarães et. al., 2024; WFP-FAO, 2026).

Embora essa metodologia possa ser extrapolada para a preparação preventiva de desastres relacionados às mudanças climáticas, variando de inundações a ondas de calor, a literatura acadêmica tem conceitualizado majoritariamente a ação antecipatória como uma resposta à seca. A gravidade e as consequências de longo prazo da fome induzida pela seca levaram governos, cientistas e organizações humanitárias a se voltarem para estratégias de redução de risco de desastres que enfatizam sistemas confiáveis de alerta e ação antecipatória. A ação antecipatória é amplamente compreendida como uma estratégia multifacetada de prevenção de riscos que combina previsões climáticas, financiamento pré-acordado e ação precoce liderada por atores locais para gerenciar riscos de seca (Italo, Sergio, et al. 2024).

A estratégia surgiu em resposta a padrões de precipitação em transformação e à natureza cada vez mais errática das chuvas. Embora as mudanças na precipitação total anual variem consideravelmente entre regiões, a mudança climática tem alterado cada vez mais o momento, a intensidade e a previsibilidade das chuvas, encurtando as estações chuvosas em algumas áreas enquanto retarda seu início em outras.

Pesquisas climatológicas sugerem que, enquanto as respostas ambientais precoces à mudança climática durante os anos de 1950-1980 foram caracterizadas principalmente pelo declínio da precipitação, o início dos anos 2000 foi marcado, em vez disso, por aumentos na precipitação total, juntamente com uma redução no número de dias de chuva, resultando em

precipitação mais concentrada em eventos mais curtos e intensos (Italo, Serigo, et. al. 2024). Consistente com essas tendências mais amplas, o Apelo de Ação Antecipatória Conjunta PMA-FAO projeta chuvas retardadas em partes da África Oriental sob condições de El Niño. Essa mudança aparentemente sutil na sazonalidade das chuvas pode ter consequências profundas para a produtividade agrícola, a segurança alimentar e os meios de subsistência domésticos.

Benefícios econômicos da Ação Antecipatória

Quando secas ocorrem em regiões onde a agricultura contribui com mais de um quinto do PIB nacional e emprega mais de três quintos da população, particularmente durante períodos de assistência humanitária restrita, seus efeitos se estendem muito além da falha de colheitas (Harare et. al., 2026; Division for Sustainable Development Goals, 2026). Elas simultaneamente exacerbam pobreza, deslocamento, insegurança alimentar e nutricional e instabilidade econômica, ressaltando a necessidade de abordagens antecipatórias integradas para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em países como Zimbábue e Quênia, onde a agricultura é a espinha dorsal da economia, a seca sustentada inibe significativamente o desenvolvimento estrutural, a erradicação da pobreza, as estratégias de prevenção da fome e a criação de empregos decentes. Períodos secos prejudicam severamente o crescimento das colheitas dos agricultores, das quais dependem não apenas os meios de subsistência familiares, mas também o PIB nacional.

Como demonstra a definição de Ação Antecipatória fornecida por um artigo da *Frontiers in Climate*, as consequências de segurança alimentar e econômicas da seca estão inextricavelmente entrelaçadas: “o objetivo é agir antes que os impactos do risco se materializem, focando em intervenções que salvam vidas e preservam a dignidade, como a distribuição de variedades de cultivo tolerantes à seca, fornecimento de ração animal e apoio sanitário, e realização de distribuições em dinheiro antes do choque para apoiar famílias vulneráveis” (Italo, Serigo, et al. 2024). Além disso, relatórios mostram que a distribuição reativa de ajuda é significativamente mais cara do que estratégias antecipatórias, com o PMA-FAO relatando que cada US$1 gasto em ação antecipatória pode economizar até US$7.

Além de reduzir perdas humanitárias, a ação antecipatória também fortalece a capacidade institucional necessária para responder efetivamente a futuros choques climáticos. Análises econômicas recentes constatam que o maior valor de longo prazo do financiamento antecipatório reside não apenas em fornecer financiamento precoce, mas também em construir os sistemas operacionais, a capacidade de previsão e o apoio político necessários para que os governos implementem intervenções tempestivas baseadas em previsões (Anand et al., 2026). Em última instância, a incorporação da ação antecipatória em estratégias de redução de risco de desastres representa não apenas um imperativo humanitário, mas também um investimento econômico sólido, fortalecendo a resiliência ao mesmo tempo em que acelera o progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Estudo de caso da ação antecipatória na África Oriental: a cooperação Sul-Sul como estratégia-chave de resposta ao El Niño em todo o Sul Global

Ao longo de ciclos sucessivos de El Niño, a seca tem devastado repetidamente o panorama dos sistemas alimentares na África Oriental, particularmente em regiões áridas e semiáridas do Quênia e do Zimbábue. Diferentemente de desastres de início súbito, a seca se desenvolve gradualmente, criando múltiplas janelas de oportunidade para atores humanitários implementarem intervenções antecipatórias antes que populações vulneráveis sofram perdas

significativas em seus meios de subsistência (Italo, Serigo, et al. 2024). Esse prazo estendido permite que governos façam a transição de respostas emergenciais reativas para medidas proativas de proteção dos sistemas alimentares e das conquistas de desenvolvimento dos ODS.

Reconhecendo essa oportunidade, o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), em parceria com os respectivos Ministérios de Agricultura do Quênia e do Zimbábue e a Universidade de Agricultura e Silvicultura de Fujian, na China (FAFU), promoveu a transferência da tecnologia Juncao como uma estratégia antecipatória para fortalecer a resiliência climática, a segurança alimentar e nutricional e a produção agrícola sustentável (Harare, et. al. 2026; Division for Sustainable Development Goals, et. al. 2026).

No centro da estratégia antecipatória promovida pela UNDESA está a tecnologia Juncao, uma inovação agrícola resiliente ao clima, desenvolvida pela Universidade de Agricultura e Silvicultura de Fujian (FAFU), na China, para fortalecer os sistemas alimentares em ambientes propensos à seca. A iniciativa, apoiada pelo Fundo Fiduciário China-Nações Unidas para a Paz e o Desenvolvimento, foi estabelecida para ajudar países em desenvolvimento a reduzir a fome, ao mesmo tempo em que avança o desenvolvimento agrícola sustentável e iniciativas de energia renovável (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2022). Segundo as Nações Unidas, o objetivo da tecnologia Juncao é “aumentar a produtividade e a produção, ao mesmo tempo em que ajuda a manter ecossistemas que fortalecem a capacidade de adaptação às mudanças climáticas, ao clima extremo, à seca, a inundações e a outros desastres” (UNPDF, 2017). A tecnologia alcança isso ao permitir que agricultores em regiões vulneráveis à seca, à degradação da terra e à desertificação cultivem gramíneas C4 de crescimento rápido para ração animal e produção de cogumelos, sem cortar árvores ou causar mais degradação ambiental (Da Silva et al., 2026). Caracterizada por baixos custos de produção e altos retornos, a Juncao pode produzir entre 200 e 300 toneladas de forragem animal por hectare anualmente (Farm Future Africa, 2026).

Além de sua produtividade, a Juncao se distingue por sua sustentabilidade ambiental. A tecnologia substitui as toras de madeira e a serragem tradicionalmente usadas no cultivo de cogumelos por gramíneas, reduzindo o desmatamento ao mesmo tempo em que cria uma fonte adicional de renda para pequenos agricultores por meio da produção de ração animal. Com emissões líquidas de carbono zero, ela contribui simultaneamente para a mitigação da mudança climática, ao mesmo tempo em que melhora a qualidade do solo, reduz a erosão e estabiliza dunas móveis dentro de aproximadamente 100 dias após o plantio (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2022).

Além disso, a Juncao pode ser cultivada em consórcio com commodities agrícolas tradicionais, incluindo árvores frutíferas, milho e feijão, permitindo que agricultores diversifiquem a produção sem sacrificar os sistemas agrícolas existentes. Essas características tornam a tecnologia particularmente adequada para regiões propensas à seca, onde sua resiliência sob condições climáticas adversas permite que sirva como fonte confiável de forragem para gado de leite e de corte antes que surjam escassezes de ração. Como resultado, a Juncao funciona como uma intervenção antecipatória, fortalecendo a resiliência agrícola antes do início da insegurança alimentar e nutricional, em vez de responder após as perdas já terem ocorrido. Sua acessibilidade e escalabilidade facilitaram a implementação não apenas no Quênia e no Zimbábue, mas também na República Centro-Africana, na República Democrática Popular do Laos, em Madagascar, em Myanmar, na Nigéria, em Papua-Nova Guiné, na Tanzânia e em

numerosos outros países do Sul Global (United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2022).

A UNDESA priorizou a implementação da tecnologia Juncao no Quênia e no Zimbábue porque ambos os países experimentam seca recorrente enquanto permanecem fortemente dependentes da agricultura como motor de crescimento econômico, emprego e segurança alimentar. Consequentemente, disrupções induzidas pelo clima na produção agrícola ameaçam não apenas os meios de subsistência rurais, mas também objetivos mais amplos de desenvolvimento nacional. Ao introduzir tecnologias agrícolas resilientes à seca antes que os sistemas alimentares se deteriorem, a ação antecipatória oferece uma oportunidade de reduzir a necessidade humanitária ao mesmo tempo em que protege a resiliência econômica de longo prazo (Harare, 2026; Division for Sustainable Development Goals, 2026).

O Zimbábue exemplifica esse desafio, já que, desde 1980, o país experimentou nove grandes secas, com a frequência e a gravidade desses eventos aumentando nas últimas décadas. No Zimbábue, a frequência de secas aumentou rapidamente, tendo ocorrido nove desde 1980. As secas comprometem gravemente o progresso do país em relação a múltiplos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, enquanto a crise de El Niño de 2024-2025 deixou 7,7 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar (Harare, 2026). Reconhecendo essas vulnerabilidades, a Estratégia Nacional de Desenvolvimento II do Zimbábue identifica a agricultura resiliente ao clima, a segurança alimentar e as parcerias internacionais como componentes centrais de sua agenda nacional de desenvolvimento (Harare, 2026).

O Quênia, por sua vez, enfrenta muitos dos mesmos desafios estruturais. Embora a agricultura permaneça um dos maiores setores econômicos do país e o Quênia tenha emergido como líder regional em inovação agrícola, a adoção de novas tecnologias permanece desigual, particularmente entre pequenos agricultores mais vulneráveis a choques climáticos. O Banco Mundial estima que a mudança climática poderia reduzir o PIB do Quênia entre 5% e 7% até 2050, ressaltando os custos econômicos da adaptação retardada (Division for Sustainable Development Goals, 2026). Essas condições tornam o Quênia um cenário igualmente convincente para intervenções antecipatórias que fortaleçam a resiliência agrícola antes que a seca se traduza em perdas generalizadas de meios de subsistência.

Devido à natureza inerentemente preparatória de seu desenvolvimento, a tecnologia Juncao representa uma medida de ação antecipatória; no entanto, o sucesso da tecnologia dependeu igualmente da estrutura institucional por meio da qual foi disseminada: a cooperação Sul-Sul. Embora a Juncao tenha se originado na China, ela desde então foi introduzida em mais de 100 países, com centros de demonstração e treinamento estabelecidos na Tailândia, Malásia, Fiji, Papua-Nova Guiné, África do Sul, Ruanda, Lesoto, Eritreia e numerosos outros estados. Em vez de depender de um modelo tradicional doador-receptor de assistência ao desenvolvimento, a iniciativa enfatiza a transferência de conhecimento, o treinamento e a capacitação (United Nations, 2026). Para os projetos no Quênia e no Zimbábue, funcionários governamentais e especialistas agrícolas participaram de visitas de estudo a Ruanda, onde a tecnologia Juncao já havia sido adaptada com sucesso a condições similarmente propensas à seca. Esses intercâmbios permitiram que os países participantes aprendessem com experiências regionais enquanto adaptavam a tecnologia a seus próprios contextos ambientais e agrícolas (Harare, 2026; Division for Sustainable Development Goals, 2026).

Além da transferência internacional de tecnologia, a iniciativa dá igual ênfase ao fortalecimento da cooperação regional. Workshops regionais são desenhados para estabelecer redes profissionais, facilitar o intercâmbio de expertise técnica e expandir a adoção da tecnologia Juncao em todo o Sul Global. Esse modelo colaborativo complementa os apelos crescentes dentro do sistema multilateral para ir além da assistência ao desenvolvimento baseada em dependência, em direção a estratégias de construção de resiliência que permitam que os países do Sul Global desenvolvam, adaptem e disseminem suas próprias soluções de adaptação climática. Os workshops visam estabelecer novos canais de cooperação, fortalecer redes regionais de compartilhamento de conhecimento e introduzir projetos Juncao a públicos mais amplos em todo o Sul Global — um modelo colaborativo que complementa os apelos recentes para reimaginar o sistema multilateral, criando novas vias por meio das quais países em desenvolvimento possam cultivar sua própria resiliência de longo prazo à mudança climática (Harare, 2026; Division for Sustainable Development Goals, 2026). Em última instância, o estudo de caso da Juncao na África Oriental demonstra como a ação antecipatória pode mitigar simultaneamente os impactos de futuros ciclos de El Niño, oferecendo, ao mesmo tempo, um modelo para reestruturar um sistema multilateral historicamente paternalista por meio da cooperação Sul-Sul.

O El Niño no Brasil: situação e resposta governamental

O primeiro boletim do Painel El Niño 2026–2027, divulgado em 30 de junho pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), pelo Serviço Geológico do Brasil (SGB) e pela Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (Sedec), confirmou oficialmente a evolução do fenômeno (INPE *et al.*, 2026). O documento indica aquecimento progressivo do oceano, acompanhado por alterações na circulação dos ventos e da atmosfera, em padrão compatível com um episódio de El Niño.

As projeções dos principais centros internacionais de previsão apontam probabilidade superior a 90% de o fenômeno permanecer ativo, pelo menos, até o início de 2027. Os modelos climáticos também sugerem elevada chance de o evento alcançar intensidade forte ou muito forte entre a primavera e o verão do Hemisfério Sul. Nessa condição, a temperatura da superfície do mar pode ultrapassar em mais de 2°C a média histórica, o que tende a intensificar seus efeitos sobre o clima em escala regional e global.

Embora o El Niño seja um fenômeno climático associado ao aquecimento anômalo das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, a milhares de quilômetros do Brasil, ele altera a circulação atmosférica e influencia o regime de chuvas e as temperaturas em diversas regiões do planeta, inclusive no território brasileiro. No Brasil, os impactos variam conforme a região e podem se manifestar tanto por excesso de chuvas em algumas áreas quanto por estiagens prolongadas em outras. Por essa razão, o monitoramento contínuo é fundamental para que governos, produtores rurais e órgãos de proteção e defesa civil adotem medidas preventivas com antecedência.

Em termos do potencial impacto para o Brasil, a previsão climática para o trimestre de julho, agosto e setembro indica um padrão típico de episódios de El Niño. Na Região Sul, há maior probabilidade de chuvas acima da média, enquanto grande parte das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste tende a registrar precipitações abaixo do esperado para o período. Em relação às temperaturas, praticamente todo o país apresenta maior probabilidade de valores acima da média climatológica.

Segundo o relatório, na prática, esse cenário favorece a ocorrência de ondas de calor, especialmente na faixa central do país. A combinação entre temperaturas elevadas e redução das chuvas também intensifica o ressecamento da vegetação, aumentando a propensão a queimadas e incêndios florestais, sobretudo no Centro-Oeste, no Norte e no Nordeste.

O boletim também dedica atenção ao acompanhamento dos recursos hídricos no país. A análise considera regiões e bacias hidrográficas mais sensíveis aos efeitos do El Niño, como as dos rios Madeira, Tocantins, Xingu e São Francisco, além do sistema do rio Paranapanema. O objetivo é monitorar como a alteração no regime de chuvas pode influenciar os níveis fluviais, o armazenamento em reservatórios e a segurança hídrica nos próximos meses.

A principal preocupação recai sobre o segundo semestre, quando o fortalecimento do fenômeno pode agravar a estiagem em parte da Amazônia e dificultar a recomposição dos níveis dos rios em áreas do Nordeste. No Sul, embora a situação hidrológica permaneça dentro da normalidade, a evolução das condições atmosféricas seguirá em observação devido à possibilidade de mudanças rápidas no comportamento das chuvas.

Os efeitos do El Niño sobre a produção agrícola não devem ser uniformes. Em algumas regiões, as condições climáticas previstas podem favorecer determinadas culturas; em outras, o calor acima da média e a redução das chuvas tendem a comprometer a umidade do solo, afetar pastagens, reduzir a disponibilidade de água para a pecuária e elevar o estresse das lavouras.

No Norte, a previsão de chuvas abaixo da média e temperaturas acima do normal tende a ampliar a evaporação, reduzir a umidade do solo e elevar o risco de déficit hídrico, com possíveis prejuízos para pastagens, culturas perenes e agricultura familiar. No Nordeste, a expectativa de menores volumes de chuva e temperaturas superiores à média pode favorecer a colheita do feijão de terceira safra em áreas mais adiantadas, mas também comprometer cultivos em desenvolvimento e reduzir a disponibilidade hídrica para pastagens e pecuária.

No Centro-Oeste, as condições podem ser favoráveis à colheita do milho segunda safra, do algodão e da cana-de-açúcar. Ainda assim, o aumento das temperaturas pode intensificar a deficiência hídrica no fim do período seco, afetando pastagens, recursos hídricos para a pecuária e a preparação da próxima safra. No Sudeste, chuvas próximas à média tendem a beneficiar as culturas de inverno. No caso do café, o cenário favorece a colheita e as floradas futuras, desde que as chuvas retornem de forma adequada após o período seco. As temperaturas mais elevadas, por sua vez, exigem atenção ao aumento de doenças e à aceleração do ciclo das culturas. Por fim, no Sul, a previsão de chuvas acima da média pode favorecer as culturas de inverno. O excesso de umidade, entretanto, pode elevar a incidência de doenças fúngicas. Em contrapartida, a maior nebulosidade e as temperaturas mais altas reduzem o risco de geadas tardias.

Além dos impactos sobre o clima e a agricultura, o boletim alerta para a elevação do risco de seca e de incêndios florestais. Dados do Índice Integrado de Seca mostram que áreas do Amazonas, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará e Tocantins já apresentam condições de seca moderada ou severa. Entre abril e maio, 66 municípios passaram à categoria de seca severa, com concentração principalmente em Goiás e Minas Gerais.

A expectativa é de que o trimestre de julho a setembro concentre maior pressão para ocorrência de fogo no Centro-Oeste e no arco sul da Amazônia, com possibilidade de intensificação dos focos de calor em estados como Acre, Mato Grosso, Rondônia, sul do

Amazonas, sul do Pará e na região do Matopiba, que abrange Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Ainda assim, é importante ressaltar que previsões sazonais indicam tendências climáticas, sem implicar, por si sós, a ocorrência obrigatória de eventos extremos. O acompanhamento contínuo das condições meteorológicas permanece essencial para reduzir incertezas e orientar ações preventivas.

Como resposta governamental, as recomendações preventivas da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, diante da possibilidade de intensificação do El Niño, são que estados e municípios revisem seus planos de contingência, fortaleçam os sistemas de monitoramento e alerta e ampliem a articulação entre os setores de defesa civil, recursos hídricos, meio ambiente, saúde e assistência social. À população, a orientação é acompanhar os avisos oficiais e manter atualizado o cadastro para recebimento de alertas da Defesa Civil. O boletim destaca, por fim, que o monitoramento integrado entre os órgãos federais continuará ao longo dos próximos meses, com o objetivo de atualizar previsões, avaliar impactos do fenômeno e subsidiar decisões voltadas à redução de riscos para a população e para os diferentes setores da economia.

Conclusão

O atraso no progresso rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a despeito de ação unânime declarada, pode ser contextualizado por choques externos e políticos recentes e compreendido de forma mais abrangente em justaposição com desigualdades estruturais subjacentes em escala global. A pandemia de COVID-19, a guerra na Ucrânia (e recentemente contra o Irã) e o próximo evento de El Niño foram usados como estudos de caso como meio de analisar criticamente a falta de progresso. Percepções desses eventos mostram como os choques externos em si são inevitáveis, mas seus efeitos podem ser mitigados com cooperação internacional e ação antecipatória; enquanto isso, soluções para choques políticos exigem expor ações que contradizem o compromisso com a Agenda de Desenvolvimento Sustentável e confrontar desequilíbrios de poder que predeterminam de quem é o sistema alimentar resiliente quando os efeitos se propagam pela economia global interconectada.

Ao mesmo tempo, os desafios para a segurança alimentar e nutricional permanecem profundamente enraizados num ciclo de vulnerabilidades estruturais que transcendem os ODS 1 e 2, como evidencia o Relatório ODS 2026. A pobreza extrema persiste em níveis muito distantes da erradicação pretendida, enquanto centenas de milhões de pessoas ainda enfrentam fome crônica e insegurança alimentar moderada ou grave em patamares superiores aos de 2015. Esses retrocessos são agravados por fatores intersetoriais: a prevalência do trabalho informal, que nega proteção social e renda digna a trabalhadores e pequenos agricultores; a desigualdade de gênero, que fragiliza a nutrição materno-infantil e limita a participação feminina nas esferas de decisão; a estagnação da produtividade agrícola sustentável, que reduz a resiliência dos sistemas alimentares diante de choques climáticos e conflitos geopolíticos com repercussões sobre fertilizantes e combustíveis; e a queda na ajuda oficial ao desenvolvimento, aliada à deterioração dos direitos trabalhistas fundamentais na maioria das regiões.

Munidos dessa compreensão, abordagens mais eficazes podem ser concebidas na busca dos ODS. Em preparação para choques externos inevitáveis, a comunidade internacional deve fortalecer sua ação antecipatória multilateral, na qual o papel dos organismos da ONYU ligados à alimentação é fundamental. O ciclo de El Niño de 2026-2027, por exemplo, oferece uma oportunidade para essa coordenação proteger as regiões afetadas e preservar conquistas recentes em desenvolvimento sustentável antes que a crise se instale. No entanto, a ação

antecipatória não equivale à resiliência do sistema alimentar; carga de dívida duradoura e dependência significativa de bens importados requerem abordagens mais críticas e intervenções financeiras que, em última instância, conferirão a capacidade de países historicamente vulneráveis investirem em esforços de sustentabilidade. Uma solução-chave para as desigualdades atuais perpetuadas pelo sistema multilateral contemporâneo é o reforço de estratégias de ação antecipatória enraizadas na cooperação Sul-Sul. Nessa medida, o desenvolvimento sustentável e a resiliência devem ser compreendidos como responsabilidades globais compartilhadas, com riscos e benefícios distribuídos de forma equitativa, para enfrentar de maneira mais justa o próximo choque.

Reavaliar a crise do El Niño por meio da estrutura de Choque Externo versus Choque Político anteriormente articulada pode avançar ainda mais os argumentos da literatura sobre a urgência da crise climática mais ampla. Dentro da estrutura de choque externo e político, o El Niño pode ser compreendido como um choque externo: um fenômeno climático recorrente que é amplamente inevitável e além do controle de qualquer ator político individual. A mudança climática, por outro lado, pode ser compreendida como um desafio político na medida em que decisões políticas coletivas, cooperação internacional e compromissos sustentados com mitigação e adaptação influenciam sua trajetória.

Embora sejam fenômenos distintos, a mudança climática é amplamente reconhecida como algo que exacerba muitos dos impactos adversos associados ao El Niño, aumentando a frequência de secas, inundações e disrupções nos sistemas alimentares em regiões vulneráveis. Consequentemente, embora a ação antecipatória seja essencial para se preparar para choques externos inevitáveis como o El Niño, a resiliência de longo prazo dos sistemas alimentares depende, em última análise, de abordar falhas políticas e de governança que continuam a acelerar a mudança climática, particularmente quando os países deixam de honrar seus compromissos credíveis de redução de emissões e cooperação climática internacional.

Nesse sentido, o relatório da ONU para o acompanhamento dos ODS é categórico em questões que enfrentarão simultaneamente os diferentes tipos de choques: sem um impulso decisivo que articule proteção social inclusiva, investimento em agricultura climaticamente inteligente, igualdade de gênero, formalização do trabalho e cooperação internacional renovada, o direito humano à alimentação adequada permanecerá fora do alcance de bilhões de pessoas, e a promessa da Agenda 2030 se desvanecerá de forma irreversível.

Referências

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2017**. [s.l: s.n.].

___. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. [s.l: s.n.].

___. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. [s.l: s.n.].

FAO/IFAD/UNICEF/WFP/WHO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2024 — Financing to end hunger, food insecurity and malnutrition in all its forms**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18143951-4b0a-46d6-860b-0f8908745da1>.

___. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2025 — Addressing high food price inflation for food security and nutrition**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/items/18053f75-4c71-4a35-a0d9-1eb2fe204364>.

SILVA, D. O. E *et al.* **G20 Brasil 2024 — Policy Pathways for Tackling Global Poverty and Hunger**, 2024. Disponível em:

<https://t20brasil.org/media/documentos/arquivos/TF01_ST01_POLICY_PATHWAYS_FOR66d75d784f9c6.pdf>

ALI, Faisal. **Record El Niño threatens to unleash floods across East Africa and Asia**. Al Jazeera. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2026/7/14/record-el-nino-threatens-to-unleash-floods-across-east-africa-and-asia>. Acesso em: 20 July 2026.

ANAND, Vaibhav; POOLE-SELTERS, Leah; SPOGNARDI, Alexa Gozdiff; *et al*. When Does Forecast-Based Insurance Benefit? An Economic Analysis of Drought Risk Anticipatory Insurance. **The Geneva Papers on Risk and Insurance. Issues and Practice**, p. 10.1057/s41288–025–00355–2, 2025. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/41081055/>.

Cut and Carry | CCARDESA. [s.l.: s.n.], 2019. Disponível em: <https://www.ccardesa.org/cut-and-carry>. Acesso em: 20 July 2026.

DA SILVA, Tiago Alves Corrêa Carvalho; SHAFEEN, Mohammed; JOVILISI TABUYAQONA; *et al*. Annual Forage Accumulation and Nutritive Value of Juncao Grass (Cenchrus fungigraminus) Under Increasing Pre-Harvest Canopy Heights. **Grass and Forage Science**, v. 80, n. 3, p. e70012, 2025. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111%2fgfs.70012>.

Division for Sustainable Development Goals. **National Capacity Building on "Promoting Juncao Technology for Resilient Food Systems, Poverty Eradication and Climate Adaptation in Kenya" | Department of Economic and Social Affairs**. [s.l.: s.n.], 2026. Disponível em: <https://sdgs.un.org/events/national-capacity-building-promoting-juncao-technology-resilient-food-systems-poverty>.

DONGYU, Q.; ADHANOM GHEBREYESUS, T.; AZEVÊDO, R. **Agency chiefs issue joint call to keep food trade flowing in response to COVID-19**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.wto.org/english/news_e/news20_e/igo_26mar20_e.htm>.

FARM FUTURE AFRICA. *Juncao grass: A fast-growing feed solution to ease livestock feed crisis in Zimbabwe and Kenya*. 21 Mar. 2026. Disponível em: https://farmfutureafrica.co.zw/juncao-grass-a-fast-growing-feed-solution-to-ease-livestock-feed-crisis-in-zimbabwe-and-kenya/

Food and Agriculture Organization. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2022**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/6ca1510c-9341-4d6a-b285-5f5e8743cc46/content/cc0639en.html>.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The Importance of Ukraine and the Russian Federation for Global Agricultural Markets and the Risks Associated with the War in Ukraine**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/bd0267ca-75a6-44d6-a387-7ebeb150630d/content>.

Food and Agriculture Organization of the United Nations. **FAO Food Price Index**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.fao.org/worldfoodsituation/foodpricesindex/en/>.

GLANTZ, Michael H ; RAMÍREZ, Ivan J. Enhancing Societal Value of Early Warning Early Action and Anticipatory Action Frameworks Using NOAA's Oceanic Niño Index. **International Journal of Disaster Risk Science**, 2025.

GUIMARÃES NOBRE, Gabriela; TOWNER, Jamie; NHANTUMBO, Bernardino; *et al*. Ready, Set & Go! An Anticipatory Action System Against Droughts. **Natural Hazards and Earth System Sciences**, v. 24, n. 12, p. 4661–4682, 2024. Disponível em: <https://nhess.copernicus.org/articles/24/4661/2024/>.

HARARE, Gwebi ; CHINHOYI, Zimbabwe. **National Capacity Building on "Promoting Juncao Technology for Resilient Food Systems, Poverty Eradication and Climate Adaptation in Zimbabwe" | Department of Economic and Social Affairs**. [s.l.: s.n.], 2026. Disponível em:

<https://sdgs.un.org/events/national-capacity-building-promoting-juncao-technology-resilient-food-systems-poverty-0>.

HAUGHTON, H.; KEANE, J. Alleviating Debt Distress and Advancing the Sustainable Development Goals. **Sustainable Development**, v. 29, n. 3, 3 maio 2021.

ITALO, Sergio; ENENKEL, Markus; LOMBARDI, Niccolò; *et al*. Anticipatory Action for Drought in the Sahel: An Innovation for Drought Risk Management or a Buzzword? **Frontiers in Climate**, v. 6, 2024.

PARTINGTON, Richard; TURAL AHMEDZADE ; SCRUTON, Paul. **'Super' El Niño could cause global food price shock lasting into 2028, analysts say**. the Guardian. Disponível em: <https://www.theguardian.com/business/2026/jul/12/super-el-nino-severe-shock-global-food-prices-lasting-into-2028-economists-warn>. Acesso em: 20 July 2026.

REED, Connor; ANDERSON, Weston; KRUCZKIEWICZ, Andrew; *et al*. The impact of flooding on food security across Africa. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 119, n. 43, 2022.

THE IRC. **El Niño threatens deadly floods and disease across East Africa and Asia**. El Niño threatens deadly floods and disease across East Africa and Asia. Disponível em: <https://www.rescue.org/press-release/el-nino-threatens-deadly-floods-and-disease-across-east-africa-and-asia>. Acesso em: 20 July 2026.

United Nations. **UNPDF | Accelerating SDGs in Developing Countries: Promoting Juncao Technology for Resilient Food Systems, Poverty Eradication and Climate Adaptation | United Nations**. United Nations. Disponível em: <https://www.un.org/en/unpdf/sdg-2024-02>. Acesso em: 20 July 2026.

United Nations. **UNPDF | Enhancing capacity of developing countries to achieve sustainable agriculture**. [s.l.: s.n.], 2017. Disponível em: <https://www.un.org/en/unpdf/sdg-2017-01>. Acesso em: 20 July 2026.

United Nations. **The Sustainable Development Goals Report 2020**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/The-sustainable-Development-Goals-Report-2020.pdf> .

United Nations. **The Sustainable Development Report 2021**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2021/The-sustainable-Development-Goals-Report-2021.pdf> .

United Nations. **The Sustainable Development Goals Report 2026**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2026/>.

United Nations Department of Economic and Social Affairs. **Enhancing capacity of developing countries to achieve sustainable agriculture through the transfer of Juncao technology for alleviating poverty and promoting productive employment.** New York: United Nations, 2022. Disponível em: https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/2022/0 6/pdf-sdg-2017-01 juncao media collection.pdf. Acesso em: 20 July 2026.

United Nations Development Programme. **The Human Cost of Inaction: Poverty, Social Protection and Debt Servicing, 2020-2023**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.undp.org/publications/dfs-human-cost-inaction-poverty-social-protection-and-debt-servicing-2020-2023>.

UN World Food Programme (WFP). WFP. Disponível em: <https://www.wfp.org/publications/el-nino-fao-wfp-joint-anticipatory-action-appeal-june-2026-march-2027>.

WANG, Guojian; CAI, Wenju; GAN, Bolan; *et al*. Continued Increase of Extreme El Niño Frequency Long After 1.5 °C Warming Stabilization. **Nature Climate Change**, v. 7, n. 8, p. 568–572, 2017. Disponível em: <https://repository.library.noaa.gov/view/noaa/61711>.

World Health Organization. **COVID-19 Strategic Preparedness and Response Plan Operational Planning Guideline**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://www.who.int/publications/m/item/covid-19-strategic-preparedness-and-response-plan-operational-planning-guideline>.

As Cooperações do BID e do Banco Mundial na Venezuela e na Faixa de Gaza

Cooperación del BID y el Banco Mundial en Venezuela y la Franja de Gaza

IDB and World Bank Cooperation in Venezuela and the Gaza Strip

Isis Pillar Cazumbá

Resumo: O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (BM) divulgaram em julho as suas cooperações na Venezuela e na Faixa de Gaza. O BID preparou um pacote de subsídios para apoiar a Venezuela devido aos fortes terremotos que atingiram uma parte do país, no final de junho. O BM apresentou que irá seguir apoiando a Faixa de Gaza através de projetos que envolvam o atendimento a emergências, a reparação, reconstrução de Gaza e da Cisjordânia.

Palavras-chave: BID; Banco Mundial; Cooperação; Venezuela; Faixa de Gaza.

Resumen: *El Banco Interamericano de Desarrollo (BID) y el Banco Mundial (BM) anunciaron en julio su cooperación en Venezuela y la Franja de Gaza. El BID preparó un paquete de donaciones para apoyar a Venezuela tras los fuertes terremotos que azotaron parte del país a finales de junio. El BM declaró que continuará apoyando a la Franja de Gaza mediante proyectos de respuesta a emergencias, reparaciones y reconstrucción en Gaza y Cisjordania.*

Palabras clave: *BID; Banco Mundial; Cooperación; Venezuela; Franja Gaza.*

Abstract: *In July, the Inter-American Development Bank (IDB) and the World Bank (WB) announced their cooperation efforts in Venezuela and the Gaza Strip. The IDB prepared a grant package to support Venezuela following the strong earthquakes that struck part of the country in late June. The World Bank stated that it would continue to support the Gaza Strip through projects involving emergency response, as well as repair and reconstruction efforts in Gaza and the West Bank.*

Keywords: *IDB; World Bank; Cooperation; Venezuela; Gaza Strip.*

O BID e a Venezuela

No início do mês de julho, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) anunciou um pacote de subsídios de aproximadamente US$ 1 milhão, que tem como objetivo apoiar a resposta de emergência à Venezuela, que teve a costa central do país assolada por terremotos.

Os recursos irão financiar dois setores que a equipe do BID constatou como sendo as maiores necessidades, que foram a avaliação de perdas e danos e a assistência humanitária imediata. Na avaliação de perdas e danos, o BID liberará US$ 150.000 para recuperar e restaurar os serviços públicos considerados essenciais. No caso da assistência humanitária, o BID contribuirá com US$ 350.000 e os demais países membros de US$ 100.000 até US$ 400.000, devido ao "Juntos pela Venezuela", campanha interna feita pela própria instituição. De acordo com o BID, a assistência humanitária será realizada em parceria com a Cáritas Venezuela, em razão da sua larga experiência e respostas emergenciais e de amplo alcance nacional. Outras

organizações multilaterais também estarão envolvidas nesta parceria a fim de garantir a celeridade e a eficácia da resposta à população afetada.

O presidente do BID, Ilan GoldFajn destacou em seu discurso que o povo venezuelano poderá contar com o apoio da instituição financeira neste momento extremamente difícil. Goldfajn acrescentou que este pacote foi idealizado com o objetivo de dar suporte às necessidades mais urgentes e fortalecer a avaliação de danos para responder as emergências de forma assertiva. O presidente pontuou que o BID está trabalhando junto com o governo interino e com outros parceiros da instituição, com o intuito de apoiar e acelerar "os esforços de recuperação, a mobilização de recursos e a ajuda às comunidades afetadas a se reconstruírem."

O Banco Mundial e a Palestina

Realizada em julho, na Bélgica, a *Segunda Reunião Ministerial do Grupo de Doadores Palestinos* contou com a presença da diretora geral de Operações do Banco Mundial (BM), Anna Bjerde. Em seu discurso, Bjerde afirmou que a instituição financeira multilateral prestará apoio à Gaza e à Cisjordânia, já que o "Plano Empresarial para Acabar com o Conflito de Gaza, o cessar-fogo subsequente e a Resolução 2.803 da ONU criaram a abertura para o socorro, recuperação e reconstrução".

A diretora geral continuou o seu discurso dizendo que quando o conflito foi iniciado, o BM forneceu apoio para alívio imediato através das agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e juntamente com a União Europeia (EU) e a ONU, prepararam um relatório intitulado *Avaliação Rápida de Danos e Necessidades,* que ajudou muito no planejamento e na priorização de ações imediatas na região. Bjerde afirmou que há "uma pasta em Gaza que pode ser retomada rapidamente, composta por US$70 milhões em atividades suspensas e apoia prioridades como o abastecimento de água, tratamento de águas residuais, energia e serviços sociais e de saúde".

O *Fundo Palestino para Reconstrução e Desenvolvimento* para a Cisjordânia e Gaza, e o *Fundo Intermediário Financeiro para a Reconstrução e Desenvolvimento de Gaza* foram lembrados pela diretora geral. Anna Bjerde mostrou que esses programas anuais são focados nos territórios e que recebem doações àqueles que desejarem incentivar nas atividades de reconstrução de ambos os territórios.

Ao finalizar o seu discurso, Bjerde afirmou que o BM contratou especialistas seniores que foram além da produção de diretrizes de recuperação imediata. Os especialistas produziram um projeto de longo prazo para estes territórios, focados em geração de empregos, em uma economia pujante, capital humano qualificado e conectividade, onde "famílias palestinas possam planejar suas vidas com esperança e oportunidade genuínas". Bjerde pediu mais união e comprometimento a todos os presentes naquela reunião, com o intuito de avançar em atender as necessidades do povo palestino.

Considerações Finais

Recentemente, o BID voltou a ter relações com a Venezuela, após o governo interino de Delcy Rodríguez entrar em vigor. Na última semana de junho, o BID anunciou o nome do novo governador (representante dos interesses do país membro na instituição), o que ajudará na aceleração dos programas voltados ao povo venezuelano.

Em quase duas décadas vivendo um caos político e socioeconômico, a Venezuela vive mais um drama, provocado por dois fortíssimos terremotos. Reconstruir tudo o que foi perdido nesta tragédia solitariamente não seria possível. Pode-se dizer momentaneamente que a volta da Venezuela como um país membro do BID é muito bem-vinda, pois a instituição financeira já possui mecanismo para fornecer cooperação técnica de emergência não reembolsável, que de acordo com o BID, é um instrumento financeiro reservado para auxiliar membros mutuários "que enfrentam necessidades urgentes devido a eventos naturais extraordinários". O BID mostrou que esta cooperação técnica foi projetada para viabilizar os recursos de forma mais célere.

***

Desde novembro de 1992, o BM atua nos territórios palestinos através dos seus programas de assistência. Através de subsídios próprios e do cofinanciamento de parceiros de desenvolvimento, a instituição financeira apoiou projetos liderados pela Autoridade Palestina (AP) em diversos setores (desenvolvimento urbano e local, água, energia, educação, proteção social, gestão de resíduos sólidos e setores financeiro e privado).

Os impactos negativos trazidos pela guerra em Gaza fizeram um grande número de vítimas, além da ampla destruição de infraestrutura e deslocamento, trazendo efeitos na Cisjordânia. De acordo com o BM, a pobreza nestes territórios foi aprofundada, devido à redução da produção econômica e da derrocada dos serviços considerados básicos.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] O Grupo BID concede doações de pelo menos US$ 1 milhão para apoiar a resposta de emergência da Venezuela aos terremotos [acesso em 20 jul 2026]. Disponível em: https://www.iadb.org/pt-br/noticias/o-grupo-bid-concede-doacoes-de-pelo-menos-us-1-milhao-para-apoiar-resposta-de-emergencia-da

Banco Mundial [homepage na internet] Observações de Anna Bjerde, Diretora-Geral de Operações do Banco Mundial, na Segunda Reunião Ministerial do Grupo de Doadores Palestinos [acesso em 20 jul 2026]. Disponível em: https://www.worldbank.org/en/news/statement/2026/07/13/remarks-by-anna-bjerde-world-bank-managing-director-of-operations-at-the-second-meeting-of-the-palestine-donor-group-mi

A inserção dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) no Sul Global

La integración de los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) en el Sur Global

The Integration of Regional Development Banks (BRDs) in the Global South

Laura Tavares Soares

Resumo: O último Seminário do CRIS teve como temática o Sul Global. Este Informe trata da inserção dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) no Sul Global, com uma introdução que analisa a relevância geral desses Bancos no financiamento e apoio técnico de Projetos de Desenvolvimento para os países do Sul Global. Em seguida se detalha o papel e a contribuição dos principais Bancos Regionais do Sul Global: do Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS (NDB), do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB), do Banco Africano de Desenvolvimento (AfDB), do Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF).

Palavras-chave: Sul Global; Bancos Regionais de Desenvolvimento.

Resumen*: El último Seminario CRIS se centró en el Sur Global. Este informe aborda la integración de los Bancos Regionales de Desarrollo (BRD) en el Sur Global, con una introducción que analiza la relevancia general de estos bancos en la financiación y el apoyo técnico a proyectos de desarrollo en los países del Sur Global. A continuación, detalla el papel y la contribución de los principales Bancos Regionales del Sur Global: el Nuevo Banco de Desarrollo o Banco BRICS (NBD), el Banco Asiático de Desarrollo (BAD), el Banco Africano de Desarrollo (BAD), el Banco Islámico de Desarrollo (BID) y el Banco de Desarrollo de América Latina y el Caribe (BALC).*

Palabras clave*: Sur Global; Bancos Regionales de Desarrollo.*

Abstract: *The last CRIS Seminar focused on the Global South. This report addresses the integration of Regional Development Banks (RDBs) in the Global South, with an introduction analyzing the overall relevance of these banks in financing and providing technical support for development projects in countries of the Global South. It then details the role and contribution of the main Regional Banks of the Global South: the New Development Bank or BRICS Bank (NDB), the Asian Development Bank (ADB), the African Development Bank (AfDB), the Islamic Development Bank (IsDB), and the Development Bank of Latin America and the Caribbean (CAF).*

Keywords*: Global South; Regional Development Banks.*

Introdução

A inserção dos Bancos Regionais de Desenvolvimento (BRDs) no Sul Global refere-se ao papel estratégico dessas instituições financeiras multilaterais no apoio ao desenvolvimento

econômico, social e sustentável dos países em desenvolvimento, predominantemente na África, América Latina, Caribe, Ásia e Oceania (excluindo nações altamente desenvolvidas).

Os **Bancos Regionais de Desenvolvimento** (também chamados de "Multilateral Development Banks" — MDBs regionais) são instituições criadas por múltiplos países para financiar projetos de desenvolvimento, oferecer assistência técnica e promover integração regional. Diferem-se do Banco Mundial (mais global) por terem foco geográfico específico e maior controle ou participação dos países beneficiários.

O **Sul Global** abrange economias em desenvolvimento caracterizadas por desigualdades, dependência de setores primários, vulnerabilidade climática e infraestrutura deficiente. Os **BRDs** inserem-se como ponte entre recursos internacionais (capitais de doadores ricos) e necessidades locais, permitindo *empréstimos em condições favoráveis* (taxas baixas, prazos longos) graças à garantia coletiva dos membros e classificações ("ratings") de crédito elevadas.

As principais *formas de inserção* dos BRDs no Sul Global são:

1. *Financiamento de projetos* nas áreas de infraestrutura (transportes, energia, água), saúde, educação, agricultura e resiliência climática. Exemplos: o ADB (Banco Asiático de Desenvolvimento), financiando redes elétricas regionais; e o AfDB (ou BAD Banco Africano de Desenvolvimento) apoiando minerais críticos para industrialização africana
2. *Assistência técnica e conhecimento*, com capacitação, estudos de viabilidade e reformas institucionais.
3. *Mobilização de capital privado*, com parcerias público-privadas (PPPs) e garantias para atrair investimentos.
4. *Resposta a crises*, com suporte em choques econômicos, alimentares, energéticos ou climáticos, com desembolsos rápidos.
5. *Integração Sul-Sul*. Muitos BRDs facilitam a cooperação entre países do Sul Global, reduzindo a dependência exclusiva do Norte (como por exemplo o NDB — Novo Banco de Desenvolvimento ou Banco dos BRICS como alternativa).

Alguns *impactos positivos dessa inserção* são a aceleração do crescimento inclusivo, a redução da pobreza e a promoção da sustentabilidade. Em 2025, MDBs registraram recordes de financiamento climático (ex.: US$163 bilhões). Por outro lado, países do Sul Global ganham uma voz maior na governança dos BRDs.

Existem ainda *desafios* nessa inserção dos BRDs no Sul Global, como os impactos ambientais e sociais em projetos (ex.: deslocamento de comunidades indígenas); algumas condicionalidades que podem limitar a soberania (embora muito menores que as do Banco Mundial); e a necessidade de maior alinhamento com agendas locais. Há esforços de reformas nos BRDs para aumentar a escala e ter maior agilidade nos empréstimos.

No contexto atual, os BRDs estão se adaptando a um *mundo multipolar*, com maior ênfase em transição energética, digitalização, igualdade de gênero e resiliência. Países como Brasil, Índia, China e África do Sul (todos membros dos BRICs) usam esses bancos para ampliar sua influência no Sul Global, enquanto reformas buscam triplicar o financiamento e harmonizar as operações.

Em síntese, *os BRDs são instrumentos importantes para que o Sul Global supere assimetrias globais, financiando o desenvolvimento sem as restrições puramente comerciais dos mercados privados, embora seu sucesso dependa ainda de uma governança mais inclusiva e um alinhamento maior com prioridades nacionais.*

Inserção do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, ou Banco dos BRICS) no Sul Global

A inserção do Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, ou Banco dos BRICS) no Sul Global representa *uma alternativa importante aos bancos multilaterais tradicionais*, promovendo ***financiamento sul-sul*** para infraestrutura e desenvolvimento sustentável.

O Novo Banco de Desenvolvimento ("New Development Bank" — NDB) foi criado pelos países dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2014/2015, com sede em Xangai (China). Seu objetivo principal é mobilizar recursos para projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável em economias emergentes e em desenvolvimento (EMDCs), com *ênfase no Sul Global*.

Cada membro fundador tem igualdade de voto (sem veto). O Banco encontra-se em processo de expansão gradual: agora inclui Bangladesh, Emirados Árabes Unidos, Uruguai, Egito, Argélia, Colômbia, Etiópia, Uzbequistão, Angola, entre outros. Os países fundadores do BRICS mantêm maioria (>55% do poder de voto).

A presidência do NDB é ocupada atualmente por Dilma Rousseff (ex Presidenta do Brasil).

Seus projetos são alinhados aos ODS da ONU e ao Acordo de Paris — energia limpa, transporte, água/saneamento, proteção ambiental, infraestrutura social e digital.

Com relação à inserção no Sul Global, o NDB surge como resposta às limitações dos bancos tradicionais (Banco Mundial, BID etc.), que muitas vezes são vistos como dominados pelo *Norte Global*. Ele fortalece a ***cooperação Sul-Sul***, *reduzindo a dependência do dólar e de instituições ocidentais*, priorizando as necessidades de países em desenvolvimento da África, da América Latina, e da Ásia.

Essa inserção se dá por meio do financiamento de Projetos. Até 2026, o NDB aprovou ~US$42,9 bilhões em 139 projetos. Entre eles estão os sistemas de trânsito rápido na Índia, a modernização de distribuição de energia no Brasil, os metrôs na China, a infraestrutura ferroviária na África do Sul, e projetos de água em Rajasthan (Índia).

O impacto desses projetos é considerado sustentável, com geração de energia renovável (2.400 MW), redução de emissões de CO_2 (~14,7 milhões de toneladas/ano), além do financiamento de moradias, saneamento e transporte urbano.

O NDB apresenta uma ***expansão geográfica no Sul Global***, com escritórios regionais na África do Sul, Brasil, Índia e Rússia. Novos membros ampliam o alcance para mais países do Sul Global (como Argélia, Etiópia e Egito).

A principal característica do financiamento proporcionado pelo NDB é a ***Inovação Financeira***, com emissões de títulos ("bonds") verdes, em ***moedas locais*** , além de parcerias para mobilizar capital privado. As classificações de crédito ("ratings") são elevadas (AA+), facilitando a captação barata de recursos.

Além de criar facilidades em situações de emergência, o NDB busca a resiliência em seus projetos pós crises.

O Banco participa ativamente de **fóruns do Sul Global**, como o recente *Fórum de Financiadores do Sul Global* — realizado em março de 2026 em Beijing na China, reunindo líderes de instituições financeiras, integrantes de governos, "think tanks" e integrantes da mídia, para debater as conquistas e as perspectivas da cooperação em finanças verdes no Sul Global. A chamada para este fórum foi "*Sul Global está remodelando a ordem financeira internacional, como demonstra Fórum de Financiadores realizado em Beijing."* https://monitormercantil.com.br/forum-de-financiadores-do-sul-global-2026/

Os *diferenciais* da inserção do NDB no Sul Global são a governança mais equitativa (*países do Sul passam a ter uma voz maior*); o foco em projetos de alto impacto climático e social; e a flexibilidade para financiar setores públicos e privados.

O NDB reforça a *multipolaridade econômica*, posicionando o ***Sul Global* como *protagonista no financiamento do próprio desenvolvimento***. Em 2026, participou ativamente de debates sobre revolução tecnológica e financiamento climático.

Inserção do Banco Asiático de Desenvolvimento (Asian Development Bank — ADB) no Sul Global

A inserção do Banco Asiático de Desenvolvimento (Asian Development Bank — ADB) no Sul Global é significativa, pois ele atua como um dos principais financiadores de infraestrutura, crescimento inclusivo e resiliência em países em desenvolvimento *da Ásia e do Pacífico*, regiões que formam grande parte do *Sul Global*.

Fundado em 1966 e sediado em Manila (Filipinas), o ADB é um banco multilateral de desenvolvimento com 68 membros (49 regionais e 19 não regionais). Seu foco principal é reduzir a pobreza e promover prosperidade sustentável dos países da Ásia e do Pacífico — países que concentram grande parcela do *Sul Global*.

Sua missão é a de financiar projetos que promovam desenvolvimento inclusivo, sustentável e resiliente, alinhados aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e ao Acordo de Paris.

Seus membros regionais (incluindo China, Índia e Indonésia) têm influência relevante no financiamento do *Sul Global* (embora Japão e EUA sejam grandes acionistas).

O ADB se insere no Sul Global como parceiro estratégico, oferecendo *empréstimos concessionais, assistência técnica e mobilização de capital privado* para economias em desenvolvimento com desafios como *pobreza, vulnerabilidade climática, infraestrutura deficiente e desigualdades*.

As principais formas de atuação do ADB são:

- Financiamento de infraestrutura
- Transporte, energia, água e saneamento. Exemplos recentes incluem projetos de ferrovias na Turquia (conectando Europa-Ásia), de redes elétricas regionais ("ASEAN Power Grid") e de resiliência no Pacífico.
- Resposta a crises e choques

- Suporte rápido a impactos de conflitos (Oriente Médio), preços de energia/alimentos, desastres naturais e mudanças climáticas. Em 2025/2026, expandiu ferramentas flexíveis para proteger serviços essenciais e construir sistemas mais fortes.
- Desenvolvimento inclusivo
- Foco em gênero, pequenas empresas, **saúde**, educação e digitalização. ***Apoio a países de baixa renda*** e pequenas ilhas do Pacífico (expansão de presença local).
- Sustentabilidade climática
- Contribui para recordes de financiamento climático dos BRDs (parte dos US$163 bilhões em 2025). Prioriza energia renovável, eficiência e adaptação.
- Parcerias
- Colabora com governos, setor privado e outros bancos (ex.: cofinanciamento com NDB).
- Impacto quantitativo

O ADB financia bilhões anualmente em projetos que afetam centenas de milhões de pessoas, promovendo integração regional (ex.: "Greater Mekong Subregion") e conectividade Ásia-Pacífico.

Seus *diferenciais* são a expertise regional profunda, capacidade de resposta ágil a choques sobrepostos (clima, geopolítica, economia) e ênfase em inovação (ex.: *fundos para cidades inteligentes, minerais críticos e transição energética*).

Possui ainda *desafios*, como a necessidade de *maior escala de financiamento diante das enormes demandas do Sul Global*; críticas ocasionais sobre impactos ambientais/sociais em grandes projetos; e coordenação com iniciativas como a Rota da Seda (China) e com outros BRDs.

Em 2026, o ADB evoluiu para ser mais que financiador: foi *parceiro* em alinhamento de riscos, na atração de investimento privado e em *projetos transfronteiriços* (como as grades — "grids" — de energia conectadas). Isso *fortalece a autonomia e o desenvolvimento do Sul Global na Ásia e no Pacífico*, região com alto potencial de crescimento apesar das vulnerabilidades.

Inserção do Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank — AfDB) no Sul Global

A inserção do Banco Africano de Desenvolvimento (African Development Bank — AfDB) no Sul Global é central, pois *o continente africano representa uma porção significativa do Sul Global*, e o AfDB atua como principal instituição financeira multilateral dedicada exclusivamente ao desenvolvimento africano.

Fundado em 1964 e sediado em Abidjan (Costa do Marfim), o AfDB é um banco multilateral com 81 membros (54 africanos e 27 não regionais). Seu mandato é promover o crescimento econômico e o progresso social na África, com ênfase na *redução da pobreza, integração regional e desenvolvimento sustentável*.

Os países africanos têm participação majoritária no AfDB, garantindo maior alinhamento com prioridades regionais e locais.

Suas ferramentas de financiamento são os empréstimos, as subvenções (“grants”), a assistência técnica, além das garantias e parcerias. O Grupo do AfDB inclui o ***Fundo Africano de Desenvolvimento*** (“African Development Fund” — **ADF**) para ***países de baixa renda***.

Os pontos fortes do ADF são a *concessionalidade*, essencial para países que não acessam mercados internacionais em condições viáveis; o *foco em vulneráveis, priorizando estados frágeis, pós-conflito e de baixa renda*, promovendo *inclusão* (mulheres, jovens, comunidades rurais); a *Integração Regional*, com apoio a *projetos transnacionais* (como a restauração do Lago Chade, e o corredor Abidjan-Lagos); os resultados mensuráveis, como a melhoria na produtividade agrícola, a construção e a reabilitação de infraestruturas ; e a capacitação institucional.

Em 2026 o ADF continua central nas estratégias do AfDB para o continente, com ênfase em *propriedade africana* (“African countries strengthen ownership”), *transição energética, empregos jovens e integração*. Países como Burkina Faso ratificam contribuições e projetos, reforçando o modelo. O ADF complementa o AfDB e outros instrumentos (ex.: parcerias com NDB, ADB ou setor privado).

A *inserção do AfDB no Sul Global* engloba *desafios* como alta pobreza, dependência de commodities, vulnerabilidade climática, gaps de infraestrutura e industrialização limitada. O AfDB insere-se como catalisador líder do desenvolvimento africano, financiando projetos que *transformam recursos naturais em desenvolvimento inclusivo e resiliente*.

Suas principais *contribuições* são:

- Infraestrutura e industrialização
  Projetos de energia, transporte, água e minerais críticos como alavanca para transformação econômica (ex.: “África’s Minerals”; “Africa’s Future”). Apoia conectividade regional e cadeias de valor.

- Resiliência climática e sustentabilidade
  Forte foco em adaptação e mitigação de desastres climáticos. Também contribui para recordes de financiamento climático dos MDBs (parte dos US$163 bilhões em 2025). Alguns exemplos: projetos de energia renovável, agricultura resiliente e gestão de desastres (ex.: drones para resiliência em Moçambique).

- Desenvolvimento humano
  Saúde, educação, gênero, geração de estatísticas e inclusão social. Projetos de habitação, empregos e empreendedorismo. Participa de diversos Fóruns como o fórum continental sobre gênero e crianças.

- Integração regional
  Apoio a blocos como a *União Africana*, promovendo comércio intra-africano e estabilidade.

- Resposta a crises
  Suporte em choques econômicos, alimentares, de **saúde** e conflitos, com ênfase em capacidade institucional (ex.: *clínicas* fiduciárias na Zâmbia).

- Impacto

Milhares de projetos aprovados, gerando empregos, infraestrutura e crescimento em países de todo o continente. *Em 2026, prioriza a* ***transformação estrutural***, com seu presidente, Dr. Sidi Ould Tah, liderando iniciativas.

Os *diferenciais* da atuação do AfDB são a *legitimidade africana* (*governança por africanos para africanos*), foco em *prioridades continentais* (Agenda 2063 da União Africana) e *parcerias inovadoras* (ex.: com setor privado e outros BRDs como NDB).

Ainda persistem alguns *desafios*, como a necessidade de maior volume de recursos diante da *escala de necessidades*; gestão de dívidas em alguns países; impactos socioambientais em projetos de extração; e coordenação com iniciativas globais.

O Grupo Banco Africano de Desenvolvimento realiza parcerias globais e lidera fóruns relevantes para a África e o Sul Global. Em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), acolheu, de 10 a 12 de julho de 2026, a Conferência Económica Africana de 2026, bem como o encontro anual da Rede Global de Economistas-Chefes de Instituições de Desenvolvimento e Financiamento e da Rede Africana de Economistas-Chefes.

O tema da Conferência de 2006, '*Reforçar a autonomia geopolítica e a resiliência comercial de África num mundo multipolar*', oferece uma oportunidade para as partes interessadas encetarem um diálogo franco sobre a forma como África pode reforçar a sua autonomia numa economia global em rápida mudança. [https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/eventos/abidjan-recebe-principais-lideres-economicos-africanos-na-conferencia-economica-africana-de-2026-94643]

O AfDB fortalece a **Agência Africana do Sul Global**, posicionando a África como polo de oportunidades (minerais, demografia jovem, transição verde) *em vez de apenas receptor de ajuda*. Em 2026, enfatiza industrialização, estatísticas robustas e resiliência para um futuro autossustentável.

A *Agência Africana do Sul Global* refere-se ao conceito de "African Agency" (agência africana), que descreve a *capacidade crescente dos atores africanos* (estados, União Africana — UA, sociedade civil e setor privado) de *atuarem de forma proativa, autônoma e influente nos assuntos internacionais, em vez de serem meros receptores passivos de políticas externas*.

A *Agência* é a habilidade de moldar agendas, negociar parcerias e influenciar normas globais, superando narrativas históricas de dependência, colonialismo e marginalização. ***No Sul Global, a África busca reescrever regras em governança global, comércio, clima e segurança.***

No período pós-independência, a agência era limitada (reativa). Hoje, evolui para "África 2.0": assertiva, com iniciativas como Agenda 2063 da União Africana (UA), AfCFTA (Área de Livre Comércio Continental Africana) e *posições comuns em fóruns multilaterais*.

As manifestações da Agência Africana são institucionais e coletivas, tendo na União Africana (UA) uma voz unificada em negociações (exos.: "Common African Position" no pós-2015 para os ODS; entrada da UA no G20 como 21º membro); defendem a integração regional e a criação de blocos (como o já mencionado AfCFTA);

Propõe ainda novas alianças, como a *Aliança dos Estados do Sahel* ("Alliance of Sahel States" — AES), com postura *anti-intervenção externa*; e luta por *reformas globais*, como a demanda por *assentos permanentes no Conselho de Segurança da ONU*, *reforma de instituições*

financeiras (MDBs) e *maior participação em regras climáticas e comerciais.* Defende as ***parcerias Sul-Sul*** (com China, Índia, Brasil, Turquia) em condições mais negociadas, diversificando para além do Norte tradicional. Possui ainda um papel em ***paz e segurança*** (missões da UA) e em fóruns como NAM (*Movimento dos Não Alinhados*) e *G77+China*.

Cria outros *domínios*, como a Agência Espacial Africana (AfSA) para ***soberania tecnológica***, monitoramento climático e recursos; e valoriza as narrativas e o soft power, com ***valorização da cultura***, dos esportes e do conhecimento endógeno em pesquisas africanas.

A agência africana fortalece o Sul Global ao promover multipolaridade, a integração Sul-Sul e as reformas do sistema internacional. Exemplos incluem liderança em debates climáticos, comércio justo e governança digital. No entanto, *para avançar, exige maior unidade continental, investimento em capacidades (educação, tecnologia) e narrativas próprias que superem a vitimização ("victimhood")*.

Persistem ainda *desafios e limitações*, como a *fragmentação interna*, com divisões entre países, rivalidades regionais e capacidades institucionais desiguais; as ***dependências estruturais***, como a dívida, a vulnerabilidade climática, a capacidade técnica limitada e as assimetrias em parcerias (sobretudo com potências externas).

Em resumo, a ***agência africana*** não é ilusória: manifesta-se em iniciativas concretas para o ***fortalecimento do Sul Global***, mas precisa de consolidação para transformar o continente de *objeto* em *sujeito pleno* nas relações globais. Instituições como a UA, o AfDB e a AfCFTA são pilares dessa transição.

A **África**, como maior componente demográfico e de recursos do ***Sul Global***, trata de superar narrativas históricas de dependência, vitimização ("victimhood") e marginalização, para afirmar soberania, moldar agendas internacionais e construir parcerias em condições mais equitativas.

Podem se constatar avanços recentes (2024-2026) nessa inserção, como a maior coordenação com fóruns multilaterais e multipolares; a ênfase em "ownership" africana em financiamentos de desenvolvimento com o AfDB; e o uso estratégico de competições geopolíticas para obter melhores termos em investimentos e tecnologia.

Em essência, a *Agência do Sul Global Africano* marca a *transição da reatividade para o protagonismo*. A África não quer apenas "ser ajudada", mas co-criar as regras do jogo global. Isso alinha-se a iniciativas como os BRICS ampliados e reformas dos BRDs multilaterais.

Inserção do Banco Islâmico de Desenvolvimento (Islamic Development Bank — IsDB) no Sul Global

A inserção do Banco Islâmico de Desenvolvimento (Islamic Development Bank — IsDB) no Sul Global é marcante, pois a instituição atua como *uma das principais fontes de financiamento para países em desenvolvimento de maioria muçulmana*, promovendo a ***cooperação Sul-Sul*** *e o desenvolvimento inclusivo alinhado aos princípios islâmicos*.

Fundado em 1973 e sediado em Jeddah (Arábia Saudita), o IsDB é um banco multilateral de desenvolvimento com 57 países membros (principalmente da Organização da Cooperação Islâmica — OCI). Seu modelo de financiamento ***evita juros*** (riba), utilizando instrumentos como *murabaha, musharaka, istisna e sukuk* (***títulos islâmicos***).

Seu foco é na redução da pobreza, no desenvolvimento humano, na infraestrutura e na integração econômica em países membros, com ênfase em sustentabilidade e ***solidariedade islâmica***.

Seus países membros estão no **Sul Global** (África Subsaariana, Ásia Central/Sul, Oriente Médio e algumas nações da América Latina).

O IsDB insere-se como *alternativa aos modelos ocidentais*, priorizando:

1. *Financiamento concessional e comercial:* Projetos de energia, transporte, agricultura, saúde e educação.

2. *Cooperação Sul-Sul:* Parcerias entre membros (com África e Ásia) e com outros BRDs, fortalecendo a autonomia coletiva.

3. *Desenvolvimento inclusivo:* Ênfase em *países de baixa renda*, mulheres, jovens e comunidades vulneráveis, com forte atuação em *resiliência climática e segurança alimentar*.

4. *Inovação financeira: Sukuk* (nome árabe para um certificado financeiro, mas pode ser visto como o equivalente islâmico de um título) para mobilizar recursos privados e fundos para emergências (ex.: pandemias, desastres).

O banco opera em mais de 50 países, com impacto em infraestrutura que conecta economias e promove comércio intra-OCI (*Organização de Cooperação Islâmica*) (https://www-oic-oci-org.translate.goog/en?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc&_x_tr_hist=true)

O ISDB possui parcerias com a União Africana (UA), a ONU, e com iniciativas como a Rota da Seda (China). É um dos maiores financiadores multilaterais para o mundo islâmico em desenvolvimento, complementando AfDB, ADB e outros.

Seu diferencial são os princípios éticos, com ***financiamento sem juros, com foco em risco compartilhado e impacto social real***. Seus resultados são mensuráveis, com milhares de *projetos em energia renovável, estradas, portos,* ***hospitais*** *e programas de capacitação,* ***contribuindo para a redução da pobreza e o crescimento inclusivo***.

Em 2026, o IsDB reforça seu papel no ***Sul Global***, ao oferecer ***financiamento alternativo***, promovendo ***solidariedade*** *entre nações em desenvolvimento* e *diversificando fontes além de instituições dominadas pelo Norte*. *Ele exemplifica como bancos regionais/religiosos podem alinhar valores culturais com desenvolvimento prático*.

Inserção do CAF (Banco de Desenvolvimento para América Latina e Caribe) no Sul Global

A América Latina e Caribe formam parte essencial do Sul Global (desigualdades, vulnerabilidade climática, dependência de commodities). O CAF insere-se oferecendo soluções flexíveis e adaptadas aos países da região, complementando instituições globais como BID, o FMI e o Banco Mundial.

A inserção do CAF (Banco de Desenvolvimento para América Latina e Caribe) no Sul Global é um caso notável de *como um banco de desenvolvimento regional se transformou em um ator financeiro multilateral de peso, com uma identidade própria*.

Sua inserção é estratégica, pois posiciona a instituição como um dos principais financiadores regionais para países em desenvolvimento da América Latina, Caribe e, crescentemente, de outras partes do Sul Global.

Fundado em 1970 (como Corporação Andina de Fomento) e sediado em Caracas (Venezuela), o CAF evoluiu para um banco de desenvolvimento multilateral com presença em 20 países acionistas na região (mais parceiros). Seu mandato é promover desenvolvimento sustentável e integração regional por meio de financiamento, assistência técnica e mobilização de recursos.

Diferencia-se de outros BRDs por forte ênfase no setor privado, infraestrutura e projetos de impacto regional, atuando como ponte entre mercados de capitais e necessidades locais.

A atuação do CAF se baseia em quatro eixos principais:

1. Expansão além da origem andina

Criado em 1970 por países andinos, o CAF expandiu seu capital societário para incluir a maioria da América do Sul e do Caribe, além de 13 países acionistas extrarregionais. *Hoje, tem mais países-membros que o próprio Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)*, mas mantém o controle acionário no mundo em desenvolvimento. *Isso o diferencia de instituições como o FMI ou o Banco Mundial, onde o Norte domina a governança.*

2. Alternativa pragmática

O CAF se posiciona como *ponte*. Não rejeita o sistema financeiro tradicional, mas oferece um modelo percebido como mais ágil, menos condicionante e mais próximo das necessidades da região. Para os países-membros, é um "banco amigo", onde a relação é entre pares.

3. Banco da infraestrutura e integração física

Sua carteira é fortemente focada em projetos de ***integração regional*** e *infraestrutura logística e energética* — justamente uma *lacuna crônica para conectar a América do Sul aos mercados asiáticos*. Nesse sentido, o CAF atua como articulador-chave da projeção do continente no século XXI.

4. Refúgio em tempos de crise

Quando o acesso ao crédito internacional seca, o CAF age como *contracíclico*. Foi o principal financiador multilateral de vários países durante a pandemia de COVID-19, *emprestando mais que o FMI para a região*. Consolidou assim sua reputação como *emprestador de última instância* do *Sul Global latino-americano*.

Seus projetos encontram-se principalmente nas seguintes áreas:

- *Financiamento de infraestrutura*. Transporte, energia, água e saneamento — áreas críticas para conectividade e crescimento inclusivo.
- *Desenvolvimento sustentável*. Projetos de transição energética, resiliência climática e economia verde, alinhados aos ODS e Acordo de Paris.
- *Integração regional.* Apoio a *cadeias de valor, comércio intrarregional e projetos transfronteiriços* (ex.: corredores bioceânicos).

- *Resposta a crises*. Suporte em choques econômicos, pandemias e desastres naturais[1], com desembolsos ágeis.

Seus *diferenciais* encontram-se na *agilidade e inovação*, com condições flexíveis, produtos financeiros adaptados e foco em resultados mensuráveis; na sua governança, com *forte presença regional, proporcionando aos países latino-americanos um papel protagonista*; e é um dos maiores *credores multilaterais para a região*, com portfólio diversificado e ratings sólidos que permitem captação em mercados internacionais em boas condições.

O CAF expande sua atuação para além da região (parcerias com África e Ásia), fortalecendo a **cooperação Sul-Sul**.

Em 2026, o CAF reforça seu papel como catalisador da agência do Sul Global na América Latina, promovendo desenvolvimento autônomo, integração e inserção competitiva na economia global. ***Ele exemplifica como bancos regionais podem equilibrar soberania nacional com cooperação multilateral.***

Em síntese, o CAF encontrou seu espaço no **Sul Global** como um banco de desenvolvimento que é grande o suficiente para ser *relevante*, mas *flexível e regional o bastante para escapar da rigidez das instituições tradicionais*.

Considerações Finais

Destaca-se neste Informe a inserção relevante dos BRDs no Sul Global, não apenas financiando projetos de desenvolvimento que permitam que os países dessa região saiam do subdesenvolvimento e da dependência do Norte Global, mas também participando de instâncias multilaterais (fóruns, cúpulas, etc.) colocando suas posições em prol de um sistema global mais justo. Aqui se incluem as propostas de reforma do sistema financeiro internacional, além da mudança do Conselho de Segurança da ONU tornando-o mais inclusivo e participativo.

Uma das contribuições mais importantes dos BRDs para o Sul Global são as modalidades alternativas de financiamento, contrapondo-se às formas impostas do norte global. Neste sentido dois Bancos se destacam por suas inovações financeiras: o Banco Islâmico de Desenvolvimento que inclui a não cobrança de juros e as ações solidárias no financiamento de projetos, em particular para os países mais pobres; e o NDB ou Banco do BRICS que vem substituindo o dólar por moedas locais.

Outros Bancos, como o AfDB, possui um Fundo de Desenvolvimento que utiliza modalidades concessionais que não causam endividamento para os países da África, especialmente os mais vulneráveis.

Também o CAF (Banco de Desenvolvimento para a América Latina e o Caribe) possui formas alternativas de financiamento e de participação mais soberana dos países latinoamericanos nas decisões do Banco, bem como na intermediação das relações entre esses países com instituições financeiras do Norte Global, fortalecendo o posicionamento do Sul Global no multilateralismo.

[1] Ver no Informe 11 a contribuição do CAF humanitária e financeira à Venezuela no terremoto.

A flexibilidade no financiamento, fugindo da rigidez das instituições financeiras tradicionais do Norte, e a capacidade de atuação regional e local, fazem com que os BRDs tenham uma inserção que fortalece o Sul Global.

Referências

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). **Empréstimos e doações**. Disponível em: https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/emprestimos-e-doacoes. Acesso em: 23 jul. 2026.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). **Página institucional**. Disponível em: https://www.afdb.org. Acesso em: 23 jul. 2026.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). **Sobre o Fundo Africano de Desenvolvimento (ADF)**. Disponível em: https://www.afdb.org/pt/sobre-nos/informacao-empresarial/fundo-africano-de-desenvolvimento-adf/sobre-o-adf. Acesso em: 23 jul. 2026.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO (AfDB). **Abidjan recebe principais líderes econômicos africanos na Conferência Econômica Africana de 2026**. Disponível em: https://www.afdb.org/pt/noticias-e-eventos/eventos/abidjan-recebe-principais-lideres-economicos-africanos-na-conferencia-economica-africana-de-2026-94643. Acesso em: 23 jul. 2026.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB). **Página institucional**. Disponível em: https://www.ndb.int/. Acesso em: 23 jul. 2026.

NOVO BANCO DE DESENVOLVIMENTO (NDB). **All projects**. Disponível em: https://www.ndb.int/projects/all-projects/. Acesso em: 23 jul. 2026.

ASIAN DEVELOPMENT BANK INSTITUTE (ADBI). **Página institucional**. Disponível em: https://www.adb.org/adbi. Acesso em: 23 jul. 2026.

ASIAN DEVELOPMENT BANK (ADB). **Página institucional**. Disponível em: https://www.adb.org. Acesso em: 23 jul. 2026.

ISLAMIC DEVELOPMENT BANK (IsDB). **Página institucional**. Disponível em: https://www.isdb.org/. Acesso em: 23 jul. 2026.

ISLAMIC DEVELOPMENT BANK (IsDB). **About IsDB**. Disponível em: https://www.isdb.org/about-isdb. Acesso em: 23 jul. 2026.

ORGANIZAÇÃO DA COOPERAÇÃO ISLÂMICA (OIC). **Página institucional**. Disponível em: https://www.oic-oci.org. Acesso em: 23 jul. 2026.

CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Página institucional**. Disponível em: https://www.caf.com/pt/. Acesso em: 23 jul. 2026.

CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Áreas de ação**. Disponível em: https://www.caf.com/pt/areas-de-acao/. Acesso em: 23 jul. 2026.

CAF – BANCO DE DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Relações externas**. Disponível em: https://www.caf.com/pt/areas-de-acao/relacoes-externas/. Acesso em: 23 jul. 2026.

MONITOR MERCANTIL. **Fórum de Financiadores do Sul Global 2026**. Disponível em: https://monitormercantil.com.br/forum-de-financiadores-do-sul-global-2026/. Acesso em: 23 jul. 2026.

Reforma do Comércio Multilateral, Governança da Propriedade Intelectual e Ativos Intangíveis

Reforma Comercial Multilateral, Gobernanza de la Propiedad Intelectual y Activos Intangibles

Multilateral Trade Reform, Intellectual Property Governance and Intangible Assets

Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário

Resumo: Este documento reúne análises de desenvolvimentos recentes em instituições centrais da governança econômica internacional, com destaque para a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). O texto examina o processo de reforma institucional da OMC e o andamento das negociações multilaterais após a 14ª Conferência Ministerial, as prioridades políticas e normativas discutidas nas Assembleias da OMPI de 2026 e a crescente centralidade da propriedade intelectual e da inteligência artificial na economia mundial. Analisa as principais conclusões do *World Intangible Investment Highlights 2026*, evidenciando a expansão do investimento em ativos intangíveis e a posição do Brasil nesse cenário, bem como os resultados do *World Investment Report 2026* e do painel sobre dependência de commodities da UNCTAD, que revelam a crescente concentração do investimento internacional, os desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento e a persistência da reprimarização das exportações brasileiras.

Palavras-chave: reforma do comércio multilateral; governança da propriedade intelectual; ativos intangíveis; investimento intangível; inteligência artificial; investimento internacional; política industrial; países em desenvolvimento; dependência de commodities.

Resumen: *Este documento reúne análisis de los desarrollos recientes en las principales instituciones de la gobernanza económica internacional, con especial atención a la Organización Mundial del Comercio (OMC), la Organización Mundial de la Propiedad Intelectual (OMPI) y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Comercio y Desarrollo (UNCTAD). Examina el proceso de reforma institucional de la OMC y la evolución de las negociaciones multilaterales tras la 14.ª Conferencia Ministerial, así como las prioridades políticas y normativas debatidas en las Asambleas de la OMPI de 2026, destacando la creciente relevancia de la propiedad intelectual y de la inteligencia artificial en la economía mundial. Asimismo, analiza las principales conclusiones del* World Intangible Investment Highlights 2026*, poniendo de relieve la expansión de la inversión en activos intangibles y la posición de Brasil, y examina el* World Investment Report 2026 *y el panel sobre dependencia de materias primas de la UNCTAD, que evidencian la creciente concentración de la inversión internacional y los desafíos estructurales para los países en desarrollo.*

Palabras clave: *reforma del comercio multilateral; gobernanza de la propiedad intelectual; activos intangibles; inversión intangible; inteligencia artificial; inversión internacional; política industrial; países en desarrollo; dependencia de materias primas.*

Abstract: *This report brings together analyses of recent developments in key institutions of global economic governance, focusing on the World Trade Organization (WTO), the World Intellectual Property Organization (WIPO) and the United Nations Conference on Trade and Development (UNCTAD). It examines the WTO reform process and the state of multilateral trade negotiations following the 14th Ministerial Conference, as well as the policy priorities and normative debates discussed during the 2026 WIPO Assemblies, highlighting the growing importance of intellectual property and artificial intelligence in the global economy. The report reviews the main findings of the* World Intangible Investment Highlights 2026*, emphasising the expansion of intangible investment and Brazil's position within this transformation. Finally, it analyses the* World Investment Report 2026 *and UNCTAD's Commodity Dependence Dashboard, identifying increasing concentration in international investment flows, the challenges faced by developing countries and the continuing trend towards commodity dependence in Brazilian exports.*

Keywords: *multilateral trade reform; intellectual property governance; intangible assets; intangible investment; artificial intelligence; international investment; industrial policy; developing countries; commodity dependence.*

O Conselho Geral da OMC após a MC14: reforma institucional, negociações pendentes e fortalecimento do sistema multilateral de comércio

Na reunião do Conselho Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), realizada em 14 e 15 de julho de 2026, a Diretora-Geral Ngozi Okonjo-Iweala apresentou um balanço das atividades desenvolvidas desde a 14ª Conferência Ministerial (MC14) e defendeu que a reforma institucional da OMC e o avanço das negociações multilaterais constituem processos inseparáveis. Em sua qualidade de Presidente do Comitê de Negociações Comerciais (Trade Negotiations Committee -TNC), afirmou que ambas as agendas representam "duas faces da mesma moeda" e não devem ser tratadas como prioridades concorrentes. Segundo a Diretora-Geral, a reforma institucional somente se justifica se aumentar a capacidade da Organização de responder aos desafios contemporâneos e produzir resultados concretos para os membros, empresas e cidadãos que dependem do sistema multilateral de comércio. Da mesma forma, advertiu que acordos negociados sem uma base institucional fortalecida dificilmente produzirão efeitos duradouros, razão pela qual conclamou os membros a conduzirem simultaneamente as negociações substantivas e o processo de modernização da OMC. (OMC, 2026)

Ao apresentar o panorama das negociações sob supervisão do TNC, Ngozi Okonjo-Iweala destacou avanços em diferentes áreas temáticas. Nas negociações sobre subsídios à pesca, registrou avaliação positiva da primeira fase dos trabalhos posteriores à MC14, conduzidos pelo Embaixador Leslie Ramsammy (Guiana), incentivando os membros a utilizarem os próximos meses para avaliar os progressos alcançados desde a adoção do Acordo sobre Subsídios à Pesca (Agreement on Fisheries Subsidies – AFS) na MC12 e estabelecer as bases para a etapa seguinte das negociações. Informou ainda que Quirguistão, Níger e Tailândia depositaram seus instrumentos de aceitação do Acordo, elevando para 122 o número total de membros que o aceitaram, além do envio de 34 novas notificações de subsídios em cumprimento às obrigações do tratado. No tema agrícola, observou que a primeira reunião de negociadores após a MC14 reafirmou a centralidade da agricultura para a OMC, embora tenha evidenciado divergências quanto ao caminho para superar o prolongado impasse negociador: diversos países em

desenvolvimento defenderam a manutenção dos mandatos existentes, enquanto outros membros enfatizaram a necessidade de uma abordagem mais abrangente e equilibrada. Também informou que o G-90 retomará, após o recesso de verão, os trabalhos relativos às propostas pendentes sobre tratamento especial e diferenciado, ao passo que, na área de serviços, identificou interesse significativo na realização da avaliação do comércio de serviços prevista no Artigo XIX do GATS, reconhecendo, contudo, a necessidade de novas discussões para definir uma agenda comum e avançar também em questões de acesso a mercados. (OMC, 2026)

O Conselho Geral adotou diversas decisões voltadas especialmente aos interesses dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos (PMDs). Em relação às propostas apresentadas pelo Grupo dos PMDs, foi decidido que futuras discussões sobre o aprimoramento da implementação das disposições do Acordo TRIPS, inclusive aquelas relacionadas ao tratamento especial e diferenciado, serão conduzidas no Conselho TRIPS com base em propostas formuladas pelos próprios membros. O Conselho também saudou o lançamento da terceira fase do Enhanced Integrated Framework (EIF), ressaltando que sua implementação não implicará custos adicionais ao orçamento regular da Organização. Além disso, aprovou propostas apresentadas pelos Estados Unidos para prorrogação de waivers que autorizam a concessão de tratamento tarifário preferencial a produtos originários de países beneficiários do African Growth and Opportunity Act (AGOA) e do Caribbean Basin Economic Recovery Act (CBERA), estabelecendo vigência dessas derrogações até 31 de dezembro de 2026. As decisões reforçam a continuidade da agenda de apoio ao desenvolvimento no âmbito da OMC, preservando mecanismos diferenciados destinados às economias de menor capacidade relativa e permitindo a manutenção de programas preferenciais de acesso a mercados. (OMC, 2026)

No acompanhamento dos resultados da MC14, a Presidente do Conselho Geral, Embaixadora Clare Kelly (Nova Zelândia), concentrou suas consultas nas questões que permaneceram sem consenso durante a Conferência Ministerial realizada em Yaoundé. Entre os temas discutidos destacam-se a definição da sede da 15ª Conferência Ministerial (MC15), diante da candidatura apresentada pela Arábia Saudita, que recebeu apoio de diversos membros, mas ainda sem consenso, e a reflexão de algumas delegações sobre a frequência, os critérios e os procedimentos para escolha dos futuros locais das conferências ministeriais. Em relação à reforma institucional da OMC, Kelly informou que, com base nas consultas realizadas desde maio, designou cinco facilitadores para conduzir os trabalhos nas quatro áreas prioritárias identificadas pelos ministros durante a MC14, inaugurando uma nova etapa do processo de reforma segundo calendário revisado destinado a assegurar participação ampla e inclusiva de todos os membros e produzir resultados concretos. Registrou que a reforma do sistema de solução de controvérsias permanece em andamento, sob consultas conduzidas pelo Presidente do Órgão de Solução de Controvérsias, Embaixador Guilherme de Aguiar Patriota (Brasil), cuja atualização será apresentada na reunião do OSC de 24 de julho. O próximo encontro ordinário do Conselho Geral foi provisoriamente agendado para os dias 5 e 6 de outubro de 2026. (OMC, 2026)

As Assembleias da OMPI de 2026 e o relatório do Diretor-Geral

O Report of the Director General to the Assemblies of WIPO, apresentado por Daren Tang na abertura da 68ª série de reuniões das Assembleias dos Estados-membros da OMPI (Genebra, 7 a 15 de julho de 2026), combina o balanço dos seis anos de sua primeira gestão com a formulação das prioridades para o segundo mandato, em um contexto que o próprio texto

descreve como de conflito político crescente, incerteza econômica e transformação tecnológica acelerada pela inteligência artificial (WIPO, 2026a).

No plenário, delinearam-se prioridades divergentes: Brasil e África do Sul lideraram a campanha por um foco renovado na Agenda do Desenvolvimento da OMPI, com ênfase em norm setting, enquanto países desenvolvidos buscaram reforçar os sistemas internacionais de registro e o enforcement de direitos (CENTRE ON KNOWLEDGE GOVERNANCE, 2026).

A propriedade intelectual como convergência global

O argumento central do relatório é que a PI se desloca da periferia para o centro da economia mundial, com convergência crescente entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no seu uso. O comércio de PI ultrapassou 1,2 trilhão de dólares no último ano, mais que dobrando desde 2010, com Estados Unidos, China e Japão à frente, mas com México e Türkiye entre os maiores negociadores; o comércio global de bens culturais atingiu o recorde de 250 bilhões de dólares, crescentemente moldado por Afrobeats, pop latino, K-pop e produções audiovisuais da Ásia, da África e da América Latina (WIPO, 2026a).

Diante de um mundo com ceticismo crescente em relação ao multilateralismo, Tang sustenta que a natureza não rival da PI, que permite escalar e compartilhar valor de forma potencialmente ilimitada, faz da OMPI um espaço em que os Estados-membros podem "ganhar juntos", recusando a leitura da PI por lentes de soma zero (WIPO, 2026a).

Balanço da gestão 2020–2026

O relatório enumera os resultados da primeira gestão: a conclusão, em 2024, do Tratado da OMPI sobre PI, Recursos Genéticos e Conhecimento Tradicional Associado e do Tratado de Riade sobre o Direito de Desenhos Industriais; quase dois milhões de patentes, marcas e desenhos protegidos internacionalmente pelos registros globais (PCT, Madri, Haia e Lisboa); mais de 90 escritórios de PI usando a plataforma IPAS e organizações de gestão coletiva de quase 60 países no WIPO Connect (WIPO, 2026a).

Na dimensão de capacitação e inclusão, a Academia da OMPI treinou mais de 800 mil pessoas desde 2020 (1,3 milhão com os institutos de treinamento em PI), mais de 100 mil pequenas e médias empresas usaram a ferramenta IP Diagnostics (60 mil apenas no último ano) e a rede de 1.800 Centros de Apoio à Tecnologia e à Inovação (TISCs) respondeu a mais de 2,5 milhões de solicitações em cerca de 100 países no último ano. O biênio fechou com resultado operacional de CHF 144,1 milhões e superávit total de CHF 224,5 milhões (WIPO, 2026a).

Os quatro eixos do segundo mandato e a agenda de IA

Para os próximos seis anos, Tang articula quatro aspirações: tornar a PI verdadeiramente mainstream, cobrindo todo o ciclo de vida do ativo, da proteção à comercialização e ao financiamento; construir um movimento global único de PI, em que economias emergentes e países de menor desenvolvimento relativo sejam criadores e beneficiários do sistema, e não apenas usuários; assegurar que o ecossistema global de PI esteja preparado para o futuro; e consolidar a OMPI como organização financeiramente responsável e digitalmente eficiente no quadro do processo UN 80 (WIPO, 2026a).

O trabalho sobre PI e inteligência artificial é organizado, na metáfora do Diretor-Geral, como as quatro rodas de um carro: o novo Global Forum on IP and AI, a ser realizado em 9 e 10 de novembro de 2026; o AI Infrastructure Interchange (AIII), lançado em abril de 2026 para

discussão técnica de identificadores digitais, metadados e marcas d'água; o desenvolvimento de ferramentas de IA a serem ofertadas aos Estados-membros, começando pelo exame de marcas, com pilotos previstos para meados de 2027; e a assistência técnica e legislativa, que inclui uma colaboração com outras agências da ONU para treinar empreendedores de IA na África voltados a problemas de saúde (WIPO, 2026a).

A nova equipe dirigente

Durante as Assembleias, a 86ª sessão do Comitê de Coordenação da OMPI aprovou a nova equipe de Diretores-Gerais Adjuntos e Diretores-Gerais Assistentes, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026, alinhados ao início do segundo mandato de Daren Tang. Os quatro postos de Diretor-Geral Adjunto couberam a Pascal Faure (França), no setor de direito autoral, economia criativa e governança da PI; Laura Peter (Estados Unidos), em patentes e tecnologia; Mzukisi Qobo (África do Sul), em desenvolvimento regional e nacional; e Shen Changyu (China), em marcas e desenhos (WIPO, 2026b).

Os cargos de Diretor-Geral Assistente foram atribuídos a Marco M. Alemán (Colômbia), no setor de ecossistemas de PI e inovação; Chitra Narayanaswamy (Suíça), em gestão corporativa e transformação; Ken-Ichiro Natsume (Japão), em infraestrutura e plataformas; e Andrew Staines (Reino Unido), no setor de desafios globais, oportunidades e parcerias. A composição resulta em três dos quatro Diretores-Gerais Adjuntos oriundos de países desenvolvidos ou da China e uma única mulher entre eles, deixando o grupo da Ásia e Pacífico, o da Europa Central e do Báltico e o GRULAC sem representação nesse escalão, configuração que foi objeto de contestação formal ainda antes da aprovação, como se verá a seguir (WIPO, 2026b).

A posição do South Centre: agenda do desenvolvimento e equilíbrio do sistema

A declaração do South Centre à 68ª série de Assembleias reafirma que o desenvolvimento é parte integral do mandato da OMPI como agência especializada das Nações Unidas, e que seu trabalho deve promover equilíbrio justo entre a proteção da PI e o interesse público, alinhando-se aos ODS e enfrentando as barreiras que a PI pode criar ao acesso a materiais educacionais e a tecnologias de saúde e verdes (SOUTH CENTRE, 2026).

Às vésperas do 20º aniversário da Agenda do Desenvolvimento da OMPI, o South Centre pede que ela seja reafirmada e fortalecida pelas Assembleias de 2027, e manifesta preocupação com o fato de os comitês permanentes não estarem reportando à Assembleia Geral sobre a implementação da Agenda, apesar da decisão de 2017. A declaração cobra ainda progresso real em limitações e exceções ao direito autoral e na proteção efetiva de conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais (SOUTH CENTRE, 2026).

No plano institucional, a organização dirigiu sua crítica precisamente às indicações então submetidas ao Comitê de Coordenação: as nomeações de Diretores-Gerais Adjuntos enviesariam a representação em favor de países desenvolvidos e reduziriam o equilíbrio de gênero, deixando três grupos regionais, incluindo o da Ásia e Pacífico, sem representação, exatamente a configuração que a 86ª sessão do Comitê veio a aprovar. Invocando a Regra 4.2 do Estatuto do Pessoal, o South Centre conclama o Comitê a observar o recrutamento na mais ampla base geográfica possível e reitera seu apoio aos países em desenvolvimento e de menor desenvolvimento relativo, inclusive os em processo de graduação, no uso do espaço de política e das flexibilidades do sistema de PI (SOUTH CENTRE, 2026; WIPO, 2026b).

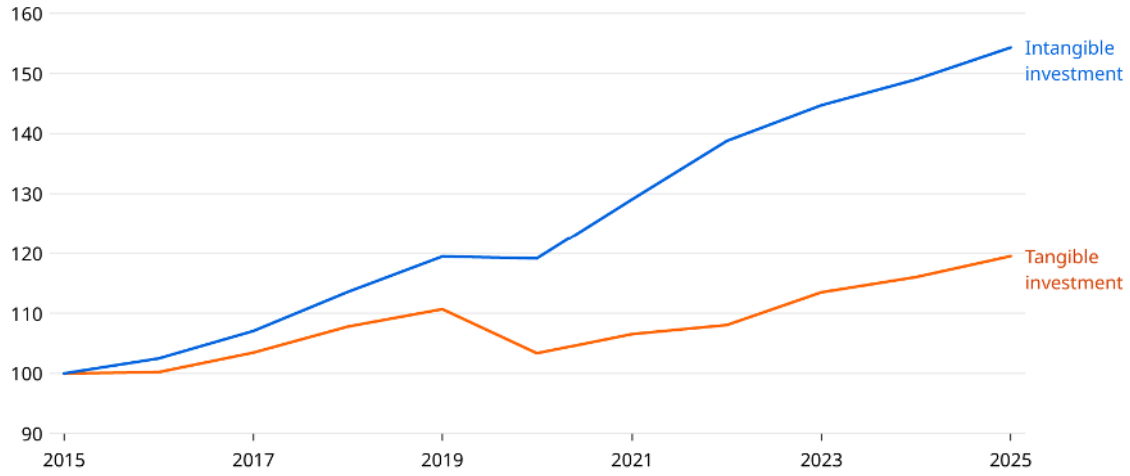
O World Intangible Investment Highlights 2026 e a economia imaterial

A terceira edição do World Intangible Investment Highlights (WIIH), copublicada pela OMPI e pela Luiss Business School com base na Global INTAN-Invest Database, oferece estatísticas anuais e trimestrais de investimento intangível para 29 economias que respondem por 57% do PIB mundial, com dados atualizados para Brasil, Índia e Japão e as primeiras estimativas para Canadá e Filipinas (WIPO; LBS, 2026).

A mudança estrutural na composição do investimento

O investimento intangível ultrapassou 10 trilhões de dólares em 2025, crescendo a uma taxa real composta de 3,5% ao ano entre 2008 e 2025, 3,6 vezes mais rápido que o investimento tangível (0,98%); apenas entre 2015 e 2025, a diferença foi de 4,4% contra 1,8% anuais. Na agregação das economias da amostra, os intangíveis representaram 12,8% do PIB em 2025, contra 11,8% dos tangíveis, invertendo a hierarquia histórica entre as duas formas de capital (WIPO; LBS, 2026).

Figura 1 – Investimento intangível e tangível, 2015–2025, indexado (2015=100)



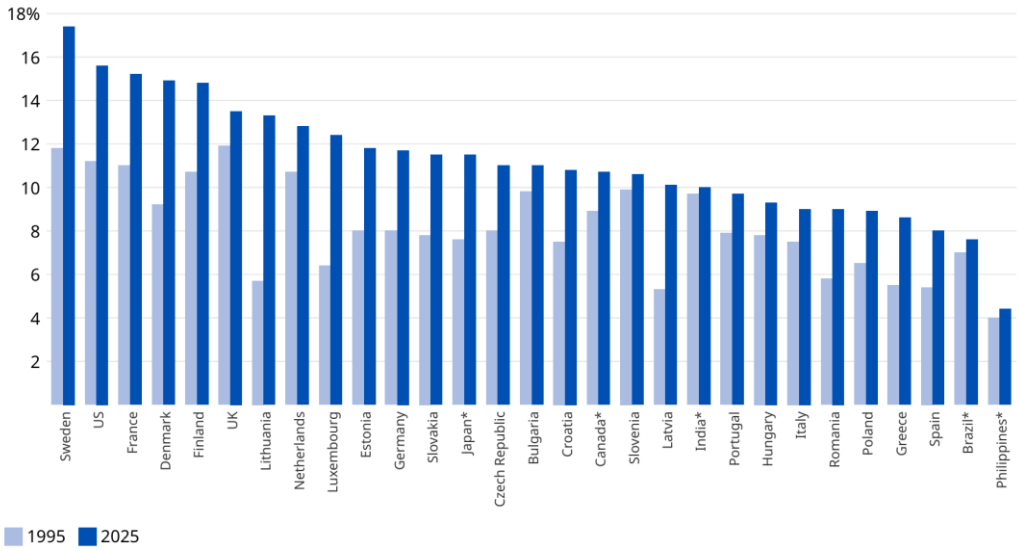
Fonte: WIPO; LBS, 2026.

O investimento intangível também se mostrou mais resiliente a restrição financeira: nas economias com dados trimestrais, cresceu 5,5% ao ano em termos reais entre 2020 e 2025, contra 3,2% do tangível, este último sustentado em larga medida pelo boom de infraestrutura física de IA concentrado nos Estados Unidos, que respondem por cerca de 62% do capex privado global relacionado a IA e por 76% do gasto mundial em infraestrutura de IA em 2025 (WIPO; LBS, 2026).

O Brasil no mapa do investimento intangível

O Brasil figura como exceção entre as economias de renda média analisadas: enquanto na Índia e nas Filipinas o investimento tangível cresceu mais rápido que o intangível (7,8% e 7,2% ao ano, respectivamente, refletindo o catch-up de infraestrutura física), no Brasil o investimento intangível cresceu 1,9% ao ano entre 2011 e 2021 ao mesmo tempo em que o tangível caiu 1,5%, apesar das condições econômicas adversas. A intensidade intangível brasileira subiu de 7% do PIB em 2010 para 7,6% em 2023, patamar comparável ao da Espanha (8%) (WIPO; LBS, 2026).

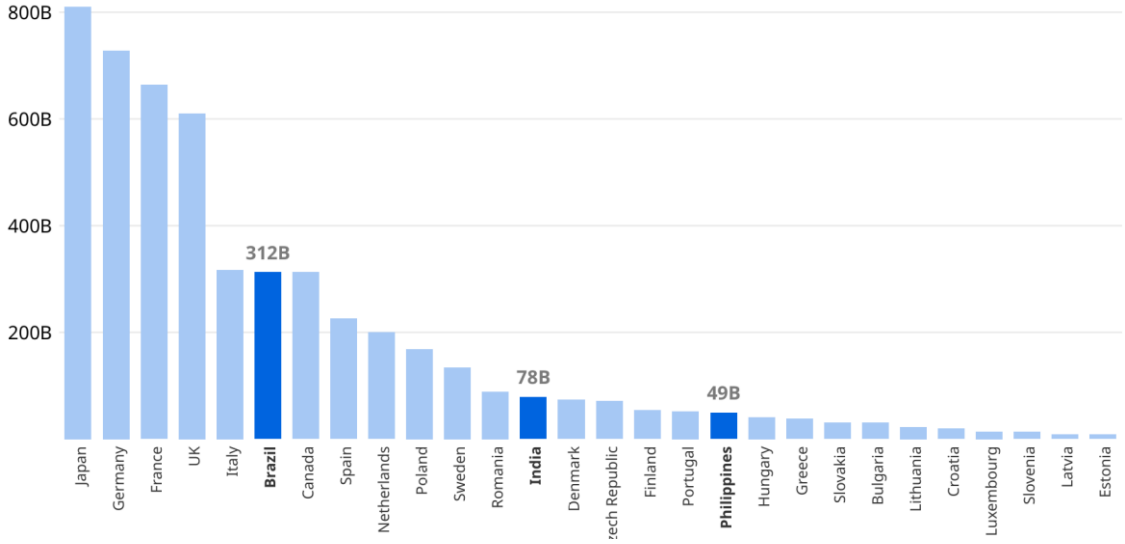
Figura 2 – A participação do investimento intangível no PIB cresceu em todas as economias — Investimento intangível como proporção do PIB, %, 1995-2025



Fonte: WIPO; LBS, 2026.

Em níveis absolutos, o Brasil está entre as sete maiores economias da amostra em investimento intangível, com 312 bilhões de dólares (PPP) em 2023, logo atrás da Itália (317 bilhões) e ao lado do Canadá (312 bilhões). Software e bases de dados foram a categoria de crescimento mais rápido no país (4,9% ao ano), à frente de economias de alta renda como a Alemanha (4,5%) (WIPO; LBS, 2026).

Figura 3 – Brasil entre as sete maiores economias por tamanho do investimento intangível — Investimento intangível (exceto os EUA), 2025*, bilhões de dólares em PPP

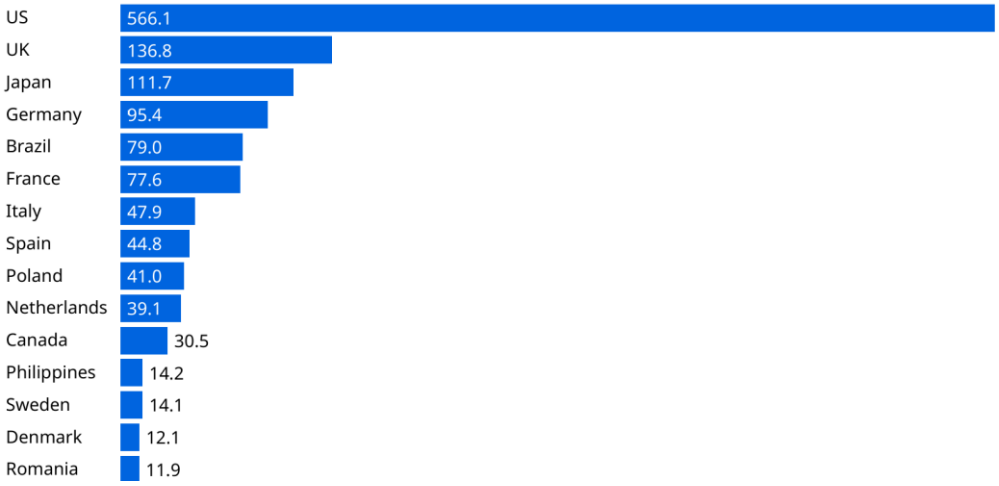


Fonte: WIPO; LBS, 2026.

O perfil brasileiro se distingue pelo peso das marcas: com 25,3% do investimento intangível total, a participação supera a do Reino Unido (25%) e fica bem acima do agregado da amostra (15%). Em valores absolutos, o investimento brasileiro em marcas, de 79 bilhões de dólares, coloca o país entre os cinco maiores do mundo, atrás de Estados Unidos (566,1 bilhões), Reino Unido, Japão e Alemanha; a intensidade de 1,9% do PIB excede a média da UE-22 e a de

várias economias avançadas. O relatório interpreta a construção acelerada de marcas nas economias de renda média como canal de captura de valor e de upgrading nas cadeias globais, na progressão clássica da manufatura sob contrato à marca própria, condicionada a investimentos complementares em qualidade, P&D e capacidade organizacional (WIPO; LBS, 2026).

Figura 4 – Níveis absolutos de investimento em marcas por país — Investimento nominal em marcas, 2025*, bilhões de dólares em PPP



Fonte: WIPO; LBS, 2026.]

Mensuração, IA e o nexo com os intangíveis

Cerca de 62% do investimento intangível não é capturado pelas estatísticas oficiais, já que capital organizacional, design, pesquisa de mercado, marcas e treinamento não são tratados como investimento nas contas nacionais; quando o conjunto completo é medido, o capital organizacional emerge como a maior categoria (30,5% do total em 2023), seguido de P&D (20,6%). A revisão do Sistema de Contas Nacionais de 2025 manteve os ativos de marketing fora da fronteira de ativos, de modo que o investimento em marcas segue contabilizado como custo corrente, e o hiato de mensuração persiste (WIPO; LBS, 2026).

O relatório atualiza a análise do nexo IA–intangíveis em duas ondas: a primeira, de construção física (chips, data centers, energia), concentrada em poucas firmas e economias; a segunda, mais lenta, de investimento intangível, à medida que as empresas reorganizam dados, competências e processos em torno da IA. O efeito econômico duradouro da IA, sustenta o documento, virá menos do hardware que dos ativos intangíveis construídos sobre ele; com os maiores impactos no capital organizacional, na compressão do ciclo de descoberta em P&D e na valorização das marcas como sinais de autenticidade em um ambiente saturado de conteúdo sintético (WIPO; LBS, 2026).

O World Investment Report 2026: investimento internacional em uma era turbulenta

O World Investment Report 2026: international investment in a turbulent era, da UNCTAD, documenta a reconfiguração do investimento internacional sob tensões geopolíticas, incerteza de política comercial e preocupações crescentes de segurança econômica, argumentando que o capital deixou de seguir custo e eficiência, terrenos em que os países em

desenvolvimento podiam competir, para seguir cálculo estratégico e política industrial (UNCTAD, 2026a).

Recuperação frágil e concentrada

O IED global cresceu 6% em 2025, para 1,6 trilhão de dólares, após dois anos consecutivos de queda; excluídos os fluxos-conduíte pelos centros financeiros europeus, o crescimento foi de 4%. A recuperação foi desigual: as economias desenvolvidas receberam 11% a mais (723 bilhões), contra apenas 2% nas em desenvolvimento (901 bilhões), e as 20 maiores economias receptoras concentraram mais de 80% dos fluxos globais (UNCTAD, 2026a).

A América Latina e o Caribe receberam 188 bilhões de dólares, alta de 14% puxada pela América do Sul, particularmente pelo Brasil. O dado, porém, não se traduziu em nova atividade produtiva: o valor dos projetos greenfield anunciados na região caiu cerca de um terço, para menos de 120 bilhões, com quedas concentradas em manufatura e logística, e os dez maiores receptores respondendo por 95% dos fluxos regionais (UNCTAD, 2026a).

Figura 5 – Fluxos de IED por região e nível de desenvolvimento, 2023–2025.

	FDI inflows			FDI outflows		
Region	2023	2024	2025	2023	2024	2025
World	**1 321**	**1 532**	**1 624**	**1 227**	**1 651**	**1 864**
Developed economies	463	649	723	725	1 070	1 191
Europe	57	204	285	216	448	638
European Union	-7	231	164	23	458	496
Other Europe	64	-27	121	193	-9	143
North America	312	351	344	261	346	317
Other developed economies	94	94	94	247	276	235
Developing economies	858	883	901	503	581	673
Africa	55	94	70	0.2	3	2
Asia	624	623	644	466	547	613
Central Asia	7	4	5	1	-4	1
East Asia	296	270	238	299	317	316
South Asia	34	34	46	14	25	36
South-East Asia	201	222	244	91	83	118
West Asia	86	92	111	60	125	142
Latin America and the Caribbean	178	165	188	36	31	57
Oceania	0.7	0.5	-0.3	0.4	0.4	0.7
Least developed countries	34	36	43	1.2	1.1	1.0
Landlocked developing countries	25	25	25	4	-2	3
Small island developing States	8	9	10	2	1.2	-0.3

Fonte: UNCTAD, 2026a.

Setores estratégicos e exclusão dos países em desenvolvimento

Os setores considerados estratégicos (infraestrutura e tecnologias de IA, tecnologias avançadas e sensíveis, minerais críticos, transição energética e semicondutores) saltaram de 16% para 44% do investimento greenfield global desde 2020, com o valor anunciado subindo de 109 bilhões para 576 bilhões de dólares.

A infraestrutura de IA respondeu por 60% desse total em 2025, e os semicondutores cresceram 54% ao ano no período; a concentração é extrema, com os três maiores investidores

respondendo em média por 69% dos valores e os três maiores receptores por 50% (UNCTAD, 2026a).

As economias de renda baixa e média-baixa atraem apenas cerca de 10% do investimento greenfield global em setores estratégicos, contra mais de 20% nos demais setores. Simultaneamente, as portas de entrada tradicionais se estreitam: o valor do greenfield em manufatura não estratégica caiu 17% entre 2015-2019 e 2021–2025, com quedas de 11% nas economias desenvolvidas, 20% nas em desenvolvimento e 65% nos países de menor desenvolvimento relativo, precisamente as indústrias intensivas em trabalho que historicamente ancoraram a industrialização retardatária (UNCTAD, 2026a).

Política industrial, segurança econômica e a assimetria dos subsídios

As intervenções de política industrial cresceram 60% em número médio anual entre 2016–2020 e 2021–2025, e China, Estados Unidos e União Europeia respondem por metade das intervenções registradas na última década. Os subsídios específicos a firmas quase triplicaram, de 271 bilhões de dólares em 2015–2019 para 779 bilhões em 2020–2024, com 600 bilhões concentrados nos países desenvolvidos; o número de economias com regimes de triagem de investimento por segurança nacional saltou de 21 para 52 desde 2016 (UNCTAD, 2026a).

A UNCTAD adverte que essa lógica recompensa bolsos fundos e ecossistemas estabelecidos, tornando a competição por investimento estratégico crescentemente assimétrica: a maioria dos países em desenvolvimento não tem como igualar o apoio que as maiores economias mobilizam, e o desafio mais difícil passa a ser atrair investimento de qualquer natureza.

No plano normativo, as exceções de segurança essencial passaram a constar de cerca de 90% dos acordos internacionais de investimento concluídos após 2020, enquanto quase 80% dos 56 novos casos de arbitragem investidor-Estado iniciados em 2025 foram movidos contra países em desenvolvimento, 96% do estoque de 1.463 casos apoiado em tratados de geração anterior a 2010 (UNCTAD, 2026a).

Respostas de política e a busca dos "comuns"

Entre as cinco áreas práticas de ação propostas aos países em desenvolvimento, o relatório destaca a identificação de prioridades e pontos de entrada realistas nas cadeias de valor, o direcionamento da política industrial para reduzir gargalos e ampliar o impacto do IED em vez de replicar programas de subsídio inalcançáveis, e o uso da integração regional para construir proposições de investimento mais críveis.

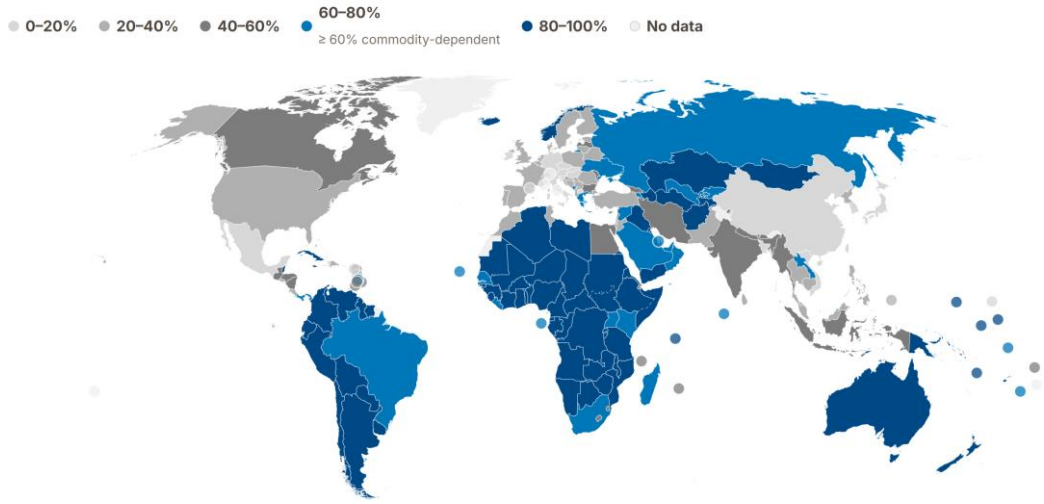
No plano multilateral, a UNCTAD propõe um mecanismo global de monitoramento de medidas que afetam o investimento transfronteiriço, princípios para medidas de segurança, plataformas conjuntas de preparação de projetos e a aceleração da reforma dos acordos de investimento, com discussão prevista no 9º World Investment Forum (UNCTAD, 2026a).

A dependência de commodities como camada estrutural

O portal temático da UNCTAD *Commodity Dependence Dashboard*, painel interativo lançado em 14 de julho de 2026 cobre o período de 2022–2024 e abrange os 195 Estados-membros, com mais de 30 indicadores por economia sob o critério de que uma economia é dependente quando mais de 60% de suas exportações de mercadorias são commodities (UNCTAD, 2026b).

Os dados do painel indicam que 53,4% dos 195 Estados-membros da UNCTAD são dependentes de commodities, 94 das 143 economias em desenvolvimento permanecem acima do limiar de 60% e 74 economias, quase todas em desenvolvimento, ultrapassam o patamar de 80% de dependência (UNCTAD, 2026b; UNCTAD, 2026c).

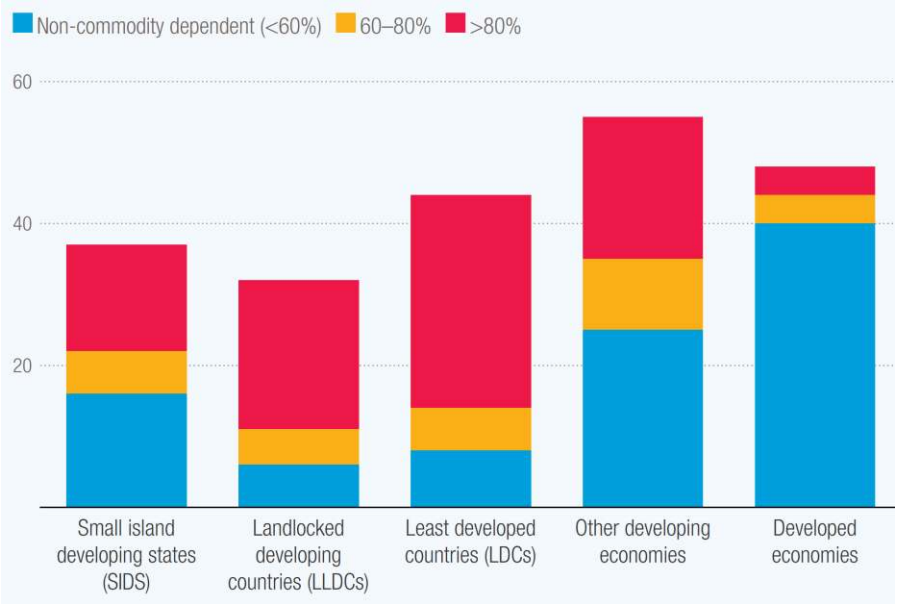
Figura 6 – Severidade da dependência de commodities por país, 2022-2024



Fonte: UNCTAD, 2026c.

A estratificação por grupo de desenvolvimento revela a escala dessa vulnerabilidade: a participação média das commodities nas exportações em 2022–2024 alcança 79,5% nos países em desenvolvimento sem litoral (32 economias) e 79,3% nos de menor desenvolvimento relativo (44 economias), seguidos dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento (65,8%, 37 economias) e das demais economias em desenvolvimento (61,3%, 55 economias), contra 36% nas desenvolvidas, ou seja, mesmo a média dos grupos em desenvolvimento tomados em conjunto situa-se acima do limiar que define a dependência (UNCTAD, 2026b).

Figura 7 – Severidade da dependência de commodities por nível de desenvolvimento (faixas <60%, 60–80% e >80%) e participação média por grupo, 2022–2024

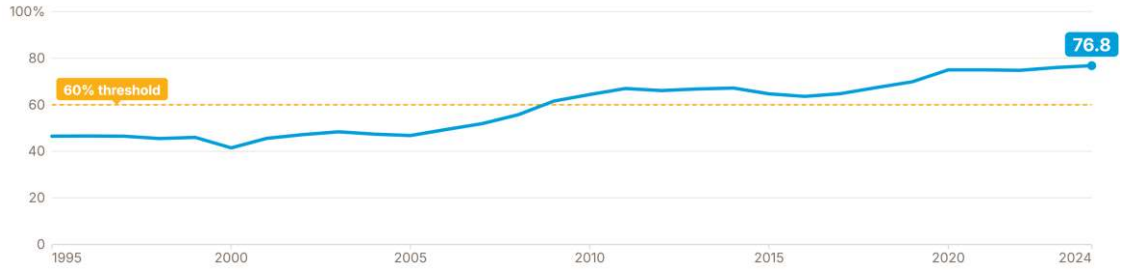


Fonte: UNCTAD, 2026b.

O perfil brasileiro: reprimarização no século XXI

O perfil do Brasil no painel registra dependência de commodities de 75,9% das exportações de mercadorias em 2022–2024, decomposta em 45,5% de produtos agrícolas, 16,7% de energia e 13,6% de mineração, com o painel destacando a ancoragem da pauta nas commodities agrícolas e a exposição resultante a choques climáticos, de preço e de política. Os indicadores de concentração completam o quadro: os três principais destinos absorvem 59,2% das exportações e as três principais commodities respondem por 36% da pauta (UNCTAD, 2026b). A série histórica de 1995 a 2024 documenta a reprimarização da pauta exportadora brasileira em três décadas: a participação das commodities partiu de 46,5% em 1995, manteve-se abaixo do limiar de 60% até o final dos anos 2000, cruzou-o na virada para a década de 2010 e seguiu em ascensão até os 76,8% de 2024, um deslocamento de mais de 30 pontos percentuais que situa o país, hoje, ainda acima da média das economias em desenvolvimento (UNCTAD, 2026b).

Figura 8 – Dependência exportadora de commodities do Brasil, participação anual, 1995–2024



Fonte: UNCTAD, 2026b.

Referências

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC). **DG Okonjo-Iweala calls for simultaneous progress on WTO reform, outstanding negotiations**. 2026. Disponível em: https://www.wto.org/english/news_e/news26_e/gc_14jul26_457_e.htm

CENTRE ON KNOWLEDGE GOVERNANCE. **WIPO Assemblies 2026: bridging divergent visions for development and protection.** 2026. Disponível em: https://knowledgegov.org/wipo-assemblies-2026-responding-to-divergent-visions-for-development-and-protection/

SOUTH CENTRE. **Statement to the Assemblies of the Member States of the World Intellectual Property Organization: sixty-eighth series of meetings, July 7 to 15, 2026.** Genebra: South Centre, 2026. Disponível em: https://www.southcentre.int/wp-content/uploads/2026/07/68th-WIPO-Assemblies-statement-by-the-South-Centre_July-2026.pdf

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **World Investment Report 2026: international investment in a turbulent era — overview.** Genebra: Nações Unidas, 2026a. Disponível em: https://unctad.org/publication/world-investment-report-2026-international-investment-turbulent-era

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **Commodity dependence dashboard.** In: The state of commodity dependence. Genebra: UNCTAD, 2026b. Disponível em: https://unctad.org/topic/commodities/state-of-commodity-dependence

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT (UNCTAD). **New dashboard helps countries chart a path beyond commodity dependence.** Genebra: UNCTAD, 2026c. Disponível em: https://unctad.org/news/new-dashboard-helps-countries-chart-path-beyond-commodity-dependence

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **Report of the Director General to the Assemblies of WIPO — July 7 to 15, 2026.** Genebra: WIPO, 2026a. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/director-general/w/daren-tang/speeches/2026/report-of-the-director-general-to-the-assemblies-of-wipo-july-7-to-15-2026

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO). **WIPO member states have approved the appointment of new Deputy Directors General and Assistant Directors General,** LinkedIn, 2026b. Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/wipo_wipo-wipoga-activity-7481253143796752384-NtTB/

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION (WIPO); LUISS BUSINESS SCHOOL (LBS). **World Intangible Investment Highlights 2026: better data for better business and policy.** Genebra: WIPO, 2026. (WIPO Publication n. 1097EN/26). DOI: 10.34667/tind.60182. Disponível em: https://www.wipo.int/en/web/intangible-assets/measuring-investments

Sociedade Civil na Saúde Global: crises humanitárias, emergências sanitárias e governança global

La Sociedad Civil en la Salud Global: crisis humanitarias, emergencias sanitarias y gobernanza global

Civil Society in Global Health: humanitarian crises, public health emergencies, and global governance

Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Ana Carol Aldapi Vaquera, Patrícia Lewis Carpio, Diana Zeballos, Mateus dos Santos Brito, Matheus dos Santos da Silveira, Renan Amaral Oliveira e Luis Eugênio de Souza

Resumo: Nesta quinzena, foram monitoras 62 Organizações da Sociedade Civil (OSC), das quais 42 fizeram manifestações relevantes para esse informe. Entre as organizações de interesse público, conflitos armados na Palestina, na Ucrânia e no Sudão dominaram as preocupações. A crise na Venezuela, agravada por terremotos, também mobilizou as OSC, notadamente as que prestam serviços humanitários. O surto de Ebola na RDC foi outro tema frequente das manifestações que destacam a insuficiência da resposta internacional. A Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, a covid longa, os determinantes sociais da saúde, a equidade e os direitos humanos foram temas abordados por várias organizações. Também a interseção entre clima e saúde, o fortalecimento dos sistemas de saúde, a Cúpula da OTAN e o uso responsável da IA foram temas de várias manifestações. As organizações de interesse privado, por sua, concentraram-se em três eixos. Em resposta a epidemias, a Fundação Rockefeller apoiou a assistência internacional para o Ebola, a Wellcome revisitou lições da epidemia e a GAVI destacou desafios logísticos e avanços das vacinas de mRNA. Em inovação e governança de dados, GAVI, Wellcome e FIND abordaram inteligência artificial, governança de dados e parcerias científico-tecnológicas. Em financiamento, a Fundação Rockefeller criou comissão para reformular a assistência internacional, a Wellcome ajustou processos de financiamento e a FIND ampliou o programa Access to Continuous Glucose Monitoring Technologies for Equity in Diabetes Management (ACCEDE).

Resumen: *Durante estas dos semanas, se monitorearon 62 organizaciones de la sociedad civil (OSC), de las cuales 42 realizaron manifestaciones relevantes para este informe. Entre las organizaciones de interés público, los conflictos armados en Palestina, Ucrania y Sudán fueron las principales preocupaciones. La crisis en Venezuela, agravada por los terremotos, también movilizó a las OSC, especialmente a aquellas que prestan servicios humanitarios. El brote de ébola en la República Democrática del Congo fue otro tema frecuente en las manifestaciones, que destacaron la insuficiencia de la respuesta internacional. La Reunión de Alto Nivel de la ONU sobre el VIH/SIDA, el covid prolongado, los determinantes sociales de la salud, la equidad y los derechos humanos fueron temas abordados por varias organizaciones. Asimismo, la intersección entre el clima y la salud, el fortalecimiento de los sistemas de salud, la Cumbre de la OTAN y el uso responsable de la IA fueron temas de varias manifestaciones. Las organizaciones de interés*

privado, por su parte, se centraron en tres ejes. En respuesta a las epidemias, la Fundación Rockefeller apoyó la asistencia internacional para el ébola, Wellcome revisó las lecciones aprendidas de la epidemia y GAVI destacó los desafíos logísticos y los avances de las vacunas de ARNm. En materia de innovación y gobernanza de datos, GAVI, Wellcome y FIND abordaron la inteligencia artificial, la gobernanza de datos y las alianzas científico-tecnológicas. En cuanto al financiamiento, la Fundación Rockefeller creó una comisión para reformular la asistencia internacional, Wellcome ajustó sus procesos de financiamiento y FIND amplió el programa «Acceso a tecnologías de monitoreo continuo de glucosa para la equidad en el manejo de la diabetes» (ACCEDE).

Abstract: *Over the past two weeks, 62 civil society organizations (CSOs) were monitored, of which 42 made statements relevant to this report. Among public-interest organizations, armed conflicts in Palestine, Ukraine, and Sudan dominated concerns. The crisis in Venezuela, exacerbated by earthquakes, also mobilized CSOs, notably those providing humanitarian services. The Ebola outbreak in the DRC was another frequent topic of statements, which highlighted the inadequacy of the international response. The UN High-Level Meeting on HIV/AIDS, long COVID, the social determinants of health, equity, and human rights were topics addressed by several organizations. The intersection of climate and health, the strengthening of health systems, the NATO Summit, and the responsible use of AI were also topics of several statements. Private-sector organizations, for their part, focused on three main areas. In response to epidemics, the Rockefeller Foundation supported international assistance for Ebola, Wellcome revisited lessons from the epidemic, and GAVI highlighted logistical challenges and advances in mRNA vaccines. In the areas of innovation and data governance, GAVI, Wellcome, and FIND addressed artificial intelligence, data governance, and scientific and technological partnerships. In the area of funding, the Rockefeller Foundation established a commission to reform international aid, Wellcome adjusted its funding processes, and FIND expanded the Access to Continuous Glucose Monitoring Technologies for Equity in Diabetes Management (ACCEDE) program.*

INTRODUÇÃO

As Organizações da Sociedade Civil de Interesse público abordaram as consequências dos conflitos armados, com destaque para as situações na Palestina, na Ucrânia e no Sudão. Organizações como a Médicos Sem Fronteira (MSF) e Save the Children denunciaram o sofrimento e a mortalidade infantil na Palestina, enquanto a Oxfam ressaltou a importância do protagonismo local na resposta à crise na Ucrânia. A World Vision e a CARE, por sua vez, alertaram para a grave situação de insegurança alimentar e o colapso dos serviços de saúde no Sudão. A crise humanitária na Venezuela, agravada por recentes terremotos, também foi tema recorrente, com a Oxfam e a Save the Children descrevendo a falta de recursos e o sofrimento infantil, enquanto a World Scouting vem mobilizando esforços logísticos para a reconstrução do país. A MSF celebrou o arquivamento do processo judicial contra a tripulação do navio Aquarius, interpretando a decisão como um marco fundamental no trabalho humanitário no Mediterrâneo.

As OSC também discutiram os desafios epidemiológicos do enfrentamento de doenças transmissíveis, emergindo como prioridade o surto de Ebola na República Democrática do Congo (RDC). A MSF e a CARE destacaram a rápida expansão do surto, que figura como o terceiro maior

em número de casos e óbitos, e a insuficiência da resposta internacional. O Global Health Council reconheceu a coordenação da International Medical Corp como elemento vital para contenção da disseminação do vírus. Paralelamente, a Aliança NCD repercutiu a Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS, enfatizando a necessidade de financiamento para os cuidados integrais, enquanto a WFPHA promoverá evento sobre a Covid longa, abordando a necessidade de conhecimento sobre seus fatores de risco e abordagens de tratamentos.

Os determinantes sociais, a equidade e direitos humanos estiveram presente nas manifestações de diversas organizações. A preocupação da IFMSA na abordagem ampliada da saúde, conectando-a aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. A defesa dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+, com a denúncia de políticas de controle reprodutivo e a inclusão de perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero no Censo Australiano, foi também objeto de manifestações. A ACT Promoção da Saúde relembrou a importância histórica da Lei nº 9.294/96 para o controle do tabagismo no Brasil, alertando para a necessidade de sua atualização para regular a propaganda de bebidas em ambiente digital.

A interseção entre ambiente e saúde também foi amplamente discutida. O Greenpeace divulgou suas ações contra incêndios florestais, poluição plástica, mineração em águas profundas e agricultura regenerativa. A Planetary Health Alliance evidenciou a vulnerabilidade das crianças africanas aos efeitos da degradação ambiental. A Wonca ressaltou a necessidade de sistemas de saúde preparados para o enfrentamento do calor, a Aliança NCD lançou a iniciativa “Breathable Planet” para reduzir a poluição do ar e a world Vision promoveu o plantio de árvores no Camboja para o fortalecimento da segurança hídrica.

Em relação ao fortalecimento dos sistemas de saúde, tiveram destaque as ações do Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) que lançou programas para fortalecer a liderança da enfermagem na América Latina e defendeu maiores investimentos na atenção primária. A InterAcademy Partnership (IAP) alertou para as pressões sobre os sistemas devido à diminuição do financiamento internacional, e o SHEM que destacou o agravamento da crise humanitária em Cuba, impactando seu sistema de saúde. A International Alliance of Patients Organizations (IAPO) divulgou a pesquisa que conduz para subsidiar a implementação da resolução WHA77.2 sobre participação social na saúde. A Progressive International analisou a Cúpula da OTAN de 2026, apontando para o aumento dos gastos militares em detrimento dos investimentos sociais, e a ELF repercutiu a defesa do uso responsável da inteligência artificial na saúde.

Por sua vez, as organizações de interesse privado concentraram suas manifestações nas respostas a epidemias e nas tecnologias de saúde. A Fundação Rockefeller destacou o apoio da opinião pública norte-americana à restauração da assistência internacional para conter o Ebola na RDC. A Wellcome revisitou as lições da epidemia de Ebola (2013-2016), enfatizando a necessidade de integração comunitária nas respostas científicas e de saúde pública. A GAVI, The Vaccine Alliance ressaltou os desafios logísticos no transporte de vacinas e equipamentos durante surtos, além de apresentar evidências sobre a segurança e eficácia das vacinas de mRNA e o progresso na cobertura vacinal em países de baixa renda. Referindo-se ao combate à malária, a Fundação Gates mencionou as dificuldades de controle e a utilização de novos inseticidas.

As OSC de interesse privado também abordaram a inovação científica e a governança de dados. A GAVI destacou o uso combinado de inteligência artificial generativa e modelos de física molecular para o desenvolvimento de novos antibióticos. A Wellcome abordou os desafios da governança de dados científicos diante de pressões econômicas e geopolíticas, comemorou os

resultados do estudo clínico RECOVERY para covid-19. Além disso, apresentou avanços tecnológicos como a magnetoencefalografia (OPM-MEG) e a técnica de doação mitocondrial. A FIND defendeu a manutenção de investimentos na parceria europeia-africana para pesquisa clínica em doenças negligenciadas.

Por fim, o financiamento e a reforma da assistência internacional tiveram destaque nas manifestações da Fundação Rockefeller que anunciou, em parceria com a Fundação Packard, a criação da Commission on the Future of Foreign Assistance, voltada a reformular o sistema de assistência internacional dos EUA, e apoiou a iniciativa Public Interest Technology Crew em Nova York. A Wellcome anunciou mudanças em seus processos de financiamento para lidar com o aumento expressivo de solicitações de bolsas, enquanto a FIND ampliou o programa ACCEDE para acesso ao monitoramento contínuo de glicose em países de baixa e média renda. A Fundação Gates divulgou nota de agradecimento a Warren Buffett por quase vinte anos de doações filantrópicas que somaram mais de US$ 47 bilhões.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Crises Humanitárias, Conflitos e Migrações

Terremoto na Venezuela

A Oxfam alertou que os terremotos de grande magnitude que atingiram a Venezuela em 24 de junho agravaram uma crise humanitária já existente, deixando milhares de mortos, feridos e deslocados, além de comprometer serviços essenciais como saúde, água, energia e telecomunicações. A organização destacou que a resposta humanitária permanece insuficientemente financiada e está coordenando ações com parceiros locais para fornecer assistência emergencial, incluindo abrigo, atendimento à saúde, água potável, alimentos e proteção às populações mais vulneráveis. [1]

A Save the Children alertou que, duas semanas após os terremotos na Venezuela, crianças afetadas pelo desastre apresentam sinais de sofrimento psicológico, como medo constante, dificuldade para dormir, irritabilidade e ansiedade diante de ruídos ou rachaduras no solo. A organização estima que 1,8 milhão de pessoas, incluindo 680 mil crianças, foram afetadas e criou espaços seguros para oferecer apoio psicossocial, além de assistência médica, distribuição de itens essenciais e atividades de proteção infantil, destacando a necessidade de suporte imediato e de longo prazo para evitar impactos duradouros na saúde mental. [2]

A World Scouting relatou a mobilização internacional do Movimento Escoteiro após os terremotos que atingiram a Venezuela em junho de 2026, provocando milhares de mortes, feridos e pessoas desabrigadas. Organizações Escoteiras Nacionais de diversos países organizaram campanhas de arrecadação de recursos, transformaram suas sedes em centros de coleta de doações e mobilizaram centenas de voluntários para apoiar as comunidades afetadas. A campanha permanece aberta para arrecadar recursos destinados às ações de recuperação lideradas pelos escoteiros venezuelanos.[3]

Palestina (Gaza e Cisjordânia)

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) denunciou o agravamento da crise humanitária na Cisjordânia, afirmando que a intensificação da ocupação israelense tem restringido o acesso da população palestina aos serviços de saúde e ampliado os impactos sobre a saúde mental. A organização relata que postos de controle, operações militares e restrições impostas às

organizações humanitárias dificultam o atendimento médico e levaram à suspensão de clínicas móveis. Segundo a MSF, o aumento da violência, dos deslocamentos forçados e das barreiras à circulação compromete a continuidade dos cuidados e agrava o sofrimento da população palestina.[4]

A Save the Children denunciou a morte de uma criança de 10 anos em Gaza, supostamente atingida por forças israelenses, e afirmou que pelo menos 11 crianças foram mortas nas duas semanas seguintes à divulgação de um relatório da ONU que aponta possíveis crimes de guerra, crimes contra a humanidade e genocídio contra crianças palestinas. A organização destaca que, após mais de mil dias de conflito, mais de 20 mil crianças morreram e milhares foram feridas, enquanto suas equipes seguem atendendo casos de desnutrição, doenças e lesões graves, cobrando ação da comunidade internacional para proteger as crianças e garantir a responsabilização pelos crimes. [5]

Ucrânia

A Oxfam publicou um balanço de seus quatro anos de atuação na Ucrânia, defendendo que a resposta humanitária deve ser liderada por organizações locais, que possuem maior capacidade de compreender e responder às necessidades das comunidades afetadas pela guerra. A organização destaca a importância de ampliar o financiamento, fortalecer a sustentabilidade da sociedade civil ucraniana e garantir maior participação dos atores locais nos processos de decisão, reafirmando que o papel das organizações internacionais deve ser apoiar e fortalecer essa liderança local. [6]

Sudão

Um novo relatório da World Vision, baseado em imagens de satélite de alta resolução, revela que o conflito no Sudão provocou a degradação de aproximadamente 40 mil km² de terras agrícolas desde 2023, comprometendo gravemente a produção de alimentos e agravando a maior crise humanitária do mundo. Diante desse cenário, a organização alerta para o risco de colapso dos sistemas alimentares e defende a ampliação da assistência humanitária, a proteção dos meios de subsistência rurais, a recuperação da infraestrutura agrícola e o fortalecimento de iniciativas voltadas à segurança alimentar.[7]

A CARE publicou notícia sobre a situação no Sudão, particularmente em El Obeid, onde mostra aumento de cólera e outras doenças, colapso dos serviços essenciais de saúde e ataques a sistemas de água e infraestrutura elétrica, o que restringe o acesso humanitário e coloca mais vidas em risco. Ressaltou que quase 19,5 milhões de pessoas enfrentam insegurança alimentar aguda, os sistemas de saúde estão em colapso e milhões estão deslocados, enquanto o The New York Times destaca que as mortes globais em conflitos armados atingiram o maior nível desde 1994, com o Sudão como uma das maiores contribuidoras para esse cenário. [8]

Migração

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) comemorou a decisão da Justiça italiana que arquivou, após quase nove anos, o processo criminal contra integrantes da equipe do navio humanitário *Aquarius*, reconhecendo que suas operações de resgate e gestão de resíduos seguiram a legislação. A organização afirma que a decisão representa um importante reconhecimento do trabalho humanitário no Mediterrâneo, denuncia a crescente criminalização das operações civis de busca e salvamento e volta a pedir que Itália e União Europeia fortaleçam as missões de

resgate, diante do aumento das mortes de migrantes na rota do Mediterrâneo, que já ultrapassaram 1.400 desaparecidos ou mortos no primeiro semestre de 2026. [9]

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

A Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou que o surto de Ebola na República Democrática do Congo ultrapassou 2 mil casos confirmados e 750 mortes em apenas dois meses, tornando-se o terceiro maior e o de crescimento mais rápido já registrado. A organização afirma que a resposta internacional continua insuficiente diante da rápida expansão da doença e pede o reforço urgente de recursos para vigilância, diagnóstico, tratamento, engajamento comunitário e manutenção de outros serviços essenciais de saúde, especialmente em um contexto marcado por conflitos armados, deslocamentos populacionais e surtos simultâneos de cólera e malária.[10]

A CARE publicou notícia sobre o surto de Ebola na República Democrática do Congo é o terceiro maior já registrado e está se espalhando mais rápido do que qualquer surto anterior, com mais de 2.000 casos relatados, enquanto a OMS alerta que a resposta "não está acompanhando o ritmo" do vírus devido a cortes globais de financiamento que enfraqueceram severamente o sistema de saúde e a infraestrutura humanitária do pais. A organização mobilizou mais de 500 trabalhadores comunitários de saúde e alcançou mais de 210.000 pessoas com mensagens de prevenção, mas isso representa apenas uma pequena porcentagem dos milhões em risco. [11]

Segundo o Global Health Council, a atuação da International Medical Corps sobre à resposta ao atual surto de Ebola na República Democrática do Congo (RDC) e em países vizinhos, foi de grande importância graças a coordenação entre governos, parceiros internacionais e comunidades locais para conter a disseminação da doença, especialmente em um contexto marcado por conflitos, deslocamentos populacionais e limitações dos sistemas de saúde. [12]

HIV/AIDS

A Aliança NCD esteve presente na Reunião de Alto Nível das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (2026), que ocorreu em meio ao desfinanciamento global sem precedentes da pauta, o que tem ocasionado a sobrecarga dos sistemas de saúde. A declaração política do encontro aponta para a necessidade de financiamento adequado para o cuidado integral e permanente às pessoas que vivem com HIV/AIDS no mundo, onde o cuidado e a organização dos sistemas de saúde se voltem às pessoas ao longo dos seus diferentes ciclos de vida.[13]

COVID-19

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) anunciou a realização de um webinário sobre a Covid longa. Especialistas apresentarão atualizações sobre prevalência, sintomas, fatores de risco e caminhos de cuidado e uma doença que afeta milhões de pessoas em todo o mundo.[14]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Câncer

A Federação Internacional de Hospitais (IHF) anunciou a primeira reunião de sua Rede de Liderança em Câncer, uma plataforma para que colegas discutam desafios e explorem abordagens inovadoras para a liderança e gestão operacional dos serviços oncológicos.[15]

Alimentação saudável e prevenção das DCNT

A Aliança NCD aponta em seus recentes estudos de caso a centralidade da alimentação e nutrição adequada para a redução das NDC. Segundo os achados, corrigir sistemas alimentares através de políticas públicas mais inclusivas pode diminuir o risco de adoecimento e morte de pessoas com diabetes, câncer e doenças cardíacas. Uma das ações possíveis é a aquisição de alimentos saudáveis por instituições públicas como escolas e hospitais, melhorando as dietas e distribuindo renda para pequenos agricultores.[16]

Saúde mental

A Planetary Health Alliance argumentou que os impactos das mudanças climáticas vão além dos efeitos físicos e representam uma crescente ameaça à saúde mental. Eventos extremos, insegurança alimentar, deslocamentos forçados e degradação ambiental estão associados ao aumento de ansiedade, depressão, estresse pós-traumático e ansiedade. Neste sentido, a aliança defende que políticas climáticas devem incorporar estratégias de promoção da saúde mental e fortalecimento da resiliência comunitária, além de integrar profissionais de saúde mental às ações de adaptação às mudanças climáticas.[17]

A ACON em parceria com a organização australiana Dementia Australia e com apoio do governo do estado de Victoria, lançou um portal online voltado à população LGBT+ afetada pela demência. A plataforma reúne informações, guias, relatos de experiências e orientações para facilitar o acesso a serviços e profissionais de saúde que ofereçam atendimento inclusivo e afirmativo. A iniciativa busca reduzir o isolamento e as barreiras enfrentadas por pessoas LGBT+ que vivem com demência, promovendo cuidado centrado na identidade, no respeito e na inclusão.[18]

DCNTs

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) repercutiu uma publicação sobre as implicações sobre a saúde da população, especialmente, as doenças não transmissíveis, da Região do Mediterrâneo Oriental. Apesar de sistemas de saúde relativamente fortes, os países do Golfo Pérsico não estão protegidos dos efeitos indiretos e sistêmicos da instabilidade regional.[19]

Determinantes Sociais e Econômicos, Equidade e Direitos Humanos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

A Federação Internacional de Associações de Saúde Pública (IFMSA) publicou um documento sobre a interconexão entre os 17 ODS. Afirmou que os profissionais de saúde veem os ODS todos os dias, pois cuidar da saúde não é apenas tratar doenças, é também tratar as causas como a pobreza, a desnutrição, a desigualdade de gênero e as mudanças climáticas.[20]

Direitos das mulheres

O Geneva Global Health Hub (G2H2) anunciou a realização de um webinário com líderes do jornalismo, da pesquisa, da defesa e da sociedade civil para discutir como as políticas do útero estão sendo usadas para controlar órgãos e contribuir para a reversão dos direitos das mulheres em diferentes partes do mundo.[21]

Direitos da população LGBT+

A ACON divulgou que o Censo Australiano de 2026 incluirá, pela primeira vez, perguntas sobre orientação sexual e identidade de gênero para pessoas com 16 anos ou mais. A mudança, resultado de anos de advocacy de organizações LGBTQ+, permitirá a produção de dados mais precisos sobre essa população, subsidiando políticas públicas, planejamento de serviços e distribuição de recursos. As informações serão confidenciais e protegidas pela legislação australiana de privacidade.[22]

Promoção da saúde

A ACT Promoção da Saúde divulgou matéria sobre 30 anos da Lei nº 9.294/96. A legislação foi um marco para a saúde pública ao restringir a publicidade de produtos nocivos, especialmente do tabaco, contribuindo para a redução do consumo no Brasil, mas tornou-se defasada diante das mudanças na publicidade. A ACT defende a atualização da lei para regular a publicidade de bebidas alcoólicas no ambiente digital e reduzir a exposição de crianças e adolescentes a estratégias de marketing.[23]

Clima, Ambiente e Saúde Planetária

Mudanças climáticas e saúde

A Greenpeace destacou, em sua retrospectiva semanal, ações de mobilização em diferentes países voltadas à crise climática e à proteção ambiental. Entre os destaques estão os alertas sobre a poluição do ar causada pelos incêndios florestais nos Estados Unidos, a campanha para reduzir a poluição plástica durante a Copa do Mundo de 2026, a defesa da exclusão do carvão das finanças islâmicas na Indonésia e protestos na Suíça contra a mineração em águas profundas e seus impactos sobre os oceanos.[24]

A Planetary Health Alliance destacou que as crianças africanas estão entre as populações mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, da degradação ambiental e da insegurança alimentar. Eventos extremos, como secas e enchentes, aumentam a incidência de desnutrição, doenças infecciosas e deslocamentos populacionais, comprometendo o desenvolvimento infantil. A aliança defende que a saúde planetária deve ocupar lugar central nas políticas de saúde e educação, incorporando ações de adaptação climática e alfabetização ambiental, além de ressaltar a necessidade de fortalecer sistemas de saúde resilientes e ampliar investimentos em proteção social.[25]

A Organização Mundial de Médicos de Família (Wonca) divulgou que seu secção europeia assinou uma carta aberta à Comissão Europeia, intitulada “Lidar com o Calor”, pedindo sistemas de saúde prontos para o clima que protejam tanto pacientes quanto profissionais de saúde dos crescentes impactos do calor extremo.[26]

A Aliança NCD tem liderado globalmente a iniciativa Breathable Planet que busca através de políticas públicas, reduzir pela metade as mortes por conta da poluição do ar, até

2040. Em relatório publicado recentemente, a Aliança NCD denuncia a insistência dos governos em seguir investindo em combustíveis fósseis, para alcançar a meta de neutralidade líquida em 2025, estima-se que é preciso investimento global anual de US$ 4 trilhões, até 2030. Cerca de um quinto das emissões de partículas poluentes do ar advém do setor de transporte, umas das saídas é a implementação de meios de transporte limpos.[27]

Agricultura e sistemas alimentares

A Greenpeace defendeu a agricultura regenerativa como estratégia para enfrentar a crise climática e transformar os sistemas alimentares, argumentando que a expansão desse modelo é limitada pelo poder econômico e político das grandes corporações do agronegócio. A organização critica o uso do conceito de agricultura regenerativa como estratégia de *greenwashing* por empresas do setor, denuncia os impactos da agricultura industrial sobre o clima e a biodiversidade e reforça a necessidade de fortalecer produtores locais, reduzir a dependência de monoculturas e promover políticas públicas voltadas a sistemas alimentares mais sustentáveis. [28]

A World Vision na Cambodia, em parceria com autoridades locais, representantes governamentais e comunidades da província de Preah Vihear, promoveu o plantio de 1.000 árvores no distrito de Sangkum Thmei como parte de uma iniciativa voltada ao fortalecimento da segurança hídrica e da resiliência às mudanças climáticas. As árvores foram plantadas em áreas estratégicas, como margens de canais, encostas, escolas e templos, com o objetivo de proteger fontes de água, reduzir a erosão do solo, restaurar a biodiversidade e fortalecer os meios de subsistência das comunidades rurais. Reforçando a adoção de soluções baseadas na natureza para enfrentar os impactos das mudanças climáticas.[29]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Fortalecimento dos sistemas de saúde

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) lançou a primeira edição latino-americana do programa ODENNA™ (Organizational Development of National Nursing Associations), voltado ao fortalecimento da liderança, da governança e da capacidade institucional das associações nacionais de enfermagem. Com apoio da BD, a iniciativa reúne organizações de oito países da América Latina e busca ampliar a capacidade de influência da enfermagem na formulação de políticas de saúde, na defesa da profissão e no fortalecimento dos sistemas de saúde por meio de um programa de mentoria e desenvolvimento organizacional com duração de um ano.[30]

O Conselho Internacional de Enfermeiros (ICN) reforçou, durante visita de seu diretor-executivo à Áustria, a necessidade de ampliar os investimentos em enfermagem comunitária e atenção primária, destacando que os sistemas de saúde só alcançarão a cobertura universal se houver planejamento adequado da força de trabalho. Com base em evidências da OMS, o ICN defendeu o fortalecimento da prática avançada de enfermagem, a criação de carreiras na atenção comunitária e modelos assistenciais liderados por enfermeiros, além de alertar para os riscos da dependência excessiva do recrutamento internacional de profissionais de saúde. [31]

A InterAcademy Partnership (IAP) divulgou o novo relatório da Academia das Ciências francesa que examina as crescentes pressões sobre os sistemas globais de saúde à medida que o financiamento internacional diminui e a cooperação multilateral se fragiliza. Argumenta que a

saúde é um bem público global e pede investimento sustentado, expertise científica independente e colaboração internacional mais forte.[32]

O SHEM divulgou boletim mensal que reúne análises sobre o agravamento da crise humanitária em Cuba, atribuído ao bloqueio energético dos Estados Unidos, à redução das importações de combustível, às dificuldades econômicas e aos impactos de eventos climáticos extremos. A escassez de combustível tem comprometido o funcionamento do sistema de saúde, afetando hospitais, serviços de diagnóstico, cirurgias, tratamentos oncológicos e o manejo de doenças crônicas. A matéria também ressalta o aumento da insegurança alimentar, a interrupção de serviços essenciais e o alerta das Nações Unidas para o risco de uma deterioração ainda maior das condições humanitárias caso não haja uma resposta internacional.[33]

Participação social

A International Alliance of Patients Organizations (IAPO), está realizando até julho de 2026 uma pesquisa global acerca para levantar experiências de participação social na saúde, com o objetivo de subsidiar a implementação da Resolução WHA77.2 sobre participação social na saúde. Os resultados preliminares do levantamento das experiências foram apresentados na 79a Assembleia Mundial da Saúde, das Nações Unidas e estão disponíveis nos canais oficiais na IAPO.[34]

Saúde Materna, Infantil, Reprodutiva e Ciclo de Vida

Envelhecimento saudável

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) saudou como um marco histórico a aprovação do Projeto de Declaração Ministerial do Segmento de Alto Nível da sessão de 2026 do Conselho Econômico e Social e do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. A IFA destaca que a Declaração reconhece o envelhecimento populacional como prioridade para o desenvolvimento sustentável, comprometendo-se com a solidariedade intergeracional, abordagens de longo curso de vida, coesão social e políticas que respondam a pessoas de todas as idades.[35]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Cúpula da OTAN

A Progressive International analisou em boletim mensal a Cúpula da OTAN de 2026 destacando o aumento dos investimentos militares e o aprofundamento das divisões internas da aliança. A publicação argumenta que o fortalecimento do gasto militar tem ocorrido em paralelo à redução de investimentos em bem-estar social, intensificando o debate sobre os impactos da expansão militar na segurança internacional e nas condições de vida da população.[36]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Inteligência artificial em saúde

A ELF divulgou a defesa de Políticos europeus do uso da inteligência artificial na saúde de forma responsável, feita em audiência pública no Parlamento Europeu, destacando seu potencial para auxiliar no diagnóstico precoce, mas alertando que a tecnologia deve apoiar os profissionais e não os substituir. Paralelamente, reforçaram a necessidade de combater a

desinformação em saúde com financiamento adequado e de garantir que a inovação seja responsável, centrada nas pessoas e apoiada por sistemas de saúde bem financiados. [37]

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Doenças Transmissíveis, Epidemias e Biossegurança

Ebola

A Fundação Rockefeller divulgou os resultados de uma pesquisa nacional indicando que a maioria dos norte-americanos apoia a restauração da assistência internacional dos Estados Unidos para conter o atual surto de Ebola na República Democrática do Congo. A fundação argumenta que esses resultados reforçam a percepção de que investimentos em saúde global e prevenção de surtos constituem uma questão de segurança nacional e defende a modernização, em vez da eliminação, dos programas de assistência internacional.[38]

A Wellcome revisitou as lições da epidemia de Ebola de 2013–2016, destacando que um dos maiores aprendizados foi a necessidade de integrar as comunidades locais ao desenvolvimento das respostas científicas e de saúde pública. O artigo argumenta que medidas de controle só se tornaram eficazes quando pesquisadores e autoridades passaram a ouvir líderes comunitários, respeitar práticas culturais e construir intervenções em parceria com a população, em vez de simplesmente impor soluções externas. Essa mudança de abordagem contribuiu para fortalecer a confiança, melhorar a adesão às medidas de controle e influenciar a preparação para futuras epidemias, incluindo a Covid-19.[39]

A GAVI, The Vaccine Alliance destacou que o sucesso das respostas ao Ebola depende tanto da logística quanto dos avanços científicos. Isso pois, em muitos surtos, especialmente em áreas remotas e afetadas por conflitos, transportar vacinas, equipamentos e profissionais de saúde representa um dos maiores desafios operacionais. A aliança argumenta que investimentos em infraestrutura e sistemas logísticos são tão importantes quanto o desenvolvimento de novas vacinas.[40]

Malária

A Fundação Gates destacou a trajetória do entomologista James Austin, da BASF, cuja equipe desenvolveu a Interceptor G2, uma nova geração de mosquiteiros impregnados com dois inseticidas para combater mosquitos resistentes aos produtos convencionais. A inovação representa um avanço importante no controle da malária, uma vez que a crescente resistência dos vetores ameaçava décadas de progresso na prevenção da doença. O artigo ressalta que a tecnologia é resultado da colaboração entre pesquisadores, setor privado e organizações filantrópicas, e tem contribuído para ampliar a proteção de populações vulneráveis em países de alta incidência de malária.[41]

Vacinação

A GAVI, The Vaccine Alliance apresentou uma ampla revisão originalmente publicada na revista The Lancet, que confirma que as vacinas de RNA mensageiro (mRNA) são seguras e altamente eficazes na prevenção de doenças infecciosas, especialmente da COVID-19. A análise reuniu evidências de diversos estudos clínicos e de dados de vigilância pós-vacinação envolvendo milhões de pessoas, mostrando que eventos adversos graves são raros e que os benefícios das vacinas superam amplamente seus riscos.[42]

A GAVI, The Vaccine Alliance divulgou novos dados mostrando que países de baixa renda continuam ampliando a cobertura vacinal e fortalecendo seus programas nacionais de imunização, mesmo diante de restrições econômicas globais. O relatório aponta progressos na redução do número de crianças sem nenhuma dose de vacina e no aumento do financiamento doméstico para imunização.[43]

COVID-19

A Wellcome destacou o impacto transformador do estudo clínico RECOVERY, coordenado pela Universidade de Oxford, que identificou rapidamente tratamentos eficazes para pacientes hospitalizados com Covid-19 durante a pandemia. O artigo ressalta que o sucesso do RECOVERY decorreu de um desenho adaptativo inovador, da ampla colaboração entre hospitais e pesquisadores e do compartilhamento ágil dos resultados, estabelecendo um novo padrão para a condução de ensaios clínicos em emergências de saúde pública.[44]

Ciência, Tecnologia, Inovação e P&D

Pesquisa e financiamento científico

A FINDd efendeu a manutenção dos investimentos na European & Developing Countries Clinical Trials Partnership (EDCTP) no próximo programa de pesquisa e inovação da União Europeia. As organizações destacam que a iniciativa fortalece a colaboração científica entre Europa e África, impulsiona pesquisas clínicas, amplia a capacidade científica e acelera o desenvolvimento de tecnologias voltadas para doenças negligenciadas e relacionadas à pobreza, contribuindo para a preparação frente a futuras ameaças à saúde global. [45]

Inteligência artificial em saúde

A GAVI, The Vaccine Alliance explorou como a combinação de inteligência artificial generativa com modelos baseados em física molecular está revolucionando a busca por novos antibióticos. Essas tecnologias permitem prever rapidamente quais moléculas têm maior potencial para combater bactérias resistentes, reduzindo tempo e custos da pesquisa farmacêutica, superando limitações de abordagens tradicionais ao simular interações entre compostos e microrganismos antes dos testes laboratoriais. Especialistas acreditam que essas ferramentas poderão acelerar significativamente o desenvolvimento de medicamentos eficazes contra superbactérias.[46]

Tecnologias em saúde

A Wellcome destacou o potencial da magnetoencefalografia com magnetômetros opticamente bombeados (OPM-MEG), uma nova tecnologia chamada de “revolucionária” de imageamento cerebral que permite registrar a atividade elétrica do cérebro com maior resolução, sem a necessidade dos sistemas criogênicos utilizados pelos equipamentos convencionais. A expectativa é que a tecnologia transforme tanto o diagnóstico quanto a compreensão do funcionamento do cérebro humano.[47]

A Wellcome destacou os primeiros resultados bem-sucedidos da técnica de doação mitocondrial, um procedimento inovador de fertilização in vitro que permitiu o nascimento de oito crianças saudáveis no Reino Unido, sem sinais de doenças mitocondriais hereditárias. O artigo também enfatiza que esse avanço foi possível graças a décadas de investimento em pesquisa, ao engajamento público e à criação de um marco regulatório que permitiu a aplicação clínica segura da técnica, oferecendo uma nova esperança para famílias afetadas.[48]

Governança de dados científicos

A Wellcome publicou uma reflexão sobre os desafios da governança de dados científicos diante dos avanços da inteligência artificial, das pressões econômicas e das tensões geopolíticas, que têm transformado a forma como esses dados são produzidos, compartilhados e utilizados. A organização destaca a necessidade de desenvolver políticas capazes de equilibrar abertura científica, privacidade, segurança, soberania e repartição de benefícios, preservando o potencial dos dados para promover o bem público. Como parte desse processo, a Wellcome lançou uma consulta a pesquisadores, formuladores de políticas e demais atores para identificar soluções que tornem a gestão de dados científicos mais responsável, equitativa e sustentável.[49]

Saúde digital e inovação no setor público

A Fundação Rockefeller anunciou apoio à iniciativa Public Interest Technology (PIT) Crew, lançada pela prefeitura de Nova York para desenvolver soluções digitais voltadas ao aprimoramento dos serviços públicos. O programa reunirá equipes multidisciplinares de especialistas em tecnologia para criar ferramentas que simplifiquem o acesso da população a serviços governamentais, com o primeiro projeto voltado à implementação de um portal para denúncias relacionadas à nova política Click to Cancel, destinada a facilitar o cancelamento de assinaturas. A iniciativa busca demonstrar como tecnologias desenvolvidas no setor público podem tornar a administração mais eficiente, acessível e responsiva às necessidades da população.[50]

Sistemas de Saúde, Cobertura Universal e Força de Trabalho

Financiamento e governança dos sistemas de saúde

A Wellcome anunciou mudanças em seu processo de financiamento para enfrentar o aumento expressivo no número de solicitações de bolsas, que cresceu entre 50% e 100% nos últimos ciclos de financiamento. A organização afirma que as mudanças buscam tornar o processo de financiamento mais eficiente, equitativo e sustentável, reduzindo a sobrecarga sobre pesquisadores, avaliadores e instituições, sem comprometer a qualidade da seleção científica.[51]

A Fundação Rockefeller, em parceria com a Fundação Packard e outras organizações, anunciou a criação da Commission on the Future of Foreign Assistance, uma comissão bipartidária estadunidense encarregada de elaborar propostas para reformular o sistema de assistência internacional dos Estados Unidos após o encerramento da USAID. O anúncio também destaca uma pesquisa segundo a qual a maioria dos norte-americanos defende a reforma, e não a eliminação, dos programas de assistência internacional.[52]

A FIND anunciou a segunda fase do programa ACCEDE, com financiamento da Helmsley Charitable Trust, para ampliar o acesso ao monitoramento contínuo da glicose (CGM) em países de baixa e média renda. A iniciativa expandirá suas atividades para a Índia e outros países da África e do Sudeste Asiático, apoiando políticas públicas, financiamento sustentável, fortalecimento dos sistemas de saúde e maior disponibilidade dessa tecnologia para o cuidado de pessoas com diabetes. [53]

Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs) e Saúde Mental

Saúde mental

A Wellcome anunciou que financiará pesquisas para avaliar os impactos da proibição do uso de redes sociais por menores de 16 anos no Reino Unido, prevista para entrar em vigor em 2027. A organização considera a medida uma oportunidade inédita para produzir evidências robustas sobre como as restrições ao uso de plataformas digitais afetam a saúde mental dos jovens, investigando tanto seus potenciais benefícios quanto possíveis efeitos adversos. Os estudos acompanharão adolescentes antes e após a implementação da política, buscando subsidiar futuras decisões públicas com base em evidências científicas e ampliar o entendimento sobre os efeitos do ambiente digital no bem-estar juvenil.[54]

Política, Diplomacia e Governança em Saúde

Governança da saúde global

A Fundação Gates divulgou uma nota agradecendo a Warren Buffett por seus quase vinte anos de apoio filantrópico. Desde 2006, suas doações somaram mais de US$ 47 bilhões e pela primeira vez foi descontinuada devido às recentes revelações sobre os vínculos passados de Bill Gates com Jeffrey Epstein. O comunicado ressaltou que a instituição mantém sua solidez financeira e seguirá suas atividades até 2045, apoiada pelo compromisso de Bill Gates de destinar cerca de US$ 200 bilhões à fundação.[55] [56]

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crises humanitárias na Palestina, na Ucrânia, no Sudão e na Venezuela continuaram a mobilizar grande número de organizações de interesse público, com ênfase na proteção de crianças e populações vulneráveis, na garantia do acesso à saúde e na defesa do Direito Internacional Humanitário. O agravamento da insegurança alimentar, o colapso dos sistemas de saúde e o deslocamento forçado de populações reforçam a necessidade de ampliar a assistência humanitária, fortalecer atores locais e garantir financiamento adequado e sustentável para as respostas. No campo das doenças transmissíveis, o surto de Ebola na RDC é a principal emergência sanitária do período, exigindo coordenação internacional, engajamento comunitário e superação de desafios logísticos e de financiamento. Paralelamente, os debates sobre HIV/AIDS e Covid longa indicam a persistência de ameaças infecciosas que demandam cuidados integrais e continuados, bem como investimento em pesquisa e inovação.

O fortalecimento dos sistemas de saúde e da atenção primária emergiu como uma agenda transversal, com iniciativas voltadas à formação da força de trabalho, à participação social e à adaptação dos serviços às mudanças climáticas. As organizações também alertaram para os impactos da redução do financiamento internacional e do enfraquecimento da cooperação multilateral sobre a capacidade de resposta dos sistemas de saúde, especialmente em países de baixa e média renda.

As organizações de interesse público mantiveram atenção consistente aos determinantes sociais e ambientais da saúde, abordando desde os impactos das mudanças climáticas e da poluição até a defesa dos direitos de populações LGBTQIA+, mulheres e migrantes. A preocupação com a equidade e os direitos humanos atravessou as manifestações, evidenciando que a saúde global não pode ser dissociada das condições de vida, do acesso à proteção social e da garantia de direitos fundamentais.

As organizações de interesse privado, por sua vez, concentraram seus esforços no financiamento da inovação, no desenvolvimento de tecnologias de saúde e na reforma da assistência internacional. Suas manifestações reforçam o papel da filantropia e das parcerias público-privadas na resposta a epidemias, na pesquisa e desenvolvimento de vacinas, diagnósticos e medicamentos, e na governança de dados científicos. No entanto, suas abordagens também evidenciam tensões entre a urgência da resposta e a necessidade de transformações estruturais nos sistemas de financiamento e governança global da saúde.

Por fim, as manifestações do período reafirmam os desafios que centrais da agenda internacional: a necessidade de respostas humanitárias mais ágeis e bem financiadas; o fortalecimento da preparação e resposta a emergências sanitárias; a integração das mudanças climáticas às políticas de saúde; o enfrentamento das desigualdades sociais e de gênero; e a ampliação da participação da sociedade civil nos processos de governança global da saúde, especialmente diante das reformas em curso na Organização Mundial da Saúde e na arquitetura da assistência internacional.

REFERÊNCIAS

1. Oxfam International. *Earthquake in Venezuela: A Crisis Deepens for Millions* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.oxfam.org/en/what-we-do/emergencies/earthquake-venezuela-crisis-deepens-millions
2. Save the Children US. *Venezuela: Mental Health Crisis Deepens Two Weeks After Earthquake* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.savethechildren.org/us/about-us/media-and-news/2026-press-releases/venezuela-mental-health-two-weeks-after-earthquake
3. World Organization of the Scout Movement. *When Venezuela Needed Us: Scouts Worldwide Mobilise to Support Earthquake Recovery* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.scout.org/news/when-venezuela-needed-us-scouts-worldwide-mobilise
4. Médecins Sans Frontières. *Palestinians Are Left Reeling by Israeli Occupation in the West Bank* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.msf.org/palestinians-are-left-reeling-israeli-occupation-west-bank
5. Save the Children US. *A 10-Year-Old Child Sheltering in a Tent Was Reportedly Killed by Israeli Forces in Gaza on July 8. At Least 11 Children Have Been Reported Killed in the Two Weeks Since a UN Commission of Inquiry…* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/save-the-children-us_a-10-year-old-child-sheltering-in-a-tent-activity-7481046220086534144-a4K0
6. Oxfam International. *The Leadership That Endures* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.oxfam.org/en/research/ukraine-response-accountability-briefing-the-leadership-that-endures
7. World Vision. *New Satellite Analysis Exposes Extreme Farmland Loss in Sudan* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/sudan/new-satellite-analysis-exposes-extreme-farmland-loss-sudan
8. LinkedIn. *Login* [Internet]. [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.linkedin.com/login
9. Médecins Sans Frontières. *Italian Court Dismisses Case Against MSF Search and Rescue Staff After Criminal Proceedings* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.msf.org/italian-court-dismisses-case-against-msf-search-and-rescue-staff-after-criminal-proceedings
10. Médecins Sans Frontières. *Ebola Response Needs Urgent Scale-Up After Two Months* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.msf.org/ebola-response-needs-urgent-scale-after-two-months

11. Bergeron R. *"We Are Determined Not to Leave Communities Alone." CARE DRC on Ebola Fight Amid Funding Cuts* [Internet]. CARE. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.care.org/news-and-stories/care-drc-ebola-bulletin-funding-cuts/
12. Global Health Council. *GHC Member International Medical Corps Is Working Closely With the US Department of State, Ministries of Health, and On-the-Ground Partners to Fight the Current Ebola Outbreak in the DRC* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/global-health-council_ghc-member-international-medical-corps-is-activity-7478175797573517312-2LDG
13. NCD Alliance. *HIV/AIDS Meeting Highlights Lifelong Care Commitment* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_hiv-aids-actonncds-activity-7481047038244155392-Fwcj
14. World Federation of Public Health Associations. *Long COVID Continues to Affect Millions* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_longcovid-covid-covid19-activity-7483475564369055744-kxnY
15. International Hospital Federation. *Cancer Leadership Network* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-hospital-federation_ihfspecialinterestgroup-cancerleadershipnetwork-activity-7480974044096364545-Dpcc
16. NCD Alliance. *Fixing Our Food Systems Is One of the Smartest Ways to Prevent NCDs and Save Lives* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 18]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_ncds-diabetes-cancer-activity-7483180546035195904-QHK4
17. Al-Sa'aby QAD. *Why Climate Change and Mental Health Belong in the Same Conversation* [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://planetaryhealthalliance.org/news/why-climate-change-and-mental-health-belong-in-the-same-conversation/
18. Dementia Australia. *LGBT+ People and Dementia* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.dementia.org.au/lgbt-people-and-dementia
19. World Federation of Public Health Associations. *While Much of the Attention in the Eastern Mediterranean Region...* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 9]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wfpha_gulf-gulfcountries-gulfregion-activity-7480534921514553344-su0P
20. International Federation of Medical Students' Associations. *No SDG Is Separate!* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifmsa_no-sdg-is-separate-activity-7483524550572294144-edGl
21. Geneva Global Health Hub. *Le 22 juillet, nous réunirons des voix majeures* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://fr.linkedin.com/posts/geneva-global-health-hub-g2h2_stopthepushback-activity-7483441622454616065-KD2x
22. ACON. *The 2026 Census: How LGBTQ+ People Will Be Counted* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.acon.org.au/about-acon/latest-news/
23. ACT Promoção da Saúde. *Lei nº 9.294/96: 30 Anos Depois, a Publicidade Mudou e a Legislação Precisa Acompanhar* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://actbr.org.br/30-anos-lei-n-9294-96/9489/
24. Greenpeace International. *Greenpeace Pictures of the Week* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/74305/greenpeace-pictures-of-the-week-2627/
25. Kasali M. *Planetary Health Is Fundamental to Children's Health in Africa* [Internet]. Planetary Health Alliance. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://planetaryhealthalliance.org/news/planetary-health-is-fundamental-to-childrens-health-in-africa/

26. World Organization of Family Doctors. *It's Hot* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/wonca_handletheheat-activity-7482769659159617536-5p6D
27. NCD Alliance. *Transport Emissions Reduction Through Cleaner Mobility* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ncd-alliance_around-one-fifth-of-particulate-matter-emissions-activity-7482477970725535744-GYJ6
28. Greenpeace International. *Can We Heal Our Food System? Groundswell Film Shows How Regenerative Agriculture Is Survival* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.greenpeace.org/international/story/84650/groundswell-documentary-regenerative-agriculture-food-system/
29. World Vision. *Press Release: Communities Unite to Plant 1,000 Trees to Strengthen Water Security and Climate Resilience in Sangkum Thmei* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.wvi.org/newsroom/cambodia/press-release-communities-unite-plant-1000-trees-strengthen-water-security-and
30. International Council of Nurses. *ICN Launches First Ever ODENNA™ LatAm Programme Strengthening Nursing Associations Across Latin America* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.icn.ch/news/icn-launches-first-ever-odennatm-latam-programme-strengthening-nursing-associations-across
31. International Council of Nurses. *Austrian National Media Highlight ICN's Calls for Stronger Community Nursing and Workforce Planning* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.icn.ch/news/austrian-national-media-highlight-icns-calls-stronger-community-nursing-and-workforce-planning
32. InterAcademy Partnership. *A saúde global depende de uma forte cooperação internacional* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/interacademypartnership_globalhealth-healthaid-scienceforpolicy-activity-7480903787516293120-Dxhv
33. SHEM. *The Latest Edition of SHEM Highlights Features Analyses on the Impact of Cuba's Energy Crisis on Its Healthcare System, Humanitarian Responses to Ebola Outbreaks [...]* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.linkedin.com/feed/update/urn:li:activity:7484066546303217664
34. International Alliance of Patients' Organizations. *#SocialParticipationForHealth #WHA79 #HealthForAll* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/international-alliance-of-patients-organizations-iapo-_socialparticipationforhealth-wha79-healthforall-activity-7477752892750245888-4UFR
35. International Federation on Ageing. *A Milestone for Population Ageing at the United Nations!* [Internet]. LinkedIn. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.linkedin.com/posts/ifageing_hlpf2026-populationageing-healthyageing-activity-7483526456904605696-X_qa
36. Progressive International. *PI Briefing No. 20: Cracks in the Alliance?* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://progressive.international/wire/2026-07-13-pi-briefing-no-20-cracks-in-the-alliance/en/
37. European Lung Foundation. *European Politicians Call for AI in Healthcare to Be Used Responsibly* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://europeanlung.org/en/news-and-blog/european-politicians-call-for-ai-in-healthcare-to-be-used-responsibly/
38. The Rockefeller Foundation. *As Ebola Surges, 3 in 4 Americans Back Restoring U.S. Aid to Fight It, per New Echelon Poll Commissioned by Rockefeller Foundation* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/ebola-surges-americans-back-restoring-us-aid-echelon-poll-rockefeller-foundation/

39. Wellcome. *Ebola: When Science Learned to Listen* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/ebola-2013-16-when-science-learned-listen
40. World Economic Forum. *Why the Fight Against Ebola Is a Logistics Challenge, Not Just a Medical One* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/why-fight-against-ebola-logistics-challenge-not-just-medical-one
41. Gates Foundation. *How One Scientist Is Helping to Outsmart the World's Deadliest Animal* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/interceptor-g2-mosquito-net-james-austin
42. Geddes L. *mRNA Vaccines Safe and Effective, Confirms Lancet Review* [Internet]. Gavi, the Vaccine Alliance. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/mrna-vaccines-safe-and-effective-confirms-lancet-review
43. Gavi, the Vaccine Alliance. *Strong Progress in Lower-Income Countries Underscores Need for Sustained Investment in Immunisation* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.gavi.org/news/media-room/strong-progress-lower-income-countries-underscores-need-sustained-investment
44. Wellcome. *How the RECOVERY Trial Saved Lives During COVID-19* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/recovery-game-changing-covid-19-treatment-trial-saved-lives
45. FIND. *Advancing Global Health Innovation Through Europe-Africa Collaboration* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.finddx.org/publications-and-statements/publications/advancing-global-health-innovation-through-europe-africa-collaboration/
46. Mansbach R, Menard J. *How Generative AI and Physics Can Help Design New Antibiotics* [Internet]. Gavi, the Vaccine Alliance. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.gavi.org/vaccineswork/how-generative-ai-and-physics-can-help-design-new-antibiotics
47. Wellcome. *A Revolution in Brain Imaging Technology* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/opm-meg-revolution-brain-imaging-technology
48. Wellcome. *Mitochondrial Donation: Hope Born Thanks to Pioneering Treatment* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/mitochondrial-donation-hope-born-thanks-pioneering-treatment
49. Wellcome. *Can Policy Unlock the Power of Data?* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/can-policy-unlock-power-data
50. The Rockefeller Foundation. *Mayor Mamdani Launches "Public Interest Technology (PIT) Crew" to Rapidly Build Digital Solutions to Public Problems* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/mayor-mamdani-public-interest-technology-pit-crew-build-digital-solutions-public-problems/
51. Fox A. *Rethinking the Future of Research Funding* [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/rethinking-future-research-funding
52. The Rockefeller Foundation. *New Commission Launches to Chart Next Chapter of Foreign Assistance* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://www.rockefellerfoundation.org/news/new-commission-launches-to-chart-next-chapter-of-foreign-assistance/
53. FIND. *FIND Expands ACCEDE to Advance Equitable Access to Continuous Glucose Monitoring With Support From the Helmsley Charitable Trust* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 16]. Available from: https://www.finddx.org/publications-and-statements/press-release/find-expands-accede-to-advance-equitable-access-to-continuous-glucose-monitoring-with-support-from-the-helmsley-charitable-trust/

54. Sebastian C. *We Must Study How the Social Media Ban Impacts Youth Mental Health* [Internet]. Wellcome. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://wellcome.org/insights/articles/we-must-study-how-social-media-ban-impacts-youth-mental-health
55. Gates Foundation. *Statement on Warren Buffett's Giving* [Internet]. 2026 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://www.gatesfoundation.org/ideas/media-center/press-releases/2026/07/warren-buffett-giving
56. Reuters. *Buffett Says Decision to Stop Gates Foundation Donations Not a Surprise* [Internet]. 2026 Jul 15 [cited 2026 Jul 15]. Available from: https://www.reuters.com/business/buffett-says-decision-stop-gates-foundation-donations-not-surprise-2026-07-15/

Panorama geopolítico: Dívida, Sanções e os Desafios para os Sistemas de Saúde

Panorama geopolítico: Deuda, sanciones y los desafíos para los sistemas de salud

Geopolitical Panorama: Debt, Sanctions, and the Challenges for Health Systems

Rafaela Venturella De Negri
e Armando De Negri Filho

Resumo: Este informe examina os entrelaçamentos estruturais entre dívida soberana, recuo do financiamento climático e o desmonte sistemático dos sistemas de saúde no Sul Global. No bloco Panorama, analisamos o abandono da meta de financiamento climático pelo Banco Mundial sob pressão dos EUA, a lacuna entre compromissos climáticos internacionais e o financiamento efetivo para adaptação da saúde, a crise humanitária na Venezuela pós-terremoto sob décadas de sanções estadunidenses que custaram centenas de bilhões em receitas petrolíferas perdidas, e o apelo da China pela revitalização da ONU em meio às crescentes tensões geopolíticas. No bloco Saúde, examinamos a destruição da infraestrutura de saúde em Gaza e no Líbano como tática genocida, o alvejamento sistemático de trabalhadores da saúde palestinos, o marco da saúde planetária para compreender o adoecimento em contextos de conflito, o impacto devastador do acordo farmacêutico entre EUA e Reino Unido sobre o NHS, e a ameaça global da desinformação à ciência e à segurança sanitária.

Palavras-chave: Financiamento Climático; Sanções Econômicas; Sistemas de Saúde; Dívida Soberana; Governança Multilateral.

Resumen: *Este informe examina los vínculos estructurales entre la deuda soberana, la reducción de la financiación climática y el desmantelamiento sistemático de los sistemas de salud en el Sur Global. En la sección «Panorama», analizamos el abandono del objetivo de financiamiento climático por parte del Banco Mundial bajo la presión de EE. UU., la brecha entre los compromisos climáticos internacionales y el financiamiento efectivo para la adaptación en el ámbito de la salud, la crisis humanitaria en Venezuela tras el terremoto, en un contexto de décadas de sanciones estadounidenses que han costado cientos de miles de millones en ingresos petroleros perdidos, y el llamado de China a revitalizar la ONU en medio de crecientes tensiones geopolíticas. En el bloque de Salud, examinamos la destrucción de la infraestructura de salud en Gaza y el Líbano como táctica genocida, los ataques sistemáticos contra trabajadores de la salud palestinos, el marco de la salud planetaria para comprender la enfermedad en contextos de conflicto, el impacto devastador del acuerdo farmacéutico entre EE. UU. y el Reino Unido sobre el NHS, y la amenaza global que representa la desinformación para la ciencia y la seguridad sanitaria.*

Palabras clave: *Financiamiento climático; sanciones económicas; sistemas de salud; deuda soberana; gobernanza multilateral.*

Abstract: *This report examines the structural entanglements between sovereign debt, climate financing retrenchment, and the systematic undermining of health systems in the Global South. In the Panorama section, we analyze the World Bank's abandonment of its climate financing target under US pressure, the gap between international climate commitments and actual funding for health adaptation, Venezuela's post-earthquake humanitarian crisis under decades of US sanctions that have cost hundreds of billions in lost oil revenue, and China's call for UN revitalization amid rising geopolitical tensions. In the Health section, we examine the destruction of healthcare infrastructure in Gaza and Lebanon as a genocidal tactic, the systematic targeting of Palestinian health workers, the planetary health framework for understanding conflict-related illness, the devastating impact of the US-UK pharmaceutical agreement on the NHS, and the global threat of misinformation to science and health security.*

Keywords: *Climate Finance; Economic Sanctions; Health Systems; Sovereign Debt; Multilateral Governance.*

Panorama Político-Econômico

Nesta seção, iniciamos com a análise dos impactos do Super El Niño e as movimentações do Grupo do Banco Mundial. Em seguida, abordamos o bloqueio dos Estados Unidos à Venezuela e seus efeitos na recuperação do país após os terremotos, examinando a política do desastre. Avançamos para a crise da dívida global e encerramos com as recentes declarações da República Popular da China sobre a necessidade de revitalização da ONU.

O *Super El Niño* segue como uma das principais preocupações globais. Num artigo da *Health Policy Watch,* vemos como Organização Meteorológica Mundial (*WMO*) intensificou a mobilização de informações e serviços de suporte para que os países possam se preparar para seus impactos, com alertas regulares sendo fornecidos em todo o sistema da ONU. A expectativa é que as condições se intensifiquem entre julho e setembro de 2026 — trazendo eventos climáticos extremos que irão desde chuvas extremas e ondas de calor a secas, afetando diferentes partes do mundo.

A secretária-geral da *WMO*, Celeste Saulo, destacou que a comunidade da *WMO* lançou uma mobilização sem precedentes para coordenar atividades entre agências da ONU e em nível regional (Europa), porém a crise climática exige mais do que declarações.

"As condições de El Niño já estão em curso e a previsão é que se intensifiquem rapidamente para um evento forte — como foi antecipado com precisão pelas previsões da OMM. Isso aumentará as chances de seca e chuvas intensas, bem como o risco de ondas de calor em terra e ondas de calor marinhas em muitas regiões do mundo", afirmou Celeste Saulo, Secretária-Geral da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Tanto a seca quanto as enchentes representam grandes ameaças à produção de alimentos em partes do mundo que já sofrem com insegurança alimentar, enquanto as chuvas fortes que causam enchentes geram deslocamentos e agravam surtos de doenças infecciosas e de veiculação hídrica, como a cólera. O calor extremo também exerce uma pressão crescente sobre a produção de alimentos, alertou Qu Dongyu, Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)."

Trazendo uma outra publicação do *Health Policy Watch, "The Climate-Health Crisis Needs Money, Not More Declarations"*, vemos que as estimativas são alarmantes: o Banco Mundial projeta que as mudanças climáticas podem causar até 15,6 milhões de mortes adicionais entre 2026 e 2050 e gerar custos de saúde entre US$ 8,6 trilhões e US$ 15,4 trilhões até meados do século. Enquanto isso, a lacuna de financiamento para adaptação dos sistemas de saúde é colossal, com países de baixa renda gastando cerca de 300 vezes menos per capita em saúde do que nações ricas — decisão que muito tem a ver com a questão do pagamento da dívida externa. Durante a presidência francesa do G7, a Aliança para Ação Transformadora em Clima e Saúde (*ATACH*) — uma rede da OMS que reúne 106 países, realizou uma reunião de alto nível para avaliar os avanços e desafios da pauta de saúde na agenda climática. O movimento, que começou com poucos atores, cresceu rapidamente, mas esbarra numa dificuldade já muito mencionada neste informe: a questão do financiamento. A Aliança vê os resultados positivos e construtivos do histórico de conversas ao redor do clima — *COP, 4FfD* como importantes *building blocks* — mas destaca como nada poderá acontecer, factualmente, sem um financiamento adequado que chegue a todas as partes do mundo.

"A Agência Francesa de Desenvolvimento estima o custo da adaptação dos sistemas de saúde do mundo às mudanças climáticas em US$ 22 bilhões. A estimativa do órgão climático da ONU é mais alta, entre US$ 26,8 bilhões e US$ 29,4 bilhões por ano até 2050.

Na COP29, em Baku, as nações ricas concordaram em fornecer US$ 300 bilhões por ano até 2035, contra os US$ 1,3 trilhão que o mundo em desenvolvimento afirmou necessitar. A saúde recebe uma fração ínfima desse valor, captando aproximadamente 2% do financiamento para adaptação e 0,5% do financiamento climático multilateral — uma participação que não se altera desde Glasgow.

O colapso dos orçamentos de ajuda externa, liderado pelos Estados Unidos, apertou ainda mais o cerco. "O mundo parece um pouco mais mesquinho", disse Watts. "Estamos entrando em um período difícil. Vai durar alguns anos, e todo mundo sabe como isso se sente em seu próprio contexto nacional."

O único dinheiro novo anunciado na COP30 veio da filantropia, com um compromisso de US$ 300 milhões da Fundação Gates, da Wellcome e da Fundação Rockefeller. Nenhum valor adicional foi acrescentado desde então."Isso é uma gota no oceano", afirmou Arthy Hartwell, da Wellcome Trust, uma das principais integrantes da coalizão de financiadores."

Em meio a tudo isso, o grupo do Banco Mundial renunciou à meta que orientava o financiamento climático, se rendendo à pressão dos Estados Unidos, seu principal acionista, e abdicando de seu papel como referência no financiamento climático.

Em 29 de junho, o Grupo do Banco Mundial anunciou a prorrogação do Plano de Ação para Mudanças Climáticas 2021-2025, que venceria no dia seguinte, sem renovar a meta de 45% de financiamento climático. Com isso, renunciou a estabelecer uma meta quantificável em termos de compromisso econômico na luta contra as mudanças climáticas.

"Para tornar ainda mais evidente o equívoco dessa decisão estão os países que deveriam ter recebido esses recursos. Um relatório do Overseas Development Institute, publicado em 31 de março de 2026, entrevistou quase 650 funcionários de governos e bancos multilaterais em 125 países. A pergunta era simples: em quais fontes de energia vocês gostariam que os bancos de desenvolvimento investissem? A resposta é esmagadora. 79% indicaram a energia solar

fotovoltaica, 54% a hidrelétrica e 47% a eólica. Quanto aos combustíveis fósseis, os percentuais são decrescentes. Apenas 3% gostariam de investir em usinas a carvão, outros 3% em usinas a óleo e 13% em gás.

A mensagem é inequívoca: são os países de baixa e média renda que estão pedindo mais energias renováveis e mais financiamento climático subsidiado. E o momento não poderia ser pior. Na COP29, em Baku, em novembro de 2024, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar pelo menos US$ 300 bilhões por ano até 2035 para o financiamento climático, com uma meta mais ampla de US$ 1,3 trilhão que também envolve fundos privados e multilaterais. Metas já consideradas insuficientes por muitos países do Sul Global. Sem um Banco Mundial que mantenha o clima entre suas prioridades, esses números — e as expectativas que os acompanham — correm o risco de se tornarem simplesmente inalcançáveis."

Ainda dentro da pauta da falta (proposital) de financiamento, continuamos a acompanhar a destruição prolongada causada pelos terremotos que atingiram a Venezuela, com a tragédia expondo as fragilidades de um sistema de saúde já comprometido por anos de sanções — com um artigo muito interessante do Movimento dos Trabalhadores sem Terra que análise não apenas as consequências das sanções, mas seu papel dentro do domínio imperialista da região.

Logo após os abalos, a administração trumpista anunciou a suspensão temporária por quatro meses das sanções econômicas, limitada a transações relacionadas a operações de socorro. A medida incluiu a criação de um fundo de US$ 150 milhões para organizações humanitárias internacionais. No entanto, a União Europeia manteve suas sanções, decidindo "ajudar a atenuar os efeitos dos terremotos sem flexibilizar o bloqueio" — fica a dúvida de como e se isso seria factualmente possível.

O histórico de sanções é longo e severo e os números o mostram bem: entre janeiro de 2017 (lembrando das sanções de Obama em 2015) e dezembro de 2024, a Venezuela perdeu receitas petrolíferas equivalentes a 213% do seu PIB, totalizando US$ 226 bilhões em prejuízos.

O impacto no sistema de saúde é perverso. Em 2021, a relatora especial da ONU, Alena Douhan, documentou que as sanções impediram a compra de reagentes sanguíneos para 2,5 milhões de pacientes em 2020, e cerca de 180 mil cirurgias não puderam ser realizadas por falta de antibióticos e anestésicos. Apenas 20% dos equipamentos hospitalares estavam operacionais. Hoje, a Federação Médica Venezuelana aponta que 90% dos hospitais estão desabastecidos ou abandonados.

"As sanções unilaterais dos Estados Unidos formam uma das ferramentas mais poderosas da política externa estadunidense. O domínio sobre os recursos que deveriam ir a outros países implica em consequências sociais graves.

"No primeiro ano das sanções de Trump, entre 2017 e 2018, houve um aumento de 40 mil mortes, muito provavelmente atribuível às sanções, porque a economia naquele momento estava melhorando e não havia outra razão para isso. E provavelmente centenas de milhares de pessoas morreram como resultado dessas sanções", aponta Mark Weisbrot.

Alguns números apontam a dimensão dos valores congelados, que estão em várias partes do mundo. "O Banco da Inglaterra tem cerca de US$ 4 bilhões em ouro que deveriam ser devolvidos à Venezuela. O FMI emite o que se chama de Direitos Especiais de Saque (SDRs), que podem ser convertidos em dinheiro. E a Venezuela tem cerca de US$ 5 bilhões nisso no Fundo

Monetário Internacional, e deveria ter acesso a esses recursos", pondera o economista. Segundo Weisbrot, não há razão para manter as sanções. "Elas são ilegais, evidentemente, e têm sido desde o começo, especialmente desde 2015, e mesmo antes disso. São completamente ilegais sob o direito internacional e sob tratados que assinamos, incluindo a Carta da Organização dos Estados Americanos", denuncia."

No boletim 27 (2026) do Instituto Tricontinental, os pesquisadores também comentam sobre a reconstrução da Venezuela em meio ao que eles chamam de guerra informativa — que oculta os efeitos das sanções, o congelamento de ativos e décadas de guerra econômica estadunidense, e converte o sofrimento humano em mais um pretexto para desacreditar o processo bolivariano. Para isso, eles desmontam cinco mitos formados a partir das campanhas de desinformação, como o de que o governo da Venezuela não respondeu de forma eficaz ao terremoto; o de que o governo venezuelano está bloqueando a ajuda humanitária; o de que as comunidades afetadas estão sendo desassistidas pelo governo venezuelano; o de que a preocupação dos Estados Unidos com a Venezuela pode ser separada de sua guerra híbrida; e, por fim, o de que o terremoto prova que o processo bolivariano fracassou.

"Os desastres naturais revelam mais do que o movimento das placas tectônicas: a força das sociedades, a resiliência das comunidades e as falhas políticas que determinam qual sofrimento é visto e qual é explorado. Poucas horas após os devastadores terremotos que sacudiram a Venezuela em 24 de junho de 2026, as redes sociais e alguns setores da imprensa internacional já estavam difundindo narrativas familiares. Antes mesmo que as operações de resgate pudessem começar de fato, o desastre já havia se transformado em mais um campo de batalha na longa campanha liderada pelos Estados Unidos para minar o processo bolivariano posto em marcha pela eleição de Hugo Chávez em 1998.

Nada disso deve diminuir a imensa tragédia que o povo venezuelano enfrenta. Bairros inteiros foram devastados. Centenas de edifícios desabaram. Hospitais, estradas, pontes e outras infraestruturas públicas estão em ruínas. Famílias seguem buscando seus entes queridos enquanto as equipes de resgate lutam contra a chuva, as réplicas e as dificuldades de acesso pelas estradas. Mas a solidariedade exige mais do que compaixão, exige verdade. Por isso, o alerta vermelho nº 22, "A verdade entre os escombros", examina alguns dos mitos mais comuns que circulam sobre o terremoto e os compara com as evidências disponíveis."

Da sanções genocidas à crise da dívida, Clara Mattei conversa com Lena Lavinas sobre a situação da dívida pública global, que quadruplicou em quinze anos para mais de 32 trilhões de dólares, com o Sul Global agora pagando mais para servir sua dívida do que de fato recebe em novos financiamentos. E o que nos mostra Lena Lavinas é que as dívidas pública e privada estão profundamente entrelaçadas, ao analisar como programas de combate à pobreza e de "inclusão financeira" arrastam bilhões de pessoas para um endividamento permanente que financia os lucros dos bancos — porque não buscam transformar a estrutura da dívida. A conversa tem 1h e 15 minutos de duração e está disponível — com legendas do *Youtube* no canal do *FREE – Forum for Real Economic Emancipation.* A conversa aborda a financeirização da política social, a austeridade, a privatização de serviços públicos, os programas de renegociação de dívida (como o Desenrola), o sistema de pagamentos instantâneos PIX e dinâmicas semelhantes na África do Sul, Índia, Argentina e Chile. Lavinas e Mattei examinam como o Estado desonera o risco financeiro, como as mulheres carregam uma parcela desproporcional da dívida familiar, como clima e natureza se tornam novas classes de ativos para gigantes como BlackRock e Vanguard, e como seria um modelo alternativo baseado em investimento público e regulação financeira.

Em meio às crescentes tensões trabalhadas acima, trazemos também o pedido do chanceler chinês Wang Yi que fez um apelo contundente pela revitalização das Nações Unidas. Em reunião de alto nível do Conselho de Segurança convocada por iniciativa da China, em 26 de maio de 2026, Wang afirmou que a erosão perigosa do respeito ao direito internacional entre nações poderosas e o aprofundamento das divisões geopolíticas paralisaram o Conselho de Segurança. O que mais nos chamou a atenção foi o fato do apelo não desacreditar a organização, mas realmente pedir pela sua revitalização de forma a espelhar os desafios e contornos internacionais da atualidade.

"Apesar dos fracassos recentes, Wang enfatizou que a ONU continua sendo o "organismo com mais autoridade e legítimo no sistema de segurança multilateral" e uma pedra angular da ordem internacional baseada em regras. Ele pediu reformas oportunas para tornar a organização relevante e eficaz.

O secretário-geral da ONU, António Guterres, endossou a análise, observando que, em um momento de aumento sem precedentes de conflitos geopolíticos, o respeito ao direito internacional erodiu perigosamente, frequentemente "paralisando" o Conselho de Segurança. Wang afirmou que a causa raiz do caos atual não é que o espírito da ONU esteja ultrapassado, mas que a ordem internacional e as normas básicas que regem as relações internacionais, estabelecidas na Carta, não estão sendo defendidas pelas nações poderosas.

O apelo chinês reflete a ansiedade global sobre a eficácia do multilateralismo e a necessidade de reformas urgentes para que a ONU possa cumprir seu papel de garantir a paz e a justiça internacional."

Saúde

Nesta seção, abordamos os fatos recentes relacionados ao genocídio na Palestina e à invasão de Israel ao Líbano, trazendo também uma publicação da The Lancet sobre saúde planetária em zonas de conflito. Na parte sistêmica, analisamos os possíveis efeitos de um acordo farmacêutico entre Estados Unidos e Reino Unido e a relação entre desinformação e saúde.

A avaliação final da ONU sobre danos e necessidades em Gaza, publicada em parceria com a UE e o Banco Mundial, conclui que o desenvolvimento humano no território foi retrocedido em 77 anos desde outubro de 2023. E em nenhuma área esse retrocesso é mais catastrófico do que na saúde. O levantamento identificou US$ 10 bilhões em necessidades de recuperação e reconstrução do sistema de saúde, além da perda de aproximadamente 14% da força de trabalho da saúde em Gaza.

É essencial entender que o sistema de saúde já era frágil muito antes de outubro de 2023, deteriorado por anos de bloqueio ilegal e repetidas agressões militares de Israel. O que vimos a partir do final de 2023 foi apenas uma intensificação calculada da campanha militar israelense, que passou a sistematicamente destruir ainda mais fortemente a infraestrutura de saúde — prática condizente com genocídio. Pelo menos 1.700 trabalhadores da saúde palestinos foram mortos até 7 de outubro de 2025, e todos os hospitais foram danificados, atacados ou tornados não funcionais.

Uma Comissão de Inquérito da ONU constatou que os serviços médicos foram repetidamente alvejados em clara violação do direito internacional humanitário, concluindo que

a destruição sistemática da saúde reprodutiva e a negação de acesso a tais serviços constituem atos genocidas e crime contra a humanidade de extermínio.

Nove meses após o anúncio de um cessar-fogo em outubro de 2025, as condições dos pacientes não melhoraram significativamente. As restrições contínuas de Israel ao acesso humanitário impedem a entrada de medicamentos essenciais, equipamentos, combustível e pessoal na escala necessária para sustentar a vida. Até abril de 2026, cerca de metade de todos os medicamentos essenciais em Gaza estavam indisponíveis, e os hospitais enfrentam cortes de energia e oferta de serviços severamente limitada.

A plataforma *BreakThrough News* documenta o alvejamento específico contra o corpo de trabalhadores da saúde em meio ao genocídio — grupo especialmente atacado, como já explorado em informes anteriores que analisaram as práticas de *medicide*.

Israel realiza assassinatos seletivos e prisões contra trabalhadores da saúde palestinos, enquanto demole e fecha unidades de saúde tanto em Gaza quanto na Cisjordânia ocupada, como parte de sua política de limpeza étnica.

"Nos últimos três anos, Israel intensificou sua repressão ao setor de saúde palestino, utilizando-o tanto como política de limpeza étnica colonial-assentamentista quanto como tática genocida.

Pelo menos 1.722 trabalhadores da saúde foram mortos pelas Forças de Ocupação Israelienses (FOI) em Gaza desde que Israel iniciou sua agressão genocida contra o enclave sitiado em 7 de outubro de 2023. Segundo especialistas da ONU, isso equivale a uma média de mais de duas pessoas mortas por dia.

Em muitos casos, Israel alvejou equipes de resgate em suas ambulâncias claramente identificadas enquanto tentavam alcançar vítimas. O massacre de Hind Rajab representa um dos inúmeros crimes, no qual os socorristas se tornaram vítimas apenas por tentarem salvar a vida de outras vítimas.

Prisões arbitrárias de trabalhadores da saúde e paramédicos, submetendo-os a detenção administrativa e condições desumanas sem acusação formal, estão entre as atrocidades cometidas por Israel contra o setor de saúde palestino. O caso do Dr. Hussam Abu Safiya, pediatra de Gaza preso pelas forças israelenses em dezembro de 2024 durante o cerco ao Hospital Kamal Adwan, pode ser o mais chocante, mas não é o único desse tipo entre os incidentes de detenção.

Mais de 1.800 instalações de saúde foram parcial ou completamente destruídas no mesmo período, de acordo com o mais recente relatório publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) da ONU. A representante da OMS nos Territórios Palestinos Ocupados, Dra. Reinhilde Van de Weerdt, esclareceu que a destruição afetou não apenas grandes hospitais, mas também centros menores de atenção primária à saúde, clínicas, farmácias e laboratórios.

Especialistas da ONU argumentam que o ataque sistemático de Israel ao setor de saúde palestino equivale a "medicídio". O termo designa o crime de guerra de alvejar intencionalmente trabalhadores da saúde e instalações médicas."

O mesmo padrão está sendo seguido no Líbano, no que a Jacobin intitulou de "gazificação" do país. Da deslocação em massa ao ataque indiscriminado contra civis, a ofensiva de Israel no sul do Líbano apresenta as mesmas características da destruição de Gaza — e com

a mesma cumplicidade internacional. Novamente vemos a destruição em larga escala da infraestrutura civil; O deslocamento em massa da população; Múltiplas operações militares contínuas em áreas povoadas e o uso indiscriminado de fósforo branco.

"As Nações Unidas alertaram que os ataques de Israel no Líbano podem já constituir graves violações do direito internacional humanitário. No entanto, até o momento, não houve nenhum esforço internacional sério para deter essa onda de destruição — assim como não houve nenhuma tentativa coordenada significativa para impedir o genocídio em Gaza. O governo do Reino Unido, em particular, não fez nada para acabar com o delírio de Israel de que pode agir impunemente."

Enquanto isso, o Reino Unido coloca suas forças no controle das denúncias de genocídio, escolhendo ativamente condenar ativistas e o próprio ativismo pró-Palestino como "terrorismo". Quatro ativistas da Palestine Action enfrentam condenação como terroristas por danos à propriedade, sob uma lei britânica que permite que juízes adicionem uma "conexão com terrorismo" baseada unicamente em danos materiais.

Em meio a múltiplos conflitos ao redor do mundo, a *The Lancet* publicou em maio de 2026 o artigo *"From systems to symptoms: planetary health in conflict settings"*, que expõe como os efeitos de conflitos e perturbações ambientais raramente são reconhecidos como tais na prática clínica, pois se manifestam de múltiplas formas em vez de uma única patologia discreta. O artigo cita exemplos, como um paciente com hipercalemia após diálise perdida é tratado como emergência médica, e não como consequência de infraestrutura interrompida; Ou como uma cetoacidose diabética é tratada como falha de acesso ou adesão, em vez de ruptura nas cadeias de abastecimento; E como a insolação é abordada como exposição ambiental, sem considerar as condições estruturais (deslocamento, superlotação e insegurança energética) que amplificam o risco em cenários de conflito.

"Essa fragmentação obscurece os fatores determinantes do adoecimento. A convergência entre conflito, mudança ambiental e desintegração do sistema de saúde é retratada por encontros individuais, limitando a capacidade de clínicos e sistemas de saúde compreenderem e responderem ao risco. O cuidado é frequentemente direcionado às manifestações finais, e não às condições que as produzem.

O marco da saúde planetária oferece um caminho para enfrentar essa desconexão. Ao enfatizar a interdependência dos sistemas ambiental, infraestrutural e social, essa estrutura permite vincular a ruptura estrutural à apresentação clínica"

Falando em efeitos de condições estruturais, o *The Guardian* publicou uma análise sobre os efeitos do acordo comercial entre Estados Unidos e Reino Unido, firmado em dezembro de 2025. O acordo exigirá que o *NHS* desvie £45 bilhões de serviços essenciais para pagar por novos medicamentos, resultando em mais de 229 mil mortes evitáveis de pacientes na Inglaterra. Ministros britânicos defenderam o acordo como forma de evitar tarifas sobre exportações de medicamentos britânicos para os EUA e dar acesso a medicamentos que prolongam a vida. No entanto, foram acusados de ceder às exigências dos EUA para gastar bilhões de libras adicionais por ano com medicamentos fornecidos ao NHS, sob pressão de Donald Trump. O impacto potencialmente devastador sobre a assistência do NHS tem causado alarme crescente entre especialistas em saúde.

"Se o efeito indireto sobre os cuidados sociais para adultos também fosse incluído, as mortes excessivas aumentariam para 291 mil, segundo o relatório das universidades de York, Liverpool e do hospital Christchurch, na Nova Zelândia. A maioria das mortes evitáveis ocorreria entre pessoas com doenças cardíacas, respiratórias, gastrointestinais ou câncer.

Quando o acordo foi firmado em dezembro passado, ministros britânicos saudaram o negócio como um "marco" para "garantir o acesso a medicamentos e impulsionar investimentos vitais para pacientes e empresas do Reino Unido". O Reino Unido concordou em pagar 25% a mais por novos medicamentos na próxima década. O acordo também fará com que o serviço de saúde da Inglaterra, que atualmente gasta £ 14,4 bilhões por ano em terapias inovadoras, dobre o percentual do PIB destinado à compra desses produtos, passando de 0,3% para 0,6% ao longo da próxima década. Ministros e dirigentes da indústria farmacêutica afirmaram que o acordo é uma boa notícia porque permitirá que medicamentos fabricados no Reino Unido vendidos aos EUA evitem tarifas de até 100% que Trump ameaçou impor sobre alguns medicamentos importados pelos Estados Unidos. Mas parlamentares e grupos de ativistas manifestaram ceticismo. O acordo levará o NHS a cortar serviços "para apaziguar Donald Trump e a demanda da grande indústria farmacêutica por preços mais altos de medicamentos", alertou anteriormente o grupo de ativistas britânico Global Justice Now."

Encerrando o informe, trazemos a publicação da *The Lancet Commission "Rethinking misinformation, health, and human security".*

"A ONU e o Fórum Econômico Mundial identificaram a desinformação e a misinformation como um dos principais riscos globais, classificando-as como ameaças de curto prazo superiores a eventos climáticos extremos, conflitos armados entre Estados e insegurança cibernética. Embora muitas pessoas possam associar esse fenômeno à crise da COVID-19, a pandemia apenas exacerbou uma tendência crescente que já existia antes e evoluiu desde então. A propagação já descontrolada de desinformação por meio das redes sociais, combinada com a inteligência artificial em rápida transformação, capaz de criar imitações convincentes de pessoas e eventos reais, complica ainda mais o cenário de alto risco da desinformação, com implicações profundas para os resultados de saúde e um impacto prolongado sobre a confiança na ciência."

Sul Global

Sur Global

Global South

Regina Ungerer, Erica Kastrup e Rychard L. Monteiro

Resumo: No Fórum Político de Alto Nível (HLPF) de 2026, as articulações das nações em desenvolvimento consolidaram a pressão por reformas estruturais, espaço político e novos mecanismos de governança global.

O UNOSSC pavimentou o lançamento da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST), previsto para 11 de setembro. Em parceria com o Uruguai (presidência do G-77), defendeu a integração da CSST nas Revisões Nacionais Voluntárias (VNRs) e co promoveu debates sobre a reforma da ONU (UN80) e a revisão da BAPA+40, focando em soberania tecnológica, saúde e transição energética justa.

Como exemplo prático de CSST estruturante, destacou-se a parceria em saúde entre Brasil e Angola (2023–2027). Financiado com US$ 200 milhões do Banco Mundial, o projeto visa capacitar 38 mil profissionais angolanos por meio de diversas universidades brasileiras, incluindo a participação da Fiocruz e atualizará o mapa entomológico para fortalecer o sistema de saúde local.

Articulação G-77 + China e MNA: Os blocos intensificaram a defesa do multilateralismo e celebraram a adoção da Declaração Ministerial do HLPF. Exigiram a reforma da arquitetura financeira internacional, o cumprimento do financiamento climático por países desenvolvidos e o respeito às responsabilidades compartilhadas. Na AGNU, uniram-se ao massivo consenso internacional contra o bloqueio econômico dos EUA a Cuba, enquanto o NAMYO celebrou três anos em Baku promovendo capacitação sustentável.

A atuação do Centro Sul em fóruns paralelos evidenciou as assimetrias globais. O órgão criticou o vácuo jurídico na OMC gerado por subsídios unilaterais norte-americanos, combateu o monopólio na governança da IA e defendeu flexibilidades em propriedade intelectual (OMPI) voltadas ao interesse público.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul; UNOSSC; G-77 e China; Movimento dos Não-Alinhados; Centro Sul.

Resumen: *Aquí está la traducción final del sumario completo al español, manteniendo el tono diplomático, formal y con la corrección precisa sobre la capacitación en salud:*

En el Foro Político de Alto Nivel (HLPF) de 2026, las articulaciones de las naciones en desarrollo consolidaron la presión por reformas estructurales, espacio político y nuevos mecanismos de gobernanza global.

El UNOSSC pavimentó el lanzamiento de la Alianza Global para la Cooperación Sur-Sur y Triangular (CSST), previsto para el 11 de septiembre. En alianza con Uruguay (presidencia del G-77), defendió la integración de la CSST en las Revisiones Nacionales Voluntarias (VNR) y

copromovió debates sobre la reforma de la ONU (UN80) y la revisión de la BAPA+40, enfocándose en soberanía tecnológica, salud y una transición energética justa.

Como ejemplo práctico de CSST estructural, se destacó la alianza en salud entre Brasil y Angola (2023–2027). Financiado con US$ 200 millones del Banco Mundial, el proyecto busca capacitar a 38 mil profesionales angoleños a través de diversas universidades brasileñas —incluyendo la Fiocruz— y actualizará el mapa entomológico para fortalecer el sistema de salud local.

Articulación G-77 + China y MNA: Los bloques intensificaron la defensa del multilateralismo y celebraron la adopción de la Declaración Ministerial del HLPF. Exigieron la reforma de la arquitectura financiera internacional, el cumplimiento del financiamiento climático por parte de los países desarrollados y el respeto a las responsabilidades compartidas pero diferenciadas. En la AGNU, se unieron al masivo consenso internacional contra el bloqueo económico de los EE. UU. a Cuba, mientras que la NAMYO celebró tres años en Bakú promoviendo la capacitación sostenible.

La actuación del Centro Sur en foros paralelos evidenció las asimetrías globales. El órgano criticó el vacío jurídico en la OMC generado por los subsidios unilaterales norteamericanos, combatió el monopolio en la gobernanza de la IA y defendió flexibilidades en propiedad intelectual (OMPI) orientadas al interés público.

Palabras clave: *Cooperación Sur-Sur; ONUSC; G-77 y China; Movimiento de Países No Alineados; Centro Sur.*

Abstract: *At the HLPF 2026, the joint efforts of developing nations consolidated pressure for structural reforms, policy space, and new global governance mechanisms.*

UNOSSC paved the way for the launch of the Global Alliance for South-Sul and Triangular Cooperation (SSTC), scheduled for September 11. In partnership with Uruguay (G-77 presidency), it advocated for the integration of SSTC into Voluntary National Reviews (VNRs) and co-sponsored debates on UN reform (UN80) and the BAPA+40 review, focusing on technological sovereignty, health, and a just energy transition.

As a practical example of structural SSTC, the health partnership between Brazil and Angola (2023–2027) stood out. Funded with US$ 200 million from the World Bank, the project aims to train 38,000 Angolan professionals through several Brazilian universities, as well as Fiocruz and will update the entomological map to strengthen the local health system.

G-77 + China and NAM: The blocs intensified their defense of multilateralism and celebrated the adoption of the HLPF Ministerial Declaration. They demanded the reform of the international financial architecture, the fulfilment of climate finance commitments by developed countries, and respect for common but differentiated responsibilities. At the UNGA, they joined the massive international consensus against the US economic embargo on Cuba, while NAMYO celebrated three years in Baku promoting sustainable skills development.

The South Centre's performance in parallel forums highlighted global asymmetries. The organization criticized the legal vacuum in the WTO caused by unilateral US subsidies, challenged the monopoly in AI governance, and advocated for flexibilities in intellectual property (WIPO) geared toward the public interest.

Keywords: *South-South Cooperation; UNOSSC; G-77 and China; Non-Aligned Movement; Centro Sul.*

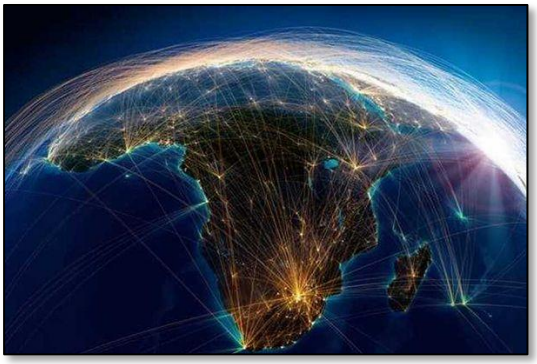
ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A COOPERAÇÃO SUL-SUL (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul. O UNOSSC atua como uma plataforma de compartilhamento de recursos onde parceiros do Sul Global se conectam buscando soluções e explorando oportunidades de financiamento. Também conecta governos, especialistas e grupos de reflexão para garantir que as perspectivas do Sul sejam incluídas nos diálogos políticos.

Destaques

Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul 2026 – 12 de setembro de 2026

Solidariedade em Alta: Aliança Global para o Desenvolvimento Inclusivo e Inovador



Em um cenário global marcado por assimetrias macroeconômicas e vulnerabilidades climáticas, a cooperação entre as 134 nações do Sul Global — que abrigam 80% da população mundial — consolida-se como um vetor estratégico de desenvolvimento. O fortalecimento desse ecossistema de solidariedade reflete-se na partilha ativa de soluções inovadoras em áreas prioritárias, como saúde pública, transição energética e inovação tecnológica.

O Novo Peso Econômico do Sul Global

A dinâmica das relações internacionais demonstra uma profunda mudança geopolítica e econômica:

- **Comércio Inter-regional:** O comércio Sul-Sul atingiu a marca histórica de US$ 6,8 trilhões em 2025, representando hoje mais da metade das exportações dessas economias.
- **Investimento Estrangeiro Direto (IED):** Os fluxos de IED intrarregionais quadruplicaram desde a década de 1990, alcançando 32% do total global entre 2020 e 2023.
- **Representatividade:** Atualmente, o Sul Global responde por mais de 40% da produção econômica global e atrai mais da metade dos investimentos mundiais.

Marcos Multilaterais Recentes

O dinamismo da Cooperação Sul-Sul e Triangular (CSST) tem sido reafirmado em fóruns globais estratégicos:

1. **Comitê de Alto Nível sobre Cooperação Sul-Sul (22ª Sessão):** Reuniu mais de 130 países, consolidando a CSST como instrumento central dos Marcos de Cooperação das Nações Unidas.
2. **Conferência da Água de Dushanbe:** Posicionou a segurança hídrica não apenas como pauta ambiental, mas como imperativo de segurança, resiliência e desenvolvimento social.

3. **Fórum Urbano Mundial (Baku):** Debateu soluções habitacionais, de infraestrutura e resiliência climática para os centros urbanos em rápida expansão no Sul Global.

O Lançamento da Aliança Global para a CSST

A celebração do **Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul ,**deste ano, será marcada pelo lançamento oficial da Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Apoiada pela plataforma digital *South-South Galaxy+* gerida pelo UNOSSC, esta iniciativa funcionará como um hub estratégico para articular governos, organismos internacionais, instituições financeiras, academia e o setor privado com o objetivo de acelerar a escala de soluções comprovadas e viabilizar parcerias catalisadoras em nível inter-regional.

As soluções e inovações necessárias para superar os desafios contemporâneos já existem no Sul Global. O desafio atual reside em conectar essas capacidades, robustecer os canais institucionais e ampliar o impacto coletivo das iniciativas.

O Desafio

O progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permanece desigual, uma vez que lacunas de financiamento e desafios cada vez mais complexos e interconectados — incluindo mudanças climáticas, insegurança alimentar, exclusão digital e vulnerabilidades crescentes — continuam a limitar a capacidade dos países de atuar em larga escala.

A Oportunidade

Ao mesmo tempo, muitas soluções comprovadas já existem no Sul Global, mas continuam sendo de difícil acesso e subutilizadas.

A Aliança responde a essa lacuna ajudando países e parceiros a conectar melhor conhecimento especializado, parcerias e apoio catalisador. Ela possibilita uma transição de sucessos isolados para um impacto em escala, acelerando os resultados onde eles são mais necessários.

UNOSSC na reunião do HLPF – 7 a 15 de julho de 2026

A participação e as diretrizes do UNOSSC no HLPF 2026 concentraram-se em quatro pilares principais:

1. Promoção da "Aliança Global para a CSST"



O Escritório aproveitou o HLPF para pavimentar o caminho para o lançamento oficial da **Aliança Global para a Cooperação Sul-Sul e Triangular** (previsto para 11 de setembro de 2026).

O UNOSSC realizou eventos e reuniões bilaterais para engajar novos Estados-membros, agências da ONU e bancos de desenvolvimento na Aliança Global.

Apresentou as atualizações da plataforma digital **South-South Galaxy+**, demonstrando como ela conectará demandas locais por soluções a parceiros capazes de financiá-las ou transferir tecnologia.

Fez uso de reuniões de trabalho para conectar a demanda de países em desenvolvimento com a oferta de assistência técnica e financeira de bancos de desenvolvimento regionais, setor privado e filantropia.

2. Integração da CSST nas Revisões Nacionais Voluntários (VNRs)

Uma das principais frentes políticas do UNOSSC no HLPF 2026 foi incentivar os países que apresentaram sus Revisões Nacionais Voluntários a relatar formalmente como utilizam a cooperação internacional Sul-Sul para alcançar as metas dos ODS. O escritório defendeu que a CSST não deve ser vista apenas como um "anexo" diplomático, mas como um meio estratégico de implementação nacional.

3. Fortalecimento do Multilateralismo e Redução da Fragmentação

Em um cenário geopolítico fragmentado, o UNOSSC posicionou a Cooperação Sul-Sul no HLPF como um "ponto de convergência" neutro e focado em resultados. O argumento central é que, enquanto as negociações multilaterais tradicionais enfrentam impasses, a cooperação técnica e prática entre países em desenvolvimento continua avançando e gerando impacto imediato.

4. Eventos Paralelos (Side Events)

O UNOSSC coorganizou painéis com foco em soluções práticas compartilhadas entre países do Sul Global, destacando:

- **Resiliência em Saúde Global e Soberania Tecnológica**

Abordando diretamente o fortalecimento das capacidades locais de produção de insumos médicos e vacinas no Sul Global com descentralização da produção e discussões focadas na transferência de tecnologia e no desenvolvimento de polos regionais de biotecnologia e produção de medicamentos essenciais (com forte destaque para a cooperação entre instituições de excelência do Sul, como a rede de Centros Colaboradores da OMS. Assim como o compartilhamento de metodologias de vigilância genômica e epidemiológica adaptadas a contextos de recursos limitados, reduzindo a dependência tecnológica e financeira do Norte Global.

- **Ação Climática e Transição Energética Justa**

Debates centrados em como os países em desenvolvimento podem transitar para matrizes limpas sem comprometer sua segurança energética ou crescimento econômico. Foram apresentadas soluções baseadas na natureza e técnicas de agricultura regenerativa compartilhadas entre regiões tropicais (África, América Latina e Ásia). Houve também um foco em parcerias triangulares para financiar a resiliência de Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS) e Países de Menor Desenvolvimento (LDCs) frente ao aumento do nível do mar e desastres climáticos.

- **Infraestrutura Pública Digital (IPD) e Inovação**

O UNOSSC tem defendido que a digitalização inclusiva é um dos caminhos mais rápidos para o avanço dos ODS, como os **Sistemas de Identificação e Pagamento Digital.** Foram apresentados casos de sucesso onde a implementação de sistemas de pagamento digitais públicos e

interoperáveis de baixo custo acelerou a inclusão financeira e a entrega de serviços sociais. Houve também debates sobre a soberania de dados e o uso de inteligência artificial aplicada ao monitoramento de políticas públicas no Sul Global.

- **Financiamento para o Desenvolvimento** também pautou as discussões sobre como o endividamento externo do Sul Global sufoca o orçamento de saúde e educação, e como mecanismos de financiamento triangular podem aliviar essa pressão.

- **Avançando no ODS 17 por meio da Cooperação Sul-Sul: fortalecimento de parcerias e reforma da ONU**



O UNOSSC organizou com o Uruguai, na qualidade de presidente do G-77, um diálogo de alto nível sobre o fortalecimento de parcerias para o desenvolvimento sustentável em que foi destacado a importância da cooperação Sul-Sul e triangular como vetores estratégicos do ODS 17, da reforma da ONU (ONU 80) e da revisão da BAPA+40.

O G-77 e a China reafirmaram que acelerar a Agenda 2030 exige um multilateralismo fortalecido, parcerias eficazes e maiores meios de implementação.

Destacaram que a Cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular são essenciais para o avanço do ODS 17, complementando a cooperação Norte-Sul, e ressaltaram a necessidade de uma arquitetura financeira internacional mais inclusiva e de uma revisão ambiciosa da BAPA+40.

A Aliança Global, a ser lançada em setembro, ajudará a transformar parcerias em impacto com alinhamento estratégico para garantir que as prioridades políticas do maior bloco de países em desenvolvimento estejam refletidas na arquitetura operacional da nova Aliança.

BRASIL NA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Este informe sobre a Cooperação Sul-Sul do Brasil foi produzido baseado na apresentação da Embaixadora Luiza Lopes no **Seminário Avançado "Cooperação Sul-Sul: mais necessária do que nunca"** realizado no dia 15 de julho de 2026.

Cooperação Brasil–Angola em saúde: negociações binacionais, Programa de Formação de Recursos Humanos e participação da Fiocruz

A cooperação bilateral em saúde entre Brasil e Angola, cujos antecedentes remontam a 2007, viveu recentemente uma intensificação que conduziu à formulação de um amplo Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde para Angola.

Este texto analisa as etapas e negociação que deram origem ao Programa, descreve alguns de seus componentes e atividades iniciais, e apresenta o papel institucional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) no contexto desta cooperação.

O objetivo é situar o programa em termos de desenho institucional, metas de capacitação e implicações para a sustentação de capacidades nacionais em saúde pública em Angola.

Etapas negociação e construção do programa



Missão de Prospecção. Foto: Erica Kastrup

Em abril de 2023, por ocasião da 7ª Comissão Mista Bilateral, foi assinado um instrumento de entendimento entre os Ministérios da Saúde dos dois países com vistas à consolidação de um quadro de cooperação estratégica. No mês de agosto de 2023, durante visita do presidente do Brasil à Angola, emergiu a prioridade angolana pela formação massiva de profissionais — incluindo médicos, enfermeiros, gestores e técnicos — como eixo central da cooperação.

Tal decisão política deu início a um processo de planejamento que incluiu uma missão brasileira à Angola, realizada em novembro de 2023 e composta pelo Ministério da Saúde do Brasil, Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), universidades e a Fundação Oswaldo Cruz.

Chefiada pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a missão foi um primeiro passo no planejamento das ações que se seguiriam.

Em seguida, uma missão de prospecção chefiada pela Ministra da Saúde angolana, visitou instituições de referência no Brasil (com agendas em Recife, Florianópolis e Juiz de Fora) e reuniu-se com atores institucionais brasileiros para dar continuidade a elaboração técnica do programa.



Assinatura do acordo. Foto: Erica Kastrup

A formalização do acordo ocorreu no início de 2024, com a assinatura por parte das ministras da Saúde dos dois países, marcando a transição das negociações para a fase Tal marco institucional sinalizou o compromisso político e técnico para um projeto articulado entre múltiplos atores governamentais e acadêmicos.

Desenho do Programa: objetivos, componentes e metas

Do ponto de vista dos objetivos do Governo angolano, a iniciativa visa criar uma força de trabalho majoritariamente nacional, tecnicamente diferenciada e diversificada, distribuída equitativamente pelo território e orientada por valores éticos e de serviço público.

Foi concebido como uma iniciativa de médio prazo, com horizonte de implementação inicialmente estabelecido em cinco anos (2023–2027) com uma meta de formar 38 mil profissionais no país, um número que traduz a ambição de transformação estrutural do quadro de pessoal de saúde em Angola. Importa esclarecer que esse universo de beneficiários contempla majoritariamente ações de formação realizadas em território angolano por instituições locais, sendo que a formação no Brasil compõe um eixo estratégico do Programa.

Importante notar que a estratégia de recursos humanos está articulada com investimentos direcionados à infraestrutura de saúde, como reabilitação e ampliação de unidades e laboratórios, para propiciar condições de trabalho e formação práticas.

Financiamento e arranjos institucionais

Para viabilizar o projeto de formação em escala, o Governo de Angola contou com um investimento de 200 milhões de dólares do Banco Mundial. Do lado brasileiro, a cooperação foi operacionalizada por meio de arranjos envolvendo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) como parceira no desenho técnico e coordenação, e instituições implementadoras como o Ministério da Saúde do Brasil, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), Universidades e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Esse arranjo reflete um modelo híbrido em que agências de cooperação, instâncias ministeriais e redes acadêmicas públicas articulam-se para responder à demanda estatal de capacitação em saúde. Foi criado um comitê de coordenação binacional que se reúne semanalmente.

Os alunos angolanos que vêm ao Brasil recebem uma bolsa de 1.500 dólares enquanto estão em território brasileiro. Atualmente há 695 angolanos matriculados em diversos cursos em instituições brasileiras e um total de 395 já concluíram a formação e regressaram a Angola.

Atividades formativas e marcos acadêmicos



Aula inaugural.
Foto: Erica Kastrup

Em linhas gerais, o programa consiste na oferta de vagas em cursos regulares do Brasil para alunos angolanos. Além de intercâmbios de curta duração no campo da enfermagem e da formação médica especializada, em áreas como pediatria, oncologia, traumatologia entre outros.

Um marco simbólico e operacional para a agenda acadêmica foi a realização de uma aula inaugural do Programa para o ciclo 2026 na Universidade de São Paulo (USP) em maio de 2026. O evento sinalizou a mobilização das universidades públicas brasileiras na recepção e integração dos fluxos formativos previstos no programa.

Participação da Fiocruz



A Fiocruz desempenha papel de destaque como instituição implementadora e parceira técnica. Sua participação abrange a oferta de vagas em programas de pós-graduação, recepção de estudantes angolanos e execução de projetos técnicos complementares que fortalecem capacidades locais.

Em 2026, a Fiocruz recebeu 19 estudantes angolanos em Programas de Pós-Graduação em suas unidades técnicas na Bahia, Recife, Minas Gerais, Rondônia e no Rio de Janeiro. Em agosto de 2026 serão integrados mais 54 profissionais em um programa de mestrado com foco na Atenção Primária à Saúde – ProfSaúde – coordenado pela Fiocruz em parceria com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco). Essas ações são espaços de intercâmbio e compartilhamento de políticas nacionais desenvolvidas no âmbito do SUS.

Como parte do Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde, a Fiocruz está negociando o desenvolvimento de dois cursos a serem ministrados diretamente em Angola: o primeiro, uma especialização em saúde pública e um segundo em entomologia médica, que serão coordenados respectivamente pela Escola Nacional de Saúde Pública e pelo Instituto Oswaldo Cruz, unidades técnicas sediadas no campus no Rio de Janeiro (Foto acima: Erica Kastrup).

A preparação das propostas derivou de um processo de construção conjunta onde os currículos dos cursos brasileiros foram submetidos à apreciação de autoridades nacionais angolanas que fizeram sugestões que foram adaptadas e discutidas por grupos técnicos, resultando numa proposta nova.

O desenvolvimento de turmas específicas dirigidas a países parceiros e desenvolvidas em parceria com instituições nacionais destes constitui um modelo que a Fiocruz vem praticando nas últimas duas décadas, que busca a construção de saberes compartilhados e a produção capacidades locais sustentáveis, assim como evitar a migração de profissionais qualificados (fuga de cérebros) e fomentar comunidades epistêmicas regionais capazes de levar adiante agendas de pesquisa e prática contextualizadas.

Tal modelo está alinhado à concepção de cooperação Sul–Sul estruturante, em que a transferência de conhecimentos, a construção conjunta de currículos e a capacitação em escala são instrumentos para a consolidação de sistemas públicos de saúde. A articulação entre financiamento internacional (por parte do Estado angolano e instituições multilaterais), cooperação técnica bilateral e parcerias acadêmico-institucionais cria oportunidades para alinhamento entre demandas nacionais e oferta formativa estrangeira.

Além da formação, a Fiocruz, com coordenação de sua unidade técnica em Rondônia, desenvolveu ainda entre 2025 e 2026 o projeto de Atualização do Mapa Entomológico de Angola, uma ação importante para a vigilância de vetores e para políticas de controle de doenças transmitidas por vetores no país. Organizado também sob os preceitos da cooperação

estruturante, o trabalho de coleta e taxonomia de vetores em campo, pesquisa e mapeamento ocorreu por meio de um amplo programa de capacitação de agentes de vigilância e técnicos do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional de Investigações em Saúde de Angola, num processo em todas as etapas do trabalho envolveram o compartilhamento e a construção conjunta de saberes e práticas em diferentes níveis.



Coleta e formação no campo no âmbito do Mapa Entomológico. Foto: Ademir

No entanto, sob a perspectiva desse conjunto de ações de cooperação internacional entre o governo brasileiro e o governo de angola e considerando a participação da Fiocruz, é importante ressaltar que a sustentabilidade dos ganhos dependerá de fatores críticos tais como:

I. continuidade política e orçamentária em Angola para absorver e empregar os profissionais formados;
II. qualidade e contextualização das formações oferecidas, de modo a atender às especificidades epidemiológicas e organizacionais do país;
III. robustez dos mecanismos de monitoramento e avaliação para aferir impactos na cobertura e qualidade dos serviços; e
IV. estratégias de retenção e distribuição equitativa dos profissionais no território nacional.

A prorrogação do prazo originalmente previsto para o cronograma de 48 meses (situação em andamento em julho de 2026) também é um indicador de que ajustes temporais e operacionais podem ser necessários para alcançar as metas estabelecidas.

A parceria Brasil–Angola em saúde, materializada no Programa de Formação de Recursos Humanos, constitui uma resposta ambiciosa à necessidade angolana de expandir e qualificar a força de trabalho em saúde com ênfase em serviço público, equidade territorial e capacidade técnica.

A Fiocruz e outras instituições brasileiras, por meio de acolhimento de pós-graduandos, coordenação de mestrados em atenção primária e projetos técnico-científicos como a atualização do mapa entomológico, oferece um contributo relevante que combina formação, pesquisa e assistência técnica.

A perspectiva de cursos desenvolvidos in loco em Angola representa uma evolução metodológica que reforça a ideia de cooperação estruturante e a formação de comunidades epistêmicas nacionais, reduzindo riscos de perda de capital humano para outros contextos.

GRUPO DO G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)[1], Nairóbi (UNEP)[2], Paris (UNESCO)[3], Roma (FAO/IFAD)[4], Viena (UNIDO)[5] e Washington (G-24)[6].

Em 2026, o Uruguai assumiu a presidência pró-tempore, sucedendo o Iraque, que ocupou o cargo em 2025. Essa rotação segue o princípio geográfico do grupo, já que 2026 marca a vez do Grupo Latino-Americano e Caribenho (GRULAC) liderar a coalizão.

Destaques do G-77

G-77 e China no HLPF 2026



17 de julho de 2026 – O G-77 e a China participaram do evento paralelo **"Aprofundando as sinergias para aumentar o avanço dos ODS por meio da Cooperação Sul-Sul e Triangular.**

Coincidindo com a apresentação da nova Revisão Voluntária Nacional do Uruguai, eles reafirmaram que a Cooperação Sul-Sul e Triangular constitui uma chave para compartilhar experiências, gerar soluções adaptadas às realidades dos países em desenvolvimento e acelerar os ODS.



16 de julho de 2026 – Na qualidade de presidente do G-77, o Uruguai saudou com satisfação a adoção da Declaração Ministerial do HLPF 2026, resultado do diálogo, do respeito mútuo e do compromisso dos Estados-Membros com o multilateralismo.

A Declaração reafirma a urgência de acelerar a implementação da Agenda 2030 por meio do fortalecimento da cooperação internacional, do apoio aos países em desenvolvimento, da mobilização de meios de implementação e de parcerias eficazes para não deixar ninguém para trás.

16 de julho de 2026 – Declaração proferida pela delegação do Uruguai, em nome do G-77 e da China, por ocasião da apresentação da minuta inicial da resolução sobre as modalidades para a 4ª Conferência das Nações Unidas de Apoio à Implementação do Objetivo de Desenvolvimento

[1] UNCTAD – Comércio de Desenvolvimento da ONU
[2] UNEP – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
[3] UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
[4] FAO – Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD – Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola
[5] UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
[6] G-24 – Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

Sustentável 14: Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

O G-77 e a China agradeceram aos Co facilitadores pela elaboração do "rascunho zero" (*zero draft*), considerando-o uma base sólida para as negociações por seguir a estrutura das resoluções de modalidades adotadas em conferências anteriores sobre o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 (ODS 14).

O grupo destacou a grande importância que atribui à conservação e ao uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos, ressaltando que o progresso no ODS 14 está diretamente vinculado ao alcance de outras metas da Agenda 2030, em especial a erradicação da pobreza, a segurança alimentar e a resiliência climática.

Nesse sentido, o grupo defendeu que a Conferência de 2028 deve manter o foco na implementação prática do ODS 14, funcionando como uma plataforma voltada para a ação, para o fortalecimento de parcerias e para a mobilização de meios cruciais de implementação, como recursos financeiros, desenvolvimento e transferência de tecnologia e capacitação, sempre respeitando as diferentes circunstâncias, prioridades e capacidades nacionais das nações em desenvolvimento.

Diante do início das negociações, o G-77 e a China informaram que irão revisar detalhadamente o rascunho e solicitaram formalmente a prorrogação do prazo para envio de contribuições, com o objetivo de garantir um planejamento adequado.

O grupo reiterou seu compromisso com os princípios de transparência, inclusão e consenso para alcançar uma resolução de modalidades ambiciosa e equilibrada. Para isso, enfatizou a necessidade de um processo preparatório aberto e liderado pelos Estados-Membros, garantindo a participação plena e significativa de todos, além de permitir contribuições relevantes do sistema ONU e de outras partes interessadas, desde que preservada a natureza intergovernamental do processo.

16 de julho de 2026 – Explicação de posição do G-77 e da China, proferida pela delegação do Uruguai após a votação da Declaração Política da Reunião de Alto Nível sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana

O G-77 e a China destacaram sua participação ativa, construtiva e de boa-fé ao longo de todo o processo de negociação da Declaração Política da Reunião de Alto Nível sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana, manifestando uma clara preferência pelo consenso e reconhecendo o esforço dos Co facilitadores em acomodar as prioridades das delegações.

Por essa razão, o bloco lamentou a falta de consenso no momento da adoção do documento, o que levou à necessidade de uma votação. Apesar desse impasse, o G-77 e a China votaram a favor do texto final por considerarem que, de modo geral, ele representava um resultado aceitável e equilibrado diante de um contexto de negociação difícil, preservando elementos fundamentais para os países em desenvolvimento.

Entre os pontos essenciais resguardados no documento, o grupo enfatizou a reafirmação explícita dos princípios da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento — incluindo o princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas —, a atenção aos desafios específicos enfrentados pelas nações em desenvolvimento, a manutenção de referências sobre os impactos de medidas unilaterais e a inclusão de diretrizes

robustas sobre meios de implementação, tais como financiamento, capacitação e transferência de tecnologia.

Por fim, expressaram o desejo de que o recurso à votação não diminua o valor político da Declaração nem a relevância da Reunião de Alto Nível, defendendo que o foco agora deve se voltar para a implementação prática desses compromissos em prol de um apoio concreto e de uma cooperação internacional fortalecida para com a Nova Agenda Urbana.

16 de julho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante a reunião do Grupo de Trabalho *ad hoc* sobre a Revisão da Implementação do Mandato da ONU

O Grupo agradeceu aos copresidentes da Jamaica e da Noruega pela liderança no grupo de trabalho da "ONU80" voltado à revisão da implementação de mandatos, acolhendo positivamente o relatório do Secretário-Geral sobre a revisão de mais de 600 séries de relatórios publicados entre 2023 e 2025.

Consideraram o documento uma base construtiva e elogiou o foco pragmático em reduzir sobreposições, otimizar a periodicidade e tornar os relatórios mais acessíveis e focados, sem renunciar à transparência.

Destacaram a importância da abordagem gradual e direcionada proposta pela revisão — a qual concluíram que a vasta maioria dos relatórios atuais permanece adequada —, pois evita uma metodologia única e respeita a diversidade dos processos da ONU.

Além disso, o G-77 e a China elogiaram o foco em melhorias estruturais, como limites de palavras mais claros, uso de dados visuais e resumos focados, observando positivamente o potencial de redução de cerca de 700 mil palavras ainda este ano por meio da combinação ou ajuste de formatos em uma pequena parcela dos documentos.

Por fim, o Grupo enfatizou que a tomada de decisões sobre os mandatos continua sendo uma prerrogativa exclusiva dos Estados-Membros, exigindo que qualquer proposta de alteração formal seja apresentada aos órgãos intergovernamentais competentes com justificativas claras.

Por outro lado, incentivaram o Secretariado a avançar, de forma autônoma e transparente, com as melhorias de legibilidade e acessibilidade que não requeiram deliberação política, solicitando atualizações futuras sobre esses critérios.

16 de julho de 2026 – Declaração proferida por Sua Excelência Tamara Paseyro, Ministra de Habitação e Ordenamento Territorial do Uruguai, em nome do G-77 e da China no debate geral da Reunião de Alto Nível sobre a Revisão de Meio Termo da Nova Agenda Urbana



Nesta declaração sobre a Nova Agenda Urbana, a Ministra de Habitação e Ordenamento Territorial do Uruguai, Tamara Paseyro, agradeceu à presidência da Assembleia Geral e aos co facilitadores de Polônia e Malawi pela condução dos trabalhos voltados a acelerar as metas urbanas até 2036.

O Grupo celebrou o reconhecimento, na Declaração Política, dos desafios urbanos globais emergentes e específicos enfrentados pelos países em desenvolvimento, bem como o impacto de conflitos armados na destruição de moradias e infraestruturas.

Enfatizando que as cidades são motores fundamentais do desenvolvimento sustentável, o G-77 e a China destacaram a necessidade urgente de colocar a habitação adequada e o acesso universal a serviços básicos — como água potável, saneamento e segurança alimentar — no centro das estratégias de erradicação da pobreza e do fome.

Para enfrentar a complexidade da crise urbana atual, o G-77 e a China apelaram pelo fortalecimento da cooperação internacional e pela garantia de meios de implementação previsíveis e acessíveis, incluindo assistência oficial, transferência de tecnologia e capacitação local, além do suporte financeiro adequado à ONU-Hábitat.

Adicionalmente, o grupo condenou o impacto negativo de medidas econômicas e comerciais unilaterais que violam o direito internacional e prejudicam o desenvolvimento dos países do Sul Global.

Por fim, manifestaram profunda preocupação com os efeitos das mudanças climáticas, defendendo um desenvolvimento urbano resiliente, integrado e focado na redução de desastres, amparado pelo princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas.

13 de julho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante o debate geral do Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável de 2026

O G-77 e a China começaram sua declaração dizendo que Fórum Político de Alto Nível de 2026 se reúne em um momento extremamente crítico. Restando apenas quatro anos para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o progresso permanece desigual e, em muitos casos, muito aquém das metas.

Todos se deparam com o aumento da pobreza, da fome, do desemprego, das tensões geopolíticas, das mudanças climáticas, da incerteza econômica global, das medidas coercitivas unilaterais e de uma lacuna de financiamento alarmante, entre outros desafios que agravaram as desigualdades existentes e reverteram conquistas de desenvolvimento arduamente alcançadas, particularmente para os países em desenvolvimento.

Nesse sentido, o grupo reiterou que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável e, portanto, deve estar no centro do trabalho de todos.

Em um cenário de crescentes incertezas globais, o G-77 e a China reafirmaram seu compromisso com a Carta da ONU e com a indissociabilidade entre a paz e o desenvolvimento sustentável. O Grupo enfatizou que o progresso das nações em desenvolvimento é severamente prejudicado por medidas coercitivas unilaterais e contrárias ao direito internacional, ressaltando também a urgência de apoiar povos sob ocupação colonial ou estrangeira em seu direito à autodeterminação.

Reiteraram ainda, a vigência dos princípios da Declaração do Rio, em especial o de responsabilidades comuns, mas diferenciadas, além da necessidade vital de cooperação internacional e transferência de tecnologia em termos concessionais e preferenciais para que nenhum país seja deixado para trás.

Ao analisar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em revisão, o grupo detalhou prioridades específicas para cinco metas fundamentais.

No ODS 6 (água e saneamento), defenderam o fortalecimento do financiamento público e da infraestrutura resiliente ao clima.

Para o ODS 7 (energia), ficaram preocupados com a falta de acesso à eletricidade e à cozinha limpa por parte de milhões de pessoas, defendendo uma transição energética justa, ordenada e adaptada às prioridades de cada país.

Em relação ao ODS 9 (infraestrutura e industrialização), apontaram que a diversificação econômica depende de apoio às pequenas e médias empresas e da superação do fosso digital.

Já para o ODS 11 (cidades sustentáveis), o foco foi em responder à rápida urbanização por meio de habitação acessível, transporte sustentável e redução do risco de desastres.

Por fim, o grupo abordou o ODS 17 (meios de implementação), defendendo uma reforma profunda na arquitetura financeira global que amplie a participação dos países em desenvolvimento, garanta a sustentabilidade de suas dívidas e cumpra os compromissos de ajuda oficial ao desenvolvimento.

Ressaltaram que o financiamento climático deve ser baseado primordialmente em doações e que a cooperação Sul-Sul complementa, mas não substitui, a Cooperação Norte-Sul.

Diante da proximidade do prazo de 2030, afirmaram que o tempo para ações graduais se esgotou, demandando um esforço coletivo imediato e robusto do qual o G-77 e a China estão prontos para participar ativamente.

7 de julho de 2026 – Declaração realizada pela delegação do Uruguai junto às Nações Unidas em nome do G-77 e da China durante o debate sobre o item 38 da agenda, intitulado "Necessidade de pôr fim ao embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos da América a Cuba"

O G-77 e a China condenaram o endurecimento do embargo econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba, que já dura mais de seis décadas.

O bloqueio é o principal obstáculo para a normalização das relações bilaterais, gerando enormes danos a setores vitais como saúde, agricultura, turismo e o sistema bancário cubano.

O Grupo segue profundamente preocupado com a ampliação do caráter extraterritorial do embargo a Cuba, especialmente a aplicação da Lei Helms-Burton[7], que claramente viola o direito internacional e a liberdade de comércio ao punir terceiros países que mantêm relações legítimas com Cuba.

O grupo manifestou sua consternação com a atual crise energética em Cuba, decorrente da obstrução do fornecimento de combustível, o que tem paralisado serviços essenciais como hospitais e escolas, além de comprometer o acesso a tecnologias limpas e ajuda humanitária devido a restrições bancárias.

[7] A **Lei Helms-Burton** (cujo nome oficial é *Cuban Liberty and Democratic Solidarity Act* de 1996) é uma legislação federal dos Estados Unidos que endureceu e expandiu significativamente o embargo econômico, comercial e financeiro aplicado contra Cuba desde a década de 1960.

Adicionalmente, a declaração exige a retirada imediata de Cuba da lista norte-americana de patrocinadores do terrorismo, enaltecendo o histórico de solidariedade, amizade e a duradoura cooperação médica internacional promovida pelo país no âmbito da cooperação Sul-Sul.


NEWSLETTER
Uruguayan Presidency of the G77 – 2026
March and April 2026
Ministerio de Relaciones Exteriores
NEGOTIATIONS FINALIZED
During this period, the Group actively participated in several key intergovernmental processes, reinforcing its role as the main platform for developing countries. These results reflect the Group's commitment to strengthening multilateralism and promoting sustainable, inclusive, and equitable development.
UNSO INITIATIVE
Under the framework of the United Nations reform initiative, the UNSO Initiative on the review and implementation of mandates, a key General Assembly resolution was adopted establishing a roadmap and parameters to carry out a comprehensive review of all mandates of the United Nations System, including resolutions, reports, and meetings, with the aim of identifying duplications and contributing to making the organization more efficient and with greater impact on people's lives on the ground. Following various consultation instances, the Group had a common position on most of the text, as well as an active role in the negotiation, ensuring that, in the future review of mandates, their diverse nature is taken into account and the different institutional arrangements of each organ of the system are respected.
Find the statement here
FINANCING FOR DEVELOPMENT
Following the Seville Commitment on Financing for Development, the Presidency of the G77 coordinated closely within the Group, held multiple meetings and informal consultations, and drafted and consolidated inputs for the final document. The process involved substantive negotiations on key issues, including the impact of international trade, debt sustainability, and the reform of the international financial architecture on sustainable development. The Forum concluded with the adoption of the final document by consensus, in which the Group reaffirmed the need to strengthen international cooperation and to advance towards a more equitable international financial system, aligned with the needs and priorities of developing countries.
Find the statement here

Por fim, reafirmaram a defesa dos princípios da Carta da ONU — como a soberania, a não ingerência em assuntos internos e a solução pacífica de controvérsias —, apelando pelo fim imediato, completo e incondicional do embargo para garantir o desenvolvimento de Cuba e a credibilidade do multilateralismo global.

Encontre aqui o Boletim da Presidência Uruguaia do G-77 para os meses de março e abril de 2026

MOVIMENTO DOS PAÍSES NÃO ALINHADOS (MNA)

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

O Gabinete de Coordenação é sediado na ONU, sendo o principal instrumento para dirigir o trabalho das forças-tarefa, comitês e grupos de trabalho do MNA. O trabalho diário do MNA é realizado por Grupos de Trabalho, em nome do Gabinete de Coordenação.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

MNA no HLPF 2026

Durante o HLPF, as principais atividades e posicionamentos do MNA foram em torno dos seguintes eixos:

- **Declarações de Posição Coletiva:** O MNA, frequentemente articulado com o G-77, emitiu pronunciamentos formais durante os debates gerais e nos segmentos ministeriais. O foco central foi cobrar o cumprimento dos compromissos de financiamento climático e cooperação internacional por parte dos países desenvolvidos.
- **Defesa do Princípio de Responsabilidades Comuns, mas Diferenciadas:** Durante as discussões da Declaração Ministerial do HLPF 2026, o MNA reiterou a urgência de que a transição energética e as metas de sustentabilidade respeitem as capacidades e as circunstâncias nacionais de cada país em desenvolvimento, rejeitando imposições unilaterais.
- **Foco nos Meios de Implementação (ODS 17):** O MNA enfatizou a necessidade de reformar a arquitetura financeira internacional, reduzir os abismos tecnológicos e garantir uma assistência oficial ao desenvolvimento que seja previsível e sem condicionamentos políticos.

O HLPF de 2026, sob o tema de ações transformadoras e coordenadas, serviu como palco para que o Movimento dos Não Alinhados reforçasse que o multilateralismo só terá

sucesso se salvaguardar a soberania e as prioridades econômicas das nações em desenvolvimento.

Outros destaques

Além das atividades de articulação e debates ministeriais no âmbito do HLPF, o MNA manteve sua agenda técnica e de concertação diplomática:

- **1º de julho de 2026 – Reunião de Coordenação do MNA realizada em Genebra:** A reunião oficial intermediada pela plataforma técnica da ONU (*Indico/UN*). Esses encontros do escritório de coordenação servem para alinhar os posicionamentos políticos do bloco e revisar documentos antes de grandes fóruns multilaterais, garantindo uma voz unificada para as demandas do Sul Global.
- **Articulação sobre a Nova Agenda Urbana:** Em paralelo, as delegações do MNA atuaram em estreita coordenação com as missões do G-77 para subsidiar as revisões da Nova Agenda Urbana em Nova York, focando na inclusão de garantias operacionais que blindassem os países em desenvolvimento contra sanções de caráter comercial ou financeiro impostas à revelia do direito internacional.



8 de julho de 2026 – Assembleia Geral da ONU debate sobre as sanções dos EUA contra Cuba.

Conforme já descrito na sessão acima do G-77, durante a retomada do debate na AGNU, houve um massivo consenso internacional contra o bloqueio comercial à Cuba, reativado após a aprovação de uma moção por 136 votos a favor e 9 contra, superando severas objeções processuais de Washington.

Na ocasião, o MNA uniu-se a outros blocos regionais para repudiar veementemente os agravamentos tarifários no setor de energia e os impactos humanitários decorrentes da Lei Helms-Burton (ver sessão do G-77).

Enquanto o chanceler de Cuba denunciou uma “guerra multidimensional” que elevou a mortalidade infantil no país, a representação estadunidense justificou as sanções apontando má gestão financeira interna e a repressão a protestos. Ainda assim, a expressiva votação e a articulação do MNA e de parceiros do Sul Global isolaram a postura norte-americana, reforçando a exigência coletiva pela retirada da ilha da lista de patrocinadores do terrorismo e pela abertura de um diálogo baseado no respeito mútuo.

Nas regiões



15 de julho de 2026 – O Turcomenistão está implementando uma estratégia de diplomacia científica e médica.

O Turcomenistão iniciou a execução de sua Estratégia Nacional para o Desenvolvimento da Diplomacia Científica e Médica (2026–2052), plano de longo prazo estruturado em três etapas sucessivas para modernizar a saúde pública e integrar a ciência médica local ao cenário global. A iniciativa prioriza a capacitação de recursos humanos, o avanço da pesquisa científica e a digitalização de tecnologias médicas, com foco especial no intercâmbio de conhecimentos para a prevenção de doenças infecciosas e crônicas.

Para viabilizar essas metas, o país planeja expandir sua rede de cooperação com organismos multilaterais — como a OMS, UNICEF, PNUD, Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), OMC, União Europeia e o MNA —, além de atuar na concessão de ajuda humanitária internacional.

Na primeira fase, que passará por auditoria em 2030 sob indicadores internacionais, as ações imediatas para 2026 incluem a organização de uma conferência internacional sobre Diplomacia Global da Saúde entre os países da Comunidade dos Estados Independentes (CEI)[8], a articulação de resoluções sanitárias na Assembleia Geral da ONU e a continuidade da formação de profissionais de saúde em instituições estrangeiras.



15 de julho de 2026 – Teerã e Jacarta realizam webinar para fortalecer laços de pesquisa científica.

A Fundação Nacional de Ciência do Irã (INSF) e a Agência Nacional de Pesquisa e Inovação da Indonésia (BRIN) realizaram o webinar **Avançando na Colaboração de Pesquisa Irã-Indonésia: Oportunidades Estratégicas à Frente (***Advancing Iran-Indonesia Research Collaboration: Strategic Opportunities Ahead).*

O objetivo é expandir a cooperação científica e reduzir a dependência tecnológica de países desenvolvidos, conectando um mercado de 370 milhões de pessoas.

As áreas prioritárias incluem segurança hídrica, IA, energias limpas e, estrategicamente, saúde e telemedicina para atender às mais de 17 mil ilhas da Indonésia. Para viabilizar a parceria, planeja-se consolidar a Casa de Inovação e Tecnologia do Irã (iHiT) em Jacarta e criar um hub de negócios. No plano diplomático, amparada por fóruns como BRICS e MNA, a Indonésia reafirmou sua oposição a sanções unilaterais e defendeu o uso pacífico da energia nuclear.

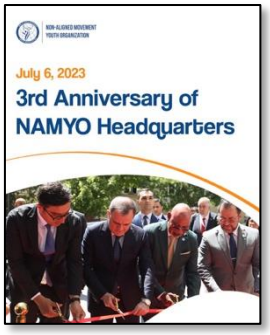
MOVIMENTO JOVEM DOS NÃO ALINHADOS (NAMYO)

A Organização Jovem do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão e, desde então, vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam se manifestar, apresentar suas ideias e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global capacitando os mais jovens para se tornarem líderes do futuro.

15 de julho de 2026 – Dia Mundial das Competências dos Jovens.

Em celebração ao Dia Mundial das Competências dos Jovens de 2026, a NAMYO convidou seus membros a compartilharem suas perspectivas e reflexões sob o tema "**Competências para um Futuro Compartilhado**". A iniciativa destaca a urgência de empoderar a juventude global por meio do desenvolvimento de habilidades práticas, da cooperação e do engajamento social, capacitando as novas gerações a liderarem a construção de comunidades mais inclusivas, resilientes e sustentáveis.

[8] CEI – Criada em dezembro de 1991 durante a dissolução da União Soviética, a CEI é um fórum regional e uma aliança política/econômica que reúne várias das ex-repúblicas soviéticas. A sua sede administrativa fica em Minsk (Belarus).



6 de julho de 2026 – 3 anos de atividade na sede da NAMYO.

O NAMYO celebrou o terceiro aniversário de inauguração de sua sede oficial em Baku, Azerbaijão. Estabelecido em 6 de julho de 2023, o secretariado consolida-se como uma plataforma estratégica para promover o diálogo intercultural, estreitar os laços de cooperação internacional e impulsionar o engajamento político e social das novas gerações entre os Estados-membros do MNA.

CENTRO SUL

O Centro Sul é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra, na Suíça, criada em 1995, que funciona como um *think tank* de reflexão e ação política em prol do Sul global. Realiza pesquisas voltadas para políticas públicas sobre questões-chave de desenvolvimento e apoia os países em desenvolvimento a participarem efetivamente de processos de negociação internacional relevantes para a consecução dos ODS. O Centro Sul também oferece assistência técnica e capacitação em diversas áreas dentro do seu programa de trabalho. O Centro promove a unidade do Sul, reconhecendo a diversidade de interesses e prioridades nacionais.O Centro Sul sucedeu a Comissão do Sul, cujo principal objetivo era fortalecer a cooperação Sul-Sul nos assuntos internacionais. Em 2025, celebrou seu 30º aniversário

DESTAQUES

Nota Analítica

10 de julho de 2026- No vazio: a decisão do painel da Lei de Redução da Inflação e a crise da reforma da OMC.

Por Vahini Naidu


SOUTH CENTRE

ANALYTICAL NOTE

Into the Void: The Inflation Reduction Act Panel Ruling and the Crisis of WTO Reform

By Vahini Naidu

A recente decisão do painel da OMC contra os créditos de conteúdo nacional da Lei de Redução da Inflação dos EUA — que violavam o GATT 1994, o Acordo TRIMs e o Acordo sobre Subsídios (SMC) — expõe as profundas contradições do sistema multilateral.

Ao recorrer para um Órgão de Apelação deliberadamente inoperante, Os EUA lançaram a disputa em um vácuo jurídico, evidenciando como os membros que mais exigem novas disciplinas sobre subsídios alheios operam medidas proibidas sem consequências significativas.

À luz das discussões de reforma na 14ª Conferência Ministerial (MC14), em Yaoundé, o caso transcende uma disputa bilateral.

Este artigo analisa as conclusões do painel e suas implicações para o Sul Global no cenário pós-MC14, sustentando quatro argumentos centrais:

- **Simetria e Espaço Político:** A busca por uma "igualdade de condições" (*level playing field*) deve ser reformulada com base na simetria de conformidade e na preservação do espaço político dos Estados.
- **Solução de Controvérsias:** A restauração do sistema de disputas da OMC precisa ser dissociada das demais frentes de reforma institucional.
- **Proposta do Grupo Africano:** O restabelecimento de subsídios não acionáveis (Artigo 8º do Acordo SMC), defendido pelo Grupo Africano, constitui a proposta mais precisa e operacional para os países em desenvolvimento hoje.
- **Risco de Imunidade:** A pressão dos EUA para tornar a exceção de segurança do Artigo XXI(b) totalmente autojulgadora (*self-judging*) ameaça criar uma zona de imunidade para políticas industriais, um recurso estruturalmente inacessível à maioria das nações em desenvolvimento.

Nota Conceitual



CONCEPT NOTE

Side Event at the 62nd Session of the Human Rights Council

DRTD@40 and Sustainable Development Agenda: Youth Perspectives on the Right to Development in the Global South

Date: 3 July, 12h-13h, Room XVI, Palais des Nations, Geneva

Background

This year marks 40 years since the adoption of the Declaration on the Right to Development (DRTD), a landmark international instrument adopted by the United Nations General Assembly in 1986. It recognises development as an inalienable human right that has evolved through normative advances and institutional mechanisms, such as the Working Group and the Special Rapporteur on the Right to Development. The right to Development (RtD) has a renewed political momentum through both the DRTD@40 process and ongoing negotiations for a legally binding international instrument. Simultaneously, the international community is beginning to conceptualise the multilateral framework that will succeed the 2030 Agenda for Sustainable Development.

Youth today constitute the largest generation in history, predominantly residing in the Global South, and will be the primary rights-holders shaping the future of this new era of global governance. However, young people in developing countries are disproportionately affected by persistent structural asymmetries, including widening digital divides, unequal access to technology transfer, and systemic debt distress. Furthermore, developing nations face the critical, intersecting challenge of navigating global crises while securing and maintaining sufficient policy space for development policies, including economic diversification and industrialisation.

Despite being on the front lines of these cascading challenges, youth perspectives are insufficiently reflected in high-level RTD deliberations. This side event creates a dedicated platform for youth voices to articulate their understandings, priorities, and means of implementation of the RtD. By foregrounding youth perspectives, the event aims to contribute to a forward-looking, inclusive, and action-oriented interpretation of RTD, ensuring that the DRTD@40 momentum drives systemic reform and intergenerational justice including towards 2030 and in the post-2030 global architecture.

Objectives

3 de julho de 2026 – Evento paralelo para a juventude na 62.ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos

O Palais des Nations, em Genebra, sediou o evento paralelo **"DRTD@40 e a Agenda de Desenvolvimento Sustentável: Perspectivas da Juventude sobre o Direito ao Desenvolvimento no Sul Global"**, durante a 62ª sessão do Conselho de Direitos Humanos.

Realizado para comemorar os 40 anos da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento (DRTD) e coorganizado pelo Centro Sul, pelo Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) e pela Universidade para a Paz (UPEACE), o encontro serviu como plataforma para ampliar as vozes e reivindicações dos jovens dos países em desenvolvimento — que, embora formem a maior geração da história, seguem sub-representados em debates de alto nível.

O debate buscou aproximar os marcos normativos internacionais das realidades enfrentadas por essa população, concentrando-se em dois pilares principais:

Justiça Intergeracional: A urgência de incluir a juventude como ator central nas decisões de longo prazo.

Reformas Estruturais: A necessidade de combater assimetrias que sufocam o Sul Global, tais como a exclusão digital, entraves à transferência tecnológica, o superendividamento sistêmico e as restrições ao espaço político nacional para a industrialização.

A sessão foi encerrada com o compromisso de formular recomendações práticas para assegurar a inclusão das prioridades da juventude na agenda pós-2030 e nas negociações em curso para um instrumento juridicamente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento.

Notícias do Sul (*SouthNews*)

9 de julho de 2026 – O primeiro Diálogo Global da ONU sobre Governança da IA insta à ação para superar as divisões em IA no Sul Global.

Por Danish



O Diálogo Global sobre Governança da IA, realizado em Genebra como desdobramento do **Pacto Digital Global** de 2024, reuniu mais de 100 representações internacionais para debater a regulamentação de uma tecnologia cujo avanço supera a resposta institucional.

Impulsionado pelo alerta do Secretário-Geral da ONU, António Guterres, sobre os riscos de um desenvolvimento tecnológico sem planejamento ou consentimento social, o evento priorizou temas como segurança infantil, transparência ambiental e direitos humanos.

Como subsídio técnico, o Painel Científico Internacional Independente alertou que interesses comerciais e geopolíticos concentrados ditam os rumos do setor, revelando que apenas dois países detêm 90% da capacidade computacional mundial voltada para a IA.

Diante dessa disparidade, o encontro evidenciou visões divergentes sobre o futuro da governança digital:

- **Sul Global (G-77 e China):** Defendeu que a IA é, fundamentalmente, uma questão de desenvolvimento. O bloco exigiu a transição dos princípios abstratos para a implementação prática, por meio de financiamento, transferência tecnológica, soberania de dados e modelos de código aberto (*open source*), evitando que a maioria das nações permaneça como consumidora passiva.

- **Grandes Potências:** Enquanto a China apoiou o código aberto como patrimônio comum da humanidade, os Estados Unidos concentraram seu posicionamento no compartilhamento de infraestrutura com países parceiros e na responsabilização pelo uso indevido da tecnologia.

Estruturado em quatro eixos temáticos, o fórum reforçou a urgência de uma governança adaptativa, interoperável e multilateral.

O encontro pavimentou o caminho para a 2ª edição do diálogo em Nova York, em maio de 2027, onde a comunidade internacional buscará firmar compromissos concretos para mitigar a lacuna tecnológica global.

7 de julho de 2026 – Países em desenvolvimento pressionam por uma abordagem equilibrada quanto ao escopo da aplicação da lei de propriedade intelectual no Comitê Consultivo da OMPI.

Por Ningxiner Li e Nirmalya Syam

A 18ª sessão do Comitê Consultivo de Fiscalização (ACE 18) da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) evidenciou uma profunda divisão sobre o papel da aplicação da propriedade intelectual (PI), contrapondo duas visões estruturais:

- **Países em Desenvolvimento (Brasil, Índia, Grupo Africano e GRULAC):** Alinhados à Agenda de Desenvolvimento da OMPI e ao Acordo TRIPS, argumentaram que a fiscalização é um meio para o desenvolvimento econômico e o bem-estar social, e não um fim em si mesma. Defenderam a preservação de flexibilidades políticas, capacitações orientadas pela demanda local e o combate à biopirataria e à apropriação indevida de recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.


SOUTH CENTRE

SouthNews No. 564, 7 July 2026

Developing countries press for a balanced approach to the scope of intellectual property enforcement at the WIPO Advisory Committee

By Ningxiner Li, Nirmalya Syam

- **Países Desenvolvidos (EUA, Reino Unido, Japão e União Europeia):** Concentraram-se na escala econômica das infrações e no fortalecimento de mecanismos coercitivos. Priorizaram o investimento em inteligência artificial para detecção automatizada, o bloqueio de sites piratas e campanhas de conscientização contra violações de direitos. Além disso, se opuseram à inclusão de debates sobre recursos genéticos na ACE, sustentando que o tema deve ser tratado exclusivamente no Comitê Intergovernamental (IGC).

No encerramento da sessão, ficou claro que, de um lado, a busca pela robustez na proteção aos titulares de direitos; de outro, a exigência de um sistema equilibrado pelo interesse público e por salvaguardas sociais.

Série 30 anos do Centro Sul número 4

20 de julho de 2026 – Centro Sul: 30 anos avançando rumo a um regime internacional de investimentos justo e responsável


30TH ANNIVERSARY SERIES

No. 4

SOUTH CENTRE

The South Centre: 30 Years Advancing towards a Fair and Responsible International Investment Regime

By Daniel Uribe

Este artigo examina a trajetória de 30 anos do Centro Sul na reforma do regime de Direito Internacional dos Investimentos (DII), destacando sua defesa pela transição de um sistema autossuficiente para um modelo integrado aos direitos humanos, à proteção ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

A análise mostra como o mecanismo de Solução de Controvérsias entre Investidor e Estado (ISDS) tem provocado fragmentação jurídica e o chamado 'efeito inibidor regulatório' (*regulatory chill*), impactando desproporcionalmente as nações em desenvolvimento.

Frente a esse cenário, o Centro Sul vem atuando para alinhar os fluxos de investimento às estratégias nacionais de desenvolvimento, oferecendo assistência técnica, apoiando a renegociação de tratados e propondo estruturas normativas que priorizam as obrigações dos investidores e a soberania estatal.

Por fim, o trabalho propõe uma mudança de paradigma na governança global, indispensável para enfrentar desafios emergentes como a crise climática e a exclusão digital, rumo a um cenário de investimentos mais equitativo e responsável.

Cooperação Sul-Sul em saúde: mais necessária do que nunca — Estamos vivendo uma transformação não vista em séculos

Cooperación Sur-Sur en materia de salud: más necesaria que nunca — Estamos viviendo una transformación sin precedentes en siglos

South-South Cooperation in Health: More Necessary Than Ever — We Are Experiencing a Transformation Unseen in Centuries

Beatriz Bissio

"É verdade, podemos tropeçar em uma escuridão sem caminho, podemos estar à beira dos abismos escancarados, mas não temos medo, porque sabemos que, para ver o amanhecer, é preciso passar pela noite escura."

Najiya Hanum (Turquia), Primeiro Congresso dos Povos do Leste, Baku, URSS, 1920

Um olhar atento sobre o panorama internacional nos permite constatar que nos encontramos numa etapa histórica caracterizada por transformações profundas. Essas mudanças ficam mais perceptíveis se fizermos um exercício simples: pensar como era o mundo um século atrás.

Nas últimas décadas do século XIX e início do século XX, a maior parte da humanidade vivia sob o domínio colonial, direta ou indiretamente. Um domínio que tinha começado séculos antes, pelas Américas, e se estendido pela África e pela Ásia. O auge fora o século XIX, quando a designação de "o império onde o sol nunca se põe", inicialmente utilizada para falar do império espanhol, lá pelo século XVI, fora aplicada ao vasto império britânico, que ostentava o subcontinente indiano como a maior joia entre os territórios subjugados.

No final do século XIX começava a aparecer nos debates políticos o conceito de imperialismo, concebido como expressão superlativa do domínio colonial europeu. E esboçava-se no horizonte o protagonismo que mais adiante no século XX viria a adquirir uma nação surgida ela mesma da luta contra a colonização, mas que uma vez libertada buscaria dominar o mundo através de novos mecanismos: os Estados Unidos.

É neste contexto que começam a surgir contestações à dominação colonial, neocolonial e imperialista. Um primeiro exemplo, importante, mas finalmente desvirtuado, foi a Revolução Mexicana, de 1910. Poucos anos depois, em 1917, acontece a primeira ruptura vitoriosa, a Revolução Russa. E é ela a que convoca, em 1920, o Primeiro Congresso dos Povos do Leste, realizado em Baku, no Azerbaijão recém incorporado à União Soviética. E o faz por compreender que a luta contra a dominação colonial implicava o enfrentamento ao sistema econômico opressor que a URSS buscava substituir, assimilando, portanto, a luta de libertação nacional à luta contra o capitalismo. Com quase dos mil delegados de diferentes regiões, o evento foi o

estopim para tentativas revolucionárias que eclodiram na Turquia, Irã, Egito, Iraque, Marrocos (Rif), Indonésia (então conhecida como Java), Síria, Palestina, no que ficou conhecido como a primeira onda de insurreições na África do Norte, no Oriente Médio (hoje mais corretamente chamado de Ásia ocidental, para evitar a designação colonial) e no Cáucaso.

Uma década depois da vitória da Revolução Russa, e sete anos depois do Congresso de Baku, outro evento daria continuidade à procura de alianças e caminhos para enfrentar a dominação: em 1927 foi realizado o Congresso Mundial contra o Imperialismo e a Opressão Colonial, em Bruxelas, Bélgica, que reuniu 175 delegados de 37 países colonizados e do mundo socialista. Contando com apoio da Internacional Comunista, o Congresso tinha como principal objetivo forjar uma frente de solidariedade entre as populações das colônias asiáticas e africanas e os trabalhadores dos países capitalistas europeus. No marco do evento foi fundada a Liga Mundial Anti-Imperialista, que teria ramificações regionais, como a que surge na América Latina. Lideranças que anos mais tarde desempenhariam papeis relevantes nas lutas de libertação nacional, como Nehru (Índia) ou Mohammad Hatta (Indonésia) tiveram papel de destaque na conferência de Bruxelas. E é digno de menção o fato que entre as personalidades que assinaram os documentos finais estava Albert Einstein.

Uma nova correlação de forças surge a partir da Segunda Guerra Mundial, quando as duas maiores potências coloniais, a Grã-Bretanha e a França, dão mostras claras de seu declínio e emerge no Ocidente capitalista, do outro lado do Atlântico, um novo hegemón, os Estados Unidos. Enquanto isso ocorre no eixo Nor-Atlântico ocidental, no Oriente se consolida a União Soviética.

Num cenário de Guerra Fria entre as duas superpotências, a partir do fim dos anos 40 o mundo colonial vive um processo de insurreição generalizada, com epicentro primeiro na Ásia e, pouco depois na África. Citemos como exemplos a independência da Índia, em 1947, fruto da vitória de um movimento de desobediência civil e de boicote econômico liderado por Mahatma Gandhi e pelo Partido do Congresso, e a Revolução Chinesa, de 1949, sob a liderança de Mao Tse-Tung e do Partido Comunista Chinês, que encerrou décadas de guerra civil e dominação estrangeira, iniciando as profundas transformações socioeconômicas que criaram os alicerces da China como potência mundial do século XXI.

Uma das expressões mais acabadas das mudanças propiciadas pelos processos de libertação das décadas que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foi a Conferência Afro-Asiática de 1955, realizada na cidade de Bandung, na Indonésia. A conferência, que reuniu 29 líderes de nações asiáticas e africanas e muitos movimentos de libertação, foi definida por Léopold Senghor, estadista africano, impulsionador da "negritude", como "a expressão, a escala do planeta, da tomada de consciência dos povos de cor da sua eminente dignidade. Era a morte do complexo de inferioridade".

Ela inaugurou, de fato, uma etapa em que o Terceiro Mundo faria ouvir a sua voz. O tom da Conferência de 1955 foi dado logo pelo chefe de Estado anfitrião, presidente Sukarno, da Indonésia, na sua fala durante a sessão de abertura do evento.

> *Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E*

> *estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo … Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estamos unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiencia do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade.*[1]

A Declaração Final de Bandung, obtida através de consenso, fazia um chamado às superpotências a suspender os testes nucleares e definia os chamados "Dez princípios em prol da paz", que nortearam toda a atuação posterior dessas nações e foram incorporados pelo Movimento Não Alinhado. Entre eles podemos destacar: Respeito aos direitos humanos fundamentais, de acordo com os fins e princípios da Carta das Nações Unidas; Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações; Reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, grandes e pequenas; Não intervenção e não ingerência nos assuntos internos dos demais países; Respeito do direito de toda nação a defender-se individual ou coletivamente, de acordo com a Carta das Nações Unidas; Solução de todos os conflitos por meios pacíficos, tais como a negociação ou a conciliação (...), de conformidade com a Carta das Nações Unidas e Fomento dos interesses mútuos e da cooperação — um princípio considerado o embrião do conceito da cooperação sul-sul. Um dado importante: o apoio à causa palestina já fazia parte da agenda de debates em Bandung, que tinha decidido não convidar a Israel.

Nos anos seguintes, mudanças significativas viriam a ocorrer, a partir dos avanços no processo de libertação. Em 1960, dezessete países da Ásia e da África que tinham conquistado a independência foram admitidos como membros plenos da ONU. Surgia uma nova correlação de forças no seio do mais importante organismo mundial, alterando qualitativamente o cenário e a agenda de debates, em favor dos países subdesenvolvidos.

O seguinte passo foi a convocatória para a Conferência de Cúpula de chefes de Estado realizada na cidade de Belgrado (Iugoslávia), em setembro de 1961. Seis anos depois da Conferência de Bandung, essa reunião viria a lançar formalmente os alicerces do Movimento dos não alinhados, que nascia com uma representatividade ampla: 28 países presentes, dos quais 25 como membros plenos e três com estatuto de observadores. Entre os membros plenos, só um país latino-americano, Cuba, cuja revolução triunfara dois anos antes.

A autodeterminação dos povos, a rejeição aos pactos militares multilaterais, a condenação ao apartheid, o apoio à proclamação do Estado palestino, a luta contra o imperialismo em todas suas manifestações, a não intervenção nos assuntos internos dos Estados, o fortalecimento da ONU, foram temas estratégicos na atuação do Movimento dos não alinhados desde a sua fundação.

[1] Selected Documents of the Bandung Conference. New York: Institute of Pacific Relations, 1955 (Tradução ao português feita pela autora do artigo)

A América Latina teve o seu próprio percurso no pós-guerra, travando debates em torno do tema desenvolvimento-subdesenvolvimento, traduzido por alguns autores na existência de um centro e uma periferia. Mas o que havia em comum entre essa agenda e as preocupações e debates afro-asiáticos era a questão do papel e da estrutura do Estado e das relações entre os Estados.

A Assembleia Geral da ONU e outros espaços constituíram locais de trocas, de conhecimento mútuo e de definições de coincidências, quando as havia, entre os representantes das diferentes regiões do Terceiro Mundo — uma designação que, para bem o para mal, foi sendo substituída pela de Sul ou o Sul Global, utilizada hoje de forma mais abrangente (mesmo que não sejam estritamente equivalentes).

E assim vamos nos aproximando deste século XXI, que nos apresenta uma correlação de forças muito diferente daquela que existia no início do século XX e mesmo durante a maior parte do século passado.

No tabuleiro do início do século atual, alguns dos países que faziam parte do Terceiro Mundo passaram a ser identificados como potências medias, exercendo uma liderança nas suas respectivas regiões. O dinamismo adquirido pelas economias asiáticas, sendo a China e a Índia as mais significativas, foi desenhando um persistente deslocamento dos centros de gravitação do poder mundial — em particular o poder expresso através da economia, finanças, inovação tecnológica e industrial — do Ocidente para o Oriente. Neste século XXI, por primeira vez desde o auge do processo de colonização, nos primeiros dez lugares do ranking das economias mundiais, a maioria é de países do Sul (projeções até 2030).

Todas as instituições que medem o dinamismo da economia, desde as mais ortodoxas às mais abertas às mudanças, reconhecem hoje a liderança asiática. Em Paridade do Poder de Compra (PPC), um indicador mais confiável para entender o peso da economia que o PIB nominal, a China ocupa o 1º lugar isolada, abrindo grande vantagem sobre os EUA, que ainda ocupa o segundo lugar. A Índia assume a 3ª posição global, ultrapassando potências tradicionais como Japão e Alemanha. E países como Indonésia, Rússia e Turquia sobem rapidamente e passam a integrar as primeiras dez posições neste indicador. Até 2030 espera-se, também, que o Brasil retorne aos primeiros lugares. Estimativas do insuspeito FMI, colocam o Brasil subindo para a 8ª colocação.

A partir desses dados é possível compreender melhor o momento de tensões extremas que estamos vivendo. Citando Gramsci, estamos diante de um mundo que morre e outro que está próximo a nascer… nesse interregno, nascem os monstros.

Toda a arquitetura que regula a convivência internacional, cuja mais acabada expressão é a Organização das Nações Unidas, a ONU, foi concebida ao final da Segunda Guerra Mundial e atendeu à correlação de forças daquele momento. Não por acaso o professor e diplomata de Singapura, Kishore Mahbubani, que foi presidente do Conselho de Segurança da ONU, ao analisar as mudanças atuais e os desafios que elas apresentam para a governabilidade, tem afirmado — com certa ironia, mas alicerçado na realidade dos fatos — que a Grã-Bretanha, cuja economia hoje é menor que a da Índia e em 2030 será a metade da economia da Índia — deveria ceder o seu assento no Conselho de Segurança da ONU para a sua ex-colônia.

As dezenas de conflitos atuais, dos quais os mais expressivos e mais perigosos são a guerra na Ucrânia da OTAN contra Rússia e a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã,

expressam as transformações em curso e a intransigência dos poderes hegemônicos em aceitar as novas realidades e negociar uma nova arquitetura de governança e de segurança global.

Não temos como saber o desfecho das tensões, conflitos e guerras atuais, mesmo sabendo que envolvem potências nucleares. Mas, pelas lições da história, sabemos que a queda dos impérios não costuma ser pacíficas.

No entanto, podemos traçar uma linha de análise histórica para chegar a um possível cenário: por primeira vez desde que temos registros da história, as grandes civilizações da Humanidade estão emergindo com capacidade de moldar o futuro. Civilizações como a chinesa, indiana, árabe-muçulmana (a iraniana, em particular), as civilizações ameríndias e africanas, se desenvolveram cultivando valores diferentes dos que caracterizaram os séculos de domínio ocidental, com propostas que não separam o convívio humano das relações com a Mãe terra. E são essas civilizações, esses povos, os que estão propondo alternativas.

Então, como nos avaliarão os historiadores do futuro?

Faço a opção por pensar que deixaremos um legado positivo. É difícil manter a confiança num outro mundo possível diante do genocídio de um povo e da indiferença das elites, diante do aumento dos orçamentos militares em detrimento dos recursos para combater a fome, as doenças, a destruição ambiental. Mas assistimos ao empoderamento de povos que resistiram séculos de dominação e discriminação.

Acredito que, mesmo por caminhos sinuosos, abre-se uma etapa de maturidade da Humanidade. Uma etapa em que as injustiças sofridas não justificarão a *vendeta* e sim a convicção da necessidade de impor justiça, assegurando a vida num planeta saudável para uma Humanidade de futuro compartilhado.

O Papel dos Centros Colaboradores (CC) na Reforma da OMS e na Iniciativa ONU80

El papel de los Centros Colaboradores (CC) en la reforma de la OMS y en la Iniciativa ONU80

The Role of Collaborating Centers (CCs) in WHO Reform and the UN80 Initiative

***Regina Ungerer*[1]**

O Primeiro Fórum Global de Centros Colaboradores (CCs) da OMS, realizado em Lyon, França, em abril de 2026, consolidou-se como uma plataforma única de discussão. Com uma participação híbrida de 577 Centros Colaboradores de todas as partes do mundo, o Fórum apresentou uma grande diversidade e o compromisso técnico.

A OMS enfatizou que a estrutura dos Centros Colaboradores, historicamente fragmentada e atuando isoladamente, precisa evoluir urgentemente de "centros individuais" para um modelo de parceria e rede global conectada. O objetivo deve ser potencializar o impacto coletivo, aperfeiçoar a governança compartilhada e alinhar as capacidades técnicas científicas com as prioridades dos países e o 14º Programa Geral de Trabalho (GPW14) da OMS.

Essa transição para uma rede mais integrada e inclusiva responde diretamente às falhas diagnosticadas na Arquitetura Global de Saúde (*Global Health Architeture*).

Conforme diagnosticado, a arquitetura atual enfrenta desafios severos de fragmentação, duplicação de esforços, desequilíbrios de poder e falta de alinhamento com a soberania e instituições regionais. Diante de mudanças nas cargas globais de doenças e de avanços tecnológicos céleres, há um consenso claro de que a OMS deve exercer um papel central na definição de normas, padrões e segurança sanitária, demandando um processo de reforma inclusivo que abranja todas as dimensões da saúde global.

Como resposta prática a esse cenário, a 79ª Assembleia Mundial da Saúde (maio de 2026) formalizou, por meio da decisão WHA79(20) no documento "*A79_20_Reform of the Global Health Architecture and the UN80 initiative_en.pdf*", a criação de um processo conjunto para desenhar a transformação da GHA e apoiar a Iniciativa ONU80.

Essa força-tarefa paritária, copresidida por representantes de países desenvolvidos e em desenvolvimento, está estruturada para definir opções estratégicas de funções, coordenação e financiamento global. O cronograma prevê a entrega de um relatório preliminar em novembro de 2026 e uma proposta final com plano de implementação na 80ª Assembleia Mundial da Saúde, em 2027.

[1] Coordenadora-adjunta CC da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Neste panorama de reestruturação profunda, os mais de 800 Centros Colaboradores emergem como instrumentos de execução legítimos e capilarizados. Eles preenchem lacunas de conectividade entre a sede da OMS, os escritórios regionais e as instâncias nacionais.

Para consolidar essa contribuição, os CCs foram convidados a participar ativamente das consultas de mapeamento, integrarem comitês organizadores a partir de setembro de 2026, proporem eventos paralelos e liderarem parcerias de cooperação Sul-Sul e mecanismos de *twinning* (geminação) inter-regional.

Dessa forma, os centros deixariam de ser meros observadores técnicos para se tornarem pilares operacionais essenciais, garantindo que o redesenho da governança mundial da saúde seja sustentado pela equidade, pela ciência e pela eficiência prática exigida pela Iniciativa ONU80.

G20, G7 e OCDE

G20, el G7 y la OCDE

G20, G7, and OECD

Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephanio, Thaiany Medeiros Cury e Nina Bouqvar

G20 avança na regulamentação de IA no setor financeiro e FMI publica projeções sobre a dívida pública do bloco

El G20 avanza en la regulación de la IA en el sector financiero y el FMI publica previsiones sobre la deuda pública del bloque

G20 makes progress on AI regulation in the financial sector, and IMF releases projections on the group's sovereign debt

Resumo: O presente informe analisa o panorama do G20 no período antecedente aos encontros da Trilha de Finanças em Asheville, destacando duas entregas centrais. No campo regulatório, examina-se o relatório do Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) sobre boas práticas para a adoção responsável da Inteligência Artificial no setor financeiro. Paralelamente, avaliam-se as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ciclo 2022–2026, que evidenciam uma acentuada assimetria fiscal no bloco, caracterizada pela forte expansão do endividamento em países como China e Brasil, em contraste com a estabilização e a desalavancagem observadas em economias como Itália, Argentina e Japão.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; Brasil; OCDE; cooperação internacional.

***Resumen**: El informe analiza el panorama del G-20 en el período previo a las reuniones de la Trilha de Finanzas en Asheville, destacando dos aspectos fundamentales. En el ámbito regulatorio, se examina el informe del Consejo de Estabilidad Financiera (FSB) sobre buenas prácticas para la adopción responsable de la inteligencia artificial en el sector financiero. Paralelamente, se evalúan las previsiones del Fondo Monetario Internacional (FMI) para el ciclo 2022-2026, que ponen de manifiesto una marcada asimetría fiscal en el bloque, caracterizada por la fuerte expansión del endeudamiento en países como China y Brasil, en contraste con la estabilización y el desapalancamiento observados en economías como Italia, Argentina y Japón.*

***Palabras clave:** G20; EE. UU.; G7; Brasil; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The report analyzes the G20 landscape in the period leading up to the Finance Track meetings in Asheville, highlighting two key deliverables. In the regulatory sphere, it examines the Financial Stability Board's (FSB) report on best practices for the responsible adoption of artificial intelligence in the financial sector. At the same time, it assesses the International Monetary Fund's (IMF) projections for the 2022–2026 cycle, which reveal a marked fiscal asymmetry within the bloc, characterized by a sharp rise in public debt in countries such as China and Brazil, in*

contrast to the stabilization and deleveraging observed in economies such as Italy, Argentina, and Japan.

Keywords: *G20; USA; G7; Brazil; OECD; international cooperation.*

A quinzena recente do G20 caracterizou-se por uma baixa frequência de atualizações públicas e de comunicados emitidos pelos membros do bloco. Esse período de menor intensidade nas discussões antecede a retomada de um fluxo mais intenso de atividades, programada para o final de agosto, quando a Trilha de Finanças voltará a reunir as lideranças globais em Asheville, na Carolina do Norte. Entre os dias 29 e 31 de agosto, ocorrerá, inicialmente, o encontro de Vice-Ministros de Finanças e representantes dos Bancos Centrais, culminando na reunião posterior de Ministros de Finanças e Governadores de Bancos Centrais, na qual se espera o avanço de deliberações econômicas e financeiras decisivas para o encerramento do ciclo de trabalho.

Para além dessa dinâmica das reuniões presenciais agendadas, o debate institucional do bloco ganhou impulso relevante com a divulgação do relatório elaborado pelo Conselho de Estabilidade Financeira, o FSB (*Financial Stability Board*). O documento estrutura um conjunto de práticas recomendadas, de caráter não vinculativo, orientadas a apoiar a inovação responsável e a adoção sustentável da Inteligência Artificial (IA) no setor financeiro global. O levantamento destaca que o uso de ferramentas avançadas tem se intensificado na avaliação de risco de crédito, na gestão de carteiras de investimento, no combate a fraudes e na análise documental, oferecendo ganhos expressivos de eficiência operacional e de capacidade analítica. Todavia, a entidade adverte que essa expansão traz riscos à estabilidade do sistema, tornando essencial o estabelecimento de diretrizes de governança pautadas no princípio da proporcionalidade, segundo o qual instituições de maior complexidade sistêmica ou que utilizem a tecnologia em funções críticas devem adotar mecanismos de controle proporcionalmente mais rígidos. É importante salientar que o uso dessas tecnologias tem sido amplamente defendido pelos Estados Unidos, sendo tema central de um dos quatro Grupos de Trabalho escolhidos pela presidência neste ano, como forma de promover o crescimento econômico e o fomento à inovação.

O detalhamento das recomendações avança na avaliação do desempenho técnico desses instrumentos, estabelecendo que o monitoramento deve ser adaptado às particularidades e às metas operacionais de cada uso. A esse respeito, o levantamento discrimina dimensões centrais para essa aferição, a começar pela precisão, que mede a proximidade entre o resultado produzido e o esperado, e pelo intervalo de saída, dedicado a mensurar a dispersão e o grau de incerteza das respostas. Avalia-se também a robustez dos sistemas, referente à capacidade de manter a eficácia diante de cenários inéditos, e a estabilidade, que atesta a consistência dos resultados ao longo de múltiplas consultas. A identificação de vulnerabilidades e limites operacionais é respaldada pela condução de testes de sensibilidade com base em dados extremos, ressaltando-se a relevância de estabelecer limites de tolerância previamente à geração dos dados finais, superando modelos baseados em auditorias meramente retrospectivas. Essa métrica de acompanhamento também difere substancialmente conforme o tipo tecnológico escolhido. Enquanto a Inteligência Artificial Generativa, que responde a comandos específicos (prompts), apoia-se em parâmetros qualitativos e exige maior julgamento humano para avaliar coerência e relevância do conteúdo

gerado, uma vez que produz respostas baseadas em probabilidades; a Inteligência Artificial Agêntica, que funciona de forma independente, exige um monitoramento sistemático de cada decisão intermediária tomada de forma autônoma ao longo do processo, e não apenas a checagem do produto final.

No âmbito da governança, o relatório enfatiza a necessidade de o conselho de administração e a alta gestão alinharem estrategicamente o uso da tecnologia aos indicadores de risco da instituição. Esse direcionamento exige a alocação contínua de recursos tecnológicos e humanos capacitados, além da estruturação de modelos institucionais robustos, garantindo a independência funcional entre os setores de auditagem, gestão de riscos e desenvolvimento. A preservação da rastreabilidade operacional deve ser assegurada por meio do registro centralizado e da documentação precisa de usabilidade, incluindo a manutenção de inventários de modelos, o controle de versão de comandos e o monitoramento de parâmetros, elementos essenciais para garantir a adaptabilidade das estruturas de supervisão diante do surgimento de novos incidentes ou desvios de desempenho.

A gestão do ciclo de vida das aplicações de IA constitui outra dimensão das boas práticas recomendadas. O documento orienta as instituições a realizarem avaliações sistemáticas de materialidade e de risco desde a fase de concepção dos projetos. Nesse sentido, a governança de dados deve assegurar a integridade, a consistência e a segurança das bases de treinamento, com especial atenção à prevenção de desvios de dados ao longo do tempo. Adicionalmente, o relatório ressalta o caráter indispensável da supervisão humana efetiva, estabelecendo que profissionais qualificados detenham autoridade real para intervir e mitigar vícios de automação ou de confiança cega. Para tanto, recomendam-se modelos operacionais diversificados, desde arranjos com intervenção humana direta até mecanismos de interrupção imediata, acompanhados de canais transparentes de contestação e apelação para os clientes afetados por decisões automatizadas.

O documento ainda contempla o gerenciamento de riscos transversais, focando na segurança cibernética e na dependência de fornecedores terceirizados. Diante de ameaças sofisticadas, como “envenenamento” de dados, injeção de comandos e manipulação de agentes, o texto preconiza a modernização das defesas digitais por meio da aplicação do princípio do menor privilégio e de simulações periódicas desses ataques. No que tange à relação com provedores externos de tecnologia, o relatório adverte sobre os perigos da concentração de fornecedores e exige que os contratos preservem direitos irrestritos de auditoria, garantias de portabilidade de dados e continuidade de negócios. O cumprimento dessas salvaguardas pode ser evidenciado pela exigência de certificações, o que assegura que o ecossistema financeiro permaneça blindado perante vulnerabilidades tecnológicas emergentes.

O relatório do FSB foi originalmente apresentado em 10 de junho deste ano, abrindo um canal de cooperação internacional intensiva entre os membros do bloco. O documento esteve sujeito a uma etapa de consulta pública, com prazo final para o recebimento de contribuições fixado em 22 de julho de 2026, e a publicação da versão final e consolidada do texto está prevista para o mês de outubro, sendo uma das principais entregas previstas do G20 este ano. Ao comentar o lançamento da iniciativa, Michelle Bowman, na condição de presidente do Comitê Permanente de Cooperação Regulatória e de Supervisão do FSB, destacou que esse documento reflete o esforço acelerado do organismo para acompanhar o ritmo das inovações tecnológicas. No mesmo sentido, Ho Hern Shin, responsável por liderar o GT focado na temática, reforçou que a dinâmica em constante transformação da IA torna indispensável o fornecimento desse

direcionamento estratégico para orientar as instituições na aplicação responsável, sem, com isso, imobilizar as decisões comerciais ou impor padrões regulatórios inflexíveis.

Paralelamente às discussões sobre regulação e governança financeira, a divulgação de um levantamento pautado em projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) colocou em evidência a acentuada assimetria fiscal que marca o G20 no ciclo de 2022 a 2026. Em vez de uma tendência uniforme, os dados refletem trajetórias e escolhas macroeconômicas contrastantes no tocante ao comportamento da dívida pública em proporção ao Produto Interno Bruto (PIB). No extremo dessa balança destacam-se a China e o Brasil, que lideram o ritmo de aumento do endividamento no bloco. A China registra o maior salto absoluto do grupo, com uma elevação projetada de 29,6 pontos percentuais. O Brasil ocupa o segundo lugar, impulsionado por uma expansão de 12,6 pontos percentuais que deve levar sua dívida bruta de 83,9% para 96,5% do PIB ao término do atual mandato presidencial. Análises de *think tanks ligados* à oposição ao governo, como o Farol da Oposição, associam esse ritmo à deterioração fiscal observada em meados da década passada, durante o mandato da presidente Dilma Rousseff (2015-2016), destacando ainda que as projeções de longo prazo do FMI indicam a continuidade dessa trajetória ascendente, com a dívida brasileira podendo ultrapassar a marca de 105% do PIB nos anos subsequentes.

Já um segundo conjunto de economias projeta um crescimento intermediário de suas obrigações fiscais. Nações como Arábia Saudita, México, África do Sul, Canadá, França, Estados Unidos e Reino Unido exibem aumentos contínuos, porém mais contidos, situados em uma faixa de expansão entre 6 e 11 pontos percentuais. Em contraposição a essa tendência generalizada de alta, um grupo significativo de membros do bloco tem conseguido manter suas contas públicas sob relativa contenção. É o caso da Coreia do Sul e da Rússia, que apresentam elevações modestas de cerca de 4 pontos percentuais, além da Alemanha, da Austrália e da Indonésia, cujas trajetórias se mostram praticamente lineares. A Itália se destaca nesse estrato de estabilidade ao registrar uma variação nula, preservando inalterada a proporção de sua dívida em relação ao PIB ao longo de todo o período analisado.

Por fim, em contrapartida à expansão observada nos principais líderes do endividamento, diversas economias do G20 projetam trajetórias consistentes de desendividamento e de redução da dívida em proporção ao PIB. É o caso da Índia e da Turquia, que registram quedas suaves em seu nível de endividamento, e de países como a Argentina e o Japão, que lideram o processo de desalavancagem fiscal no G20, com uma diminuição acentuada de sua dívida pública, evidenciando o profundo contraste entre os caminhos fiscais percorridos pelos membros do grupo.

Referências

CNN BRASIL. Dívida do Brasil é 2ª que mais sobe no G20, aponta levantamento. CNN Brasil, Macroeconomia, 2026. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/divida-do-brasil-e-2a-que-mais-sobe-no-g20-aponta-levantamento/. Acesso em: 20 jul. 2026.

FINANCIAL STABILITY BOARD (FSB). FSB consults on sound practices for the responsible adoption of Artificial Intelligence (AI). Press Release, 10 jun. 2026. Disponível em: https://www.fsb.org/2026/06/fsb-consults-on-sound-practices-for-the-responsible-adoption-of-artificial-intelligence-ai/. Acesso em: 20 jul. 2026.

FINANCIAL STABILITY BOARD (FSB). Sound Practices for Responsible Adoption of Artificial Intelligence (AI): Consultation report. Basel: Financial Stability Board, 10 jun. 2026. Disponível em: https://www.fsb.org/2026/06/sound-practices-for-responsible-adoption-of-artificial-intelligence-ai-consultation-report/. Acesso em: 20 jul. 2026.

O G7 depois da cúpula

El G7 después de la cumbre

The G7 after the Summit

Resumo: A quinzena de 6 a 19 de julho de 2026 acionou os instrumentos do G7: declaração conjunta dos chanceleres sobre o Sudão; o Apelo da Martinica; o debate sobre a exequibilidade dos padrões de governança da inteligência artificial; a corrosão do teto de preços sobre o petróleo russo; e a tarifa de 25% imposta ao Brasil.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; Brasil; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: *La quincena del 6 al 19 de julio de 2026 activó los instrumentos del G7: declaración conjunta de los cancilleres sobre Sudán; el Llamado de Martinica; el debate sobre la exigibilidad de los estándares de gobernanza de la inteligencia artificial; la erosión del tope de precios al petróleo ruso; y el arancel del 25% impuesto a Brasil.*

Palabras clave: *G20; EE. UU.; G7; Brasil; OCDE; cooperación internacional.*

Abstract: *The fortnight of July 6 to 19, 2026, activated the full range of the G7's instruments: a joint foreign ministers' statement on Sudan; the Call of Martinique; the debate on the enforceability of artificial intelligence governance standards; the erosion of the price cap on Russian oil; and the 25% tariff imposed on Brazil.*

Keywords: *G20; USA; G7; Brazil; OECD; international cooperation.*

Se a quinzena anterior transcorreu em relativa calmaria no interior do G7, a de 6 a 19 de julho acionou alguns instrumentos dispostos: o declaratório, no pronunciamento conjunto dos chanceleres sobre o Sudão; o operacional, na conferência regional convocada pela presidência francesa no Caribe; o normativo, no debate sobre a governança da inteligência artificial esboçada em Évian; o econômico, no teto de preços sobre o petróleo russo; e, no limite, o coercitivo, acionado unilateralmente por Washington contra o Brasil.

O único ato coletivo do G7 na quinzena veio na forma de declaração. Em 14 de julho, os chanceleres dos sete membros e a Alta Representante da União Europeia instaram as Forças de Apoio Rápido e grupos armados aliados a cessar ações que ponham civis em risco em El-Obeid, Sudão, incluindo ataques com drones e obstruções ao acesso humanitário, e conclamaram todas as partes a negociar de boa-fé. O texto pede aos atores externos, sem nomeá-los, que interrompam apoio armado e financeiro aos beligerantes, e apoia os esforços do enviado das

Nações Unidas, Pekka Haavisto (CANADÁ, 2026b). Sua medida mais concreta, porém, não é do G7: o grupo conclama o Conselho de Segurança a estender a todo o território sudanês o embargo de armas hoje restrito a Darfur (REUTERS, 2026). Dessa forma, transfere a competência a um foro mais amplo.

O desdobramento mais concreto veio do Caribe. A Conferência Regional de Segurança, organizada no marco da presidência francesa e reunida em Fort-de-France com plenária ministerial em 2 e 3 de julho, congregou 27 Estados e organizações regionais, entre os quais o CARICOM IMPACS, a Organização dos Estados Americanos e o UNODC (FRANÇA, 2026). Decorre diretamente da Declaração de Líderes sobre a Luta contra o Tráfico de Drogas, adotada em Évian e uma das três subscritas pelo Brasil. Seu resultado, o Apelo da Martinica, foi endossado por 26 delegações e organiza-se em torno do fortalecimento de capacidades regionais, da cooperação em segurança e da proteção de infraestruturas estratégicas, prevendo reforço de controles portuários, acordos de cooperação marítima e convergência com a Rede de Portos do G7+ criada em Évian; até novembro, os ministros devem apresentar plano de ação contra a infiltração criminosa em instituições (CANADÁ, 2026a). É o primeiro produto operacional da presidência francesa após a cúpula, e confirma o método já assinalado: o G7 aciona formatos ampliados para tratar do que não equaciona entre seus sete membros. O Brasil figura entre os signatários.

A terceira frente é normativa. Os chefes de governo do G7 e os dirigentes das principais empresas de inteligência artificial se reuniram e propuseram um arranjo de governança compartilhada: um organismo de padronização liderado pelos Estados Unidos, em cooperação com a comunidade democrática internacional, destinado a evitar a fragmentação regulatória. Em análise publicada em 1º de julho, Tom Wheeler sustenta que o grupo deveria aceitar a proposta com duas modificações — ampliar a participação para além das empresas, incluindo governos e sociedade civil, e assegurar que o arcabouço seja exequível, pois adesão voluntária converte o padrão em mera sugestão. O argumento apoia-se em precedentes do próprio G7: foi o grupo que criou, em 1989, o Grupo de Ação Financeira contra a lavagem de dinheiro, e das respostas à crise de 2008 resultaram os padrões prudenciais de Basileia; em ambos os casos, o descumprimento passou a implicar custos concretos. Existe, portanto, repertório institucional para produzir normas vinculantes. Resta saber se será utilizado, ou se a agenda digital de Évian permanecerá no registro voluntário que os informes anteriores já apontaram como sua limitação característica (BROOKINGS, 2026).

A quarta frente é a que mais diretamente atinge o G7 enquanto instituição. O teto de preços sobre o petróleo russo, criado pelos ministros de Finanças em 2022 e operado em formato G7+, prevê revisão automática vinculada à média de mercado. Com a alta decorrente do fechamento e da subsequente reabertura de Ormuz, a revisão de 15 de julho elevaria o teto de 44,10 para cerca de 58 dólares por barril, ampliando a receita de Moscou justamente quando sua economia dá sinais de tensão (EURONEWS, 2026). Sem acordo sobre o 21º pacote de sanções, travado no Conselho, os Estados-membros limitaram-se a congelar o patamar até 23 de julho (BLOOMBERG, 2026), em impasse que expôs o peso crescente dos interesses econômicos nacionais (WORLD OIL, 2026). Se dá destaque ao fato de o acordo com o Irã que reabriu o estreito, apresentado em Évian como principal êxito da cúpula, ter produzido efeitos de preço que enfraqueceram o principal instrumento econômico do próprio G7 contra a Rússia.

No Oriente Médio, a janela de 60 dias aberta em Versalhes seguiu sem avanço nas questões estruturais. As conversas técnicas em Doha foram descritas como positivas, mas Teerã explicitou sua leitura: a soberania sobre o estreito permanece iraniana, a isenção de tarifas de

trânsito vale apenas pelos 60 dias e o enriquecimento de urânio é tratado como direito inegociável (CNN, 2026). Permanecem em aberto o plano de reconstrução de 300 bilhões de dólares, o cronograma de suspensão de sanções, o regime de inspeção e a destinação do material enriquecido (HOUSE OF COMMONS LIBRARY, 2026).

A última frente encerrou o processo que os informes anteriores vinham acompanhando. Em 15 de julho, a Representação Comercial dos Estados Unidos anunciou ação final sob a Seção 301, impondo tarifa de 25% sobre parte das importações brasileiras a partir de 22 de julho, ao cabo de investigação iniciada em julho de 2025 e de audiência pública realizada em 6 e 7 de julho. Os fundamentos alegados abrangem comércio digital e pagamentos eletrônicos — o Pix, em especial —, aplicação de leis anticorrupção, propriedade intelectual, acesso ao mercado de etanol e desmatamento ilegal (USTR, 2026). A medida é seletiva: sobretaxa etanol, máquinas agrícolas, calçados, vestuário, açúcar e papel, deixando de fora cerca de dois mil itens, entre os quais café, carne bovina e peças de aeronaves. O governo estima alcance de 18% das exportações ao mercado norte-americano, ou 7,4 bilhões de dólares (METRÓPOLES, 2026), com uma segunda investigação sobre trabalho forçado ainda pendente.

A resposta brasileira combinou firmeza retórica e cautela operacional. Em nota oficial, Lula classificou a data como um "marco lastimável", questionou a compatibilidade da medida com as regras multilaterais e anunciou reação com base na Lei de Reciprocidade Econômica e no mecanismo de solução de controvérsias da OMC, atribuindo o desfecho à atuação da família Bolsonaro (MIGALHAS, 2026). Na prática, o Executivo optou por não retaliar de imediato: Geraldo Alckmin, que coordena o comitê interministerial responsável pelas contramedidas, afirmou que a lei será acionada "no momento adequado", priorizando o apoio aos setores afetados e a diversificação de mercados (CORREIO BRAZILIENSE, 2026). A sequência é eloquente: em 3 de julho o Brasil subscreveu, ao lado dos sete membros do G7, o Apelo da Martinica; doze dias depois foi alvo de tarifa imposta pelo membro dominante do grupo, sob fundamentação que inclui a alegada frouxidão na aplicação de leis anticorrupção. Coopera-se em um foro e coage-se no outro, sem que a primeira condição atenue a segunda.

A quinzena, em síntese, acrescenta uma dificuldade ao diagnóstico dos informes anteriores. Não se trata apenas de um G7 que reconhece problemas sem conseguir resolvê-los sozinho, mas de instrumentos que operam em sentidos contraditórios, como o êxito em Ormuz enfraquecendo o teto de preços contra a Rússia, e a cooperação securitária com o Brasil convivendo com a coerção comercial sobre o mesmo parceiro. Os marcos seguintes são a vigência da tarifa e o desfecho do teto de preços em 22 e 23 de julho, o encerramento da janela iraniana em meados de agosto e o plano de ação contra a infiltração criminosa, previsto para novembro — enquanto os temas de maior consequência seguem a caminho de foros mais amplos, entre eles o G20, cuja cúpula está marcada para dezembro, em Miami.

Referências

BLOOMBERG. EU freezes Russian oil price cap until July 23 as talks slow. Bloomberg, 15 jul. 2026. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-07-15/eu-freezes-russian-oil-price-cap-for-a-week-as-sanctions-stall. Acesso em: 19 jul. 2026.

BROOKINGS. WHEELER, Tom. G7 should accept AI standards offer, but make it enforceable. Brookings Institution, 1º jul. 2026. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/g7-should-accept-ai-standards-offer-but-make-it-enforceable/. Acesso em: 19 jul. 2026.

CANADÁ. Call of Martinique: countering narcotrafficking and illicit trafficking in the Caribbean and across the Americas. Global Affairs Canada, Fort-de-France, 7 jul. 2026. Disponível em: https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2026/07/call-of-martinique-countering-narcotrafficking-and-illicit-trafficking-in-the-caribbean-and-across-the-americas.html. Acesso em: 19 jul. 2026. (2026a)

CANADÁ. G7 Foreign Ministers' statement on El-Obeid, Sudan. Global Affairs Canada, Ottawa, 14 jul. 2026. Disponível em: https://www.canada.ca/en/global-affairs/news/2026/07/g7-foreign-ministers-statement-on-el-obeid-sudan.html. Acesso em: 19 jul. 2026. (2026b)

CNN. Meetings in Doha, Vance says talks 'going well'. CNN, 1º jul. 2026. Disponível em: https://www.cnn.com/2026/07/01/world/live-news/iran-war-trump. Acesso em: 19 jul. 2026.

CORREIO BRAZILIENSE. Alckmin fala em uso da Lei de Reciprocidade aos EUA 'no momento adequado'. Correio Braziliense, 16 jul. 2026. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/07/7462756-alckmin-fala-em-uso-da-lei-de-reciprocidade-aos-eua-no-momento-adequado.html. Acesso em: 19 jul. 2026.

EURONEWS. EU countries rush to avoid disastrous revision of Russian oil price cap. Euronews, 10 jul. 2026. Disponível em: https://www.euronews.com/my-europe/2026/07/10/eu-countries-rush-to-avoid-disastrous-revision-of-russian-oil-price-cap. Acesso em: 19 jul. 2026.

FRANÇA. Conclusions of the regional security conference in the Caribbean. Ministère de l'Europe et des Affaires étrangères, jul. 2026. Disponível em: https://www.globalsecurity.org/security/library/news/2026/07/sec-260705-france-meae01.htm. Acesso em: 19 jul. 2026.

HOUSE OF COMMONS LIBRARY. US-Iran ceasefire and nuclear talks in 2026. Londres: House of Commons Library, jul. 2026. (CBP-10637). Disponível em: https://commonslibrary.parliament.uk/research-briefings/cbp-10637/. Acesso em: 19 jul. 2026.

METRÓPOLES. Lula adota cautela sobre tarifaço e avalia impactos da reciprocidade. Metrópoles, 17 jul. 2026. Disponível em: https://www.metropoles.com/brasil/governo-lula-avalia-reciprocidade-tarifaco-eua. Acesso em: 19 jul. 2026.

MIGALHAS. Lula reage a tarifa dos EUA e questiona uso da Lei de Comércio de 1974. Migalhas, 15 jul. 2026. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/quentes/460452/lula-reage-a-tarifa-dos-eua-e-questiona-uso-da-lei-de-comercio-de-1974. Acesso em: 19 jul. 2026.

REUTERS. G7 urges halt to attacks in Sudan's El-Obeid, calls for wider arms embargo. Reuters, Berlim, 15 jul. 2026. Disponível em: https://www.reuters.com/world/africa/g7-urges-halt-attacks-sudans-el-obeid-calls-wider-arms-embargo-2026-07-15/. Acesso em: 19 jul. 2026.

USTR — UNITED STATES TRADE REPRESENTATIVE. USTR Section 301 action on Brazil's unreasonable acts, policies, and practices. Washington, 15 jul. 2026. Disponível em: https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/july/ustr-section-301-action-brazils-unreasonable-acts-policies-and-practices. Acesso em: 19 jul. 2026.

WORLD OIL. EU delays Russia sanctions as oil price cap remains unresolved. World Oil, 13 jul. 2026. Disponível em: https://worldoil.com/news/2026/7/13/eu-delays-russia-sanctions-as-oil-price-cap-remains-unresolved/. Acesso em: 19 jul. 2026.

Emprego, inteligência artificial e a cooperação internacional: os destaques na agenda da OCDE

El empleo, la inteligencia artificial y la cooperación internacional: los temas destacados de la agenda de la OCDE

Employment, Artificial Intelligence, and International Cooperation: Highlights on the OECD's Agenda

Resumo: Os destaques da OCDE se dividem entre a divulgação da edição mais atual de seu panorama sobre emprego em perspectiva internacional, dois estudos sobre inteligência artificial e mercado de trabalho, um relatório sobre tributação internacional, uma pesquisa sobre surveys de saúde, um panorama sobre cadeias de valor globais e um estudo sobre políticas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: G20; EUA; G7; Brasil; OCDE; cooperação internacional.

Resumen: Entre las publicaciones más destacadas de la OCDE se encuentran la publicación de la última edición de su panorama sobre el empleo desde una perspectiva internacional, dos estudios sobre la inteligencia artificial y el mercado laboral, un informe sobre fiscalidad internacional, una investigación sobre encuestas de salud, un panorama sobre las cadenas de valor globales y un estudio sobre políticas de desarrollo sostenible.

***Palabras clave**: G20; EE. UU.; G7; Brasil; OCDE; cooperación internacional.*

***Abstract:** The OECD's highlights include the release of the latest edition of its international employment outlook, two studies on artificial intelligence and the labor market, a report on international taxation, a study on health surveys, an overview of global value chains, and a study on sustainable development policies.*

***Keywords:** G20; USA; G7; Brazil; OECD; international cooperation.*

Durante a primeira quinzena de julho, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) publicou a mais nova versão de sua série de publicações anuais sobre perspectivas de emprego em um panorama internacional, projeto esse em que a própria apresenta os dados e análises mais recentes sobre a situação do emprego, últimos desenvolvimentos, tendências e perspectivas do mercado de trabalho e sua qualidade de emprego nos países da OCDE.

Intitulada *"OECD Employment Outlook 2026: Geographic Disparities in Jobs and Incomes"*, a edição de 2026 também inclui novas análises sobre as disparidades regionais nos resultados do mercado de trabalho e de como o local onde as pessoas vivem influenciam e determinam tanto as suas perspectivas e chances de emprego quanto as de ascensão na escada de renda, enfatizando assim como a geografia das oportunidades é um fator relevante nas discussões e formulações de políticas sobre o tema. A exemplo, as taxas de desemprego nas 20% das regiões com pior desempenho são, em média, mais que o dobro das registradas nas

20% com melhor desempenho — uma proporção que supera quatro vezes nos casos belga, canadense, italiano e eslovaco.

Análise feita contempla ainda reflexões sobre como os mercados de trabalho locais também estão sendo remodelados por choques comerciais e tecnológicos, incluindo a inteligência artificial, com alguns perdendo empregos na indústria, enquanto outros estão criando mais empregos no setor de serviços e trabalhos não rotineiros. Os efeitos desses impactos se manifestam de maneira distinta para as pessoas, os locais e as empresas, dependendo do contexto local. O relatório, desse modo, destaca a necessidade de políticas que apoiem as regiões e auxiliem os trabalhadores a se adaptarem às mudanças.

Nesse sentido, o cenário observado pelo estudo aponta que os mercados de trabalho da OCDE mantiveram-se resilientes, com o nível total de emprego nos países atingindo um recorde histórico e com estimativas de que continue a crescer este ano e no próximo. Em números, o nível de emprego na OCDE — que atingiu 670 milhões em maio de 2026, um aumento de cerca de 26% desde 2001 — deve crescer 0,3% em 2026 e 0,6% em 2027. Ademais, após permanecer em 5,0% ou menos durante mais de quatro anos, a taxa de desemprego na OCDE situou-se em 4,9% em maio de 2026 e projeta-se que permaneça próxima desse patamar baixo ao longo de 2027. Todavia, segundo o relatório, os salários reais permanecem abaixo dos níveis de cinco anos atrás em cerca de um terço dos países da OCDE e espera-se que o impacto energético deste ano exerça pressão adicional sobre os salários e eleve as pressões inflacionárias. Os salários dos trabalhadores de menor renda resistiram melhor à inflação do que os da maioria dos trabalhadores, graças aos aumentos do salário-mínimo.

Além disso, as taxas de desemprego aumentaram entre os jovens. Além dos recém-graduados, jovens sem diploma universitário também começaram a registrar taxas de desemprego mais altas em alguns países participantes do fórum internacional. De acordo com o estudo, as evidências sobre o impacto da inteligência artificial nos trabalhadores mais jovens são limitadas até o momento, sendo os principais impulsionadores dessa situação fatores cíclicos e mudanças de longo prazo na demanda por qualificações.

Diante do que foi observado no estudo, a OCDE então busca sinalizar uma série de recomendações aos tomadores de decisão e governos para que se atenue os riscos e se fortaleça suas economias e mercados, apresentadas aqui brevemente a seguir:

1. Incentivar os trabalhadores a se deslocarem em busca de oportunidades regionais e tornar os destinos mais acessíveis, oferecendo apoio e subsídios para que trabalhadores desempregados assumam empregos em outras regiões e ampliando a oferta de moradia, otimizando serviços locais e garantir que qualificações e benefícios sejam reconhecidos entre as diferentes regiões;
2. Apoiar oportunidades de empregos locais por meio de uma estratégia de qualificação e emprego voltada para o território, investindo no apoio ao emprego, bem como capacitação e requalificação profissional adaptadas às realidades e demandas locais para fortalecer e diversificar os mercados de trabalho locais, reduzindo disparidades e gargalos regionais e permitindo que mais pessoas acessem empregos sem a necessidade de mudar de localidade;
3. A elaboração de uma política industrial de base territorial para incentivar a diversificação industrial, impulsionando a criação de empregos locais a partir do

potencial de cada região, promovendo a diversificação econômica e mitigando as vulnerabilidades da dependência excessiva de um único setor;

4. Promover ações coordenadas em nível nacional e regional para tornar todos os territórios atraentes para viver e trabalhar, combinando assistência financeira e serviços de intermediação de mão de obra com medidas nas áreas de habitação, serviços de cuidado infantil e reformas regulatórias, além de alinhar políticas nacionais e regionais; e
5. Fortalecer a transparência e a fiscalização por parte das autoridades públicas para evitar o uso indevido de cláusulas de não concorrência que limitem as oportunidades de carreira dos trabalhadores.

Na esteira da discussão no tópico inteligência artificial e mercado de trabalho, outras duas interessantes publicações de autoria da própria OCDE foram lançadas ainda no mês de julho de 2026.

Em *"Skills in the AI age"*, a organização procura analisar como a inteligência artificial está transformando os mercados de trabalho e alterando as exigências de qualificação, assim como também discutir e orientar as respostas políticas necessárias para aproveitar o potencial transformador da inteligência artificial e, simultaneamente, mitigar seus riscos sociais e econômicos.

Enquanto isso, no artigo *"A potential boost from AI in ageing societies: Early insights"*, que se baseia nos dados da iniciativa OECD Programme for the International Assessment of Adult Competencies (Programa da OCDE para a Avaliação Internacional de Competências de Adultos, em tradução livre), discute os impactos variados ao longo do ciclo de vida da inteligência artificial e suas implicações para a sua implementação em sociedades que estão envelhecendo, e avalia que a exposição geral dos trabalhadores à inteligência artificial (automação e ampliação de capacidades) apresenta um padrão em forma de "U" invertido entre as faixas etárias, embora esse padrão seja menos acentuado quando se filtra o nível de escolaridade, a ocupação e o país analisados. De acordo com o estudo, a exposição à automação é maior nas faixas etárias mais jovens e diminui rapidamente com o aumento da idade, uma vez que a experiência tende a complementar a inteligência artificial. No entanto, por ser entendida como uma tecnologia de propósito geral, os autores advertem que a inteligência artificial é inerentemente disruptiva e, para colher seus benefícios, é necessário a realocação da força de trabalho, a requalificação e o aperfeiçoamento de competências, bem como dinamismo empresarial e inovação — fatores esses que podem ser menos vigorosos em sociedades em processo de envelhecimento.

Em paralelo, a OCDE também divulgou no período o relatório *"Tax Co-operation for Development 2025: Progress report*", de autoria da mesma. O documento periódico apresenta uma visão geral das atividades e dos resultados no que diz respeito à iniciativas tributárias internacionais e seu desenvolvimento, o fornecimento de dados internacionalmente comparáveis e confiáveis e a prestação de assistência técnica direcionada em uma série de questões tributárias internacionais, mais especificamente nesta edição revelando um panorama das atividades e resultados nessas áreas no ano de 2025, ano que marcou o décimo aniversário da iniciativa *"Tax Inspectors Without Borders"* (Auditores fiscais sem fronteiras, em tradução livre), da própria OCDE junto ao PNUD. O relatório também traz uma visão geral das prioridades para o ano de 2026.

Ainda durante o período de análise deste informe, a OCDE seguiu a continuamente acrescentar diversos outros títulos, recursos e documentos próprios em seu grande acervo e biblioteca virtual, sendo, dentre tal fluxo de recentes adições, três deles em especial são salientados aqui a seguir.

O primeiro deles é o artigo *"Comparing patient-reported outcome and experience measures in international health surveys"*, que propõe uma comparação entre a iniciativa PaRIS (*Patient-Reported Indicator Surveys*, em inglês) da organização intergovernamental com outras pesquisas internacionais de base populacional sobre a saúde e sistemas de saúde, como a *European Health Interview Survey* (EHIS), a *Commonwealth Fund International Health Policy Survey* (IHP), a *People's Voice Survey* (PVS) e a *Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe* (SHARE). Embora essas pesquisas possam parecer coletar informações semelhantes, elas diferem substancialmente em propósito, escopo e metodologia. Assim, o artigo situa o PaRIS nesse ecossistema mais amplo, examinando sua proposta de valor diferenciada e os benefícios de participar do PaRIS paralelamente às pesquisas internacionais existentes, com base em comparações metodológicas e análises de indicadores sobrepostos.

Já no documento *"Trends in Global Value Chains"*, a organização econômica internacional se preocupa em compartilhar dados referentes ao tema "cadeias de valor globais", destacando as dinâmicas bilaterais em transformação entre as principais economias e o papel crescente do que denomina como economias de conexão. O texto ainda indica que as empresas multinacionais seguem fundamentais para a produção internacional, com a produção de filiais estrangeiras se recuperando após 2020. Em adição, os serviços — especialmente aqueles fornecidos por meio de filiais estrangeiras — revelam-se uma dimensão maior e mais complexa das cadeias de valor globais do que as estatísticas transfronteiriças por si só sugerem.

Outro destaque é o relatório *"Bridging the Gaps for Sustainable Development: Coherent Policies for Water, Energy, Industry and Cities"*, que avalia como políticas desconexas nos temas de água, energia, indústria e cidade estão limitando o progresso em relação aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e por que uma ação mais coerente é essencial no contexto global atual. Baseando-se em análises da própria OCDE e em experiências de diversos países, o documento sinaliza como um melhor alinhamento entre setores e níveis de governo podem ajudar os governos a gerenciar compromissos, reduzir riscos sistêmicos e lidar com repercussões transfronteiriças, ao mesmo tempo em que faz uso mais eficaz dos recursos públicos limitados.

Referências

OECD. OECD Employment Outlook 2026: Geographic Disparities in Jobs and Incomes. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://doi.org/10.1787/7e710f54-en.

OECD. OECD job markets remain strong, but real wages are lagging. OECD [Internet]. 2026 Jul 07 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://www.oecd.org/en/about/news/press-releases/2026/07/oecd-job-markets-remain-strong-but-real-wages-are-lagging.html.

OECD. Skills in the AI age. OECD Artificial Intelligence Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17];60. Available from: https://doi.org/10.1787/972bd15e-en.

André C, Schief M. A potential boost from AI in ageing societies: Early insights. OECD Economics Department Working Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17];1870. Available from: https://doi.org/10.1787/be002e40-en.

OECD. Tax Co-operation for Development 2025: Progress report. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://doi.org/10.1787/d652a08b-en.

OECD. Comparing patient-reported outcome and experience measures in international health surveys. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://doi.org/10.1787/acf46da9-en.

OECD. Trends in Global Value Chains. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://doi.org/10.1787/8217c2ff-en.

OECD. Bridging the Gaps for Sustainable Development: Coherent Policies for Water, Energy, Industry and Cities. Paris: OECD Publishing, 2026 [cited 2026 Jul 17]. Available from: https://doi.org/10.1787/d6b60ea7-en.

Em reunião dos Conselheiros Nacionais de Segurança dos BRICS, China cobra união em multilateralismo, energia, segurança alimentar, minerais estratégicos, atenção para os riscos representados pela IA e o apoio à ONU como promotora do ciberespaço global e governança digital

En una reunión de los Consejeros Nacionales de Seguridad de los BRICS, China insta a la unidad en materia de multilateralismo, energía, seguridad alimentaria, minerales estratégicos, atención a los riesgos que representa la IA y el apoyo a la ONU como promotora del ciberespacio global y la gobernanza digital

At a meeting of the BRICS National Security Advisors, China called for unity on multilateralism, energy, food security, strategic minerals, attention to the risks posed by AI, and support for the UN as a promoter of global cyberspace and digital governance

Claudia Hoirisch

> *Duas mudanças estão remodelando a governança da segurança global: "Por um lado, a antiga ordem 'centro-periferia' monopolizada por um punhado de potências ocidentais está dando lugar a um novo modelo com ampla consulta, contribuição conjunta e benefícios compartilhados... Por outro, o Sul Global, que já foi a maioria silenciosa no cenário internacional, está se aproximando do centro da governança global, participando autonomamente e moldando agendas internacionais."*[1]
>
> Wang Youming, diretor do Instituto de Países em Desenvolvimento do Instituto de Estudos Internacionais da China em Pequim

Resumo: Durante a última reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos BRICS em junho em Délhi, os representantes discutiram a natureza dos desafios de segurança nacional em rápida evolução, bem como o papel das novas tecnologias nas ameaças emergentes à segurança. Na ocasião, o chanceler da China Wang Yi, fez uma série de sugestões como a proteção do multilateralismo; o enfrentamento dos desafios globais de energia e da segurança alimentar; o

[1] https://www.globaltimes.cn/page/202606/1364165.shtml

reforço da cooperação em matéria de recursos minerais estratégicos; a manutenção da atenção para os riscos representados pela Inteligência Artificial e a regulamentação do seu desenvolvimento e o apoio à ONU como principal canal para a promoção do ciberespaço global e da governança digital. As proposições da China fazem sentido. Os países do BRICS projetaram um pico de demanda de energia nos próximos anos que está sendo impulsionado pela rápida expansão de *data centers*, inteligência artificial e veículos elétricos. Para sustentar essa demanda, será importante armazenar energia combinando tecnologias de baterias e projetos hidrelétricos por bombeamento. Para lidar com a insegurança alimentar, os BRICS vêm discutindo a Bolsa de Grãos (*BRICS Grain Exchange*) com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países. Em relação aos recursos minerais estratégicos, a exemplo da Índia, os países deveriam incluir as terras raras no seu Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica dos países. Poderiam perseguir o modelo da Indonésia, uma potência em minerais críticos que criou uma agência estatal voltada à gestão desses recursos nacionais e impôs restrições às exportações. A reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos BRICS ocorreu em um momento crucial, antes da Cúpula de Líderes dos BRICS agendada para setembro, na Índia.

Palavras-chave: Reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional dos BRICS; Novas tecnologias; Multilateralismo; Energia; Armazenamento de energia; Segurança alimentar; Bolsa de Grãos dos BRICS; Cooperação em recursos minerais estratégicos; Riscos da Inteligência Artificial; Regulamentação do desenvolvimento da IA; ONU; Ciberespaço global; Governança digital.

Resumen: *Durante la última reunión de Asesores de Seguridad Nacional de los BRICS, celebrada en Delhi en junio, los representantes analizaron la naturaleza de los desafíos de seguridad nacional en rápida evolución, así como el papel de las nuevas tecnologías ante las amenazas emergentes a la seguridad. En esa ocasión, el Ministro de Relaciones Exteriores de China, Wang Yi, formuló una serie de sugerencias, entre ellas, salvaguardar el multilateralismo; abordar los desafíos mundiales de seguridad energética y alimentaria; fortalecer la cooperación en materia de recursos minerales estratégicos; mantener la atención en los riesgos que plantea la Inteligencia Artificial y regular su desarrollo; y apoyar a la ONU como canal principal para promover el ciberespacio global y la gobernanza digital. Las propuestas de China son sensatas. Los países BRICS han proyectado un pico en la demanda de energía en los próximos años, impulsado por la rápida expansión de los centros de datos, la inteligencia artificial y los vehículos eléctricos. Para sostener esta demanda, será importante almacenar energía combinando tecnologías de baterías y proyectos hidroeléctricos de bombeo. Para abordar la inseguridad alimentaria, los BRICS han estado debatiendo la Bolsa de Granos de los BRICS, con el objetivo de fortalecer el comercio de cereales y las cadenas de suministro de los países. En cuanto a los recursos minerales estratégicos, siguiendo el ejemplo de la India, los países deberían incluir las tierras raras en su Índice de Producción Industrial, un indicador clave utilizado para medir la actividad económica de los países. Podrían adoptar el modelo de Indonesia, una potencia en minerales críticos que creó una agencia estatal centrada en la gestión de estos recursos nacionales e impuso restricciones a la exportación. La reunión de Asesores de Seguridad Nacional de los BRICS tuvo lugar en un momento crucial, antes de la Cumbre de Líderes de los BRICS programada para septiembre, en la India.*

Palavras-clave: *Reunión de los Asesores de Seguridad Nacional de los BRICS; Nuevas tecnologías; Multilateralismo; Energía; Almacenamiento de energía; Seguridad alimentaria; Bolsa de Granos*

de los BRICS; Cooperación en recursos minerales estratégicos; Riesgos de la Inteligencia Artificial; Regulación del desarrollo de la IA; ONU; Ciberespacio global; Gobernanza digital.

Abstract: *During the last BRICS National Security Advisors meeting in Delhi in June, representatives discussed the nature of rapidly evolving national security challenges, as well as the role of new technologies in emerging security threats. On that occasion, Chinese Foreign Minister Wang Yi made a series of suggestions, including safeguarding multilateralism; addressing global energy and food security challenges; strengthening cooperation on strategic mineral resources; maintaining attention to the risks posed by Artificial Intelligence and regulating its development; and supporting the UN as a primary channel for promoting global cyberspace and digital governance. China's proposals make sense. BRICS nations have projected a surge in energy demand over the coming years, driven by the rapid expansion of data centers, artificial intelligence, and electric vehicles. To meet this demand, energy storage—combining battery technologies and pumped-hydro projects—will be crucial. To address food insecurity, BRICS members have been discussing a "BRICS Grain Exchange" aimed at strengthening the trade of food grains and the countries' supply chains. Regarding strategic mineral resources, these nations should—following India's example—include rare earth elements in their Index of Industrial Production, a key indicator used to measure economic activity. They could also emulate the model adopted by Indonesia—a critical minerals powerhouse—which established a state agency to manage these national resources and imposed export restrictions. The meeting of BRICS National Security Advisors took place at a pivotal moment, ahead of the BRICS Leaders' Summit scheduled for September, in India.*

Keywords: *Meeting of BRICS National Security Advisors; New technologies; Multilateralism; Energy; Energy storage; Food security; BRICS Grain Exchange; Cooperation on strategic mineral resources; Artificial Intelligence risks; Regulation of AI development; UN; Global cyberspace; Digital governance.*

Imagem 1 – Encontro dos Conselheiros Nacionais de Segurança dos BRICS



Fonte: https://www.brics2026.gov.in/gallery/-gallery-7669-1

Durante a 16ª reunião dos Conselheiros de Segurança Nacional e Altos Representantes dos BRICS para a Segurança[2], dia 23 de junho em Nova Délhi, os representantes discutiram a natureza dos desafios de segurança nacional em rápida evolução, bem como o papel das novas tecnologias nas ameaças emergentes à segurança.

Durante a reunião, o ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, fez uma série de cobranças aos países dos BRICS: pediu a união dos países em torno do grupo, que classificou como o "grupo líder no Sul Global" em uma série de temas estratégicos que vão desde crises sanitárias, soluções de conflitos e comércio internacional.

As sugestões feitas pelo chanceler chinês incluíram[3]:

- a proteção do multilateralismo, a defesa dos propósitos e princípios da Carta da ONU e a oposição ao unilateralismo e ao protecionismo;
- o enfrentamento dos desafios globais de energia e da segurança alimentar;
- o reforço da cooperação em matéria de recursos minerais estratégicos;
- a manutenção da atenção para os riscos representados pela Inteligência Artificial, regulamentar o seu desenvolvimento e o apoio a ONU como principal canal para a promoção do ciberespaço global e da governança digital.
- a união para combater o surto de ebola na África;
- a defesa de um conceito de segurança comum, abrangente, cooperativa e sustentável, a promoção da solução política de questões críticas e a exploração de maneiras eficazes de resolver disputas por meio do diálogo e da consulta;
- o combate ao terrorismo em todas as suas formas;
- a oposição da militarização do espaço sideral.

Sobre os desafios impostos pelo desenvolvimento de tecnologias como IA nesse campo, Wang Yi afirmou que o terrorismo internacional está passando por uma nova onda, "enraizada no unilateralismo que exacerba conflitos e confrontos, e intensifica as tensões intercivilizacionais e interreligiosas".

Declarou que a ausência de uma regulamentação sobre as tecnologias emergentes é um dos principais riscos civilizatórios no momento e que a China está disposta a fortalecer a comunicação e a cooperação com outros países nas áreas de combate ao terrorismo e segurança cibernética. A China é um dos expoentes no desenvolvimento dessas tecnologias, ao lado dos Estados Unidos.

Considerações finais

A presença de altos funcionários de segurança ressalta a importância de enfrentar ameaças tradicionais e não tradicionais em um ambiente internacional em rápida mudança.

As proposições da China durante a reunião fazem todo sentido. Os países do BRICS projetaram um pico de demanda de energia nos próximos anos que está sendo impulsionado pela rápida expansão de *data centers*, inteligência artificial e veículos elétricos. Para sustentar

[2] https://d2jiw2zrmmyqt8.cloudfront.net/wp-content/uploads/2026/06/24163345/pr-modi-meets.pdf
[3] https://www.mfa.gov.cn/eng/wjbzhd/202606/t20260626_11952982.html

essa demanda, será importante armazenar energia combinando tecnologias de baterias e projetos hidrelétricos por bombeamento.

Em relação à preocupação com a segurança alimentar, os BRICS vêm discutindo a Bolsa de Grãos ("BRICS Grain Exchange") com o objetivo de fortalecer o comércio de grãos alimentícios e as cadeias de suprimentos dos países.

Quanto aos recursos minerais estratégicos, os países deveriam seguir o exemplo da Índia de incluir as terras raras no seu Índice de Produção Industrial, um dos principais indicadores usados para medir a atividade econômica dos países. Da mesma forma, poderiam perseguir o modelo da Indonésia, uma potência em minerais críticos que criou uma agência estatal voltada à gestão desses recursos nacionais e impôs restrições às exportações. Em fevereiro, Lula e Modi se apressaram ao assinar um acordo para explorar as reservas brasileiras de terras raras, onde a Índia entrará com a expertise em processamento.

A China assumirá a presidência dos BRICS no próximo ano e está pronta para trabalhar com parceiros BRICS para colocar em prática quatro iniciativas globais propostas pelo Presidente Xi: promover a prosperidade por meio do desenvolvimento; buscar justiça por meio da governança, a fim de proporcionar um futuro de paz e prosperidade; garantir estabilidade por meio da segurança; e fortalecer a confiança mútua via aprendizado mútuo entre civilizações.

A reunião em nível dos Representantes de Segurança ocorre em um momento crucial, antes da Cúpula de Líderes dos BRICS agendada para setembro deste ano, na Índia.

Instabilidade política, econômica e social: esse é o único caminho possível para a América Latina?

Inestabilidad económica, política y social: ¿es ese el único camino para América Latina?

Political, economic, and social instability: Is this the only possible path for Latin America?

Sebastian Tobar e Sâmia de Brito

Resumo: Índices macroeconômicos melhoram no último semestre, mas as dificuldades de economias muito vulneráveis a choques externos ainda prevalecem na América Latina. O tema da insegurança cresce como agenda política da região e fortalece pressões externas, como a dos EUA, para ações unilaterais, como sanções a grupos de narcotraficantes, como as multilaterais, como a Grande Aliança. Argentina reivindica a soberania das Malvinas e da produção científica, tecnológica e produtiva. O governo boliviano tenta procurar os culpados pelas paralisações sociais dos últimos meses. O governo mexicano tenta buscar tratamento digno para migrantes. E por fim, a ONU se aproximou da Colômbia para lembrar da importância do processo de paz e do Haiti para denunciar a crise da insegurança e vulnerabilidade social.

Palavras-chave: América Latina; Cooperação Internacional; Saúde.

Resumen: *Los indicadores macroeconómicos han mejorado en el último semestre, pero en América Latina siguen prevaleciendo las dificultades de unas economías muy vulnerables a las crisis externas. El tema de la inseguridad cobra cada vez más importancia en la agenda política de la región y refuerza las presiones externas, como las de EE. UU., para que se adopten medidas tanto unilaterales, como las sanciones a grupos de narcotraficantes, como multilaterales, como la Gran Alianza. Argentina reivindica la soberanía sobre las Malvinas y sobre la producción científica, tecnológica y productiva. El Gobierno boliviano intenta identificar a los responsables de los paros sociales de los últimos meses. El Gobierno mexicano se esfuerza por garantizar un trato digno a los migrantes. Por último, la ONU se ha puesto en contacto con Colombia para recordar la importancia del proceso de paz y con Haití para denunciar la crisis de inseguridad y vulnerabilidad social.*

Palabras clave: *América Latina; Cooperación Internacional; Salud.*

Abstract: *Macroeconomic indicators have improved over the past six months, but difficulties persist in Latin American economies that are highly vulnerable to external shocks. The issue of insecurity is gaining prominence on the region's political agenda and is intensifying external pressures—such as those from the U.S.—for both unilateral actions, like sanctions against drug trafficking groups, and multilateral initiatives, such as the Grand Alliance. Argentina asserts its sovereignty over the Falkland Islands and its scientific, technological, and productive capabilities. The Bolivian government is attempting to identify those responsible for the social unrest of recent months. The Mexican government is striving to ensure dignified treatment for migrants. Finally, the UN has reached out to Colombia to reiterate the importance of the peace process and to Haiti to denounce the crisis of insecurity and social vulnerability.*

Keywords: *Latin America; International Cooperation; Health.*

A primeira quinzena de julho de 2026 mostrou uma região com maior estabilidade macroeconômica em alguns países, mas ainda marcada por forte polarização política, desafios sociais persistentes e crescente competição geopolítica internacional.

A guerra no Irã e o consequente impacto nos preços do petróleo devido ao fechamento do Estreito de Ormuz impulsionaram a alta dos preços em todo o mundo. A América Latina não foi exceção e, nesse sentido, as expectativas de inflação para 2026 aumentaram durante o primeiro semestre do ano[1]. Em diversas economias, as pressões inflacionárias voltaram a aumentar devido à alta dos preços da energia e dos transportes.

Contudo, embora os aumentos de preços entre janeiro e julho possam ser significativos em alguns países, eles não foram disruptivos. De fato, os únicos países que devem encerrar o ano com inflação anual de dois dígitos são Argentina, Venezuela e Cuba.

Tendo completado o primeiro semestre de 2026, é possível fazer algumas comparações com 2025. Durante 2025, a América Latina manteve um ***crescimento resiliente, ainda que moderado***. Fatores como a ***melhoria dos termos de troca*** e ***condições financeiras inicialmente mais favoráveis beneficiaram a região***[2].

O conflito no Oriente Médio e *a* deterioração das perspectivas globais ***aumentaram*** a ***incerteza e a volatilidade nos mercados financeiros***, o que provocou a alta dos rendimentos dos títulos soberanos.

O choque atual afeta a região principalmente por meio do aumento dos preços da energia e dos alimentos, do aperto das condições financeiras e da maior incerteza.

Diferentemente de episódios anteriores, a América Latina enfrenta esse choque a partir de uma ***posição macroeconômica mais sólida***. Os ***marcos monetários são mais confiáveis, as taxas de câmbio mais flexíveis e os sistemas financeiros mais resilientes***. Contudo, o ***ambiente externo tornou-se mais complexo e as margens de manobra das políticas monetárias e fiscais são menores.***

Prevê-se uma ***desaceleração moderada do crescimento nas sete maiores economias da região*** (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México e Peru), ***de 2,2% em 2025 para 1,7% em 2026***, antes de uma ***recuperação para 2,2% em 2027***. ***A demanda interna continua a demonstrar alguma resiliência na maioria das economias***, embora ***o investimento e as exportações sejam afetados por um ambiente externo mais fraco e maior incerteza***. O Brasil e a Colômbia recebem algum apoio dos preços mais altos das commodities e das exportações de energia, enquanto o Chile e o Peru se beneficiam dos altos preços dos minerais. No entanto, esses efeitos positivos compensam apenas parcialmente o impacto negativo dos custos mais elevados da energia, da inflação e das condições financeiras mais restritivas, especialmente nas economias importadoras líquidas de energia.

---

[1] https://www.bloomberglinea.com/latinoamerica/asi-cerro-la-inflacion-en-los-paises-de-america-latina-en-el-primer-semestre-de-2026/

[2] https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/support-materials/2026/06/oecd-economic-outlook-volume-2026-issue-1_8be0dba6/EO119ESP-Perspectivas-economicas-Junio%202026_ESP-PRT.pdf

Tabela 1: Perspectivas Económicas para os Países da América Latina

	PIB VARIAÇÃO %			INFLAÇÃO GERAL %		
	2025	2026	2027	2025	2026	2027
Argentina	4,4	2,8	3,5	41,9	30,5	15,6
Brasil	2,3	1,6	2,1	5.0	4,4	3,6
Chile	2,6	1,7	2,5	4,2	3,8	3,2
Colômbia	2,6	2,4	2,2	5,1	6,1	5,1
Costa Rica	4,6	3,5	3,4	-0,1	-0,1	2,0
México	0,8	0,8	1,8	3,8	3,9	3,2
Peru	3,4	2,9	2,9	1,5	3,6	3,1
América Latina-	2,2	1,7	2,2	3,3	3,6	3,6
OCDE	1,8	1,7	2,2	4,0	4,3	3,0
Mundo	3,4	2,8	3,1			

Fonte: OCDE, PERSPECTIVA ECONOMICA, N°119 de 2026.

Nota: A variação do PIB na América Latina é a média ponderada pelo PIB a valores de paridade do poder de compra dos 7 países na tabela para o PIB. Na inflação da América Latina, a medida simples dos países incluídos não inclui a Argentina.

A transição energética e a demanda por minerais críticos oferecem oportunidades significativas para a América Latina, que possui ***vantagens consideráveis em energias renováveis e recursos estratégicos como cobre, lítio e grafite***. Uma maior diversificação do comércio e das atividades produtivas poderia reduzir a exposição a choques externos e tensões geopolíticas principalmente entre a Casa Branca e Beijing.

No entanto, ***aproveitar essas oportunidades exigirá níveis mais elevados de investimento, infraestrutura aprimorada e marcos regulatórios estáveis e previsíveis***.

A América Latina fortaleceu sua resiliência macroeconômica nos últimos anos. Contudo, em um contexto de choques externos mais frequentes e espaço político reduzido, sem uma recuperação mais robusta do investimento e da produtividade, o crescimento permanecerá insuficiente para acelerar de forma sustentável as melhorias nos padrões de vida de seus cidadãos.

A atual conjuntura econômica da região gera níveis adequados de bem-estar, e observa-se a persistência de altos níveis de emprego; desigualdade persistente em uma região considerada uma das mais desiguais do mundo; aumento dos custos de alguns serviços; e baixo crescimento real dos salários em diversos setores.

Na ***política***, eleições foram realizadas em quase todos os países da região, restando apenas o Brasil e o Haiti. Como tendência, podemos observar a consolidação de governos de oposição e a polarização política regional.

Como mencionado em edições anteriores, a oposição parece estar se consolidando nas eleições, o que constitui uma característica da região, onde os cidadãos não parecem estar elegendo os governantes para permanecerem no poder, como se observa nos processos eleitorais de Colômbia, Costa Rica, e Peru

A região continua a apresentar altos níveis de conflito político, embora a intensidade varie entre os países. Polarização, fragmentação partidária, enfraquecimento da confiança institucional e crescente protesto social predominam. Esse conflito político se manifesta por meio de significativa fragmentação e dispersão dos sistemas partidários e da predominância de lideranças personalistas. As mídias sociais passaram a desempenhar um papel fundamental no marketing político e são centrais na disseminação de desinformação e na radicalização do debate público. O fosso, ou confronto, entre o partido no poder e a oposição intensificou-se, levando a uma menor capacidade de alcançar acordos políticos ou consenso sobre políticas de Estado.

Em virtude da crise de representatividade dos partidos políticos tradicionais e da sua perda de representação, os sistemas partidários estão a enfraquecer. Observa-se também uma ascensão de líderes personalistas e de movimentos emergentes, juntamente com uma maior volatilidade eleitoral. Este cenário significa que muitos países da região têm dificuldades em governar, por não possuírem maiorias parlamentares suficientes para implementar mudanças estruturais.

A região está testemunhando e vivenciando ***protestos sociais*** significativos, com mobilizações ligadas a: custo de vida; salários; reformas previdenciárias; acesso a serviços públicos; segurança cidadã; demandas ambientais; e direitos dos povos indígenas. Embora a intensidade dos protestos em diversos países seja menor do que no período de 2019-2023, o conflito social permanece elevado.

A ***expansão do crime organizado influencia cada vez mais a política*** e parece estar contaminando nossa região, principalmente a violência no Haiti, que dificulta o processo de normalização democrática; a expansão do narcotráfico é visível em países como o Equador; e a presença de organizações criminosas é observada no México e na América Central; a violência está associada às economias ilegais na Colômbia.

A insegurança tornou-se um dos principais determinantes do comportamento eleitoral de muitos latino-americanos, e em pesquisas de opinião em muitos países, a segurança aparece no topo das preocupações dos cidadãos.

Da mesma forma, diversas pesquisas de opinião realizadas na América Latina[3,4,5,6] revelam baixos níveis de confiança nos parlamentos, partidos políticos, judiciário e governos. Essa situação facilita o surgimento de um discurso que defende uma abordagem de "tolerância zero" ou reformas institucionais profundas.

---

[3] https://www.latinobarometro.org/documents/LAT-2024/latinobarometro-informe-2024.pdf?utm_source=chatgpt.com

[4] https://www.oecd.org/es/publications/encuesta-de-la-ocde-sobre-los-determinantes-de-la-confianza-en-las-instituciones-publicas-de-america-latina-y-el-caribe-resultados-2025_b4dea13c-es.html

[5] https://www.undp.org/es/latin-america/blog/en-quien-confiamos-menos-en-las-instituciones-y-mas-en-las-comunidades-en-alc

[6] https://www.economist.com/interactive/democracy-index-2025

Diferentemente do início do século, quando a região apresentava um alinhamento político significativo que permitia ações conjuntas no cenário global, observam-se agora ***importantes diferenças na orientação internacional, gerando também atritos entre os governos dos países*** em relação a: ***alinhamento com os Estados Unidos***; o aprofundamento das relações ou ***laços com a República Popular da China***; ***sanções contra a Venezuela e a China***; e o ***valor estratégico de processos de integração*** como o MERCOSUL, a CELAC ou a Aliança do Pacífico; conflitos relacionados a ***populações migrantes; e segurança de fronteiras***.

A agenda militarista dos EUA aumentará as tensões nas democracias latino-americanas. O governo Trump está promovendo a chamada "***Estratégia Antiterrorista***", convocando os países aliados da região a uma cúpula visando combater a ameaça terrorista, o comunismo, o narcoterrorismo e o "terrorismo de esquerda". Trata-se, na verdade, de uma agenda que impõe uma visão de mundo assolada pelas "***forças do mal***" que devem ser aniquiladas.

Argentina, Bolívia, Chile, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Uruguai, assim como governos europeus e asiáticos (66 países europeus, asiáticos e americanos), participaram do apelo à ação do governo Trump[7]. Esse apelo a governos e organizações de extrema-direita representa um sério risco, pois ocorre em meio à crescente militarização e a uma onda de vitórias de governos apoiados por Trump na região. O fervor predominante é alimentado pelo aprofundamento da Doutrina Monroe de 1823 por Trump. O tom agora é mais agressivo. Já houve interferência flagrante na Venezuela, precedida por bombardeios, e ameaças abertas contra Cuba. Os governos da região foram alertados para que não haja qualquer tentativa de desafiar a hegemonia dos EUA[8].

À luz da ***doutrina Donroe***, forma-se uma Grande Aliança contra a esquerda, liderada pelos Estados Unidos e por vários governos que participaram da cúpula, mas isso gerou grande sensibilidade porque o que ela chama de "***extrema esquerda***" não representa uma ameaça, como afirma o Departamento de Estado. O Departamento de Estado promove a ideia de "***Ocidente***" como um conceito abstrato que serve de elo para a extrema-direita em todo o mundo. A Cúpula contou com a presença do Secretário do Tesouro, Scott Bessent, que colocará todo o aparato do Tesouro em ação para pressionar os países a ajudarem os Estados Unidos nessa cruzada.

[7]Obviamente, a cúpula não contou com a participação do México, China, Brasil, Nicarágua ou Colômbia (embora um deles fosse membro do futuro governo do presidente eleito, Abelardo de la Espriella). https://elpais.com/internacional/2026-07-16/rubio-convoca-a-60-paises-a-un-encuentro-para-combatir-a-los-extremistas-de-izquierda-en-todo-el-mundo.html

[8] Nessa cúpula de 16 de julho, onde se discutiu o conceito de "***inimigo total***", o objetivo era coordenar informações de inteligência e compartilhar dados para combater as ações de grupos considerados de esquerda radical, anarquistas e extremistas. Isso se complementa com a estratégia de assinatura de acordos bilaterais de segurança com diversos países e com a iniciativa "Escudo das Américas", que também se concentrou na coordenação de informações de inteligência e na cooperação militar contra o narcotráfico e o terrorismo na região. https://elpais.com/america-colombia/2026-07-20/la-lista-negra-de-la-casa-blanca.html

A insistência dos Estados Unidos nessa ***"Estratégia Antiterrorista"***[9], está ligada à adoção de um conceito de segurança que vem evoluindo desde o 11 de setembro de 2001, quando o combate ao terrorismo deixou de se limitar à esfera militar e passou a integrar outras dimensões, como segurança econômica, segurança energética, segurança tecnológica, segurança da cadeia de suprimentos, proteção de infraestruturas críticas e competição estratégica com a China.

Uma tendência que podemos observar na atual administração americana, particularmente sob Trump, mas que Biden também permitiu que fosse adotada, é a evolução em direção ao conceito de que "***segurança econômica é segurança nacional*** (*economic security is national security*)". Nesse contexto, ***instrumentos comerciais (tarifas, sanções, restrições tecnológicas e controles de investimento) passaram a ser utilizados como ferramentas de política de segurança***[10]***.***

As tarifas impostas pelo governo Trump ao Brasil, embora não sejam uma resposta direta a uma ameaça terrorista, podem ser analisadas dentro de uma estratégia mais ampla dos EUA voltada para a preservação de cadeias de suprimentos consideradas estratégicas; reduzir a dependência de concorrentes geopolíticos; manter a influência sobre países-chave no Hemisfério Ocidental; e limitar a expansão econômica e tecnológica da China na América Latina.

O Brasil é particularmente relevante porque é membro do BRICS; mantém uma parceria estratégica com a China; promove mecanismos financeiros alternativos ao dólar; e possui minerais críticos, recursos energéticos e uma base industrial significativa.

Nesse sentido, a política promovida pelos Estados Unidos e pelo Departamento de Estado implica maior pressão para alinhamento com o país do Norte. Isso não só tem implicações para a segurança, o combate ao terrorismo ou a esquerda, mas também significa que a política comercial está se entrelaçando com a política de segurança; o uso de sanções econômicas como instrumento diplomático está aumentando; o conceito de "aliado estratégico" está sendo redefinido pela incorporação de variáveis econômicas e tecnológicas; e implica uma redução na autonomia dos Estados latino-americanos.

No caso do Brasil, a tensão entre sua relação estratégica com a China e seus laços históricos com os Estados Unidos torna o país um ator central nessa disputa. Sob essa perspectiva, as tarifas podem ser vistas como instrumentos de pressão geoeconômica dentro da Estratégia de Contraterrorismo.

Analisaremos agora brevemente a realidade política e social em cada um dos principais países da região:

---

[9] A estratégia antiterrorista dos Estados Unidos pode ser consultada na íntegra em: 2026-USCT-Strategy-1.pdf

[10] Essa interpretação é consistente com as abordagens geoeconômicas e de securitização desenvolvidas por autores como Barry Buzan e Ole Wæver. Nessa perspectiva, questões originalmente econômicas — como tarifas — podem ser "***securitizadas***", ou seja, tratadas como questões de segurança nacional, ampliando o repertório de instrumentos que os Estados utilizam para proteger seus interesses estratégicos. Buzan, B., Wæver, O., & de Wilde, J. (1998). *Security: A New Framework for Analysis*. Lynne Rienner Publishers. Buzan, B., & Wæver, O. (2003). *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge University Press.

A Argentina perde a Copa do Mundo, mas a seleção nacional reafirma sua soberania sobre as Ilhas Malvinas

A Argentina foi o único país da América Latina a chegar à final da Copa do Mundo, mas, após uma derrota por 1 a 0, perdeu para a seleção espanhola. Embora a derrota tenha deixado um gosto amargo para os argentinos, muitos ficaram entusiasmados nas quartas de final, quando, após a vitória contra a Inglaterra, os jogadores desfraldaram uma faixa que dizia: ***"As Ilhas Malvinas são argentinas".***

Apesar dos alertas do governo Milei de que as questões de soberania sobre as ilhas não deveriam ser levadas ao conflito, a vitória da Argentina contra os britânicos despertou o nacionalismo e o sentimento em relação às Malvinas.

A Argentina tem sentido um enfraquecimento do apoio de um grupo significativo de países africanos à sua reivindicação de soberania sobre as Ilhas Malvinas, o que pode ter consequências políticas, diplomáticas e jurídicas.

Vale lembrar que o governo Milei, alinhando-se aos Estados Unidos e a Israel, foi um dos três únicos países a votar contra a resolução promovida por Gana e pela Comunidade Africana que classificava a escravidão africana como o "crime mais grave contra a humanidade". A proposta apresentada por Gana e pela Comunidade Africana recebeu o apoio da maioria dos Estados-membros; alguns, como Espanha, Portugal, Reino Unido e Holanda, optaram pela abstenção. No entanto, a decisão da Argentina de votar contra a classificação da escravidão como o crime mais grave contra a humanidade na história[11].

Em resposta à exibição da bandeira com os dizeres "As Ilhas Malvinas são argentinas" pelos jogadores argentinos, o presidente Milei diferenciou o gesto dos futebolistas da política externa do governo, afirmando que ambas as questões seguem caminhos distintos e que a Argentina continuará a defender sua soberania por meios diplomáticos[12].

Além das Malvinas, o Conselho Interuniversitário Nacional (CIN) tem reivindicado a importância de fortalecer a soberania nas áreas de ciência, tecnologia e produção e não flexibilizar as ações de promoção desses setores. Segundo o CIN, há um processo em curso de ***enfraquecimento das organizações estratégicas do sistema científico e tecnológico nacional e alertou para os riscos à soberania científica, tecnológica e produtiva da Argentina[13]***. Só para lembrar que o atual governo argentino tem cortado o orçamento das universidades argentinas e do sistema nacional de ciência e tecnologia, o que resultou em demissões e protestos nas ruas[14].

Na Bolívia, o governo perseguirá os líderes do bloqueio, incluindo Evo Morales.

---

[11] https://www.infobae.com/politica/2026/03/26/por-que-argentina-rechazo-en-la-onu-nombrar-la-trata-de-esclavos-africanos-como-el-crimen-mas-grave-de-la-humanidad/

[12] https://www.perfil.com/noticias/canal-e/javier-milei-hablo-sobre-la-bandera-de-malvinas-de-la-seleccion-y-reafirmo-el-reclamo-diplomatico.phtml

[13] https://www.cin.edu.ar/declaracion-del-comite-ejecutivo-del-cin-del-6-de-julio-de-2026/

[14] https://www.pagina12.com.ar/2026/07/02/para-los-cientificos-mas-ajuste-y-represion-2/

Na Bolívia, o governo, após promover um pacote de medidas econômicas que introduzem mudanças estratégicas, como o fornecimento de combustível, tarifas de importação, tarifas de eletricidade, o sistema de pensões por invalidez e a atividade de mineração[15], afirmou que irá perseguir os líderes do bloqueio, incluindo Evo Morales.

O Ministro do Governo, Marco Antonio Oviedo, assegurou que a prisão do líder da Federação Departamental Unificada de Trabalhadores Camponeses Túpac Katari de La Paz, Vicente Salazar, não será a única, mas atingirá todos aqueles que, na opinião das autoridades, tiveram responsabilidade nessas mobilizações, incluindo o ex-presidente Evo Morales[16]. A autoridade também instou o ex-presidente a comparecer perante os tribunais e afirmou que, além dos processos que enfrenta por um caso de alegado abuso infantil, ele deve responder por sua suposta participação nos bloqueios. O Ministério afirma que a investigação visa apurar as responsabilidades pelos danos causados durante os 53 dias de bloqueios, que, segundo o Executivo, afetaram o abastecimento de alimentos, combustíveis, medicamentos e o funcionamento normal de diversos serviços no país.

Por outro lado, o sistema judiciário boliviano concedeu prisão domiciliar ao ex-comandante do Exército Juan José Zúñiga, acusado do movimento militar de 26 de junho de 2024, que ocupou a Plaza Murillo e constituiu um "autogolpe de Estado"[17].

Lula acusa Trump de pirataria por cobrar pedágio no Estreito de Ormuz[18,19]

Lula argumentou que Washington "*não deveria cobrar*" pelo trânsito marítimo em uma hidrovia que permaneceu aberta à navegação antes de Trump "inventar" o conflito.

O presidente brasileiro acusou Donald Trump de pirataria por anunciar uma taxa de 20% sobre navios que cruzam o Estreito de Ormuz sob proteção militar dos EUA. Lula criticou duramente o anúncio de Trump de atuar como *"guardião do Estreito de Ormuz"* e exigir um reembolso de 20% sobre toda a carga transportada para cobrir custos de segurança: *"Isso costumava ser chamado de pirataria, não é?",* questionou o presidente. *"Um país importante como os EUA, que por muito tempo combateu a pirataria, não pode agora se tornar um pirata.*"

Ele classificou a medida como antidemocrática e anticivilizatória, acusando a Casa Branca de querer "*lucrar com a desgraça alheia*". Afirmou que Washington *"não deveria cobrar"* pelo trânsito marítimo em uma hidrovia que permanecia aberta à navegação antes de Trump *"inventar"* o conflito com o Irã.

Lula afirmou que o conflito no Oriente Médio já está tendo sérias consequências para a economia brasileira devido à alta dos preços internacionais do petróleo, que está elevando o custo do diesel e da gasolina e impactando o preço de produtos básicos. "*O preço da guerra está se refletindo no preço do feijão, do arroz...*" Menos de quatro meses antes das eleições

---

[15] https://larazon.bo/economia-y-empresa/2026/07/01/paquete-de-decretos-conozca-las-normas-que-aprobo-el-gobierno-para-la-economia-y-servicios/

[16] https://larazon.bo/nacional/2026/07/05/gobierno-dice-que-seguiran-tras-los-lideres-del-bloqueo-incluido-morales/

[17] https://larazon.bo/nacional/2026/07/13/zuniga-es-beneficiado-con-detencion-domiciliaria-tras-dos-anos-preso/

[18] https://www.telesurtv.net/lula-acusa-trump-pirateria-peaje-ormuz/

[19] https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2026/07/13/lula-trump-estreito-hormuz.htm

brasileiras, Lula defendeu as ações de seu governo para conter o aumento do custo de vida, como o imposto de 12% sobre as exportações de petróleo brasileiro, destinado a financiar medidas para mitigar a alta dos preços. O objetivo, explicou ele, é evitar "*que o preço do feijão suba por causa da guerra do Sr. Trump".*

O Estreito de Ormuz, por onde passa aproximadamente um quinto da produção mundial de petróleo bruto, foi fechado pelo Irã na semana passada, após a retomada do fogo cruzado no Oriente Médio, depois de um breve cessar-fogo. Em resposta, os EUA impuseram um bloqueio aos portos iranianos, intensificando um conflito que Lula descreveu como uma guerra "*inventada*" pelo governo republicano.

Em relação aos problemas do continente americano, o governo brasileiro doou 48 toneladas de leite em pó para crianças cubanas. Essa ajuda ocorre em meio ao endurecimento do embargo econômico, comercial e financeiro dos EUA contra Cuba, bem como às restrições ao fornecimento de combustível para a ilha[20].

O bloqueio econômico contra Cuba, que já dura quase sete décadas, foi intensificado no final de 2025, com restrições navais à Venezuela, principal fornecedora de petróleo para a ilha. Em janeiro de 2026, os Estados Unidos ampliaram as sanções, ameaçando punir quem comercializasse petróleo com Cuba, o que resultou em três meses sem abastecimento de combustível. Recentemente, novas sanções dos EUA atingiram setores como turismo, mineração e a estatal do petróleo cubana. Essas medidas têm provocado aumento de apagões, elevação nos preços de itens essenciais, redução do transporte público e diminuição da oferta de alimentos subsidiados[21].

Por fim, destacamos que o Supremo Tribunal Federal do Brasil negou autorização para a visita do presidente argentino Javier Milei ao ex-presidente Jair Bolsonaro na residência onde este se encontra em prisão domiciliar por tentativa de golpe[22].

Kast leva a agenda de combate ao crime para a cúpula do Mercosul.

O presidente chileno, José Antonio Kast, assinou acordos para fortalecer a cooperação bilateral no combate ao narcotráfico com os presidentes do Uruguai e do Paraguai [23]. Kast e Orsi reafirmaram seu compromisso de trabalhar juntos para enfrentar a ameaça do crime organizado transnacional e promover maior integração econômica na América Latina.

---

[20] http://www.cubadebate.cu/noticias/2026/07/14/brasil-envia-a-cuba-donativo-de-48-toneladas-de-leche-en-polvo/

[21] https://portalcambe.com.br/brasil-envia-leite-cuba-ajuda-humanitaria/

[22] O juiz Alexandre de Moraes proibiu todas as visitas ao ex-presidente por 30 dias como punição pela divulgação de uma carta política por meio de seu filho, Flávio, em violação a uma ordem judicial que o impede de se comunicar por meio de redes sociais, inclusive por terceiros. A proibição prevê apenas exceções para consultas médicas, sessões de fisioterapia e visitas de seus advogados. Bolsonaro, de 71 anos, cumpre pena de 27 anos de prisão por planejar um golpe de Estado em 2022 para impedir a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. https://www.pagina12.com.ar/2026/07/18/la-corte-suprema-brasilena-prohibio-que-milei-visite-a-jair-bolsonaro/ e Alexandre de Moraes é alvo de 52 pedidos de impeachment no Senado

[23] https://www.soychile.cl/Santiago/Politica/2026/07/01/956076/kast-orsi-chile-uruguay-cooperacion.html

O presidente chileno celebrou a adesão do Uruguai e do Paraguai ao "***Acordo de Santiago***", uma iniciativa promovida por seu Ministério das Relações Exteriores para coordenar o combate ao crime organizado em nível regional.

Kast também reconheceu que o Chile atravessa uma "*situação crítica em termos de desemprego e crescimento*" e elogiou a estabilidade do Uruguai: "*Queremos retornar a esse caminho de crescimento. Assim como o Chile foi um farol, queremos brilhar novamente, mas também devemos aprender com nossas nações irmãs que, mesmo com uma população muito menor, deixaram sua marca no mundo*."

Chile e Uruguai assinaram dois acordos entre seus respectivos Ministérios das Relações Exteriores, focados na cooperação entre escolas de diplomacia e no reconhecimento de assinaturas digitais. Além disso, Orsi anunciou que novos memorandos sobre segurança e infraestrutura serão assinados nos próximos meses.

O Presidente do Chile também assinou acordos do mesmo teor com o paraguaio, Santiago Peña, sobre questões econômicas e de combate ao crime transnacional durante sua participação na Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados.

Chile e Paraguai abordaram temas de interesse comum para o fortalecimento das relações políticas, econômicas e de segurança entre as duas nações[24]; o fortalecimento de um diálogo político e a cooperação estratégica em curso entre os dois países; a promoção da integração física e econômica do Cone Sul como pedra angular do desenvolvimento regional; Promoção de novas oportunidades de comércio e investimento, destacando o dinamismo do comércio bilateral e o papel do Chile como um dos principais investidores no Paraguai; a consolidação de um marco legal mais moderno e previsível para a atividade econômica por meio do acordo para evitar a dupla tributação e o fortalecimento do Acordo Bilateral de Comércio; Continuar promovendo o Corredor Rodoviário Bi-Oceânico como infraestrutura estratégica para conectar os oceanos Atlântico e Pacífico, gerar investimentos, fortalecer a logística e criar novas oportunidades de desenvolvimento para a região.

Além disso, ambos os chefes de Estado reafirmaram seu compromisso no fortalecimento da coordenação contra o crime organizado transnacional por meio do compartilhamento de informações e do trabalho conjunto entre as instituições relevantes; a promoção de ações coordenadas nas áreas de segurança, controle de fronteiras, migração, alfândega, inteligência e cooperação judiciária; o fortalecimento da cooperação na prevenção e no combate ao tráfico de pessoas e proporcionar maior proteção e assistência às vítimas. Aprofundar a cooperação bilateral em áreas como ciência, inovação, educação, cultura, turismo, esportes, assuntos consulares e migração, e manutenção de uma agenda de trabalho permanente que contribua para o desenvolvimento de ambos os países e o fortalecimento da integração regional.

[24] https://radio.uchile.cl/2026/07/01/chile-sella-alianza-con-paraguay-en-materia-tributaria-y-contra-la-trata-de-personas-en-gira-del-presidente-kast/

Na Colômbia, a ONU insta o governo eleito a acelerar a implementação do Acordo de Paz assinado em 2016[25]

Em seu relatório sobre a Missão de Verificação das Nações Unidas na Colômbia, que abrange o período entre 27 de março e 26 de junho de 2026, o Secretário-Geral António Guterres destacou o compromisso democrático dos colombianos durante as eleições presidenciais de 2026, ao mesmo tempo que apelou a uma transição governamental tranquila e cooperativa para proteger os progressos alcançados na implementação do Acordo de Paz Final[26].

Guterres destacou a resiliência das instituições colombianas e os níveis recordes de participação nas eleições que terminaram em 21 de junho com a eleição de Abelardo de La Espriella como Presidente da República, que assumirá o cargo em 7 de agosto. *"Uma transição tranquila e cooperativa entre governos ajudaria a preservar o progresso que a Colômbia alcançou sob o Acordo de Paz e a lançar as bases para enfrentar os desafios atuais"*, afirmou o Secretário-Geral.

"A transição para um novo governo está ocorrendo em um momento crítico para o processo de paz" completou Guterres e adicionou que "as áreas onde a violência é mais aguda são precisamente aquelas onde a implementação tem sido insuficiente. As políticas de segurança e as iniciativas de paz podem reforçar-se mutuamente de forma harmoniosa."

A ONU reconhece o progresso gradual na implementação do Acordo de Paz, mas alerta que esse progresso tem sido desigual entre as regiões. O relatório destaca a necessidade de superar desafios estruturais, fortalecer a presença institucional nos territórios mais afetados pelo conflito e melhorar a coordenação entre as entidades para que os benefícios das medidas acordadas cheguem efetivamente às comunidades.

Um dos pontos enfatizados pela organização é a situação dos mais de 11.000 ex-combatentes que ainda estão em processo de reintegração uma década após a assinatura do Acordo. A ONU considera essencial fortalecer as garantias de segurança e ampliar as oportunidades econômicas para consolidar sua transição para a vida civil.

Destacamos também que o vice-presidente eleito José Manuel Restrepo também se reuniu com o secretário de Estado dos EUA, Marco Rubio, para discutir a cooperação em segurança[27].

Rubio expressou o interesse do novo governo em que a Colômbia se junte à iniciativa Escudo das Américas, bem como em fortalecer a cooperação em questões de segurança, a erradicação de plantações ilícitas, a restauração da ordem e o fortalecimento das Forças Armadas, respeitando a soberania nacional.

As partes exploraram oportunidades para expandir o comércio bilateral entre Colômbia e Estados Unidos, atrair investimentos e promover o desenvolvimento econômico do país —

[25] https://caracol.com.co/2026/07/15/onu-ratifica-respaldo-a-la-paz-de-colombia-y-pide-una-transicion-de-gobierno-fluida-y-cooperativa/

[26] https://x.com/MisionONUCol

[27] https://www.larepublica.co/economia/jose-manuel-restrepo-se-reunira-con-marco-rubio-secretario-de-estado-de-ee-uu-en-washington-4436228

temas que fazem parte da agenda econômica que está sendo implementada pela equipe do presidente eleito em Washington.

Ao mesmo tempo, o presidente Petro convocou os cidadãos a participarem de uma mobilização nacional no dia 20 de julho em defesa das reformas sociais implementadas durante seu governo[28]. A convocação causou controvérsia porque, além de ser uma data patriótica, por ser o Dia da Independência, 20 de julho de 2026 é o dia em que o novo Congresso da República tomará posse para o período de 2026-2030[29].

Por fim, destacamos que o senador colombiano *Iván Cepeda acusou Abelardo de la Espriella de trair a soberania da Colômbia*. Em coletiva de imprensa, ele afirmou que o *presidente eleito está cedendo decisões estratégicas aos Estados Unidos antes mesmo de assumir o cargo, colocando em risco a soberania nacional* antes de tomar posse em 7 de agosto de 2026[30].

O congressista denunciou que o círculo político do futuro governo está entregando o controle da segurança nacional ao governo dos Estados Unidos e agindo contra os interesses do país. Ele afirmou que o líder de direita carecerá de legitimidade política e ética, apesar da posse formal.

Em El Salvador, o presidente Bukele defende a reeleição por tempo indeterminado.

O presidente de El Salvador, Nayib Bukele, defendeu na terça-feira a reeleição presidencial por tempo indeterminado e respondeu a perguntas da presidente do Escritório de Washington para Assuntos Latino-Americanos (WOLA), Carolina Jiménez Sandoval, que criticou a reforma constitucional que permite um novo mandato consecutivo[31].

Bukele respondeu na mesma plataforma e afirmou que "*Canadá, Reino Unido, Alemanha, Austrália, Nova Zelândia, Irlanda, Itália, Holanda, Bélgica, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Luxemburgo, Áustria, Suíça e Japão, entre muitos outros países, também o possuem*."

Segundo Bukele, "*simplesmente adicionar a palavra 'democracia' como adjetivo não torna automaticamente um sistema mais democrático*", visto que, nesses modelos, são os partidos políticos ou coligações que designam o líder.

"*Esse sistema pode funcionar bem ou mal. Pode ser extremamente bem-sucedido ou não. Isso seria outro debate. Mas, por definição, não é mais democrático do que a eleição direta do chefe de governo pelo povo, entendendo-se democracia em seu sentido essencial: o poder do povo*."

Bukele acrescentou que cada nação tem o direito de definir seu próprio sistema político e comparou o caso de El Salvador com o de outros países que mantêm monarquias hereditárias ou outras formas de governo. Ele também destacou que inúmeras constituições ao redor do

[28] https://x.com/petrogustavo

[29] https://www.colombia.com/actualidad/nacionales/gustavo-petro-invito-de-nuevo-a-movilizaciones-el-20-de-julio-592224

[30] https://www.radiopichincha.com/ivan-cepeda-espriella-traicion-soberania/

[31] https://efe.com/mundo/2026-07-15/el-salvador-bukele-defiende-reeleccion-indefinida/

mundo foram modificadas por meio de conflitos ou golpes de Estado, enquanto, segundo ele, em El Salvador as mudanças foram resultado de uma decisão tomada nas urnas.

"*Todos terão sua opinião. No final, os resultados determinarão se os salvadorenhos escolheram um bom caminho e, sobretudo, se escolhemos um caminho melhor do que o que trilhávamos antes. Que Deus os abençoe e espero que vocês também encontrem o seu caminho*."

O debate em torno da reeleição de Nayib Bukele[32] gira em torno de um conflito entre a legitimidade democrática derivada do apoio eleitoral e a legalidade constitucional, bem como a separação de poderes. O debate se intensificou porque Bukele, após garantir a indicação de seu partido, busca concorrer a um terceiro mandato consecutivo nas eleições de 2027, após as reformas constitucionais aprovadas em 2025.

O debate em torno de Bukele transcende a figura do presidente e levanta uma questão mais ampla: pode uma maioria democrática modificar as regras constitucionais[33] para permitir a permanência indefinida do mesmo líder no cargo, ou devem existir limites institucionais para preservar a alternância de poder? Esta é a questão central que atualmente divide juristas, cientistas políticos e organizações internacionais.

No Equador, organizações sociais estão se mobilizando junto ao Conselho Nacional Eleitoral para exigir a destituição do presidente Noboa

Membros da plataforma cidadã Revoca EC se reuniram hoje em frente ao Conselho Nacional Eleitoral (CNE) do Equador para exigir que o órgão dê prosseguimento ao processo de destituição do presidente Daniel Noboa.

Entoando slogans como "Revogação já" e "Fora Noboa", os manifestantes exigiram que a CNE cumprisse a determinação e entregasse os formulários para coletar as assinaturas necessárias, uma etapa essencial no processo de revogação, mecanismo estabelecido na Constituição.

O advogado Washington Andrade[34], um dos promotores da iniciativa jurídica que busca acelerar a saída de Noboa do poder, solicitou que o CNE tivesse acesso aos documentos apresentados pelo Executivo como parte de sua defesa, em um conjunto de 22 documentos. Atualmente, o Conselho Nacional Eleitoral (CNE) está analisando duas petições revogatórias contra o presidente Noboa e o presidente Pinto. Ambas as iniciativas alegam que o governo não cumpriu o plano apresentado durante a campanha.

No entanto, o governo sustenta que as petições carecem de fundamento legal e solicitou ao órgão eleitoral que as rejeite, argumentando que seus proponentes buscam utilizar esse mecanismo constitucional para desestabilizar o país.

---

[32] https://apnews.com/article/el-salvador-bukele-third-term-president-constitution-e558da522c8ddac7b7fe2508597bdf33

[33] https://efe.com/mundo/2026-05-14/constitucion-el-salvador-nayib-bukele

[34] https://x.com/Drwandradee

Por fim, o Presidente Noboa nomeou o *Dr. Juan Carlos Aveiga Parra como o oitavo Ministro da Saúde de seu governo*. A mudança ocorreu em um momento difícil em relação ao abastecimento de medicamentos no sistema público de saúde[35].

A ONU alerta para a "crise mais grave do Hemisfério Ocidental" no Haiti.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, alertou que o Haiti está "atravessando a crise mais grave do Hemisfério Ocidental" e a terceira mais grave a nível mundial, superada apenas pelos conflitos na Palestina e no Sudão, com 6,4 milhões de pessoas a necessitarem urgentemente de assistência humanitária[36], [37]. Em suas declarações, Guterres alertou que cerca de seis milhões de pessoas no Haiti enfrentam grave insegurança alimentar. "*Conversei com muitos homens, mulheres e crianças que fazem apenas uma refeição por dia*", disse ele. Ele denunciou que o número de crianças recrutadas por gangues triplicou, a ponto de "*um em cada dois membros de gangues ser menor de idade".*

"O Haiti não está pedindo caridade. O Haiti está pedindo ao mundo que cumpra sua palavra. E o Haiti não pode esperar. A maior vergonha não é a violência das gangues. A maior vergonha é a indiferença, a indiferença de um mundo que tem ignorado o problema por tempo demais", afirmou o Secretário-Geral e adicionou que "[...] devo dizer que, quando olho para as tropas que participam da Força de Repressão a Gangues, vejo chadianos, jamaicanos e veremos bengaleses; não vejo países desenvolvidos contribuindo. Acho que é hora dos países em desenvolvimento começarem a participar desse tipo de operação, porque é importante mostrar que todos nós importamos no mundo de hoje", finalizou Guterres.

No México, a presidenta Sheinbaum rejeita a ordem de Donald Trump para retomada das detenções de migrantes[38].

A presidenta Sheinbaum Pardo expressou sua discordância com a ordem do presidente Trump de restabelecer as detenções de imigrantes durante abordagens de trânsito, defendendo o respeito aos direitos humanos dos migrantes e a distinção entre indivíduos com antecedentes criminais e aqueles que enfrentam apenas uma infração administrativa relacionada ao seu status imigratório.

Em uma coletiva de imprensa, a presidenta foi questionada sobre a medida anunciada por Trump. "*Sabemos que não concordamos com isso"*, disse ela. Ela explicou que, se uma pessoa cometeu um crime, "*ela deve ser processada*", mas reiterou que o status imigratório irregular não deve ser criminalizado. "*Se houver uma pessoa que, por razões imigratórias e de acordo com a lei dos EUA, deva ser deportada, isso deve ser feito com respeito aos direitos humanos*", afirmou. Sheinbaum citou como exemplo aqueles que "*trabalham nos Estados Unidos há 30 anos*", alguns com emprego formal e outros sem documentos, para os quais exigiu "*respeito aos direitos humanos e cooperação com o país e com os Estados Unidos*".

---

[35] https://ecuadorcomunicacion.com/daniel-noboa-cambia-la-direccion-del-ministerio-de-salud-y-nombra-a-juan-carlos-aveiga-como-nuevo-titular

[36] https://www.telesurtv.net/onu-advierte-crisis-severa-en-haiti/

[37] https://www.gazettehaiti.com/index.php/node/13906#google_vignette

[38] https://www.jornada.com.mx/noticia/2026/07/16/politica/sheinbaum-rechaza-orden-de-trump-de-reanudar-redadas-contra-migrantes

Em relação ao relatório do Departamento de Segurança Interna dos EUA sobre a morte, na terça-feira, de um mexicano durante uma operação de imigração, após ter sido – segundo a versão oficial – atropelado por um caminhão enquanto tentava fugir; Sheinbaum confirmou aos agentes que a vítima foi identificada, embora não tenha fornecido mais detalhes: "*Sim, ele foi identificado"*, comentou, acrescentando que a equipe consular mexicana está em contato com a família.

Questionada sobre as declarações feitas ontem pelo embaixador do México em Washington, Roberto Lazzeri Montaño, que indicou que Sheinbaum não conversou com Trump sobre as denúncias apresentadas pelo México a respeito das mortes de mexicanos sob custódia do Serviço de Imigração e Alfândega (ICE), a prefeita confirmou: "*Diretamente com o presidente Trump, mas não recentemente*". Ela especificou que o Ministro das Relações Exteriores, Roberto Velasco Álvarez, conversou com o embaixador dos EUA no México, Ronald Johnson, e com funcionários do Departamento de Estado, a quem, segundo ela, manteve informado sobre as ações legais tomadas pelo governo mexicano e suas razões.

Sheinbaum indicou que a questão dos cidadãos mexicanos nos Estados Unidos fará parte de suas próximas conversas com Trump, "*quando conversarmos*", e lembrou que já abordou o assunto "*diversas vezes*" com o presidente americano.

Panamá: Os efeitos do fechamento do Estreito de Ormuz estão sendo sentidos em toda a região[39].

Em função desse conflito fora da região, o Canal do Panamá registrou um aumento na demanda de trânsito, chegando a quase 40 travessias por dia. O número de navios que transportam combustível e gás natural liquefeito aumentou consideravelmente, intensificando as disputas geopolíticas entre a China e os Estados Unidos em relação ao canal.

Além disso, o preço das travessias pelo canal quase triplicou, passando de uma média de US$ 135.000 a US$ 140.000 antes da construção do Estreito de Ormuz para US$ 385.000 a US$ 425.000 atualmente.

Embora os efeitos do conflito no Irã estejam tendo um impacto positivo no Panamá e em seu canal, nem tudo são boas notícias. O canal é vulnerável às mudanças climáticas e suas eclusas dependem de lagos e padrões de chuva que as abastecem. Uma seca severa em 2023-24 forçou as autoridades panamenhas a reduzir o trânsito para apenas 18 navios naquele período. O fenômeno El Niño é outro fator importante que afeta a atividade do canal.

O reservatório do Rio Indio é um projeto que o Panamá planeja construir para garantir o abastecimento de água do canal. A rivalidade geopolítica entre a China e os Estados Unidos, juntamente com as preocupações de Trump com a segurança da cadeia de suprimentos, priorizou o Canal do Panamá sob a "Doutrina Donroe". A presença de empresas chinesas em concessões relacionadas ao canal aumentou nos últimos anos, e o governo Trump pressionou o Panamá para interromper essas concessões e abandonar a Iniciativa de Zonas de Livre Comércio, que incentivava o investimento chinês em infraestrutura.

---

[39] "*The Panama Canal The Americas' chokepoint*". Publicado em The Economist. July 18th 2026 23. The Americas. Págs.: 23-24. Disponível em: https://www.economist.com/the-americas/2026/07/16/the-panama-canal-is-growing-more-important

O alinhamento do atual governo panamenho com os Estados Unidos provocou medidas retaliatórias da China, que deteve embarcações com bandeira panamenha em portos chineses.

No Peru, a Junta Nacional Eleitoral entrega a Keiko Fujimori as credenciais oficiais de presidente eleita para o mandato de 2026-2031.

A presidente eleita Keiko Fujimori[40] afirmou que seu governo marcará o início de uma nova era para o país, caracterizada por progresso, paz e a verdadeira inclusão dos peruanos que historicamente foram marginalizados e esquecidos. *"Estamos iniciando uma nova era, um novo rumo que deve ser marcado por progresso, paz, reconciliação entre os peruanos, restauração da confiança em nossas instituições e a verdadeira inclusão de todos os peruanos*", declarou.

"*Governaremos viajando por todo o Peru, ouvindo seu povo e garantindo que os compromissos sejam cumpridos; porque um governo não é medido pelo número de anúncios, mas pelas soluções que apresenta. Cada estrada concluída, cada escola reconstruída, cada hospital em funcionamento, cada família com acesso à água e cada jovem que encontra uma oportunidade de estudar ou trabalhar serão nossos indicadores*."

A presidenta eleita fez um apelo à união: "*Este é um apelo para reconhecermos que todos temos um papel a desempenhar e que a pluralidade de ideias bem canalizadas pode se tornar a nossa maior força. Pensar diferente não nos torna inimigos*." "*Apelo a todas as forças políticas democráticas, governos regionais, governos locais, setor privado, trabalhadores, empresários, academia, organizações sociais e a todos os cidadãos que desejam contribuir, para que se unam com maturidade e convicção*."

"Nosso governo será composto por mulheres e homens de reconhecida capacidade técnica, experiência e vocação para o serviço público, independentemente de sua filiação política, porque o país precisa de um gabinete que saiba tomar decisões, que aja com rigor técnico e que entenda que servir ao Estado é uma das maiores honras que um cidadão pode receber."

Enquanto isso, o ex-candidato presidencial ***Roberto Sanchez*** pediu a Keiko Fujimori que concedesse o indulto ao ex-presidente Pedro Castillo[41].

[40] https://elperuano.pe/noticia/300370-keiko-fujimori-recibe-credenciales-y-llama-a-la-unidad-por-el-pais

[41] https://www.exitosanoticias.pe/politica/roberto-sanchez-pidio-keiko-fujimori-disculpe-sur-pais-indulte-pedro-castillo-n179664

Lançamento da ESP/INS em Moçambique e atualizações sobre o surto de Ebola na RDC e Uganda

Lanzamiento de la ESP/INS en Mozambique y Actualizaciones sobre el Brote de Ébola en la RDC y Uganda

Launch of ESP/INS in Mozambique and Updates on the Ebola Outbreak in DRC and Uganda

Augusto Paulo Silva, Manuel Mahoche, Tomé Cá, Valery Martinez Jean e Felix Rosenberg

Resumo: Em 13 de julho, a Escola de Saúde Pública do INS de Moçambique (ESP/INS) foi lançada em Maputo, com a presença de autoridades moçambicanas e brasileiras, incluindo representantes da Fiocruz. A instituição visa ampliar a qualificação de recursos humanos e fortalecer o sistema de saúde, alinhando-se ao Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP e à designação do INS como Centro de Excelência do CDC África. A escola ofertará cursos de curta duração e programas de pós-graduação em áreas estratégicas, apostando na transformação digital para alcançar profissionais em diversas regiões do país. Simultaneamente, noutra parte do continente, a situação epidemiológica do Ebola na República Democrática do Congo deteriorou-se, expandindo-se geograficamente para cinco Províncias, com o registro de 339 novos casos e 198 mortes no período. A taxa de letalidade atingiu 36,6%, indicando busca tardia por cuidados e alta mortalidade comunitária. A transmissão recente concentra-se na província de Ituri. O rastreamento de contatos permanece abaixo das metas operacionais. Uganda não registrou novos casos e aproxima-se da declaração de fim do surto, embora mantenha vigilância devido ao alto risco de reintrodução transfronteiriça. A resposta internacional, liderada pela OMS e parceiros, envolve o envio de suprimentos, ampliação de leitos, descentralização laboratorial, início do ensaio clínico PARTNERS e fortalecimento da triagem em pontos de entrada, enfrentando desafios como resistência comunitária, insegurança e restrições operacionais.

Palavras-chave: Saúde Pública; Cooperação Internacional; Ébola; Vigilância Epidemiológica; Recursos Humanos.

Resumen: *El 13 de julio se inauguró en Maputo la Escuela de Salud Pública del INS de Mozambique (ESP/INS), con la asistencia de autoridades mozambiqueñas y brasileñas, incluidos representantes de la Fiocruz. La institución busca ampliar la capacitación de recursos humanos y fortalecer el sistema de salud, alineándose con el Plan Estratégico de Cooperación en Salud de la CPLP y la designación del INS como Centro de Excelencia del CDC África. La escuela ofrecerá cursos cortos y programas de posgrado en áreas estratégicas, apostando por la transformación digital para llegar a profesionales de diversas regiones del país. Simultáneamente, la situación epidemiológica del Ébola (virus Bundibugyo) en la República Democrática del Congo se deterioró, expandiéndose geográficamente a cinco provincias, con 339 nuevos casos y 198 muertes registradas en el período. La tasa de letalidad alcanzó el 36,6%, lo que indica una búsqueda tardía de atención y una alta mortalidad comunitaria. La transmisión reciente se concentra en la*

provincia de Ituri. El rastreo de contactos sigue estando por debajo de los objetivos operativos. Uganda no registró nuevos casos y se acerca a la declaración del fin del brote, aunque mantiene la vigilancia debido al alto riesgo de reintroducción transfronteriza. La respuesta internacional, liderada por la OMS y sus socios, incluye el envío de suministros, la expansión de camas, la descentralización de laboratorios, el inicio del ensayo clínico PARTNERS y el refuerzo del tamizaje en los puntos de entrada, enfrentando desafíos como la resistencia comunitaria, la inseguridad y las limitaciones operativas.

Palabras clave: *Salud Pública; Cooperación Internacional; Ébola; Vigilancia Epidemiológica; Recursos Humanos.*

Abstract: *On July 13, the Public Health School of the INS of Mozambique (ESP/INS) was launched in Maputo, attended by Mozambican and Brazilian authorities, including representatives from Fiocruz. The institution aims to expand human resources qualification and strengthen the health system, aligning with the CPLP Strategic Plan for Cooperation in Health and the INS's designation as an Africa CDC Center of Excellence. The school will offer short courses and postgraduate programs in strategic areas, leveraging digital transformation to reach professionals across different regions of the country. Simultaneously, the epidemiological situation of Ebola (Bundibugyo virus) in the Democratic Republic of the Congo deteriorated, expanding geographically to five provinces, with 339 new cases and 198 deaths recorded during the period. The case fatality rate reached 36.6%, indicating late care-seeking and high community mortality. Recent transmission is concentrated in Ituri province. Contact tracing remains below operational targets. Uganda recorded no new cases and is approaching the declaration of the end of the outbreak, although it maintains surveillance due to the high risk of cross-border reintroduction. The international response, led by the WHO and partners, involves sending supplies, expanding beds, decentralizing laboratories, launching the PARTNERS clinical trial, and strengthening screening at entry points, while facing challenges such as community resistance, insecurity, and operational constraints.*

Keywords: *Public Health; International Cooperation; Ebola; Epidemiological Surveillance; Human Resources.*

Lançamento da Escola de Saúde Pública do INS de Moçambique

No dia 13 de julho, autoridades dos governos de Moçambique e do Brasil, representantes de organismos internacionais, instituições de ensino e pesquisa e parceiros de cooperação internacional em saúde assistiram, em Maputo, ao lançamento da Escola de Saúde Pública do INS de Moçambique (ESP/INS). A delegação do Brasil foi chefiada pelo seu Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e dela fizeram parte a Embaixada brasileira, a ABC, a AISA, a Fiocruz e os HU Brasil.

A criação da Escola de Saúde Pública integra os esforços do Governo de Moçambique para ampliar a qualificação de recursos humanos em saúde e fortalecer a capacidade institucional do país. A iniciativa está alinhada aos compromissos do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (PECS-CPLP) e à recente designação do Instituto Nacional de Saúde (INS) de Moçambique como Centro de Excelência do CDC África para a formação em saúde pública dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP).

A Escola de Saúde Pública do Instituto Nacional de Saúde foi criada com o objetivo de acelerar a formação especializada e pós-graduada de profissionais de saúde em diversas áreas, em parceria com instituições de ensino superior nacionais e internacionais como a Fiocruz.

A instituição vai disponibilizar cursos de curta duração em saúde pública e áreas afins, bem como programas de mestrado e doutoramento em áreas consideradas estratégicas, incluindo Sistemas de Saúde, Ciências de Saúde, Saúde Digital, Economia de Saúde, Clima e Saúde e Educação Profissional em Saúde.

Durante a cerimónia de lançamento da instituição e em nome do Presidente de Moçambique, a Primeira-Ministra, Maria Benvinda Delfina Levi, afirmou: “Uma resposta eficiente e eficaz aos desafios contemporâneos de saúde pública exige uma força de trabalho técnica e cientificamente habilitada”. Acrescentou que a instituição “exige profissionais permanentemente atualizados, capazes de analisar evidências, liderar equipas e transformar conhecimento em soluções aplicáveis às comunidades”.

Segundo Levi, a criação da Escola representa uma conquista relevante para Moçambique e constitui uma aposta estratégica no desenvolvimento do capital humano, num momento em que o país enfrenta mudanças profundas no perfil das doenças, na dinâmica populacional e na evolução tecnológica do sector da saúde. A Primeira-Ministra explicou que Moçambique vive uma rápida transição epidemiológica, caracterizada pelo aumento do peso das doenças crónicas não transmissíveis e do trauma, num contexto em que as doenças infecciosas continuam a representar um importante desafio para o Sistema Nacional de Saúde (SNS).

“Estas transformações epidemiológicas e demográficas têm um impacto profundo no nosso Sistema Nacional de Saúde. Exigem maior capacidade de previsão, planeamento e resposta. Exigem profissionais preparados para compreender realidades complexas e agir com rigor, rapidez e sensibilidade social”, disse.

Para Levi, a resposta aos desafios atuais da saúde pública passa pela existência de quadros altamente qualificados, capazes de produzir e utilizar conhecimento científico na definição de políticas, gestão dos serviços e melhoria dos cuidados prestados às populações.

Segundo a Primeira-Ministra, estas áreas permitirão formar profissionais capazes de “planear, prevenir, inovar e decidir com base em evidência científica”, respondendo diretamente aos desafios que afetam o sector. Levi destacou, igualmente, a aposta da Escola na transformação digital. Explicou que a instituição dispõe de laboratórios e equipamentos digitais que permitirão realizar formação virtual e alcançar profissionais que trabalham em diferentes regiões do país. “A transformação digital deve ser uma ferramenta para aproximar os serviços dos cidadãos, melhorar as decisões e reduzir desigualdades e nunca uma nova barreira para quem mais precisa”, afirmou. A Primeira-Ministra disse que a nova instituição pretende afirmar-se como um centro de excelência, investigação, debate e inovação, onde o conhecimento produzido responda a problemas reais e contribua para melhorar a qualidade de vida da população.

“Pretendemos que seja um centro de investigação, de debate e de inovação. Um lugar onde o conhecimento produzido responda a problemas reais e contribua para melhorar a qualidade de vida da nossa população”, sublinhou.

Para Levi, este reconhecimento "honra Moçambique" e reforça a responsabilidade do país em assegurar uma formação de qualidade e contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde dos países africanos de língua portuguesa. A Primeira-Ministra reconheceu o papel da cooperação internacional na concretização da Escola, destacando o apoio técnico do Governo brasileiro, através da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), bem como a contribuição de parceiros como as Nações Unidas, Fundo Global, Banco Mundial, Cooperação Espanhola e Governo dos Estados Unidos da América.

Segundo Levi, a criação da Escola demonstra que "uma visão clara, acompanhada de parceria e perseverança, pode tornar-se uma instituição ao serviço do país".

Na sua intervenção durante a cerimónia, o Presidente da Fiocruz, Mário Moreira, afirmou que "a cooperação com Moçambique, para além de uma cooperação técnica, é para o desenvolvimento de ambos os países. Acreditamos firmemente que este tipo de cooperação, numa perspectiva de justiça social, permite às pessoas terem acesso à melhor saúde possível". Moreira acrescentou que "a escola já nasce contemporânea, antenada com os grandes desafios de saúde pública que estão colocados em escala global, em escala do continente africano, em escala de Moçambique, e se apoia fortemente em tecnologias digitais".

A delegação do Brasil foi testemunha da assinatura de Memorandos de Entendimento (MoU) entre o Instituto Nacional de Saúde de Moçambique e instituições parceiras nas áreas de transformação digital, pesquisa e formação em saúde.

Devido à cooperação histórica da Fiocruz com o Governo de Moçambique, o Presidente da Fiocruz, a Vice-Presidente de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Marly Cruz, a Vice-Presidente Adjunta de Educação, Informação e Comunicação da Fiocruz, Eduarda Cesse, o Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/Fiocruz), Marco Menezes, foram homenageados pelo Governo moçambicano com **Diplomas de Reconhecimento**. As seguintes individualidades da Fiocruz também foram homenageadas, em reconhecimento a suas contribuições: Alda Cruz, Wilson Savino, Félix Rosenberg, Paulo Buss, Nisia Trindade, Renato Porozzi, Milton Moraes (a título póstumo), Christiani Vieira Machado e Augusto Paulo Silva.

A Fiocruz participou de uma mesa-redonda "*Construindo sistemas de saúde resilientes e sustentáveis rumo ao alcance das metas de cobertura universal de saúde através do desenvolvimento da força de trabalho: experiências, inovações e tendências*". O evento reuniu representantes de instituições de Moçambique, Portugal e da Universidade das Nações Unidas para discutir estratégias de formação de profissionais, fortalecimento institucional e inovação na educação em saúde.

Ebola – atualizações

República Democrática do Congo (RDC)

Desde a última atualização de 5 de julho de 2026 (Relatório de Situação #8), a situação epidemiológica na República Democrática do Congo deteriorou-se ainda mais, com uma transmissão sustentada e uma contínua expansão geográfica (Relatório de Situação #9, de 12 de julho). Foram notificados e confirmados mais de 339 casos e 198 mortes, o que representa um aumento de 20,9% e 38,0% nos casos confirmados e mortes acumuladas, respetivamente. A taxa de letalidade bruta entre os casos confirmados aumentou de 32,1% para 36,6%, refletindo provavelmente uma deteção tardia dos casos, a procura tardia de cuidados médicos e a proporção persistentemente elevada de mortes que ocorrem na comunidade, e não um

aumento da gravidade da doença. A propagação geográfica também continuou durante o período do relatório, com o surto a expandir-se de três para cinco Províncias afetadas após a confirmação de casos nas províncias de Haut-Uélé e Tshopo. O número de zonas de saúde afetadas aumentou de 36 para 42, com Wamba (Província de Haut-Uélé), Ariwara e Boga (Província de Ituri), Lubunga, Makiso-Kisangani e Mangobo (Província de Tshopo) a notificarem os seus primeiros casos confirmados.

Os casos confirmados notificados diariamente continuaram a aumentar ao longo do surto, embora se observe uma variabilidade diária substancial. Um modelo log-linear ajustado aos dados de incidência diária estima uma taxa média de crescimento diário de 2,3% (IC 95% 2,0% – 2,5%), indicando que o surto continua a expandir-se e que a transmissão permanece acima do limiar necessário para uma expansão epidémica sustentada.

Apesar desta expansão geográfica contínua, a transmissão recente permanece concentrada em um subconjunto de áreas afetadas. Das 42 zonas de saúde afetadas, 33 notificaram pelo menos um caso confirmado nos últimos 21 dias. Durante este período, foram registados 869 casos confirmados e 441 mortes confirmadas. A província de Ituri continua a carregar o maior fardo do surto, respondendo por 775 casos (89,2%) e 382 mortes (86,6%), enquanto as outras quatro províncias afetadas notificaram, juntas, 94 casos (10,8%) e 59 mortes (13,4%). Em contrapartida, nove zonas de saúde anteriormente afetadas ultrapassaram agora 21 dias consecutivos sem notificar nenhum caso confirmado, o que sugere a ausência de transmissão recente enquanto se mantém uma vigilância reforçada. Estas incluem Miti-Murhesa (53 dias) na província de Kivu do Sul; Aru (38 dias), Aungba (23 dias) e Gety (52 dias) na província de Ituri; e Goma (48 dias), Kalunguta (49 dias), Mabalako (29 dias), Oicha (26 dias) e Vuhovi (31 dias) na província de Kivu do Norte.

Os níveis mais elevados de transmissão recente foram registados em Bunia (207 casos), Rwampara (159), Mongbwalu (92) e Nizi (80), na província de Ituri, reafirmando o corredor de transmissão Bunia–Rwampara–Mongbwalu e destacando Nizi como um ponto crítico cada vez mais importante. A transmissão também se intensificou em Mangala (36 casos) e Nia-Nia (33), servindo esta última como a fonte epidemiológica para as províncias recentemente afetadas de Haut-Uélé e Tshopo. Na província de Kivu do Norte, Katwa (39 casos) continuou a ser o principal ponto crítico, seguida por Butembo (16) e Beni (10). Coletivamente, estas zonas de saúde representaram 77,3% de todos os casos confirmados notificados nos últimos 21 dias.

Um padrão semelhante foi observado na mortalidade. Bunia registou o maior número de mortes confirmadas (108), seguida por Mongbwalu (71), Rwampara (52), Nizi (30), Katwa (28), Mangala (23), Nyankunde (14), Lita (13), Nia-Nia (11), Beni (8) e Butembo (7). Juntas, estas zonas de saúde representaram 365 (82,8%) das 441 mortes confirmadas notificadas no mesmo período.

A confirmação de casos nas províncias de Haut-Uélé e Tshopo marca uma expansão geográfica significativa do surto para além do seu foco original em Ituri e Kivu do Norte. Embora tenham sido notificados relativamente poucos casos nestas províncias recentemente afetadas, a deteção de casos em três zonas de saúde em Tshopo, incluindo Makiso-Kisangani na capital provincial, gera preocupação devido à sua grande população urbana e ao seu papel como um importante centro de transportes que liga o nordeste da República Democrática do Congo a outras partes do país. Investigações epidemiológicas indicam que os casos em Tshopo e Haut-Uélé estão associados à transmissão com origem na zona de saúde de Nia-Nia, em Ituri,

sugerindo a extensão geográfica de uma cadeia de transmissão existente, em vez do surgimento de focos independentes do surto. A confirmação recente do primeiro caso na zona de saúde de Ariwara representa uma nova expansão do surto para norte, em direção às fronteiras com o Sudão do Sul e o Uganda, aumentando o potencial de propagação transfronteiriça através do movimento frequente de populações e do comércio.

A expansão da pegada geográfica do surto também continuou a colocar riscos além das comunidades afetadas. Durante o período do relatório, um trabalhador humanitário dos Estados Unidos, infetado com a doença pelo vírus Bundibugyo enquanto trabalhava na República Democrática do Congo, foi retirado por motivos médicos para uma unidade de isolamento especializada de alto nível no Hospital Universitário de Frankfurt, na Alemanha. O paciente, um funcionário da área de logística de uma organização humanitária que apoia a resposta ao Ébola em Bunia, na província de Ituri, encontrava-se em estado estável após o diagnóstico e tratamento precoces. O caso destaca o risco ocupacional contínuo enfrentado pelo pessoal humanitário na linha da frente que responde ao surto.

Desde o início do surto, a República Democrática do Congo notificou 1963 casos confirmados, incluindo 719 mortes confirmadas (taxa de letalidade de 36,6%). A província de Ituri continua a ser o epicentro do surto, representando 90,3% (1.772) de todos os casos confirmados e 84,6% (608) de todas as mortes notificadas a nível nacional. As zonas de saúde mais afetadas continuam a ser Bunia (503 casos, 156 mortes), Rwampara (384 casos, 89 mortes), Mongbwalu (329 casos, 171 mortes), Nizi (110 casos, 36 mortes), Nyankunde (97 casos, 23 mortes), Mangala (50 casos, 29 mortes) e Lita (45 casos, 19 mortes), todas localizadas na província de Ituri, juntamente com Katwa (71 casos, 47 mortes), Butembo (44 casos, 20 mortes) e Beni (30 casos, 20 mortes) na província de Kivu do Norte. Coletivamente, estas zonas de saúde representam aproximadamente 84,7% de todos os casos confirmados e 84,8% de todas as mortes confirmadas notificadas a nível nacional. A investigação de 430 mortes confirmadas até 5 de julho de 2026 mostrou que 397 (92,3%) ocorreram na comunidade ou antes da admissão numa unidade de tratamento, destacando atrasos persistentes na deteção de casos, encaminhamento, isolamento e acesso a cuidados clínicos. Apenas 33 mortes (7,7%) ocorreram após a admissão dos pacientes em centros de tratamento ou unidades de saúde. Durante o atual período de relatório, foram notificadas 205 mortes confirmadas adicionais, incluindo 139 (67,8%) mortes na comunidade e 66 (32,2%) mortes entre pacientes admitidos em unidades de tratamento, o que indica que a procura tardia de cuidados de saúde continua a contribuir substancialmente para a mortalidade.

Até 12 de julho, um total de 12.370 contatos estavam sob acompanhamento, dos quais 10.156 (81,5%) foram vistos com sucesso nas 24 horas anteriores. A província de Ituri representou a maioria dos contatos sob acompanhamento, com 9.866 contatos, incluindo 7.830 (79,4%) vistos com sucesso durante o período de relatório. Em Kivu do Norte, 2.152 de 2.377 contatos (90,5%) foram acompanhados com sucesso, enquanto todos os contatos em Kivu do Sul tinham concluído o período de monitorização obrigatório de 21 dias. Não foram notificados dados de acompanhamento de contatos para as províncias recentemente afetadas de Haut-Uélé e Tshopo. A taxa global de acompanhamento permanece abaixo da meta operacional para o rastreio eficaz de contatos. A disparidade acentuada entre as províncias é particularmente preocupante. Enquanto Kivu do Norte alcançou uma taxa de acompanhamento superior a 90%, Ituri, o epicentro do surto e local de residência de mais de 80% dos contatos sob acompanhamento, atingiu apenas 79,4%. Isto deixa diariamente por alcançar um número

substancial de contatos no cenário de maior transmissão, aumentando o risco de infeções não detectadas e de transmissão comunitária contínua.

Uganda

Nenhum novo caso confirmado foi registrado em Uganda desde a última atualização. O caso confirmado mais recente, notificado em 21 de junho de 2026, foi identificado em um caminhoneiro que trafegava pela rota internacional entre a República Democrática do Congo e Uganda. Desde então, nenhum outro caso (importado ou contraído localmente) foi detectado, e não há evidências de transmissão ativa.

Até 12 de julho de 2026, o surto permanecia limitado a 21 casos (20 confirmados e um provável), incluindo três óbitos (dois confirmados e um provável). Dezessete pacientes se recuperaram e receberam alta, restando apenas um paciente confirmado atualmente internado em uma unidade de tratamento. Desde o início do surto, foram identificados 836 contatos. Todos concluíram com sucesso o período obrigatório de 21 dias de acompanhamento, com 6 casos secundários detectados, o que indica que as cadeias de transmissão conhecidas foram efetivamente contidas.

Sem novos casos confirmados registrados desde 21 de junho de 2026 e com apenas um paciente ainda sob cuidados clínicos, Uganda se aproxima da fase final de sua resposta ao surto. De acordo com os critérios estabelecidos para resposta a surtos, o período de 42 dias necessário para a declaração oficial do fim do surto começará a contar a partir da recuperação e da alta do último caso confirmado, desde que nenhum novo caso seja detectado nesse intervalo.

Apesar do cenário favorável, Uganda continua sob alto risco de reintrodução devido ao surto em curso na vizinha República Democrática do Congo. O fluxo contínuo de pessoas pela fronteira compartilhada exige que se mantenham ativos o compartilhamento transfronteiriço de informações, a detecção rápida de novos casos e a prontidão de resposta até que a transmissão seja totalmente interrompida em ambos os países.

França

Nenhum caso adicional de doença pelo vírus Bundibugyo (DVB) foi registrado na França desde a última atualização. Nenhuma transmissão secundária foi identificada entre os cinco contatos do voo que foram colocados em quarentena preventiva após a exposição ao caso importado notificado em 24 de junho de 2026. A liberação oficial do acompanhamento desses contatos ainda não havia sido anunciada até o momento da publicação deste relatório.

Avaliação de Risco

O risco geral para a saúde pública na República Democrática do Congo continua sendo muito alto, impulsionado pela transmissão contínua, pelo aumento da mortalidade e pela contínua expansão geográfica de três para cinco províncias afetadas. Embora a transmissão permaneça concentrada na província de Ituri, o surgimento de novas zonas de saúde afetadas em Haut-Uélé e Tshopo destaca o potencial contínuo de propagação para áreas anteriormente não afetadas.

O aumento da taxa de letalidade bruta e a alta proporção de mortes na comunidade continuam a indicar atrasos na detecção de casos, no isolamento e no acesso ao atendimento clínico. O rastreamento de contatos permanece abaixo da meta operacional, particularmente

na província de Ituri, onde o desempenho do acompanhamento é substancialmente menor do que em Kivu do Norte, apesar de concentrar a maior parte da transmissão em curso.

Uganda continua sob alto risco de reintrodução devido ao surto em andamento na vizinha República Democrática do Congo, apesar de não ter registrado novos casos durante o período deste relatório. A ausência de transmissão secundária após o caso importado na França demonstra a eficácia das medidas rápidas de saúde pública, mas também reforça o risco contínuo de propagação internacional por meio de viagens.

Resposta de saúde pública

Coordenação

• A Equipe de Apoio ao Gerenciamento de Incidentes de DVB do Continente (IMST, na sigla em inglês) continuou a coordenar as operações de resposta na República Democrática do Congo e em Uganda, além de apoiar as atividades de preparação em mais 11 países de alto risco sob a estrutura de "Um Plano, Um Sistema, Um Relatório".

• Na República Democrática do Congo, a liderança e a coordenação governamentais de alto nível foram reforçadas durante o período deste relatório. O Ministro da Saúde Pública convocou reuniões de coordenação com autoridades nacionais e provinciais, a OMS e parceiros técnicos e financeiros para analisar a evolução da situação epidemiológica e as prioridades de resposta, incluindo a expansão do surto para as províncias de Tshopo e Haut-Uélé.

• As operações de resposta foram expandidas rapidamente para as províncias recém-afetadas, onde pilares de resposta multissetoriais foram estabelecidos e fortalecidos para apoiar a detecção precoce, a vigilância, o manejo de casos e a contenção rápida da transmissão emergente. A coordenação de campo e a supervisão operacional foram reforçadas por meio de missões de avaliação conjunta da Equipe Nacional de Gerenciamento de Incidentes e da OMS, juntamente com a contínua harmonização dos dados epidemiológicos entre Ituri, Tshopo e Haut-Uélé para apoiar tomadas de decisão coordenadas.

• Os Sistemas Nacionais de Gerenciamento de Incidentes na República Democrática do Congo e em Uganda continuaram a receber apoio operacional da OMS; dos Centros Africanos de Controle e Prevenção de Doenças (África CDC); do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); da Organização Internacional para as Migrações (OIM); do Médicos Sem Fronteiras (MSF); da Aliança para a Ação Médica Internacional (ALIMA); do Corpo Médico Internacional (IMC); da Samaritan's Purse; da União Europeia (UE); da Rede Global de Alerta e Resposta a Surtos (GOARN); de Equipes Médicas de Emergência (EMTs); do Cluster de Saúde; e de outros parceiros por meio de assistência técnica, envio de especialistas, capacidade de reforço e operações de campo.

Apoio operacional e logística

• A aquisição e o envio de suprimentos essenciais de resposta continuaram a se expandir durante o período deste relatório. O canal total de suprimentos de emergência aumentou para aproximadamente US$ 9,37 milhões, em comparação com cerca de US$ 9,19 milhões anteriormente. Desse montante, US$ 2,59 milhões (28%) haviam sido entregues, US$ 3,54 milhões (38%) estavam em trânsito e US$ 3,24 milhões (35%) permaneciam em processo de aquisição.

• O valor dos suprimentos entregues aumentou substancialmente, passando de aproximadamente US$ 1,92 milhão para US$ 2,59 milhão, enquanto a carga entregue subiu para cerca de 232 toneladas métricas e 1.333 metros cúbicos, fortalecendo o apoio às operações de resposta nos centros de Ituri e Kivu do Norte.

• Insumos essenciais continuaram a chegar às áreas afetadas, incluindo equipamentos de proteção individual, diagnósticos laboratoriais e insumos para PCR, equipamentos médicos, medicamentos, leitos hospitalares, tendas, termômetros infravermelhos, lençóis descartáveis para pacientes, luvas, aventais e macacões de proteção. Os insumos laboratoriais e de prevenção e controle de infecções (IPC) representaram a maior parcela dos suprimentos entregues.

• A atividade da cadeia de suprimentos permaneceu alta durante as últimas semanas epidemiológicas, apoiando o manejo de casos, testes laboratoriais, vigilância, prevenção e controle de infecções e operações de campo. No entanto, quantidades substanciais de luvas, macacões de proteção e outros itens críticos continuaram em trânsito ou em processo de aquisição, exigindo um monitoramento contínuo e rigoroso da disponibilidade de estoque.

• A coordenação de aquisições e remessas continuou por meio da rede internacional de suprimentos da OMS e de centros logísticos em Kinshasa, Nairóbi (Quênia), Dubai (Emirados Árabes Unidos) e Dakar (Senegal). A maioria dos pedidos continuou a ser originada diretamente dos fornecedores, enquanto os centros regionais apoiaram a consolidação, o transporte subsequente, o rastreamento de remessas e a distribuição para as áreas afetadas.

Vigilância

• As atividades de vigilância continuaram nas áreas afetadas e de risco, incluindo busca ativa de casos, gerenciamento de alertas, investigação de casos, rastreamento de contatos, vigilância de mortalidade, vigilância de base comunitária e vigilância transfronteiriça.

• Um alto volume de alertas continuou a ser registrado, embora a agilidade e a cobertura da verificação e investigação rápida de alertas tenham variado consideravelmente entre as províncias afetadas. Em 12 de julho de 2026, foram relatados 1.156 alertas de quatro províncias afetadas na República Democrática do Congo, dos quais 1.049 (90,5%) foram investigados em até 24 horas. A maioria dos alertas teve origem em Kivu do Norte (694), seguida por Ituri (425), Haut-Uélé (32) e Kivu do Sul (5). A cobertura de investigação ficou acima de 95% em Kivu do Norte, Kivu do Sul e Haut-Uélé, enquanto Ituri registrou uma taxa de investigação menor, de 81,9%. Do total de alertas, foram validados 268 casos suspeitos, incluindo 112 mortes na comunidade.

• As atividades de vigilância em pontos de entrada (PoE) e pontos de controle (PoC) continuaram a ser fortalecidas na República Democrática do Congo. Até 12 de julho de 2026, todos os 71 locais de PoE/PoC estavam operacionais nas províncias de Ituri e Kivu do Norte. Durante o período deste relatório, 144.094 viajantes passaram pelos locais de triagem de PoE/PoC, dos quais 95,4% foram avaliados quanto a sintomas de DVB.

• Em Uganda, o gerenciamento de alertas, a vigilância de mortes não traumáticas e a vigilância de base comunitária continuaram em todo o país. Até 12 de julho de 2026, todos os contatos haviam concluído os 21 dias de acompanhamento.

• Em Uganda, a triagem de entrada e saída continuou nos pontos de entrada, incluindo o Aeroporto Internacional de Entebbe e passagens de fronteira de alto risco. O preenchimento obrigatório dos Formulários Digitais de Localização de Passageiros (*Passenger Locator Forms*) continuou em vigor para todos os viajantes que chegavam ao país, enquanto as instalações de isolamento temporário continuaram ativas para viajantes de alto risco. As restrições temporárias de viagem entre Uganda e a República Democrática do Congo também foram mantidas.

Laboratório

• A descentralização laboratorial continuou a se expandir, atingindo 60% de conclusão, com planos de estabelecer entre 15 e 20 laboratórios operacionais para fortalecer a testagem descentralizada e reduzir os tempos de entrega dos resultados. Até 12 de julho de 2026, 14 laboratórios de diagnóstico e unidades de teste estavam operacionais nas províncias de Ituri e Kivu do Norte, além dos laboratórios do *Institut National de Recherche Biomédicale* (INRB) em Kinshasa e do INRB-Goma.

• Em Kivu do Norte, o acúmulo de exames pendentes no laboratório foi totalmente zerado durante o período deste relatório, com o processamento de todas as amostras que estavam atrasadas.

• A capacidade de testes laboratoriais foi ainda mais fortalecida com o envio de 54 especialistas de laboratório (aproximadamente cinco por unidade), bem como com a distribuição de 2.496 kits de teste de reação em cadeia da polimerase (PCR) e 14.000 testes RadiOne.

• O volume de processamento de testes laboratoriais permaneceu alto, particularmente em Ituri, onde as taxas de positividade variaram de 37,9% a 63,3%, indicando a persistência de uma transmissão intensa, enquanto Kivu do Norte manteve taxas de positividade mais baixas, entre 3% e 4,2%, além de ter zerado o acúmulo de testes residuais.

• Apesar dos esforços contínuos de ampliação, as operações laboratoriais continuaram a enfrentar desafios relacionados ao atraso na liberação de resultados, à fraca integração de dados e sistemas de gestão de informações, à capacidade logística limitada e à escassez de testes diagnósticos complementares para o atendimento clínico.

Manejo de Casos

• A capacidade de manejo de casos continuou a se expandir na República Democrática do Congo, com cerca de 750 leitos de isolamento e tratamento disponíveis em nível nacional, distribuídos por mais de 25 centros de tratamento de Ebola (CTEs) e unidades de saúde. Capacidades adicionais de tratamento estão sendo estabelecidas em Nizi, Kisangani Sota, NiaNia e outras áreas de foco, incluindo planos para disponibilizar 100 leitos adicionais em Bunia dentro de cinco dias.

• Até 12 de julho de 2026, 736 pacientes estavam em isolamento no país, sendo 549 em Ituri, 170 em Kivu do Norte e 17 em Kivu do Sul, com as unidades de tratamento operando no limite ou perto da capacidade máxima nas áreas de alta transmissão. A taxa oficial de ocupação de leitos permaneceu criticamente alta, em 88,3% nacionalmente.

• Os índices de recuperação continuaram a apresentar melhorias, com o total acumulado de recuperados subindo de 273 em 5 de julho para 331 em 12 de julho de 2026. As

atividades diárias de cuidados de suporte incluíram o fornecimento de refeições quentes nas unidades de tratamento e a implementação de serviços de saúde gratuitos em quatro zonas de saúde prioritárias na província de Ituri.

• O ensaio clínico PARTNERS, patrocinado pela OMS, foi lançado oficialmente na República Democrática do Congo em 2 de julho de 2026, tornando-se o primeiro estudo clínico a avaliar especificamente tratamentos para a DVB. O ensaio avalia o anticorpo monoclonal MBP134 e o remdesivir, tanto individualmente quanto em associação, nos centros de tratamento participantes, sob a coordenação do INRB, OMS, CDC África, ALIMA, Médicos Sem Fronteiras (MSF), Instituto de Medicina Tropical da Bélgica e Universidade de Oxford.

• As operações de manejo de casos continuaram a receber o apoio de diversos parceiros nacionais e internacionais, como a OMS, o Ministério da Saúde, ALIMA, MSF, Samaritan's Purse, IMC, MEDAIR, Malteser, CDC África, além de instituições acadêmicas e de pesquisa que dão suporte ao atendimento clínico, ao funcionamento dos centros de tratamento e às atividades de pesquisa.

• Um centro de atendimento integrado foi estabelecido em Bunia para facilitar o envio centralizado de serviços de ambulância para o transporte de casos a centros de trânsito/tratamento e para as equipes de sepultamento seguro e digno (SDB); o monitoramento do desempenho desse sistema será necessário.

• Paralelamente aos esforços de ampliação do número de leitos, a OMS entregou cinco aparelhos Piccolo adicionais para exames laboratoriais clínicos e cinco dispositivos de suporte de oxigênio de alto fluxo, com o objetivo de reforçar a capacidade de atendimento a pacientes em estado crítico. O número crescente de CTEs exigirá uma ampliação ainda maior no fornecimento desses insumos médicos essenciais.

Prevenção e controle de infecções e água, saneamento e higiene

• As atividades de PCI continuaram a se expandir nas províncias afetadas, incluindo sessões de orientação para profissionais de saúde e agentes comunitários, avaliações em 140 unidades de saúde em Kivu do Norte e o treinamento de 34 profissionais de 17 unidades de saúde prioritárias.

• As operações de sepultamento seguro e digno (SDB) e as atividades de descontaminação continuaram em andamento em Ituri, juntamente com a descontaminação de residências, unidades de saúde e veículos de transporte associados a casos confirmados.

• O desempenho em PCI permaneceu criticamente fraco em várias áreas de foco. As avaliações de PCI/WASH em Kivu do Norte mostraram uma pontuação média das unidades abaixo de 50%, com apenas duas instalações atingindo pontuações acima de 80%, o que indica graves lacunas nos padrões de prevenção de infecções e na preparação das unidades de saúde.

• As infecções entre profissionais de saúde continuaram a aumentar, com 112 infecções e 35 óbitos registrados na categoria, o que corresponde a uma taxa de letalidade de 31,3%. Isso evidencia os riscos persistentes de exposição ocupacional e a implementação inadequada de PCI nas unidades de saúde.

Comunicação de risco e participação comunitária

• As atividades de RCCE continuaram nas províncias afetadas para fortalecer a conscientização comunitária, promover a notificação precoce de alertas, apoiar o rastreamento de contatos e facilitar as operações de sepultamento seguro e digno, particularmente nas áreas de foco de Ituri e Kivu do Norte.

• Profissionais adicionais de RCCE estão sendo identificados e destacados para expandir as atividades de resposta nas províncias recém-afetadas de Haut-Uélé e Tshopo. A experiência antropológica também está sendo reforçada para compreender melhor as percepções da comunidade e garantir que as atividades de resposta estejam alinhadas às necessidades, expectativas e realidades locais.

• Os mecanismos de feedback comunitário continuaram a identificar preocupações relacionadas aos riscos de transmissão, acesso a serviços, vacinação e atividades de resposta. Essas percepções são analisadas regularmente e compartilhadas com os pilares operacionais para orientar as ações de resposta e as mensagens divulgadas.

• Os resultados da primeira rodada de avaliações comunitárias rápidas realizadas em áreas de foco prioritárias da província de Ituri foram aprovados pelo pilar de pesquisa e estão sendo convertidos em ações lideradas pela própria comunidade por meio de intervenções de RCCE. Esforços estão em andamento para ampliar essas avaliações nas áreas afetadas da RDC e estender a implementação para Uganda e Sudão do Sul, a fim de fortalecer a inteligência e o engajamento comunitário transfronteiriço.

• Os esforços de engajamento comunitário estão cada vez mais focados em construir confiança e melhorar o acesso aos serviços de resposta, ao mesmo tempo em que abordam as preocupações levantadas tanto pelas comunidades quanto pelos profissionais de saúde da linha de frente. O engajamento direcionado a populações de alto risco e móveis continua sendo uma prioridade, incluindo comunidades de mineração, populações deslocadas internamente e grupos transfronteiriços afetados pela insegurança, deslocamento e deslocamentos frequentes entre o leste da República Democrática do Congo e os países vizinhos.

• Os principais desafios de RCCE persistiram, incluindo a insegurança em algumas áreas de foco, a resistência comunitária em áreas de mineração e de conflito, riscos de desinformação e dificuldades em manter o acompanhamento oportuno de contatos em populações altamente móveis e áreas de fronteira porosas.

Preparação em saúde pública – prontidão operacional

• Avaliações recentes mostraram uma pontuação média de prontidão de 58% entre os países de Prioridade 1 e 2, com 90% das avaliações de prontidão concluídas e enviadas. Até o momento, 28 dos 47 Estados-Membros atualizaram suas avaliações de prontidão (60%).

• Os envios regionais de equipes para apoiar a preparação nos Estados-Membros de alto risco continuaram durante o período deste relatório. No Quênia, as unidades de isolamento designadas e outras instalações de preparação foram avaliadas, enquanto os procedimentos operacionais padrão (POPs) e as diretrizes operacionais foram finalizados para fortalecer a prontidão diante de um potencial caso importado.

Saúde nas fronteiras, viagens e grandes eventos

• A triagem foi reforçada em aeroportos, passagens de fronteira de alto risco e rotas de trânsito interno tanto na República Democrática do Congo quanto em Uganda, com autoridades nacionais, a OIM e parceiros apoiando a vigilância nos pontos de entrada (PoE) e a implementação das diretrizes de saúde nas fronteiras da OMS, bem como medidas nos pontos de controle em corredores de viagem de alta prioridade.

• As ações operacionais prioritárias incluem avaliações rápidas e mapeamento dos pontos de entrada, além do mapeamento da mobilidade populacional transfronteiriça para identificar os principais padrões de deslocamento, rotas transfronteiriças de alto risco (incluindo travessias informais) e os maiores pontos de aglomeração. Outras prioridades incluem garantir que as equipes de campo contem com pessoal adequado e remunerado, equipamentos, treinamento, EPIs, materiais de triagem, desinfetantes e sistemas de encaminhamento.

• A capacidade de avaliação de risco para grandes eventos (aglomerações de massa) está sendo fortalecida por meio de treinamentos e fornecimento de recomendações. Recomenda-se o adiamento de grandes eventos em áreas com transmissão documentada de DVB até que a transmissão seja interrompida, enquanto uma abordagem baseada em risco é recomendada para eventos realizados em outras partes da região.

• Avaliações de risco específicas para cada evento devem ser conduzidas utilizando a ferramenta da OMS de avaliação de risco multirriscos para grandes eventos. Essas avaliações devem ser complementadas pela implementação de medidas antes, durante e depois dos eventos, conforme descrito nas diretrizes da OMS para grandes eventos que contem com a participação de indivíduos vindos de áreas com detecção documentada do vírus Bundibugyo, incluindo o estabelecimento de fluxos de encaminhamento e capacidade de teste de RT-PCR.

• Os organizadores dos eventos devem distribuir materiais informativos a todos os participantes, antes e durante o evento, abrangendo os sintomas da DVB, o que fazer em caso de indisposição e os serviços de saúde disponíveis, em conformidade com as diretrizes da OMS para grandes eventos com a presença de indivíduos vindos de áreas com detecção documentada do vírus Bundibugyo.

Interpretação da situação

O surto parece estar entrando em uma nova fase, caracterizada por uma expansão geográfica progressiva para além do seu epicentro original em Ituri. Embora a maior carga da doença continue concentrada em Bunia, Rwampara, Mongbwalu e nas zonas de saúde vizinhas, o surgimento de casos em Tshopo, Haut-Uélé e Ariwara demonstra como a mobilidade populacional está espalhando a transmissão para novas áreas, incluindo centros urbanos densamente povoados e locais estratégicos de fronteira. Esses desdobramentos aumentam a complexidade da resposta e elevam o risco de uma maior propagação nacional e transfronteiriça.

Ao mesmo tempo, a resposta enfrenta desafios crescentes devido às limitações operacionais. A resistência comunitária, ataques contra profissionais de saúde, pacientes que abandonam os centros de tratamento antes da conclusão dos cuidados e as recentes greves de equipes de resposta da linha de frente têm afetado a vigilância, o rastreamento de contatos, o manejo de casos e outras atividades críticas de resposta. Esses desafios contribuíram para a

persistência da transmissão comunitária e para a introdução de casos em áreas anteriormente não afetadas, incluindo as províncias de Tshopo e Haut-Uélé.

Interromper a transmissão nos focos já estabelecidos de Ituri e Kivu do Norte continua sendo a prioridade imediata, enquanto a contenção rápida da transmissão recém-detectada em Haut-Uélé e Tshopo é essencial para evitar o estabelecimento de uma transmissão local sustentada. Atingir esses objetivos exigirá uma estratégia integrada de base comunitária, que envolva um maior engajamento comunitário, busca ativa de casos intensificada, isolamento e tratamento oportunos, rastreamento abrangente de contatos, operações de resposta ininterruptas e o fortalecimento da vigilância e coordenação transfronteiriças.

Agenda 2050: marcos estratégicos da Ásia Pacífico, Central e MENA

Agenda 2050: hitos estratégicos de Asia-Pacífico, Asia Central y la región MENA

Agenda 2050: Strategic Milestones for Asia-Pacific, Central Asia, and the MENA Region

Lúcia Marques

Resumo: Faltando menos de quatro anos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), é notório o fracasso abismal da Agenda 2030. Múltiplas crises, disputas geopolíticas e econômicas, difícil acesso a recursos e tecnologias e as guerras e conflitos contribuíram para o grande retrocesso. Trazer para o informe os Relatórios Nacionais Voluntários (RNV) de somente oito países das regiões observadas, trouxe um gosto de fracasso. Por outro lado, olhar como os países da Ásia e do MENA começaram a traçar e avançar em estratégias de transição estrutural a serem implementadas até 2050, à medida que a meta 2030 virou "agenda morta", mostra que esses atores tomaram as rédeas para uma robusta arquitetura de governança de longo prazo. O objetivo do Marco Estratégico 2050 (ou Agenda 2050) não é apenas ser a sucessora da Agenda 2030; o foco deixa de ser "redução de danos" para ser a reconfiguração das matrizes tecnológicas, sanitárias e produtivas dos Estados. Nas regiões Ásia-Pacífico, Ásia Central e MENA, o horizonte 2050 não é apenas uma meta ambiental; é a espinha dorsal de planos de sobrevivência climática, transição geoeconômica e segurança alimentar. Olhar para o conjunto de documentos regionais percebe-se o paradoxo energético e tecnológico e que não existe um modelo único de sistema de saúde resiliente ao clima. O Marco 2050 trata a crise climática como um multiplicador de ameaças à saúde; o foco das agendas migrou de "metas econômicas isoladas" para a resiliência de sistemas de saúde frente ao estresse térmico extremo, à migração forçada e à insegurança alimentar crônica.

Palavras-chave: Agenda 2050; Marcos Estratégico 2050; sistemas de saúde; Ásia- Pacífico; Ásia Central; MENA.

Resumen: *A menos de cuatro años del plazo para cumplir las metas de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), el fracaso estrepitoso de la Agenda 2030 es evidente. Múltiples crisis, disputas geopolíticas y económicas, el difícil acceso a recursos y tecnologías, junto con guerras y conflictos, han contribuido a este gran retroceso. Incluir en el informe los Informes Nacionales Voluntarios (ENV) de solo ocho países de las regiones observadas dejó un amargo sabor a fracaso. Por otro lado, observar cómo los países de Asia y MENA han comenzado a trazar y avanzar en estrategias de transición estructural para ser implementadas de aquí a 2050 — a medida que la meta 2030 se convirtió en una "agenda muerta" — demuestra que estos actores han tomado las riendas hacia una sólida arquitectura de gobernanza a largo plazo. El objetivo del Marco Estratégico 2050 (o Agenda 2050) no es únicamente ser la sucesora de la Agenda 2030; el foco deja de ser la "reducción de daños" para convertirse en la reconfiguración de las matrices tecnológicas, sanitarias y productivas de los Estados. En las regiones de Asia-Pacífico, Asia Central y MENA, el horizonte 2050 no es solo una meta ambiental; es la columna vertebral de planes de*

supervivencia climática, transición geoeconómica y seguridad alimentaria. Al analizar el conjunto de documentos regionales, se percibe la paradoja energética y tecnológica, así como la inexistencia de un modelo único de sistema de salud resiliente al clima. El Marco 2050 trata la crisis climática como un multiplicador de amenazas a la salud; el eje de las agendas migró de "metas económicas aisladas" hacia la resiliencia de los sistemas de salud frente al estrés térmico extremo, la migración forzada y la inseguridad alimentaria crónica.

Palabras clave: *Agenda 2050; Marcos Estratégicos 2050; Sistemas de Salud; Asia-Pacífico; Asia Central; MENA.*

Abstract: *With less than four years remaining to meet the Sustainable Development Goals (SDG) targets, the abysmal failure of the 2030 Agenda is starkly evident. Multiple crises, geopolitical and economic disputes, severe constraints on access to resources and technologies, along with wars and conflicts, have all contributed to this major setback. Incorporating the Voluntary National Reviews (VNRs) of only eight countries from the monitored regions into this report left a distinct taste of failure. On the other hand, examining how countries across Asia and the MENA region have begun drafting and advancing structural transition strategies to be implemented through 2050—as the 2030 target effectively became a "dead agenda" — demonstrates that these actors have taken the helm toward a robust long-term governance architecture. The purpose of the 2050 Strategic Framework (or 2050 Agenda) is not merely to succeed the 2030 Agenda; the focus shifts from simple "damage control" to a complete reconfiguration of the technological, health, and productive matrices of States. In the Asia-Pacific, Central Asia, and MENA regions, the 2050 horizon is not merely an environmental goal; it serves as the backbone of plans for climate survival, geoeconomic transition, and food security. Analyzing the broader set of regional documents reveals an underlying energy and technological paradox, alongside the reality that there is no single model for a climate-resilient health system. The 2050 Framework treats the climate crisis as a health threat multiplier; the core of these agendas has migrated from "isolated economic targets" toward the resilience of health systems in the face of extreme thermal stress, forced migration, and chronic food insecurity.*

Keywords: *2050 Agenda; 2050 Strategic Frameworks; Health Systems; Asia-Pacific; Central Asia; MENA.*

Faltando menos de quatro anos para o cumprimento das metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e é notório o fracasso abismal da Agenda 2030, em muitos países. Múltiplas crises, disputas geopolíticas e econômicas e as guerras e conflitos contribuíram para o grande retrocesso. E mais recentemente, diante do cenário belicoso e da falta de financiamento para o desenvolvimento sustentável e tecnologias verdes — com enorme (des)contribuição dos EUA — o retrocesso acelerou.

Diante desse cenário, nos anos recentes, países da Ásia e do MENA (Oriente Médio e Norte da África), blocos, agências e bancos de desenvolvimento regionais começaram a traçar e avançar em estratégias de transição estrutural, que começaram a ser implementadas à medida que a meta 2030 virou "agenda morta". A chamada Agenda 2050 ou Marco Estratégico 2050 é, na verdade, uma robusta arquitetura de governança de longo prazo adotada por organismos e governos. O objetivo da Agenda 2050 não é apenas ser a sucessora operacional da Agenda 2030; o foco deixa de ser "redução de danos" para ser a reconfiguração das matrizes tecnológicas, sanitárias e produtivas dos Estados.

Nas regiões Ásia-Pacífico, Ásia Central e MENA, o horizonte 2050 não é apenas uma meta ambiental; é a espinha dorsal de planos de sobrevivência climática, transição geoeconômica e segurança alimentar. Com especificidades diferentes, nestas regiões, o Marco Estratégico 2050 se divide em marcos institucionais claros. E o que chama atenção nos marcos 2050, tanto para Ásia e Pacífico quanto para Ásia Central e para o MENA, é que todos tratam a crise climática como um multiplicador de ameaças à saúde. O foco das agendas migrou de "metas econômicas isoladas" para a resiliência de sistemas de saúde frente ao estresse térmico extremo, à migração forçada e à insegurança alimentar crônica.

E para essas regiões, tanto a ESCAP (Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e o Pacífico) quanto a ESCWA (Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia Ocidental/Região Árabe) possuem marcos conceituais e relatórios orientadores de peso voltados ao horizonte de 2050. Como comissões regionais da ONU, o papel delas não é impor metas obrigatórias, mas sim fornecer os modelos analíticos, projeções demográficas e roteiros de governança que os países membros utilizam para desenhar suas próprias políticas nacionais até meados deste século.

O paradoxo energético e tecnológico é nítido nessas regiões. No MENA, o objetivo central até 2050 é a diversificação econômica. Países do Golfo sabem que o modelo econômico baseado no petróleo tem prazo de validade; suas estratégias 2050 focam em usar a alta incidência solar da região para se tornarem os maiores exportadores globais de hidrogênio verde[1], ao mesmo tempo em que investem bilhões para transformar a região em um polo de Inteligência Artificial.[2] Na Ásia-Pacífico, o desafio é a desconexão do carvão. Economias gigantescas e populosas como a China, Indonésia e a Índia estruturam seus marcos de 2050 na reforma de suas indústrias pesadas. Para as nações insulares da Oceania, como Fiji, a tecnologia de ponta da "Economia Azul" é voltada para a proteção costeira e sistemas de alerta precoce.

Uma análise comparativa[3] entre as agendas de longo prazo entre Ásia-Pacífico, Ásia Central e da região MENA revela três visões geopolíticas e ambientais distintas sobre como o mundo se reorganizará estrategicamente até 2050. Enquanto a Ásia-Pacífico foca em gerenciar o impacto físico do clima e expandir sua liderança industrial, a região MENA desenha seus marcos de 2050 como planos de sobrevivência existencial e transição econômica pós-petróleo e a Ásia Central tem o desafio de modernizar uma infraestrutura herdada do período soviético, que é altamente dependente de combustíveis fósseis, e gerenciar uma das crises hídricas e geopolíticas mais complexas do planeta.

Como se pode observar, na Ásia e no Pacífico a governança está centrada na gestão de riscos climáticos extremos e na liderança de tecnologia global. Na Ásia Central, o debate passa pela geopolítica de infraestrutura, cujos planos visam uma blindagem econômica para evitar que a região — isolada geograficamente dos mares e oceanos — sofra colapso logístico; a agenda está focada em infraestrutura de conectividade, transição energética de matrizes fósseis e segurança hídrica transfronteiriça. No MENA é uma agenda de reinvenção identitária e

[1] Saiba Mais em Marques, L. 2024. **Fazendo do limão uma limonada: Região MENA emerge como ator-chave no comércio do combustível do futuro.** Cadernos Fiocruz Informe 10-2024. P. 254-262. Disponível em https://fiocruz.br/documento/2024/06/cadernos-cris-fiocruz-informe-10-2024

[2] Saiba mais em Marques, L. 2026. **Riscos e complexidades geopolíticas para Ásia e Oriente Médio e o uso da IA em saúde nestas duas regiões**. *Cadernos Fiocruz De Saúde Global E Diplomacia Da Saúde*, *1*, 296-306. Disponível em https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/article/view/53

[3] Elaborada com ajuda da IA Gemini

econômica para evitar a obsolescência geopolítica em um mundo descarbonizado; o foco é inteligência artificial, escassez críticas de recursos hídricos e superação da dependência do Petróleo.

Dimensão Estratégica	**Região Ásia-Pacífico**	**Região Ásia Central**	**Região MENA**
Driver Principal	Liderança Tecnológica e Clima Garantir o "Século Asiático" mitigando desastres físicos.	Conectividade e Descarbonização Modernizar a infraestrutura pós-soviética e superar o isolamento geográfico.	Segurança Vital e Geoeconômica Sobrevivência ao estresse hídrico severo e transição pós-fóssil.
Foco na Saúde Global	Adaptação e Doenças Tropicais Sistemas de saúde resilientes a tufões, aumento do nível do mar e expansão de vetores epidemiológicos.	Degradação Ambiental e Clima Impactos na saúde respiratória e infantil devido a tempestades de poeira tóxica (ex: Mar de Aral) e poluição industrial por carvão.	Multiplicadores de Estresse Segurança alimentar básica, impacto do calor extremo na força de trabalho e desnutrição crônica.
Vetor Energético	Descarbonização Industrial Substituição massiva do carvão e eletrificação da frota e redes urbanas.	Potencial Renovável das Estepes Substituição gradual do carvão por grandes parques eólicos/solares e adoção de tecnologias de Captura de Carbono (CCS).	Hub de Hidrogênio Verde Substituição da exportação de petróleo por energia solar e hidrogênio limpo para o mercado global.
Financiamento	Bancos de Desenvolvimento Liderado por aportes do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) e forte presença de capital privado.	Cooperação Multilateral Conectada Investimentos combinados do ADB (programa CAREC), do Banco Islâmico (IsDB) e aportes de infraestrutura euroasiáticos.	Fundos Soberanos Estatais Reinvestimento direto de petrodólares em infraestrutura interna, biotecnologia e Inteligência Artificial.

Embora não haja um documento global único, alguns documentos, como o Roteiro da IEA (Agência Internacional de Energia), sobre Net Zero (emissões líquidas zero), têm sida uma das referências técnicas global para governos e agências de fomento. Ele detalha mais de 400 marcos setoriais necessários para descarbonizar a economia global em três décadas, sendo a base de formulação de políticas industriais verdes.

Outro documento, muito citado em artigos acadêmicos, é o WBCSD: Vision 2050 — Time to Transform, do setor privado global, elaborado pelo Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório aborda como desenhar cadeias de suprimentos ecoeficientes e garantir o bem-estar de uma população global estimada em 9 bilhões de pessoas dentro dos limites planetários.

Já a iniciativa TWI2050 (*The World in 2050*), plataforma de pesquisa global do Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados (IIASA), reuniu cientistas, modeladores econômicos e analistas de políticas públicas para desenhar cenários que garantiriam o alcance dos ODS até 2030, mas com foco em 2050. Diferentemente dos documentos que compõem a Agenda 2030, a espinha dorsal da TWI2050 propõe que a humanidade pare de fragmentar as metas globais em ações isoladas e adote abordagem de nexo, propondo atacar seis eixos de forma simultânea e integrada. Isto é, não há como resolver a crise energética sem resolver a crise alimentar ou sem investir em saúde/educação, gerando "efeitos colaterais" que colapsarão o sistema global. O sucesso de 2050 exige que os bancos de desenvolvimento e governos financiem projetos que ataquem pelo menos dois ou três desses eixos ao mesmo tempo.

Ásia e Pacífico e Ásia Central

O bloco do Sudeste Asiático (ASEAN) formalizou suas diretrizes de transição por meio do ASEAN State of Climate Change Report (ASCCR). É um relatório prospectivo, que inclui recomendações e estabelece cerca de 60 ações prioritárias divididas entre mitigação e adaptação até 2050. O foco principal é reconfigurar o uso da terra e acelerar o desinvestimento em carvão para atingir as emissões líquidas zero (*Net-Zero*), integrando leis nacionais de países como Vietnã e Indonésia.

A ESCAP concentra suas diretrizes de longo prazo na descarbonização acelerada do "motor industrial" do planeta e na proteção de suas megacidades contra riscos climáticos extremos até 2050 — transição industrial e resiliência urbana. O estudo Race to Net Zero — Accelerating Climate Action in Asia and the Pacific funciona como um guia macro para governos, detalhando os caminhos regulatórios, tributários e de cooperação transfronteiriça necessários para que a região elimine as emissões de gases estufa até 2050. O documento aborda a necessidade de reformar subsídios aos combustíveis fósseis e criar empregos verdes para mitigar impactos sociais.

Outro marco analítico importante para Ásia e Pacífico está consolidado na publicação conjunta UN ESCAP/UN-Habitat: The Future of Asian and Pacific Cities, que projeta os desafios demográficos e de infraestrutura urbana na região até 2050. O plano orienta os gestores municipais e planejadores urbanos a estruturarem redes de transporte inteligente, gestão de resíduos em economia circular e sistemas de saúde urbana resilientes a ondas de calor e inundações costeiras.

O Fórum das Ilhas do Pacífico coordena a Estratégia 2050 para o Continente do Pacífico Azul, o principal marco político multilateral da Oceania. O plano foca na "Economia Azul" e define metas rígidas de segurança humana, proteção dos oceanos e conectividade tecnológica para nações vulneráveis ao aumento do nível do mar. O painel monitora indicadores integrados de saúde, como a cobertura universal e o combate a doenças não transmissíveis.

O Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) publicou uma das análises estruturais mais influentes do continente, o relatório Asia 2050: Realizing the Asian Century. O estudo projeta

que, até 2050, a Ásia responderá por 52% do PIB global. Contudo, o marco alerta que esse crescimento só será sustentável se os países evitarem a "armadilha da renda média" investindo massivamente em urbanização compacta de baixo carbono e inovação inclusiva nas bases demográficas (como Índia e China).

O ADB também atua como o principal fiador da transição de infraestrutura na Ásia Central, operando por meio do programa CAREC (*Central Asia Regional Economic Cooperation*). Dois relatórios mostram que a cooperação transfronteiriça é crucial para avançar na transição energética dos países da Ásia Central — os países produtores de energia fóssil (como Cazaquistão e Uzbequistão) precisam integrar suas redes com os países com alto potencial hidrelétrico e renovável (como Quirguistão e Tajiquistão) para garantir a segurança energética e hídrica da região até 2050. O primeiro relatório, ADB: CAREC Energy Strategy 2030 (Common Borders. Common Solutions. Common Energy Future) estabelece as metas de integração das redes elétricas, eficiência energética e transição de combustíveis fósseis para a Ásia Central no horizonte 2030-2050. O segundo, Regional Action on Climate Change: A Vision for CAREC in 2050 apresenta um roteiro de ação climática de longo prazo que orienta os ministérios da região na transição para um modelo de resiliência climática, transição hídrica e energia limpa — com forte foco no desenvolvimento do potencial de energia solar e eólica das estepes — até meados do século.

O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), que atua nas repúblicas islâmicas, divulgou o IsDB: Alignment with the Paris Agreement Realizing Sustainable Development Goals, com foco em governança de longo prazo. No documento, o IsDB estabelece metas rígidas de financiamento verde (finanças islâmicas sustentáveis), focando na transformação dos sistemas agroalimentares, resiliência à seca urbana e infraestrutura de saúde pública integrada para enfrentar as vulnerabilidades das populações mais pobres até 2050, para a Ásia Central e região MENA.

MENA — Oriente Médio e Norte da África

No Oriente Médio e Norte da África, a Agenda 2050 gira em torno da superação da dependência do petróleo, na escassez crítica de recursos vitais e foca no uso da inteligência artificial.[4]

A Plataforma Multilateral MENA2050 é um dos principais think tanks e fóruns de formulação de políticas da região. O repositório oficial de análises e *white papers* pode ser acessado em MENA2050: Middle East Regional Development. Entre os marcos publicados recentemente (em 2026), destacam-se: o Corredor IMEC (*India-Middle East-Europe*), com análises detalhadas que avaliam como a rota transcontinental ligando a Índia à Europa, através do Oriente Médio, funcionará como o eixo de integração econômica e infraestrutura inteligente da região até meados do século; e a Divisão de IA, que propõem diretrizes estratégicas que buscam alinhar a alta ambição tecnológica dos países do Golfo (como os planos de transição da Arábia Saudita e Emirados Árabes para 2050) com o potencial humano e industrial do Norte da África.

[4] Resumo da Política. A divisão da MENA AI: alinhando a ambição do Golfo com o potencial do norte da África, https://www.mena2050.org/news/policy-brief-the-mena-ai-divide%3A-aligning-gulf-ambition-with-north-african-potential-

O Banco Mundial propõe um Roteiro Climático e de Resiliência para o MENA. O documento estratégico The World Bank Group: Middle East & North Africa Climate Roadmap foca no horizonte de descarbonização e adaptação, considerando que a região é a mais estressada hidricamente do mundo. O marco estratégico detalha caminhos para a transformação radical dos sistemas agroalimentares e infraestrutura urbana. O relatório aponta o paradoxo da região: concentra os maiores emissores de carbono *per capita* do mundo (países do Golfo), mas recebe entre 22% e 26% de toda a energia solar que atinge a Terra, tornando a transição para o hidrogênio verde a chave de sua estabilidade geopolítica até 2050.

Marco 2050 de Estados Nacionais

Nas regiões Ásia e Pacífico e MENA os principais países já transformaram a Agenda 2050 em políticas de Estado. Esses países possuem marcos estratégicos consolidados para 2050 refletidos es seus documentos oficiais. Na diplomacia internacional, esses documentos nacionais de longo prazo voltados ao clima e sustentabilidade são chamados de LT-LEDS *(Long-Term Low Greenhouse Gas Emission Development Strategies)* e servem como o principal anexo de compromisso dos países perante o Acordo de Paris.

O Cazaquistão (a maior economia da Ásia Central) possui o plano mais robusto. A estratégia Kazakhstan: Strategy for Achieving Carbon Neutrality by 2060 detalha as profundas reformas estruturais que o país começará a implementar nas décadas de 2040 e 2050, visando alcançar a neutralidade em carbono em 2060. O plano foca no banimento gradual do carvão, na adoção massiva de tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS) e na modernização do saneamento e gestão de bacias hidrográficas compartilhadas — um tema crítico de segurança nacional e saúde pública para toda a Ásia Central.

Os Emirados Árabes foram o primeiro país da região a oficializar a sua estratégia de descarbonização de longo prazo. O plano foca em transformar a matriz econômica do país e criar polos de tecnologia limpa. The United Arab Emirates' First Long-Term Strategy (LTS) — UNFCCC

O Egito lançou um plano abrangente que gerencia o estresse hídrico e a segurança alimentar do Rio Nilo, ligando diretamente a resiliência climática aos serviços de saúde e bem-estar dos cidadãos. Egypt National Climate Change Strategy 2050 (Fact Sheet).

A Indonésia submeteu formalmente a sua estratégia de longo prazo focando na resiliência de suas ilhas, gestão das florestas nativas e transição do setor industrial e energético para emissões líquidas zero. Indonesia: Long-Term Strategy for Low Carbon and Climate Resilience 2050 (LTS-LCCR)

Fiji, representando as nações insulares do Pacífico, integrou o seu plano de desenvolvimento econômico de curto prazo a uma visão macro de 25 anos, com foco total em infraestrutura resiliente, saúde pública adaptada e proteção dos oceanos. Fiji National Development Plan and Vision 2050 — Ministry of Finance

Sistemas de saúde na Agenda 2050

Como os marcos estratégicos para 2050 da Ásia e MENA planejam reestruturar especificamente os sistemas de saúde pública contra as mudanças climáticas? A reestruturação dos sistemas de saúde sob as lentes dos marcos estratégicos para 2050 na Ásia e na região MENA representa uma transição crítica na governança global. O foco deixou de ser apenas a "neutralidade de carbono" das instalações médicas para se concentrar na adaptação de

sobrevivência; em sistemas de saúde resilientes aos eventos extremos ou capazes de enfrentar escassez hídrica e estresse térmico aparecem em todos os documentos estratégicos para o horizonte 2050.

Como as duas regiões enfrentam ameaças climáticas de naturezas completamente distintas, os seus planos de reconfiguração de saúde pública seguem caminhos paralelos, mas muito específicos.

Na Ásia e no Pacífico, onde o aumento das temperaturas e os regimes extremos de monções expandem os habitats de vetores, a reestruturação da saúde é focada em descentralização e resposta rápida (Vigilância Epidemiológica de Fronteira e Resiliência a Desastres). Países como Camboja, Vietnã e Indonésia estão integrando dados meteorológicos diretamente aos sistemas de monitoramento de saúde pública. O objetivo até meados do século é automatizar a previsão de surtos de dengue, malária e diarreia aguda semanas antes que eles ocorram, permitindo o deslocamento preventivo de insumos médicos e equipes de resposta rápida para áreas vulneráveis. Em nações insulares, como Fiji e grandes arquipélagos, os marcos 2050 redesenham a atenção primária para operar fora dos grandes centros urbanos. As novas clínicas comunitárias estão sendo construídas com arquitetura adaptada a supertufões e equipadas com microrredes de energia solar. Isso garante que a refrigeração de vacinas e medicamentos nunca falte, mesmo quando a rede elétrica principal for colapsada por eventos extremos.

Nessa região, estima-se que o fluxo migratório interno aumentará significativamente até 2050 devido à elevação do nível do mar. As estratégias de longo prazo do Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) preveem uma reconfiguração do financiamento da saúde urbana para absorver essas populações sem colapsar os serviços básicos nas metrópoles. Na região MENA, o estresse hídrico e as temperaturas que podem superar os 50°C desenham um cenário de quase inabitabilidade em algumas zonas. A reestruturação da saúde aqui é uma questão de segurança vital. A Integração WASH (Água, Saneamento e Higiene) é a proposta do Banco Mundial para a região com maior escassez de água do mundo, os marcos da IFRC-MENA e do Banco Mundial exigem que as instalações de saúde sejam reconfiguradas para funcionar com circuito fechado de reciclagem hídrica. Até 2050, hospitais públicos precisarão operar sob diretrizes severas de eficiência para garantir a esterilização e higiene básicas em cenários onde a disponibilidade de água potável por habitante cairá drasticamente.

E ainda, com a previsão de que o Norte da África tenha milhões de deslocados internos até 2050 devido à desertificação — já existem milhões de deslocados por conflito —, o planejamento regional deve priorizar a troca de dados epidemiológicos entre países e a criação de corredores humanitários de saúde equipados com unidades móveis capazes de atuar no deserto. A reestruturação curricular e clínica dos hospitais na Península Arábica e no Egito já integra o calor extremo como um fator de emergência médica primária. Os sistemas estão sendo adaptados para lidar com picos sazonais de falência renal crônica, desidratação severa e crises cardiovasculares agudas associadas ao estresse térmico na força de trabalho.

Como se vê, enquanto a Ásia-Pacífico precisa de um sistema ágil e descentralizado para se mover rápido diante de tempestades e surtos infecciosos, a região MENA exige um sistema robusto de resistência física, focado em conservar recursos escassos (como água e energia de resfriamento) para manter as portas abertas sob condições climáticas hostis.

Considerações finais

Olhar para esses documentos regionais e de governos nacionais pode-se perceber dois aspectos para o horizonte 2050: o fracasso da governança global para o alcance dos ODS até 2030 e que não existe um modelo único de saúde resiliente ao clima.

Os vários relatórios e estratégias orientadores de organismos e blocos regionais e de think tanks com foco nas especificidades regionais e dos Estados mostram que fragmentar as metas globais em ações isoladas e sem adotar abordagem de nexo, como modelo conceitual que analisa a interconexão e a interdependência entre sistemas ou recursos pode gerar atrasos ou dividir os parcos recursos. Atuar de forma simultânea e integrada, ou em redes de colaboração, é a melhor estratégia para avançar eficientemente.

Sobre os sistemas de saúde "personalizados", vemos que na Ásia, os documentos apontam forte preocupação com o colapso de infraestruturas de saúde por eventos climáticos extremos e a expansão geográfica de doenças tropicais negligenciadas, devido ao aumento das temperaturas e inundações. Para o MENA, como a região mais árida do planeta, os relatórios indicam que, até 2050, a falta de água e a perda de terras agricultáveis impactarão diretamente os índices de segurança alimentar crônica e gerarão ondas de calor que testarão os limites biológicos da população trabalhadora ao ar livre.

Nasce a Waico

Nace Waico

Waico is born

André Costa Lobato e Rafael Aguilar-Zamudio

Resumo: A China reforçou sua estratégia de liderança na governança global da inteligência artificial durante a WAIC 2026, em Xangai, defendendo cooperação internacional, regulação multilateral e acesso mais equitativo às tecnologias emergentes. O principal avanço foi a criação da *World Artificial Intelligence Cooperation Organization* (WAICO), assinada por 29 países, Brasil incluso, e voltada à coordenação internacional em IA. Complementando essa iniciativa, Pequim lançou um plano de ação baseado em dados, capacidade computacional, padrões técnicos, ética e governança. A proposta busca transformar a cooperação em mecanismos concretos de capacitação tecnológica, consolidando a influência chinesa na definição das futuras regras globais da inteligência artificial. No campo científico, a posse da presidente da Academia Brasileira de Ciências, Helena Nader, como membro estrangeiro da Academia Chinesa de Ciências reforçou a crescente diplomacia científica sino-brasileira e a importância da cooperação internacional em inovação e pesquisa. Na área da saúde, a China ampliou sua Lista Nacional de Medicamentos Essenciais, incorporando terapias inovadoras para diabetes e câncer, enquanto estudos internacionais destacaram o fortalecimento da capacidade chinesa de pesquisa clínica e inovação farmacêutica. Persistem, contudo, desafios relacionados à inclusão de trabalhadores da economia de plataformas nos sistemas de proteção social. Entre os avanços tecnológicos, destacou-se o sucesso do foguete reutilizável Longa Marcha-10B, cuja recuperação controlada representa um marco para o programa espacial chinês. Por fim, a resposta coordenada a tufões e inundações evidenciou a capacidade estatal de mobilização, planejamento e uso de tecnologias avançadas de monitoramento e gestão de riscos, reforçando a imagem da China como potência tecnológica e organizacional emergente.

Palavras-chave: China; inteligência artificial; WAICO; cooperação internacional

Resumen: *China reforzó su estrategia de liderazgo en la gobernanza global de la inteligencia artificial durante la WAIC 2026, celebrada en Shanghái, abogando por la cooperación internacional, la regulación multilateral y un acceso más equitativo a las tecnologías emergentes. El avance más destacado fue la creación de la Organización Mundial de Cooperación en Inteligencia Artificial (WAICO), firmada por 29 países, incluido Brasil, y enfocada en la coordinación internacional en materia de IA. Como complemento a esta iniciativa, Pekín lanzó un plan de acción basado en datos, capacidad computacional, estándares técnicos, ética y gobernanza. La propuesta busca transformar la cooperación en mecanismos concretos de capacitación tecnológica, consolidando la influencia china en la definición de las futuras normas globales de la inteligencia artificial. En el ámbito científico, el nombramiento de la presidenta de la Academia Brasileña de Ciencias, Helena Nader, como miembro extranjero de la Academia China de Ciencias reforzó la creciente diplomacia científica chino-brasileña y la importancia de la cooperación internacional en materia de innovación e investigación. En el ámbito de la salud, China amplió su Lista Nacional de Medicamentos Esenciales, incorporando terapias innovadoras para la diabetes y el cáncer, mientras que estudios internacionales destacaron el fortalecimiento de la capacidad china en investigación clínica e innovación farmacéutica. Sin embargo, persisten*

los desafíos relacionados con la inclusión de los trabajadores de la economía de plataformas en los sistemas de protección social. Entre los avances tecnológicos, se destacó el éxito del cohete reutilizable Long March-10B, cuya recuperación controlada representa un hito para el programa espacial chino. Por último, la respuesta coordinada ante los tifones y las inundaciones puso de manifiesto la capacidad estatal de movilización, planificación y uso de tecnologías avanzadas de monitoreo y gestión de riesgos, lo que reforzó la imagen de China como potencia tecnológica y organizativa emergente.

Palabras clave: *China; inteligencia artificial; WAICO; cooperación internacional.*

Abstract: *China reinforced its strategy for leadership in the global governance of artificial intelligence during WAIC 2026 in Shanghai, advocating for international cooperation, multilateral regulation, and more equitable access to emerging technologies. The main development was the creation of the World Artificial Intelligence Cooperation Organization (WAICO), signed by 29 countries—including Brazil—and aimed at international coordination in AI. Complementing this initiative, Beijing launched an action plan based on data, computing power, technical standards, ethics, and governance. The proposal seeks to transform cooperation into concrete mechanisms for technological capacity-building, consolidating China's influence in shaping future global rules for artificial intelligence. In the scientific field, the induction of Helena Nader, president of the Brazilian Academy of Sciences, as a foreign member of the Chinese Academy of Sciences reinforced the growing Sino-Brazilian scientific diplomacy and the importance of international cooperation in innovation and research. In the health sector, China expanded its National List of Essential Medicines, incorporating innovative therapies for diabetes and cancer, while international studies highlighted the strengthening of China's capacity for clinical research and pharmaceutical innovation. Challenges remain, however, regarding the inclusion of platform economy workers in social protection systems. Among technological advances, the success of the Long March-10B reusable rocket stood out; its controlled recovery represents a milestone for the Chinese space program. Finally, the coordinated response to typhoons and floods demonstrated the state's capacity for mobilization, planning, and the use of advanced risk monitoring and management technologies, reinforcing China's image as an emerging technological and organizational power.*

Keywords: *China; artificial intelligence; WAICO; international cooperation.*

Diplomacia

Nasce a WAICO para governança de AI[1]

[1] Jul 16 P in, Am 2026 10:00. Agenda digital. Inteligência artificial. Fundação da WAICO — Nota Conjunta MRE/MCTI/MGI. Ministério das Relações Exteriores. https://www.gov.br/mre/pt-br/agenda-digital-inteligencia-artificial-fundacao-da-waico-nota-conjunta-mre-mcti-mgi (accessed 19 July2026).
Times G. China issues action plan for AI cooperation, development — Global Times. https://www.globaltimes.cn/page/202607/1366220.shtml (accessed 19 July2026).
Times G. 29 countries sign agreement on establishing World AI Cooperation Organization — Global Times. https://www.globaltimes.cn/page/202607/1366141.shtml (accessed 17 July2026).
Times G. China sends fresh signal on global AI cooperation at WAIC — Global Times. https://www.globaltimes.cn/page/202607/1366233.shtml (accessed 17 July2026).

Durante a Conferência Mundial de Inteligência Artificial realizada em Xangai, o presidente Xi Jinping apresentou a China como uma das principais lideranças na construção de uma nova governança global para a inteligência artificial. Em seu discurso, Xi defendeu maior cooperação internacional, acesso mais equitativo às tecnologias emergentes e mecanismos multilaterais de regulação, posicionando Pequim como alternativa à predominância dos Estados Unidos no setor. A iniciativa se insere na estratégia chinesa de ampliar sua influência tecnológica global e fortalecer sua competitividade em áreas consideradas centrais para o desenvolvimento econômico e a segurança nacional nas próximas décadas. Em julho de 2026, vinte e nove países assinaram em Xangai o acordo de criação da **World Artificial Intelligence Cooperation Organization (WAICO)**, uma organização intergovernamental dedicada à cooperação internacional em inteligência artificial.

A proposta havia sido apresentada inicialmente pela China em julho de 2025 e reiterada por Xi Jinping durante a reunião da APEC em outubro do mesmo ano. A nova organização terá sede em Xangai e afirma comprometer-se com os princípios da Carta das Nações Unidas, com a cooperação internacional e com uma abordagem centrada nas pessoas.

A criação da WAICO representa algo maior do que uma simples organização temática. Ela sugere o surgimento de uma nova arquitetura institucional internacional voltada para a governança tecnológica. Na China anunciou um plano de ação internacional que inclui a criação de uma rede de International AI Application Cooperation Centers. O objetivo é transformar a cooperação em inteligência artificial de um conjunto de declarações diplomáticas em mecanismos concretos de capacitação tecnológica, compartilhamento de dados, treinamento de talentos e implementação de aplicações de IA em países parceiros.

Ao mesmo tempo, durante a Conferência Mundial de Inteligência Artificial (WAIC) de 2026, autoridades chinesas lançaram um amplo plano de ação para cooperação global em IA. O documento prevê iniciativas em oito áreas:

- dados;
- capacidade computacional;
- ecossistemas tecnológicos;
- transformação industrial;
- formação de talentos;
- normas e padrões;
- governança;
- ética da inteligência artificial.

Times G. Facing the questions of the AI era, the world looks to China for solutions: Global Times editorial — Global Times. https://www.globaltimes.cn/page/202607/1366235.shtml (accessed 17 July2026).
Times G. Head-of-state diplomacy shines at WAIC, fostering ties and advancing global governance consensus — Global Times. https://www.globaltimes.cn/page/202607/1366232.shtml (accessed 17 July2026).

Presidenta da ABCiências toma posse na Academia Chinesa de Ciências

A presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Helena Bonciani Nader, tomou posse em 7 de julho como membro estrangeiro da Academia Chinesa de Ciências (CAS), uma das mais prestigiadas instituições científicas do mundo. A distinção reconhece sua trajetória na pesquisa biomédica e seu papel na promoção da cooperação científica internacional. Durante a visita à China, Nader também concedeu entrevista à CAS, destacando a importância do aprofundamento das parcerias sino-brasileiras em áreas como biotecnologia, saúde, inovação e formação de recursos humanos. O episódio reforça o crescente intercâmbio científico entre Brasil e China e reflete a prioridade atribuída por ambos os países à diplomacia do conhecimento como instrumento de aproximação estratégica.[1]

Imagem 1 – Cerimônia de posse de Helena Bonciani Nader como membro estrangeiro da Academia Chinesa de Ciências (CAS)



Fonte: CAS, 2026

China pede suspensão de sanções à Venezuela após terremoto

Em 7 de julho, a porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Mao Ning, solicitou que os Estados Unidos suspendessem as sanções aplicadas à Venezuela, argumentando que as restrições prejudicam os esforços de assistência humanitária e reconstrução após o terremoto que atingiu o país. Segundo informações divulgadas por Pequim, o desastre deixou mais de 3.800 mortos e cerca de 17.900 desabrigados. Mao reafirmou a oposição chinesa às sanções unilaterais, apoiou o pedido das autoridades venezuelanas para o desbloqueio de ativos congelados e anunciou a chegada do primeiro carregamento chinês com mais de 80 toneladas de suprimentos emergenciais. Além disso, destacou um pacote de ajuda humanitária de 100 milhões de yuans, equivalente a aproximadamente R$ 76 milhões, destinado às ações de recuperação e reconstrução.[3]

Sanitário

China amplia lista nacional de medicamentos essenciais[2,3]

A China atualizou sua Lista Nacional de Medicamentos Essenciais pela primeira vez desde 2018, incorporando 116 novos medicamentos e ampliando o total para 794 itens. Entre as inclusões mais relevantes estão a semaglutida, utilizada no tratamento do diabetes tipo 2, e terapias inovadoras contra o câncer, como o osimertinibe. A medida obriga hospitais públicos a priorizarem a disponibilidade desses medicamentos, ampliando o acesso da população, inclusive em regiões rurais e menos desenvolvidas. Especialistas avaliam que a atualização fortalece a estratégia chinesa de democratizar o acesso a tratamentos de alta eficácia e pode acelerar a entrada de versões genéricas no mercado doméstico. A nova lista entrará em vigor em 1º de setembro de 2026.

Adesão de trabalhadores de plataformas ao sistema de saúde desacelera[4]

A expansão da cobertura de saúde entre trabalhadores da economia de plataformas na China continua enfrentando obstáculos relacionados ao elevado custo das contribuições individuais. Em 2025, cerca de 69,82 milhões de trabalhadores em empregos flexíveis estavam vinculados ao programa nacional de seguro médico para empregados, mais de 20 milhões acima do número registrado em 2021. Apesar do avanço, autoridades chinesas reconheceram que o ritmo de adesão vem desacelerando, evidenciando os desafios de incorporar os trabalhadores da economia digital ao sistema de proteção social do país.

Avanço da capacidade de pesquisa clínica fortalece indústria farmacêutica chinesa[5]

Estudo publicado na revista *Nature Reviews Drug Discovery* destacou o rápido crescimento da capacidade de pesquisa clínica da China e seus impactos positivos sobre a indústria farmacêutica nacional. Nas últimas duas décadas, o país ampliou significativamente sua infraestrutura hospitalar, o número de instituições habilitadas para testes clínicos, os investimentos em pesquisa biomédica e a produção científica internacional. Esse processo contribuiu para a transformação da China de um mercado predominantemente voltado a medicamentos genéricos para um importante polo global de inovação farmacêutica. O fortalecimento da pesquisa clínica tem impulsionado o desenvolvimento de medicamentos inovadores, aumentado o interesse de empresas multinacionais por parcerias com instituições

[2] Silver A. China adds second GLP-1 diabetes drug to essential medicine list. Reuters. July 9, 2026. Accessed July 21, 2026. https://www.reuters.com/business/healthcare-pharmaceuticals/china-adds-second-glp-1-diabetes-drug-essential-medicine-list-2026-07-09/

[3] Finance B. China's Essential Drug List Updated After 8 Years: First Inclusion of Ozempic, Tagrisso; A-Share Pharma Stocks Surge. BigGo Finance. July 10, 2026. Accessed July 21, 2026. https://finance.biggo.com/news/57615006-c1c5-4519-91d0-2c660d81a332

[4].China's Gig Worker Healthcare Enrollment Slows Under Weight of High Premiums. Caixin Global. Accessed July 21, 2026. https://www.caixinglobal.com/2026-07-10/chinas-gig-worker-healthcare-enrollment-slows-under-weight-of-high-premiums-102462606.html

[5].Guo H, Ruan M, Kaitin K, Shao L. Growth in clinical research capability in China and impact on the pharmaceutical sector. Nat Rev Drug Discov. Published online July 1, 2026. doi:10.1038/d41573-026-00113-6

chinesas e reforçado a posição do país como um dos principais centros mundiais de pesquisa e desenvolvimento no setor de ciências da vida.

Socioeconômico

Longa Marcha-10B faz história com recuperação controlada no mar

Em 10 de julho de 2026, a China alcançou um marco histórico em seu programa espacial com o voo inaugural do foguete Longa Marcha-10B, realizado a partir do Centro de Lançamento Espacial Comercial de Hainan[6,7]. Diferentemente do sistema de pouso autônomo com pernas retráteis utilizado pela SpaceX no Falcon 9, o primeiro estágio do Longa Marcha-10B, que tem cerca de 63 metros de altura e capacidade de levar 16 toneladas à órbita baixa, utilizou quatro ganchos para ser capturado por uma rede tensa na plataforma "Navigator" (Pioneiro), uma embarcação de 144 metros de comprimento e 25 mil toneladas de deslocamento equipada com sistemas de posicionamento dinâmico de alta precisão[8]. Cerca de seis minutos após a separação, o estágio realizou uma descida vertical controlada, com religamento de motores e uso de aletas de grade, até ser suspenso pela rede, eliminando a necessidade de pernas de pouso e potencialmente aumentando a capacidade de carga útil do foguete[9].

Este avanço tecnológico representa um salto significativo para a indústria espacial chinesa, com implicações diretas na redução de custos de lançamento e no suporte a projetos ambiciosos, como as futuras missões lunares tripuladas previstas para antes de 2030[10]. Além da recuperação inédita, a missão também foi pioneira ao utilizar, pela primeira vez, um combustível derivado de gás natural liquefeito (GNL) de alta pureza, que reduz os custos de armazenamento e transporte em 40% em comparação com combustíveis tradicionais[11]. Como próximo passo, a Academia Chinesa de Tecnologia de Veículos de Lançamento (CALT) planeja relançar ainda em 2026 o primeiro estágio recuperado para testar sua capacidade de reutilização efetiva, consolidando a posição da China na corrida global por foguetes reutilizáveis e acelerando o desenvolvimento de seu setor espacial comercial.

---

[6] China realiza primeira recuperação controlada de foguete em voo inaugural do Longa Marcha-10B [Internet]. [citado 16 de julho de 2026]. Disponível em: https://portuguese.xinhuanet.com/20260710/252ccd7635594288979a1244499f9cc6/c.html

[7] Defesa RF de. China recupera primeiro estágio do Long March-10B em voo inaugural e avança na corrida por foguetes reutilizáveis. Poder Aéreo [Internet]. 10 de julho de 2026 [citado 15 de julho de 2026]. Disponível em: https://www.aereo.jor.br/2026/07/10/china-recupera-primeiro-estagio-do-long-march-10b-em-voo-inaugural-e-avanca-na-corrida-por-foguetes-reutilizaveis/

[8] pt.wedoany.com [Internet]. [citado 19 de julho de 2026]. Longa Marcha 10B conclui primeira recuperação marítima por rede de foguete do mundo. Disponível em: https://pt.wedoany.com/shortnews/380580.html

[9] PODER360. Poder360 [Internet]. 2026 [citado 19 de julho de 2026]. Veja novas imagens do foguete chinês que pousou de ré. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-china/veja-novas-imagens-do-foguete-chines-que-pousou-de-re/

[10] Blog do FM [Internet]. [citado 19 de julho de 2026]. China recupera com sucesso foguete Longa Marcha 10B em teste inédito. Disponível em: https://docges3.cimcavado.pt/brasil/china-realiza-teste-bem-sucedido-de-recuperacao-do-foguete-longa-marcha-10b-1783907886

[11] (Multimídia) Foguete chinês Longa Marcha usa novo combustível derivado de GNL e conquista avanço tecnológico [Internet]. [citado 19 de julho de 2026]. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20260713/951ae4710425457d837c38bf8a90b74f/c.html

O poder da China diante da fúria da natureza: como o país enfrenta a temporada de tufões e inundações de 2026

O verão de 2026 tem sido um período de desafios extremos para a China, com uma temporada de tufões acima da média histórica a testar a resiliência das infraestruturas e a capacidade de resposta do governo e das forças armadas[12,13]. O país assistiu à passagem de dois grandes sistemas nos últimos dias: o Tufão Maysak, o décimo do ano, que atingiu o sul com chuvas torrenciais, e o Super Tufão Bavi, o nono, que afetou severamente o nordeste[14,15]. As autoridades meteorológicas emitiram avisos vermelhos e laranja, e os sistemas de resposta a emergências foram ativados em múltiplas províncias, demonstrando a eficácia de um planeamento centralizado e de uma mobilização rápida para proteger vidas e bens[16,17,18].

Os números revelam a dimensão do impacto. Só na Região Autónoma Zhuang de Guangxi, no sul, o Tufão Maysak afetou 375.000 pessoas, forçando a evacuação de 130.000 residentes e causando, infelizmente, seis mortos e 11 desaparecidos até ao início de julho. À medida que o Bavi avançava para norte, a província de Liaoning foi a mais atingida, com mais de 360.000 pessoas evacuadas e cidades como Shenyang a paralisarem atividades não essenciais e a fecharem entradas do metro devido a inundações urbanas[19,20]. Na província de Hebei, a situação não foi menos dramática: mais de 15.000 pessoas tiveram de ser retiradas das suas casas no condado de Kuancheng, onde a água das cheias atingiu dois metros de altura em algumas aldeias, submergindo completamente as habitações[21].

---

[12] China espera actividad de tifones por encima del promedio en julio [Internet]. [citado 15 de julho de 2026]. Disponível em: https://spanish.people.com.cn/n3/2026/0708/c31614-20475439.html

[13] China intensificó las tareas de prevención y asistencia tras el paso del tifón Bavi. DangDai [Internet]. 13 de julho de 2026 [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://dangdai.com.ar/2026/07/13/china-intensifico-las-tareas-de-prevencion-y-asistencia-tras-el-paso-del-tifon-bavi/

[14] China deploys measures against typhoons, flood risks [Internet]. [citado 15 de julho de 2026]. Disponível em: https://english.news.cn/20260707/0cd7beb0cb6b42e5a45a2ef760137e69/c.html

[15] Zhou Z. 6 dead, 11 missing after torrential rains hit south China's Guangxi [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://en.gmw.cn/2026-07/08/content_38873450.htm

[16] Suyue. Over 260,000 people evacuated as Typhoon Bavi hits northeast China [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://english.cctv.com/2026/07/14/ARTIxmlpOzWWFwQ7qNjTT8ni260714.shtml

[17] Typhoon weakens, but flood risk shifts northward [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://www.cma.gov.cn/en/forecast/news/202607/t20260714_7923324.html

[18] LiuYing. China steps up emergency response as Typhoon Bavi nears [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://big5.cctv.com/gate/big5/english.cctv.cn/2026/07/12/ARTIOYhHBuY54MH0mvP10ZEX260712.shtml

[19] South China Morning Post [Internet]. 2026 [citado 17 de julho de 2026]. Fifa World Cup semi-finalists Argentina pledge donations to China's flood victims. Disponível em: https://www.scmp.com/news/china/politics/article/3360454/typhoon-bavi-forces-shenyang-subway-shutdown-360000-evacuated-liaoning-province

[20] Typhoon Bavi: Over 14,000 evacuated as east China's Chizhou on alert amid heavy rains [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-07-14/VHJhbnNjcmlwdDkxNTM1/index.html

[21] Over 15,000 evacuated after Typhoon Bavi triggers Hebei floods — Chinadaily.com.cn [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202607/14/WS6a55ef66a310986e2b46532a.html

Perante a ameaça, o governo chinês ativou uma resposta coordenada em vários níveis. O Ministério da Gestão de Emergências e a Comissão Nacional de Controlo de Inundações e Alívio de Secas elevaram os níveis de alerta para o Nível III em Guangxi e ativaram respostas de Nível IV em províncias como Anhui, Shandong, Xangai, Jiangsu e Sichuan[22]. O Ministério dos Recursos Hídricos também elevou o seu nível de resposta para a prevenção de cheias, e o Ministério dos Transportes ativou uma resposta de Nível I para chuvas intensas[23]. No terreno, mais de 8.000 pessoas, entre equipes de resgate, polícia, bombeiros e voluntários, foram mobilizadas apenas em Guangxi, com recurso a mais de 1.700 veículos, 5.700 barcos e grandes drones para missões de busca, salvamento e remoção de perigos.

A China tem utilizado tecnologia de ponta para antecipar e mitigar os efeitos dos desastres. O Centro Nacional de Meteorologia e o Ministério dos Recursos Hídricos utilizam modelos digitais avançados que simulam a propagação das cheias, combinando dados de satélites e radares terrestres para identificar áreas de risco e emitir avisos com maior rapidez e precisão[24]. Esta abordagem permite uma preparação mais eficaz das populações e uma melhor gestão dos recursos de emergência. Paralelamente, o governo central destinou 160 milhões de yuans (cerca de 23,5 milhões de dólares) em fundos de alívio para seis regiões, assegurando que os recursos chegam rapidamente às áreas mais necessitadas para operações de resgate, realojamento e reparação de infraestruturas danificadas[25].

A resiliência demonstrada pela China durante esta temporada de tufões é um testemunho da sua capacidade de organização e da determinação do seu povo e governo. A utilização de sistemas de alerta precoce, a mobilização massiva de recursos humanos e materiais e o planeamento estratégico a todos os níveis não só minimizam as perdas como asseguram uma rápida recuperação, mostrando ao mundo como um país pode superar até os mais severos desafios da natureza com eficácia, unidade e um profundo sentido de responsabilidade para com os seus cidadãos.

[22] (Multimedia) China eleva nivel de respuesta a emergencia por inundaciones en región de Guangxi [Internet]. [citado 14 de julho de 2026]. Disponível em: https://spanish.xinhuanet.com/20260706/f43a82959a8d40c6ad75a40b013fc672/c.html

[23] Suyue. Over 260,000 people evacuated as Typhoon Bavi hits northeast China [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://english.cctv.com/2026/07/14/ARTIxmlpOzWWFwQ7qNjTT8ni260714.shtml

[24] Typhoon Maysak: Flood-control efforts intensify as heavy rain hits southern China [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://news.cgtn.com/news/2026-07-07/VHJhbnNjcmlwdDkxNDQ0/index.html

[25] China destina 160 milhões de yuans para ajuda em desastres [Internet]. [citado 17 de julho de 2026]. Disponível em: https://portuguese.news.cn/20260707/c8d65e9ac6a04e33a3ab459ca858f6a0/c.html

As tarifas de Trump e a saúde pública[1]

Los aranceles de Trump y la salud pública

Trump's Tariffs and Public Health

Ademar Bahadian

Primeiro uma explicação: tinha a intenção de só voltar a publicar meus artigos depois da Copa. Mas, a urgência do tema me obriga a antecipar meu diálogo com os leitores.

Nesta semana que se inicia, muito provavelmente o governo dos Estados Unidos aumentará tarifas alfandegárias sobre produtos brasileiros. Esta medida contraria regras básicas do comércio internacional e se apoia em leis internas dos Estados Unidos (lei 301) em clara contradição com as regras da OMC e até mesmo do GATT, em particular finge ignorar a regra básica do intercâmbio internacional conhecida como "cláusula de nação mais favorecida".

A decisão, se for tomada ainda que parcialmente, trará sérios prejuízos para a economia e povo brasileiros. Tio Sam virou *Godfather*. O lucro, lícito ou não, é a única bússola que norteia Trump e o Maga (*Make America Great Again*).

Os Estados Unidos, aliás, não escondem que o Maga é muito mais que uma política. É uma antipolítica a erodir toda a geopolítica em grande parte construída pelos vencedores da Segunda Guerra Mundial, magnificamente registrada na Carta das Nações Unidas. Trump acabou com as Nações Unidas. Com a Globalização. Até mesmo com o Neoliberalismo.

Estamos diante de um desafio que marcará indelevelmente este século XXI. Pois a escolha de Trump nos impõe uma escolha de Sofia. Ou, para ficar numa imagem bem brasileira: "se corrermos o bicho pega, se ficarmos o bicho come".

Se corrermos o bicho pega porque o poderio militar dos Estados Unidos da America se exibe a cada dia menos preocupado com a segurança internacional e cada vez mais claramente expansionista. A Doutrina de Segurança dos Estados Unidos da América em relação à América Latina (The Western Hemisphere, segundo eles) não poderia ser mais explícita: os países latino-americanos constituem o "quintal "dos Estados Unidos e como tal estão sendo tratados. Nesta perspectiva, o desenvolvimento econômico e social da América Latina se torna uma ameaça quase subversiva aos olhos do Maga.

Marco Rubio foi de uma clareza didática em sua carta resposta ao candidato brasileiro a Presidente da República: a uma humilhação pública respondeu com uma soberba imperial. Pelo menos, deixou claro as intenções de seu governo. Para só ficar no capítulo das relações comerciais, na carta de Rubio e em outras manifestações do governo norte-americano, os países latino-americanos não terão liberdade de negociar sequer com seus atuais principais importadores e investidores sem a supervisão estrita do governo americano.

---

[1] Publicado em 13 julho 2026 na plataforma Substack. Disponível em: https://adhemarbahadian.substack.com/p/as-tarifas-de-trump-e-a-saude-publica?r=1kyk5f&utm_medium=ios&triedRedirect=true

No acesso à tecnologia estamos convidados a nos curvarmos ao poder das Big-techs americanas, inclusive acolhendo os dispositivos de segurança e atuação das leis americanas, o que nos tornaria consumidores controlados por elas.

Convenhamos: as opções não são múltiplas. Há nelas uma inegável força de submissão e de negação absurdamente catastróficas. O Brasil só tem diante de si uma única e clara opção. Não aceitar as decisões internas dos Estados Unidos como juridicamente obrigatórias para o Brasil. Se já não temos a opção da OMC e da ONU temos que recorrer a tribunais arbitrais antes de nos curvarmos às decisões unilaterais do Maga.

Aplicadas as decisões arbitrarias dos juristas da Lei 301 temos que compensar as perdas de moeda forte com a aplicação de restrições, por exemplo, ao acordo TRIPS na remessa de royalties, fator maior de nosso deficit com os Estados Unidos. Se os Estados Unidos podem se abster de obedecer a regras que assinamos universalmente porque não poderíamos nós voltar à nossa lei de Propriedade Industrial antes do Acordo Trips?

A desregulação de nossas vidas e da justiça social deverão ser combatidas pela determinação de insistirmos na lei e não aceitarmos a subjugação. Talvez outros países nos acompanhem. Conto muito nesta hora com o Papa Leão XIV.

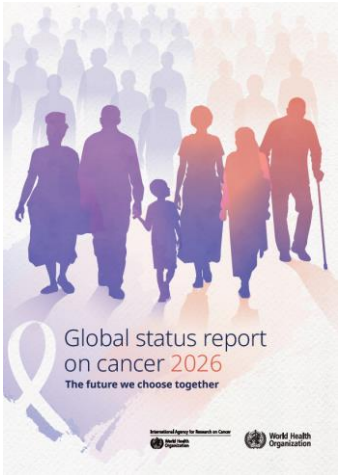
Estante de livros, vídeos e outros que tais

*A seção **Estante** traz breves informações e resumos de livros, revistas, relatórios e vídeos sobre temas de saúde global e diplomacia da saúde. A ideia é permitir que nossos analistas, mas também leitores e colaboradores, compartilhem dicas sobre o que leram, viram ou ouviram e que gostaram. Os comentários não devem ultrapassar 150 palavras. Sua nota deve ser enviada para o e-mail do editor do Caderno* paulo.buss@fiocruz.br



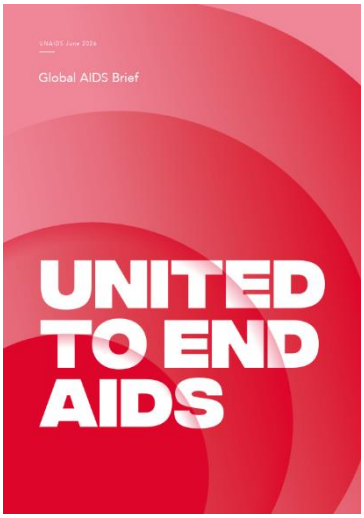
WHO. *World health statistics 2026: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals,* 59 pp. Lançado em 13 de maio de 2026**,** o relatório *World Health Statistics* é uma compilação anual de indicadores de saúde e relacionados à saúde, publicada pela OMS desde 2005. A edição de 2026 consolida dados de indicadores relacionados à saúde no âmbito dos ODS. O relatório avalia o progresso em direção às metas acordadas globalmente, descreve os principais desafios para os próximos anos e inclui análises sobre temas de saúde global, como a expectativa de vida saudável e a mortalidade prematura e as desigualdades na imunização. O relatório revela que o mundo continua fora da trajetória para alcançar qualquer um dos ODS relacionados à saúde até 2030. Embora aponte melhorias, como uma queda de 40% nas novas infecções por HV desde 2010, o relatório alerta que o progresso é desigual, está desacelerando e, em algumas áreas, sofrendo retrocessos. O documento destaca avanços em diversas áreas-chave: doenças infecciosas (as novas infecções por HIV caíram 40% entre 2010 e 2024, e o número de pessoas que necessitam de intervenções para doenças tropicais negligenciadas — DTNs — diminuiu 36%) e fatores de risco (tanto o uso global de tabaco quanto o consumo de álcool vêm apresentando declínio constante desde 2010). Apesar desses ganhos, o relatório enfatiza a necessidade urgente de ações aceleradas, sistemas de saúde fortalecidos e melhoria na coleta de dados. Os principais desafios incluem desigualdades globais persistentes e lacunas significativas de dados que, atualmente, dificultam a avaliação completa das trajetórias da saúde global. O relatório completo inclui detalhamentos de indicadores fundamentais, como saúde materna e infantil, doenças não transmissíveis (DNT), riscos ambientais e cobertura universal de saúde (CUS). Acesso: https://www.who.int/publications/i/item/9789240122482

WHO. Relatório Global sobre o Câncer 2026: o futuro que escolhemos juntos, 280 pp. O relatório oferece uma avaliação abrangente da carga global do câncer, dos avanços na prevenção e no controle da doença e dos desafios sistêmicos que continuam a limitar resultados equitativos. Ao apresentar novos dados sobre a carga da doença, a capacidade de resposta dos sistemas de saúde e as experiências vividas por pessoas afetadas pelo câncer, o relatório examina tendências de incidência, mortalidade, sobrevida, fatores de risco e desempenho dos sistemas de saúde, bem como as consequências humanas, sociais e econômicas da doença. O documento analisa a implementação de ações ao longo de todo o continuum do câncer — incluindo prevenção, detecção precoce, diagnóstico, tratamento, cuidados paliativos e a vida



após o diagnóstico —, destacando disparidades persistentes entre países e no interior deles, bem como a lacuna entre ambição e ação. O relatório analisa os fatores que impulsionam o progresso e aqueles que dificultam a implementação eficaz, enfatizando a importância de abordagens integradas e centradas nas pessoas, da cobertura universal de saúde, de sistemas de monitoramento robustos e do engajamento significativo das comunidades afetadas. A publicação ressalta a coexistência de avanços científicos e desigualdades persistentes quanto a quem deles se beneficia, propondo uma estrutura para ações futuras baseada em três mudanças estratégicas: melhores capacidades, melhores proteções e melhor valor. Sete recomendações orientam governos, organizações internacionais e outras partes interessadas no fortalecimento do controle do câncer e na promoção de resultados mais equitativos em todo o mundo. Acesso: https://www.who.int/publications/i/item/9789240123977.

Global AIDS brief: united to end AIDS. Geneva: Joint United Nations Programme on HIV/AIDS;



2026. Os avanços alcançados até o momento na resposta ao HIV são reais, porém frágeis. Sem um compromisso e ações renovados, corre-se o risco de um ressurgimento da epidemia. Em 2025, as respostas ao HIV em todo o mundo foram prejudicadas por mudanças no financiamento que ameaçavam estagnar anos de progresso nessa área. Em 2025, o financiamento externo[1] para todos os setores de desenvolvimento caiu 23% em relação a 2024. Documento rico em dados analisados por especialistas e com políticas de controle recomendadas, além de relatos de diversas experiências bem-sucedidas. Acesso: https://www.unaids.org/en/resources/documents/2026/20260612_Global_AIDS_brief



Este décimo oitavo **Boletim do Observatório Internacioal do Século XXI** destaca a nova relação entre a Administração Trump e a América do Sul. E sublinha a importância crucial das próximas eleições brasileiras para o futuro do Continente Sul-Americano. Discute também alguns impactos e desdobramentos da Guerra dos EUA e Israel contra o Irã, e do Memorando de Entendimento de Istambul, assinado pelos EUA e pelo Estado Persa. Além disto, analisa a perspectiva ideológica e política do projeto "transumanista" associado aos avanços da IA, e dos novos projetos de "eugenia" associados aos avanços da biotecnologia. Em seguida, volta-se ao tema da Guerra da Ucrânia e comenta a geopolítica da Copa do Mundo de 2026. Por fim, republica um artigo de 2008 sobre a disputa entre EUA e Cuba, como exemplo paradigmático do conflito permanente entre Império e Soberania no Continente Americano. Acesso: https://nubea.ufrj.br/images/Observatorio/Boletim_18_Julho_2026.pdf



EDITORES E AUTORES DOS CADERNOS

Paulo Marchiori Buss – Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, diretor do Centro Colaborador da OPAS/OMS sobre Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina (editor).

Fabiane Gaspar – Bacharel em Direito, Tecnóloga em Comércio Exterior, Mestre em Direito Internacional, Assessora Internacional na VPSGRI/Fiocruz (coeditora).

Sebastián Tobar – Sociólogo, doutor em Saúde Pública, pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz, assessor sênior da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG (coeditor).

Alexandra Rodrigues Sanches – Mestranda em Economia Política Mundial pela UFABC. Graduação em Relações Internacionais pela UNISO. Pesquisadora do Grupo de Trabalho Brasil-China da OPEB/UFABC.

Anabela Santiago – Doutora em Políticas Públicas e mestre em Estudos Chineses pela Universidade de Aveiro (Portugal). Investigadora do Centro de Estudos Internacionais do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Membro da PICTIS, parceria entre a Fiocruz e a Universidade de Aveiro.

Ana Carol Aldapi Vaquera – Doutoranda em Ciências Políticas (UFSCar); bolsista CAPES em intercâmbio pelo PDSE na Universidad de Salamanca, Espanha; mestre em Ciência Política e Relações Internacionais (UFPB) com graduação em Ciência Política (UCB, Bolívia/UFPB).

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire – Mestre em Relações Internacionais e especialista em Popularização e Divulgação da Ciência. Analista de Gestão em Saúde na VPSGRI/Fiocruz.

André Lobato – Doutor em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (UFRJ, Chinese Academy of Sciences). Mestre em Mídia e Globalização (London School of Economics, Fudan University). Especialização em Gestão Ambiental (COPPE/UFRJ).

Armando De Negri Filho – Médico, doutor em Medicina Preventiva, mestre em Epidemiologia, pesquisador visitante sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Augusto Paulo José da Silva – Biólogo, mestre em biologia pela Moldova State University. Responsável pelo Escritório da Fiocruz para África da VPSGRI, cooperação com África e CPLP, no PECS/CPLP, 2023-2027. Foi Vice-Ministro da Saúde da Guiné-Bissau.

Bárbara Nogueira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ, estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Bernardo Bahia Cesáreo – Pesquisador sênior, CEE Fundação Oswaldo Cruz

Bruno Neves – Mestrando em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Pesquisador do Núcleo Economia Política das Relações Sul-Sul (BRICS Policy Center/PUC-Rio).

Claudia Chamas – Pesquisadora do CDTS/Fiocruz, professora do PPED/Instituto de Economia da UFRJ. Doutora em Engenharia de Produção, com graduação em Engenharia Química (UFRJ). Assessorou o MS em propriedade intelectual e acesso e copresidiu grupos de trabalho na OMS.

Claudia Hoirisch – Engenheira química (UFRJ), mestre em Administração com foco em Políticas de Saúde (FGV). Pesquisadora da VPSGRI/Fiocruz. Coordenadora da Rede de Pesquisa em Saúde Pública e Sistemas de Saúde do BRICS.

Cristiane Pereira – Doutoranda e mestre em Relações Internacionais pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Direito Sanitário da USP (CEPEDISA).

Danielly P. Magalhães – Doutora em Química Ambiental, mestre em Saúde Pública, especialista em Saúde Global e Diplomacia em Saúde. Diretora sênior de projetos no Consórcio Global de Educação em Clima e Saúde da Universidade de Columbia, NY; pesquisadora da Estratégia Fiocruz para a Agenda 2030.

Deisy de Freitas Lima Ventura – Doutora em Direito Internacional e mestre em Direito Europeu pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Professora titular da FSP/USP, vice-coordenadora da Pós-Graduação em Saúde Global e Sustentabilidade; professora da Pós-graduação em Relações Internacionais da USP.

Denise Oliveira e Silva – Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas – Médica, doutora em Saúde Pública na área de Epidemiologia (UFBA), mestre em Medicina e Saúde (UFBA). Realizou pós-doutorado no ISC-UFBA e atualmente é bolsista de pós-doutorado júnior do CNPq na Fiocruz Bahia.

Eduardo Nilson – Biólogo, doutor em Saúde Global; pesquisador e docente em saúde pública na Fiocruz Brasília e pesquisador associado do Nupens/USP. Foi coordenador adjunto de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde do Brasil por 15 anos.

Erica Kastrup – Doutora em História das Ciências e da Saúde pela COC/Fiocruz, além de bacharel em Relações Internacionais e mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde pela ENSP/Fiocruz. Responsável pela Cooperação Sul-Sul/África na VPSGRI/Fiocruz.

Felix Júlio Rosenberg – Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Frederico Peres – Biólogo, mestre e doutor em Saúde Pública, com pós-doutorado em Saúde Ocupacional e Ambiental pela Icahn School of Medicine at Mount Sinai, onde atua como *fellow researcher*. Pesquisador Sênior do Cesteh/Ensp/Fiocruz e professor associado visitante da ENSP/Universidade NOVA de Lisboa

Giacomo Giannelli – Graduando em Saúde Pública na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Giovana Guiciard – Mestranda em Política Internacional na Shanghai International Studies University; Graduação em Relações Internacionais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bolsista PIBIC em Política Externa Brasileira e Direitos Humanos da ONU.

Gisele Sanglard – Pesquisadora em saúde pública da Fiocruz, atualmente chefe do Departamento de História das Ciências e da Saúde da COC. Possui doutorado em História das Ciências da Saúde (COC/Fiocruz) e mestrado em História Social da Cultura (PUC-Rio).

Giulia Mariano Machado – Graduanda em Saúde Pública na FSP USP e aluna de iniciação científica em Saúde Ambiental

Isis Pillar Cazumbá da Cruz – MBA em Gestão de Projetos e bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de Pesquisa e Colaboradora dos Cadernos da VPSGRI/Fiocruz.

Jesús Enrique Patiño Escarcina – Médico, doutorando em Saúde Pública no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, mestre em Medicina e Saúde pela UFBA, Pós-graduação em Gerenciamento de Serviços de Saúde e Gestão da Qualidade em Saúde pela Universidad Nacional de San Agustín.

João Miguel Estephanio – Doutorando em Relações Internacionais (UnB), mestre em Políticas Públicas em Saúde (EGF-Brasília), bacharel em Relações Internacionais (UFRJ) e técnico em Biotecnologia (Cefet). Assessor da presidência da Fiocruz para assuntos internacionais.

Juan Garay – Co-chair Health, Ecology, Equity, and the Sustainable Health Equity Movement (SHEM); Professor/Researcher of Health Equity, Ethics and Metrics (Spain, Mexico, Cuba, Brazil); Founder of Valyter Ecovillage (valyter.es)

Júlia Moraes e Silva – Graduada em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP (FSP-USP) e Mestranda em Saúde Pública na FSP-USP

Laura Tavares Soares – Enfermeira com Habilitação em Saúde Pública pela UERJ. Doutora em Economia pela UNICAMP (Área de Concentração em Política Social). Especialista em Saúde Pública pela ENSP/FOCRUZ e em Planejamento de Saúde pelo IMS/UERJ. Professora aposentada da UFRJ.

Laurenice Pires – Assistente Social, doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Serviço Social (PUC-Rio), especialista em Gestão da Atenção à Saúde (Fundação Dom Cabral). Coordenadora adjunta da especialização em Direitos Humanos, Relações Étnico-raciais e Saúde na ENSP/Fiocruz.

Livia Ferreira – Estudante de Relações Internacionais na UERJ; estagiária da VPSGRI/Fiocruz.

Luana Bermudez – Doutora em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz), mestre em Saúde Pública e especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Atua na agenda internacional da VPPIS e da Presidência da Fiocruz.

Lúcia Marques – Jornalista, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde e mestre em Saúde Pública. Analista de Gestão em Saúde Pública, coordenadora conjunta do Programa Fioantar, assessora para Antártica e Oceanos e para Ásia Pacífico e Oriente Médio da VPSGRI.

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza – Sanitarista, doutor em Saúde Pública, professor do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Luiz Augusto Galvão – Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Escola de Saúde Pública de Loma Linda, EUA, e pesquisador sênior da VPSGRI/Fiocruz.

Manuel Mahoche – Doutorando em Epidemiologia (FSP/USP), mestre em Saúde Pública (UFRGS), especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde (FIOCRUZ) e em Economia e Gestão em Saúde (USP).

Marciglei Brito Morais – Doutoranda em Saúde Pública pela UFBA e mestra em Educação (UESB/BA). Enfermeira e docente no ensino superior na área da saúde. Integra o grupo de pesquisa Economia, Tecnologia e Inovação em Saúde (PECS/UFBA)

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes – Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari – Enfermeira, doutora em Saúde Coletiva, mestre em Saúde da Mulher e da Criança, especialista em Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Pesquisadora e docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, atua na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Marina Sujkowski Lima – Mestranda em Saúde Pública pela FSP-USP e graduada em Relações Internacionais pelo IRI-USP

Mateus Brito – Doutorando e Mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA), *alumni* do Certificado em Estudos Afro-Latino-Americanos (ALARI/Harvard University), especialista pela Residência em Saúde da População do Campo (UPE), Bacharel em Fisioterapia (UNISBA)

Matheus dos Santos da Silveira – Doutorando em Relações Internacionais (PUC-Rio), bacharel (UNAMA) e mestre (UNILA) em Relações Internacionais. Editor da Revista Debates Indígenas.

Nina Bouqvar – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (PUC-Rio) e bacharel em Ciência Política (UNIRIO). Coordenadora de projetos do Youth Voice Brasil, embaixadora da Politize! e assistente de pesquisa na Fiocruz.

Patrícia Lewis Carpio – Doutoranda em Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Mestre em ciências pela USP, Graduada em Psicologia no Peru, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM) e integrante da FENAMI.

Paula Reges – Médica infectologista e pesquisadora, INI/Fiocruz; mestre e doutoranda em Pesquisa Clínica em Doenças Infeciosas pela Fiocruz. Assessora para Assuntos Internacionais da Presidência da Fiocruz, com foco em políticas de saúde global e diplomacia em saúde.

Paulo Esteves – Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Pedro Burger – Doutorando em Saúde Pública (ENSP), mestre em Economia Política Internacional (UFRJ), especialista em Saúde Pública e em Gestão de Organizações de CT em Saúde (ENSP) e licenciado em História (UFBA). Coordenador de Cooperação Internacional na VPSGRI/Fiocruz.

Pedro Diaz – Doutor em Ciência da Informação PPGCI/USP; pesquisador em História da Ciência no MAST-RJ, Grupo de Pesquisas Patrimônio e Memória Digital do Grupo de Estudos Preservação Digital da Rede Cariniana.

Priscilla Paiva Gê Vilella dos Santos – Psicóloga, sanitarista, mestre em Saúde Pública (ENSP/Fiocruz) e doutoranda em Saúde Coletiva no IFF/Fiocruz. Analista de gestão e atenção em saúde na Coordenação de Ações Nacionais e de Cooperação do IFF/Fiocruz.

Rafael Aguilar Zamudio – Estudante da especialização em Estudos Chineses na Universidad Nacional de la Plata. Especialização em Gestão Ambiental na Universidad Autónoma de Baja California e graduação em Biotecnologia Genômica na Universidad Autónoma de Nuevo León.

Rafael Gomes França – Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da USP; mestre em Gestão e Saúde Coletiva (Unicamp) e bacharel em Relações Internacionais (UnB).

Rafaela Venturella De Negri – Mestra em Desenvolvimento e Segurança pela Universidade Jaguelônica, graduada em Jornalismo e especialista em Relações Internacionais pela UFGRS. coordenação do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social na ALC.

Regina Ungerer – Médica pediatra, doutora em ciências pela USP, pesquisadora sênior da VPSGRI/Fiocruz, coordenadora adjunta do Curso de Atualidades em Saúde Global e Diplomacia da Saúde/Fiocruz e do Centro Colaborador da OMS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul.

Renan Amaral Oliveira – Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade (FSP/USP) e mestre em Relações Internacionais (UFBA), possui bacharelado interdisciplinar em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais (UFABC).

Rychard de Lima Monteiro – Bacharel em enfermagem, especialista em relações internacionais.

Sâmia de Brito – Mestre e bacharel em Relações Internacionais; MBA em gerenciamento de projetos. Coordenadora adjunta do Núcleo de Apoio à Internacionalização, Instituto Renê Rachou/Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata de carreira (aposentado) MRE/Brasil; Pesquisador honorário, VPSGRI/Fiocruz.

Tatiana Cerqueira Machado Medrado – Doutoranda em Saúde Coletiva e mestre em Saúde Coletiva (ISC/UFBA). Graduada em Ciências Biológicas e Medicina Veterinária, especialista em Análise de Dados e Monitoramento das Ações de Saúde e Gestão Estratégica do SUS (UFBA).

Thaiany Medeiros Cury – Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais (IRI/PUC-Rio), especialização em Saúde Pública em andamento (ENSP/Fiocruz) e bacharel em Relações Internacionais (UFRJ).

Tomé Cá – Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami – Doutoranda em Relações Internacionais pela PUC-Rio e Visiting Fellow do IHEID, em Genebra; Mestre em Análise e Gestão de Políticas Internacionais pela PUC-Rio, formada em Relações Internacionais (UFU-MG).

PRODUTOS DO OBSERVATÓRIO DE SAÚDE GLOBAL E DIPLOMACIA DA SAÚDE

Os produtos do ***Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde da Fiocruz (VPSGRI)*** e do ***Centro Colaborador da OPAS/OMS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul na Fiocruz (VPSGRI)*** são:

Cadernos Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020, a Fiocruz vem produzindo os **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Entre 2020 e 2025 foram produzidos **129** fascículos quinzenais. Para 2026 está programada a edição de **23** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar ou fazer download de artigos ou edições completas nos endereços abaixo.

2020-2025: https://fiocruz.br/cadernos-cris-fiocruz-informes-sobre-saude-global-e-diplomacia-da-saude

2026: https://cadernossaudeglobalfiocruz.net/csgf/issue/archive

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, a Fiocruz vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde,** sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Entre 2020 e 2025 foram realizados **140** Seminários e, em 2026, estão programados **23** Seminários. Os Seminários são acessíveis para audiência e download em:

https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN

Próximos Seminários

Dia 29 de julho – *Agenda 2030 global: Onde estamos? Para onde vamos?*

Dia 12 de agosto – *Uma só Saúde: O quê? Para quê? Como?*

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais
Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Número: 12/2026
Período: 8 a 21 de julho de 2026

Editores: PAULO MARCHIORI BUSS, FABIANE GASPAR e SEBASTIÁN TOBAR
Fundação Oswaldo Cruz; Vice-Presidência de Saúde Global e Relações Internacionais; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 23 de julho de 2026
286 pp; il.
Bibliografia: Inclui Bibliografias.
1. SAÚDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos editores ou da Presidência da Fiocruz.